

**UNIVERSIDADE DE SALAMANCA**  
**Faculdade de Tradução e Documentação**  
**Departamento de Biblioteconomia e Documentação**



**O ACESSO A INFORMAÇÃO ONLINE:  
ASPECTOS, TENDENCIAS E IMPACTOS SOCIAIS  
NO COMPORTAMENTO DOS PROFISSIONAIS  
DA INFORMAÇÃO NO BRASIL**

**SILVÂNIA BATISTA DE AMORIM**

SALAMANCA – ESPANHA  
2015

**UNIVERSIDADE DE SALAMANCA**  
**Faculdade de Tradução e Documentação**  
**Departamento de Biblioteconomia e Documentação**



**O ACESSO A INFORMAÇÃO ONLINE:  
ASPECTOS, TENDENCIAS E IMPACTOS SOCIAIS  
NO COMPORTAMENTO DOS PROFISSIONAIS  
DA INFORMAÇÃO NO BRASIL**

**SILVÂNIA BATISTA DE AMORIM**

Tese submetida ao Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Faculdade de Tradução e Documentação da Universidade de Salamanca, como requisito parcial para a obtenção do grau de “Doutor em Biblioteconomia e Documentação”.

Linha de pesquisa: “*Líneas de investigación en Biblioteconomía y Documentación*”

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Doutora Maria Manuela Moro Cabero

Doutoranda: Silvânia Batista de Amorim

SALAMANCA – ESPANHA  
2015

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)

A586a Amorim, Silvânia Batista de.  
O acesso a informação online [manuscrito]: aspectos sociais no comportamento dos profissionais da informação no Brasil /Silvânia Batista de Amorim. - 2015.  
386 f. : il.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Manuela Moro Cabero.  
Tese (Doutorado) – Universidade de Salamanca, Faculdade de Tradução e Documentação, 2015.

Bibliografia.

Inclui lista de figuras, quadros, abreviaturas e tabelas.

Apêndices.

1. Informação on-line 2. Bibliotecários – Aspectos sociais - Brasil 3. Profissionais da informação – Acesso on-line. I. Título.

CDU 025.4:004.424.4(81)

Ficha catalográfica



*Dedico*  
*Ao meu filho e minha mãe*  
*Gustavo e Mariana*

## AGRADECIMENTOS

Agradecimentos são importantes e deveras interessantes porque acho que não se produz nada sozinho, foi necessário um grande número de detalhes até que está tese tenha sido finalmente acabado, esforcei-me para finalizar, mas nunca trilhei sozinha esse caminho, sempre pude contar com alguém em um dado momento da longa jornada. E é um grande prazer poder agradecer-los neste momento.

Agradeço a minha mãe **Mariana Batista de Amorim** que não entende bem o que é uma tese, mas que sempre apoiou os meus desejos incondicionalmente.

Ao meu filho único, **Gustavo Amorim Santos** pelo apoio amoroso e por estar ao meu lado nos momentos cruciais da minha vida.

Agradeço especialmente a minha irmã **Sandra**, sem a qual não poderia me ausentar dos cuidados com minha mãe. Aos meus irmãos **Silvio, Sandoval, Selmo, Melânia, e demais familiares**, principalmente **meus sobrinhos sobrinhas** por compreenderem minhas longas ausências.

A minha querida e paciente orientadora, professora Doutora **Manuela Moro Cabero**, que mesmo do outro lado do oceano, sempre esteve presente, que se dispôs a me orientar desde o primeiro contato, pelas palavras de incentivo que foram incontáveis, e por toda a orientação e correção de cada item que compõe essa investigação, incansavelmente.

A **Universidad de Salamanca**, uma Universidade secular do país que me deu a oportunidade, da qual tenho muito orgulho de ser aluna, obrigada Espanha. E aos **professores do Departamento de Biblioteconomia e Documentação**.

A amiga **Maria Teresinha Campos de Santana** por ter entrado na minha vida na hora certa, e em um dia de inverno Salmantino de 2008 nos surpreendemos juntas cursando um doutorado na Europa. Obrigada por estar comigo no início meio e fim desse projeto que é um dos meus sonhos.

A professora **Doutora Maria De Fatima Garbelini** pela indicação e facilitação do contato com a Universidad de Salamanca.

A amiga **Claudia Sousa Oriente de Faria** pelas contribuições fundamentais e trocas de muitas e muitas e muitas fontes de informação, e principalmente pelo incentivo pessoal de longas horas ao telefone.

A professora **Doutora Rosanara Urbanetto** pelo apoio esclarecedor.

A amiga **Alessandra Santos Araújo** pelo incentivo semanal, pelas trocas de referências e principalmente por me instigar a encontrar meu tema predileto quando estava perdida em diversas possibilidades.

A amiga **Wusula Francisca de Sousa Pitarelli**, que contribuiu com a pesquisa na procura de valiosos dados e correções gramaticais, e por me perguntar nos nossos raros encontros durante esse tempo, “e aí quando terminou”? Sem saber que tal pergunta me animava a terminar.

A amiga e colega de profissão **Maria Silvério** pelo incentivo que me fortalecia para terminar e pela minha transição profissional enquanto estava redigindo os últimos capítulos.

A amiga **Marcia Wood Chiarello de Mello** por todas as contribuições intelectuais, e principalmente por estar perto de mim, na maior parte dos momentos da redação.

Aos amigos **Rafael Feitosa, Rodrigo Duran, e Edson Alves de Souza** por me socorrerem com a tecnologia e suporte técnicos corretos.

Ao amigo **Igor Vitorino da Silva** pelas contribuições históricas, para mim ele é um poço de inteligência e dignidade.

Ao **Edemar José Baranek** pelo incentivo no início do projeto e pela colaboração com tabelas e gráficos.

Ao **Leonardo Borges dos Reis** pelas referências sociológicas primordiais e basais para a investigação.

A **Mônica Machado Nunes** por disponibilizar informações valiosas que fundamentaram a pesquisa de campo.

A amiga **Sara Manço** que contribuiu com valiosas correções bibliográficas.

Ao amigo **Moacir Fujibayashi**, pela ajuda na observância das analogias durante os momentos críticos.

A **Michelle Flores** que revezou os dias de trabalho comigo enquanto eu terminava a tese.

A **Luanna Matias**, pelas contribuições valiosas na organização das ilustrações.

A **Maria Alves**, pelas respostas aos inevitáveis pedidos de socorro.

A todos os meus mais sinceros agradecimentos.

*“Todos los verdaderos pensamientos sabios ya han sido pensados miles de veces; pero para hacerlos verdaderamente propios, debemos pensarlos de nuevo honestamente, hasta que tomen raíz en nuestra experiencia personal.”*

*Goethe*



## RESUMO

Investigar o acesso à informação *online* impactos e aspectos comportamentais dos profissionais da informação e dos futuros profissionais enquanto usuários da informação supostamente deram subsídios para conhecer as dificuldades e facilidades dos usuários quanto ao acesso *online* nessa explosão informacional. Grande parte do conhecimento que movimenta a ciência e os profissionais da informação é derivada das humanidades e das ciências humanas, desta forma o modelo que inspira a prática investigativa das áreas da informação e da documentação são campos com atividades humanas, tais como auxiliar, incentivar, motivar informar e conduzir pesquisa, nesse nicho destaca-se os arquivos a gestão do conhecimento, as bibliotecas, a documentação científica, a mídias enfim todos os mecanismos que envolvem a evolução da ciência. Os aspectos da investigação têm como justificativa a formação do arquivista e do bibliotecário documentalista que requer dentro das suas atribuições darem suporte aos pesquisadores contribuir para a formação do conhecimento científico procurar quais os efeitos sociais e psicológicos que se apropriam dos futuros profissionais, quanto ao acesso *online*, já que se vive em uma explosão tecnologia informacional sem precedentes. É de suma importância investigar as causas do comportamento do indivíduo acadêmico, e conhecer as novas tendências. A pesquisa de campo estudou alunos do último ano de graduação dos cursos de arquivologia no Brasil, alunos último ano de graduação do curso de biblioteconomia alunos das graduações de formações distintas a fim de comparar as competências informacionais em outras carreiras universitárias investigaram-se os graduados, os profissionais que exercem as profissões de Arquivista, Bibliotecário, profissionais que ministram aulas em outros cursos para comparação. Fundamentou-se com a metodologia combinada em pesquisa qualitativa e quantitativa e adotou uma abordagem bibliográfica de teor qualitativo. O estudo estruturou-se em introdução conceituação e fundamentos do acesso a informação *online* legislação sobre o uso da informação *online* no Brasil. Cenários sobre as fontes de informação no ciberespaço. Os profissionais da informação a metodologia e análise dos dados. A atuação do profissional da informação é essencial para ação de formação de um conjunto de usuários satisfeitos e para facilitar o acesso que envolve o letramento informacional. As tendências se referem às humanidades e as transformações tecnológicas. Espera-se que a investigação possa servir como elemento de base para despertar o interesse tanto dos usuários quanto dos profissionais da informação para novos estudos que envolvam as humanidades despertam o interesse e o investimento em programas de educação nacional instigar os profissionais para mudanças na base curricular pautada no capital humano. Espera-se ainda que o estudo possa dar visibilidade e subsídios aos futuros cenários, positivando a relação com os desafios de desempenhar a função de profissional da informação.

Palavras Chaves: Acesso a informação Online, Tendências sociais, Comportamento profissional.

## RESUMEN

Investigar el acceso a la información “en línea”, los impactos y aspectos comportamentales de los profesionales de la información y de los futuros profesionales, en calidad de usuarios de información, implica conocer los inconvenientes y las ventajas que experimentan los usuarios ante la explosión informacional actual.

Buena parte del conocimiento que dinamiza la Ciencia y los profesionales de la información, como gestores del mismo, se deriva de las Humanidades y de las Ciencias Humanas y Sociales. De este modo, el modelo que inspira la práctica de la investigación de las áreas de Información y de la Documentación son campos con actividades humanas, tales como apoyar, incentivar, motivar, informar y orientar cualquier investigación. En esta área, destacan los Archivos y la gestión del conocimiento en las Bibliotecas, así como la Documentación Científica, los media, en fin, todos los mecanismos que se integran en la evolución de la Ciencia.

La investigación se centra en la formación del archivero y del bibliotecario documentalista que precisa, dentro de sus atribuciones, dar soporte a los investigadores, contribuyendo, de este modo, a la construcción del conocimiento científico; en suma, se analiza el tipo de hechos sociales y psicológicos que se apropian de los futuros profesionales, ante el proceso de apoyo durante el acceso en línea, dado que se experimenta un entorno tecnológico informativo en una constante expansión sin precedentes. Entorno que afecta a los agentes implicados en los procesos de búsqueda.

Resulta de suma importancia investigar las causas del comportamiento del individuo académico y conocer las nuevas tendencias. El estudio de campo investiga a los estudiantes del último año de Grado en Archivística, Biblioteconomía en Brasil, así como a estudiantes – del último curso- de graduaciones diferentes (Historia, Derecho, Medicina, Ingeniería Informática), con el objetivo de comparar las competencias informacionales en otras carreras universitarias respecto a las adquiridas por los estudiantes del Área de la Información y la Documentación.

El estudio se fundamenta sobre una metodología combinada cualitativa y cuantitativa y un análisis bibliográfico de tipo cualitativo. La investigación se estructura en introducción; conceptualización y fundamentos sobre el acceso a la información “en línea; análisis de la legislación brasileña sobre el uso de la información en línea; estudio de los escenarios sobre las fuentes de información en el ciberespacio; detalle analítico de los profesionales de la información y de sus competencias informacionales; descripción y defensa de la metodología empleada, análisis de los datos y de los resultados y conclusiones finales. Resulta esencial la actuación del profesional de la información en la formación de un conjunto de usuarios satisfechos así como para facilitar el acceso que se incluye en cualquier aleccionamiento informacional. Las tendencias se refieren a las Humanidades y a las transformaciones tecnológicas. Se pretende que la investigación sea de utilidad como elemento de base para despertar el interés sobre los nuevos estudios que integran las Humanidades, tanto de los usuarios como de los profesionales de la información, así como para incentivar su implementación en programas de educación nacional; igualmente, se pretende que sirva de utilidad para los profesionales mediante la inclusión de los cambios en la base curricular. Asimismo, se pretende que el estudio aporte visibilidad y apoyo a los futuros escenarios de búsqueda y recuperación de la información, favoreciendo la relación con los desafíos que conlleva el desempeño del ejercicio profesional de la información y de la documentación.

Palabras Claves: Acceso a la información em línea, Tendencias sociales, Comportamiento profesional; Información y Documentación; Alfabetización informacional



## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1.1 – Diferenças entre marketing tradicional e serviços	47
QUADRO 1.2 – Seleção e recuperação da informação	68
QUADRO 1.3 – Estratégias de buscas	70
QUADRO 1.4 – Paradigmas	72
QUADRO 2.1 – Constituição Federal	93
QUADRO 2.2 – Educação	95
QUADRO 2.3 – Princípios	95
QUADRO 2.4 – Artigos da Lei 9.394	96
QUADRO 2.5 – Política Nacional do Livro	97
QUADRO 2.6 – Manifesto	98
QUADRO 2.7 – LAI/2011	101
QUADRO 2.8 – Informações Públicas	102
QUADRO 2.9 – Requisitos de cumprimento da Lei	103
QUADRO 2.10 – Fundamentos da Lei	110
QUADRO 2.11 – Principais princípios	111
QUADRO 4.1 – Evolução da criação dos primeiros cursos de Biblioteconomia	193
QUADRO 4.2 – Curso de Biblioteconomia	194
QUADRO 4.3 – Comparativo das Disciplinas/ Rio de Janeiro (BN) e São Paulo	195
QUADRO 4.4 – Estatística de Bibliotecas no Brasil em 2015	198
QUADRO 4.5 – Avanços para a formação do curso de Arquivologia	209
QUADRO 4.6 – Avanços para a formação do curso de Arquivologia	210
QUADRO 4.7 – Distribuição Geográfica dos cursos de Arquivologia no Brasil	212
QUADRO 4.8 – Instituições com vagas ao curso de Arquivologia no Brasil	214
QUADRO 4.9 – Instituições com vagas ao curso de Biblioteconomia no Brasil	215
QUADRO 4.10 – Instituições com vagas ao curso de Biblioteconomia no Brasil	216
QUADRO 4.11 – Competências	248
QUADRO 6.1 – Os motivos afirmativos	290

QUADRO 6.2 – Motivos das respostas negativos	291
QUADRO 6.3 – Motivos dos entrevistados que responderam sim e não	292
QUADRO 6.4 – Respostas que indicam que o acesso é ágil	294
QUADRO 6.5 – Respostas que indicam que o acesso é atual	295
QUADRO 6.6 – Respostas que indicam que o acesso é confuso	296
QUADRO 6.7 – Respostas que indicam que o acesso é confiável	296
QUADRO 6.8 – Respostas que indicam que o acesso é Lento	297
QUADRO 6.9 – Respostas que indicam que o acesso é Desatualizado	297
QUADRO 6.10 – Respostas que indicam que o acesso é Claro	297
QUADRO 6.11 – Respostas que indicam que é de difícil o acesso	298
QUADRO 6.12 – Respostas que indicam que o acesso é de duvidoso	298
QUADRO 6.13 – Resposta que indica quem não soube informar	298
QUADRO 6.14 – Representa resposta de quem não utiliza a Internet pesquisas	299
QUADRO 6.15 – Representa respostas positivas quanto á leitura em mídia	303
QUADRO 6.16 – Representa as respostas negativas quanto á leitura em mídia	304
QUADRO 6.17 – Sugestões de produtos oferecidos pelas bibliotecas	315
QUADRO 6.18 – Sugestões para abordagens de novos estudos	324

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 6.1: Acesso à Internet fora de ambientes públicos	284
Gráfico 6.2: Tipo de tecnologia que oferece suporte para acesso à internet	285
Gráfico 6.3: As ferramentas relevantes na internet	286
Gráfico 6.4: Tempo de conexão com a internet	287
Gráfico 6.5: Realização de estudos com o apoio da internet	288
Gráfico 6.6: Facilidade para encontrar e selecionar conteúdos	289
Gráfico 6.7: Acesso aos sites de pesquisa na internet	293
Gráfico 6.8: Quantidade de livros lidos por ano	301
Gráfico 6.9: Gosta de livros em mídia (E-book online)	302
Gráfico 6.10: Idade em que foi alfabetizado	305
Gráfico 6.11: Acesso a alguma Biblioteca	306
Gráfico 6.12: Conhecimento do Serviço de Comutação Bibliográfica (COMUT)	307
Gráfico 6.13: Acesso ao programa de capacitação dos usuários	308
Gráfico 6.14: Modalidades de capacitação	209
Gráfico 15: Conhecimento de alguma biblioteca digital ou virtual	310
Gráfico 6.16: Interesse que biblioteca ofereça ferramentas para empréstimo	311
Gráfico 6.17: Obtenção de informações do que acontece na profissão	312
Gráfico 6.18: Mídias de comunicação para manter-se informado.	313
Gráfico 6.19: Sugestões de melhoria para facilitar o acesso	314
Gráfico 6.20: Gênero	317
Gráfico 6.21: Faixa com etária	318
Gráfico 6.22: Formação acadêmica	319
Gráfico 6.23: Titulação de pós-graduação	320
Gráfico 6.24: Característica Institucional de formação	321
Gráfico 6.25: Região do país com a Universidade de formação	322
Gráfico 6.26: Tempo de atuação na área de formação	323
Gráfico 27: Sugestões para questões não abordadas na pesquisa	324

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 0.1 : SISTEMA ESTRUTURAL	32
FIGURA 1.1 : ATRIBUTOS AO GERENCIMENTO DA INFORMAÇÃO	42
FIGURA 1.2 : SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO	56
FIGURA 2.1 : GARANTIAS GED	85
FIGURA 2.2 : PORTAL DE TRANSPARENCIA	105
FIGURA 4.1 : CURSOS DE BIBLIOTECONOMIA POR REGIÕES	197
FIGURA 4.2 : BIBLIOTECONOMIA PEDAGOGICA E EDUCAÇÃO	223
FIGURA 4.3 : GESTÃO DE RISCO DA (ABNT NBR ISO/IEC 27005, 2008).	244
FIGURA 5.1 : EUROPA DENTRO DO BRASIL	257





## LISTA DE TABELAS

TABELA 5.1: Total de dados das variáveis da investigação	259
TABELA 5.2: Representação das Escolas de Arquivologia no Brasil	259
TABELA 5.3: Representação das Universidades de Biblioteconomia no Brasil	260
TABELA 5.4: Representação da UFG para Outros Cursos	261
TABELA 5.5: Representação das variáveis para graduandos.	262
TABELA 5.6: Representação das variáveis para graduados	263
TABELA 5.7: Delimitação de todos os dados da pesquisa	264
TABELA 6.1: Dados obtidos	281
TABELA 6.2: Dados obtidos por regiões	281
TABELA 6.3: Cruzamento de respostas por regiões e os gêneros	282
TABELA 6.4: Matização dos dados do BLOCO I	299
TABELA 6.5: Perfil para a Leitura	325
TABELA 6.6: Dados sobre leitura em mídia versus interesse por capacitações	326
TABELA 6.7: União de gênero idade leitura e acesso	327
TABELA 6.8: Junção dos dados	328

## LISTA DE SIGLAS

AAB	Associação dos Arquivistas Brasileiros
ABC	Anel de Blog Científicos
ALA	American Library Association
AN	Arquivo Nacional
ARPA	Advanced Research Projects Agency
BN	Biblioteca Nacional
CAPES	Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CB	Constituição da República Federativa do Brasil
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CC	Conceito de Curso
CEIS	Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas
CEPE	Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão
CFE	Conselho Federal da Educação
CGI	Comitê Gestor da Internet
CGU	Controladoria Geral da União
CMS	Sistema de Gestão de Conhecimento
COM	Computer Output to Microfilm
COMUT	Programa de Comutação Bibliográfica
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
CPA	Curso Permanente de Arquivos
CPC	Conceito Preliminar de Curso
CTS/FGV	Centro Tecnologia e Sociedade/ Fundação Getúlio Vargas
DAW	Digital Archive Writer
DOU	Diário Oficial da União
DSN	O Domain Name Server
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
HTML	Hypertext Mark-up Language
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IBSN	Interntional Blog Serial Number

IESF	Instituto de Ensino Superior da Funlec
IFLA	International Federation of Library Associations
IGC	Instituição de Educação Superior
IMS	Intelligent Microfilm Scanner
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
JCR	Journal Citation Reports
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LAI	Lei de Acesso a Informação
LDC	Laboratório de divulgação científica
MIL	Media and Information Literacy
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MHN	Museu Histórico Nacional
MBL	Movimento Por um Brasil Literário
NTIC	Novas Tecnologias de Informação e Comunicação
OCLC	Online Computer Library Center
OPAC	Online Public. Access Catalogue
PCMC	Plataformas Comunicativas Multimidiáticas Ciberespaciais
PNL	Plano Nacional do Livro
RNP	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
REPARQ	Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivos
SciELO	Scientific Electronic Library Online
SEDIC	Asociación Espanola de Documentacion e Informacion
Sinaes	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SRI	Sistema de Recuperação de Informação
SMS	Short Message Service
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UCLA	University of Califórnia, Los Angeles
UESPI	Universidade Estadual do Piauí
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceara
UFF	Universidade Federal Fluminense

UFG	Universidade Federal de Goiás
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UNB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNIFORMIG	Centro Universitário de Formiga
UNIR	Fundação Universidade Federal de Rondônia
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNIRONDON	União Educacional Candido Rondon
UNIVERSO	Universidade Salgado de Oliveira
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura
UNICAMP	Biblioteca Digital da Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo
URL	Uniform Resource Locator
XML	Extensible Mark-up Language
WAIS	Wide Área information Servers
WWW	World Wide Web

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	23
CAPÍTULO 1 .....	38
1. CONCEITUAÇÃO E FUNDAMENTOS DO ACESSO A INFORMAÇÃO ONLINE .....	38
1.1 CONTEXTOS DA INFORMAÇÃO .....	38
1.1.1 Conceitos de informação .....	39
1.1.2 Gestão da informação .....	40
1.1.3 Gestão documental .....	43
1.1.4 Marketing no uso da informação.....	46
1.2 A INFORMAÇÃO E NUANCES .....	49
1.2.1 Informação como patrimônio cultural.....	49
1.2.2 A Informação como patrimônio digital.....	50
1.2.3 Informação e patrimônio imaterial.....	52
1.2.4 Políticas da informação cultural.....	53
1.2.5 A informação e a formação do leitor.....	55
1.3 PARADIGMAS DO ACESSO A INFORMAÇÃO ONLINE .....	60
1.3.1 Impacto social do acesso online .....	60
1.3.2 Leitura e percepção da mensagem online .....	64
1.3.3 Recuperação e busca da informação .....	67
1.3.4 Tendências.....	70
CAPÍTULO 2 .....	78
2. LEGISLAÇÃO SOBRE O USO DA INFORMAÇÃO ONLINE NO BRASIL.....	78
2.1 PROCESSOS LEGAIS DO USO DA INFORMAÇÃO .....	78
2.1.1 A informação e seu uso .....	78
2.1.2 Documentos eletrônicos .....	81
2.1.3 Documentos digitais.....	88
2.2 PANORAMAS DA LEGISLAÇÃO SOBRE ACESSO A INFORMAÇÃO .....	92

2.2.1 A Constituição da República Federativa do Brasil.....	92
2.2.2 Lei de Diretrizes e Bases.....	94
2.2.3 Lei do livro.....	96
2.2.4. Direito autoral.....	99
2.2.5 A lei de acesso á informação.....	100
2.2.6 Governo aberto, Portal de Transparência.....	103
2.2.7 Lei Crime na Internet.....	106
2.2.8 Lei de uso da Internet no Brasil.....	109
2.2.9 Comitê Gestor da Internet no Brasil.....	115
CAPÍTULO 3.....	121
3. CENÁRIO SOBRE AS FONTES DE INFORMAÇÕES NO CIBERESPAÇO.....	121
3.1 CIBERESPAÇO E TENDÊNCIAS.....	121
3.1.1 Ambiente tecnológico.....	121
3.1.2 Internet e ciberespaço.....	122
3.1.3 Aspectos das buscas de informações em fontes online.....	128
3.1.4 Impactos das redes sociais na formação do pesquisador.....	134
3.2 REDES SOCIAIS E IMPACTOS NA PESQUISA.....	137
3.2.1 Contextualização da rede social.....	137
3.2.2 A rede social no contexto do ensino e aprendizagem.....	143
3.2.3 A especificidade do Facebook.....	147
3.2.4 A especificidade dos Blogs.....	151
3.2.5 Os perigos que rondam as redes sociais.....	157
3.3 BIBLIOTECAS VIRTUAIS E OU DIGITAL.....	161
3.3.1 Conceitos de bibliotecas virtuais e digitais.....	162
3.3.2 Os usuários da biblioteca digital.....	171
3.3.3 Organização da informação para a biblioteca virtual.....	174
3.3.4 Acesso à biblioteca digital.....	179

3.3.5 Interface.....	180
3.3.6 Interoperabilidade.....	182
3.3.7 Integração .....	184
CAPÍTULO 4 .....	190
4. OS PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO .....	190
4.1 OS ESTUDOS OFICIAIS: BIBLIOTECONOMIA E ARQUIVOLOGIA ENSINO NO BRASIL .....	190
4.1.1 Biblioteconomia .....	190
4.1.2 Arquivologia.....	200
4.1.3 Perfil do profissional da informação .....	218
4.2 ATUAÇÕES REQUERIDAS DOS PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO.....	225
4.2.1 Atuação do profissional da informação na perspectiva da alfabetização e letramento informacional. ....	225
4.2.2 Atuação do profissional da informação na perspectiva de ligação com o usuário.....	229
4.2.3 Atuação do profissional da informação na perspectiva da ética comportamental. ....	234
4.2.4 Atuação do profissional da informação na perspectiva da administração da infoesfera.....	239
4.2.5 Atuação do profissional da informação na perspectiva da gestão de conteúdos....	240
4.2.6 Atuação do profissional da informação na perspectiva da gestão das unidades de informação.....	241
4.2.7 Atuação do profissional da informação na perspectiva da gestão de riscos.....	242
4.2.8 Atuação do profissional da informação na perspectiva de gerenciamento da continuidade digital. ....	245
4.2.9 Atuação do profissional da informação na perspectiva de gerenciamento de proteção dos dados .....	246
4.2.10 Atuação do profissional da informação na perspectiva da interoperabilidade.....	247
CAPÍTULO 5 .....	254
5. METODOLOGIA.....	254

5.1 DELIMITAÇÕES DO OBJETO DA INVESTIGAÇÃO.....	254
5.2 ELABORAÇÃO DO INSTRUMENTO DE INVESTIGAÇÃO.....	265
5.3 PROCEDIMENTOS PARA ELABORAÇÃO DO QUESTIONÁRIO. ....	271
5.4 PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DE DADOS .....	274
CAPÍTULO 6 .....	280
6. ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS .....	280
6.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS.....	280
6.2 DADOS E ANÁLISES DA PESQUISA DO PRIMEIRO BLOCO ( BLOCO I) .....	283
6.3 DADOS E ANÁLISES DA PESQUISA DO BLOCO II. ....	300
6.4 DADOS E ANÁLISES DA PESQUISA DO BLOCO III.....	316
CONCLUSÃO DO CAPITULO .....	328
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	333
REFERENCIAS .....	345



## **INTRODUÇÃO**



## INTRODUÇÃO

Motivados pela necessidade de investigação sobre o tema proposto, “*o acesso à informação online aspectos, tendências e impactos sociais no comportamento dos profissionais da informação no Brasil*”, é que se cita Davidoff:

Alguns estudos que têm como objetivo os usuários da informação, focam em sua motivação. Motivação é descrita como ativadora ou despertadora de comportamentos, geralmente, dirigidos para a satisfação de sua necessidade investigadora: motivo ou motivação refere-se a um estado interno que pode resultar de uma necessidade que é descrito como ativador ou desesperador (...) de comportamento. (DAVIDOFF, 2005, p.32)

Assim acredita-se que investigar o acesso online, versos impactos e aspectos comportamentais dos profissionais da informação e dos futuros profissionais enquanto usuários da informação supostamente deram subsídios para conhecer as dificuldades e facilidades dos usuários quando do acesso online nessa explosão informacional, e tornou visível que as profissões do Arquivista e do Bibliotecário, merecem mais discussões por se tratar de um fenômeno humano, parece impossível falar de investigação sem atender os fundamentos sociais e psicológicos (GARCÍA MARCO, 2011). Grande parte do conhecimento que movimentam a ciência e os profissionais da informação é derivada das humanidades e das ciências humanas, desta forma o modelo que inspira a prática investigativa das áreas da informação e da documentação são campos com atividades humanas, tais como auxiliar, incentivar, motivar informar e conduzir pesquisa, nesse nicho destaca-se os arquivos a gestão do conhecimento, as bibliotecas, a documentação científica, a mídias enfim todos os mecanismos que envolvem a evolução da ciência.

Gerir conteúdo requer instrumentos da psicologia e sociologia para uma absorção eficaz e eficiente no trato da informação, requer conhecimento teórico prático e capacidade de percepção comportamental, abordagem que têm se mostrado ainda incipiente. O tema é complexo, pois, as discussões vão de mera opinião às ideologias, permeiam múltiplas perspectivas e paradigmas, portanto torna o estudo inédito e instigante.

Os aspectos anteriormente abordados têm como **justificativa** a formação do arquivista e do bibliotecário documentalista que requer dentro das suas atribuições o auxílio na busca da informação dando suporte aos pesquisadores em suas investigações, a estes, chama-se aqui de profissional da informação que é quem ajuda também na formação do conhecimento científico procura-se, portanto, saber por que a investigação é sempre uma problemática para

os estudantes das diversas formações, quais os efeitos sociais e psicológicos que se apropriam dos futuros profissionais, porque fazer projetos escrever e demonstrar ideias parecem ser uma experiência traumatizante para a maioria dos graduandos, os alunos brasileiros apresentam muitas dificuldades ao profissional da informação no momento em que solicitam auxílio na pesquisa, há questionamentos quando do acesso *online*, o que é acessar, o que é confiável, como acessar, o que parece ser muito contraditório já que se vive em plena explosão tecnológica, onde as pessoas de modo geral se rendem a Internet e acessam informações variadas todos os dias, pensando assim é que se se investigou os meandros do problema e procurou-se saber quais os motivos que interferem na formação acadêmica do indivíduo.

O intuito foi conhecer através do estudo da sociologia, as raízes, e os principais motivos (BURKE, 2012) do comportamento diante do acesso *online* da informação. Para justificar a relevância do estudo destaca-se ser de suma importância investigar as causas do comportamento do indivíduo acadêmico, e conhecer as novas tendências. Por esta razão o universo de estudo se estabelece em seis níveis na pesquisa de campo: se estudou alguns alunos do último ano de graduação dos cursos de arquivologia no Brasil, alguns alunos também do último ano de graduação do curso de biblioteconomia, já o terceiro estudo investigou-se por amostragem, alguns alunos das graduações de formações distintas para destacar assim a importância de considerar essencial a comparação das competências informacionais em outras carreiras universitárias.

Depois dos graduandos investigaram-se os graduados, os profissionais que exercem as profissões de Arquivista, Bibliotecário, e também alguns profissionais que ministram aulas nos cursos de Direito, História, Medicina e Engenharia da Computação, os quais foram denominados aqui como outras profissões. Fizeram-se por meio de entrevistas os questionamentos somente aos que atuam nas universidades, por serem profissionais que já atuam no mercado e vivenciam a experiências de fazer e auxiliar a investigação para a pesquisa. Pretende-se saber alguns aspectos comportamentais dos alunos referentes ao acesso *online* e principalmente dos profissionais da informação que se mostra de grande interesse para a pesquisa, pois foi através deste que se identificou um cenário passível de ser trabalhado positivamente para a solução das dificuldades que se apresentaram.

No Brasil há grande necessidade de novos investimentos em programas de educação nacional haja vista que a inclusão social midiática esta intrínseca no aprendizado formal, a tendência e nova vertente da modernidade parecem ser o estudo das humanidades, poucas coisas na vida subsistem sem as humanidades, o trato com as pessoas é a maior preocupação das tecnologias dos nossos dias, as humanidades lidam com os problemas sociais, antes de

tudo com as pessoas que relacionam entre se, discrepâncias de visões de mundo, diversos fatores que contribuem para o resultado final de uma pesquisa, inclusive os avanços tecnológicos estão intimamente ligados às variações comportamentais, dos indivíduos. Desta forma o **caráter inovador** da proposta está na identificação das tendências e impactos comportamentais do usuário quando do acesso à informação *online*.

Já o **motivo de interesse por esse tema**, surgiu a partir da percepção de mudanças comportamentais dos indivíduos de modo geral, o que levou a **delimitação do tema**, ou melhor, moveu-se á investigar como se dá acesso a informação *online*, dos profissionais da informação. Somando-se a isso a explosão informacional veio conjuminar com o interesse investigativo.

Assim diante de inúmeras dificuldades que apresentam os usuários da informação online, como protelação dos trabalhos acadêmicos, falta de motivação para os estudos disciplinares e angústias no momento de fazer pesquisa *online*, é que surgiu o **problema**, investigar quais os caminhos que se deve seguir como profissionais da informação a fim de amenizar e prevenir o desconforto de quem pretende produzir e conduzir quem produz pesquisa científica. Parece ainda que o profissional da informação exerce a função também de educador, o que efetivamente indica caminhos de como produzir pesquisa, e auxiliar o acesso online. Portanto pretendeu-se saber qual a importância da competência informacional no acesso a informação online, qual é a sua relevância para os profissionais da informação na perspectiva de conscientização, para ação de formação de usuários, e para facilitar a atuação profissional quanto ao acesso?

A partir da concepção do problema, se reporta a Valentim para **a concepção da proposta da investigação** na medida em que ela esboça a importância do profissional da informação na seguinte fala:

A necessidade imprescindível de uma base conceitual para a formação do profissional da informação é que esta explique o porquê das práticas cotidianas que lhe ensinam a operar, mesmo que estas práticas tenham se modificado na passagem da cultura da informação oral para a cultura eletrônica e um novo arcabouço teórico seja necessário. (VALENTIM 2002. p.13).

De acordo com a autora, um novo perfil profissional emerge para um novo contexto informacional, onde a complexidade é condição “sine qua non” de transformação tecnológica, e onde os comportamentos estão condicionados as intempestivas ações do indivíduo. O que induz ao levantamento das hipóteses a seguir:

- 1- O empirismo faz crer que se faz juízo de valor sob a luz dos próprios conhecimentos, se for assim à explosão informacional aumentam as dificuldades de interpretação da informação e determinam o comportamento do profissional e do usuário da informação?
- 2- A atuação mediadora do profissional da informação é provocador de mudanças motivacionais em pesquisadores no Brasil?
- 3- Quais são os comportamentos informacionais dos estudantes de outras profissões universitárias?
- 4- Os comportamentos dos estudantes procedentes de outras profissões que não se potenciam a gestão da competência informacional é divergente dos alunos de Biblioteconomia e documentação?
- 5- Como se dá a gestão da informação na perspectiva do futuro profissional como usuário dessa informação?
- 6- Qual é o impacto comportamental para a formação profissional do usuário acadêmico diante da explosão de informações?

Explicitadas todas as hipóteses da investigação se seguem os objetivos, estes estão divididos em dois objetivos gerais, sendo que o primeiro objetivo geral se vincula aos cinco objetivos específicos e o segundo objetivo geral se vincula os seis objetivos específicos elencados a seguir:

### **Objetivos Gerais**

- 1- O primeiro objetivo geral trata-se de conhecer quais os aspectos sociais, acadêmicos (carências de competência informacional) que interferem no comportamento dos investigadores, no que se refere ao acesso da informação online.
- 2- O segundo objetivo geral trata-se de identificar e comparar os comportamentos informacionais diante do acesso da informação online em alunos que estão desenvolvendo as competências em suas formações acadêmicas e os alunos que não estão desenvolvendo as mesmas competências.

## **Objetivos específicos**

Conta-se com cinco objetivos específicos vinculados ao primeiro objetivo geral:

Objetivo Geral 1 Trata-se de conhecer quais os aspectos sociais, acadêmicos (carências de competência informacional) que interferem no comportamento dos investigadores, no que se refere ao acesso da informação online.

### Objetivos Específicos do Objetivo Geral 1:

- 1.1 Mostrar a importância de conhecer como é feita a pesquisa, o que é o acesso online, quando e onde ele é feito, quais os conteúdos mais acessados e quais as características da pesquisa online.
- 1.2 Identificar quais os equipamentos mais utilizados no acesso da informação online.
- 1.3 Identificar a natureza das interfaces e os aspectos que contribuem para o melhoramento dos resultados pesquisados.
- 1.4 Identificar qual o tempo diário, empregado em média na pesquisa de acesso a informação online.
- 1.5 Determinar como é a investigação sobre o acesso a informação online pode apresentar melhorias em geral.

Já com relação aos objetivos específicos vinculados ao segundo objetivo geral se apresenta:

Objetivo Geral 2 Trata-se de identificar e comparar os comportamentos informacionais diante do acesso da informação online em alunos que estão desenvolvendo as competências em suas formações acadêmicas e os alunos que não estão desenvolvendo as mesmas competências.

### Objetivos Específicos do Objetivo Geral 2:

- 2.1 Identificar quais os cursos que apresenta em seus currículos a disciplina que abrange a competência informacional e como ela é usada.

- 2.2 Identificar o comportamento dos alunos pesquisados que não possuem competência informacional
- 2.3 Identificar o comportamento dos alunos pesquisados que possuem competência informacional adquiridas em disciplinas ministradas nos cursos de Biblioteconomia e Documentação
- 2.4 Comparar elementos de comportamento
- 2.5 Determinar aspectos que contribuem para a melhora do comportamento
- 2.6 Determinar quais as características da competência informacional que devem ser incorporadas aos currículos para melhor atender as demandas em pesquisa da informação online

Após detalhar os objetivos gerais e específicos fundamentou-se a investigação com a **metodologia** combinada em pesquisa qualitativa e quantitativa, mais amplamente estabelecida no capítulo cinco, no qual se adotou uma abordagem bibliográfica de teor qualitativo. A qual se apoiou em obras de autores que discorrem sobre informação, competências informacionais, arquivística, biblioteconomia, estudos de usuários, acesso online, sociologia, e psicologia comportamental assuntos abordados amplamente na investigação. Mediante as fontes bibliográficas dispôs-se do estado da arte que permitiu detalhar conceitualmente o problema, e para sua abordagem determinou-se critérios básicos para estabelecer a investigação de campo.

As fontes bibliográficas foram selecionadas buscando a contribuição a partir dos aspectos que norteiam a investigação utilizando como principais autores, Burke (2012) com a sua abordagem sobre a história social do conhecimento, Lévy (2010) sobre o processo de comunicação, e as tecnologias da inteligência e o ciberespaço, Tammaro e Salarelli (2006) Biblioteca digital, Valentim (2010) sobre a formação do profissional da informação e inteligência organizacional, Naves e Kuramoto (2006) organização da informação, Tomáel (2008) fontes de informação na Internet, Gasque (2012) estudos de usuários e competências informacionais, Arellano (2001) informações virtuais, Jardim (2014) acesso a informação, Flores (2012) preservação dos documentos eletrônicos, Rodrigues e Marques (2008) formação Arquivística no Brasil, Campello (2010) gestão escolar, Calderon (2004) informação Arquivística.

E ainda sobre as fontes bibliográficas e para facilitar o entendimento e a compreensão dos conteúdos que integram a investigação reportou-se também a Fourez (1995) que versa

sobre ciência ética e tecnologia, Castells (2003) sociedades de redes, Foucault (1970) com a ordem do discurso, Davenport (1998) gestão da informação, Ohira (2000) Biblioteca virtual, Deleuze (1997) conversações, Moro Cabero (2013) documentos eletrônicos, Moreiro González (2011) linguagens documentarias, Drucker (2000) gestão da informação.

Após seleção e estudo das obras dos autores descritos dentre outras conforme referências bibliográficas é que se pode dar sustentação teórica consistente à investigação assim bem como as obras referenciadas foi o arcabouço<sup>1</sup> da metodologia desenvolvida em toda a tese. Ressalta-se que a metodologia é amplamente detalhada no capítulo 5 para a maior compreensão da descrição a seguir:

Em primeiro lugar, realizou-se uma análise das profissões para identificar quais parâmetros que podem ser considerados na existência da competência informacional de outras profissões, que utilizem fortes elementos na construção da pesquisa.

Em segundo lugar, fez-se uma pesquisa de campo na qual o estudo foi formado por amostragem dos graduandos do último ano de graduação em Arquivologia, Biblioteconomia que são cursos que apresentam em seus currículos as competências informacionais consolidadas, e ainda investigou-se os graduandos de outras graduações, também por amostragem.

A pesquisa foi efetivada através de questionários com perguntas elaboradas de modo a identificar com presteza o objeto de estudo, em três blocos complementares, os quais foram remetidos por e-mail.

A seleção da população e amostra: Se deu com graduandos e graduados de seis Universidades Brasileiras, estabelecidas em três das cinco regiões, como no Brasil há Universidades de Arquivologia e Biblioteconomia na maioria dos Estados, se elencou seis Universidades, duas por região, as duas primeiras Universidades da região Sudeste onde a estimativa populacional<sup>2</sup> é a maior do País, outras duas Universidades da região Centro Oeste<sup>3</sup>, tida como região a menor do país em estimativa populacional com relação ao Sudeste, e as duas últimas Universidades foram escolhidas dentro da região Norte<sup>4</sup>, com a estimativa

---

<sup>1</sup> Traçado inicial de algo

<sup>2</sup> O Sudeste é uma das cinco macrorregiões do Brasil. Sua extensão territorial é de 924.511,3 km<sup>2</sup>. É o complexo regional mais populoso e povoado do país, pois de acordo com dados do Censo Demográfico realizado em 1º de julho de 2015, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), totaliza 85.745.520 habitantes.

<sup>3</sup> A Região Centro-Oeste abrange uma área de 1 606 371 km<sup>2</sup>, onde vivem 15.442.232 habitantes, segundo dados IBGE. A população absoluta do Centro-Oeste é a menor entre as demais Regiões (Sudeste, Sul, Norte e Nordeste).

<sup>4</sup> A Região Norte é a maior do país em extensão territorial, de 3.853.322,2 km<sup>2</sup>, correspondendo a, aproximadamente, 45% da área total do Brasil e onde se localiza a floresta Amazônica, porém sua população é pequena, supera somente o Centro-Oeste (15.442.232 habitantes). A população absoluta da Região Norte responde por cerca de 8% do total do país, somando 17.472.639 habitantes.



populacional também pequena, mas maior que a região Centro Oeste. Os graduandos que foram investigados de outros cursos, por delimitação no projeto, definiu-se, a Universidade Federal de Goiás que é a região central do Brasil, e também devido à impossibilidade de fazê-lo em outras Regiões. Os cursos escolhidos para a pesquisa de comparação foram os cursos de Direito, de História, de Medicina e Engenharia de Computação<sup>5</sup>, e os graduandos destes cursos investigados também foram do último semestre de graduação.

Os métodos utilizados foram:

Descritivo: baseados nos dados qualitativos e quantitativos.

Analítico: A análise documental foi o eixo basilar que deu apoio á construção do documento, utilizou-se o exame de varias fontes, jornais, livros, dicionários, revistas, diários, obras literárias, científicas e técnicas, tanto em meio impresso como em meio eletrônico, e ainda repositórios, e-mails, sites, portais, blogs, redes sociais, e-books.

A elaboração do questionário: Ao definir a população, construiu-se o questionário de vinte e sete questões dividias em três blocos, a partir das hipóteses e objetivos do projeto de pesquisa, utilizou-se de bibliografias selecionadas de acordo com as abordagens dos capítulos que consistiram a investigação. Aplicou-se o questionário piloto em um pequeno numero de profissionais para consolida-lo e após consolidação e aprovação, procedeu-se a efetiva aplicação.

Obtenção de dados e reunião de resultados: A pesquisa foi realizada através de questionários com perguntas elaboradas de modo a identificar, o objeto de estudo, os quais foram remetidos por e-mail. Dividas as questões em blocos, cada bloco elencou-se questões distintas de modo que no bloco I, fizemos perguntas sobre o uso e pesquisa na Internet, no bloco II as perguntas foram elaboradas sobre os hábitos de leituras e o uso da biblioteca, e no ultimo o bloco III, as perguntas foram elaboradas com questionamentos sobre o perfil do entrevistado todos os blocos estão detalhadamente explicados no capítulo de número 5 destinado a metodologia.

Os questionários foram enviados aos entrevistados pelo recurso eletrônico Google Drive Formulários. Os dados coletados foram obtidos por meio do aplicativo, que é interligado ao provedor de e-mail Gmail.

A amostragem se constituiu de oitocentos e um questionários enviados, sendo que trezentos e quinze retornaram respondidos, totalizando 100% da amostra inicialmente esperada.

---

<sup>5</sup> A escolha do cursos foram aleatórias.

No limiar da investigação estava correndo conforme o planejamento, mas no decorrer da mesma foram surgindo **limitações** às quais destacaremos aqui:

Geográfica: O Brasil possui uma extensão territorial muito grande, conforme especificado em capítulo cinco, tornando-se inviável abranger dados de mais Universidades no País, apesar do uso de recursos tecnológicos que teoricamente reduziriam as distâncias.

Acessibilidade: Apesar da várias tentativas de envio dos questionários não se atingiu o número respostas esperadas dos entrevistados.

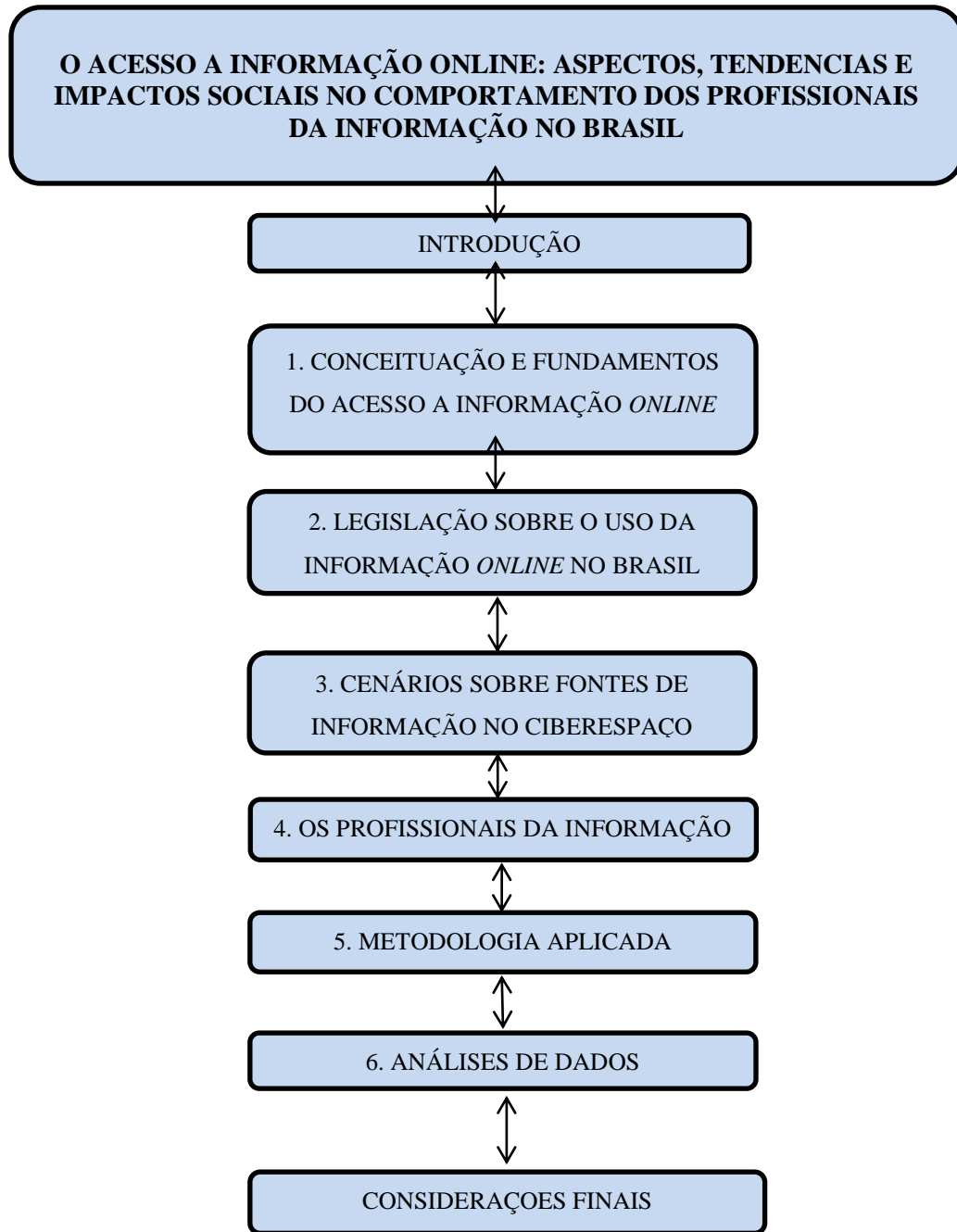
Econômica: A investigação foi inteiramente financiada com recursos próprios da pesquisadora.

Estratégicas: Inicialmente selecionamos os graduandos que estivessem cursando o ultimo semestre dos respectivos cursos, mas alguns alunos estavam matriculados nos dois últimos semestres, o que fez com que se adotasse o critério de estender a pesquisa para os alunos do ultimo ano letivo antes da colação de grau.

Após, finalizados os processos de coleta e análises dos dados, **os resultados esperados** são que a investigação traga conhecimento da motivação comportamental conhecimento das influências, impactos e tendências do acesso da informação *online*, a identificação dos problemas comportamentais, e que estes possam servir como elementos de base para despertar o interesse tanto dos usuários quanto dos profissionais da informação para novos estudos que envolvam as humanidades uma vez que a conexão com a Internet é um hábito que é imputado a todos e o hábito da leitura não muito. Assim visto que o hábito da leitura sem duvida transforma as pessoas, e como as duas coisas são necessárias e interconectadas, busca-se a mediação das necessidades atribuição conferida ao profissional da informação, haja vista que o estudo das competências informacionais estão inseridas no seu processo de formação sobre tudo ao trato e uso das informações, busca-se cada vez mais conhecimento, mas há que se ter uma formação também com base nos princípios éticos de conduta e comportamento para quaisquer forem os fins, pois em nenhum momento se pode abandonar a racionalidade que é necessária ao convívio em sociedade.

Para que possam ainda dar visibilidade e subsídios aos futuros cenários, positivando a relação com os desafios de desempenhar a função de profissional da informação e melhor visualizar todo o contexto que permeou a tese inserimos uma estrutura dos conteúdos através de Figura 0.1:

FIGURA 0.1: SISTEMA ESTRUTURAL  
**ESTRUTURA DE CONTEÚDOS DA TESE**



Fonte: Elaboração da autora

Acredita-se que a **estrutura** da pesquisa faz parte também dos resultados desta, sendo assim pretendeu-se dar enfoque em todo o processo como se segue:

A introdução: Têm a função de justamente introduzir as vertentes que foram

estabelecidas na investigação, partindo da elaboração da proposta de tese, conceituação do problema, justificativa do estudo, denominação do caráter inovador da pesquisa, o motivo que levou ao interesse pelo tema proposto, as definições das hipóteses e objetivos, perpassando pela metodologia, delimitações que surgiram no decorrer da pesquisa, e os resultados esperados, a estrutura, o desenvolvimento, os capítulos um, dois, três, quatro, cinco, seis, e as considerações finais.

O desenvolvimento: Embasados por teorias, empirismo, e informações é que se pode desenvolver a investigação que foi dividida em sete capítulos distintos um em complementação ao outro até que se formasse o texto refletindo o contexto das hipóteses, objetivos e problemas levantados, permitindo que a junção de cada um desses capítulos que surgia desse corpo a uma tese doutoral.

Capítulo 1: Diante de uma nova ordem organizacional e comportamental, que está transformando o cenário mundial no que tange ao acesso a informação online, onde o profissional esta inserido, e onde o manejo da informação é seu insumo de trabalho. O capítulo teve a finalidade de abordar os fundamentos conceituais da informação, discutir os impactos sociais causados pelo acesso, discutir a leitura e a percepção da mensagem, a gestão documental, principais características, tendências, paradigmas, e a recuperação da informação online.

Capítulo 2: Visando contextualizar o uso da informação online em seus múltiplos aspectos. O capítulo intenta conhecer a informação do ponto de vista do documento, considerando desde os primeiros registros em suporte convencional até os documentos eletrônicos e digitais. Assim bem como as principais Leis e Decretos vigentes sobre o acesso e uso da informação online existentes no Brasil.

Capítulo 3: Consiste em uma abordagem analítica sobre o ciberespaço e Internet, como fontes de informações para a pesquisa, e também com análise sobre os principais aspectos das redes sociais especificando Facebook e blogs como espaços de ensino e aprendizagem para a formação do pesquisador e ainda uma explanação geral sobre a fonte de informação que se designa biblioteca virtual e digital e ou eletrônica.

Capítulo 4: O capítulo, tratou-se sobre os objetivos pelos quais foram criados os

arquivos e as bibliotecas no Brasil, e a formação e a definição dos cursos, desde sua origem até nosso tempo, se discutiu os conceitos e as características da profissão do bibliotecário e do arquivista denominados como profissional da informação e deu-se enfoque á questão das competências. Fez-se abordagem do perfil do profissional da informação e suas diversas atuações no campo da alfabetização e letramento informacional.

Capítulo 5: O capítulo descreveu todos os procedimentos adotados para formar a pesquisa de campo, dando ênfase aos aspectos metodológicos, e salientando o objeto da investigação, demonstrando o processo de construção dos instrumentos de coleta de dados desde a versão teste para verificação e compreensão das perguntas até a versão final para efetivamente colher os dados. Esclarecendo os procedimentos adotados para obtenção dos resultados.

Capítulo 6: O capítulo apresentou os dados coletados por meio da aplicação do instrumento questionário, procedeu-se a análise dos dados e apresentação dos gráficos naturalmente acompanhados dos percentuais obtidos, e comentários analíticos após apresentação, ao final de cada gráfico inseriu-se análise individual, e elaborou-se uma análise conclusiva da investigação.

Considerações finais: Momento de fazer o fechamento da investigação onde se confirmou as hipóteses e os objetivos e sinalizou-se a resolução do problema, com as considerações conclusivas.

#### Referências Bibliográficas:

#### Apêndices:

#### Anexos:

Finalizando a apresentação da investigação se adotou ao elaborar as referências as normas internacionais, ISO 690:2010 e ISO 690-2: 2010, as quais estabelecem a ordem dos elementos na elaboração das referências bibliográficas, bem como as convenções para a transcrição e apresentação da informação proveniente das mais diversas fontes de informação.

## **CAPÍTULO 1**

### **CONCEITUAÇÃO E FUNDAMENTOS DO ACESSO A INFORMAÇÃO**

---

## **ESQUEMA DO CAPÍTULO**

### **1. CONCEITUAÇÃO E FUNDAMENTOS DO ACESSO A INFORMAÇÃO ONLINE**

#### **ESQUEMA DO CAPÍTULO**

#### **OBJETIVO DO CAPÍTULO**

#### **1.1 CONTEXTOS DA INFORMAÇÃO**

##### **1.1.1 Conceitos de informação**

##### **1.1.2 Gestão da informação**

##### **1.1.3 Gestão documental**

##### **1.1.4 Marketing no uso da informação**

#### **1.2 PARADIGMAS DO ACESSO A INFORMAÇÃO ONLINE**

##### **1.2.1 Impacto social do acesso online**

##### **1.2.2 Leitura e percepção da mensagem online**

##### **1.2.3 Recuperação e busca da informação**

##### **1.2.4 Tendências e Paradigmas**

#### **CONCLUSÃO DO CAPÍTULO**

### **OBJETIVO DO CAPÍTULO**

Diante de uma nova ordem organizacional e comportamental, que está transformando o cenário mundial no que tange ao acesso a informação online, onde o profissional está inserido, e onde o manejo da informação é seu insumo de trabalho. O presente capítulo tem a finalidade de abordar aspectos conceituais, principais características, tendências e paradigmas do processo de acesso, busca e recuperação da informação online.



## CAPÍTULO 1

### 1. CONCEITUAÇÃO E FUNDAMENTOS DO ACESSO A INFORMAÇÃO ONLINE

#### 1.1 CONTEXTOS DA INFORMAÇÃO

O saber conhecer teórico é basal para apropriar-se dos conhecimentos, é da teoria que se têm sustentação para proceder qualquer ação conforme elucida Valentim (2010, p.14):

A informação é insumo para qualquer fazer, seja no âmbito acadêmico seja no âmbito empresarial. A geração do “novo” conhecimento somente é possível quando a informação é apropriada pelo indivíduo, por meio do estabelecimento das relações cognitivas.

E para se estabelecer uma visão panorâmica de como se dá o acesso à informação *online*, requer que se interliguem conceitos que abarquem gestão da informação, gestão de documentos, uso e marketing da informação, dando-se também atenção às questões dos paradigmas, como impactos sociais, leitura e percepção da mensagem, busca e recuperação da informação, com enfoque nas tendências desses paradigmas

A necessidade das tomadas de decisões acertadas e muitas vezes repentinas fez com que as organizações repensassem sobre a informação, pois ela assume, hoje, uma importância crescente e fundamental no mundo. Não só nas decisões, como também, para realização de qualquer atividade na organização, ela é imperativa. (CHOO 2006, p.27), entende que:

“A informação é um componente intrínseco de quase tudo que uma organização faz. Sem uma clara compreensão dos processos organizacionais e humanos pelos quais a informação se transforma em percepção, conhecimento e ação, as empresas não são capazes de perceber a importância de suas fontes e tecnologias da informação [...] a concepção atual de administração e teoria organizacional destaca três arenas distintas onde a criação e o uso da informação desempenha um papel estratégico no crescimento e na capacidade de adaptação da empresa”.

A palavra informação é freqüentemente utilizada sem muita consideração pelos vários significados que adquiriu ao longo do tempo.

Mesmo sendo totalmente didático, o termo informação pode ser utilizado como: a própria mensagem trocada entre duas ou mais pessoas, como sinônimo de dado ou conhecimento, ou mesmo sinônimo de documento.

Podemos verificar que existem muitas definições da palavra informação. Na área da Arquivologia, da comunicação, da informática entre outras. Porém para que possa haver um entendimento na utilização do termo “informação” faz-se necessário reforçar o conceito do que efetivamente é informação. Mesmo sendo didáticas as variações são justificadas pelo uso da terminologia da palavra.

### **1.1.1 Conceitos de informação**

A palavra informação deriva do latim, ETIM lat. Information, onis 'ação de formar, de fazer, e ainda fabricação.

Enquanto seu conceito carrega uma diversidade de significados, do uso cotidiano ao técnico. Sua terminologia está intimamente ligada às noções de comunicação, controle, dados, forma, instrução conhecimento, significado, estímulo, percepção, representação do conhecimento entre outros.

HOUAISS, em seu dicionário define informação como:

“Informação: 1 ato ou efeito de informar(-se): informe 2 notícia, conhecimento, ciência[ainda não temos i. Sobre seu estado de saúde] 3 conjunto de conhecimentos reunidos sobre determinado assunto ou pessoa 4 fato de interesse geral a que se dá publicidade 5 COM quantidade numérica que mede a incerteza do resultado de um experimento a realizar-se; medida quantitativa do conteúdo da informação 6 INF mensagem suscetível de ser tratada pelos meios informáticos; conteúdo dessa mensagem 7 INF produto do processamento de dados 8 MIL B conjunto de informes (documentos ou observações) já analisados, integrados e interpretados, que habilita um comandante a tomar decisões seguras relativas a uma linha de ação e à conduta da manobra (mais us. no pl.) 9 DIR FAL fase inicial do processo falimentar onde são apurados os bens, os direitos e as obrigações do falido 10 DIR ADM ato pelo qual órgão da administração pública faz esclarecimentos sobre o processo administrativo 11 GAR sinal de possível existência de diamantes nas adjacências, dado pela presença de satélites (minerais).”

Utilizando ainda outra definição, Segundo, Holanda (1988. p.227):

Informação é ato ou efeito de informar ou informar-se, comunicação, indagação, conjunto de conhecimentos sobre alguém ou alguma coisa, conhecimentos obtidos por alguém, fato ou acontecimento que é levado ao conhecimento de alguém ou de um público através de palavras, sons ou imagens, elemento de conhecimento susceptível de ser transmitido e conservado graças a um suporte e um código. Sob essa visão, a informação é vista como “algo” advindo de uma ação, advindo do verbo informar.

A intenção é de gerar conhecimento ao indivíduo para que o mesmo interaja com seu espaço, modificando a consciência também do grupo social, sintonizando-o com seu passado

presente, e com as perspectivas do futuro. Contudo, para que a informação seja instrumento de comunicação ela precisa ser registrada exata para que se torne confiável, e o ato de registrar possibilita as gravações dos documentos, e conseqüentemente à ordenação e guarda adequada destes.

Para tanto o documento encontra na normalização, elementos básicos que facilitam os resultados intelectuais acessíveis a todos, sendo que uma documentação normalizada de acordo com padrões internacionalmente conhecidos facilita a produção humana, o armazenamento, e ainda o processo de comunicação que se dá como subsídios para as tomadas de decisões.

<sup>6</sup>Claude Shannon apud (SANTOS 2001, p.8) descreve o conceito de informação da seguinte forma: [informação é]:

“o que acrescenta algo a uma representação [...] recebemos informação quando o que conhecemos se modifica. Informação é aquilo que logicamente justifica alteração ou reforço de uma representação ou estado de coisas. As representações podem ser explicitadas como num mapa ou proposição, ou implícitas como em estado de atividade orientada para um objetivo receptor”.

DAVENPORT (2002, p.19) utiliza como base de suas teorias o conceito de informação de <sup>7</sup>Drucker, “*dados dotados de relevância e propósito*”. Essa definição de informação leva ao entendimento de que somente os seres humanos podem dotar dados de tais atributos.

Simultaneamente a informação só será significativa, se vier acompanhada de “*oportunidade, exatidão e relevância*”. Aqui a importância entre se trabalhar à informação, e não apenas carregar bases informatizadas com dados primários. Sendo assim crer-se que pessoas são ainda os melhores “meios” de identificar, filtrar, interpretar e integrar informações. O que sem dúvida torna esta abordagem imprescindível no contexto da pesquisa.

### 1.1.2 Gestão da informação

Dada a importância de tal abordagem, é pertinente aferir sobre a gestão da informação, ainda que de forma breve, uma vez que ela pode ser vista sobre incontáveis perspectivas citam-se algumas: a informação como facilitadora na identificação de alternativas inovadoras

---

<sup>6</sup>Claude Elwood Shannon foi um matemático americano, engenheiro eletrônico, criptógrafo, conhecido como "o pai da teoria da informação".

<sup>7</sup>Peter Ferdinand Drucker foi um escritor professor e consultor administrativo de origem austríaca, considerado como o pai da administração moderna, sendo o mais reconhecido dos pensadores do fenômeno dos efeitos da globalização na economia em geral e em particular nas organizações.

no processo de elaboração da estratégia organizacional; e a informação como um componente da própria estratégia organizacional, e, sobretudo a informação como fonte de pesquisa.

A importância da informação nas organizações é destacada por (BEUREN, 2002, p. 47).

“A informação é fundamental no apoio às estratégias e processos de tomada de decisão, bem como no controle das operações empresariais. Sua utilização representa uma intervenção no processo de gestão, podendo, inclusive, provocar mudança organizacional, à medida que afeta os diversos elementos que compõem o sistema de gestão. Esse recurso é vital na organização, quando devidamente estruturado, integra as funções das várias unidades da empresa, por meio dos diversos sistemas organizacionais”.

Diante da realidade em que as empresas vivem, ou melhor, um sistema aberto e interativo suportado por uma rede de processos articulados, e que os canais de comunicação existentes dentro e fora da empresa são irrigados por informações, forçosamente obrigam os gestores a criarem uma política eficiente de gestão da informação, onde o processo esteja estruturado de modo que as empresas obtenham, distribuam e usem a informação e o conhecimento.

A tal procedimento chamamos de gestão da informação segundo (VALENTIM, 2005, p. 29 )

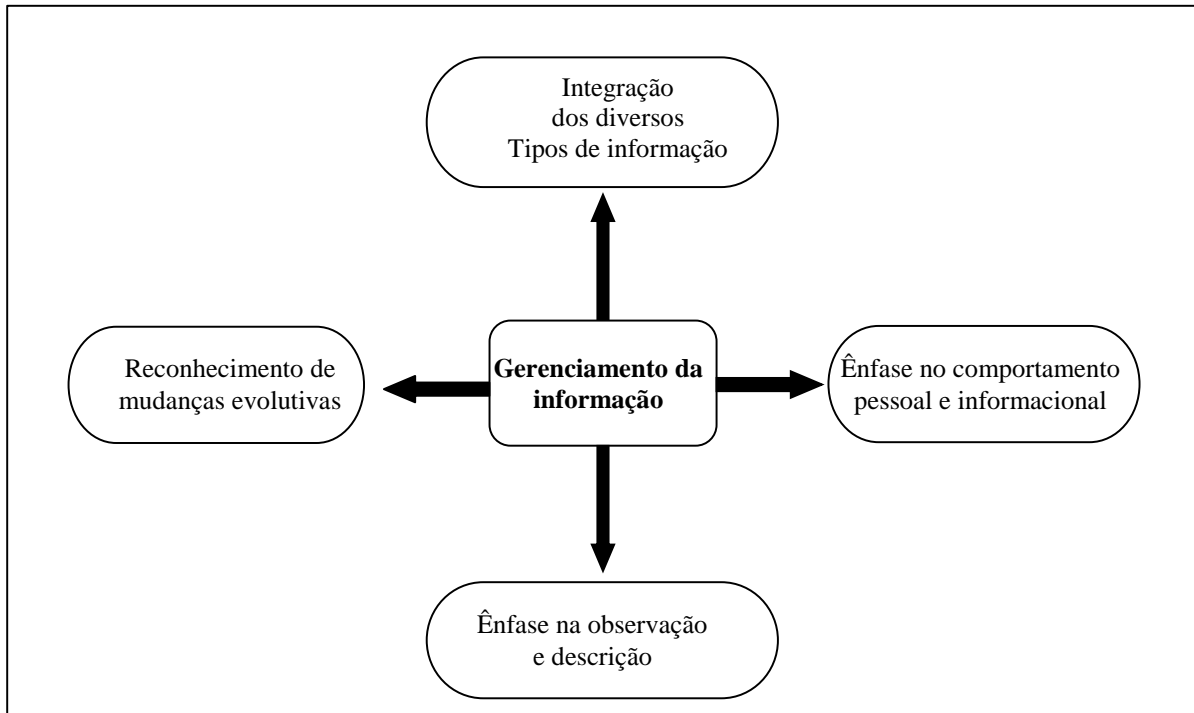
“Gestão da informação é um conjunto de estratégias que visa identificar as necessidades, informacionais, mapear os fluxos formais da informação nos diferentes ambientes da organização, assim como sua coleta, filtragem, análise, organização, armazenagem e disseminação, objetivando apoiar o desenvolvimento das atividades cotidianas e a tomada de decisão no ambiente corporativo”.

A gestão da informação é caracterizada por um conjunto de processos que englobam várias atividades de planejamento, organização, direção, distribuição e controle de recursos. Nas organizações esses recursos podem ser materiais, econômicos, tecnológicos, informacionais, humanos entre outros. O objetivo da gestão é racionalizar e melhorar a eficiência das atividades que envolvem uma organização.

Dentre as estratégias do processo que envolve as atividades da organização DAVENPORT (1998, p. 167) faz referência a um modo holístico de pensar retratando o gerenciamento da informação e constrói uma análise representada por quatro atributos primordiais.

O autor elucida de forma clara que os atributos são complementares e ligam-se ao eixo que é o gerenciamento da informação, os quatro atributos tem função agregadora conforme demonstra-se na figura 1.1 a seguir:

Figura 1.1: Atributos ao gerenciamento da informação



Fonte: Adaptação de (DAVENPORT, 1998 p. 168)

Conforme figura acima, reconhece-se os passos para conduzir o gerenciamento da informação a implementação dos atributos, cabe-nos especifica-los individualmente. Assim seguem-se as nuances de cada um:

**1. Atributo:** Integração dos diversos tipos de informação

Muitas organizações utilizam na administração a informação de várias formas, independente da forma física, podendo estar ou não disponíveis em componentes de TI. Para o autor, “essa integração tem sido impulsionada não apenas pelas novas tecnologias, mas também pela necessidade de melhorar o aprimoramento de formas não tradicionais de informação”. Davenport, (1998 p. 168).

**2. Atributo:** Reconhecimento de mudanças evolutivas

O ambiente informacional é afetado por mudanças frequentes tais mudanças estão relacionadas tanto a fatores internos como externos à organização, segundo o autor, “é impossível entender ou prever totalmente como um ambiente informacional vai evoluir dentro de uma empresa, a administração informacional precisa abrir espaço para transformação até mesmo quando não se sabe que tipo de informação será esta”. Davenport, (1998 p. 168)

**3. Atributo:** Ênfase na observação e descrição

A organização tem como principio valorizar suas informações, e as transformações constantes impossibilitam fazer previsões futuras sobre novos concorrentes ou sobre o tipo de

informação que lhes serão necessárias. Para o autor, “faz muito mais sentido descrever que tipo de informação sobre a concorrência a empresa possui no juntamente com os recursos para obtenção de novas informações quando estas forem necessárias”. Davenport (1998 p. 169)

#### **4. Atributo:** Ênfase no comportamento pessoal e informacional

Nesse sentido é importante que a organização adote procedimentos que valorizem as pessoas e as reconheçam como parte do processo, não somente quando lhes são oferecidas as informações, mas criando mecanismos facilitadores do seu uso efetivo.

Ser um gestor da informação é uma tarefa complexa, existem vários fatores que interferem na gestão, o profissional deve aprimorar-se nos vários atributos, entre eles, disciplina, controle e habilidades, principalmente no manejo com a informação. Até porque há uma avalanche de informação por toda parte.

A explosão de produtos informativos em vários formatos exige desenvolvimento de métodos e técnicas para identificação e avaliação das fontes cada vez mais necessárias para que a empresa atinja seus objetivos. Outro fator é acompanhar o surgimento de novas tecnologias, que por um lado, facilita o processo de pesquisa e recuperação, em contra partida gera um crescimento imensurável no banco de dados, e finalmente, a monitoração com o conteúdo disponibilizado pela Internet, após seu surgimento, que é um importante passo na transição da criação de uma nova cultura da informação, embora tenha permitido quebrar as barreiras geográficas e as informações disponíveis, a informação multiplica descontroladamente, em consequência deve ser submetida a um processo complexo de seleção, considerando que nem tudo que é publicado tem qualidade e é de confiança.

No entanto para que a gestão da informação atinja os seus objetivos, e traga resultados para a organização, a responsabilidade não pode ser delegada somente ao gestor, profissional da informação, é necessário que todas as pessoas estejam envolvidas no processo, isso facilitará o tramite da informação. Não bastam apenas enormes investimentos em tecnologias, é necessário um trabalho de divulgação do processo, mudança comportamental e aceitação por todo o corpo funcional, de modo que todos possam criar caminhos próprios em direção ao conhecimento. E um desses caminhos é a gestão documental.

### **1.1.3 Gestão documental**

Torna-se pertinente discorrer sobre a gestão documental, porque a racionalização e o controle de um grande volume de documentos exigem que as instituições estabeleçam

modelos, métodos, técnicas e instrumentos que colaborem para o aumento da eficiência na realização de suas atividades.

Em meados do século XX, principalmente a partir da II Guerra Mundial, em decorrência do progresso científico e tecnológico alcançado pela humanidade, a produção de documentos cresceu a níveis tão elevados que superou a capacidade de controle e organização das instituições, as quais se viram forçadas a buscar novas soluções para gerir as grandes massas documentais acumuladas (PAES, 2002, p.53).

Diante dessa quantidade de produção documental, os profissionais da informação se deparam com uma nova necessidade, lidar com a documentação de uso constante, auxiliar na produção visando estabelecer parâmetros para essa demanda, surge assim novas etapas que vieram a ser conhecida como gestão documental. Franco, citando Rodrigues nos conta:

Surge um modelo sistêmico de organização de arquivos, onde o documento passa a ser controlado desde o momento de sua produção até sua destinação final: eliminação criteriosa ou guarda permanente, definido como gestão documental Rodrigues (2003, p.36).

No dicionário da Associação de Arquivistas de São Paulo, (1996, p.46), estão os conceitos relativos às etapas da gestão como o “conjunto de medidas e rotinas que tem por objetivo a racionalização e eficiência na produção, tramitação, classificação, avaliação, arquivamento, acesso e uso das informações registradas em documentos de arquivo”.

O conceito de gestão documental esta presente também no texto da Lei Federal nº 8.159, de oito de Janeiro de 1991 que: “Considera a gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento permanente” Paes (2002, p.83).

Nas etapas da gestão documental, Paes divide os conceitos apresentando-os em três fases básicas: produção, utilização e destinação. Segundo a autora a produção é:

[...] à elaboração dos documentos em decorrência das atividades de um órgão ou setor. Nesta fase, o arquivista deve contribuir para que sejam criados apenas documentos essenciais à administração da instituição e evitadas duplicação e emissão de vias desnecessárias; propor consolidação de atos normativos alterados ou atualizados com certa frequência, visando à perfeita compreensão e interpretação dos textos; sugerir extinção ou criação de modelos e formulários e o melhor aproveitamento de recursos reprográficos [...] Paes, (2002, p.54).

Dessa forma para o empresário, o início do procedimento se faz na criação do documento, em sua elaboração é preciso pensar em todas as etapas que o documento deve percorrer e a quem ele deve servir. Essa etapa pode ser compreendida como a forma que o documento irá assumir, bem como o conteúdo que ele irá representar.

Para a autora a segunda etapa a utilização, esta relacionada às tarefas de controlar o fluxo de documentos conforme descreve a seguir:

[...] atividades de protocolo (recebimento, classificação, registro, distribuição, tramitação), de expedição, de organização e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, bem como a elaboração de normas de acesso à documentação (empréstimo, consulta) e à recuperação de informações, indispensáveis ao desenvolvimento de funções administrativas, técnicas ou científicas das instituições (PAES, 2002, p.54).

Considerando a autora, quanto às colocações sobre a utilização, Franco também complementa dizendo que:

As tarefas de recebimento, classificação, registro, distribuição e tramitação, executadas pelo protocolo, consistem em receber e distribuir a documentação, de maneira que fique registrado o nome dos setores que receberam e enviaram documentos internamente. A expedição refere-se à documentação que será remetida a setores externos, outra unidade com outro protocolo ou, ainda, de outra organização. É preciso observar que, apesar do termo tramitação ser mencionado ao lado de tarefas rotineiras, trata-se de um conceito que abarca todas estas ações. Franco (2007, p.72)

Por fim, apresenta-se a terceira etapa, a destinação. Esta etapa da gestão pode ser considerada a que tem maior visibilidade para as empresas, pois aponta para uma solução para o acúmulo incontrolável de documentos. Segundo Paes:

Avaliação e destinação de documentos: talvez a mais complexa das três fases da gestão de documentos, se desenvolve mediante a análise e avaliação dos documentos acumulados nos arquivos, com vistas a estabelecer seus prazos de guarda, determinando quais serão objeto de arquivamento permanente e quais deverão ser eliminados por terem perdido seu valor de prova e de informação para a instituição Paes ( 2002, p.54).

É a partir daí que os conjuntos documentais retratam o conhecimento, trata-se do momento em que o conhecimento sobre o caráter dos conjuntos documentais produzidos será posto à prova, pois é esse conhecimento que deve dar segurança aos gestores de documentos para coordenarem a eliminação. Não é difícil constatar os danos causados por informações e



provas perdidas. Por outro lado, a guarda de uma documentação inútil pode gerar gastos desnecessários. Assunto do qual Franco também faz as seguintes considerações:

A avaliação consiste em trabalho interdisciplinar que permite identificar valores para os documentos e analisar seu ciclo de vida, com vistas a estabelecer prazos para sua guarda ou eliminação, contribuindo para a racionalização dos arquivos e eficiência administrativa, bem como para a preservação do patrimônio documental (BERNARDES, 1998, p.14 apud Franco, 2007, p. 82).

É pertinente observar o ciclo de vida do documento para estabelecer datas de eliminação porque não há como conceber espaço para documentos inúteis, nesse caso o uso do espaço indevidamente gera custos altos, por outro lado depois de uma avaliação eficaz é necessário que se aplique procedimentos de uso da informação, e o Marketing é uma maneira de fazê-lo.

#### **1.1.4 Marketing no uso da informação**

Discorrer sobre o marketing parece oportuno, uma vez que seu uso propriamente dito é fundamental como instrumento para dar visibilidade ao produto, o produto no caso é a informação, analisam-se então alguns parâmetros. Inicialmente o marketing tradicional opera como produtos, que são bens tangíveis, materiais e que pode ser estocado, já o marketing em serviços objeto do nosso estudo são intangíveis, imateriais, que não podem se estocados.

Os serviços podem ser oferecidos tanto para o consumidor final, quanto para intermediários, empresas que utilizarão esses serviços para produzir seus próprios bens ou outros serviços, e também de forma a deixar exposta a informação atrativa para o usuário.

Serviço é um ato ou desempenho oferecido por uma parte à outra. Esse ato é essencialmente intangível, podendo ou não, estar associado a um produto físico (KOTLER, 2003 p.58). De acordo com Ambrósio (2002, p.13), serviços são intangíveis, logo não podem ser vistos, cheirados, tocados ou provados antes de serem comprados, do mesmo modo que são produzidos e consumidos simultaneamente. Ele ainda pode ser variável, dificilmente um serviço será igual a outro. Além disso, como é um desempenho, um serviço não pode ser estocado, é perecível.

Conforme Kotler (2003 p.60), o seguimento também pode ser classificado em relação à durabilidade e à tangibilidade. No primeiro caso, a durabilidade varia de perecível (como é o caso de serviços de lazer, de curtíssima duração) até duráveis (como é o caso da educação, que se estende por vários anos). Em relação à tangibilidade, essa também varia de serviços

altamente intangíveis (é o caso, por exemplo, de visitas a museus) até os que agregam produtos totalmente tangíveis (lojas de varejo, que prestam serviços para a transferência de bens ao consumidor). Essa classificação aplica-se ao segmento dos serviços destinados tanto ao consumidor final, quanto ao empresarial.

"O marketing para serviços é diferente do formulado para produtos, uma vez que o serviço não envolve transferência de propriedade de bem tangível, tem características peculiares de intangibilidade, perecibilidade, inseparabilidade e heterogeneidade que condicionam usos específicos e diferenciados ao composto de marketing para atingimento de mercado-alvo." (SILVEIRA, 1986, p.50).

Marketing para serviços com vistas ao mercado-alvo, obviamente, tende a ser específico por trata-se de informação, conforme demonstrado a seguir:

**QUADRO 1. 1 - Diferenças entre marketing tradicional e de serviços**

Marketing		
Diferenças entre Marketing tradicional e Marketing em serviços	Marketing tradicional	Bens tangíveis, materiais que podem ser estocados.
	Marketing em serviços	Bens intangíveis , imateriais que não podem ser estocados

Fonte: Elaboração da autora

Conforme se pode observar no quadro 1.1, as duas maneiras em que é apresentado o marketing, apesar de se destinarem ao consumidor final, possuem especificidades próprias sendo que os serviços não são mensuráveis, estando sujeitos à satisfação do consumidor. Satisfação esta que vai depender do mercado, da demanda dos serviços, das questões demográficas, e comportamentais.

“O produto ou oferta alcançará êxito se proporcionar valor e satisfação ao comprador-alvo. O comprador escolhe entre diferentes ofertas com base naquilo que parece proporcionar o maior valor.” (KOTLER, 2003, p.33)

Devendo-se observar ainda que o valor agregado aos serviços por sua vez esta entrelaçado ao custo. Kotler ainda acrescenta que:

“Definimos valor como a razão entre o que o cliente recebe e o que ele dá. O cliente recebe benefícios e assume custos. Os benefícios incluem benefícios funcionais e emocionais. Os custos incluem custos monetários, de tempo, de energia e psicológicos.” (KOTLER, 2003, p.33).

Portanto, a satisfação em adquirir serviços de informação se torna ainda mais complexa, exigindo-se do profissional uma maior atenção às tendências e preparação para lidar com os novos desafios.

De acordo com Dholakia et.al. (1997, p. 235) analisando-se da perspectiva de estratégia de marketing, os serviços de informação apresentam novos desafios porque representam um novo tipo de oferta no mercado que resiste à categorização em algumas estruturas existentes nesse mercado.

Destaca-se que os serviços de informação constituem um subsetor único do setor de serviços das economias de nações avançadas. Os serviços de informação partilham algumas características com outras classes de serviços e, além disto, possuem algumas características de natureza singular.

Conforme Dholakia et. al. (1997, p.237) entre as características do marketing de informação estão:

- **Intangibilidade** - Os serviços de informação encontram-se entre os serviços mais intangíveis, embora sejam necessários equipamentos consideráveis para movimentar e processar as informações.
- **Volatilidade** - Uma vez utilizados, muitos dos serviços de informação não deixam vestígios físicos com o consumidor.
- **Uso intensivo de tecnologia** - Da mesma forma que o transporte aéreo e muitos serviços financeiros, a maior parte dos serviços de informação utiliza intensivamente a tecnologia. Esta é necessária não apenas junto ao usuário, como também na rede, que normalmente não é visível por ele.
- **Prestação de serviços inter-organizacionais** - Muitos serviços de informação são prestados por complexas e longas cadeias de organizações associadas. 'Um marketing eficaz desses serviços exige, por conseguinte, aceitação entusiástica não apenas do ponto de vista de seu uso, como também por parte de todas as instituições intermediárias que lidam ou agregam valor ao serviço' (Dholakia et. al. 1997, p.239).

Além das características citadas, em serviços de informação denota-se a participação passiva ou coparticipação do usuário, que vivencia, e avalia o serviço que lhe é prestado conforme seus valores, expectativas e crenças.

Amaral (1996) sugere que se adote também a ideia de se conhecer as necessidades de informações dos usuários de serviços ou produtos de informação utilizando-se as técnicas de análise do consumidor, que considera aspectos sociais, culturais e psicológicos, possibilitando

que tais serviços estejam voltados para “as necessidades, percepções, preferências e satisfações dos consumidores de informação no mercado em que atuam, conforme a posição assumida pela organização”. (AMARAL, 1996, p.210).

É imprescindível compreender o comportamento do usuário nesse processo de segmentação, cabe a ele a escolha o que sem dúvida possibilita a avaliação, melhorias ou adequações apropriadas ao produto.

Consideram-se não somente as necessidades mais também o ambiente que o usuário da informação esta inserido, para identificar o grupo principal a ser atendido. Esta pratica busca formas de, identificar, dividir e agrupar mercado, visando à satisfação do público-alvo.

Estabelece-se assim um equilíbrio das necessidades de informação proposta pelos usuários e os interesses das prestadoras de serviços informativos que tenham condições de atendê-los. Contudo a informação é precedida de contextos, assunto que se aborda a seguir.

## 1.2 A INFORMAÇÃO E NUANCES

A informação é preceituada de diferentes fases e aspectos, e visa-se à abordagem de alguns deles, mesmo que de forma breve, tais aspectos são a informação como patrimônio cultural, patrimônio digital, patrimônio imaterial, políticas culturais, e a formação do leitor para a pesquisa.

### 1.2.1 Informação como patrimônio cultural

Entende-se por patrimônio o que nos foi deixado do passado, e nosso presente é o que vamos deixar de patrimônio para outras gerações que ainda virão, e o patrimônio cultural é exatamente nossa inspiração nossa identidade segundo Fernández-Aballi (2009, p.1).

A identidade é formada pela memória que esta nos objetos de cunho histórico, a memoria é construída através dos fatos, pode-se citar as guerras, e os governos que por motivos políticos e ou motivos fúteis resolvem ao seu bel prazer destruírem os patrimônios culturais para apagar ou mudar o curso da história, essa sempre foi uma prática que vem desde o inicio da biblioteca de Alexandria e se estende até os dias atuais.

Apesar das tentativas da UNESCO<sup>8</sup> de impedir esses desmandos, lamentavelmente não conseguem impedir todos os fatos, e vez ou outra ainda acontecem.

---

<sup>8</sup> Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura

Cita-se alguns de casos mais conhecidos, como o incêndio da biblioteca de Alexandria a maior do mundo, as constantes disputas, como guerras e invasores com bombas a procura por terroristas dos países Árabes, o caso do Tibet., com a destruição de vinte e oito edifícios históricos, denotando-se que é alarmante a destruição da memória documental, arquitetônica e arqueológica originais da civilização desses países.

É impreterível dar a globalização um “rosto humano” é necessário que todos nos contribuamos para a formação de um ser planetário, que não creia em guerras e que veja a diversidade natural e cultural do planeta como suas mais preciosas riquezas. Um ser planetário que trabalhe pela excelência e pela plenitude da raça humana Fernández-Aballi (2009, p.8) <sup>9</sup>.

A reflexão do autor faz um alerta para mudanças de atitudes com relação ao patrimônio cultural do mundo, denotando que está mais do que na hora de assumir posturas mais tolerantes tão preciosas à conservação das informações culturais. Não somente a preservação é relevante é preciso reconhecer a mudança também no formato da informação.

### 1.2.2 A Informação como patrimônio digital

O crescimento vertiginoso<sup>10</sup> da informação registrada em mídia digital equivale a meio milhão de novas bibliotecas, e o suporte magnético que alcançou crescimento que supera 80% em três anos. De acordo com os professores citados o crescimento é justificado por duas boas razões o armazenamento em suporte de mídia se comporta ao armazenamento em papel, tem uma redução de preço bem considerável além da diversidade de formatos disponíveis do suporte em meio digital.

Segundo a UNESCO<sup>11</sup>, é necessário 786 milhões de árvores para gerar todo o papel que se consome no mundo em um ano.

Podemos expor ainda que os fluxos de novos formatos que canalizam as informações difundidas em meios de comunicação elétricos, como o telefone a televisão o rádio, e a Internet, o telefone é o que canaliza mais informações, o tráfego de chamadas de telefones fixos e de celulares de voz como de dados, apresentam maior pujança pela rapidez de

---

<sup>9</sup> Tradução da autora.

<sup>10</sup> Segundo estudos dirigidos pelos professores Peter Lyman y Hal/ Varian da Universidade de BERKEYER (Califórnia).

<sup>11</sup> Cada habitante da terra consome uma média de 1510 folhas de papel a cada ano. (tradução da autora)

crescimento e por causa da Internet. Ainda citando o estudo da Universidade da Califórnia estima-se que 600 milhões de pessoas no mundo tem acesso a Internet.

E certo que é uma tendência à armazenagem da informação digital, por esse motivo os professores de BERKELEY, empregam o TERA BYTE e o EXBYTE com a unidade de medida de volume de informação.

A criação de catálogos eletrônicos parecia simples, nos últimos 50 anos, depois a preocupação veio com os conteúdos, as versões digitais de livros e imagens, o compartilhamento e os desafios são cada vez mais inesperados, dando vulnerabilidade ao patrimônio digital. Os suportes são cada vez mais dinâmicos, e a dinamicidade torna a sobrevivência do documento digital dependente de um suporte cada vez mais moderno, e essa ciranda não para, essa mudança continua dependendo do suporte pode causar sérios danos ao conteúdo do documento.

As condições de tempo podem ser um complicador para os suportes na medida em que esses não obedeçam a parâmetros estabelecidos pelas NORMAS (ISO)<sup>12</sup> referentes a umidade, e temperatura de preservação do suporte. Sendo assim há incontáveis aspectos que devem ser observados quanto à preservação do suporte para que evitemos o desaparecimento da informação. Também o desaparecimento da informação na própria Internet é um complicador, pois para a vigilância contra a perda do patrimônio digital o autor diz:

[...] A rápida obsolescência dos equipamentos que dão vida aos programas informáticos, as incertezas existentes em torno dos recursos, a responsabilidade e os métodos para sua manutenção e conservação e falta de legislação que ampare os processos [...] A evolução da tecnologia digital tem sido tão rápida e onerosa que os governos e instituições não podem elaborar estratégias de conservação oportunas e bem fundamentadas. Fernández-Aballi (2009, p.18) (tradução da autora)<sup>13</sup>

Segundo a OCLC<sup>14</sup>, o crescimento da Internet foi meteórico especialmente na WEB e os correios eletrônicos. Coisa que é perceptível a todos que estão ou não inseridos no meio digital. Para medir o crescimento usou-se como unidade de medida a análise por

---

<sup>12</sup> Segundo a Internacional Standard Organization, o parâmetro se chama *LIFE EXPECTANCY*, o qual é simbolizado pelas letras LE seguidas de um guia e um número que representa a quantidade de anos e qual o suporte em questão, e também está especificado as condições ideais de armazenamento (21° Cy 50% umidade relativa) garantidos por datas. (tradução da autora)

<sup>13</sup> [...] *la rápida obsolescência de los equipos y programas informáticos que dan vida, las incertidumbres existentes en torno a los recursos, la responsabilidad y los métodos para su mantenimiento y conservación y la falta de legislación que ampare procesos. [...] La evolución de la tecnología digital ha sido tan rápida y onerosa que los gobiernos e instituciones no han podido elaborar estrategias de conservaciones oportunas y bien fundamentadas. Fernández-Aballi (2009, p.18)*

<sup>14</sup> Online Computer Library Center

TERABYTES Somente em paginas fixa da *WEB*. Fato que responde a tendência de produzir e armazenar a informação em formato digital e transformar esta em código binário.

Segue-se avançando em estudos para acondicionar a informação em formato digital por todo o mundo. E seguem-se também as abordagens sobre as nuances da informação.

### 1.2.3 Informação e patrimônio imaterial

Como dito antes patrimônio remete a um objeto de família que passa de uma geração a outra (FONSECA, 2009, p.23).

Denomina-se como patrimônio imaterial, o contexto cultural, ou melhor, o histórico e artístico. São os saberes passados entre as gerações, motivos pelos quais o Estado preocupa-se com a conservação desses conhecimentos. Há outra preocupação que se deriva do acesso ao patrimônio devido também a diversidade cultural da humanidade. A Conservação é muito importante, mas o alcance social de tal importância é ínfimo, por ser considerado produto de elite e também porque há a dificuldade de incorporação no Universo cultural por tratar-se de não apenas produtos, mas também processo, como cita a autora: “É o caso, por exemplo, das festas, ritos e celebrações; danças, cantos e falas; de ofícios, técnicas e práticas culinárias e terapêuticas; de conhecimentos, mitos, línguas, lendas, enfim, de construções simbólicas que às vezes só são transmitidas oralmente”. (FONSECA, 2009, p.24).

As tradições de alguns grupos sociais são consideradas patrimônio imaterial, conhecido também como folclore ou cultura popular, mas nem todas as tradições são protegidas pelos instrumentos legais, no Brasil o instrumento legal mais conhecido é o tombamento. A referida proteção não se dá devido a uma série de questões a serem discutidas entre os produtores culturais, a sociedade e o governo.

As principais questões são as preocupações de como preservar sem interferências que mudem as tradições, e sem apropriação indevida do direito de autor ou de propriedade intelectual. Os produtores culturais, a sociedade e o governo sabem que é necessário a política de preservação para que as tradições não deixem de existir.

O IPHAN<sup>15</sup> vem criando e ampliando algumas iniciativas de preservação da informação, patrimônio imaterial, mas ainda somente uma tendência, políticas definidas de preservação efetiva não há, espera-se seja em futuro próximo.

---

<sup>15</sup> Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

### **1.2.4 Políticas da informação cultural**

Busca-se promover políticas de acesso a informação, uma discussão cada vez mais ascendente e que envolve os fatores educacionais econômicos e sociais dentre outros. Há alguns gargalos que além de serem mencionados para expor as dificuldades, como o analfabetismo, a desnutrição e o desemprego, são objetos de discussões também no meio científico. Segundo Suaiden (2009, p. 45) a grande exigência é o acesso à informação, seja ela bibliográfica ou Virtual.

A estrutura educacional merece políticas mais rígidas, pois não é difícil encontrar ainda, alunos que vão à escola por causa da merenda escolar, outro motivo também é a formação precária do professor e quando esse recebe formação adequada não é bem remunerado o que causa grande desmotivação na classe. Segundo o mesmo autor estudos mostram que há um declínio das classes sociais, há desrespeito à produção intelectual e falta de ética relacionada com os direitos autorais.

Um dado que impressiona é que há alunos que se formam sem ter compreensão do que seja o acesso à biblioteca escolar pública ou bibliotecas infanto-juvenis.

Parece que é necessária uma política de inclusão social, que só poderá ser feita com a observação da necessidade informacional dos grupos, com coerência e auxílio técnicos desempenhados pelos profissionais da informação. A inclusão social apresenta-se diretamente relacionada à inclusão digital, pois ainda segundo Suaiden (2009, p. 47) “A revolução tecnológica assinala um novo marco na história do desenvolvimento. Ela colabora para romper uma série de paradigmas e traz nos seu bojo duas questões fundamentais: mudança e inovação”.

E a mesma autora diz que só é possível mudar quando as pessoas se sentirem preparadas para essas mudanças, ou então será um excluído digital, quanto à inovação, pode-se dizer que ela possibilita novos nichos de mercado.

Por outro lado é preciso se capacitar para se incluir, outra realidade também brasileira a ser considerada é que grande parte da população não tem acesso ao computador, daí advém à importância do papel social que desempenha o profissional da informação, no sentido de promover políticas de ajustes afim de “mediar da informação e promover também políticas de leitura e hábitos de utilização da informação”.

Porém existem iniciativas de algumas universidades como, por exemplo, a UNB que com parcerias promove estudos que investigam os projetos e levantam dados de comportamentos das populações marginalizadas com relação ao livro a biblioteca e à



informação. E os resultados apontam para uma realidade decepcionante, a de que resolver as dificuldades enfrentadas pelas bibliotecas não são prioridades nas escolas e o fracasso escolar como evasão e repetência são de formação educacional inadequada e falta da disseminação adequada da informação. Fato que conjumina e conflita com o projeto que é a formação de leitores críticos e não passivos.

Para inserir um modelo de inclusão social por meio da inclusão digital é de suma importância à participação do profissional da informação, especialmente o bibliotecário que é capaz de promover a mediação da informação e incentivar medidas significativas ao desenvolvimento do processo de inclusão.

E também criar indicadores que visem a mediação dos impactos que são causados na sociedade decorrentes das tecnologias de informação na formação educacional do aluno, além da indicação de propósitos de adequação da informação junto as TIC<sup>16</sup>, e alfabetização informacional.

O hábito da leitura é fator preponderante para reduzir a exclusão social, pois enfraquece o analfabetismo. Diante desse contexto são necessárias medidas básicas e corretas para a inclusão social, e não é diferente que essa realidade também seja para a inclusão digital.

O acesso à informação só é importante se vem acompanhado do entendimento dessa informação, se não tal informação não tem nenhum valor, sendo assim educacional e culturalmente, o entendimento fica dependente e a sociedade marginalizada de políticas de mediação da informação e o apoio pedagógico ficam na dependência de decisões que facilitem a aplicação da inclusão social por inclusão digital.

O profissional da informação no Brasil vive momentos de incertezas e de grandes desafios sim, mas também de grandes perspectivas de grandes conquistas, pois possui ou tem condições de possuir o conhecimento informacional necessário como fontes de informação, fontes bibliográficas e domínio de acesso às informações virtuais, e é por meio desse profissional que frente às novas tecnologias esta de posse das habilidades que podem conduzir o processo de aprendizagem informacional e também pode ser o condutor da alfabetização dos chamados marginalizados, promovendo assim a inclusão digital e, por conseguinte a inclusão social.

---

<sup>16</sup>(TIC) Tecnologia da Informação e Comunicação

### 1.2.5 A informação e a formação do leitor

A absorção da informação depende do contexto de leitura ao qual o indivíduo foi inserido. Giraldi <sup>17</sup> (2005) disse que a questão da leitura no Brasil é sempre recorrente, ele expressa dizendo “sempre novo mesmo tema” o autor chama a atenção para a transformação da leitura em uma prática social num país de pouco leitores.

A leitura parece ser o ponto de partida no processo basilar de transformação do sujeito e por consequência da sociedade, mudanças que dependem segundo o mesmo autor do próprio indivíduo que tem a necessidade de conhecer seu projeto de existência, seu modo de ser no mundo. A compreensão advém do processo de interpretação que por sua vez se consegue da junção de experiências vividas de leituras e de visão de mundo que todos trazem no bojo da sua história de vida em sociedade.

Alguns estudiosos da educação no Brasil como Paulo Freire, já apregoava que o bom leitor não é somente formado por livros se suas condições sociais e escolares não forem transformadas. Sendo assim a formação do bom leitor esta além das paredes da escola, como dissemos a formação do leitor perpassa também pela sua história de vida, hábitos de leituras e, sobretudo visão de mundo, a partir desse contexto começa-se a construir o bom leitor, e as chamadas transformações que levam a leitura ao patamar de efetivamente prática social.

Os agentes transformadores estão diretamente ligados a perspectivas de vida, modo de ser e de agir diante das situações apresentadas, está intrínseco há necessidade de mudança no ser humano, à mudança parece partir do íntimo de cada pessoa, as transformações dos sujeitos enquanto leitores estão associados às questões comportamentais e psicológicas.

Para melhor contextualizar e explicar como todos esses aspectos devem ser considerados quando se analisa a informação sobre o ponto de vista da educação, requer que antes se faça uma abordagem de como está estruturada a educação no Brasil. Sabe-se que a educação Brasileira tem como princípio a inserção do aluno na escola.

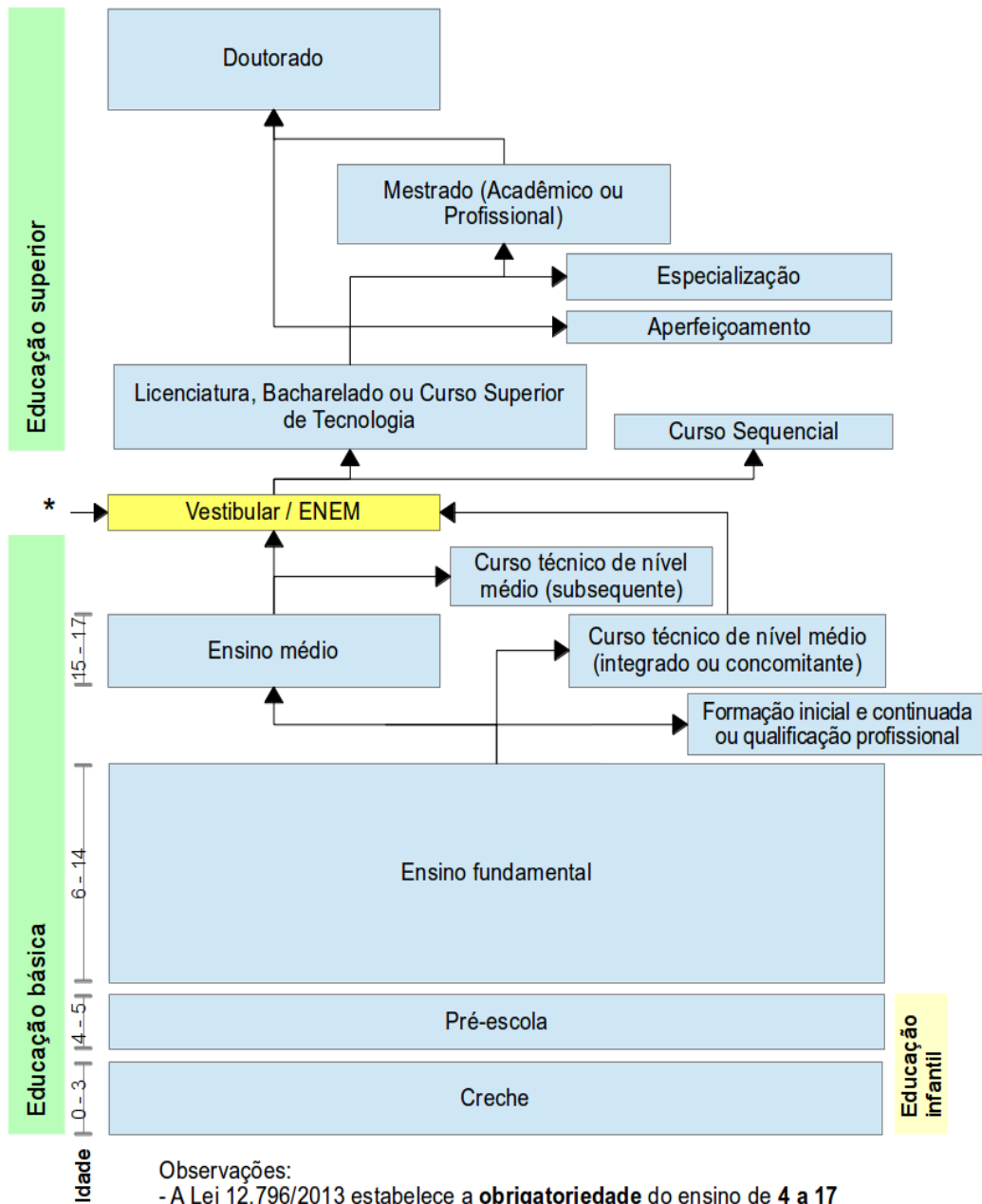
Insere-se a Figura 1.2 para melhor visualização do sistema educacional no Brasil.

---

<sup>17</sup> Em Associação de Leitura do Brasil fundada em 1981, presidida por João Wanderley Giraldi

FIGURA 1.2: SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

### Sistema Educacional Brasileiro



**Observações:**

- A Lei 12.796/2013 estabelece a **obrigatoriedade** do ensino de **4 a 17** anos de idade.
- Língua estrangeira obrigatória a partir da 5a. Série.
- Na educação básica (incluindo educação infantil obrigatória a partir dos 4 anos), a carga horária mínima anual é de 200 dias letivos e 800 horas.
- Não estão incluídas aqui as oportunidades educacionais para jovens e adultos (EJA).

\* Pelas Portarias MEC 10/2012 e INEP 179/2014, o participante do ENEM pode obter o certificado de conclusão do Ensino Médio se:

- possuir no mínimo 18 anos na data da prova;
- atingir o mínimo de 450 pontos em cada uma das áreas de conhecimento;
- atingir o mínimo de 500 pontos na redação.

**Fonte:** Lei 9.394/1996, com alterações até novembro de 2014.

Autor: Fernando S. Pacheco    Nov/2014

Fonte: PACHECO, Fernando S. (2014)

A figura demonstra a trajetória de formação acadêmica regular no Brasil, que inicia na creche e vai até o doutoramento<sup>18</sup> perpassando todas as etapas como descritas.

Assim conforme qualquer sistema de educação, no Brasil não é diferente, tem como princípio a inserção do aluno em uma instituição de ensino. Essa presença do aluno na escola pressupõe que o mesmo venha aprender a ler e a escrever, e não somente isso o trabalho escolar deve ser também o processo de busca e produção de conhecimento, e um dos caminhos para isso sem dúvida é a pesquisa. Nesse contexto a leitura pretende levar a compreender e conhecer a razão das coisas. Silva (2005, p.2) diz que a importância e a necessidade do ato de ler para professores e alunos, são irrefutáveis, porém é necessário analisar criticamente as condições existentes e as formas pelas quais esse ato é conduzido no contexto escolar. Fica bastante claro que o ato de ler é condição primordial para a formação do leitor, mas o objetivo maior é a formação de bons leitores com formação crítica e consciência da prática social.

Fala-se de um novo paradigma da educação, a formação do leitor crítico e com criatividade, capaz de dar significado às ideias através do consumo de leitura, como elucida Silva (2005, p. 5). O texto necessita trabalhar proporcionando o salto do leitor para o seu contexto isto é para a intencionalidade social que determina o objetivo, o conteúdo e o modo de construção do texto, e mais, se o contexto do texto não proporcionar uma compreensão mais profunda do contexto em que o sujeito-leitor se situa ou busca se situar, então a leitura perde a sua validade.

O exame mais detidamente deve proporcionar uma compreensão mais profunda do contexto em que o sujeito-leitor se situa, equivale a comparar o processo de leitura dependente dos signos e significados conforme cita (FOUCAULT, 1999 p.49):

Que seja, portanto, em uma filosofia do sujeito fundante, quer em uma filosofia da experiência originária ou em uma filosofia da mediação universal, o discurso nada mais é do que um jogo, de escritura, no primeiro caso de leitura, no segundo, de troca, no terceiro, e essa troca, essa leitura, e essa escritura jamais põem em jogo senão os signos. O discurso se anula, assim, em sua realidade, inscrevendo-se na ordem do significante.

A leitura pretende firmar a função de aclarar a mente diante dos signos para que estes tenham significado no contexto da experiência individual de cada leitor e ainda a leitura pretende promover a reflexão, com domínio crítico de conteúdos. Acontece que urge a necessidade de mudanças do modelo tradicional de educação brasileira, onde o aluno é

---

<sup>18</sup>As leis que programam as regras da educação serão discutidas com mais amplitude no capítulo dois.

cobrado para alcançar a média na avaliação fugindo daí ao principal objetivo da formação do que deveria ser o bom leitor, que seria aquele que realmente apreende o conteúdo e usa no seu contexto real conforme a sua necessidade na prática social.

Tais questões são mais profundas que se pretende supor, mas importa-nos aqui afunilar a questão do ato de ler que leva a desenvolver e estabelecer relações do pesquisador com intimidade na construção do saber, no aluno que se torna principal ator, organizado, e que consegue avanço na sua aprendizagem. A organização que nos interessa é justamente a organização dos conteúdos que devem estar disponíveis para o bom leitor. A ação integradora entre os profissionais na busca de produção do conhecimento e as escolas é de suma importância uma vez que as bibliotecas devem estar equipadas com conteúdos disponíveis e organizadas para atender as necessidades do leitor, o profissional da informação assume também o papel de educador, pois além do professor a escola pretende ser o local onde há a demanda de outros profissionais no processo de formação do leitor.

Assim os apontamentos nos levam a crer que a formação do leitor, é gradual e é adquirida ao longo da sua carreira acadêmica, o interessante seria que aluno fosse capaz de realizar as tarefas propostas pela escola, mas nota-se que aprendizagem requer também envolvimento nas causas das dificuldades do aluno, requer ainda que a experiência de formadores e educadores, possam promover as transformações requeridas no processo de formação do leitor.

Como se trata de um processo e processos envolve que todos sejam leitores, o professor precisa ler o aluno também o profissional da informação não menos, porque segundo (SILVA, 2005 p. 19) a leitura é um componente da educação e a educação, sendo um processo, aponta para a necessidade de buscas constantes de conhecimento. Devido a essa reflexão voltamos ao fato que formar o bom leitor requer transformações no sentido de coletivamente busca-se soluções que combatam os gargalos que impedem a formação do leitor, sejam eles de ordem educacionais ou socioculturais. A biblioteca, portanto deve desempenhar o papel que lhe cabe de participante basal nesse processo, assumindo realmente o lugar de estimulação à leitura não somente para os alunos, mas também, para toda a comunidade dentro e fora da escola.

A estimulação a leitura por sua vez, não deve ser entendida como a indicação de leitura, ou leitura obrigatória, a leitura deveria ser também e inclusive por prazer, coisa que não se pode garantir na integra na sociedade brasileira, não deveria assumir o papel de cercear a imaginação e a criação, e sim incentivar a liberdade de escolha do que ler, e como fazer essa

leitura, é justamente ao contrário, pretende-se fugir do convencionalismo educacional para dar liberdade de expressão de comunicação e de acesso incondicional a informação.

Entende-se que a mudança perpassa pelo ato de observar o interesse do indivíduo, observa-se ainda, que não há mais espaço para engessar comportamento, estamos falando de liberdade de criação, o discurso sempre foi de estimular o ineditismo em trabalhos científicos, mas percebemos que há um bloqueio nesse sentido, um dos nossos questionamentos nesse estudo, é saber por que do pavor de escrever trabalhos científicos, porque tamanha insegurança no ato de redigir? Talvez a pergunta não seja essa, talvez devêssemos perguntar-nos como educadores segundo (SILVA, 2005 p.37) Será que nos abrimos espaço para que as crianças participem do processo de ensino-aprendizagem ou será que censuramos as iniciativas de participação? Portanto é preciso refletir sobre os reais interesses dos indivíduos, só assim poderíamos amenizar as incertezas que circundam toda a formação acadêmica.

É pertinente lembrar que não se pode reduzir somente ao contexto familiar as situações de leituras, livros em casa e leitura fora do ambiente da escola que formam o leitor, as diferenças sociais entre as famílias fato que é bastante recorrente no Brasil, são dificuldades que devem ser consideradas no contexto histórico desse acadêmico, mas não determinantes, pois é mais que sabido que a leitura pode ser incorporada ao cotidiano em qualquer fase da vida.

Atenta-se para os padrões pré-estabelecidos de educação, pois estes tendem ser altamente discriminatórios e influenciarem o psicológico do aluno leitor. Levar em conta a história de vida familiar do aluno e sua visão de mundo é prerrogativa indispensável. Outro fator que se se deve elencar é que dificilmente a indução à leitura se faz sem a disponibilização de livros e textos diversificados que possam atender a necessidade do leitor e ainda que atendam as capacidades de leitura do aluno leitor.

Silva (2005) levanta alguns pontos bem significativos para o desenvolvimento do hábito de ler, os quais são pertinentes abordar-se aqui, o primeiro ponto é o de que a leitura também se aprende com a imitação, alunos que estão familiarizados como livros em casa e quem vêm pais professores e pessoas próximas lendo possivelmente irão desenvolver o hábito também. O amor aos livros tem que aparecer de forma informal de conversas sobre títulos, autores e temas sem imposições ou obrigações. Solicitar ao aluno a participação e comparações dos diferentes tipos de veículos de comunicação e de acesso à informação. Despertar o interesse pela pesquisa, em aprofundamento do tema a trabalhar podendo ele ser proposto ou aleatório, ou melhor, dizendo, o de interesse do aluno leitor.

O profissional da informação deve ser orientador no sentido de disponibilizar e sugerir leituras que atendam as necessidades do aluno leitor, abrindo um caminho de diversificadas opções de leitura de pesquisa, de trabalhos científicos e também e não menos importante de leitura por lazer.

Enfim os problemas oriundos de formação de um leitor são demasiadamente complexos, e variantes, devem-se observar as soluções apontadas ao longo do estudo para melhorar a atuação do profissional da informação no sentido de contribuir com o processo gratificante de inserção do indivíduo, leitor, acadêmico, no mundo da leitura. O acesso à informação é o ato de encontrar-se com a informação, após esse encontro absorve-la, entretanto esse processo é permeado de paradigmas os quais abordaremos no próximo tópico.

### 1.3 PARADIGMAS DO ACESSO A INFORMAÇÃO ONLINE

O acesso à informação *online* apresenta alguns aspectos paradigmáticos, que merecem destaques. Especificamente os impactos sociais, a leitura e percepção da mensagem, a recuperação e busca da informação, e as principais tendências do acesso à informação *online*.

#### 1.3.1 Impacto social do acesso online

Para contextualizar o impacto social do acesso online, antes, porém é interessante abordarmos alguns significados, segundo o dicionário Priberam a palavra acesso significa entrada, aproximação, chegada, é um substantivo masculino e tem como definição o ato de chegar ou entrar, podendo também entender-se como ingresso, e possibilidade de alcançar. Já a palavra on-line que pode ser escrita *online*, formato que usaremos neste texto, é uma palavra de origem inglesa que significa em linha, uma tecnologia que designa uma ligação direta ou remota com um computador ou a uma rede de computadores com a Internet em linha.

Assim a informação é o ato ou efeito de informar, o acesso da informação *online*, é ter acesso à informação em linha. Parece simples, mas é bastante complexo, e a complexidade advém antes mesmo de como acessar, ou melhor, acessar a informação *online* necessita legislações, e iniciativas. A sociedade acadêmica têm se mobilizado com iniciativas como manifestos de incentivo ao acesso a informação, nesse sentido destaca-se aqui o IFLA<sup>19</sup> que declara em seu manifesto sobre o acesso a Internet:

---

<sup>19</sup>(IFLA) International Federation of Library Associations

“O livre acesso à Internet, oferecido pelas bibliotecas e serviços de informação, contribui para que as comunidades e os indivíduos atinjam a liberdade, a prosperidade e o desenvolvimento”. As barreiras para a circulação da informação devem ser removidas, especialmente aquelas que favorecem a desigualdade a pobreza e o desespero. Liberdade de Acesso à informação, à Internet, às Bibliotecas e aos Serviços de Informação são instituições atuantes, que conectam as pessoas aos recursos globais de informação e às ideias e obras de criação intelectual que elas procuram. (IFLA, 2002, p.2)

A Internet é meio de comunicação que vem tornando disponíveis as diversidades culturais através dos seus serviços de informação. Proporcionam a comunicação entre pessoas do mundo inteiro e estimulam o enriquecimento cultural. Sinaliza-se para a importância de obter conhecimento com liberdade em centros de informações e bibliotecas, e indicam-se vários outros aspectos que fazem com que o acesso à Internet seja cada vez mais frequente e intenso por todos, abrangendo a gama de usuários pertencentes ao nosso grupo de interesse, os estudantes usuários graduandos, pesquisadores e profissionais da informação, o manifesto visa remover discrepâncias sociais, com isso promove o acesso à informação globalizada e torna evidente o fato de trabalhar a condição de igualdade nas relações humanas, acessar a informação traz mudanças pessoais muito significativas no modo de perceber o mundo, ademais ainda caracteriza-se em direito do cidadão conforme citado abaixo:

O acesso à Internet e a todos os seus recursos deve ser compatível com a Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, particularmente com o Artigo 19: Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e de expressão; este direito inclui a liberdade de ter opiniões, sem interferência, e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios de comunicação e independentemente de fronteiras. A capacidade da Internet de interconectar o mundo inteiro possibilita a todos o direito de usufruir desse recurso. Portanto, o acesso não deve estar sujeito a qualquer forma de censura ideológica, política ou religiosa, nem a barreiras econômicas [...] (IFLA, 2002, p.4)

As bibliotecas devem assumir a sua parcela de contribuição no sentido de atender todos sem distinção, apoiando o direito de cada usuário, facilitando e promovendo o acesso público a informação de qualidade e o oferecimento de orientação adequada.

Trata-se de direito de acesso a informação sim, mas a uma informação fidedigna, ou melhor, a informação confiável e o profissional da informação é ator primordial no processo de intermediação da comunicação, é, portanto habilitado e responsável por promover a filtragem dessas informações. O livre acesso, em questão se dá também segundo Kuramoto (2006, p. 3) que diz que as pesquisas científicas em sua maioria, são financiadas pelo Estado, portanto, com recurso público. Do ponto de vista ético, os resultados dessas pesquisas



deveriam ser de livre acesso porque o governo desempenha o papel social de resguardar o direito de todos à informação.

As discussões sobre o acesso a informação trazem a tona movimentos em favor do livre acesso, não só pelo IFLA, mas também no Brasil pelo o IBICT<sup>20</sup>, o movimento foi criado com o propósito de registrar e disseminar a produção científica brasileira e segundo Kuramoto (2006):

Com o surgimento das tecnologias da informação e da comunicação, combinado com o movimento do acesso livre à informação, verifica-se a existência de um cenário amplamente favorável ao Instituto para o cumprimento de sua missão inicial. Assim, o Instituto, ao lançar o manifesto brasileiro de apoio ao movimento de acesso livre à informação, inicia o desenho de uma política nacional de acesso livre à informação científica, tendo esse manifesto como guia orientador para definição política. (KURAMATO, 2006)

Os manifestos são iniciativas que viabilizam a inserção e avanço do processo, que sem nenhuma dúvida aproxima grandes benefícios para a sociedade como um todo, não somente à comunidade acadêmica e científica (base do nosso estudo), mas para muitos outros seguimentos sociais, que não têm nenhum acesso a informação por quaisquer motivos. É interessante notar ainda, que há uma camada da sociedade que evidentemente têm poder aquisitivo diferenciado, o que proporciona acesso à informação em seus próprios computadores, celulares, *notbook*, *Ipod*, *Iphones*, *Ipad*, com acesso a Internet em casa ou em qualquer lugar onde esteja conectada a rede, sendo estes provavelmente uma minoria o que esta longe do ideal para um país em desenvolvimento como o Brasil. Entretanto:

Enfocar apenas o uso da informação pode vir a constituir um viés de abordagem, que pode comprometer trabalhos nessa área, uma vez que, ao se tratar do uso da informação necessariamente se estará abordando, também, o acesso ao conhecimento, à informação. Tal acesso só se viabiliza se for precedido por ações sociais de organização e representação do conhecimento, que culminem no processo de transferência da informação. Assim, tais ações se perpassam compondo uma teia de relações entre atores diversos, cujo fio condutor é o conhecimento, a informação. (ANDRADE, 2006, p.46).

A organização e a representação do conhecimento segundo Santos e Medeiros (2012), são o ápice contemporâneo que vislumbramos e nos entregamos ao processo globalizante, efetivamente o acesso à informação. Tal organização e representação do conhecimento implica a dependência da percepção individual do sujeito elemento primordial tanto para interpretar a informação como para manuseá-la como aborda Dumont:

---

<sup>20</sup> (IBICT) Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

É nesse contexto, com visão da capacidade do sujeito de apresentar várias dimensões, que se deve desenvolver o desafio do trabalho do indexador, em qualquer tipo de sistema de recuperação de informações. Afinal, pode-se até afirmar que nesse processo toda realidade é virtual, principalmente porque se baseia em linguagens artificiais e utiliza tecnologias. Apesar de a percepção ser um processo analógico, cada indivíduo possui uma forma de ver o mundo, reage diferentemente aos estímulos de seu meio, interpreta e interage à sua maneira, possui mecanismos próprios e experiência de vida única. As realidades são, portanto, sempre individuais ou subjetivas e, como tal, muitas vezes indefiníveis. (DUMONT, 2006, p.19).

Trata-se da dualidade que envolve o desafio bastante abrangente de entender a subjetividade e a interpretação, Fourez (1995) diz que “não podemos descrever o mundo apenas com a nossa subjetividade: [...] é preciso inserir-se em algo mais vasto, uma *instituição social*, uma visão organizada admitida comunitariamente”. Surge então a indicativa de seguir um padrão de organização, preestabelecido. E a despeito da interpretação ele diz “uma definição, em geral, é a releitura de certo número de elementos do mundo por meio de uma teoria; é, portanto uma interpretação.” O que evidencia sobremaneira o sentimento de realidade, um tanto subjetivo, mas também afetivo que faz com que tenhamos confiança no mundo tal com vemos.

A interpretação do mundo é individual e baseada na experiência vivida por cada pessoa. Assim a partir do paradigma centrado no usuário de Figueiredo (1999) citado por (MATTA 2010, p, 132) que se preocupa com a individualidade de cada pessoa, procura-se entender qual o caminho percorrido por elas na busca da informação uma vez que a necessidade de informação não é única, comum a todos os indivíduos, mas própria e específica de cada um deles. Nesse sentido torna-se cada vez mais apropriado o uso da psicologia que visa não somente a preocupação com as necessidades de informação do usuário, mas também o comportamento informacional, que vem se modificando muito rapidamente.

Observa-se também que o comportamento do usuário da informação vem sendo revolucionado com as novas práticas de comunicação, haja vista a inserção do e-mail, utilizado de uma forma avassaladora, mudando o cenário das correspondências pessoais para lazer ou trabalho, os chats com suas diversas salas onde a conversação se dá sem oralidade ou presença física. (LEMOS, 2003. p.5)

Com as ferramentas da Internet o comportamento informacional vem provocando uma multiplicidade de interações. Diminuindo as distancias e aumentando a coragem de se lançar no inesperado. Ao mesmo tempo em que se abre o e-mail, pode-se entrar também em redes

sociais ler um artigo científico, ler o e-book, ler os jornais para se inteirar das notícias diárias, assistir a um filme e acessar um blog de sua preferência.

A conexão a Internet transformou o mundo usuário possibilitando que este absorva ou rejeite a informação de acordo com sua necessidade, o que necessariamente obriga ao profissional da informação um novo comportamento diante desse usuário, o processo segue em plena mutação e não basta que haja apenas o novo olhar, se faz necessário novos enfoques novas políticas que abarquem o novo usuário que emerge.

Como dissemos anteriormente, a informação conduz às mudanças na forma de ver o mundo, Dias, Naves (2013, p.80) apud <sup>21</sup>Garcia Marco e Esteban Navarro (1993). A cognição humana é também um processo social que requer especialização de funções e comunicação. Somente no sentido sociológico a informação documentária pode ser falada como sendo conhecimento, como parte da herança cultural da humanidade. Portanto pensar uma sociedade imbuída de conhecimento e informação é um processo social de comunicação, e de acordo com o autor a informação documentaria exige o pressuposto que é a leitura, parte desse conjunto de elementos complexos que formam a informação e percepção da mensagem.

### **1.3.2 Leitura e percepção da mensagem online**

No processo de busca da informação, dar-se início a uma relação entre o usuário e o profissional da informação, é nesse momento que a leitura torna-se a chave propulsora para o estabelecimento da comunicação, tanto para um quanto para o outro, no caso do profissional a leitura definirá a informação que será disponibilizada, e para o usuário a leitura decidirá a informação pertinente ou não. Assim, o ato de ler envolve dois enfoques para descrever a interação entre eles no momento da recuperação e busca da informação.

O enfoque que envolve a leitura do ponto de vista do usuário é imprescindível para que o usuário busque a informação, tal envolvimento com o ato de ler não foi tão simples como os dias de hoje. O processo de comunicação social segundo Dumont (2006, p.6) apud <sup>22</sup>Shannon e Weaver caracterizado pela linearidade do modelo emissor-canal receptor deu origem também a ciência da informação, no final da década de 1970, foi quando passaram a direcionar a leitura para o leitor. Ainda segundo o autor o estudioso da literatura fazia suas

---

<sup>21</sup>GARCÍA MARCO, E.J. ; ESTEBAN NAVARRO, M.A. On some contributions of the cognitive sciences and epistemology to a theory of classification. *Knowledge Organization*, v.20.3, p. 126-132, 1993.

<sup>22</sup>WEAVER M. W. A teoria matemática da comunicação. In: COHN, G.(org) *Comunicação e indústria cultural: leituras de análise dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações da opinião pública, propaganda e cultura de massa* 5 ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1987, p.25-37.

análises fundamentados em parâmetros estabelecidos pela elite da cultura, sem se preocupar com outros extratos sociais, de leitores, aos quais as variedades de gostos e o consumo estão intrinsecamente ligados. Hoje se admite que exista leitor para todo texto e que este não depende da qualidade literária e do estilo com que foi feito ou escrito, mas sim do fato de que as informações nele contidas atraírem, e irem ao encontro dos interesses do leitor. Dumont (2006, p.7)

A mudança desse paradigma foi um avanço no processo de comunicação para transformação da sociedade contemporânea. Ler é uma necessidade individual que transforma a sociedade e a educação parece ser o caminho mais apropriado a seguir para atingir mudanças. Foucault diz:

Sabe-se que a educação, embora seja, de direito, o instrumento graças ao qual todo indivíduo, em uma sociedade como a nossa, pode ter acesso a qualquer tipo de discurso, segue, em sua distribuição, no que permite e no que impede as linhas que estão marcadas pela distância, pelas oposições e lutas sociais. Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo. FOUCAULT (1970, p.43)

Averigua-se que o gosto pela leitura é fundamental para o bom desenvolvimento das atividades acadêmicas, entretanto, ele não será despertado espontaneamente sem ações de valorização e de estímulos institucionais, já que, infelizmente, essa prática social continua sendo secundarizada, mitificada e monopolizada por determinados grupos sociais em nossa vida social. “BURKE sinaliza para o fato de notar-se: Como é óbvia, a aquisição do conhecimento depender não só da possibilidade de acesso a acervos de informação, mas também da inteligência, pressupostos e práticas individuais”.

A criação de espaços-tempos em que a leitura possa ser praticada livre de constrangimentos e sacralidades habituais envolvendo diferentes atores da comunidade escolar é importante para empoderamento de novos leitores. Também para o reconhecimento de espaços como Internet, centros de documentação, Bibliotecas, espaços de produção e troca de conhecimento.

A valorização da cultura do livro a partir das leituras de textos literários tais como poesias, artigos, sonetos e contos, é uma grande oportunidade para que a comunidade escolar amplie sua compressão e interrogação sobre a realidade social e cultural a qual está inserida, reconhecendo que a leitura é mais que simplesmente um exercício técnico, mas que uma maneira de agir e de intervir no mundo! Como realça o pensador Paulo Freire (1996, p. 8) a “leitura da palavra é sempre precedida da leitura do mundo”.

A questão da leitura ou saber ler é amplamente explorado no campo dos saberes. E é necessária a assimilação e a compreensão dos conteúdos na mente, ler é um exercício. Dias (2003, p.36) considera a leitura como uma prática de dar sentido perceptivo e intelectual a um texto, esta sendo inserido, nesse contexto o sujeito e toda a sua capacidade subjetiva de interpretar. Todavia a interpretação vem da vivência e da experiência e historia de vida de cada individuo. Foucault (1970, p.23) enfatiza que: “Sonho lírio de um discurso que renasce em cada um de seus pontos absolutamente novo e inocente, e que reaparece sem cessar, em todo frescor, a partir das coisas, dos sentimentos ou dos pensamentos.” Dias apud <sup>23</sup>Chartier (1994) complementa citando que: “A leitura não esta ainda, inscrita no texto”. O sentido é imposto posteriormente e a interpretação é feita por seus leitores.

Assim pressupõe-se que a interpretação do texto esta ligada não somente ao conteúdo exposto, assim bem como a percepção que se têm dele.

Já pensador <sup>24</sup> Ranganathan autor das cinco leis da Biblioteconomia, e uma delas, mais precisamente a segunda, diz que <sup>25</sup> “*Para cada Leitor, seu livro*”. Também se cita a terceira lei “*Para cada livro, seu leitor*” dentre os seus argumentos segundo o autor está o de que os livros deveriam ser organizados considerando o perfil do leitor.

Observa-se a inteiração entre leitor e leitura quando da recepção da mensagem, a assimilação paradoxalmente é bastante diversa, a exemplo disso percebe-se que quando é dado um pequeno texto aos alunos de uma sala de aula, o mesmo texto promove diferentes redações e diferentes abordagens.

Assim o ato de ler possibilita a formação de uma comunidade de leitores, e possíveis escritores, despertar o gosto pela leitura traz a instigação ao debate, ainda descobre-se o espírito reflexivo e crítico, e reconhece-se a literatura como fonte de indagação e reflexão da vida social.

---

<sup>23</sup>CHARTIER, R.A história cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 13-28.

<sup>24</sup> Hiyali Ramamrita Ranganathan foi um matemático e bibliotecário indiano, nascido no dia 9 de agosto 1892, na vila rural de Shiyali. Sua principal contribuição ao campo da ciência da biblioteca é o desenvolvimento do primeiro sistema de classificação analítico-sintético, a classificação dos dois pontos. É considerado o pai da ciência da biblioteca na India. Veio de família da classe média da India Britânica. Começou sua vida profissional como um matemático. Obteve os graus de B.A. e M.A. em matemática na faculdade cristã de Madras, em sua província.

<sup>25</sup> As cinco leis são a semente de toda a prática de Ranganathan:

- \* Os livros são para serem usados.
- \* Para cada leitor o seu livro
- \* Para cada livro o seu leitor
- \* Poupe o tempo do leitor
- \* A biblioteca é um organismo crescente

Sob o enfoque profissional o ato de ler torna-se pertinente no contexto de busca da informação nesse sentido se estabelece a organização, seleção, indexação e disponibilização da informação em detrimento do usuário, a leitura acontece para fins documentários, ou leitura documentária, ou leitura do indexador, e no caso, ela difere das demais leituras porque, é caracterizada por ser uma leitura racional e rápida, como cita Dias e Naves (2013, p.41). O leitor técnico não tem chances de aproveitar a leitura, já que seu propósito é o de extrair o conteúdo informativo do texto, tendo em vista a sua posterior recuperação por um leitor interessado.

Para o leitor indexador, ou melhor, aquele que faz a leitura sob o ponto de vista do profissional da informação, deve possuir capacidade conceitual para fazer desta uma leitura analítica, portanto habilitado a proporcionar a organicidade da informação até que esta esteja disponibilizada. Dias e Naves (2013, p.29) apud <sup>26</sup>Cintra (1983) afirma que:

Pesquisas têm demonstrado que leitores com conhecimento prévio específico sobre superestruturas textuais executam a tarefa de ler de forma mais fácil que leitores que não veem essa superestrutura e, por isso, são obrigados a um maior apoio na leitura palavra por palavra, dificultando a integração das informações no texto como um todo.

Por fim segundo Naves (2006, p.33) “a leitura é uma condição sine qua non para o processo de disseminação da informação e do conhecimento”. Para tanto o bom acesso a informação livre ou não, esta intimamente ligada às implicações de questões que permeiam a leitura, a percepção da mensagem, perpassando pela busca da informação através de pesquisa, e a abordagem de tendências e do ato de acessar a informação.

### 1.3.3 Recuperação e busca da informação

A informação encontra-se organizada de forma a contar com sistemas de recuperação da informação com grandes facilitadores de busca, onde se pode consultar tudo o que há na biblioteca, e fora dela.

O conceito de sistema de recuperação da informação começa a ser estabelecido nos primeiros anos da década de 1950, com experiências pioneiras de automação dos índices/resumos (abstracts). Esses instrumentos existiam em forma impressa e eram necessários em todas as áreas do conhecimento, por facilitarem o acesso às informações veiculadas em formatos como os artigos de periódicos e os relatórios técnicos-científicos, principalmente. Em sua essência, entretanto, esses índices/

---

<sup>26</sup>CINTRA, A.M.M. Elementos de linguística para estudos de indexação. *Ciência da Informação*, v.12 n.1, p.5-22.

resumos pertencem à grande classe das bibliografias, donde a expressão sistema de recuperação da informação pode significar um conjunto organizado de referências bibliográficas (acompanhadas ou não de resumos) armazenadas num computador. Dias e Naves (2013, p. 4)

É pela leitura que o profissional da informação inicia o processo de busca e recuperação da informação o processo que consiste em chegar à informação precisa e confiável e requer percorrer algumas etapas descritas aqui por Grogan na qual se deu a denominação de processo de referência. Tal processo tem como função descrever as etapas para que se possa atingir a necessidade de informação ao final dos passos sistematizados.

O processo de referência envolve oito etapas segmentadas uma após outra conforme apresentado no quadro que se segue:

QUADRO 1. 2 - Seleção e recuperação da informação

<b>PROCESSO DE REFERÊNCIA</b>	Problema	Dificuldade do Usuário
	Necessidade de informação	Desejo de conhecer o Assunto
	Questão inicial	Pergunta do usuário para obter a informação
	Questão negociada	Esclarecimento da questão pelo usuário
	Estratégia de busca	Definição das categorias de realização das buscas
	Processo de busca	Realização da busca negociada
	Resposta	Resultado
	Solução	Avaliação da resposta

Fonte: Adaptado de Grogan (2001, p.29).

A SRI seleção recuperação da informação, descrita por Grogan, designa o serviço de disponibilizar a informação também online, para que ela seja bem sucedida é necessário que exista uma interface de busca amigável e de boa navegação para atrair o usuário. Exigindo do profissional da informação, competência técnica e métodos que vão desde linguagens simples até as mais complexas para que a informação seja recuperada, a despeito Dumont (2006, p.05) cita que:

[...] outros conhecimentos são necessários para desenvolvimento de sistemas de recuperação de informação que apresentem altos níveis de precisão e pertinência. Esses conhecimentos e as técnicas atualmente empregadas ainda não atingiram o ponto ideal que seria aquele em que haveria perfeita concordância entre as informações recuperadas e aquilo que o usuário almeja receber em resposta à sua consulta.

Não é preciso somente o um sistema de recuperação quanto às técnicas e competências do profissional são suficientes para satisfazer o usuário é preciso à disposição e o

conhecimento prévio da informação, Dumont (2006) chama de subjetividade, justamente esse conhecimento prévio que demanda estudos de cognição e sociologia do conhecimento. Os seguintes autores denotam que:

Brun e Barbos (2009) apresentam o modelo do processo de busca estudado e discutido por <sup>27</sup>Wilson (1999), <sup>28</sup>Kuhlthau (2000) na perspectiva do usuário. Os estágios apresentados e discutidos pela pesquisadora em seu modelo são: Iniciação, Seleção, Fase da exploração, Formulação, Coleção, e Apresentação. Esse momento é um complemento dos estudos de <sup>29</sup>Ellis (1989).

Assim é preciso observar os métodos a empregar-se na busca e recuperação da informação, segundo os autores o processo requer também conhecimentos prévios, ou melhor, competência informacional para a satisfação do usuário na resposta da busca.

A questão da resposta concebida através da entrevista é essencial para proceder à busca, pois envolve necessidades de informações individuais. Nesse sentido é preciso inovação uma tendência que se deve considerar. A web dinamiza, sociabiliza, inova e leva informações ao usuário onde quer que ele esteja Segundo Grogan o processo no SRI permite antecipação das respostas através de estudo prévio do usuário para identificar suas necessidade e desenvolver produtos e serviços *online*.

Nesse sentido o usuário é a peça preponderante no processo da busca nele esta centrada a informação para a negociação da busca eficaz, de acordo com as respostas apresentadas pelo usuário é que se tem subsídios para o planejamento da busca.

O planejamento é o ponto de partida para a estratégia de busca, que deve ser desenvolvido com uma preparação adequada tanto para a busca computadorizada quanto para a busca manual, com vistas a obedecer a padrões de buscas mínimos para o alcance dos resultados satisfatórios para os usuários da informação.

O estudo de usuários é assunto de muito interesse para estudiosos da informação, afinal é por causa do usuário que todo o processo acontece.

Assim Lopes (2002, p. 67) faz um levantamento com a contribuição de alguns estudiosos sobre das estratégias de busca *online*, que convém elencar-se aqui como se segue:

---

<sup>27</sup>WILSON, T. D. Models in information Behavior research. Journal of documentation, v.55, n.3, p.249-270,1999.

<sup>28</sup>KUHLTHAU, C.C. Inside the search process: Information seeking from the user's perspective. Journal of the American Society for information Science. v.42,n.5, p.361-371, 1991.

<sup>29</sup>ELLIS, D.A. Behavioral model for information retrieval system design. Journal of Information Science, Cambridge, n.15.237-247, 1989.



QUADRO 1.3 - Estratégias de buscas

AUTORES	CONTRIBUIÇÕES
Oldroyd & Citroen (1977)	Identificaram três grandes etapas para decisão no processo de planejamento da estratégia de busca: decisão sobre qual a melhor base de dados para um determinado tema; decisão referente à seleção dos termos de busca e sua adequação para a base a ser consultada; decisão sobre a formulação lógica da estratégia.
Adams (1979)	Recomendou que a estratégia de busca devesse ser iniciada com a etapa de entrevista, na qual serão explicadas ao usuário as possibilidades de busca sobre o seu tema de interesse, a abrangência da base de dados e o funcionamento da lógica da pesquisa.
Knox & Hlava (1979)	Demonstraram que a definição clara e precisa da necessidade de informação do usuário é fundamental para o planejamento e execução da estratégia de busca, sugerindo, entre outras, as seguintes etapas: entrevista para discussão do problema; manipulação dos documentos da base a ser consultada; formulação de uma estratégia preliminar; explanação sobre as possibilidades de restrição e/ou expansão do tema de busca; determinação dos parâmetros relevantes da busca.
Kremer (1985)	Descreveu as etapas para o planejamento de estratégias de busca que podem ser utilizadas, em princípio, em qualquer banco de dados, relacionando os principais problemas que ocorrem no processo de busca e sugerindo a avaliação dos resultados obtidos.

Fonte: Adaptação Lopes (2002, p. 67).

O quadro demonstra a contribuição dos autores que indicam as etapas a seguir como diretrizes para o planejamento e busca das informações.

Outro fator relevante a observar é quanto à representação da informação que muda de formato tão rapidamente que leva à mudança de comportamento também do usuário da informação:

Essa tendência aponta para novos paradigmas em que a linguagem e a representação do pensamento parecem estar em busca de novos rumos que venham transformar a maneira de se produzir e organizar conhecimentos. Os padrões de registros que privilegiam a abordagem de imagens, o uso de ícones na comunicação e desenvolvimento dos sistemas especialistas e outras linguagens artificiais buscam intensamente encontrar superação do status quo, com a criação de novos processos que sejam compatíveis com a agilidade e capacidade de armazenagem e processamento de informações das máquinas atuais. Alvarenga (2013, p.96)

Diante de tantas novas tecnologias parece ser consenso que a tendência do momento seja as incertezas e as mudanças.

### 1.3.4 Tendências

A subjetividade é a palavra de ordem que vem no bojo das mudanças e tende a ser uma inferência vaga. Mas fato é que as grandes transformações, os processos propostos de

organização da informação de modo geral têm se tornados transitórios na medida em que cresce o volume de informações a todo instante, não se tem segurança da permanência da informação no sitio, e não há tecnologia permanente, quer dizer, surgem suportes novos a todo instante para a guarda da informação. A questão de haver muitas informações disponíveis coloca o usuário em uma posição às vezes de dificuldade como cita Lima (2006, p. 109):

A frequente frustração dos usuários, na tentativa de fazer uma pesquisa na Rede, é descrita também por <sup>30</sup>Broccoli, ao relatar que se algumas vezes os usuários não encontram nada, em outras, encontra-se mais do que se espera, para, finalmente, descobrir que muito poucos daqueles dados recuperados interessam.

A discussão de busca da informação é permanente e corrobora com a questão do volume de informações disponíveis, e como acessá-las torna-se tema de estudos para os autores,<sup>31</sup> CONKLIN,<sup>32</sup> EDWARDS e HARDMAN, <sup>33</sup>FOSS, <sup>34</sup>AIGRAIN e LONGUEVILLE, <sup>35</sup>ABOUD que concordam no que dizem: [...] é a desorientação do usuário na navegação. Frequentemente, os usuários se esquecem de onde estão como e por que chegaram ali. Em uma grandeza de informações existentes e expostas de maneira tão rápidas há ainda um desperdício de tempo na sua busca. Ficando a cargo do agente ou ator transformador, o profissional da informação que se reinventa tentando promover a organização da montanha de informação. A despeito disso diz Lima (2006, p. 110):

Essa organização deveria refletir a estrutura conceitual ou a rede semântica do assunto a que se relaciona. Se a informação for disposta de maneira organizada, será mais provável e mais fácil, em tese, localizar e recuperar o que se procura. [...] Trata-se de uma etapa importante na construção de páginas de hiperdocumentos, porque permite que as ferramentas de busca tenham maior eficiência na hora do acesso à informação.

Portanto tendências e paradigmas do acesso à informação online são os principais assuntos que predominam palestras exposições e trabalhos em congressos e reuniões de

---

<sup>30</sup> BROCOLLI, Kevin. Indexes: an old tool for a new medium. 8 p. Nov. 17, 1988

<sup>31</sup> CONKLIN, op.cit., 1987

<sup>32</sup> EDWARDS Deborah M.;HARDMAN,Lynda. Lost in hyperspace. Cognitive mapping and navigation in a hypertext environment.In: MCALEESE, Ray. Hypertext: theory into practice.Nowood, Nj: ABLEX, 1989,P.105-125

<sup>33</sup>FOSS, Carolyn L. Tools for reading and browsing hypertext. Information Processing e management, v.25, n. 4, p. 407-418,1989.

<sup>34</sup>AIGRAIN, Philippe;LONGUEVILLE, Véronique.Evaluaton of navigational links, between imagens. Information Processing e management, v.28,n.4, p. 517-528

<sup>35</sup> ABOUD, M. et al. Querying a hypertext information retrieval system by the use of classification information Processing e management, v.29,n..3, p. 387-396, may/june,1993

profissionais da informação. No III <sup>36</sup>REPARQ Moro-Cabero (2013) faz referência em sua palestra dizendo que:

O crescimento dos documentos eletrônicos refletiu em aspectos chaves, tais como: o volume de crescimento mantido pela proliferação da tecnologia do processamento e armazenamento da informação (hardware e software) e o desenvolvimento do comércio eletrônico e nas iniciativas dos governos. (tradução nossa)<sup>37</sup>

Segundo a autora, as informações criadas e disponíveis nas organizações apontam para necessidades ainda hoje desconhecidas. E não só as mudanças que são tendências, há ainda as incertezas e a competitividade no mercado global. Exigem-se mudanças rápidas na sociedade de rede, novas formas de serviços de informação, e atuação fundamentada na atitude proativa e muito participativa. Moro-Cabero (2013 tradução da autora) cita tendências paradigmáticas para as seguintes situações:

QUADRO 1. 4 - Paradigmas

ALGUNS PARADIGMAS	Uma realidade	Escritório sem papel comércio eletrônico de documentos
	Tecnologias de terceira geração para usuários interativos	Modelos sociais de gestão de rede com base no potencial dessas redes
	Gestão e serviços de recursos digitais em lugares ignorados ou gestão na nuvem	Tecnologia remota
	Continuidade digital e preservação de recursos digitais	Novos suportes
	Governança dos documentos e da informação	Governo aberto

Fonte: Adaptado de Moro-Cabero (2013).Tradução da autora

A realidade batendo a porta para um escritório sem papel, as tecnologias para usuário interativo, gestão de documentos nas nuvens, preservação de recursos digitais inteligentes e governo aberto, é um processo sempre contínuo, autores Brasileiros como, Dias e Naves também sinalizam o cenário:

Esse cenário facilitador da produção de livros e outros tipos de registros documentais havia ganhado enorme impulso no século XV, com a invenção da imprensa, mas vem sendo estimulado desde então por avanços em todas as etapas dessa produção, culminando no quadro atual de elaboração e disponibilização dessa produção por meios eletrônicos no ambiente das redes de comunicação e transmissão de dados, especialmente a Internet. Trata-se como se sabe, de cenário

<sup>36</sup> REPARQ Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia.

<sup>37</sup> El crecimiento de los documentos electrónicos se reflejó en aspectos claves, tales como: el volumen que se ha mantenido en crecimiento sostenido por la proliferación de tecnología de procesamiento y almacenamiento de la información (hardware y software), el desarrollo del comercio electrónico y las iniciativas de los e-gobiernos.

extremamente favorável à produção de documentos, tanto do ponto de vista operacional quanto econômico.

Sob o aspecto de mudanças apesar da evolução tecnológica, os processos indexações automáticas tem demonstrado pouco eficazes segundo Kuramoto como se segue:

É bem verdade que várias técnicas de ordenação ou ranking dos resultados de busca foram e vêm sendo desenvolvidos por vários grupos de pesquisa na área. O uso dessas técnicas tem melhorado bastante a precisão dos resultados de uma consulta na Web. Um exemplo disso é o Google, que além de utilizar as evidências indicadas por métodos de ranking, utiliza outras técnicas, como a análise de vínculos, que proporciona melhoria considerável na precisão dos resultados. Verifica-se, nesse contexto, que o grande desafio nos dias atuais é possibilitar um acesso preciso à informação. Kuramoto (2006, p. 118)

Em suma, concorda-se que as incertezas, são provocativas para mudanças, e o desafio é constante, pois se trabalha com surpresas, e tecnologias instantâneas e nem sempre se tem preparo para lidar com elas no dia a dia, mas a necessidade de inovação é a mola propulsora para que o profissional da informação possa estar engajado no contexto de metamorfose que têm se mostrado o cenário de acesso a informação *online*.

## CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Na conclusão do primeiro capítulo apresentou-se o referencial teórico sobre a informação dando ênfase ao acesso online sob o aspecto sociológico, para realização de buscas e entendimento da informação. Explanaram-se as definições, conceituação e fundamentos. Abordou-se sobre a gestão da informação como facilitadora no processo de elaboração de estratégias organizacionais. Enfocou-se sobre gestão documental como diferencial no que concernem as atividades e aplicação de métodos e técnicas no controle da massa documental, descreveram-se as etapas da gestão que envolve o processo como a produção utilização e destinação da informação, descreveram as estratégias de marketing do ponto de vista de dar visibilidade ao produto informação. Destacou-se a informação e seu processo paradigmático dos dias atuais, sobre os impactos sociais do acesso, os aspectos de aprendizagem apreensão da informação e abordagem sistemática sobre o ato de ler e a perceber a mensagem, sublinharam-se processos de recuperação e busca da informação manual e virtual, e por fim foi dado enfoque sobre as tendências e paradigmas do acesso *online* da informação.

## **CAPÍTULO 2**

### **LEGISLAÇÃO SOBRE USO DA INFORMAÇÃO *ONLINE* NO BRASIL**

---

## **ESQUEMA DO CAPÍTULO**

### **CAPÍTULO 2**

#### **2. LEGISLAÇÃO SOBRE USO DA INFORMAÇÃO ONLINE NO BRASIL**

##### **ESQUEMA DO CAPÍTULO**

##### **OBJETIVO DO CAPÍTULO**

#### **2.1 PROCESSOS LEGAIS DA INFORMAÇÃO.**

##### **2.1.1 A informação e seu uso**

##### **2.1.2 Documentos eletrônicos**

##### **2.1.3 Documentos digitais**

#### **2.2 PANORAMA DA LEGISLAÇÃO DE ACESSO A INFORMAÇÃO**

##### **2.2.1 A Constituição da República Federativa do Brasil.**

##### **2.2.2 Lei de Diretrizes e Bases**

##### **2.2.3 Lei do livro**

##### **2.2.4 Direito autoral**

##### **2.2.5 A lei de acesso à informação**

##### **2.2.6 Governo aberto portal de transparência**

##### **2.2.7 Lei Crime na Internet**

##### **2.2.8 Lei de uso da Internet no Brasil**

##### **2.2.9 Comitê Gestor da Internet no Brasil**

##### **CONCLUSÃO DO CAPÍTULO**

### **OBJETIVO DO CAPÍTULO**

Visando contextualizar o uso da informação online em seus múltiplos aspectos, o capítulo intenta a informação do ponto de vista do documento, considerando desde os primeiros registros em suporte convencional até os documentos eletrônicos e digitais. Assim bem como as principais Leis e Decretos vigentes sobre o acesso e uso da informação online existente no Brasil



## CAPÍTULO 2

### 2. LEGISLAÇÃO SOBRE O USO DA INFORMAÇÃO ONLINE NO BRASIL

#### 2.1 PROCESSOS LEGAIS DO USO DA INFORMAÇÃO

Conhecer o processo legal sobre o uso da informação faz-se necessário para a sua devida apropriação, é importante também como filtro diante da explosão informacional que leva o usuário às informações nem sempre pertinentes para atender as suas necessidades.

No presente tópico se faz uma análise sobre o uso da informação que se estende as mídias eletrônicas e digitais.

##### 2.1.1 A informação e seu uso

Ao longo da história, novos acontecimentos e descobertas trataram de enriquecer o leque de informações conhecidas pelo homem. Seja através de novas informações, complementação ou mesmo revolução de outras tantas informações, o conhecimento humano avança ao longo do tempo numa constante mudança.

Os registros pré-históricos de desenhos e sinais nas pedras e cavernas foi o início de uma história contínua que retrata a cultura e os hábitos de cada sociedade. Na Antiguidade, o povo egípcio desenvolveu uma forma de utilizar o junco (papiro), ensopando-o com água e sovando até obter uma forma de pergaminho, com espessura semelhante a um tecido.

Mas o papel, tal como o conhecemos hoje, teve origem na China em 2.700 a.C, sendo creditada á Ts'ang Chieh: misturando cascas de árvores e trapos de tecidos. Depois de molhados, eram batidos até formarem uma pasta. Esta pasta, depositada em peneiras para escorrer a água, depois de seca tornava-se uma folha de papel. Ainda hoje os trapos de algodão e linho são utilizados por alguns países na fabricação de papéis resistentes, como o *papel-moeda*. Atualmente o papel talvez seja o produto mais utilizado e corriqueiro do mundo, contudo nem sempre foi assim. Graças ao trabalho de copiar manuscritos, na Idade Média, em formas artesanais de papel, foi possível conservar os mais importantes registros da história da humanidade até então.

Mas o primeiro acontecimento importante que viabilizou o processo de evolução do *conhecimento* foi o surgimento do primeiro alfabeto na mesopotâmia em 4.000 A.C. criando

assim uma forma de apresentação para transformar a informação em dado, com um mecanismo de interpretação da mesma permitindo ao ser humano transformar essas informações em conhecimento.

O segundo acontecimento importante foi à criação do processo de impressão, criada por Johann Gensfleisch Gutemberg por volta de 1450 D.C. Com a invenção da imprensa à disseminação da informação passou a ser mais acessível; Em seguida a Revolução Industrial impulsionou as mudanças, e a expansão da informação foi acontecendo e fazendo surgir os processos de automação das administrações possibilitando aos cidadãos acesso a governos mais democráticos. Toffler (2007) afirma que O terceiro e mais importante fato da evolução do conhecimento foi à popularização da Internet, também conhecida como terceira onda. Este foi o verdadeiro marco para a evolução da informação na forma como ela caminha nos dias atuais. Segundo Bacalhau (2007) Isso permitiu uma distribuição informacional de forma global e uma interatividade cooperativa em tempo real (na forma de discussões, proposições, etc.) como nunca vista.

Entre Gutemberg e a Internet, destacamos o microfilme como principal tecnologia de conversão e armazenagem da informação. O microfilme, criado por Renée Dragon, de origem francesa no século XIX, foi utilizado pela primeira vez durante a guerra franco-prussiana, na qual pombos-correios transportavam mapas microfilmados das posições inimigas.

A sua primeira aplicação comercial aconteceu em 1927, nos Estados Unidos, quando a Kodak lançou a primeira micro filmadora de cheques, a *Recordak*. Os bancos americanos perceberam de imediato que se encontravam perante a um produto, capaz de resolver definitivamente o problema criado pelo grande volume de documentação que deveria obrigatoriamente, ser armazenada em longo prazo.

O desenvolvimento da informática, no final do século XX, potenciou a evolução do microfilme, tendo sido criado o chamado sistema C.O.M. (*Computer Output to Microfilm*), que permitia a microfilmagem de grandes volumes de documentação, com grande redução de custos. Entretanto, a continuação do microfilme como suporte de eleição para a transferência documental tinha vindo a ser posta em cheque, desde o surgimento dos sistemas digitais. O mundo exigia maior rapidez na circulação de informação e os sistemas digitais prometiam resolver todos os problemas que o microfilme não havia solucionado. Contudo, ainda segundo Bacalhau (2007) com o passar do tempo verificou-se que as novas tecnologias tinham também os seus inconvenientes, como por exemplo, a obsolescência rápida dos materiais informáticos.

Para dar resposta aos novos desafios colocados à microfilmagem, desenvolveu-se um micro filmadora digital, chamada *Digital Archive Writer*. O D.A.W. que permitia a

microfilmagem de documentos já digitalizados, indexados e integrados no computador através de driver de microfimes *Intelligent Microfilm Scanner* (IMS). A seguir surge o chamado sistema híbrido, conjugando a tecnologia digital e de microfilmagem<sup>38</sup>.

Apesar do amplo desenvolvimento de microcomputadores, discos ópticos e dispositivos de tratamento de imagem, o microfilme continua sendo ainda hoje, o *medium* que é sem contestação, considerado como de "segurança" e "permanente". O microfilme no Brasil é altamente amparado pela legislação, tendo seu embrião na lei nº. 5.433, de 08 de maio de 1968, estabelecendo de forma clara que: artigo 1º fica autorizado à microfilmagem de documentos particulares e oficiais; artigo 2º diz que os microfimes, certidões, transladados e cópias passavam a ter, em juízo ou fora dele, o mesmo valor dos documentos originais. À qual foi regulamentada pelo Decreto nº. 1.799, de 30 de janeiro de 1996.

Com a criação da legislação, o microfilme passou a ser a principal ferramenta de armazenagem da informação. Até chegarmos com a digitalização de imagens, por meio de *scanners*, que potencializa uma maior facilidade de acesso às informações.

A utilização do documento teve início na humanidade a partir da necessidade de se registrar as informações e todo conhecimento produzido pela humanidade, têm obrigatoriamente e culturalmente que ser explicitada ou registrada em documentos, principalmente utilizando como meio, o papel. Podemos considerar documento desde uma pequena anotação em um papel, até um conjunto de dados armazenados nos mais sofisticados computadores. Documento é o registro de um fato.

Segundo Rodrigues (2000) define documento como: “partindo da premissa teleológica da prova, [...] documento, deriva da palavra latina *documentum*, do verbo *doceo*, que significa ensinar, mostrar, indicar”.

Seguindo o ciclo evolutivo dos documentos surge o documento eletrônico que não difere de um documento em suporte papel, quando analisamos suas funções e objetivos. Mas Segundo Kubiça (2006), os requisitos podem ser prospectados com vistas a determinar uma maneira de satisfazer a esses mesmos objetivos e funções para documentos eletrônicos como veremos a seguir:

---

<sup>38</sup> Parecer nº. 736/2006

### **2.1.2 Documentos eletrônicos**

O impacto revolucionário da informação tem feito com que o mundo, se inteire a cada momento com as novas tendências tecnológicas; não existe em qualquer área, por menor que seja que não tenha sofrido alterações quanto à revolução tecnológica. Em se tratando de documentos eletrônicos, no entanto, a ordem jurídica nacional ainda não se ajustou por completo à nova realidade existente em nível mundial.

Um dos maiores pensadores contemporâneos do mundo dos negócios, Drucker (2000), sintetiza que:

A Revolução da Informação se encontra no ponto em que a Revolução Industrial estava no início da década de 1820, cerca de 40 anos depois de a máquina a vapor se aperfeiçoar por James Watt. E a máquina a vapor era para a Revolução Industrial aquilo que o computador vem sendo pra a Revolução da Informação.

A informação está ligada intimamente à documentação, que aos poucos tem deixado de ser escrita para assumir formas digitais. Por isso há uma imensa necessidade de criação de novas regras que regulamentem o documento eletrônico. Diante do volume existente e a suma necessidade de se recuperar e disseminar as informações, o uso do papel começa a nos dar mostras de suas limitações.

Claro que nada substitui o prazer de se ler um bom livro, mas o que estamos colocando em discussão é a necessidade das organizações em organizar e buscar suas informações mais rapidamente, de forma eficaz e eficiente; com garantias legais e probatórias.

Gandini (2013) Entende que as sociedades são dinâmicas, evoluem continuamente com o passar do tempo, de forma que o Direito, quando visa a regular os hábitos e atividades sociais, deve necessariamente acompanhar esta evolução, de forma a alterar ou dar novas interpretações às regras jurídicas existentes. Como compete ao Direito regular às relações entre indivíduos dando-lhes segurança e estabilidade nas relações jurídicas que estabelecem também na disciplina do direito que é conferida a regulamentação das relações que se originam das facilidades proporcionadas pela Internet. As tendências apontam para os relacionamentos virtuais que ocupam espaços bem significativos atualmente uma verdadeira revolução social.

Segundo Bill Gates, as companhias de sucesso no futuro serão as que utilizarem ferramentas digitais para reinventar sua maneira de trabalhar, convertendo os documentos de papel em arquivos digitais. A esse respeito, o mesmo autor assegura que:

O papel estará conosco infinitamente, mas sua importância como meio de encontrar, preservar e distribuir informação já está diminuindo [...] À medida que os documentos ficarem mais flexíveis, mais ricos de conteúdo de multimídia e menos presos ao papel, as formas de colaboração e comunicação entre as pessoas se tornarão mais ricas e menos amarradas ao local onde estão instaladas. (GATES, 1995)

Para que os documentos eletrônicos se equiparem aos documentos tradicionais (papel), há que se atenderem, os requisitos básicos inerentes: integridade, a autenticidade e a tempestividade. Com o advento da certificação digital, podemos traçar um perfil mais moderno, de forma legal e com eficácia probatória.

A legislação Brasileira vem buscando então uma atualização mais completa em relação ao desenvolvimento tecnológico da humanidade; e se equiparando aos demais países nessa batalha. Visando assim proteger nossa sociedade das inúmeras e novas conseqüências jurídicas oriundas do progresso conquistado. Sendo assim, é pertinente abordar sobre o panorama de leis de acesso a informação.

Embora a utilização de documentos eletrônicos por parte de diversos órgãos e pessoas físicas estejam crescendo substancialmente, existem culturalmente, receios quanto ao seu uso principalmente no que tange a eficácia probatória de tais documentos, caso seja impetrada alguma ação.

A rejeição de um documento eletrônico como prova de uma ação jurídica, sempre definida como um dos maiores entraves ao uso desses documentos como diz (SANTOS, 1997)<sup>39</sup> é um equívoco, uma vez que;

“(...) um documento eletrônico é um meio, mas como documento ele pode conduzir o convencimento de uma verdade, desde que seja (...) ‘moralmente legítimo’”. Ou seja, desde que não tenha sido conseguido por meio ilícitos, o documento eletrônico conterà, em princípio, “uma presunção *júris tantum*”<sup>40</sup>, como qualquer outra prova”. Santos afirma que uma legislação que “transforme qualquer documento eletrônico em prova irrefutável (*júris et jure*)<sup>41</sup> é inviável”.

---

<sup>39</sup>SANTOS, Vanderlei Batista dos Apud SANTOS, Newton Paulo Teixeira dos. Documentos eletrônicos: utilização e valor legal. **Arquivo & História** [Revista do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro], Rio de Janeiro, n.3 out. 1997, p.35-40.

<sup>40</sup>Refere-se a uma situação hipotética, algo que deve ser, mas ainda não foi confrontado ou comprovado por fatos concretos, encontrando-se ainda no estágio puramente conceitual.

<sup>41</sup>De direito e por direito. Presunção que não admite prova em contrário. Presunções legais absolutas.

Não se trata segundo Santos (1997), em dar caráter de prova irrefutável aos documentos eletrônicos. Qualquer documento possui presunção de servir como prova, mas é a sua contextualização e o confronto com outros documentos que definirão, em último caso, seu valor de prova.

No âmbito jurídico, o maior obstáculo em aceitar um documento, petição ou certidão, enviado por computador ou até mesmo por fax, é a verificação da assinatura, ou seja, é quanto à segurança na identificação do autor.

Um documento eletrônico não pode ser assinado no modo tradicional, pelo qual o autor se identifica. Desta forma, é impossível que ele tenha a mesma forma que um documento tradicional, mas nada impede que determinados mecanismos informáticos possam trazer aos documentos digitais as três funções fundamentais dos documentos tradicionais, que são a função identificativa, a declarativa e a probatória<sup>42</sup>.

Costuma-se atribuir aos documentos eletrônicos as seguintes características: volaticidade, alterabilidade e fácil falsificação.

Para que o documento eletrônico tenha força probante, ele dever ter algumas características peculiares aos documentos tradicionais como o papel:

- Tenha autoria identificável (autenticidade) – garantia de autenticidade da assinatura, podendo ser necessário o reconhecimento de firma. Sendo, portanto, a verificação de sua proveniência subjetiva, determinando-se com certeza quem é seu autor;
- Que não possa ser alterado de modo imperceptível (integridade) – podendo-se, em caso de dúvida, ser realizada uma perícia. Portanto, a integridade diz respeito ao conteúdo, às informações inseridas no documento.

A integridade e autenticidade são, portanto, os requisitos básicos que um documento deve conter para servir-se como prova.

No entanto, (KUBIÇA, 2006) dependendo da aplicação, outros requisitos são necessários, a exemplo da *tempestividade*, que é indispensável quando são requeridos protocolos com carimbo de data e hora oficial. A data atribuída aos documentos eletrônicos é de suma importância, pois é assim que saberemos se há tempestividade, possibilitando sobremaneira a almejada segurança.

Em conferência realizada na INFOIMAGEM de 2006, Kubiça aponta ainda mais dois requisitos, somados aos três acima descritos (integridade, autenticidade, e tempestividade),

---

<sup>42</sup>GANDINI, João Agnaldo Donizeti; SALOMÃO, Paola Diana da Silva; JACOB, Cristiana. A validade jurídica de documentos digitais. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp? Id =3165>.

para a garantia de maior força probante aos documentos eletrônicos: garantia de sigilo e garantia de acessibilidade. Garantindo assim, a equivalência funcional-legal entre os documentos analógicos e digitais.

A Lei Modelo das Nações Unidas para o Comércio Eletrônico (UNCITRAL, 2006) nos recomenda o tratamento dos documentos eletrônicos com a utilização e aceitação dos critérios equivalentes funcionais dos documentos em papel. Se conseguirmos cumprir os requisitos acima listados para os nossos emergentes documentos eletrônicos, estaremos garantindo equivalência funcional entre documentos analógicos e digitais, e dessa forma provendo a eficácia probatória dos documentos eletrônicos (KUBIÇA, 2006). Assim sendo seria possível a migração com legalidade e segurança do mundo dos documentos em papel para o mundo dos documentos eletrônicos.

Pela lei brasileira, cessará a fé do documento se a integridade de seu conteúdo for violada, mediante alteração, ou se diante da contestação de sua assinatura, não se conseguir provar a sua veracidade (artigos 387, II, e 388, ambos do CPC).

Após debater-se sobre a legalidade dos documentos eletrônicos embora o tópico seja para uma abordagem legislativa, é pertinente que se aborde uma visão quanto a organicidade do documento eletrônico.

O tratamento dos documentos eletrônicos, em seu nível mais elementar, foi chamado de GDE (Gerenciamento de Documentos Eletrônicos) e tem como propósito gerenciar somente documentos que estão em formato digital (KUBIÇA, 2006). O GED (Gerenciamento Eletrônico de Documentos) foi introduzido no Brasil em 1990 pelo CENADEM, facilitando a integração das novas tecnologias da informação sobre o gerenciamento eletrônico de documentos. Diferentemente do GDE, o GED trata também documentos em formato analógico. No decorrer dos anos, o GED incorporou novas tecnologias voltadas para o tratamento dos documentos. O Workflow é exemplo dessa incorporação. Segundo o Workflow Management Coalition<sup>43</sup>, Workflow é: "A automação de um processo de negócios, por inteiro ou em parte, durante o qual documentos, informações e tarefas são passadas de um participante para outro por ação, respeitando um conjunto de regras processuais".

Em função da atualização tecnológica, o GED tem sofrido redefinições. A definição atual do CENADEM (2006) é a que segue: um grupo de tecnologias, divididas em cinco funcionalidades básicas: captação, gerenciamento, armazenamento, distribuição e preservação. Dentro dessas funcionalidades, cada tecnologia tem uma função específica.

---

<sup>43</sup> Disponível em URL: <http://www.wfmc.org/standards/docs/tc003v11.pdf>

Essas tecnologias, trabalhando reunidas ou isoladamente, promovem a organização de informações não estruturadas. Em 2002, a *Association for Information and Image Management* - AIIM (AIIM, 2006) definiu o ECM como as tecnologias, ferramentas e métodos usados para captar, gerenciar, armazenar, preservar e distribuir conteúdo pela empresa. Também em nível elementar as ferramentas e estratégias de ECM permitem o gerenciamento de informação não estruturada de uma organização, enquanto aquela informação existir.

Com vistas a um melhor entendimento sobre a organização dos documentos eletrônicos se esboça a definição para GED nos conceitos da WEB, é um conjunto de aplicativos, criados para automatizar o processo de gerenciamento de documentos, em todas as suas fases:

- Criação
- Distribuição
- Utilização
- Armazenamento e
- Recuperação

A redução dos ciclos de trabalho é seu maior benefício, gerando maior produtividade, qualidade dos serviços e competitividade. Com a implementação de um sistema central, devidamente programado, os documentos passam a desempenhar infinitamente melhor a sua função: informar com muito mais velocidade de resposta.

FIGURA 2. 3 - Garantias GED



Autor: Kubiça, Stefano. (2006)

O ECM é uma evolução do GED porque trata outros objetos além de documentos; preconiza uma abordagem corporativa e incorpora tecnologias que no GED são consideradas



correlatas. Excetuando-se os aspectos da evolução do ECM em relação ao GED, pode-se deduzir que tanto um como outro têm como objetivos captar, gerenciar, armazenar, localizar, disponibilizar e visualizar documentos, garantindo assim a acessibilidade (KUBIÇA, 2006).

Para Maurício Antônio Ferreira<sup>44</sup>, especialista em GED e diretor de tecnologia do CENADEM, a utilização do GED e tecnologias correlatas no nosso País, - apesar de já termos instalações complexas e de alto nível – ainda causa muitas dúvidas. “Nos cursos ministrados pelo CENADEM, dos quais é instrutor, nota-se que os participantes têm problemas elementares em suas empresas, sendo que o principal mesmo é a eliminação dos fluxos de trabalho, baseados em papel. Às empresas devem começar por avaliar seus procedimentos, utilizar a digitalização para depois partir para as demais tecnologias do GED”. Segundo ele, a decisão de se usar o GED deve começar por uma avaliação dos documentos das empresas, processos, metodologias, fluxo de atividade, partir para a Imagem e, aos poucos, para as demais tecnologias.

Muitas organizações, hoje, consideram a sigla GED como "Gestão Eletrônica de Documentos", o que na verdade amplia o seu escopo, porque incorpora atividades como a Gestão Documental. A gestão documental, é de suma importância para o desenvolvimento e implementação de Ged's. A base para o início de qualquer trabalho. Pois é a partir dela que podemos visualizar toda a organização, seus setores, bem como as documentações existentes em cada departamento. A legislação que rege as diversas documentações, bem como as classificações visando à tabela de temporalidade documental é o resultado primordial e essencial para o sucesso de qualquer empreendimento de gestão de documentos.

È através de tecnologias como o GED que se pode atingir a acessibilidade documental, tão necessária para a busca das informações.

Assim gerenciar os documentos eletrônicos é organizar com critérios arquivísticos os documentos eletrônicos e os digitalizados. Como percebemos no pensamento de Flores:

O gerenciamento de documentos eletrônicos tem como pressuposto o conceito de original, visa à gestão de documentos criados em meio eletrônico e cujo original permanece neste meio, embora também englobe os documentos digitalizados. É através de um sistema de gestão de documentos eletrônicos (GDE) que estabelecemos políticas de avaliação, produção, descrição, destinação e preservação de documentos eletrônicos. (BEZERRA apud FLORES, 2003, p.13).

---

<sup>44</sup>CENADEM. Disponível em URL: <http://www.ged.net.br/>

Também Marcacini (2006) nos explica de forma elucidativa sobre o conceito de documento eletrônico:

A assimilação desse conceito de documento eletrônico exige certo grau de abstração. Trilhando na mesma linha de raciocínio de um dos gurus da informática moderna, Nicholas Negroponte, pode-se dizer que experimentamos hoje um mundo virtual onde, no lugar de átomos, agora temos que nos acostumar com uma realidade de coisas formadas tanto por átomos como por bits. O documento tradicional, em nível microscópico, não é outra coisa senão uma infinidade de átomos que, juntos, formam uma coisa que, captada pelos nossos sentidos, nos transmite uma informação. O documento eletrônico, então, é uma das seqüências de bits que, captada pelos nossos sentidos com o uso de um computador e um software específico, nos transmite uma informação.

Quanto à impressão dos documentos eletrônicos, se o documento foi originalmente elaborado e assinado em meio eletrônico, é de ser considerada original a mesma seqüência de bits, qualquer que seja o meio em que esteja cópia e o arquivo eletrônico com assinatura criptográfica é o original. Eventual alegação de desconformidade entre o original e a cópia demandará análise do documento eletrônico, com o uso de um computador e de softwares específicos que leiam este arquivo eletrônico e reconheçam a assinatura.

Por outro lado, um documento originalmente lavrado em papel pode ser introduzido no computador, por meio de um scanner (digitalização<sup>45</sup>), seja para fins de armazenamento e recuperação rápida, seja para transmissão. Aqui, existe um original em papel, do qual o documento eletrônico é apenas a cópia. No entanto tal documento transladado para o meio digital, principalmente se for realizada em Cartório de Títulos e Documentos, que garantirá validade jurídica ao documento, poderá também ser considerado como documento digital, uma vez que agora se encontram acessíveis por meio de um computador. A dúvida quanto à autenticidade da cópia eletrônica demandará o exame do original em meio papel.

Os documentos sejam em meio papel ou eletrônico crescem a cada instante de maneira geométrica. As tecnologias da informação auxiliada com a gestão de documentos vêm dando suporte necessário ao tratamento de tais documentos; no entanto o seu uso está relacionado diretamente às condições legais existentes e necessárias para a implementação de qualquer projeto na área.

E pertinente citarmos também as Normas ISO que se refere à organização Internacional, mas são aceitas nos cinco continentes. Segundo SEDIC<sup>46</sup> existem normas ISO

---

<sup>45</sup>O termo digitalização é utilizado aqui no sentido derivado do verbo digitalizar que lhe é atribuído pelo “Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa”: “converter (imagem ou sinal analógico) para o código digital, por meio de um scanner ou de uma mesa digitalizadora gráfica, ou mediante dispositivo de conversão de sinal analógico para digital”

<sup>46</sup> *Asociación Espanola de Documentacion e Informacion*

para uma infinidade de materiais, que cobrem todos os aspectos da atividade humana. (tradução da autora). Sendo assim a ISO estabelece a norma 30.300 que estabelece o Sistema de gestão para documentos. A norma em questão nasce com uma vocação integradora com outros sistemas de gestão conforme Bustelo-Ruesta (2011, p.8) que diz;

O próprio sistema de gestão se baseia na existência de uma política e objetivos documentais e procedimentos que descrevem os distintos processos incluindo o sistema de gestão. Ao mesmo tempo os processos de trabalho devem gerar evidencias que permitam comprovar que foram realizados segundo procedimentos definidos. Os mesmo sistemas de gestão para os documentos propostos pela ISO 30300 possam, portanto serem implementados fazendo integração com outros sistemas de gestão permitindo ainda a facilidade de ampliação e eficácia dos mesmos. (Tradução nossa)<sup>47</sup>.

Após a inferência a norma ISO 30300 para gestão de documentos, segue-se com abordagem dos documentos digitais.

### **2.1.3 Documentos digitais**

Com o surgimento da Internet as informações que eram em sua maioria registradas em papel passaram a ser em formato digital, mas para chegar à era digital é necessária uma reflexão.

O homem ao longo da sua existência procurou desempenhar meios de comunicação que pudessem reforçar suas relações e transmitir seus sentimentos, suas experiências repassar e adquirir conhecimento sobre si e sobre os outros através da informação. Assim como cita o autor;

No processo de transmitir informações, o homem foi criando meios de registrar seus conhecimentos e elaborou o processo de registro e construção do conhecimento por meio de representações. Estas traduziram, e traduzem a visão de mundo que cada um de nós possui em determinado momento sócio cultural e histórico e que está também presente nas linguagens utilizadas e nos suportes disponíveis para essas representações. Quer dizer, o registro do conhecimento por meio de representações revela a relação das ideias e das ideologias com as técnicas. (NAVES; KURAMOTO, 2006, p.47).

---

<sup>47</sup> En el propio sistema de gestión se basa en la existencia de una política y objetivos documentados y de unos procedimientos que describen los distintos procesos incluido en el sistema de gestión. Al mismo tiempo los procesos de trabajo deben generar evidencias que permitan comprobar que se han realizado según los procedimientos definidos. El sistema de gestión para los documentos propuesto en las ISO 30300 puede por lo tanto implementarse integrado con otros sistemas de gestión permitiendo con poco esfuerzo ampliar la eficacia de los mismos

Neste contexto requer que se faça uma ligação entre a informação que perpassa pela humanidade, através do conhecimento e por sua vez precisa de registro para a disseminação aos demais e preservação para as gerações futuras.

Para melhor compreender o presente século que se iniciou com o paradigma da explosão da informação, onde se percebe o mundo permeado de documentos digitais, requer que se explicitem algumas definições de documento digital. Para os autores Tammaro e Salarelli (2008, p.3) a definição é:

Documento não é mais somente aquilo que é legível na forma da palavra escrita: o documento é fruto da capacidade do pesquisador para interrogar um material, operação que, por causa mesmo da necessidade de empregar uma linguagem de interrogação, em nenhum caso é atribuível a uma descoberta casual.

Não é mais suficiente ter acesso aos documentos, porque são caracterizados subjetivamente por conveniência e alteridade. Por esta razão requer-se que se conceitue a natureza dos documentos digitais, o autor define com uma aceitação mais ampla como se segue:

Documento é um texto apresentado como livro, revista, periódico, teses, artigo, etc. Também é documento qualquer imagem fixa, seja fotografia, desenho, gravação, mapa, plano, diagrama, partitura, placa de raios-X. É também qualquer gravação de som: canção ou peça musical, voz gravada, etc. É também uma imagem em movimento: filme ou vídeo e aí por diante. A estes documentos também se dão o nome de “objetos”, se estão em formato digital então são “documentos digitais” ou “objetos digitais”. Os documentos digitais requerem três elementos para poder ser percebidos: O computador o dispositivo eletrônico, e os programas necessários para opera-los e ainda ler o documento digital em si mesmo. Delgado Gómez (2001) citado VOUTSSAS-MARQUEZ (2013, p 21). (tradução da autora)<sup>48</sup>

Diante do exposto é interessante retornar ao tópico anterior onde houve a abordagem sobre documentos eletrônicos, é necessária uma observação para compreendermos as diferenças que são atribuídas aos documentos eletrônicos e documentos digitais. Segundo Voutssas-Marquez (2013, p.30) a concepção de documento eletrônico e digital é da seguinte forma;

Os documentos que nascem digitais se chamam documentos digitais de geração, e os documentos que estão em suporte tradicional e foram digitalizados se chamam documentos digitais de transformação. [...] todo documento digital e eletrônico, e

---

<sup>48</sup>Documento es entonces un texto presentado como libro, revista, periódico, tesis, artículo, etc. También es documento cualquier imagen fija, sea fotografía, dibujo, grabado, mapa, plano, diagrama, partitura, placa de rayos X y más. Es también cualquier grabación de sonido: canción o pieza musical, voz grabada, etc. Lo es también una imagen en movimiento: película o vídeo y de ahí en adelante. A estos documentos también se les llama “objetos”, se están en formato digital son entonces “documentos digitales” u “objetos digitales”. Los documentos digitales requieren de tres elementos para poder ser percibidos: la computadora o dispositivo electrónico, el o los programas necesarios para operarlo y leerlo y el documento digital en sí mismo. Delgado Gómez (2001) citado VOUTSSAS-MARQUEZ (2013, p 21).

requer dispositivos eletrônicos para seu uso, mas nem todo documento eletrônico é digital. [...] existe documentos eletrônicos analógicos. ( tradução da autora).

O autor alerta para a tendência de que os termos são usados como sinônimos sem o sê-los e menciona que a diferença é que o registro analógico<sup>49</sup> esta formado por uma serie de dados e valores de forma continua como se fossem uma onda. Já o registro digital é a representação dos objetos ou dados físicos por meio de uma sucessão de valores numéricos diferenciados – discretos ou descontínuos -, valores gerais numéricos binários – bits – de acordo com um código ou conversão preestabelecido. E complementa dizendo que uma representação analógica de um objeto ou processo físico, e uma representação digitalmente codificada nunca se parece fisicamente ao original. Outros autores contribuem também para esse o entendimento de digital e analógico como citam:

Se todos os materiais, pelo menos potencialmente, podem vir a fazer parte do universo documentário, desde que possam ser lidos e interpretados, devem possuir, para serem definidos como digitais, uma característica adicional e fundamental: sua numerabilidade. Um material submetido à digitalização é um material reduzido a números. (TAMMARO SALARELLI, 2008, p.6-7).

Com relação uso do termo recurso digital, significa que é uma entidade de natureza digital e esta representado por dígitos, números ou sistemas numéricos binários<sup>50</sup>. O binário é de uso eletrônico ou óptico. Sendo assim o documento digital é aquele que foi criado originalmente por meio digital<sup>51</sup>, ou convertido em representação com base em números de padrão arbitrário. A primeira vez que se utilizou o termo “digital” para descrever um registro numérico não continuo foi em 1938 (Voutssas 2013 p. 30). (tradução da autora).

Uma grande vantagem da explosão da informação é que as informações se processam de maneira muito rápida, o acesso é cada vez mais veloz, e se tem acesso a uma quantidade maior de informação. Sobre outro ponto de vista é também um grande problema, pois, a explosão de informação requer um formato diferenciado para o seu armazenamento, que se tornam obsoletos com muita facilidade, muda-se o suporte mas há grandes riscos da perda de informação com tantas trocas de mídias, como se segue:

[...] sobre o crescimento do volume de informação, a fragilidade de seus suportes e a forma com que se tem buscado enfrentar o problema da conservação física dos

---

<sup>49</sup>Meio analógico é o suporte físico, tal como o papel o pergaminho, pedra argila, filmes ou artigos ou citações de áudio e vídeo ou magnéticas usadas para armazenamento de dados em forma analógica.

<sup>50</sup>Em computação, chama-se um dígito binário (0 ou 1) de bit, que vem do inglês *Binary Digit*. Um agrupamento de 8 bits corresponde a um byte (*Binary Term*). Um agrupamento de 4 bits, ainda, é chamado de *nibble*.

<sup>51</sup>Meio digital é também conhecido como suporte digital. E refere-se ao material físico, tal como um disco físico, ou como um disco compacto, DVD, ou disco duro usado como suporte para armazenamento de dados digitais.

materiais, aliados à necessidade de acesso e difusão dos acervos documentais. [...] isso teria provocado [...] uma crise latente no paradigma da conservação ortodoxa [...] que priorizava o tratamento de restauração de itens individuais em detrimento de medidas preventivas e passivas que alcançariam um número maior de itens. (HERNAM-PEREZ, 2008?) Citado por (HOLLÓS e SILVA 2010).

Assim a preservação de documentos digitais é sempre pauta de discussões em congresso em meio acadêmico, o desenvolvimento de políticas governamentais para a preservação digital é sempre uma preocupação tanto para o governo quanto para as instituições não governamentais.

Devido aos vários formatos de suportes como o CD, as fotografias dentre outros, deixa muito complexo uma norma de preservação que atenda o avanço tecnológico. A velocidade de tal avanço faz com que o hardware e o software fiquem ultrapassados muito rapidamente. O que evidentemente tem um custo bastante elevado das novas tecnologias.

A intenção dos estudos sempre esta voltada para um suporte que tenha durabilidade. No entanto há algumas recomendações que merecem destaque para que se mantenha por mais tempo a durabilidade como se segue:

O exemplo desse tipo de procedimento é a climatização da área de guarda dos documentos, com parâmetros estáveis de temperatura e umidade relativa, e os cuidados com manuseio e acondicionamento adequados, a fim de garantir o retardamento da degradação dos materiais, quanto á preservação do conteúdo informacional/intelectual em meio analógico ou digital. . (GRÁCIO; FADEL, 2010 p.61).

Não somente os meios de preservação da informação digital são fontes de questionamentos e interesse dos estudiosos. Requer que se destaque também que os atributos que possuem os documentos digitais e são sempre postos em discussão. São eles:

Permanência

Acessibilidade

Qualidade e valor de uso.

Autenticidade

Confidencialidade

Versão

Em contexto geral são deveras numerosos os requisitos para descrever a era digital, no entanto como cita os autores, todos os critérios tem com fim a recuperação da informação;

No novo contexto de produção, organização e recuperação de objetos digitais, as metas de trabalho não se restringem à criação de representações de objetos físicos constantes de um acervo, mas compreendem, sobretudo, o estabelecimento dos denominados metadados, muitos dos quais podem ser indicados diretamente nos

próprios objetos, constituindo-se esses em chaves de acesso a documentos e conteúdos. (NAVES; KURAMOTO, 2006, p.80).

Com vistas também ao acesso da informação é que se passa ao próximo tópico para contextualizar a legislação que permeiam os conteúdos elencados neste estudo.

## 2.2 PANORAMAS DA LEGISLAÇÃO SOBRE ACESSO A INFORMAÇÃO

Existe uma multiplicidade de fontes onde o acesso à informação é disponibilizado gratuitamente, contudo há critérios de descrição de tais documentos com o objetivo de preservar os direitos do autor. A propriedade intelectual e os direitos autorais são estabelecidos por Lei<sup>52</sup>. Sendo assim o acesso à informação tem diretrizes preestabelecidas e intenta-se destacar as principais iniciativas da legislação brasileira no que concerne ao acesso à informação em termos legais. E destaca-se que, não raro é uma prática cultural no que se refere aos saberes, estabelecer-se por normas, segundo Oliva (2011, p. 17):

Em nome da identificação das propriedades epistêmicas capazes de transformar crença em conhecimento, a epistemologia mostra propensão a formular critérios ideais de racionalidade. Por isso desde Platão ela tem sido predominantemente normativa. E ainda [...] Ao estipular as regras que precisam ser seguidas para que o conhecimento seja obtido, a epistemologia vira uma espécie de Legislação Geral da Razão.

Diante do exposto, as normas as quais abordaremos são a Constituição da República Federativa do Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Lei do livro a Lei do Direito autoral, a Lei de acesso à informação, Diretrizes do Governo aberto e portal de transparência, a Lei Crime na Internet, a Lei de uso da Internet no Brasil e as diretrizes do Comitê Gestor da Internet no Brasil.

### 2.2.1 A Constituição da República Federativa do Brasil.

Dentre as leis que regem o nosso país no âmbito do acesso a informação, iniciaremos com a <sup>53</sup>Constituição da República Federativa do Brasil, conhecida com a sigla (CB)

---

<sup>52</sup>Lei nº 9.610/98 que sanciona que só é grátis e pode ser copiado aquilo que o autor explicitamente autorizar.

<sup>53</sup>**Constituição** é o conjunto de normas e princípios fundamentais e norteadores do ordenamento jurídico de um país. No Brasil, todos os demais textos jurídicos são submetidos à **Constituição**, não podendo contrariar seu conteúdo.

Constituição Brasileira. A CB trata da principal primazia dos direitos e anula normas inferiores que contrariem seu conteúdo. Para melhor entendimento citamos que: Nos princípios fundamentais do Art. 1º... formulada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se Estado democrático de direito e tem como fundamentos descritos no quadro 2.1:

QUADRO 2. 1 - Constituição Federal

	Seções	Conteúdos
Princípios Fundamentos	I -	<i>A soberania;</i>
	II -	<i>A cidadania;</i>
	III -	<i>A dignidade da pessoa humana;</i>
	VI -	<i>Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;</i>
	V -	<i>O pluralismo político;</i>

Fonte: Constituição Brasileira adaptação da autora

O quadro 2.1 expõe os princípios fundamentais da CB, concernentes ao acesso da informação, que são *a autoridade do que é soberana a qualidade do cidadão, o procedimento que atrai o respeito dos outros a dignidade, o merecimento social, e os organismos diferentes e independentes da representação política.*

Assim notemos que a Constituição na seção II da cultura, traz a seguinte citação, Constituição Federal (1988, p.135) artigo 216 §2º, “*Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta os quantos a que dela necessitam*”. Portanto é dever do governo promover o direito de acesso à informação.

Entretanto o direito ao acesso a informação sob o aspecto legislativo não esta dissociada do que se entende por necessidade de informação na medida em que, essa necessidade nasce de outra de cunho intelectual como elucida Jardim (2014, p. 3). “A noção de acesso á informação relaciona-se, portanto, a um direito, mas também a dispositivos políticos culturais, materiais e intelectuais que garantam o exercício efetivo desse direito”. O acesso jurídico á informação não se consolida sem o acesso intelectual à informação.

Vinculados o acesso jurídico ao acesso intelectual da informação, a constituição também procura democratizar o direito á liberdade de expressão, quando estendeu o direito de livre manifestação como cita o art. 220 dispõe que “*A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão*



*qualquer restrição, observados o disposto nesta Constituição”. No § 2º, continua dizendo que “é vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística”.*

Assim como a liberdade de expressão diz respeito ao acesso a informação também o direito a privacidade foi contemplado na CB e deve ser mencionado.

Reza, com efeito, o art. 5º, X, da Constituição da República *que são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.* E para complementar o art. 5º insere-se artigos também do Novo Código Civil Brasileiro. O art. 21 dispõe que “A vida privada da pessoa natural é inviolável”.

Ora, o intelecto necessita de ser protegido se necessário recorrendo-se a Lei, e também ser estimulado, mas comumente pela educação, é possível que com uma educação de qualidade haja maiores criações advindas do intelecto bem educado, dado a isso que se faz importante á abordagem da lei que rege a educação, como se segue.

### **2.2.2 Lei de Diretrizes e Bases**

Entendemos que a educação é básica para o acesso a informação em qualquer lugar do mundo, e como é interesse desse estudo os aspectos da educação para a pesquisa no Brasil, acha-se pertinente tratar alguns aspectos da legislação da educação que é fundamentada através da Lei de Diretrizes e Bases, popularmente chamada por (LDB) e, como a própria lei diz, são diretrizes e bases para a educação nacional, certamente é conjumina com o desenvolvimento intelectual dito antes.

A LDB se refere à Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e estabelece diretrizes para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e da outras providências, diz da educação, traçam os princípios e objetivos, direitos a educação, deveres do poder público, formas coercitivas para a imposição do cumprimento, obrigação dos pais de matricularem os filhos, dá a estrutura da educação nacional para educação infantil, educação fundamental, educação de jovens e adultos, educação profissional, ensino superior, educação especial, pondera sobre os profissionais da educação e os recursos financeiros para a educação, educação de comunidades indígenas e ensino a distância.

QUADRO 2. 2 - Educação

ASPECTOS	CONTEUDOS DA LEI 9.394
Processo de formação	<i>Na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.</i>
É dever	<i>Da família e do Estado, inspira nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana.</i>
Finalidade	<i>O pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.</i>

Fonte: Lei 9.394, adaptação da autora.

O quadro 2.2 diz respeito aos Art.1º e Art.2º, e versa sobre o desenvolvimento dos aspectos a partir do processo de formação, e descreve a obrigatoriedade do seu cumprimento, defendendo a finalidade da LDB.

Importante também destacar o Art.3º onde se lê os principais princípios expressos na LDB conforme o quadro 2.3.

QUADRO 2. 3 - Princípios

PRINCIPAIS PRINCÍPIOS	Seções	Conteúdos
	I -	<i>Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;</i>
	II -	<i>Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;</i>
	III-	<i>Pluralismo de ideias e concepções pedagógicas</i>
	IV -	<i>Respeito á liberdade e apreço à tolerância;</i>
	V -	<i>Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino</i>
	VI -	<i>Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;</i>
	VII-	<i>Valoração do profissional da educação escolar;</i>
	VIII -	<i>Gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;</i>
	IX -	<i>Garantia de padrão de qualidade;</i>
	X -	<i>Valorização da experiência extraescolar;</i>
	XI -	<i>Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;</i>

Fonte: Lei 9.394, adaptação da autora.

O quadro 2.3, descreve os principais princípios que primam pela necessidade do aluno se manter na escola de forma igualitária, com liberdade de expressão, com acesso a informação e cultura, com direito a ter escolas não só publicas, mas, também privadas, que se estabeleça a valorização do educador, que a gestão aconteça de forma democrática e com qualidade, que se valorize a formação extracurricular e que por fim a formação esteja vinculada com o trabalho e as atividades exercidas em sociedade.

A LDB, ainda, diz da educação ministrada no Brasil, e divide-se em Básica e Superior, sendo distribuídas conforme quadro 2.4:

QUADRO 2. 3 - Artigos da Lei 9.394

Artigos	Etapas da Educação	Prazos e limites de idades
Art.30º	Educação infantil	Estabelece a (creche e pré-escola para crianças nas idades de 0(zero) a 05(cinco) anos)
Art.32º	Ensino Fundamental	(Estabelece a duração de 09 (nove) anos, para alunos nas idades entre 06 (seis) a 14 (quatorze) anos)
Art.35º	Ensino Médio	Estabelece a (duração mínima de 03(três) anos, para alunos nas idades de 15(quinze) a 17(dezessete) anos)
Art.43º/57	Ensino Superior	Qualquer idade desde que cumprido o ensino médio

Fonte: Lei 9.394, adaptação da autora.

O quadro 2.4, demonstra a divisão do ensino no Brasil em quatro etapas distintas, Ensinos Infantil, Fundamental, Médio e Superior.

A principal alteração que ocorreu recentemente na LDB, data de 4 de abril de 2013, quando a então presidente Dilma Rousseff assinou a Lei (12.796/13) que altera a LDB, Lei (9.394/96) e troca o Art.4º onde Lê-se *I- Educação Básica obrigatória gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, sendo que a idade mínima obrigatória para as crianças entrarem na escola de ensino gratuito até o ano de 2013, seria de 5 (cinco) anos de idade, conforme descrito acima, e atualmente passa a ser, de 4 (quatro) anos.* A educação é contemplada na esfera legislativa brasileira, no entanto é pertinente ater-nos ao estudo que pretende alcançar o cotidiano escolar e traz em seu bojo um conjunto de concepções que inclui desde uma visão de mundo, de sociedade e de educação até a própria concepção de escola que, por conseguinte guiará as análises e propiciará determinadas conclusões. Candau (2008, p.195)

Espera-se que o ingresso do aluno mais cedo na escola, proponha um aproveitamento maior dos conhecimentos e o mesmo possa avançar junto ao aprendizado e acesso a informação com menor idade.

Educação e informação e a legislação do acesso à informação nos remete a leitura e leitura nos remete aos livros.

### 2.2.3 Lei do livro

Embora as discussões sejam acirradas quanto à vida do livro diante das novas tecnologias cada vez mais ocupando os espaços e onde a virtualidade é uma realidade da qual

não se tem retrocesso, não se pode conceber a educação sem uso do livro o meio mais conhecido de acesso a informação, pelo menos até os dias atuais (2014), Entretanto em meio a tantos impasses instituiu-se a Lei Nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, que gesta sobre a Política Nacional do Livro, conhecida com a sigla (PNL) e imprime as principais diretrizes conforme o quadro 2.5:

QUADRO 2. 4 - Política Nacional do Livro

PRINCIPAIS DIRETRIZES	Seções	Alcance dos conteúdos
	I -	Assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro;
	II -	O livro é o meio principal e insubstituível da difusão e da cultura e transmissão do conhecimento, do fenômeno à pesquisa social e científica da conservação do patrimônio nacional, da transformação e aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida;
	III -	Fomentar e apoiar a produção, edição, a difusão a distribuição e a comercialização do livro;
	IV -	Estimular a produção intelectual dos escritores e autores brasileiros tanto de obras científicas como culturais;
	V -	Promover e incentivar o hábito da leitura;
	VI -	Propiciar os meios para fazer do Brasil um grande centro editoria;
	VII -	Competir no mercado internacional de livros, ampliando a exportação de livros nacionais;
	VIII -	Apoiar a livre circulação do livro no País;
	IX -	Capacitar a população para o uso do livro como fator fundamental para seu processo econômico, político, social e para promover a justa distribuição do saber e da renda;
	X -	Instalar e ampliar no País livrarias, bibliotecas e pontos de venda do livro;
XI -	Propiciar aos autores, editores, distribuidores e livreiros as condições necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei;	

Fonte: Lei Nº 10.753, adaptação da autora.

O quadro 2.5, explicita as diretrizes, que perpassam pelo direito de acesso ao livro, o livro como fomento à pesquisa social e científica, as plenas comercializações do livro, a livre circulação, o estímulo à produção intelectual, incentivo do hábito à leitura, promover a justa distribuição do saber e da renda, e assegurar o acesso à leitura aos deficientes visuais.

Além de ser um processo de comunicação o ato de ler, segundo Lévy (2010, p. 89) é a comunicação puramente escrita que elimina mediação humana no contexto que adapta ou traduz as mensagens vindas de outro tempo ou lugar.

Dentre as iniciativas do processo de comunicação através da leitura, surge também o denominado Movimento Por um Brasil literário o (MBL), o qual deu origem ao manifesto com a intenção exclusivamente de incentivar a leitura, e intenta conduzir uma sociedade de leitores. No passado os ofícios, melhor dizendo os trabalhos e serviços, eram transferidos de geração para geração, de forma que o ensino era sucessivo entre as gerações. Atualmente a alfabetização é de fato um direito e tornou-se primordial para a inserção no mercado de

trabalho. A utilização da leitura e escrita são os alicerces para qualquer construção, conduz ao processo imaginativo, mas eficaz, permite a criação, a recriação e o maior acesso ao conhecimento conforme citado por Queirós:

Nesse sentido é indispensável a presença da literatura em todos os espaços por onde circula a infância. Todas as atividades que têm a literatura como objeto central serão promovidas para fazer do País uma sociedade leitora. O apoio de todos que assim compreendem a função literária, a proposição é indispensável. Se for projeto literário é também uma ação política por sonhar um País mais digno. (QUEIRÓS, 2009).

A Educação Infantil pretende corroborar com atividades literárias com vistas à formação do leitor proativo. A trajetória não só acadêmica, mas também a trajetória profissional exigem um alicerce pautado no acesso a informação.

Ainda no quesito de manifestos referentes ao acesso a informação, é preciso falar do manifesto de acesso à Informação científica. Manifesto promovido pelo IBICT Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia e merece ser mencionado por contextualizar que a base do desenvolvimento científico tecnológico é principalmente a informação científica.

O manifesto surgiu devido a grande exposição do problema de acesso a informação científica, problema este que se tratava do acesso ser feito somente através de assinaturas das publicações pelas bibliotecas ou pelos pesquisadores, devido à essa dificuldade advém o Manifesto de Apoio ao livre acesso e à comunidade científica mundial . Com a pretensão de consolidar de forma enfática a construção de repositórios de acesso livre, emerge a propugna da rapidez no fluxo da informação científica, assim bem como o baixo custo de registro e otimização no acesso. Nesse cenário o Brasil promove um importante aumento na divulgação de suas pesquisas e pesquisadores, pois o objetivo do manifesto é exposto no próximo quadro 2.6:

QUADRO 2. 5 - Manifesto:

<b>Objetivos do Manifesto</b>	<b>Conteúdos dos objetivos</b>
	Promover o registro da produção científica brasileiro em consonância com o paradigma do acesso livre à informação;
	Promover o registro a disseminação da produção científica Brasileira em consonância com paradigma do acesso livre à informação;
	Estabelecer uma política nacional de acesso livre à informação científica;
	Buscar apoio da comunidade científica em prol do acesso livre à informação científica;

IBICT adaptação da autora.

Em suma o manifesto veio estabelecer políticas nacionais mais contundentes a fim de possibilitar não só o acesso à informação científica, mas, também sua divulgação de modo a atingir maior abrangência entre pesquisas e pesquisadores.

Informação científica envolve não só a questão do acesso e divulgação, como também a questão do direito autoral como se segue.

#### 2.2.4. Direito autoral

O acesso livre a informação, sobretudo a informação científica é uma questão que esta longe de ser simples além do direito de livre acesso, quanto às normas de acesso a informação científica já está intrínseca evidentemente outra problemática, fala-se, do direito autoral, as novas tecnologias e a explosão informacional, despertam para as mudanças que se faz<sup>54</sup> necessários no processo dos direitos do autor. Entretanto existe a Lei nº 9.610/98.

A presente Lei foi criada com o intuito de alterar, atualizar e consolidar a legislação sobre os direitos autorais e dá outras providencias, revogando a antiga Lei nº 5.988<sup>55</sup>. A Lei que trata dos direitos do autor passa a ser a Lei nº 9.610 de 19 de fevereiro de 1998, que da informe em seu art. 1º “[...] *regula os direitos autorais entendendo-se sob esta denominação os direitos de autor e os que lhe são conexos.*”.

Com o advento da Internet, o uso da informação tornou-se muito popular em todo o mundo, contudo esse contexto trouxe a tona o fato de que as diversas associações de documentação e os profissionais da informação, de âmbito tanto nacional quanto internacional sempre resolveram os problemas de reprodução de obras, no momento em que aconteceram, agora não pode mais ser assim, porque as práticas já não atendem as novas demandas democraticamente, o que tem provocado questionamentos no que se refere aos fundamentos das justificativas que apresentam os titulares dos direitos. A situação exige novas regras, acordos novos e novas formas lidar com o problema.

O impasse ficou cada vez mais acirrado nos últimos anos, quando os novos documentos vêm surgindo, como, por exemplo, os tratados em níveis mundiais como cita;

Mesmo as comunidades científicas e acadêmicas reagiram e começam a se expressar, opondo-se aos novos textos que apareceram na realidade privilegiando, exclusivamente, apenas os interesses dos titulares dos direitos. Contestações da mesma natureza foram feitas pelas grandes sociedades do setor de informática e das

---

<sup>54</sup>Dado a amplitude e a importancia da Lei (9.610/98) para o contexto do estudo se deciu coloca-la na integra em anexo A.

<sup>55</sup> Lei nº 5.988 de 1973 antiga Lei de Direitos Autorais.

redes de telecomunicações, assim como pelos grandes provedores de acesso à Internet. (UNESCO)

Fica claro que o direito a informação não pode ser unilateral. Nesse cenário a UNESCO é a instituição que defende o direito a informação. A busca pelo consenso que trata a informação como domínio público com limites de comercialização parece estar longe mesmo do fim, e segundo (BRITTES E PEREIRA, 2007) o limiar é que:

As questões legais relacionadas com a divulgação de textos por meio digital seguem a tendência internacional, qual seja: para qualquer forma de utilização que não consista em exceção legal, é necessário haver a prévia anuência do titular dos direitos autorais. Aplica-se a lei existente aos chamados ciberdireitos, até que se estabeleçam regras específicas.

Certamente o ciberespaço, os sistemas de comunicação, as políticas de uso e acessos, merecem outras medidas como afirma o mesmo autor:

Entre as conseqüências que o novo modelo acarreta está o nascimento de plataformas comunicativas e Multimidiáticas e ainda Ciberespaciais (PCMC). Tais plataformas surgem da convergência entre habilidades próprias à Web com as ferramentas oferecidas nos espaços virtuais, as quais, por sua vez, são geradas pela astúcia e criatividade de uma nova geração de designers, nascida no alvorecer do século XXI.

Assim o contexto emerge e se converge para uma linha de mudanças, se faz necessários muitos encontros das associações muito envolvimento do meio acadêmico e científico para conseguirem estabelecerem diretrizes que contemplem todas as partes envolvidas nesse processo.

### **2.2.5 A lei de acesso á informação**

Antes de adentrar-se efetivamente na Lei de acesso a informação, devemos considerar que se estima que o direito a informação exista a mais de 200 anos, contudo somente há 20 anos o mundo esta sendo varrido por uma avalanche de legislações de direito a informação. Como cita o autor:

A história das leis de direito a informação remonta à Suécia, onde, conforme observado acima, uma lei a esse respeito está em vigor desde 1766. Outro país com um extensor histórico de legislação sobre direito a informação é a Colômbia, cujo Código de Organização Política e Municipal de 1888 permitia aos indivíduos solicitar documentos sob o controle de órgãos governamentais ou contidos em arquivos do governo. Os EUA aprovaram uma lei de direito a informação em 1967, que foi seguida por legislação na Dinamarca (1970), Noruega (1970), França (1978),

Países Baixos (1978), Austrália (1982), Canadá (1982) e Nova Zelândia (1982). (MENDEL, 2009. P.26)

Diante do exposto é perceptível uma tendência global de adotar legislação sobre o direito a informação, e no Brasil não é diferente, para tanto surge à célebre LAI, Lei de acesso à informação, a Lei N°12.527, de 18 de novembro de 2011. A LAI abrange os órgãos e entidades públicas de todos os poderes e de todos os entes federativos. A saber, são três, poder legislativo, poder judiciário e poder executivo, abrange ainda entidades privadas sem fins lucrativos que recebem recursos públicos.

A lei parte do princípio, do comando central da lei que diz “*O acesso à informação é regra o sigilo é a exceção*”. Segundo a (CGU), Controladoria Geral da União, as informações produzidas ou custodiadas pelo poder público e não classificadas como sigilosas são públicas e, portanto, acessíveis a todos os cidadãos.

O acesso à informação é uma tendência mundial e a LAI segue essa tendência. Para melhor entendimento dos seus princípios, expomos em quadro para a facilidade de identificação dos aspectos mais importantes são:

QUADRO 2. 6 - LAI/2011

<b>LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO</b>	<b>Principais Aspectos da LAI/2011</b>
	E dever do Estado garantir o direito de acesso à informação;
	A publicidade é o preceito geral é o sigilo exceção;
	A informação deve ser franqueada de forma ágil, transparente, clara e de fácil compreensão;
	A divulgação de informações de interesse público independe de solicitações;
	O órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível

Fonte: Lei N°12.527 adaptação da autora

Os aspectos estabelecem a garantia do direito de acesso, publicidade, transparência, e divulgação da informação.

A gestão da informação deve ser transparente e propiciar o amplo acesso. Quando do acesso propriamente dito a lei diz no Art. 5º “*È dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão*”. E quanto à informação diz o Art. 4º Para os efeitos desta Lei, considera-se: *I - informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;*



A Transparência da informação deve ser ativa e com a obrigatoriedade do uso da divulgação na Internet apenas nos municípios com mais de 10 mil habitantes, assim os municípios brasileiros com menos de 10 mil habitantes, estão dispensados da divulgação na Internet.

A Lei de acesso à informação regulamenta o direito a informação garantida pela Constituição Federal e como dita antes todos estão sujeitos a Lei, Na União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Considera-se informação pública toda a informação sujeita a publicidade, Segundo Massuda (2014), tais como:

QUADRO 2. 7 - Informações Públicas

INFORMAÇÕES	
a	Informação produzida ou acumulada por órgãos e entidades públicas;
b	Informação produzida ou mantida por pessoa física ou privada decorrente de um vínculo com órgãos e entidades públicas;
c	Informação sobre atividades de órgãos e entidades, inclusive relativas à sua política, organização e serviços;
d	Informações pertinentes ao patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação e contratos administrativos;
e	Informações sobre políticas públicas, inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas.

Fonte: Massuda adaptação da autora.

Outra especificidade da LAI é que as informações devem ser publicadas de duas formas, uma rotineira livre de requerimentos pedidos ou ofícios, e a outra por meio de pedidos de informação, observando-se sempre as informações de interesse público e coletivo. Tais publicações são divulgadas por estabelecimento de critérios, todos os órgãos devem disponibilizar suas competências, contatos, movimentações financeiras, receitas e despesas, organogramas e processos licitatórios dados de obras públicas e responder as perguntas da sociedade em geral.

As perguntas devem ser identificadas pelo requerente, e têm o prazo de até 20 dias para ser respondido em caso de pedidos negados, o requerente tem o direito de interpor com recurso contra a decisão em até 10 dias.

Quanto a sigilo da informação, se caracterizam em três níveis, ultrassecreto, secreto, e reservado. As restrições de acesso incluem ainda o sigilo de justiça, segredos industriais e as informações pessoais relacionadas à intimidade, a vida pública e a imagem.

Existe uma Comissão na Administração Pública Federal com competência para classificar uma informação como sigilosa. O não cumprimento da Lei, esta sujeito à punição, restringindo-se a advertência, multa, rescisão do vínculo com o poder público, suspensão temporária de participar em licitações e contratos públicos e declaração de inidoneidade até o que seja promovida a reabilitação.

A implementação da lei, se dá pela designação dos órgãos federais que asseguram o cumprimento das normas de acesso, monitorando a sua implementação. O executivo também designa um responsável na administração para:

QUADRO 2. 8 - Requisitos de cumprimento da Lei.

PRINCIPAIS REQUISITOS	
1	Fomento à cultura da transparência e direito de acesso à informação;
2	Pelo treinamento de agentes públicos;
3	Pelo monitoramento da aplicação da lei;
4	Por informar o Congresso Nacional sobre a implementação da lei.

Fonte: Portal de transparência adaptação da autora

Há a preocupação que a Lei seja cumprida, e para tanto se estabeleceu alguns requisitos para monitorá-la e administrar esse monitoramento. O governo tem total interesse em efetuar essa monitoração apesar de declarar-se um governo aberto. Nesse sentido implanta projetos que justifiquem esse posicionamento, um deles que se pode citar é o conhecido portal de transparência assunto da próxima abordagem.

### 2.2.6 Governo aberto, Portal de Transparência.

Não somente a LAI é importante dentre as iniciativas de governabilidade transparente, os manifestos tem grande peso político como citado acima, nesse sentido, falemos também um pouco do manifesto do IFLA. Manifesto que trata da Transparência Bom Governo e ausência de Corrupção e se utiliza do fato de que um governo transparente é um bom Governo. A transparência inibe a corrupção e o manifesto incute a crença que muito nos interessa em função das Bibliotecas e Centros de documentações, exercerem o principio de liberdade de acesso à informação, e liberdade de expressão como estabelecido no Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas de 1948.

Busca também, promover à democracia de acesso a informação para que o cidadão seja capaz de desempenhar um papel na sociedade, com a aquisição de conhecimentos e assim

formando o alicerce para discussões que fortaleçam através da informação o exercício dos seus direitos e garantias.

Certamente que o não desenvolvimento ativa a miséria social, e o acesso promovido pelas bibliotecas e centros de informação torna-se uma porta consistente para a transparência de um governo aberto.

Em suma o manifesto enseja convocar os profissionais da informação para o combate a corrupção, enfatizando os códigos de Ética profissionais. Conforme Fourez (1995, p. 29) Quanto à ética, é a parte da filosofia que reflete sobre as escolhas que têm uma importância na vida do homem, particularmente diante do fato empírico de que, em todas as sociedades, existem códigos morais, ou noções semelhantes. Faz-se crer que o principal impedimento de um governo aberto, é a falta de transparência, não devendo o governo esconder suas ações.

Visando combater a corrupção no Brasil foi criado o Portal de Transparência em 2004, é um grande guia sobre toda a execução orçamentária e financeira do país, incluindo informações sobre cargo, função, situação funcional e remuneração dos servidores civis e militares, bem como dos agentes públicos do Poder Executivo Federal.

Por tratar-se de muitas páginas criou-se um manual prático do portal disponível no site. Há um menu do lado esquerdo e uma página central onde reúnem-se as principais categorias do site, receitas, despesas, convênios,<sup>56</sup> empresas sancionadas e servidores. O Portal de Transparência do Governo Federal é apresentado como uma iniciativa de Governo Aberto. Implantado para estabelecer uma comunicação aberta entre o governo e a sociedade. Conforme Nazário et.al. Amplamente definido, o governo eletrônico inclui o uso de todas as tecnologias de informação e comunicação [...] para facilitar a administração diária do Governo [...] que melhora o acesso dos cidadãos à informação dos governos, serviços e expertise para garantir participação do cidadão e satisfação com o processo do governo.

Criada em 27 de maio de 2009 a LC como é chamada, alterou a redação da Lei de responsabilidade Fiscal no que se refere à transparência da gestão fiscal, inovando ao determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Para maior visibilidade da página do Portal da Transparência insere-se a página inicial como figura 2.2:

---

<sup>56</sup>O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) é um banco de informações mantido pela Controladoria-Geral da União que tem como objetivo consolidar a relação das empresas e pessoas físicas que sofreram sanções das quais decorra como efeito restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública

FIGURA 2. 4 - Portal da Transparência



Fonte: Adaptação do portal de transparência/2014

A transparência pública da União, dos Estados e Municípios no Brasil é estabelecida conforme a Lei Complementar Nº 131/2009 a LC 131.

As informações devem ser divulgadas na Internet, quanto à despesa inclui todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, na sua realização, com dados referentes ao processo e à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, quanto à receita, o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras inclusive referente a recursos extraordinários.

Conforme definido pela LC 131, todos os entes possuem obrigação em liberar ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público. Essas informações precisam estar disponíveis na rede mundial de computadores, é desejável concentrar as informações em um só local.

As apresentações dos dados obedecem aos critérios das melhores práticas, a boa usabilidade, apresentação didática dos dados e linguagem cidadã, oferece a possibilidade de download de banco de dados e canal de interação com os usuários.

Os custos da disponibilização de acesso são sempre do governo. O monitoramento se dá através da Controladoria Geral da União (CGU) que participa de um grupo de trabalho constituído no âmbito de estratégia Nacional de combate a corrupção.

Assim tenta-se compreender a nova prática de acesso à informação, segundo Pedrazzi (2012), no Brasil se passa por um momento singular. Esta havendo uma abertura dos arquivos públicos jamais vista, muito têm se falado do Portal de Transparência do Governo, e do acesso aberto da informação, a principal explicação para essa tendência advém da condição do governo atual, estamos em um governo de esquerda, seria uma tentativa de ir claramente contra o acesso fechado, uma política adotada em um dos governos chamados ditatoriais.

Outro fator que se deve atribuir ao Portal de Transparência é o fato deste se tratar de política não somente nacional mais Internacional, haja vista, que em outros país há Portais de Transparência que apresentam as mesmas características quanto ao objetivo de criação e funcionalidade.

Assim se pode citar o objetivo pelo qual foi criado o Portal de Transparência da Espanha cujo objetivo é: *“Es la plataforma<sup>57</sup> por la que se podrá acceder a la información de la Administración General del Estado. También contendrá la información que los ciudadanos soliciten con mayor frecuencia en ejercicio del derecho de acceso a la información pública”*.

Em Portugal o Portal de Transparência tem a seguinte finalidade. “O novo Portal<sup>58</sup> serve apenas para comunicar com Governo – saber notícias, conhecer medidas, fazer-se ouvir, dar uma opinião ou uma ideia. Para tratar de assuntos práticos, será redirecionado para o Portal do cidadão ou para o Portal da Empresa, conforme a matéria.”

Observa-se que o acesso aberto à informação é uma tendência mundial e as adequações e solicitações são feitas de acordo com a abertura política de cada país, isto é de acordo com o sistema de Governo que tem as suas peculiaridades e especificidades de acordo também com suas culturas o que requer outra discussão mais abrangente.

Assim dentre as políticas de acesso à informação, o Governo Brasileiro também foi impelido a tratar de desenvolver medidas não somente de monitoração da informação, mas também se preocupa em aprovar medidas de proteção quanto ao acesso indevido das informações, para tanto se aprova recentemente a Lei de crimes da Internet como se segue.

### **2.2.7 Lei Crime na Internet**

---

<sup>57</sup>Fonte :[http://transparencia.gob.es/es\\_ES/portal-de-transparencia-de-la-age/preguntas-frecuentes#pf10](http://transparencia.gob.es/es_ES/portal-de-transparencia-de-la-age/preguntas-frecuentes#pf10)

<sup>58</sup>Fonte :<http://www.portugal.gov.pt/pt/questoes-frecuentes/tudo-o-que-podia-ser-tratado-nos-sites-dos-ministerios-agora-posso-tratar-aqui.aspx>

Discorre-se sobre o que venha a ser crime ou não na Internet, com a aprovação da Lei Nº 12. 737, de 30 de novembro de 2012, altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências;

A questão da finalidade de ‘obter dados’ dá margem a múltiplas interpretações. A decisão do grupo Judiciário é que somente olhar não é crime, a aplicação da lei seria somente para a obtenção nos casos de cópia e apropriação indevida de dados do dispositivo.

Fato é que a legislação brasileira não avançou tão rapidamente quanto os avanços tecnológicos. Muitos aspectos legais ainda não foram devidamente contemplados. Sabemos que a legislação prevê a utilização de documentos e os discos ópticos sirvam de provas em processos judiciais. No entanto, ainda há muito que fazer. No Brasil há um leque de profissões que se utilizam de legislações próprias, razão pela qual torna ainda mais complexo o estabelecimento da Lei, grande quantidade de profissões com legislações próprias dificulta aplicação de lei específica.

Sendo assim não cessam as medidas concernentes ao processo de acesso e uso da informação, no caso da Lei Nº 12.737. Em art.1º informa que: *Esta Lei dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos e dá outras providências*<sup>59</sup>.

Faz referencia aos crimes que são cada vez mais frequentes, vive situação de golpes e ameaças, para esses casos a Lei informa os Art.154-A que diz:

*Invadir dispositivo informático alheio, conectado ou não à rede de computadores, mediante violação indevida de mecanismo de segurança e com o fim de obter, adulterar ou destruir dados ou informações sem autorização expressa ou tácita do titular do dispositivo ou instalar vulnerabilidades para obter vantagem ilícita.*

E também em complemento ao artigo citado complementa com o Art. 154-B que diz:

*Nos crimes definidos no art. 154-A, somente se procede mediante representação, salvo se o crime é cometido contra a administração pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios ou contra empresas concessionárias de serviços públicos.*

A presente Lei faz três alterações na legislação penal:

*1 Descreve como crimes a invasão de dispositivo informático.*

*2 Interrupção ou perturbação de serviço informático.*

*3 Tratar a adulteração de cartões de crédito e débito como falsificação de documento.*

---

<sup>59</sup>Art. 2º O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, fica acrescido dos seguintes artigos. 154-A e 154-B: **“Invasão de dispositivo informático”**

É provável que o Judiciário defina, em sua aplicação prática, os limites desse ‘dispositivo informático’ – se seria restrito a equipamentos físicos, hardwares, ou vale para informações armazenadas na “nuvem”, nas redes sociais, etc.

Quando da votação da Lei, o assunto que foi amplamente debatido em função de ser crime com pena de reclusão, noticiou-se na mídia televisiva e houve bastante repercussão nacional. Em função disso, especialistas com grande domínio em tecnologia de segurança vieram a público da facilidade de ter sua senha invadida por *hackers*<sup>60</sup>,

Um dos meios mais utilizados é a famosa SELF<sup>61</sup>, no entanto há recomendação e algumas medidas de segurança que podem ser tomadas para que se preserve a privacidade digital, é, portanto a tentativa de torna-la mais segura.

Evite usar uma Wifi que muitos têm acesso e que você não conheça a procedência.

Evite clicar em links que por e-mail os quais você desconhece a procedência, com fotos, ou link de uma pagina falsa, seus dados poderão ser usados forma criminosa.

Qualquer acesso a site com login e senha, ativar sempre o processo de duplo fator de autenticação, será fornecido um código que vem descrito em mensagem no seu celular, que sem duvida aumenta a segurança dos seus dados.

Mudar a senha constantemente, usar senha com no mínimo 9 caracteres, usar sempre senhas com múltiplos caracteres , tais como letras, números e caracteres especiais.

Quando receber mensagem de acesso ao link, verificar sempre no pé da pagina para onde esse link está redirecionando.

Quando for acessar a Internet tirar o login e senha de conexão de e-mail, para que você não seja conectado com qualquer pagina da rede.

É verdade que a segurança nem sempre e totalmente confiável, mas em tempos de grandes desenvolvimentos das variadas tecnologias, não custa tomar medidas preventivas no intuito de maior segurança dos seus dados de acesso à rede Internet.

A segurança dos dados se constitui em preocupação dos Governos de outros países tanto quanto o acesso aberto ao Portal de Transparência dito anteriormente. E por se tratar de um problema de ordem internacional convém citar a o Esquema de Nacional de Seguridade

---

<sup>60</sup>O processo consiste no uso de redes WIFI públicas, redes de domínios públicos como Internet de shoppings restaurantes e bares, que qualquer um tem acesso, inocentemente acessa-se a sua rede social em Internet pública na qual *hacker* consegue decifrar sua senha, invadindo primeira rede e conseqüentemente o banco, o twitter e qualquer outro espaço que o usuário use com a referida senha.

<sup>61</sup>Consiste em tirar um *self*, e o invasor pergunta qual o sua rede para compartilhar, na hora que você fornece esse dado e entra na sua rede, o *hacker* capta sua senha e o sua segurança fica comprometida.

implantado pelo Governo Espanhol, o ENS<sup>62</sup> que segundo o diretor geral (Perez – García 2011, p. 4):

Ajudara aos cidadãos a desenvolverem através dos meios digitais gestões relacionadas com a administração e com maior segurança e confiança em todos os processos relacionados com sistemas, dados y comunicações.<sup>63</sup>

O Esquema de Nacional de Seguridad Espanhol, (ENS 2011, p.23) apresenta como instrução a seguinte medida de proteção da informação armazenada ou em tramite é:

A informação deve estar protegida a todo o momento, porque é crítico ter em conta os riscos que convém nessa fase, especialmente com o uso de meios como computadores portáteis, assistentes pessoais, dispositivos periféricos, suportes de informação e comunicação sobre redes abertas cifras frágeis. Estes dispositivos e meios apresentam mais riscos de perdas ou roubos que os tradicionais, portanto merece mais cuidado na manipulação e no uso. (tradução da autora)<sup>64</sup>.

Evidentemente que as medidas são em sua maioria preventivas, o que demonstra a se tratar de políticas heterogêneas e que tem com tendência se desenvolver a partir dos avanços tecnológicos. No contexto Brasileiro abordar-se a seguir a Lei de uso da Internet.

## 2.2.8 Lei de uso da Internet no Brasil

A presente Lei como as demais citadas é instituída por órgão governamental. E apesar dos avanços legislativos não serem tão rápidos quanto os avanços tecnológicos, a questão caminha e recentemente estabeleceu-se a Lei 12.965 de 23 de abril de 2014, Lei que estabelece princípios garantias direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil e segundo os Artigos abaixo relacionados.

Art. 1º *Esta Lei estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil e determina as diretrizes para atuação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em relação à matéria.*

Art. 2º A disciplina do uso da Internet no Brasil tem como fundamento “o respeito à liberdade de expressão”, conforme se demonstra 2.10 abaixo:

---

<sup>62</sup> ENS Esquema Nacional de Seguridad.

<sup>63</sup> (Tradução da autora) Ayudará a que los ciudadanos puedan desarrollar, a través de medios digitales, gestiones relacionadas con la Administración con mayor seguridad y confianza en todos os procesos relacionados con sistemas, datos los procesos relacionados con sistemas, datos y comunicaciones electrónicas.

<sup>64</sup> La información debe estar protegida en todo momento, por lo que es crítico tener en cuenta los riesgos que conllevan esas fases, especialmente con el uso de medios como ordenadores portátiles, asistentes personales, dispositivos periféricos, soportes de información y comunicaciones sobre redes abiertas o con cifrado débil. Estos dispositivos y medios presentan más riesgo de pérdidas o robos que los tradicionales, por lo que se debe tener más cuidado en su uso e manipulación



QUADRO 2. 9 - Fundamentos da Lei

PRINCIPAIS FUNDAMENTOS	Seções	Conteúdos da Lei
	I -	O reconhecimento da escola mundial da rede;
	II -	Os direitos humanos, o exercício da cidadania em meios digitais;
	III -	A pluralidade e a diversidade;
	IV -	A abertura e a colaboração;
	V -	A livre iniciativa a livre concorrência e a defesa do consumidor;
	VI -	A finalidade social da rede;

Fonte: Lei 12.965 /2014 adaptação da autora.

A Lei de uso da Internet no Art2º tendo como fundamento o respeito a liberdade de expressão, fato imprescindível, nos direitos humanos ligados ao exercício da cidadania em meios digitais, abrangendo a maioria e multiplicando a liberdade de acesso. Acesso a própria rede, liberdade de exercer o direito da cidadania em meios digitais.

A liberdade de informação na rede mundial de computadores não quer dizer que tudo seja permitido, como em qualquer seguimento da vida, a norma é uma maneira de organizar os parâmetros de organização da informação, o que evidentemente é uma forma de dar lugar a finalidade social, ou melhor, busca-se a harmonia entre a liberdade de expressão e a organização da informação.

A atualidade é permeada de informação, e é necessária a discussão sobre como a informação interfere na vida cotidiana.

Assim há duas discussões que devem ser ainda abordadas, e baseadas nos principais fundamentos e principais princípios da Lei de acesso à Internet. Para justificar os fundamentos e princípios da cita Lei requer que as abordagens permeiem o cenário de inclusão digital.

Nesse sentido a Lei se inclui como política pública voltada para a inclusão digital se pode dizer também que ha outras Leis que privilegiam programas com esse fim<sup>65</sup>, porém, na prática muito há que ser feito, pois, em comunidades isoladas o acesso à Internet ainda não é pleno. Desse modo, a inovação tecnológica pretendida pelo Governo Federal não consegue alcançar seus objetivos em sua totalidade.

Mas antes é necessário explicitar que no Art. 3º a Lei sinala que disciplina de uso da Internet no Brasil tem os seguintes princípios:

<sup>65</sup>O Decreto nº 7.175, de 12 de maio de 2010 institui o Programa Nacional de Banda Larga – PNBL com o objetivo de fomentar e difundir o uso e o fornecimento de bens e serviços de tecnologias de informação e comunicação. Este Decreto será implementado por meio das ações fixadas pelo Comitê Gestor do Programa de Inclusão Digital - CGPID, instituído pelo Decreto no 6.948, de 25 de agosto de 2009.

QUADRO 2. 10 - Principais princípios

PRINCIPIOS DE USO DA LEI DE ACESSO A INTERNET	Seções	Conteúdos da Lei
	I -	Garantia de liberdade de expressão, comunicação e manifestação de pensamento nos termos da Constituição Federal;
	II -	Proteção à privacidade
	III -	Proteção de dados pessoais na forma da Lei
	IV -	Preservação e garantia da neutralidade de rede
	V -	Preservação da estabilidade segurança e funcionamento da rede, por meio de medidas técnicas compatíveis com os padrões internacionais e pelo estímulo ao uso de boas práticas;
	VI -	Responsabilização dos agentes de acordo com suas atividades, nos termos da Lei;
	VII -	Preservação da natureza participativa da rede
	VIII -	Liberdade dos modelos de negócios promovidos na Internet, desde que não conflitem com os demais princípios estabelecidos nesta Lei;

Fonte: Lei 12.965 /2014

E em complemento da seção VIII - Parágrafo único. *Os princípios expressos nesta Lei não excluem outros previstos no ordenamento jurídico pátrio relacionado à matéria ou nos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.*

Diante da apresentação da Lei como mencionado anteriormente, os fundamentos e princípios abrangem duas questões de extrema importância para o contexto e que não podem deixar de ser mencionadas, a saber, a inclusão e a exclusão digital.

De acordo com Coelho (2010, p. 191) a inovação tecnológica e a própria tecnologia, entendidas como conhecimento humano aplicado, devem estar voltadas para o desenvolvimento social. A abordagem nos quadros que descrevem os princípios e fundamentos da Lei sugere que se devem encontrar caminhos que signifiquem apropriação social e contribuam para a superação das desigualdades. Apropriação esta que pode ser distinta da economia e do mercado das TIC, preocupado com a ampliação da produção ou a com a competitividade entre empresas. Devem-se garantir redes de comunicação locais, por exemplo, com a transmissão de voz e de dados disponibilizando serviços de multimídia de qualidade a toda a população.

Este poderia vir a ser o ponto de partida para a inclusão digital<sup>66</sup>. De acordo com Coelho (2010, p. 193) a visão de inclusão digital como inserção das comunidades na sociedade do conhecimento deve se materializar pela disseminação e garantia do direito à informação como elemento constituinte do direito à cidade e deve ser assegurada pela

<sup>66</sup>Tentativa de garantir a todas as pessoas o acesso às tecnologias de informação e comunicação (TICs). O objetivo é fazer com que todas as pessoas, principalmente as de baixa renda, possam ter acesso a informações, fazer pesquisas, mandar e-mails e mais: facilitar sua própria vida fazendo uso da tecnologia.

implantação de redes que permitam o acesso universal da população às redes mundiais de informação.

Isso quer dizer que um projeto de inclusão digital precisa se sustentar não somente na ideia de implantar e viabilizar a Rede em si. Pelo contrário, precisa garantir o acesso e a disseminação das informações de maneira ampla e igual para que assim todos possam se apropriar dela.

De acordo com Rossini (2010, p. 213) torna-se fundamental, compreender que na perspectiva de um país em desenvolvimento, com as tecnologias de informação e de comunicação, principalmente a Internet e as redes de relacionamento, possam estar alinhadas com as diretrizes de novos direitos e deveres ao cidadão.

Existe a necessidade de confluência entre ferramentas, processo de aprendizagem, e políticas que visem contribuir para a formação do cidadão e, além disso, viabilizem novas obrigações e diretrizes para instituições e para governos<sup>67</sup>.

Tais políticas também devem favorecer o espaço aberto<sup>68</sup>. Rossini (2010, p. 219) menciona baseado na Declaração de Budapeste, que entende por “acesso aberto” o acesso as informações a disposição livre e pública na Internet, de forma a permitir a qualquer usuário a leitura, o download, a cópia, a impressão, a distribuição. E o mesmo autor diz também que:

No entendimento das organizações que apoiam o acesso aberto, não deve haver barreiras financeiras, legais e técnicas outras que não aquelas necessárias para a conexão à Internet. O único constrangimento para a reprodução e distribuição deve ser o controle do autor sobre a integridade de seu trabalho e o direito à devida citação.

O espaço aberto se constituiria em via de acesso para a inclusão digital, na medida em que todos poderiam ter acesso às fontes. Nesse sentido, as redes sociais estariam cumprindo mais um papel, para além daquele que viabiliza a interação simultânea em nível pessoal. No

---

<sup>67</sup> Em países muito desenvolvidos, mandatos para acesso aberto e políticas públicas que incentivo em recursos educacionais abertos fazem parte da nova gama de deveres do estado e de direitos do cidadão. (ROSSINI, 2010 p. 213)

<sup>68</sup> O Acesso Aberto é um modelo de distribuição de conhecimento por meio do qual artigos de revistas acadêmicas revisados por pares são publicados e distribuídos aberta(atribuídas licenças abertas de direito autoral) e gratuitamente na Internet. Na era em que a impressão de cópias físicas para distribuição de conhecimento era a regra, o acesso livre era econômica e fisicamente impossível. O acesso físico às TIC se dá de forma muito mais fácil do que o acesso a uma biblioteca que hospeda periódicos, entretanto o acesso ao conhecimento científico ainda encontra barreiras de caráter jurídico, visto que todo e qualquer conteúdo colocado na Internet tem todos os seus direitos protegidos na falta de uma licença aberta. O Acesso Aberto, por sua vez, muda essa situação, na medida em que requer a utilização de licenças livres que permitem a interoperabilidade legal dos conteúdos. (ROSSINI, 2010 p. 213)

âmbito acadêmico elas passam a se constituir em verdadeiros meios para que o processo de pesquisa e de conhecimento possam se estabelecer de fato.

Nesse novo cenário em que o acesso ao conhecimento se torna acessível por meio das redes sociais, o novo usuário também se torna mais exigente. Não se trata de um acesso apenas para simples interação, mas, para complementar e/ou enriquecer seus conhecimentos. Segundo Dias e Couto (2011, p. 631):

Não há como escapar da ressignificação da concepção de ensino-aprendizagem com as mídias sociais, portanto, não há como escapar às formas de divulgação em discurso que produzem sentidos a partir dessa ressignificação. É preciso compreender, portanto, as mudanças e suas implicações para a forma-sujeito contemporânea, para as relações de poder (econômicas, sociais) que significam a divisão dos sentidos na produção de conhecimento.

Acerca das relações de poder, é importante que o acesso às redes rompa com tais segmentos, pois, sabe-se que há muitos parâmetros que constituem tal realidade. Os mesmos incluem: situação econômica que se manifesta de maneira decisiva entre aqueles que têm melhor condição de vida e aqueles que pouco ou nada tem e por isso, não podem ter acesso às ferramentas que conduzem às redes sociais.

Retomando aos fundamentos e princípios da Lei de acesso a Internet, se suscita além da abordagem de inclusão digital levanta outro contrapondo que é a questão da exclusão digital.

A exclusão digital é o termo comumente utilizado para denominar o indivíduo que por um motivo ou outro não têm acesso à informação digital, melhor dizendo o problema do excluído digital, evidentemente é uma questão política. MARQUES (2014, p.94) Enfoca que no Brasil, a questão da participação política conta com forte apelo desde a redemocratização, na década de 1980, o que abre espaço para adaptação à Era Digital de mecanismos como os orçamentos participativos. As publicações patrocinadas por entidades como a ONU e a UNESCO apregoam a necessidade de ação do Estado a fim de aliviar as desigualdades que rotineiramente se apresentam quanto ao acesso à informação (TAKAHASHI, 2000).

Sendo assim adoção de medidas e o avanço nessa questão vão depender da participação política e ações democráticas que em um contexto global são bastante diversas entre os países. O autor fala da *digital divide*<sup>69</sup>. Muito embora não seja a definição dos termos adotados para tratar os aspectos que envolvem a divisão digital existente, vale ressaltar que

---

<sup>69</sup>Os termos “digital divide” e “exclusão digital” serão utilizados como tendo o mesmo sentido, ainda que não sejam, necessariamente, sinônimos. Enquanto “digital divide” foi utilizado, nas primeiras referências a tratarem do tema, para identificar a divisão propriamente dita entre os que têm e os que não têm acesso aos media digitais, “exclusão digital”.

tais aspectos estão carregados de outras causas que não só a democratização da informação, mas também outros motivos, motivos esses que perpassam por dificuldades de comunicação, analfabetismo, condições financeiras, etc. A subjetividade efervesce a discussão até que cheguemos a uma solução plausível.

No intuito de entender e analisar o termo *digital divide* foi sendo modificado. No Brasil no início da década dos anos 2000, mesmo sem condições financeiras, o brasileiro foi capaz de achar alternativas de acesso à Internet, por meio de local de trabalho, vizinhos, bibliotecas e centros de informação com Internet gratuita, com o tempo essa visão do termo foi se dissipando o termo foi mudando para exclusão digital.

MARQUES (2014, p.101) apud Pippa Norris (2001) que sumarizou o novo panorama quanto à exclusão digital ao afirmar que o problema possui três faces. A divisão global, padrões díspares de acesso à tecnologia digital. A divisão social, visto como fator interno de cada sociedade. E por ultimo a *digital divide*, e os aspectos que associam de um lado o emprego de recursos digitais de comunicação e, de outro, a mobilização política.

Fica implícito que esses três ângulos elevam as diversas desigualdades que rodeiam a problemática da exclusão social, Pippa Norris como pesquisador levanta a discussão que essas diferenças abrangem os aspectos técnicos, individuais, sociais, e geográficos. As desigualdades são assim ampliadas e aumenta o leque de possibilidades de análises. Claro que o acesso limitado de alguns dos excluídos deve preocupar, mas em contra partida há também que conhecer as dimensões das desigualdades para diminuir as distancias dos que acessam a informação e dos que não acessam.

A margem de todas essas questões, a comunicação não poderia ser estanque por causa de outros padrões de diferenciação que estão imbuídos na exclusão digital, se fala do desejo de conectar-se que é individual e depende de cada cidadão, o que parece não ter solução haja vista que o comportamento é inerente aos ditames sociais.

No Brasil adotou-se a medida de transparência das informações a fim de democratizar os acessos online independente de quaisquer fatores influenciáveis. Evidentemente que o programa não atinge a todas as camadas excluídas na sua totalidade, mas nota-se que as iniciativas estão diminuindo os excluídos digitais, e uma das medidas mais populares é a disponibilização de Internet Wifi gratuita nos espaços públicos. Iniciativa ainda incipiente no Brasil mais que aos poucos toma forma.

Assim como a exclusão digital é um assunto que esquentas as discussões, ainda não se têm um consenso para tal abordagem, importante é que não se podem fechar os olhos para o

fato de que ela existe, precisa ser combatida na sua totalidade, e há muito que fazer para resolver esse problema.

A Garantia da liberdade de expressão do pensamento consta da Constituição Brasileira, portanto já reforça os direitos do cidadão ao acesso a informação. Assim a Lei de acesso a Internet debatida por meio desse tópico contempla a maioria dos pormenores no que se relaciona ao uso da Internet, e para melhor desenho da panorâmica de acesso a Internet no Brasil em concomitância com a Lei se insere a abordagem sobre o Comitê Gestor da Internet.

### 2.2.9 Comitê Gestor da Internet no Brasil

Outra iniciativa em organização de acesso a informação, é a atuação do CGI, que significa Comitê Gestor da Internet no Brasil, a história de criação do comitê data de 1995, época que o Brasil não tinha a grande expansão na Internet como os dias de hoje. O comitê conta atualmente com 21 conselheiros, representantes de diferentes setores integram o CGI.br, 9 representantes do setor governamental, 4 do setor empresarial, 4 do terceiro setor, 3 da comunidade científica e tecnológica e 1 representante de notório em assuntos de Internet.

Segundo o próprio Comitê a história partilha sonhos e conquistas desde a sua origem os participantes que por aqui já passaram somaram tecendo uma rede multissetorial, multiparticipativa, multilateral, ou, em inglês, *multistakeholder*, tal como ficou conhecido mundialmente o modelo de governança em organismos plurais e de múltiplos interesses. A Internet e a web são o que se pode chamar de plural, interativo, participativo colaborativo.

Há vínculos de informações gigantescas tanto de documentos como de objetos, aplicações e serviços acessíveis nos seus dispositivos de navegação. Objetiva-se no comitê desde o desenvolvimento dos aspectos técnicos até de políticas e leis voltadas para essa nova dimensão do viver em rede na Internet brasileira. Tais políticas primam pela observação de pontos importantes como princípios, direitos e deveres dos usos da Internet no Brasil. Conforme site do cgi.br:

O comitê vem com a atribuição de estabelecer diretrizes estratégicas relacionadas ao uso e desenvolvimento da Internet no Brasil e diretrizes para a execução do registro de Nomes de Domínio, alocação de Endereço IP (*Internet Protocol*) e administração pertinente ao Domínio de Primeiro Nível ".br". Também promove estudos e recomenda procedimentos para a segurança da Internet e propõe programas de pesquisa e desenvolvimento que permitam a manutenção do nível de qualidade técnica e inovação no uso da Internet.

A CGI.br, trabalha em parceria com o Centro de Tecnologia e Sociedade da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro (CTS/FGV) e ficou conhecido, o Observatório da Internet Brasileira. Com o propósito de observar e analisar de forma permanente as principais iniciativas de regulamentação da Internet. E também a observação e comparação das propostas internacionais, dos modelos de governança da Internet.

O comitê discorre sobre os projetos de leis e os debates antes do ano de 2011 sobre as tentativas de dispor sobre crimes na Internet, sobre disciplinar princípios e direitos com o Marco Civil da Internet, sobre neutralidade da rede, sobre banda larga, sobre medição de qualidade, sobre muitos outros temas.

Isso posto fica visível a gama de iniciativas legislativas que há no Brasil voltado especificamente na tentativa de estabelecer o acesso a informação, elencamos algumas, as mais relevantes à nossa pesquisa. Mas cabe-nos dizer que conforme Lévy (2010, p. 76) Não deve fazer com que os se esqueça de que cada grupo social, em dado instante, encontra-se em situação singular e transitória frente às tecnologias intelectuais, apenas podendo ser situado, portanto, sobre um contínuo complexo. Assim a complexidade e a transitoriedade com relação às leis parecem afetar sobremaneira toda a situação emblemática pela qual se dá o mundo das redes.

Ao findar a exposição do panorama legislativo de acesso à informação permeado pelas Leis diretrizes normas e Manifestos, tentativas governamentais de dar subsídios legais para o a acessibilidade do cidadão a informação, requer que discorra sobre o acesso propriamente dito, abordagem do próximo capítulo de numero três.

### **CONCLUSÃO DO CAPÍTULO**

Deu-se a descrição das legislações que regem o acesso a informação online no Brasil, através de uma panorâmica do que é a informação como ela surgiu desde os primórdios, o capítulo foi dividido em duas partes, introdutoriamente de um breve histórico e o aparecimento da informação e uso em suporte convencional mais especificamente em papel, analisaram-se suportes eletrônicos e digitais. No outro tópico tratou especificamente da legislação vigente sobre o uso da informação online no Brasil. Explicaram-se os objetivos das Leis e seus principais aspectos, começando pela Constituição Brasileira, e perpassando pela Lei de diretrizes e bases da educação, a Lei do livro, Lei do direito autoral, Governo aberto, Lei de crime na Internet, Lei de uso da Internet, e o Comitê Gestor da Internet no Brasil. Todas com o intuito permear o capítulo de modo a dar sustentação legal à abordagem do estudo, na medida em que o acesso somente acontece sobre a observância do que é permitido legalmente.



## **CAPÍTULO 3**

O CIBERESPAÇO COMO FONTE DE INFORMAÇÕES *ONLINE*

---

## **ESQUEMA DO CAPÍTULO**

### **CAPÍTULO 3**

#### **3. CENÁRIOS TEORICOS SOBRE FONTES DE INFORMAÇÕES *ONLINE***

##### **ESQUEMA DO CAPÍTULO**

##### **OBJETIVO DO CAPÍTULO**

#### **3.1 CIBERESPAÇO E TENDÊNCIAS.**

##### 3.1.1 Ambiente tecnológico

##### 3.1.2 Internet e ciberespaço

##### 3.1.3 Aspectos das buscas de informações em fontes *online*

##### 3.1.4 Impactos na formação do pesquisador

#### **3.2 REDES SOCIAIS E IMPACTOS NA PESQUISA**

##### 3.2.1 Contextualização da rede social

##### 3.2.2 A rede social no contexto do ensino e aprendizagem

##### 3.2.3 A especificidade do *Facebook*

##### 3.2.4 A especificidade dos *Blogs*

##### 3.2.5 Os perigos que rondam as redes sociais

#### **3.3 BIBLIOTECA VIRTUAL E OU DIGITAL**

##### 3.3.1 Conceitos de bibliotecas virtuais e digitais

##### 3.3.2 Os usuários da biblioteca digital

##### 3.3.3 Organização da informação para a biblioteca virtual

##### 3.3.4 Acesso à biblioteca digital

##### 3.3.5 Interface

##### 3.3.6 Interoperabilidade

##### 3.3.7 Integração

#### **CONCLUSÃO DO CAPITULO**

### **OBJETIVO DO CAPÍTULO**

Consiste em uma abordagem analítica sobre o ciberespaço e Internet, como fontes de informações para a pesquisa, assim bem como análise sobre os principais aspectos das redes sociais especificando *Facebook e Blogs*, como espaços também de ensino e aprendizagem para a formação do pesquisador e ainda uma explanação geral sobre a fonte específica de informação que se designa biblioteca virtual e digital e ou eletrônica.

## **CAPÍTULO 3**

### **3. CENÁRIO SOBRE AS FONTES DE INFORMAÇÕES NO CIBERESPAÇO**

#### **3.1 CIBERESPAÇO E TENDÊNCIAS**

Toda tecnologia toda prática e todo processo, podem provocar impactos nas vidas das pessoas, sejam eles positivos, ou negativos. O que não se pode negar é que as novas tecnologias estão mudando o modo de viver no mundo. O grande desafio ao apresentar algumas novas tecnologias é porque elas se transformam muito rapidamente, e uma nova tecnologia é tão efêmera que não se pode arriscar em usar o termo novo, principalmente no que se refere às fontes de informações no ciberespaço.

##### **3.1.1 Ambiente tecnológico**

Ao discorrer sobre as fontes de informações no ciberespaço, requer que antes se faça algumas considerações sobre o ambiente tecnológico. Alguns autores elucidam os impactos, segundo Moraes (1988, p.106) há os que mantêm uma imagem positiva da tecnologia, confessando otimismo em relação aos seus resultados. Outros são céticos, ou não conhecem devidamente as implicações da tecnificação. Para Levy, (2010, p.196) a técnica em geral não é boa nem má, nem neutra, nem necessária, nem invencível. É uma dimensão, recortada pela mente, de um dever coletivo heterogêneo e complexo nas cidades do mundo. Parece que se precisa da técnica embora não se possa defini-la, devido a sua tamanha complexidade, se pode até dizer que a evolução da técnica é tão complexa quanto a mente humana.

Para o estudo importa que a tecnologia seja vista como o conjunto de instrumentos e técnicas que permitem o aproveitamento do conhecimento prático e científico para a pesquisa acadêmica ora isso seria um pouco abrangente, mas quando se começa a falar de tecnologia predominantemente nas várias áreas do conhecimento, se referi aos conhecimentos que permitem fabricar objetos, que venham promover mudanças para satisfazer as necessidades humanas, sendo assim as tecnologias em sua grande maioria são alternativas usadas para beneficiar a vida humana, existem tecnologias que proporcionam expressivas melhorias,

algumas vão muito além disso, uma vez que o próprio ser humano é o mentor, o executor, e gestor de todos os processos.

Segundo Fourez (1995, p.81) pode-se considerar a ciência como uma tecnologia intelectual destinada a fornecer interpretações do mundo que correspondam a nossos projetos. O autor chama a atenção para o fato de que existe a melhor tecnologia, a última palavra em tecnologia ou a tecnologia mais avançada, diz-se da tecnologia que é o modelo perfeito para resolver um problema. Devido a esse pensamento coloca-se em evidência a evolução da ciência, interessante notar que todo trabalho científico e retirado de percepções de trabalhos científicos anteriores e acrescenta-se a estes nossa contribuição, fazendo com que a junção da nossa contribuição e dos dados anteriores haja um avanço tecnológico ou até mesmo a tecnologia perfeita, perfeita até outras junções a outras novas ideias até que surja a mais perfeita, formando assim um círculo cada vez mais constante de modelo perfeito em avanços tecnológicos.

As transformações são numerosas e constantes ainda Lévy (2010, p.17) diz que vivemos um destes raros momentos em que, a partir de uma nova configuração técnica, quer dizer, de uma nova relação com o cosmos, um novo estilo de humanidade é inventado. È esse novo estilo que dita comportamentos complexos e que fazem emergir a cada momento uma tecnologia nova, o movimento que é deveras efêmero, e não permite que seja totalmente analisado na sua completude.

Embora seja assim, em meio ao emaranhado tecnológico, se faz necessário percorrer a vida que segue. A informação configura o principal meio de mudança tecnológica e a informatização da informação através da rede mundial de computadores é uma realidade transformadora e avassaladora da qual é impossível retroceder, nos cabe, no entanto somente avançar. E o avanço da disseminação da informação que se constitui novo modelo tecnológico através da rede mundial de computadores a Internet quer dizer o ciberespaço é que vamos discorrer a seguir.

### **3.1.2 Internet e ciberespaço**

Para falar de pesquisa, de busca da informação no ciberespaço, do usuário pesquisador, e saber qual é o papel que Internet ocupa no nosso cotidiano profissional, requer que deixemos claro alguns pontos sobre a Internet.

O dicionário Aurélio define a Internet como um conjunto de redes de computadores ligados entre se, Rede de computadores de âmbito mundial, descentralizados e de acesso

público. Já no que tange ao internauta podemos dizer que é o usuário intensivo da rede Internet, que ocupa grande parte do seu tempo explorando os recursos por ela oferecidos. E o Ciberespaço é usado como sinônimo da Internet.

Em sua história e evolução vale lembrar que a origem da Internet está associada ao nome de Vannevar Bush, Em 1836 Cook e Weaststone que patentearam o telégrafo iniciando, assim a grande revolução da comunicação. Em 1876 Alexander Granhan Bell inventa o telefone. Na guerra fria o governo americano criou a *Advanced Research Projects Agency* – (ARPA) com a finalidade militar.

Em 1962 a ARPA estabelece contrato com setor privado das Universidades, surge ai o embrião da Internet a Arpanet. O primeiro problema da Arpanet era a conexão de computadores e fabricantes diferentes, era como conectar computadores em cidades diferentes. De 1962 a 1968 surgiu a invenção da comutação de pacotes. A University of Califórnia, Los Angeles, a (UCLA) foi a primeira Universidade à usar a comutação de pacotes. Em 1973 realizou-se a primeira conexão internacional. Assim iniciam-se as facilidades para a exploração de novas ideias e interação imediata com outras pessoas.

Em seguida acontece à invenção do e-mail, por Ray Tomlinson, que teve a ideia de usar o símbolo @ para indicar para onde a mensagem deve ser encaminhada. Nesse contexto surgem as redes locais e os protocolos que vêm para a troca de dados, onde a ethernet é um sistema criado para conectar computadores dentro de um mesmo prédio, projetada em 1973, nascem assim os grupos de notícias e grupos de discussão (CAMPELLO e CALDEIRA 2005 p.101).

Com o avanço da Internet se segue novos protocolos, em 1981 foi criada a Binet – que possibilitou a formação de lista de servidores no correio eletrônico. Em 1992 foi criada a Wide Área information Servers – (WAIS) – que fornecem mecanismos para indexar e acessar informações na Internet. O Domain Name Server – (DSN) que mudou o caminho das redes e tem o endereço que passa de códigos de numeração para nomes próprios. Tim Berners-Lee, com o intuito de manter um registro de seu trabalho associando softwares que rodam nos computadores, criou uma adaptação nesse programa e desenvolveu o primeiro sistema de hipertexto. Surgem então os navegadores, e o *Uniform Resources Locator* (URL) que é uma simples linha de texto que permite que você encontre um recurso na Internet. E o World Wide Web (WWW) (CAMPELLO, CENDÓN, KREMER, 2000. p.40).

As buscas nos navegadores são facilitadores, assim a internet atualmente é responsável pela subsistência da maioria das empresas, a Internet possibilita a exposição nos sites de informações sobre os serviços horários, produtos e promoções e tem grande procura dos

produtos *online*, se não para efetuar a compra de fato, serve como pesquisa para a tomada de decisões. Estima-se que no Brasil 120 milhões de pessoas tenham acesso à Internet, mas apenas três milhões e meio de empresas tem sites registrados, o número é considerado pequeno por especialistas comparado ao potencial do mercado para Cristiano Mendes (2014), diretor de Marketing da empresa que é líder mundial em registro de domínios na Internet, diz que o seguimento das pequenas empresas é muito promissor no país, diz também que pelo menos 30 milhões de negócios formais e informais são explorados na rede mundial de computadores a Internet, dentre eles os negócios informais são muito mais lucrativos se comparado aos formais, o diretor garante ainda que o investimento em sites na Internet dá maior visibilidade do que investir em propagandas pela cidade inteira para atrair o cliente, ele explica que a relação custo benefício está entre as melhores para divulgar uma marca.

O domínio no Site é mais barato, e uma empresa por menor que seja não sente esse gasto, em relação ao retorno que o investimento proporciona. Deste modo o mesmo se dá com a informação para a pesquisa, o acesso *online* da informação acaba por ficar em menos custo, uma vez que guardada as devidas proporções, a maioria dos pesquisadores tem acesso à Internet, estamos praticamente plugados no ciberespaço.

O termo Ciberespaço esta no linguajar do cotidiano, é usado por muitos estudiosos da pós-modernidade, a expressão é uma das muitas ligadas às novas tecnologias que são rapidamente absorvidas pela sociedade, embora requeira considerações sobre o termo para uma melhor compreensão. Dado que é um assunto é abrangente e deveras complexo, interessa abordar no ciberespaço os aspectos voltados ao o objeto de estudo, o acesso informação *online* para a pesquisa.

Nunca se falou tanto sobre o ciberespaço, como atualmente. Cabe portando uma explanação primeiramente dos estudiosos sobre o que venha a ser o termo ciberespaço e depois sobre os conceitos.

O prefixo “*cyber*” vem do grego, significando “controle”, afirma Kellner (2001, p.377). Nesse sentido, o físico Norbert Wiener cunhou, nos anos 40, o termo cibernética com o significado de ciência do controle e da comunicação entre os seres vivos e as máquinas. A partir daí, o prefixo “ciber.” passou a referenciar diversos termos relacionados ao domínio da computação e das “máquinas inteligentes” (Cascais, (2001) apud Monteiro (2007. p.3)

Para Deleuze e Guattari, (1997a p.163). Talvez o ciberespaço seja, atualmente, essa matriz que nos faz sobrevoar várias disciplinas. Para Gibson, que cunhou o termo

"*cyberspace*" em suas obras literárias, é o exemplo de autores que destruíram as fronteiras entre a Filosofia, teoria social e Literatura.

O termo ciberespaço, Para os autores, Kellner (2001, p.395), Silva (2006, p.192) foi empregado pela primeira vez pelo norte-americano Willian Gibson, e o autor pensa o *cyberspace*, com uma representação física e multidimensional do universo abstrato da "informação". Um lugar para onde se vai com a mente, catapultada pela tecnologia, enquanto o corpo fica pra trás. (Gibson, 2003, p.5-6).

O autor comenta da complexidade do termo quando parte para a sua conceituação, como se segue:

Uma alucinação consensual vivida diariamente por bilhões de operadores autorizados, em todas as nações, por crianças aprendendo altos conceitos matemáticos [...] Uma representação gráfica de dados abstraídos dos bancos de dados de todos os computadores do sistema humano. Uma complexidade impensável. Linhas de luz abrangendo o não espaço da mente; nebulosas e constelações infindáveis de dados. Como marés de luzes da cidade. Gibson (2003, p. 67).

Pensar o sistema humano mental e tirar uma representação de dados de dentro do ciberespaço é macro, mas se podem circundar os infindáveis dados para reduzi-los à organização da informação o que não é tão reduzido assim, haja vista que organizar a informação, é uma preocupação do profissional da informação, desde há muito tempo, e no contexto do ciberespaço organizar a informação virtual do conhecimento parece ser de importância social, e não meramente acadêmica, isso equivale a dizer que antes da abordagem acadêmica do ciberespaço, não se pode deixar de mencionar que o contexto é de ordem social e abrange questões bem mais complexas como comportamento, economia e cultura na sociedade de um modo geral.

Portanto vamos nos deter ao ciberespaço e sua conceituação no que tange ao espaço de busca, uma questão cultural e como tal diversamente complexa, como dita antes e também afirmada por Monteiro 2008, p.9. [...] que diz que o ciberespaço opera os agenciamentos do sentido, ao contrário das modalidades significativas aristotélicas que fornecem sintaxe não só gramática, mas ao conhecimento, aos livros e à ordem bibliográfica. Enquanto espaço de expressão cultural os signos e significados fazem parte da teia que emana de uma rede de comunicação virtual que é real e que cada dia se intensifica mais.

Notemos que a necessidade de busca é uma constante no ciberespaço, a tecnologia molda um comportamento tipificado pela sociedade moderna da cultura e de tantas solitudes, como demonstra o autor se pode dizer que o ciberespaço é definido como:



Uma grande máquina abstrata, porque semiótica, mas também social e afetivos e, sobretudo novos agenciamentos cognitivos [...] Um espaço semântico/semiótico, onde o signo se dá em várias semióticas, desterritorializado, nômade, em escrita especializada e com a memória em constante modificação. (MONTEIRO, 2007, p.12).

Segundo o mesmo autor “o ciberespaço possui um caráter fluido que o torna virtual,” corroborando com Gilson. Logo o que é complexo não se abarca totalmente, pois, o abstrato não se pode medir, e o comportamento social tem muito das situações de induções e motivações, que tecnicamente não se pode prever ou definir, como uma estrada sem direção certa, que se delinea na medida em que, as tendências vão se movimentando.

No dicionário de língua Portuguesa a definição de ciberespaço é rede de computadores, conectados a Internet, cujo conteúdo informacional é concebido como um ambiente ou espaço ou mundo virtual, composto de dados e programas que o usuário pode acessar ou com os quais pode interagir como quem se desloca de um lugar a outro (visitando sites e sendo transferidos de um ponto à outro por meio de Links).(AULETE,2011, p.328).

Trata-se do que popularmente se chama de navegação, navegar significa conhecer adentrar em sites e acessar os links neles contidos. Universalizou-se a utilização do ciberespaço para a busca do conhecimento, é o espaço da memória virtual. Ficando evidente que o ciberespaço da à ideia de busca, induz-se a pensar que o ser humano desde os primórdios da humanidade sempre priorizou a busca do conhecimento. Como observam Silva e Silva (2004), o ciberespaço é uma região abstrata invisível que permite a circulação de informações na forma de imagens, sons, textos, movimentos; um espaço virtual que está em vias de globalização planetária e já constitui um espaço social de trocas simbólicas entre pessoas dos mais diversos locais do planeta.

Há valiosas contribuições de outros autores na definição do ciberespaço, como na concepção de Santos e Ribeiro (2003), o ciberespaço é um conjunto de computadores e serviços que constituem a Internet. Gennari (1999) define o termo ciberespaço como sinônimo de espaço cibernético, e para Rabaça e Barbosa (2001), o ciberespaço significa universo virtual. MONTEIRO (2007, p.4).

De acordo com as diversas conceituações dos autores supracitados, entendemos o ciberespaço como um ambiente virtual composto por redes de telecomunicações, na Internet. O ciberespaço também pode ser entendido com um mundo novo, que se torna um espaço de intercomunicação para a vida social, espaço real e diferente dos demais já antes conhecidos.

As características teóricas e filosóficas nos ajudam a compreender os mecanismos utilizados para se efetuar buscas. E já que o universo virtual é fomentado por uma linguagem, e nosso estudo envolve a escrita e a linguagem, há ainda vários meandros pelos quais perpassam a linguagem e, a linguagem dá qual se trata é a virtual, não se pode deixar de mencionar que dada à importância do hipertexto<sup>70</sup>, Monteiro já citado, chamou-o de “a pedra filosofal do ciberespaço”, e o XML (*Extensible Markup Language*) é ao mesmo tempo escrita e etiqueta: conhecimento e sua referência. O que só é possível em ambiente virtual.

O hipertexto é a realidade virtual, se transformou no meio do qual os seres humanos se alimentam para manter a navegação, e tanto no ciberespaço quanto na Web, constituem-se de espaços cognitivos diversos que comportam a linguagem escrita verbal e principalmente à impressa. Um documento no hipertexto permite em alguns casos que cada receptor modifique a mensagem segundo seus conceitos de importância com que valoriza o documento, não sendo mais somente leitor, mas, atuando como se fosse mais um autor do texto. Tecnicamente, um hipertexto é um conjunto de nós ligados por conexões. Os nós podem ser palavras, páginas, imagens, gráficas ou partes de gráficos, seqüências sonoras, documentos complexos que podem eles mesmos ser hipertextos. Levy (2010, p.33). O que faz do hipertexto, portanto parte fundamental do processo de busca da informação.

Hipertexto surge de um corolário das considerações de vários autores (LANDOW, 1992; LÉVY, 2003; LEÃO, 2005; NEGROPONTE; TELLAROLI, 1995). Pode ser definido como uma nova concepção de leitura e escrita popularizada pelo advento da Internet. Trata-se de uma prática que depende de um suporte dinâmico, como o computador e suas funcionalidades relativas à Internet e às ferramentas que estabelecem relação direta com a leitura e a construção textual virtual. Surge uma nova forma prática de leitura, diferenciando-se do formato linear tradicional do texto em suporte papel. Podemos considerá-lo como um processo de escrita e leitura não linear e sem hierarquias, que permite o acesso a outros textos de forma instantânea, sem a necessidade de se seguir seqüências definidas. O leitor tem autonomia para elaborar o seu percurso de leitura. (SANTOS 2013, p.92)

O Hipertexto, sendo a escrita da Internet é uma ferramenta diferenciada por causa do seu formato. Sua principal característica é o link com outros textos. Assim a busca da informação, é necessidade humana independente de características ou formatos, esse fato explica uma maior preocupação com os recursos em pesquisa na área de informática devido ao grande crescimento da busca de informação justamente *online*. A busca do conhecimento

---

<sup>70</sup> Hipertexto", é o browser, referindo-se especialmente a um dos pioneiros navegadores , o Mosaic 8, criado por Marc Andreessen e Eric Bina. Segundo o autor, o crescimento da Web se deve a tudo que foi criado a partir dessa geração, como as imagens, o JPEG, o sistema Java, janelas atualizáveis e também os microprogramas que se instalam no computador do usuário para permitir a navegação rápida e a decodificação de informações, os cookies. (MONTEIRO 2007,p.14).

no ambiente supracitado é entendida a partir dos aspectos e teorias filosóficas como elucidada (LEVY, 2008 p.13).

Mesmo com as melhores intenções do mundo, toda teoria, explicação ou projeto que faça apelos a estes macro conceitos espetaculares e ocos não pode fazer outra coisa senão despistar, engrossar a cortina de fumaça que abriga os príncipes modernos de olhares e desencoraja os cidadãos a se informarem e agirem.

O estudioso Levy chama a atenção para buscar conhecer e informar-se, a busca faz parte de uma ciranda que motiva o ser humano em suas investigações que por sua vez trás benefícios econômicos que influencia a sociedade e a sociedade se beneficia da ciência que por sua vez esta voltada para a técnica que modifica as produções e novamente modifica a economia assim sucessivamente.

Portanto organizar a informação tornou-se uma necessidade cultural, e estamos convencidos de que o processo é sim transformador social, conectar-se vai além de um simples clique. Proporciona interação, aproximação, modifica comportamentos e desterritorializa na medida em que a informação te leva para outros mundos.

E para finalizar sem esgotar o ciberespaço é uma nova maneira de produzir sentido, mais livre, e mais aberto. Assim será também a organização e a busca do conhecimento e da informação visto que fazem parte desse sistema simbólico MOREIRA (2008, p.120). Assim a busca da informação demanda de conhecer os aspectos das fontes, assunto a seguir.

### **3.1.3 Aspectos das buscas de informações em fontes *online***

Ao se falar de fontes de informação online, quer se demonstrar a importância do uso de tais fontes para fazer pesquisa, e para isso, vale enfatizar alguns pontos que possam contribuir no entendimento e manuseio das fontes. A origem das fontes de informação na Internet se deu quando, Tim Berners-Lee, desenvolveu o primeiro sistema de hipertexto para manter um registro de seu trabalho associando *softwares* aos computadores em que eles rodavam. Uma adaptação neste programa deu origem á (*WWW*) *World Wide Web*, os navegadores e o *URL*.

Dado a isso, surgiu á tipologia da Internet, se pode dizer que a partir de 1990 os documentos na *Web* são estruturados da linguagem do (*HTML*) – *Hypertext Mark-up Language*. Em 1996 foi desenvolvida a linguagem (*XML*) – *Extensible Mark-up Language*, é vista como o formato dos programas de computadores que podem ser utilizados ou acionados

via navegadores, denominados como Máquinas de busca, onde o nosso maior exemplo é o Google. Já os sites de busca que organizam a informação, como se fosse um catálogo telefônico tido como paginas amarelas ou brancas são índices. Ainda dentro dos mecanismos de busca se pode citar a Meta Máquinas de Busca, são máquinas que pesquisam em várias outras máquinas. Portanto se explica inicialmente como surgiram os conceitos das buscas propriamente ditas para continuar depois com os mecanismos utilizados para fazer busca.

No presente contexto importa-nos frisar que origem da classificação dos conceitos vem de Aristóteles, dele saiu à primeira ideia de classificar o conhecimento, ele dividiu o conhecimento tal como ele é conhecido atualmente, melhor dizendo o conhecimento esta dividido na forma de disciplinas como filosofia, matemática, ciências naturais dentre outras. Isso possibilitou que toda a informação estivesse dividida em categorias. Acontece que dessa divisão poderia surgir categorias polissêmicas<sup>71</sup>.

Com o controle das linguagens, melhor dizendo a criação desses mecanismos de controles, como por exemplo, os tesouros, e depois a folksonomia<sup>72</sup>, e ontologia<sup>73</sup>, é que se podia diminuir a polissemia que nada mais são que vários significados para uma mesma palavra, mas em se tratando de Internet ou o ciberespaço, esses controles já não eram mais possíveis, pois a forma de utilização dos controles não eram mais eficazes, até o estabelecimento da Internet os controles de linguagens eram muito úteis, quando do surgimento da Internet veio a explosão da informação, e esses controles ficaram realmente obsoletos.

Houve então uma explosão de linguagem e da informação, e apesar de todos os estudos que são desenvolvidos no controle das linguagens como a taxonomia, ontologia, e

---

<sup>71</sup>Podemos afirmar que a polissemia é a propriedade de uma palavra (ou locução) que tem vários sentidos, alguns dos quais relacionados entre si em maior ou menor grau. (Disponível :<< <http://www.flip.pt/Duvidas-Linguisticas/Duvida-Linguistica.aspx?DID=5636>>>

3 O uso da Folksonomias também é usada para a classificação dos arquivos ,trata-se de uma indexação colaborativa ou democrática, que é uma abordagem centrada no usuário e está relacionada com a ideia dos usuários colaborarem com seus próprios termos para indexar determinado recurso por meio da etiquetagem (do inglês, tagging). Etiquetagem é uma forma de indexação, em que as próprias pessoas, no caso os usuários da informação, classificam documentos e objetos informacionais (BRANDT, 2009).

4. A ontologia é uma ferramenta que permite a instauração do sentido, ora se o sentido é de acordo com o contexto do leitor, surgindo daí outro paradigma que vem a ser o de que quem dá sentido é quem é dotado de cognição e isso é uma característica humana e não da maquina que seria esse paradigma.

linguagem documental, pode se dizer que ainda não se chegou a uma solução definitiva de controle de linguagem. Tendo esse como um dos maiores paradigmas na busca de informação no ciberespaço. Assim, para recuperar a informação na Internet, os mecanismos de busca validos são feitos pela indexação de palavras em linguagem natural presente nos próprios documentos. Segundo Pickler, (2007, p.66) é justamente a ausência de classificação do conhecimento no ciberespaço, que dificulta a busca, uma vez que ciberespaço abriga inúmeros sites de informações onde está registrado o conhecimento humano, e quando se intenta uma busca por determinada palavra, usa-se mecanismos da *Web*, esta recuperará todos os sites que contemplem tal palavra.

Daí advém à importância dos bibliotecários e ou profissional da informação, juntamente com o usuário para o trato dessa informação selecionando o que é ou não pertinente a sua pesquisa, e ainda se essa busca atende ou não a sua necessidade. Deste modo, dentro da busca da informação para a pesquisa o surgimento das *Webs* veio para melhorarem o suporte de busca ajudando também ao profissional da informação.

Embora a linguagem da máquina seja artificial, ela conjumina com a linguagem natural, dentro desse contexto é que surgiu a *Web* semântica, que veio como tentativa de melhorar a pesquisa na *Web*, e é uma nova ferramenta de busca da informação no ciberespaço.

Mas antes de adentrar-se mais profundamente no assunto da *Web* semântica, no cenário de buscas da informação *online*, faz-se necessário discorrer como se deu as *Webs* a partir da *web*, 1.0.

A partir da *Web* 1.0, que veio com o objetivo de conectar informações, e contribuir com o sistema de buscas, ela é de 1ª geração e apresenta pouca interatividade entre os internautas.

Em seguida surge a *Web* 2.0 é a *Web* social que conecta pessoas, é a 2ª geração e apresenta conteúdos produzidos pelos internautas, *Web* 2.0<sup>74</sup> vem com mais interatividade *online*.

A *Web* 3.0, é a *Web* Semântica, ela conecta conhecimento, se apresenta como a 3ª geração, e trazem conteúdos organizados de forma semântica, mais personalizada, como sites e aplicações inteligentes e a publicidade é baseada em pesquisas e comportamentos. A *Web* semântica trata de uma extensão da *Web*, é uma forma inteligente que trata os dados através de associação e dedução. A *Web* semântica tem sua raiz na tecnologia semântica, trata-se da

---

<sup>74</sup> A *Web* 2.0 foi criada por *Tim O'Reilly* em conferência sobre *Media Web* em 2004, usada na arquivologia como informação humana digital, que é o resultado da observação e aplicação dos princípios arquivísticos no universo da informação digital.

forma que se escreve na Internet, o seu bojo estão às camadas da *web* semântica voltadas para a tecnologia de computadores.

A intenção é que a tecnologia avance ao ponto de inteligência tal que a máquina possa realizar as buscas de forma satisfatória, atuando como ferramenta de busca de conhecimento.

Em uma busca de informação sistematizada ou não o humano consegue levantar inúmeras possibilidades que dependem do seu sentido para o texto. Estudos estão sendo desenvolvidos nesse sentido para que esse paradigma seja dissipado.

A evolução da *Web* segundo Flores (2012, p.2) se dá através da *Web* semântica, as pessoas interagem dentro da *Web*, e esta pode ser considerada uma extensão da Internet atual. A *Web* semântica permite a interação entre o homem e a máquina possibilitando aos dois a mesmas funções de interligar o significado das palavras, ela também é responsável por todas as respostas que você solicita em uma busca *online*.

A *Web* semântica é organizada por camadas segundo (MOREIRO GONZÁLEZ 2011, p.75) Camada sintática, Camada semântica, Camada ontológica. Camada lógica, Camadas de prova e confiança.

Sendo que as camadas, sintática, semântica e ontológica são as que dão as azes para poderem representarem a informação de maneira semanticamente acessível. A ontológica<sup>75</sup> é a prova de confiança, definem os elementos que permitem aos agentes de *softwares* autenticarem e comprovarem a confiabilidade dos recursos, as inferências obtidas da linguagem que se utiliza na Internet, com a abordagem dos formatos de conteúdos.

A *Web* semântica tem como princípio a transformação dos documentos na *Web* em dados e esses dados são acessados usando uma arquitetura específica que faz relação com outros documentos do mesmo formato dentro da Internet. Os *Links* quando fazem uma interconexão através do hipertexto é um bom exemplo.

Ao se falar em Antologia, se esta referindo ao vocabulário que são linguagens documentárias, interessa-se as linguagens documentárias em sentido cognitivo, pois os vocabulários são usados por pessoas e pessoas agem considerando características comportamentais, dizendo de outro modo, os vocabulários ditam como se comportar em relação às buscas de interesse de cada usuário, fazendo emergir um novo meio de interação, uma nova ferramenta entre os pesquisadores<sup>76</sup>.

---

<sup>75</sup>A ontologia é um agente computacional e como tal provido de lógica computacional, linguagem documentária, sofisticada porque estabelece uma relação com a lógica que envolve também a filosofia.

<sup>76</sup>O *Google* é uma dos mais conhecidos mecanismos de busca de informação dos novos tempos.

A *Web 4.0* ou *Web Onipresente* conecta inteligências, é a 4ª geração, e o acesso às aplicações se encontram disponíveis a partir de qualquer lugar *Cloud Computing*<sup>77</sup> (Computação na Nuvem).

As novas tecnologias vieram para ficar e é inovadora e abrangente, a armazenagem na nuvem parece estar se tornado muito presente nos procedimentos de armazenagem e busca da informação.

Gerir a informação requer que se observem vários aspectos, assim o armazenamento da informação nas nuvens, se tornou um novo paradigma na medida em que nos perguntamos como usar recursos digitais em lugares desconhecidos. Sendo assim a *Web 4.0* requer que se alongue um pouco mais em sua descrição.

A plataforma *Web* vem crescendo vertiginosamente fato incontestável, a explosão de dados tem ocasionado o que MORO CABERO (2013, p.9) chamou de “avalanche digital” e a tal avalanche digital induziu a procura de soluções para o armazenamento das informações”. Observa-se que uma das soluções se dá mediante a contratação de um provedor de serviços na nuvem. (tradução nossa).

A nuvem é um dispositivo de armazenamento de dados na rede com alcance global, e seus recursos informáticos são compartilhados. O armazenamento da nuvem dentre outras facilidades reduz o custos dos serviços, diminui as distâncias entre as instituições documentais que geograficamente estão separadas, e o usuário paga somente quando usar.

Segundo Flores, (2012, p.3) a evolução e a aparição da *Cloud Computing* computação na nuvem é uma tecnologia que permite aos usuários acessarem e usarem dados compartilhados e serviços de computação através da Internet ou de uma rede privada virtual usando uma gama escalável de recursos sem ter que construir infraestrutura para apoiar esses recursos dentro de seus próprios ambientes ou redes.

A computação na nuvem sugere aplicações com possibilidades gigantescas, entretanto o mesmo autor chama a atenção para as preocupações com a segurança e a privacidade das informações armazenadas na nuvem que em ambiente compartilhado podem ficar fora de controle da Instituição, outra preocupação é quanto à migração do ambiente da nuvem para outros ambientes. Mesmo com as preocupações adjacentes, cabe aqui fazermos uma reflexão, Segundo Flores,(2012, p.5) a *WWW* ou *Web*, a rede mundial de computadores, se constitui em um sistema de documentos e hipertexto e hipermídia interligados e executados via Internet e tem sua evolução na primeira geração da *Web 1.0* chegando à *Web 4.0*. E embora haja

---

<sup>77</sup>*Cloud Computing*, computação na nuvem é um sistema com base num complexo sistema de inteligência artificial.

algumas preocupações quanto à segurança, é um modelo de distribuição de tecnologia que possibilita a entrega de recursos tecnológicos com serviços através da Internet, requer do usuário um conhecimento profundo para o manejo e acesso de soluções na nuvem, e também requer capacidade de administração na infraestrutura tecnológica do provedor. Por ser um serviço, o pagamento é feito como prestação de serviços.

Através da Internet você acessa o computador, com navegador *Web*, ainda segundo Flores, (2010) a própria virtualização e a tecnologia na nuvem ocorrem através de sistemas de *backup*, servidores virtuais, *software* de serviço ou, de acesso a diversas ferramentas, todas *online*.

A característica mais predominante na armazenagem na nuvem se dá na forma de custos, dizendo de outro modo o baixo custo da armazenagem na nuvem é o que mais atrai o usuário, o mesmo autor relata ainda que as ferramentas mais conhecidas para o armazenamento nas nuvens são *Google Drive*, *Sky Drive*, *Dropbox*, *Ubuntu One*, *I Cloud*, e *Sugar Sync*. Sendo que a utilização para usuários comuns é oferecida por diversos fornecedores de forma gratuita.

Para o presente estudo, é importante ressaltar que embora o processo se mostre ainda incipiente, já se vislumbra como uma das soluções de armazenagem e busca da informação. Dentro dessa imensa gama de possibilidades que surgiram e ainda vão surgir à medida que as tecnologias avançam. Assim dentro dessa gama de possibilidades existentes referentes as fontes, se faz necessário falar dos procedimentos de busca da informação *online*, tais procedimentos são apreendidos através de treinamentos. E estes são geralmente fornecidos pelas bibliotecas das Universidades, um bom exemplo é o documento que é uma manual de estratégias de busca da informação *online* <sup>78</sup>.

No mundo da pesquisa virtual, é necessário que se tenha algum conhecimento sobre busca, vale lembrar que dentro desse conhecimento é preciso inicialmente obedecer alguns requisitos de busca para a recuperação da informação na *Web*, Além de se inteirar sobre os procedimentos é preciso conhecer alguns sites para proceder às buscas.

---

<sup>78</sup>Site com apresentação que demonstra passo a passo como se dá o acesso a bases de dados, e quais as estratégias de busca e recuperação da informação *online* desenvolvido pe Se.ABD.- UFSCar. <http://www.slideshare.net/seabd>



As fontes se estabelecem através de Bases de Dados que sejam temáticas<sup>79</sup>. Também de Guias Web, que são os sites e portais que organizam a informação por grupos de assuntos<sup>80</sup>.

Outros guias da Web são os próprios portais, cuja a palavra portal é utilizada no sentido do portal horizontal, isto é, aquele que acomodaria um grande número de assuntos correlatos ou não. Dizendo de outro modo é o ponto de partida para uma informação disponibilizada por uma organização, o portal<sup>81</sup>.

No que tange ao portal de pesquisa um dos principais Portais, é o Portal CAPES, Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, com acesso a mais de 12 mil periódicos e 150 bases de dados de informação científica e tecnológica online.

E uma fonte dentre as tantas, também de grande importância, é o Google Acadêmico<sup>82</sup>. O Google Acadêmico não é um portal ou base de dados, mas é um mecanismo de busca (*search engine*) para pesquisar literatura acadêmica em vários portais e bases de dados ao mesmo tempo. (Google, 2008).

Assim no ciberespaço, a Web oferece uma gama de informações relevantes, há uma infinidade de fontes que podem ser acessadas simultaneamente, das quais destacamos aqui as mais relevantes para a pesquisa, visto que a Internet pode ser considerada como uma das maiores invenções da humanidade, ela esta presente na vida do investigador, de maneira veemente. Deste modo vale ressaltar que o domínio de busca da informação *online* para pesquisa, se dá da pratica e no manuseio cotidianamente dos instrumentos de busca, e o profissional da informação esta habilitado para tanto uma vez que esses procedimentos fazem parte da sua formação curricular. Podem-se ver alguns impactos do uso desses instrumentos no comportamento do profissional a seguir.

### 3.1.4 Impactos das redes sociais na formação do pesquisador

---

<sup>79</sup>Exemplos de duas fontes temáticas. Delicious SeABD <http://delicious.com/seabd> PAI-e/UNICAMP O Programa de Acesso a Informação Eletrônica -PAI-e (<http://www.sbu.unicamp.br/pai-e>)

<sup>80</sup> Exemplos de Guia de Biblioteconomia. Disponível em: <http://www.sobresites.com/biblioteconomia/>

.Domínio público. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br>

. Prossiga. Disponível em: <http://www.prossiga.br/> e <http://www.canalciencia.ibict.br/notaveis/>

.Comitê Gestor da Informação. Disponível em :<http://www.cg.org.br>

<sup>81</sup>Exemplos de portais O portal do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT Disponível em: [http://www.dicasdebrasil.com.br/site/Orgao/493\\_MinisteriodaCienciaTecnologiaeInovacao/](http://www.dicasdebrasil.com.br/site/Orgao/493_MinisteriodaCienciaTecnologiaeInovacao/)

O portal da Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -CAPES disponível em: <http://www.capes.gov.br/>

Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br>

<sup>82</sup> Disponível em: <http://scholar.google.com.br>

Mesmo não podendo dar um formato definitivo de comportamento nas redes, no entanto é possível discutir o cenário atual da pesquisa e o trato com o pesquisador mesmo que minimamente, pois sendo este o objeto do estudo discuti-lo-emos com mais abrangência no capítulo 6, após concluirmos a tabulação dos dados pesquisados.

Por conseguinte para discorrer sobre os impactos requer que se análise alguns fatos, note que a escola esta em crise porque ela é espaço de socialização, e o profissional educador precisa se adequar a esse novo espaço que é a escola. A formação como educador e também como profissionais da informação, leva-se a pensar que se podem transferir conhecimentos para os alunos, coisa que não parece mais coerente no novo modelo de educação, além disso, nem sempre se esta preparado para a realidade que é a sociedade, e a sociedade atualmente com o advento da Internet, instala a informação em qualquer lugar, e se o aluno é somente um pouco esperto ele faz consultas em casa, usa dicionários, usa o Google e outras ferramentas que estão disponíveis na Internet. Daí a escola que parece ter se transformado tão somente em espaço de coroação acadêmica e convivência, precisa assumir um novo papel, o de alimentar o aluno de conhecimentos práticos que possam conduzi-lo na vida acadêmica. Nesse sentido formar um profissional reflexivo capaz de tomar decisões baseadas nas informações pretéritas. Toda ação é imbuída de reflexividade<sup>83</sup>, como relata GIDDENS, é preciso construir a confiança. O profissional terá que desenvolver métodos de construção e afirmação dessa confiança no aluno.

No entanto a rede possibilita um trabalho colaborativo, que pode ser usado em conjunto com o profissional na construção e desenvolvimento do saber no aluno, a rede constitui-se assim a base desta construção do indivíduo, que compartilha e constrói a cultura digital, parece ser a parte mais revolucionaria da rede, e ainda pouco explorada academicamente no Brasil. Assim o profissional da informação é o mediador dessas práticas colaborativas. Na aprendizagem o aluno necessita de um mediador, para o uso adequado das ferramentas disponíveis. Como diz Moran (2009, p.57) ao invés de formar uma boa cabeça formamos uma cabeça cheia de informações sem apreensão de nada, é necessário formas de aproximação do aluno com a pesquisa e novo contexto educativo que emerge e é muito fértil para tal processo.

A escola não deve mais ficar presa somente ao ensino, e o novo paradigma é a interpor ensino com a aprendizagem, a aprendizagem e a preocupação com o aluno, em fazer pesquisa,

---

<sup>83</sup>A reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter. (GIDDENS, 1991 p.45).

a aprendizagem incita o aluno a percorrer o caminho que o professor percorreu para chegar à informação, aprendizagem possibilita aulas interativas, e no ensino o professor chega com o conteúdo pronto para ensinar.

O processo cognitivo será mais estimulado juntado métodos de ensino e aprendizagem. No Brasil no início dos anos 50, tinha-se um modelo de escola, com uma cultura padrão, um Estado Nacional que nasce com a ideia de nação, e esse povo tem uma cultura, um conhecimento, então a escola tinha um projeto de cidadão nacional Brasileiro, como na França e na Inglaterra, ao longo dos anos ela começa a descobrir novos cenários, era um perfil de aluno, agora é outro, mudou esse o perfil, e descobriu-se múltiplas inteligências, obrigando a escola a se pluralizar, o aluno era aluno e não havia a observação com todas as diferenças étnicas, culturais que hoje faz com que a escola esteja preparada para receber qualquer tipo de aluno, com menores ou maiores necessidades, e a escola começa a se povoar de outras tribos, e outras formas culturais, a escola se balança pois demanda múltiplas inteligências e múltiplos saberes que a permeiam, a escola precisa reconhecer os saberes comuns.

A escola passa a ser o espaço em transformação, emerge um novo modelo de escola, e a aprendizagem exige a mediação entre o educador e educando, claro que o aluno curioso pode se sobressair melhor que os outros, pois este passa a ter parte da responsabilidade na sua formação, o novo método só poderá funcionar se o mesmo mostrar interesse. Claro que se deve levar em consideração que aprendizagem não é linear, se faz necessário o tempo de maturação e processo aprendizagem do aluno. E estar na escola requer estímulo principalmente nas atividades básicas de resolução de problemas, de tomadas de decisões, de convívio social porque a sociedade contemporânea é uma sociedade que exige trabalho colaborativo e algumas pessoas tem dificuldades de interagir, é necessário induzir o aluno a trabalhar em equipe, para se lançar em pesquisas de equipe, com Internet a globalização concretiza a mudança que a escola precisa, e a pesquisa se desterritorializa, crescem as possibilidades das pesquisas em âmbito internacional e conjunta entre os países fazendo surgir outra dinâmica no mundo.

As representações sobre o ensino são muito mais do que se vive como alunos, que é o saber acadêmico. São os saberes práticos e os saberes acadêmicos que os professores trazem das suas experiências de vida profissional, que são as bases nas quais eles se espelham ao longo da vida profissional. O saber docente não chega a ser puro acadêmico. Muitos professores possuem uma experiência, que em sua maior parte esta ligada no espelho dos professores que se teve no passado. Um processo bastante subjetivo.

Em suma o novo modelo de profissional, para os novos alunos/pesquisadores no Brasil já aparecem nos pareceres, mas o processo é longo, porque se trata de imersão nesse novo contexto social e progressivo.

Pode-se então dizer que a experiência do profissional é a junção do que ele trás consigo do que ele viveu com os antigos profissionais e do saber acadêmico que ele adquiriu, e um saber acadêmico que todo profissional da informação não pode deixar de obter é o manuseio de fontes de informações online.

### 3.2 REDES SOCIAIS E IMPACTOS NA PESQUISA

O acesso à informação online se dá através de vários instrumentos, vive-se uma verdadeira grande revolução da informação, dentro do exposto as redes sociais são um marco, é tanta informação que circula dentro da rede social, que nos induz a estudá-la como fenômeno também para o ensino e aprendizagem, é fato que as redes sociais são espaços que permitem abordagens científicas, disseminação da informação, inclusive devido ao seu sucesso se tornou um instrumento altamente usado no que tange a fonte de informação e merece aqui uma abordagem analítica mais abrangente.

#### 3.2.1 Contextualização da rede social

É possível que as redes sociais sejam o assunto mais estudado na área de comunicação na última década, dentro dessa perspectiva não se poderia deixar de discorrer sobre os aspectos da rede social na vida cotidiana por conseguinte na vida do profissional da informação. Assim como toda a estrutura de Rede tem sua história, a história das redes sociais não poderia ser diferente, pois, segundo Targino (2014, p. 24) cita que várias estruturas existiram antes dela, sendo que a primeira foi a *Sixdegrees* que surgiu em 1997. Outras mais como a *Black Planet*, *Cyworld*, *Migente*, em especial, *Friendster*, que mais se aproxima dos moldes das redes em alta nos dias atuais, como *Facebook*, *MySpace* *Twitter* também são destaques no atual século.

O registro inicial de redes na literatura é bastante antigo e data do século XII na França, quando fios entrelaçados para os tecidos usados em cestas, cordéis, malhas davam a ideia de rede, e de tessitura.

Segundo Recuero (2004, p. 1) Foi através do matemático EULER<sup>84</sup>, que com a teoria dos grafos<sup>85</sup> iniciou-se os primeiros passos da teoria das redes. Em cima desta ideia, vários estudiosos dedicaram-se ao trabalho de compreender quais eram as propriedades dos vários tipos de grafos.

Assim outros estudiosos foram investigando a estrutura das redes e apresentando seus estudos a respeito.

A análise estrutural foi construída através de três grandes tradições: a primeira, de origem britânica, desenvolveu antropologicamente o conceito de rede social. Nela, os teóricos britânicos realizaram, através de uma perspectiva estrutural-funcionalista, descrições da estrutura social, com o foco na maneira através da qual a cultura prescreve o comportamento considerado válido em grupos muito fechados: a segunda, mais centrada nos Estados Unidos, trabalha fundamentalmente na análise quantitativa e de escopo substantivos. O fundamento principal na teoria dos grafos vem dessa tradição, que buscou na matemática uma forma de analisar as redes sociais, a terceira foca na busca de explicações estruturais para os processos políticos. WELLMAN (1999:20-22)

Pode-se dizer, no entanto que as estruturas fundamentais das redes foram se estabelecendo das próprias relações humanas de acordo com interesses e afinidades que é intrínseca nas pessoas. Advindo daí os ‘nós’, através da ferramenta também inicialmente pelos computadores que depois com o tempo foram se expandindo para outros suportes mediadores.

Os estudos sobre o assunto se avançam e então surgem os conceitos de redes sociais, por exemplo, Watts (2003, p.75) diz que uma rede é constituída por nós (indivíduos) conectados por laços sociais. Para (CASTELLS, 2003) o conceito de Sociedade em rede pode ser definido como uma comunidade de membros tecnologicamente competentes, reconhecidos como pares pela comunidade, onde tudo é sistêmico e interconectado.

A Internet estabelece a interconexão social, pois é uma potente ferramenta também conhecida como ciberespaço<sup>86</sup>. O ciberespaço veio facilitar a comunicação de pessoas,

---

<sup>84</sup> **Leonhard Paul Euler** é considerado um dos mais proeminentes matemáticos do século XVIII. fez importantes descobertas em campos variados nos cálculos e grafos (A teoria dos grafos é um ramo da matemática que estuda as relações entre os objetos de um determinado conjunto. Para tal são empregadas estruturas chamadas de grafos,  $G(V, A)$ , onde  $V$  é um conjunto não vazio de objetos denominados vértices e  $A$  é um conjunto de pares não ordenados de  $V$ , chamado arestas). Ele também fez muitas contribuições para a matemática moderna no campo da terminologia e notação, em especial para as análises matemáticas, como a noção de uma função matemática.

<sup>85</sup> Um grafo é uma representação de um conjunto de nós conectados por arestas, formando uma rede.

<sup>86</sup> A palavra ciberespaço foi cunhada pela primeira vez 1984 por William Gibson em seu romance de ficção científica *Neuromante*. No livro esse termo designa o universo das redes digitais, descrito como campo de batalha entre as multinacionais, palco de conflitos mundiais, nova fronteira econômica e cultural. Em *Neuromante*, a exploração do ciberespaço coloca em cena as fortalezas de informações secretas protegidas pelos programas ICE, ilhas banhadas pelos oceanos de dados que se metamorfoseiam e são trocados em grande velocidade ao redor do planeta. (TEIXEIRA, et al., 2013, p. 24)

empresas e instituições. Desde sua criação, as redes sociais têm demonstrado que vieram para ficar tão grande é o número de usuários que estão conectados, formando uma teia que nunca se concretiza, pois, enquanto um se desconecta, milhares estão conectados.

Orlandi citado por Dias e Couto (2011, p. 636) ao conceituar redes sociais, expõe que:

“As redes sociais são ambientes virtuais nos quais os sujeitos se relacionam instituindo uma forma de sociabilidade que está ligada à própria formulação e circulação do conhecimento. A sociabilidade nas redes sociais como o Orkut<sup>87</sup>, Facebook e Twitter, não tem as mesmas condições de produção que a sociabilidade em espaços escolares ou universitários, por exemplo, e essa é uma diferença importante para compreender a divulgação de conhecimento em discurso na sociedade contemporânea”.

Sendo assim se pode considerar que há modelos de ambientes virtuais com interações totalmente voltadas aos interesses acadêmicos, o que sem dúvida vêm fomentando discussões com o intuito de divulgação e promoção do conhecimento e pesquisa.

Importante também notar que novos estudos apontam para um modelo chamado pequenos mundos<sup>88</sup> que seriam as redes sociais interdependentes umas das outras, e em algum momento seriam interligadas uma a outra. As conexões indicam a existência de poucos graus de separação entre as pessoas no mundo, já uma conecta a outra e assim sucessivamente. A partir da expressão pequeno mundo estabelece-se, um mundo pequeno dentro da grande rede.

Além do mundo pequeno dentro da rede, outros estudos também apontam para os modelos de conexão que tem suas formas bastante variadas porque dependem das interações entre as pessoas e nessas interações estão incluídas interações de toda a sorte de interesses, que por sua vez dependem de comportamentos, que na maioria das vezes são complexos.

Nota-se, no entanto que independente dos comportamentos individuais nas redes, um dos seus propósitos é a interação, o que se mostra muito facilitada com o advento da Internet, e através das ferramentas tecnológicas que cada vez mais se alastram no mundo, com a adição de amigos em sua rede, estes fazem com que o mundo pequeno como dito acima, torne-se um fenômeno no século XXI.

---

<sup>87</sup>O ORKUT foi uma grupo que se estabeleceu através de redes, onde um amigo adiciona outro. A Comunidade dentro do ORKUT funcionava Segundo RECUERO (2004, p.10) [...] onde um amigo convida outro e assim sucessivamente, com uma característica voluntária desses conectores no sentido de aumentar sua popularidade, adicionando novos perfis aleatoriamente, do mesmo modo existe também um esforço de aumentar a sua lista de membros. Ao aumentar a popularidade com novos perfis, automaticamente aumenta o sucesso da comunidade que se torna mais conhecida por um número maior de pessoas.

<sup>88</sup>O mundo pequeno é expressão que surgiu de um experimento feito pelo sociólogo Stanley Milgram na década de 60, onde observou os graus de separação. Grau de separação é a quantidade de pessoas separando dois indivíduos em uma rede social. Três graus de separação entre o indivíduo A e em D significam que A possui um amigo B, que é amigo de C que é por sua vez, amigo de D.

Embora a principal característica das redes sociais seja a interação independente da distância física, sua importância na Internet reside na conexão dos usuários que a utilizam, e não nas máquinas em si, mas sem elas são indispensáveis às possibilidades para a verdadeira interação entre as pessoas que se comunicam pela Internet. Deste modo, podemos entender a interação como própria da rede, uma não sobrevive sem a outra. Nessa simbiose, novos sujeitos vão emergindo e aumentando a teia que nunca se acaba. Pelo contrário, cresce mais e mais a cada dia.

De acordo com Silveira (2010, p.65) o que se torna cada vez mais evidente é que, se a comunicação em redes digitais distribuídas não dissolve as diferenças socioculturais no ciberespaço, ela recoloca, em um novo cenário, o antigo e complexo debate entre universalismo<sup>89</sup> e relativismo<sup>90</sup>. Assume-se que o interesse adequação e adaptação à Internet é preocupação da maioria dos seres humanos. E tão relativo é o fenômeno das redes sociais que suscita variáveis conceitos.

Primo citado por Tomáel e Marteleto (2013, p. 247) afirma que a conexão é um processo que reside nas interações entre os envolvidos por meio das mensagens trocadas e pelos interagentes, sendo que em tal processo não se permite o isolamento das partes envolvidas no sistema. Sua construção é coletiva e não é predeterminada. Para os autores, trata-se de um processo emergente que mantém sua existência, e cada vez mais vem aumentando e se desenvolvendo. Targino (2014, p.23) cita que existem estimativas que só nos Estados Unidos, há em torno de 500 milhões de servidores conectados. Tal fato contribui para que o país ocupe atualmente a primeira posição de usuários da rede. Nesse *ranking* o Brasil ocupa a quarta posição com mais de 24 milhões de internautas. Numero assustadoramente crescente de hora em hora.

O crescimento dos internautas, somente amplia o sucesso das relações nas redes sociais e possivelmente aumenta também contatos para pesquisa e tramite do conhecimento. Em outras palavras, o ciberespaço se torna um amplo espaço onde, mesmo sem se conhecer fisicamente, as pessoas se interagem, trocam mensagens, tem a oportunidade de materializar uma amizade e vêm a oportunidade de se conhecerem. Além disso, o ciberespaço também oferece uma gama de possibilidades para que os internautas naveguem no universo textual arquivado nele através também do hipertexto.

---

<sup>89</sup> Diz-se que um assunto é universal quando o sentido e sua importância ultrapassam os interesses locais de um país e passa a interessar o mundo todo ou a maior parte possível dele. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Universalismo>

<sup>90</sup> Na filosofia moderna o relativismo por vezes assume a denominação de "relativismo cético", relação feita com sua crença na impossibilidade do pensador ou qualquer ser humano chegar a uma verdade objetiva, muito menos absoluta. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Relativismo>

Desse modo Silveira (2010, p. 7) afirma que:

“A comunicação em redes digitais distribuídas coloca culturas muito distintas em contato cotidiano. As grandes diferenças do mundo presencial, as diversas perspectivas étnicas e os distintos olhares das classes sociais não desapareceram no ciberespaço. Apesar de as tecnologias da informação dar a impressão de homogeneizar os comportamentos, as atitudes e as finalidades, a comunicação em redes digitais não dissolveu nem aplacou as diferenças”.

Pelo contrário, as diferenças se tornam de certa maneira, o grande eixo que move as pessoas dentro da rede. São os pontos de vista distintos, textos com mensagens também diferentes, que aproximam os internautas. Muitos reforçam esse elo pelo simples desejo de conhecer o outro, os relacionamentos amorosos que se firmam entre pessoas que se conheceram nas redes sociais são cada vez mais crescentes.

Mas as redes não têm somente essas características, de interagir e promover amizades, e relacionamentos mais íntimos. Elas também foram criadas para propagar cultura a partir da era digital, quando mudanças profundas começaram a acontecer no contexto das Universidades que se viram obrigadas a mudar seus modelos de suportes de pesquisas antes pautado no tradicional (livro impresso acondicionado em prateleiras) para bibliotecas digitais<sup>91</sup>. Tão grande foi à adesão de seus usuários, que atualmente é praticamente impossível realizarem uma pesquisa sem acessá-las. Tal adesão se dá de maneira assimétrica. Sendo assim Tomáel e Marteleto (2013, p.247) afirmam que as redes existem apenas em situações de assimetria ou incongruência. Se não, nenhuma rede seria necessária, os pares simétricos podem se comunicar, mas pares assimétricos devem “se enredar”.

Machado e Tijiboy (2005, p. 2) apresentam uma visão ampliada da rede que ultrapassa seu próprio espaço para adentrar outro antes não conhecido e agora criado: *softwares* sociais<sup>92</sup>.

E preciso explicar que os canais de comunicação e seus suportes tecnológicos, embora necessários para o funcionamento das trocas comunicativas, não devem ser confundidos como sendo a própria comunidade virtual. No ramo das redes sociais surgem os *softwares* sociais que funcionam como um sistema orgânico que reúne diversas comunidades virtuais.

---

<sup>91</sup> Na educação, a participação em comunidades virtuais de debate e argumentação encontram um campo fértil a ser explorado. Através dessa complexidade de funções, percebe-se que as redes sociais virtuais são canais de grande fluxo na circulação de informação, vínculos, valores e discursos sociais, que vem se ampliando, delimitando e mesclando territórios. Entre desconfiados e entusiásticos, o fato é que as redes sociais virtuais são convites para se repensar as relações em tempos pós-modernos (MACHADO; TIJIBOY, 2005 p. 3)

<sup>92</sup> Os softwares sociais são programas que funcionam como mediadores sociais e que favorecem a criação de redes de relacionamentos através de espaços onde o usuário pode juntar pessoas do seu círculo de relacionamentos, conhecer outras que compartilhem os mesmos interesses e discutir temas variados, construindo diferentes elos entre os “eus” privado e público. Tijiboy (2005, p. 2)



Vale citar ainda que os *softwares* sociais se constituem atualmente de um importante mecanismo para garantir a privacidade daqueles grupos com os demais internautas. Tais grupos também garantem que assuntos específicos dos integrantes possam ser facilmente divulgados e visualizados simultaneamente por todos<sup>93</sup>. Os assuntos específicos, dizem respeito sobre tudo às trocas de informações sobre pesquisa e divulgação de projetos científicos, como veremos a seguir.

Com base na observação de que a noção de Rede oferecida na sociedade moderna referindo-se aos sistemas de relações, voltadas para a associação entre redes sociais e de poder, é que as tais associações são inseridas em diversas áreas de conhecimento com diversos fins.

Desde então sua materialização mesmo que virtual, tem ocorrido de maneira muito rápida e intensa, de modo que, um simples dia sem acesso às redes (para quem é acostumado a acessá-la cotidianamente) gera um volume muito grande de informações. Nessa perspectiva, a concepção de rede que os internautas têm hoje é imensamente maior do que daquela quando esse meio surgiu<sup>94</sup>. As redes sociais independente de onde estejam têm como propósito interligar pessoas nos mais diferentes espaços<sup>95</sup>. Tal fato justifica a nomenclatura “ciberespaço”.

Há alguns anos, as redes sociais eram consideradas o futuro da Internet, e atualmente elas apresentam ampla capacidade de comunicação e conexão social, que viabiliza uma transição de informações de escala considerável. Tal volume se distribui por diversos assuntos, como notícias, trabalhos acadêmicos, uma infinidade de artigos científicos, curiosidades, dicas do cotidiano e também o dia a dia dos usuários e celebridades.

---

<sup>93</sup>De certa forma os grupos criados nas redes sociais atuam como uma espécie de disseminador e possui uma característica peculiar: o fato de propagar a mesma mensagem simultaneamente, evitando assim que se tenha que repetir a mesma coisa a todos os membros do grupo. Os *softwares* sociais funcionam a partir do cadastramento de um usuário que convida amigos ou outros usuários para participarem; esses, por sua vez, fazem o mesmo e, assim por diante, formando uma rede de conhecidos entre si. Alguns sites só aceitam novos associados mediante indicação, outros cobram pela utilização de alguns serviços. Cada *software* desenvolve recursos e serviços diferentes para formar suas redes segundo objetivos específicos. (MACHADO; TIJIBOY, 2005 p. 4)

<sup>94</sup>Nesse contexto de relação com o espaço, com a sociedade, é possível conceber as redes como fios isolados que se ligam uns aos outros. Assim, é impossível compreender a rede a partir da análise de fios isolados, cabendo levar em consideração o modo como esses fios se conectam e como mantêm reciprocidade em suas relações, embora em sua individualidade possam se alterar a partir de tensões ou da estrutura interna da própria rede.

<sup>95</sup>O crescimento das redes sociais vem contribuindo para desmistificar posições contrárias a esta ferramenta, pois, há relatos em todo no Brasil, de que adolescentes teriam suicidado após suas fotos íntimas estarem circulando pela Internet, o que de certa maneira enfraquece tais meios em razão da velocidade com as informações circulam nele. Por outro lado, seu fortalecimento se dá pela possibilidade do encurtamento da distância, fazendo com que internautas se comuniquem simultaneamente e de maneira bastante rápida, e a informação se dissipa de maneira assombrosa.

Sendo assim ao observarmos o comportamento das conexões nas redes sociais, se pode perceber que não há um único motivo para se fazer interações, equivale a dizer que em princípio os interesses<sup>96</sup> são por afinidades bem específicas, por exemplo, interesses profissionais, espaço de marketing empresarial, interesses em relacionamentos amorosos, interesses em grupos de estudos científicos, e ou em grupo de pesquisadores e disseminação de conhecimento acadêmico, sendo que esses são de maiores interesses para a pesquisa. Como se segue no próximo tópico.

### 3.2.2 A rede social no contexto do ensino e aprendizagem

No processo de ensino e aprendizagem assim como na pesquisa propriamente dita, a assimetria, se dá na busca pelo que se procura, e para tanto é necessário perpassar todo um caminho às vezes curto, e às vezes longo, em caso curto, o acesso é rápido e preciso busca-se exatamente o assunto pretendido, e em caso longo, o acesso se torna demorado por que se faz necessário acessar um site, que te leva à um link, e depois à outros vários sites e links, até que se chegue realmente a fonte que fornecerá a informação desejada.

Com o desenvolvimento da rede o acesso às mensagens se tornaram mais rápidos a medida que também aumentaram-se os números de trabalhos acadêmicos dentro das Universidades e por conseqüência as publicações e disseminação da informação. Esta rapidez se tornou ainda maior a partir da introdução do recurso para receber os recados pelo celular através de SMS (*Short Message Service*).

Os novos recursos exigem profissionais, que assumam o papel de mediador da informação adaptados a um usuário muito familiarizado com as novas tecnologias. Haja vista que atualmente é possível enviar questionários de pesquisas com disseminação para vários recursos<sup>97</sup>. Faz-se necessário que os profissionais da informação, apresentem-se bem mais próximos das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC), ao utilizarem intensamente os recursos da Internet e atenderem as demandas cada vez mais específicas e urgentes de informação do novo usuário que vem surgindo. O mediador deverá ter também habilidades para mostrar as várias facetas da Rede para os usuários<sup>98</sup>. E um dos maiores

---

<sup>96</sup> O exemplo de inserção de opiniões e liberdade na Internet, mais comumente nas redes sociais. Recentemente houve eleições para governadores dos vinte e sete (27) Estados de constitui o Brasil, e foi amplamente divulgada.

<sup>97</sup> Os recursos que possibilitam emissão de questionários de pesquisas são os computadores, tablets, laptops, celulares, dentre outros. Interessante que a bem pouco tempo as pesquisas em questionários só eram possíveis através papel.

<sup>98</sup> Há alguns anos, as redes sociais eram consideradas o futuro da Internet, e atualmente elas apresentam ampla capacidade de comunicação e conexão social, que viabiliza uma transição de informações de escala considerável.

desafios é demonstrar que além de promover a interação, a ferramenta pode ser utilizada em favor da aprendizagem.

Na educação a Rede permite alguns benefícios como o agrupamento de profissionais da mesma área para discussões técnico-científicas, utilidade pública, guia de informação sobre educação e saúde, agrupar vítimas de problemas semelhantes<sup>99</sup>, ao propiciar uma interação que pode auxiliar essas pessoas com o compartilhamento de suas experiências além de aproximar aqueles tinham perdido contato pessoal.

As redes sociais apresentam-se com várias funções senão a de bater papo e/ou expor pontos de vistas e imagens no *Facebook*<sup>100</sup>, por exemplo. Elas podem se constituir em plataformas para discussão de determinados tópicos lançados em fóruns que podem ser totalmente debatidos e compartilhados, além de divulgação e promoção de congressos, seminários, artigos de periódicos, encontros científicos, blogs com publicações específicas da área, dentre outros.

Para viabilizar esse tipo de interação, existem ferramentas potentes dentro da Rede como, por exemplo, a Web 2.0<sup>101</sup> que permite aos indivíduos estabelecerem perfis públicos ou semi-públicos dentro de um sistema fechado, elencar outros usuários com os quais se podem compartilhar conexões, ver e pesquisar as listas de conexões dos demais usuários, assim bem como inteirar-se através de conexões feitas por outros usuários dentro do mesmo sistema.

Com o surgimento da Web 2.0 muitos sites passaram a serem plataformas onde os usuários podem contribuir com o seu conhecimento para o benefício de outros utilizadores e visitantes. Nesse sentido, a Web 2.0 viabiliza em maior proporção a disseminação do conhecimento, fazendo com que o cenário seja impacto no tramite da informação impactando também muito positivamente na educação.

De acordo com Allegretti et al (2012, p. 54) algumas vantagens do serviço podem favorecer o uso educacional como por exemplo, facilidade de conversação, auxílio na diminuição das relações hierárquicas de poder entre professores e alunos, e ainda promove a melhora do nível de relacionamento, suporte e interação entre alunos, ao romper com o

---

Tal volume se distribui por diversos assuntos, como notícias, curiosidades, disseminação de trabalhos acadêmicos, artigos científicos, dicas do cotidiano e também o dia a dia dos usuários e celebridades.

<sup>99</sup> Como por exemplo, a questão dos direitos autorais de uma obra, ou a patente de uma invenção, e até mesmo, consumidores que têm problemas com compras *online* e precisam recorrer a um órgão competente para solucionarem suas questões.

<sup>100</sup> A Rede social Facebook será discutido mais amplamente no próximo tópico.

<sup>101</sup> Web 2.0 é um termo usado para designar uma segunda geração de comunidades e serviços, tendo como conceito a Web e através de aplicativos baseados em redes sociais e tecnologia da informação. Foi criada em 2004 pela empresa americana *O'Reilly Media*. Este assunto será amplamente discutido mais adiante.

discurso limitado do aluno-professor; Há a possibilidade de substituir sistemas de gerenciamento de aprendizagem (*Learning Management System*) formais como o *Moodle* e *Blackboard*, por exemplo.

Além da substituição dos sistemas, é possível viabilizar mais intensamente a interatividade e ampliar a capacidade de pensar numa aprendizagem com currículo flexível, transgredir o tempo e espaço formal, assim como oferecer novas formas de tratar a informação e o conhecimento no âmbito da pesquisa.

Não se pode deixar de mencionar que a tecnologia móvel, que assim como a Rede, veio para ficar. É a ferramenta que tem constituído numa nova forma de relação do homem com o mundo do trabalho e, portanto afeta as relações professor/aluno e o mundo acadêmico.

No tocante à formação regular e também profissional nota-se que os jovens, futuros profissionais do mercado da informação e da comunicação devem se capacitar continuamente para atenderem as demandas de diferentes solitudes dos usuários.

Santaella citado por Allegretti et AL. (2012, p. 55) ao tratar sobre a tecnologia móvel, cita que a mobilidade, tanto no sentido de portabilidade, quanto de acesso à informação e principalmente a mobilidade das pessoas mudam a relação entre a informação e o mundo. Em outras palavras, o usuário consegue se comunicar com outrem sem que, contudo esteja conectado numa máquina fixa ligada a um cabo de rede.

Ainda no que concerne a educação e a tecnologia móvel, se pode dizer que além de aproximar professor e aluno ela permite que o processo de pesquisa se torne mais acessível<sup>102</sup>. A tecnologia móvel e a convergência das mídias desterritorializaram o espaço educacional institucionalizado, e resignificaram os atores envolvidos na aprendizagem. Todo esse processo induziu a organização curricular e administrativa a serem convidadas para o redesenho, pois os *mobiles* como celulares, *Ipad*, *Iphones* trazem a conectividade para qualquer lugar. (ALLEGRETTI et al 2012, p. 55).

Como se pode observar, o homem contemporâneo está conectado às redes sociais e estabelece com elas uma espécie de simbiose, cuja separação é praticamente impossível. E evidentemente que toda essa transformação da tecnologia provoca modificações comportamentais em qualquer ramo de negócios, e no mundo acadêmico não poderia ser diferente. Tal cenário pode ser constatado nos milhares de usuários estudantes ou não, que

---

<sup>102</sup>A maioria dos aparelhos celulares possuem recursos para acessar a Internet viabilizando assim o acesso a um universo de informações do mundo acadêmico através de diferentes portais, sites, e links.

estão conectados em todo o mundo no qual a faixa etária é impossível de estabelecer, uma vez que o processo envolve tanto crianças, quanto adultos e idosos.

Fato é que a rede social trouxe formas de presentificar o mundo para a nossa casa, temos acesso a qualquer coisa que quisermos a qualquer hora em qualquer lugar, cada vez mais o mundo é lugar e lugar é o mundo, as redes sociais como meio técnico científico e informacional, permitem que o homem sinta o mundo como um lugar de pertencimento, um lugar onde nós nos reconhecemos o que tem a ver com a conexão, se você está em determinado lugar qualquer que seja ele, mas estar conectado a rede estará em conexão com o mundo. O simples ato de conectar é um encaixe que permite que, os territórios conectados virem um mundo em conexão, e tal processo de conexão se dão mediante a informação instantânea, no exato momento em que o fato acontece, uma tendência cada vez mais comum, uma vez que a bem pouco tempo atrás sem a Internet esse processo não era possível a não ser que, por exemplo, alguém estivesse viajando e visitasse determinado lugar e ao regressar, nos contasse ou relatasse o roteiro da viagem e trouxesse fotos.

Por outro lado, a explosão de informação, ao mesmo tempo em que possibilita uma conexão instantânea com o mundo, deixa claro que não sabemos lidar com tantas informações sem um mediador, mediador como profissional da informação<sup>103</sup>, o papel do bibliotecário mediador da informação, e do professor mediador da informação se conjuminam enquanto ensino aprendizagem. No caso especificamente do mediador bibliotecário este, por possuir a expertise, adquirida em sua formação acadêmica, já se encontra intrínseco no processo exatamente por ser dominador da especialidade em biblioteconomia, o que sem dúvida denota um grande valor agregado à informação, possibilitando o intermédio entre o usuário e a informação habilitado, portanto, a cobrir esse nicho de demanda cada vez mais crescente para atuar na biblioteca do futuro.

O mesmo processo é o que acontece com o professor mediador no processo de ensino e aprendizagem, embora o aluno tenha um grande e irrestrito acesso a Internet e possa obter quaisquer informações do seu interesse no que tange a aprendizagem ele necessita do professor mediador munido de procedimentos pedagógicos apropriados e com foco na aprendizagem. Um bom exemplo é a metodologia da educação à distância, na qual consiste o processo de ensino e aprendizagem a presença de um tutor para a administração das disciplinas para acessar informações.

---

<sup>103</sup>O que tange ao profissional da informação mediador, é assunto que muito nós interessa aqui em nossa pesquisa.

As redes sociais como dissemos, vieram alterar vários cenários sociais, não só o da educação a distancia, mas também na educação ensino aprendizagem e pesquisa acadêmica, o que nos induz a expor especificamente como isso se dá em uma rede social que parece ser pelo menos até os dias atuais a mais crescente no mundo, o *Facebook*.

### 3.2.3 A especificidade do *Facebook*

A história da humanidade é permeada, principalmente pelos avanços da tecnologia, alguns acontecimentos podem ser considerados, como pontuais nessas chamadas transições, e as redes sociais são um marco na nossa era, como dito antes.

Com o surgimento do ciberespaço, os meios eletrônicos e a disseminação vertiginosa da informação, a caminhada para o mundo digital parece ser sem volta. Cabe-nos destacar que devido às localizações geográficas nem sempre foi possível a comunicação e a interatividade como acontece atualmente, e a Internet claramente que muda esse cenário na medida em que diminui essas distancias utilizando o sistema online, em tempo real. Vale mencionar que, o crescimento chega a números impressionantes estima-se que segundo o (IBOPE)<sup>104</sup> Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística, o Brasil é o 5º país da América latina em numero de acessos à Internet, e o número de pessoas com acesso, chega à 105 milhões de pessoas.

Depois do advento do e-mail, as listas de correios, seguindo-se para as salas de chats, *Orkut e Facebook, Youtube, Twitter* entre outros, as redes sociais ganham grande destaque, entram em cena com força total no século vinte e um, e aparece como um fenômeno social jamais visto antes. Segundo CÁCERES (2011, p.177) existem vários tipos de redes, as redes educativas, redes profissionais, redes de inovação, redes de entretenimento, redes cidadãos, redes de socialização, entre outras (tradução nossa). Citamos aqui o *Orkut*, somente a título de informação e devido a sua grande repercussão. Segundo, GOULART, PROGLHOF JR.(2013, p.3) o *Orkut* foi o mais antigo serviço de rede social virtual em atividade no Brasil até o final de 2011, quando foi ultrapassado pelo *Facebook* em número de acessos diários e em quantidade de usuários cadastrados.

Com toda a diversidade de interesses, é natural que haja muitas redes, mas o que se mostra muito interessante é o fenômeno do *Facebook*, o qual se tratará mais de profundidade,

---

<sup>104</sup> IBOPE é instituto de pesquisa no Brasil, trata-se da maior empresa latino-americana de pesquisa de mídia, o IBOPE Media é especialista em soluções de audiência e monitoramento de meios de comunicação, estudos sobre hábitos e atitudes dos consumidores e serviços analíticos para apoiar decisões de negócios de mídia. Possui operações em 14 países da América Latina e um escritório comercial em Miami. O IBOPE Media tem parceria com as duas maiores empresas globais de pesquisa de mercado: Kantar Group e Nielsen Company.

pois ele ganha um maior destaque, depois do encerramento do *Orkut*. Sendo assim o *Facebook* é a rede social mais crescente nos últimos anos dentro do que se pode chamar de novas tecnologias de informação e comunicação.

Observa-se que as redes possuem algumas características, normalmente estão organizadas por interesses comuns, por exemplo, interesses profissionais, interesses de amizades, por grau de parentesco, intercâmbios estudantis, roteiros de viagens, relações amorosas, compartilhamento de crenças, conhecimentos intelectuais, e experiências científicas, dentre outras. Claro que as redes sociais com características de conhecimentos e pesquisas, tem um campo de investigação mais abrangente normalmente gerenciados por instituições, mas, não necessariamente.

Há alguns dados do *Facebook* que segundo CÁCERES (2010, p. 178) são bastante curiosos, o *Facebook* nasceu em 2004 e somente até 2011 tinha 500 milhões de usuários, mais da metade navega todos os dias, desde então tem crescido 250 milhões de usuários ao ano, e 10% desses usuários atualizam seu perfil todos os dias. Por análise é perceptível que a utilização da plataforma *Facebook*, se tornou um fenômeno legítimo também de inclusão social, uma vez que atinge a sociedade em toda a sua completeza, melhor dizendo, é possível que todas as classes, as mais e as menos favorecidas tenham acesso ao *Facebook*.

Assim com um crescimento maior que qualquer outra rede social existente o *Facebook* se destaca. A construção de um perfil no ciberespaço é bastante simples e pode ser feita por qualquer pessoa que tenha um mínimo de conhecimento e manuseio em computadores, o perfil pode ser público ou semi-públicos você tem condições de limitar as pessoas que terá ou não acesso ao seu grupo de amigos, e as suas publicações, sejam elas em formas de comentários, fotos, imagens ou outro, os usuários têm a opção de curtir, comentar, e ainda compartilhar as postagens da sua rede de amigos, há um sistema de bloqueio para pessoas não desejadas, e bloqueio de publicações de pessoas do seu próprio grupo que publicam coisas que não são do seu interesse.

O Facebook constituiu-se em um espaço que as notícias veiculam em tempo real é bastante atualizadas, há formação de grupos que fomentam políticas sociais, promovem assuntos de ordem social, de caráter profissional, e sobremaneira grupos de professores e alunos que manejam trabalhos acadêmicos. Certamente que a plataforma Facebook, abrange a maioria das massas, pois as pessoas o acham divertido e acessível, além de promover os relacionamentos promove amplamente à cultura e é totalmente gratuito.

O compartilhamento dos assuntos é muito amplo entre os grupos e a divulgação da informação é rapidamente comentada, onde os usuários podem expressar-se de modo livre,

expondo suas ideias, e suas opiniões sobre todo e qualquer assunto, fica explícito que um usuário da plataforma *Facebook* tem uma relação de prazer na qual está inserido, é como se a vida real tivesse expansão da vida virtual.

Percebe-se que o ciberespaço, conta com uma certeza, a subjetividade do usuário, uma nova cultura contemporânea que emerge de uma forma jamais vista, melhor dizendo, há uma complexidade no usuário que muda o tempo todo. A rede social que possibilita a interação de qualquer pessoa a qualquer outra em qualquer parte do mundo é mesmo um fenômeno sem precedentes.

As redes sociais estão se formando como verdadeiros espaços de constituição das relações humanas, o processo parece configurar uma convivência pacífica entre a grande maioria dos usuários, as pessoas são sempre gentis e animadas. Diz-se que é o espaço que todos falam bem de todos, e as fotos postadas são as que as pessoas estão mais produzidas, e visualmente perfeitas<sup>105</sup>. Assim a rede no ciberespaço tem se tornado bastante cordial.

Segundo CÁCERES (2010, p.181) o software em forma de conteúdos determina o que é permitido na arquitetura da plataforma, o ciberespaço é constituído de diversos espaços e configurados segundo diversos formatos, assim essas arquiteturas prescrevem o que se pode ou não se pode fazer na rede, trata-se de regulação do software, o autor afirma ainda que:

O serviço de redes sociais reforça a comunidade social, e ao mesmo tempo a enriquece. Não se trata de uma grande revolução de convivência humana como sonham os tecnofílicos, sim de uma plataforma de sociedade que a web não havia tido até hoje com esta extensão. (tradução da autora)<sup>106</sup>

Em outro ponto de vista pode-se constatar que nem tudo nas redes sociais é positivo, vale lembrar que há pessoas que acessam a Internet por tempo muito prolongado, causando uma dependência de rede social, há casos também que os conteúdos abordados são demasiados supérfluos, e superficiais, outras vezes há um exibicionismo exagerado, sem contar que as relações são frágeis e efêmeras, forma-se e desforma-se como muita facilidade.

Agora do ponto de vista da comunicação, as redes sociais estão se tornando imbatíveis haja vista que o ciberespaço se consolidou o novo espaço de difusão da informação, o autor acima citado chamou-o de nova ecologia humana. Interessante notar como pouco a pouco o

---

<sup>105</sup> REGINA CASÉ, atriz escritora e apresentadora brasileira do programa televisivo “Esquenta”. Comparou o facebook, com a sala de visitas virtual da nossa casa, quando você recebe visitas, mostra somente as coisas mais bonitas e organizadas da sua casa, para que todos tenham uma boa impressão de você.

<sup>106</sup> Y esa es la noticia, el servicio de redes sociales refuerza la comunidad social, y al mismo tiempo la enriquece. No se trata de una gran revolución de la convivencia humana como sueñan los tecnofílicos, sino de una plataforma de sociabilidad que la web no había tenido hasta hoy con esta extensión. CÁCERES (2010, p.181)



mundo do ciberespaço vai se firmando e agregando um a um, formando cadeias entre as pessoas comuns e personalidades todos ligados por apenas um clique. O ciberespaço se movimenta de tal forma que vem fazendo com que a era digital nesse século seja a que mais tem mudado o mundo. Parece mesmo não ter limites o fenômeno da rede social.

Assim não só os sistemas de comunicação são transformados, mas também os sistemas sociais, impelidos pela massiva população com acesso a informação que se veicula através das redes sociais. A mudança abrange a economia e a política de maneira globalizada, pois, a interação é muito rápida, veemente, e extensamente complexa.

As pessoas que procuram manter-se fora do espaço virtual, estão sendo meio que incitadas a conhecer o mundo virtual, são os chamados excluídos digitais<sup>107</sup>, isso devido há alguns serviços ao cidadão que passam a ser inteiramente virtuais como por exemplo, serviços de banco, o que faz com que de uma forma ou outra o cidadão se veja obrigado em um dado momento conectar-se ao ciberespaço.

Observa-se estar emergindo um novo processo cultural, onde o coletivo é mais forte que o individual, há a necessidade da conexão ao mundo virtual, fala-se do mundo do futuro, o mundo completamente dominado pela tecnologia. O nosso cotidiano vive em constante mudança devido à interação no ciber mundo. Não apropriado negar a existência de dois mundos, o mundo virtual e o mundo real, o maior paradigma parece ser lidar e conviver com as distâncias que separam esses dois mundos.

Ainda sobe a análise da rede social o Facebook, este denota ser um espaço demasiado complexo, no que tange ao individual e ao público, pois ao mesmo tempo em que é usado individualmente para exposição de si mesmo, ou para distração e prazer, também é um espaço público para fomentar a política, e o comércio através de propagandas, informações de interesses completamente divergentes mas que se processam em formado de construção de uma cultura completamente nova.

Sabe-se que as redes sociais tem mudado a forma de ver e lidar com o mundo o qual se esta inserido, inclusive no universo acadêmico ao que tange o ensino e aprendizagem, no entanto não se sabe ao certo onde esse caminho vai chegar, vive-se em um turbilhão de mudanças as quais tem que se adaptar todos os dias, e o que se tem como certo é somente essa evolução do ciberespaço, e se mostra bastante vertiginosa. Não só a rede social *Facebook*, ganha destaque, é necessário fazer uma abordagem também sobre as publicações em *blogs*.

---

<sup>107</sup> Assunto debatido no capítulo 2

### 3.2.4 A especificidade dos *Blogs*

Tanto quanto o *Facebook* o *blog* tem se mostrado uma ferramenta demasiada interessante, e também nos interessa analisar, uma vez que os blogs são constituídos de espaços de disseminação da informação inclusive com bastantes publicações nas áreas acadêmicas.

Ao falar-se especificamente sobre os blogs, nos sentimos impelidos a associar alguns assuntos que permeiam as redes sociais já que estas são teoricamente o retrato da sociedade ou pelo menos é o que se pensa, claro que qualquer afirmação nesse sentido é especulativa e bastante subjetiva. Por esta razão se tratará da liberdade de expressão visto que a escrita na Internet é o principal objetivo de um *blog*.

No Brasil, foi a partir dos anos 2000 que segundo KOMESU (2010, p. 344) os *blogs* começaram a ter notabilidade como nova tecnologia de comunicação. Logo foi considerada uma ferramenta de alta expressão pela facilidade de manutenção, de atualização, e também porque poderia servir como diário íntimo, pois em princípio se pode colocar qualquer conteúdo no seu próprio *blog*. Com o passar dos anos os conteúdos dos *blogs* estão sendo utilizados para fins profissionais mediante a propagandas em sua maioria são mercadológicas, que oferecem serviços personalizados, abriu-se um nicho de mercado altamente explorado, de comunicação e informação.

Segundo mesmo autor em 2006 surge o *Twitter*, outra ferramenta da rede social, utilizada para enviar e receber contatos, e as mensagens podem conter até 140 caracteres, o *Twitter* consiste em informar em tempo real o que você estiver fazendo no momento da postagem, é a exposição da sua vida privada de modo consentido, tão naturalmente aceito que muitas vezes nem se cogita os benefícios e os malefícios dessa exposição. Como benefício se pode citar a questão da informação tão rápida como a luz, e malefício se podem dizer da tal intensa exposição da intimidade o que muitas vezes nem incomoda o usuário exposto.

Na maioria das vezes busca-se a visibilidade antes obtida somente por artistas famosos, hoje é comum qualquer pessoa expor seu dia a dia como se fosse uma celebridade para chamar a atenção e atrair seguidores. Nota-se que em sua maioria, não são considerados os riscos dessa chamada visibilidade e como se trata de comportamento, as opiniões vão depender do contexto da sociedade na qual o sujeito esta inserido.

Agora do ponto de vista da modernidade, GIDDENS (1991, p.27) diz que O advento da modernidade arranca crescentemente o espaço do tempo fomentando relações entre outros

ausentes, localmente distantes de qualquer situação dada ou interação face a face. Nunca em tempo algum se soube das notícias tão rapidamente como nos dias de atuais, outro fator a considerar não menos importante é o fato de que a conexão com todo o planeta é absurdamente interessante. Rompem-se as barreiras geográficas tanto faz que você esteja no Brasil ou no Japão a informação acontece em tempo real, no momento em que esta acontecendo. Giddens chamou de fantasmagórico o lugar e o espaço completamente moldados em termos de influências sociais.

A subjetividade apontada envolve o comportamento em sociedade, e como dito antes é uma tendência social das redes. Entretanto também merece igual valor a abordagem das redes, voltada à linguagem e a escrita.

Voltando aos *blogs* os quais são os mais variados possíveis dentre eles podemos destacar, educação meio ambiente, moda, informática, culinária, profissões, empregos, economia, política, música, artes, mídias, dentre outros, realmente trata-se de um fenômeno. O livre acesso de conteúdos possibilita que os usuários abordem quaisquer assuntos do seu interesse, ou ainda exponha publicamente o cotidiano de sua vida, histórias pessoais consolidando a Internet como verdadeiro espaço de integração. Nesse contexto a linguagem e a escrita fogem a norma culta uma vez que qualquer usuário independente da formação, ou quaisquer outros requisitos, têm direito a esse espaço.

Não há norma determinada ou pré-determinada que possa ser seguida no espaço virtual das redes sociais, que é um meio de integração e como tal estabelece-se uma linguagem própria, os blogueiros e tuiteiros utilizam a prática da escrita digital, mas não só a escrita, utilizam-se outras simbioses, tais como, som, imagens, animações, cores e *design*. Pode-se dizer que não há ordem para o discurso, FOUCAULT (1970, p. 59) Diz que:

De sorte que o tênue deslocamento que se propõe praticar na história das ideias e que consiste em tratar, não das representações que pode haver por trás dos discursos, mas dos discursos como séries regulares e distintas de acontecimentos, este tênue deslocamento, temo reconhecer nele como que uma pequena e talvez odiosa engrenagem que permite introduzir na raiz mesma do pensamento o acaso, o descontínuo e a materialidade.

A falta de ordem do discurso, entretanto não coíbe a comunicação, pois, percebe-se uma dependência de relações entre os sujeitos e as práticas que embora sejam verbais e não verbais, pressupõem um processo dialógico que emerge do contexto social e histórico. As regras são baseadas nas representações do discurso, e também das relações de classes como descritas pelo materialismo à que se refere acima Foucault.

A complexidade ganha espaço na medida em que as práticas do discurso se referem a modelos de identidade, o sujeito segundo (Komesu, 2010, p. 348) diz que com o surgimento dos *blogs* o sempre citado exibicionismo e o desejo de visibilidade na sociedade, o voyeurismo<sup>108</sup> proveniente da solidão, a possibilidade de se expressar com liberdade e para o público, o estabelecimento de uma relação de confiança entre diarista e o leitor, se a distância física for o fator de desinibição para quem escreve. A autora chama a atenção para o fato de que questões como a solidão, a interação de usuário e computador, também devido a possibilidade de se expressar sem amarras, e a não presença física do leitor, torna o discurso mais livre, diz-se que a racionalidade está em grandes estratégias anônimas.

Há um consenso entre os estudiosos, KOMESU (2010), OLIVEIRA (2002) que denotam os *blogs* com o traço principal, o de ser escrito com a intenção de ser publicizado, sem a necessidade de intermediários para sua veiculação. Sendo assim só faz sentido o discurso que é publicado e que recebe o maior número dos chamados comentários. As oportunidades de falar nos *blogs* são apresentadas como infundáveis ou indefinidas, se levar em conta a profusão de tipos de *blogs* existentes. Não se considera critérios de fontes, sendo elas confiáveis ou não o foco parece ser mesmo, se expressar publicamente e globalmente.

A tal de liberdade de expressão da forma como a língua se coloca, usando o Internetês<sup>109</sup>, provoca discussão, pois, é uma realidade, usa-se uma linguagem própria na Internet, trata-se de uma elisão criada especificamente para essa linguagem virtual, que as vezes não é compreendida por se tratar do português não formal. Assim sendo surge práticas concretas de liberdade literal de expressão, fundada sob a égide de uma sociedade contemporânea cujas práticas não podem mais ser ignoradas. Mas há que se destacarem também as implicações jurídicas no sentido de coibir conteúdos inapropriados como palavrões e ofensas de modo geral.

Não é uma terra sem lei, a sociedade se encarrega de escolher o que é ou não pertinente, a credibilidade de um *blog* a sua permanência e, sobretudo o seu sucesso<sup>110</sup> na rede, é medida também pelo número de acessos, não há porque permanecer com um *blog* que

<sup>108</sup> A prática do voyeurismo manifesta-se de várias formas, embora uma das características-chave é que o indivíduo não interage com o objeto (por vezes não cientes de estarem sendo observados) em vez disso, observa-o tipicamente a uma relativa distância.

<sup>109</sup> KOMESU diz que até mesmo o suposto “caos” atribuído a práticas de escrita como o chamado “Internetês” como ficou conhecido o português digitado na Internet em determinados chats, blogs, fóruns virtuais, redes sociais é motivo de controvérsias.

<sup>110</sup> Segundo os manuais de redação de blogs, em circulação pela Internet, recomendam aos usuários que o sucesso do texto eletrônico depende de conjunto de fatores, como: (i) resposta imediata aos comentários enviados por outros blogueiros; (ii) facilitação da leitura do texto do blog, com a inserção de textos não verbais; (iii) utilização de links, para que o endereço eletrônico também seja citado por outros sites; (iv) publicação incessante de textos, com posts enviados a todo o momento.

não tenha acessos, o que faz com que a própria sociedade delimite ou estabeleça os limites. O exemplo da credibilidade do *blog* pode-se dizer que este levanta a questão da fidelidade, o que é ou não verdade nas publicações de determinado *blog*, e no caso acadêmico considera-se a fidelidade das fontes obedecendo praticamente os critérios de confiabilidade observados, por exemplo, em artigos de periódicos científicos.

A questão é bastante debatida até porque, estudos apontam que os *blogs* são espaços de interação e de comunicação, portanto a comunicação científica ocupa a sua parte dentro da World Wide Web, a interface que compartilha e divulga a informação. O espaço virtual também é chamado de *blogosfera*<sup>111</sup>.

Como o acesso a Internet é uma tendência que cada vez se solidifica mais, os *blogs* se destacam por serem mecanismos de interações sociais, ambientes que promovem as trocas de informações dos mais variados conteúdos possíveis, assim estão assumindo um caráter de troca de conhecimentos e aceitos como fontes de informação científicas. O que é uma fonte bastante abrangente do ponto de vista da pesquisa.

E preciso que fique claro que qualquer pessoa com conhecimento ou não de programação, pode elaborar um *blog*. Os *blogs* possuem estruturas e formatos padronizados, o que facilita o seu uso. Essa, talvez, é uma das razões pelas quais esses recursos vêm sendo crescentemente utilizados pelos diferentes tipos de usuários da web. ALCARÁ E CURTY (2008, p.83) abordam os aspectos dos *blogs* que em geral são porções de texto colocadas de cada vez, são atualizados constantemente, quase que diariamente, e seus *links*, imagens e textos são posicionados cronologicamente, a atualização mais recente aparece no topo do *Website*, acompanhada da data e hora da postagem denominada popularmente de *post*.

Os *blogs* apesar de funcionarem, como diários nos quais se podem expor o seu cotidiano, ou como espaço de publicação de ideias, moda, música e outros, também se concebe a sua utilização, como espaços de publicações de informações científicas, troca de experiências científicas, e discussão sobre todos e quaisquer assuntos, uma outra característica dos *blogs* é que podem ser considerados como comunidades virtuais.

Alcará e Curty apud Recuero (2008, p.84) classificam os *blog* em três categorias:

Os diários eletrônicos é um canal de expressão do próprio autor do *blog* e funciona para a publicação do seu cotidiano pessoal, ou qualquer outro assunto do seu interesse. Publicações eletrônicas são comentários sobre publicações noticiadas,

---

<sup>111</sup> A Blogosfera é uma rede representada pela coletividade dos *blogs* publicados no World Wide Web, entendida como um fenômeno social. Forte (2008) diz que o termo *blogosfera* foi cunhado por Brand L. Granham em 1999 para definir o universo dos *blogs* e suas relações como em uma rede social.

opiniões próprias das publicações de determinados assuntos. Publicações mistas são comentários sobre publicações noticiadas, com opiniões de assuntos variados.

Quanto à forma dos *blogs*, elas podem ser assim denominadas blogs individuais, onde somente o criador do blog faz a postagem dos conteúdos, os blogs coletivos, são os que mais de uma pessoa pode comentar os blogs temáticos, que podem ser elaborados de forma coletiva ou individual, e são desenvolvidos a partir de um tema ou uma área específica. Por fim os blogs livres, que priorizam um tema específico, são formas livres de anotações, que englobam criações literárias, comentários pessoais, focos, notícias críticas.

Como dito acima os blogs são citados aqui por causa do seu cunho científico, embora inicialmente tenham sido criados como diário de publicações íntima na Internet. A inovação da Web possibilitou também o seu caráter científico. Segundo Alcará e Curty os espaços dos blogs estão sendo muito utilizados pelos profissionais pesquisadores para fomentar discussões e informações científicas, vale ressaltar que se trata de uma vitrine e que se pensa mesmo que esse possa ser um possível canal de comunicação informal em ambiente Web no processo de discussão das ciências.

Questiona-se a credibilidade das informações científicas nos espaços dos blogs, mas com a adoção do IBSN<sup>112</sup> (*Interntional Blog Serial Number*) pode ser considerado um mecanismo que permite a identificação dos blogs como forma de criar uma identidade. Outra iniciativa que foi criada com o intuito de tratar o blog científica com maior credibilidade foi o surgimento do Anel de Blog Científicos (ABC)<sup>113</sup> busca reunir e facilitar o acesso a um grande conjunto da blogosfera científica em língua portuguesa.

A interação que se consegue em um blog constitui uma forma de comunicação bastante eficiente, pois, usa-se como ferramenta assíncronas, os conteúdos recebem uma organização por data assim os conteúdos vão sendo vistos avaliados e comentados de forma cronológica, permitindo a sistema de busca no processo de recuperação da informação.

Os blogs estão fora dos espaços normatizados ou padronizados e tenta fugir padronização, então o blog vira o espaço da identidade mais justamente, como a língua é viva e questiona-se muito dos erros gramaticais na escrita dos blogs, não se pode confundir as duas coisas uma coisa é a gramática que tenta dar normatização à língua e dá subsistência ao discurso de que as normas são para facilitar a comunicação, mas a gramática acaba se tornando um poder. Pois norma culta é controlada por alguém (o poder) e também SILVA (2005, p.32) Diz que numa sociedade de classes como a nossa, a classe que está no poder e

---

<sup>112</sup> O IBSN surgiu em fevereiro de 2006

<sup>113</sup> Criado pelo laboratório, de divulgação científica (LDC) da Universidade de São Paulo (USP)

que é senhora das relações econômicas de produção, e procura, através de diferentes meios e procedimentos, cegar as pessoas de modo a reproduzir o regime de privilégios ao longo da história. E outra coisa é que a comunicação de uma forma ou de outra acontece.

Ora, o blog é um espaço de expressão que a pessoa quer se expor e imprimir sua opinião, não podendo esquecer que a língua é viva e como tal se movimenta, provocando a comunicação mesmo assim. Há uma tendência de se preocupar com a ortografia e não com o sentido do texto, qualquer indivíduo que acessa a Internet e faz um comentário em um blog reduz palavras, e usa o que o (KOMESU 2010. p.352) chamou de linguagem “Internetês” mesmo tendo quebrado a ortografia, esse indivíduo constrói textos que não estão ligados a ortografia nem a gramática, ele se comunicou pois conforme, regras de manuais disponíveis na Internet, o sucesso de um blog é o número de acessos e a comunicação.

Quanto aos erros ortográficos, eles aparecem dependendo da formação do aluno que por sua vez depende de onde veio a sua prática da escrita, e leitura, se no seu universo ele conviveu com livros revistas e hábitos de leitura, esse aluno é regido pela forma culta da língua, ele aprende ler e escrever, não só na escola mas em todo o seu universo, diferentemente do aluno no qual o universo é sem práticas de escrita e leitura, mas no seu contexto social ele desenvolveu uma forma de comunicação que não a forma culta da língua, e embora não seja empecilho para comunicação, comprometem a educação, educação essa que obriga o cumprimento do Estado de medir conhecimento através das avaliações.

Vale ainda ressaltar que a ideologia da escola também se estende para o livro segundo SILVA (2005, p.3) O caráter estritamente livresco do ensino e as formas autoritárias através das quais os livros são apresentados em sala de aula tendem a contribuir para a docilização dos estudantes, gerando a falsa crença de que tudo que está escrito ou impresso é necessariamente verdadeiro.

“Há a disparidade cultural e social, que é uma realidade no Brasil e a escola acaba por tratar “todos” os alunos como indivíduos que convivem com acesso irrestrito da informação, existe grande parte da população que não têm o referido acesso, o indivíduo vai para a escola em busca de um código social que não pertence a vida dele, aí a escola desempenha um papel importantíssimo pois há a necessidade nesses casos de dominar ferramentas, como a escrita e a postura de estudar, que são ferramentas que se aprendem com o hábito, e que não fazem parte do seu cotidiano. Há ainda o hábito que não é da escola como uma mesa de leitura e um ambiente de silêncio, essa regulação que muitas vezes não existe no cotidiano do aluno brasileiro. O comportamento e a influência social contam muito no aprendizado, hoje no Brasil quem tem acesso a informação sem restrição, possui a grande possibilidade de

formação diferenciada para mais, mesmo não frequentando a escola regularmente, seu contexto social permite acesso a viagens, museus, teatros e intercâmbios culturais que ajudam na sua formação muitas vezes até mais que o ensino regular.

A Internet veio contribuir com a educação, à medida que preenche as lacunas de formação, pois ela proporciona acessibilidade, cultura digital, compartilhamento de conhecimento, possibilidade de o aluno aprender até mesmo a língua portuguesa na forma culta com mais eficácia. Entretanto o grande problema da cultura digital é quantidade de informação, como construir no aluno o hábito da pesquisa para que ele seja um pesquisador, o aluno não precisa mais da figura de um professor para falar a todo momento sobre história, as informações que ele deseja ele procura na Internet, ele precisa sim de instrumentos de história, fazendo emergir daí outro espaço, um lugar central, de socialização contemporânea, de encontros de vivência com as diferenças, o centro da escola parece não ser mais somente o conhecimento, o lugar onde o aluno vai para receber a formação regular dos 4 anos aos 18 anos, idade escolar no Brasil conforme exposto no capítulo 2, efetivamente é um espaço de socialização, são novas necessidades para novo contexto social. Em outra perspectiva, notadamente a vida moderna se escolarizou, há a escola de culinária, a escola de música, a escola de dança, escola de arte, e outros.

A escola tornou-se um espaço de encontro, de socialização, no entanto do ponto de vista do conhecimento, a Internet possibilita muito mais conhecimento, mas para que esse conhecimento seja efetivo é necessária a vontade do indivíduo e ainda, é preciso que esse indivíduo queira principalmente. E o mais importante é que as redes sociais atendam todas as demandas, independente de condição econômica, social ou cultural. Se assim elas forem concebidas, estarão de fato formando cidadãos e cidades digitais<sup>114</sup>.

Mas, nem somente de vantagens é coberto o espaço virtual, como se segue.

### **3.2.5 Os perigos que rondam as redes sociais**

As redes sociais sem nenhuma dúvida são revolucionárias e vieram pra ficar, mas é bom notar as questões negativas do uso indiscriminado de acesso às redes sociais. Não é segredo para ninguém que a utilização das redes sociais não traz apenas benefícios à sociedade se é que se pode denominar assim, percebe-se que há um perigo que ronda a rede

---

<sup>114</sup> A cidade digital, de forma distinta das primeiras experiências de cidades informacionais, abre a possibilidade de uma incorporação social da tecnologia ao permitir uma estratégia de inclusão digital e de garantia do acesso à informação e a gestão do conhecimento. (COELHO, 2010 p. 201)



social, e tal constatação é foco de grandes discussões. Refere-se às questões como o bullying, o racismo, a pedofilia a exposição de fotos não autorizadas, conteúdo impróprios, e do ponto de vista acadêmico é um espaço convidativo para o plágio. Por mais que surjam medidas de coibição aos crimes na Internet como visto no capítulo dois, tais questões estão ligadas mais a postura de comportamento na rede social da existência humana do que tão somente da rede social na Internet.

Assim nesse sentido é bom lembrar também que uma das maiores preocupações entre os pais de adolescentes, é quanto ao tempo que é gasto dos filhos conectados as redes sociais, fato que tem incomodado não somente aos pais mais também a sociedade como um todo, pode se dizer que há adolescentes que se mantém conectados 24 horas por dia. E nem sempre estar conectado a Internet possibilita a comunicação.

A comunicação exige que parte se envolva, e se exponha, o que leva a outro paradigma que parece ser um dilema da sociedade privada, vive-se o drama que não é coletivo, o indivíduo vive uma crise, ele tem que se realizar, vive-se na modernidade e a modernidade exige a auto realização, ora se ele vive em uma comunidade, faz parte da auto realização a aceitação do outro, o grande engodo da modernidade é estar inserido na sociedade, porque para isso exige-se um preço que é aceitar a padronização, seja ela em forma a de beleza, do corpo perfeito, dinheiro, bens materiais ou até mesmo de inteligência. Conforme Freud (1930/1996) ao versar sobre o assunto, ele diz que viver em sociedade implica perder em liberdade para ganhar em segurança, uma vez que os grupos sociais são construídos graças às restrições impostas à satisfação pessoal, sexual e agressiva.

A busca se torna constante, e ela nunca se completa, pois, há a insatisfação consigo mesmo, e tem a ver com o mundo. As limitações geram frustrações que dominam as relações sociais e assim em vez do cidadão sentir-se confortável em meio à civilização, ele experimenta uma sensação de mal-estar segundo, Teixeira e Couto (2010, p.584). Nota-se que a ideia da incompletude, esta sempre nos rodeando, tem-se a sensação de estarmos sempre precisando da opinião do outro.

O filósofo suíço Ailan de Botton, em seu livro desejo de status nos induz a pensar que vivemos tomados de expectativas e o que nos frustra é a não realização dessas expectativas, como discorre a seguir:

O desejo por status é provocado pela recessão, pela sensação de que se é desnecessário, por promoções, aposentadoria, conversas com colegas da mesma área de trabalho, perfis de pessoas proeminentes nos jornais, pelo sucesso dos nossos amigos, entre outras coisas. Da mesma forma que confessar a inveja (com a qual esta emoção está relacionada), revelar a extensão de qualquer desejo pode ser

socialmente imprudente, e, por conseguinte, são incomuns as evidências de um drama íntimo, o qual costuma limitar-se a um olhar preocupado, a um sorriso amarelo ou a uma pausa mais longa ao tomarmos conhecimento das realizações do outro.

A contemporaneidade trás a tona todo esse sentimento, pois a exposição da vida do outro esta nas redes sociais. A Internet acaba dando a visibilidade que borbulha nos nossos vínculos sociais, os meios técnicos impõem relações diferenciadas entre nós, como as centralizações em si próprias assim vão se alterando as relações sociais, e a Internet é o espaço público que não deve e nem pode ser usado sem parcimônia.

A ferramenta exige sabedoria no seu trato e uso para que o espaço seja proveitoso, podendo ser usado para compartilhamentos que definam ideias e produção de textos que tanto podem edificar quanto danificar a sociedade, o que torna o problema muito mais profundo e complexo do que pode parecer.

Trata-se, portanto de comportamento diante da Internet, equivale a dizer que a exposição de si mesmo, toma um grande espaço no cotidiano do usuário online, o acesso as novas tecnologias como os celulares com câmeras possibilita que qualquer cidadão produza um filme, com isso há uma mudança de cenário midiático que influi a vida social de diversas maneiras. No campo profissional, há empresas de recursos humanos que fazem a triagem dos seus candidatos ao emprego através do perfil na rede social, há casos recorrentes em que as policias desmontam quadrilhas de traficantes pelas redes sociais, e ainda se pode citar casos em que a exposição do cotidiano sem a devida parcimônia, faz com que os cidadãos sejam vitimas de sequestros planejados com informações obtidas através das redes sociais na Internet.

Como se pode perceber há a necessidade vital de ficar em evidencia na rede social, ao ponto do usuário nem perceber que essa exposição pode trazer riscos de segurança em sua vida, o que realmente interessa é que o “anônimo” passa a ser protagonista, na medida em que o vídeo por ele produzido e postado tem repercussão, medido através do numero de acessos, o mesmo passa de um momento para outro ao sucesso midiático.

Embora o modo de agir dos internautas seja complexo se pode elencar que o espaço é divertido e criativo, a criação e o improviso entram em cena, ao que (Gomes, 2014, p.126) chama de rede coletiva de desempenho. Diz-se ainda que em uma sociedade altamente midiaticizada, marcada pela incitação generalizada à visibilidade, percebe-se um deslocamento daquele movimento de interiorização, típico da sociedade disciplinar, em direção as novas formas de autoconstrução. Graças ao acesso facilitado aos dispositivos de registro e difusão de imagem, o sujeito chamado comum é envolto no processo de transformação e participação

totalmente subjetivo que evolui e cresce propiciando experimentação acessibilidade que durante anos foram barreiras intransponíveis dessas produções culturais.

Percebemos as transformações culturais que ocorrem de maneira crescente, no que refere-se a exposição de si, tornar a sua intimidade pública, parece ser o interesse do momento, melhor dizendo, o interesse maior da sociedade está em tornar os acontecimentos do seu dia a dia o mais evidente possível diante da mídia. (Gomes, 2014, p.131) Chama a atenção para o estudo da História Cultural ao que também (Burke, 2005, p.18) retrata como padrões de cultura e descreve os pensamentos e sentimentos característicos de uma época.

Um importante deslocamento sai de uma concentração sobre os artistas, escritores e compositores, para uma preocupação também com o público, suas reações e suas recepções das produções culturais. Todos do processo se tornam em dado momento receptor da informação e em outro momento se torna produtor da informação. Esta se tornando comum ser protagonista da sua história, como dito antes, o espaço é de criatividade, quanto mais criativo for o seu vídeo ou imagem, mais vai chamar a atenção do internauta, e dependendo do número de acessos um usuário comum, sai do anonimato para o pódio do vídeo mais acessado da web. (DELEUZE, 1992, p.160) Diz que um conceito não é universal, mas um conjunto de singularidades em que cada uma se prolonga até a vizinhança de outra. De um momento a outro uma postagem de vídeo no *Youtube* se torna o que no Brasil se chama viral<sup>115</sup>.

Analisa-se uma tendência contemporânea que se caracteriza de forma muito complexa, ao mesmo tempo em que chama a atenção do público e se torna bastante acessado, é um sucesso momentâneo que se finda na mesma velocidade em que cresceu contraditoriamente.

Outro ponto que se deve notar é quanto a qualidade da informação acessada, com a mesma instantaneidade que se produz a informação ela também pode não ser de qualidade, o que certamente é uma possibilidade muito concreta à medida que o ciberespaço parece estar sem bússola como diz (RUDIGER, 2014, p. 255) a internet se configura em espaço de muitos interesses. O autor aborda sobre o cenário da modernidade que consiste na estratégia de extrair vantagens financeiras, publicitárias e busca de modelos de negócios. Segundo o autor o discurso é de promover a aceitação e práticas de segurança eliminando o medo, no limiar do fenômeno social é relevante citar que a internet quebrou o monopólio da formação da memória e do exercício da narrativa coletiva. A liberdade da mídia utilizada por uma gama infinita de usuários no mundo possibilita que todos sejam capazes de produzir informação.

---

<sup>115</sup> Viral é quando o vídeo alcança milhares de acessos.

O que parece ser um confronto para a publicidade tradicional, agora toda a coletividade participa ativamente da indústria cultural, qualquer cidadão pode ser o próprio escritor da notícia.

“A internet se revelou um mega espaço público onde qualquer um tem voz e pode falar por si mesmo [...] os mecanismos de auto-organização e de livre troca de saber criados pelos usuários surgidos com as primeiras apropriações cotidianas da rede acabaram por se chocar contra o projeto estatal e corporativo que viabilizou a www em meados dos anos 1990, mas, não obstante, lograram para afluir para o novo ambiente, passando a ser combustível das lutas biopolíticas no ciberespaço com que se abriu o século 21. RUDIGER (2014, p. 258).

Assim a ilustração denota a vulnerabilidade da informação em se tratando de pesquisa científica, uma vez que se detecta que as publicações em sua maioria tem cunho mercadológico, não se importando muito com o que é ou não verdade, seria interessante também precaver-se quanto à qualidade das informações científicas encontradas no ciberespaço.

Ora é tácito que na rede conecta pessoas e pessoas são subjetivas e complexas, sendo assim não podemos dar um formato definitivo de comportamento na rede. O que se pode efetivamente deduzir é que o espaço é proveitoso como fonte de acesso online da informação, e como tal, deve ser usado com adoção de critérios até para fazer pesquisa científica.

As fontes devem ser observadas de uma maneira ampla, para deixar o pesquisador seguro ao efetuar suas buscas, tanto a informação quanto o mediador da informação devem ser confiáveis, requisitos primordiais de acesso às fontes, assim como é também a biblioteca virtual digital e ou eletrônica assunto a ser abordado a seguir.

### 3.3 BIBLIOTECAS VIRTUAIS E OU DIGITAL

As transformações tecnológicas e as recentes concepções de gerenciamento de recursos de informação, pontualmente as fontes de informações no ciberespaço, estão causando mudanças nos modelos tradicionais de bibliotecas e mudando também os procedimentos de busca da informação. A principal delas é a substituição do termo biblioteca fixa na qual o interessado se desloca até ela para realizar uma pesquisa, já a biblioteca virtual que se apresenta como uma opção para ampliar as condições de busca, disponibilidade e recuperação das informações de maneira globalizada, qualitativa, pertinente e racional,

viabilizando ao mesmo tempo, o acesso local ou acesso remoto, com base nas redes de telecomunicações disponíveis.

### 3.3.1 Conceitos de bibliotecas virtuais e digitais

A Biblioteca é a fonte de informação mais antiga de que se tem notícia, e nas duas últimas décadas vem se transformando, tornando-se virtual e ou digital, processo que merece uma análise mais consistente. Uma abordagem sobre os conceitos parece ser de grande importância para o completo entendimento dessa fonte tão usada em todos os tempos. De acordo com Carvalho e Lucas (2007) entende-se por biblioteca virtual aquelas que disponibilizam serviços e produtos *online* que antes só eram possíveis de ser acessada ou solicitada na forma tradicional, a biblioteca virtual só existe por que antes dela há uma biblioteca tradicional, que oferece ou ofereceu serviços tradicionais<sup>116</sup>.

Levacov (1997) ao discorrer sobre o conceito de biblioteca virtual recorre ao ponto de vista, de que a biblioteca virtual significa a troca de informações por meio da mídia eletrônica e pode envolver uma ampla variedade de aplicativos, os quais incluem desde os que utilizam caracteres ASCII, até os que incluem dados baseados em tempo (como vídeo, áudio, animações, simulações etc.). O autor diz que uma das mudanças que ocorrem nos documentos virtuais trata a princípio dos conceitos de lugar e tempo, que se torna auxiliar uma vez que o documento poderá estar em qualquer lugar a qualquer hora.

Já Zanget et.al (2000) citado por Ohira e Prado (2002) conferem o conceito de biblioteca virtual com o de uma biblioteca no seu aspecto ambiente físico. Desse modo, ao se referirem à biblioteca virtual a classificam como aquela que não existe fisicamente. Também Rooks citado por Ohira e Prado (2002) cita que a biblioteca virtual é a aplicação universal e de avançada computação com alta velocidade e capacidade de teleprocessamento para acessar e proporcionar os recursos de informação.

No pensamento de Marchiori (1997) a biblioteca virtual, para existir, depende da tecnologia da realidade virtual. Melhor dizendo, um *software* próprio unido a um computador sofisticado capaz de reproduzir o ambiente de uma biblioteca em duas ou três dimensões,

---

<sup>116</sup>A biblioteca virtual está inserida num amplo contexto de discussões no qual se procura não somente uma efetiva consolidação para esta ferramenta como também uma maneira de torná-la instrumental significativo para seus usuários. Assim, Marchiori (1997) reforça que a sobrevivência da biblioteca e o efetivo exercício de suas atividades dependem não somente de boas ideias sobre as mudanças apropriadas, mas de cuidadosa atenção sobre como esta mudança será implementada e gerenciada.

criando um ambiente de total imersão e interação. O autor a conceitua como aquilo que não existe de fato. É a representação eletrônica de algo real.

Candela et. al. (2007) cita que a biblioteca virtual tem como características: conteúdo (dados e informação); usuários; funcionalidade (oferecida pela biblioteca digital); qualidade (associada a outros conceitos); política (regras e condições); arquitetura (mapeamento da funcionalidade e conteúdo da biblioteca digital em componentes de hardware e software).

Os autores Pereira & Rutina<sup>117</sup> (1999) ampliam o conceito ao considerarem a biblioteca virtual como aquela que proporciona a todos ou a maior parte dos serviços de uma biblioteca tradicional, inclusive o acesso aos textos dos documentos. O modelo somente existiria de forma latente (como a imagem fotográfica, registrada no negativo, mas ainda não revelada), mostrando-se à medida que, lançando mão dos recursos disponíveis na Internet, com o emprego dos vínculos de hipertexto, o usuário fosse colhendo, aqui e ali, as informações do seu interesse.

Apesar de existirem diferentes tentativas de se formular um conceito para biblioteca virtual, Tamaro e Salarelli (2008) concordam que pela combinação das diversas definições de biblioteca digital tornam-se evidentes os elementos essenciais que as compõem: o usuário que pode ser entendido como o público em geral e como usuário individualizado, do qual a biblioteca precisa conhecer as necessidades específicas e as diversas atividades; os conteúdos, ou melhor, os objetos digitais, organizados e estruturados nas coleções digitais segundo normas próprias e distribuídos na Rede, e os serviços de acesso são constituídos pelas interfaces ou serviços mediados pelos profissionais da informação.

Embora se forme por elementos da modernidade no qual se destaca o computador e a internet, algumas características da biblioteca virtual tem sua origem com a invenção da imprensa em 1840 quando se pensou em reunir em um só local ou localidade os documentos existentes em pergaminhos. A partir de então, o pergaminho foi substituído pelo papel, papiro e outros formatos, somente depois que o formato em livro viabilizaria o acondicionamento dos documentos em um só local. (MARQUES, 2008-2009). E pertinente também destacar, a criação da *Encyclopédie, ou Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers*<sup>118</sup> (1713-84), cujos principais responsáveis foram Diderot e d'Alembert. Eles tiveram a ideia de reunir em uma única publicação as ciências e as artes do pensamento humano, sendo esta uma obra muito abrangente. (MARQUES, 2008-2009).

---

<sup>117</sup> Roberto Dedomenico (2010) *Agentes para auxílios e recomendações em bibliotecas digitais*. Disponível em <[http://biblioteca.unilasalle.edu.br/docs\\_online/tcc/graduacao/ciencia\\_da\\_computacao/2010/rdedomenico.pdf](http://biblioteca.unilasalle.edu.br/docs_online/tcc/graduacao/ciencia_da_computacao/2010/rdedomenico.pdf)> Acesso em 9 jan. 2015.

<sup>118</sup> Citada por Marques (2008-2009)

Assim dentre os acontecimentos que se agregaram para a constituição dos conceitos de biblioteca, Cunha (2008) informa-nos que no ano de 1895 foi criado em Bruxelas o Instituto Internacional de Bibliografia cujo objetivo era registrar em fichas catalográficas a produção mundial impressa, como esse feito teve apoio de outros países, o Brasil também fez parte desse processo, com o apoio da BN Biblioteca Nacional, localizada no Rio de Janeiro.

Em 1908 surge por iniciativa *Paul Otlet e Henri La Fontaine* a Biblioteca Central Internacional cujo objetivo era promover colaboração entre os diferentes países. Contudo, o projeto fracassou em razão da falta de padronização entre as atividades que envolviam o tratamento da informação. Um dos primeiros passos desse processo com a utilização do computador ocorreu a partir de 1970 com a implantação dos catálogos em linha nas bibliotecas.

Levacov (1997) citado por Marques (2008-2009, p. 12) afirma que:

“A construção das BV (bibliotecas virtuais) foi acontecendo aos poucos, à medida que a evolução da tecnologia disponibilizava novas ferramentas para esse fim. A construção ocorreu e ainda ocorre paralelamente em dois fronts: off-line e on-line, sendo que a parte off-line foi iniciada com o controle do inventário e circulação, posteriormente, com a criação de catálogos eletrônicos e a automação de atividades de indexação. Anos mais tarde foram adicionadas as versões eletrônicas de obras de referência, comumente em CD-ROM (índices de periódicos e jornais, abstracts, etc.), e por último, o armazenamento e recuperação de versões eletrônicas da própria informação de índices de e periódicos a sumários, abstracts e por fim fulltext e acesso a bases de dados on-line e/ou na internet”.

Os catálogos *on-line* de bibliotecas, disponíveis em rede fazem parte de várias bibliotecas interligadas por meio de um *software* que tem a capacidade de acessar banco de dados. Essa nova maneira de acessar fontes representa uma grande mudança nos serviços referentes ao tratamento da informação. Dentre as várias atividades desse novo sistema está a catalogação cooperativa<sup>119</sup>, criada para facilitar o trabalho de catalogadores, diminuir os erros, o tempo e custos, possibilitando de organização dos acervos e melhorando a qualidade nas buscas.

Com as adequações o processo foi se modificando e veio o surgimento e popularização dos portais virtuais que indexam e disponibilizam trabalhos científicos, a década de 1990 foi a que se destacou com o avanço da internet. Alguns desses sítios, pioneiros na época, se desenvolveram e se tornaram fonte de inspiração para outros em todo o

---

<sup>119</sup>Trabalho realizado por vários serviços de informação e enviado a uma Central, responsável pela normalização e reprodução e distribuição dos registros a uma coletividade.

mundo. Antes da própria internet, algumas bibliotecas virtuais não científicas como a do *Project Gutenberg*, que abriga 39 mil livros eletrônicos de acesso gratuito já existia.

Destaca-se também livraria digital do *Project Gutenberg* fundada por Michael Hart, em 1971 é a mais antiga do mundo e seu nome é uma homenagem a Johannes Gutenberg, inventor da prensa. A criação desta livraria nasceu a partir de uma experiência com a digitalização da Declaração de Independência dos Estados Unidos. De acordo com Zaiden (2012) com o desenvolvimento da computação e o surgimento da Arpanet (o precursor da internet) Hart passou a digitalizar outras obras, ao acreditar que seria possível que todos os lares norte-americanos pudessem ter um computador com acesso à rede Arpanet, sendo esta uma maneira de difundir os livros de forma gratuita.

Seguidamente no ano de 1989 foi criada no Brasil a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), por meio do Ministério da Ciência e Tecnologia. A criação desse Ministério viabilizaria a interligação dos sistemas estaduais e também o acesso ao exterior. Entre os anos de 1991 a 1993 a RNP realizou a interligação entre 11 estados. Esta conexão de acordo com Cunha (2008) tinha apenas o objetivo de promover a comunicação científica e tecnológica entre Universidades.

Mas, a verdadeira expansão da era digital ocorreu em nosso país apenas a partir de maio de 1995, quando a internet foi inaugurada no contexto comercial. A partir de então as bibliotecas passaram a contar com um novo serviço de informação que permitia a coleta da informação da biblioteca tradicional juntamente com a digital, possibilitada pela informática. (CUNHA, 2008)

No presente contexto de discussões vale ressaltar do surgimento das produções científicas no Brasil segundo Zaiden (2012, p. 2) cita que:

Em relação a produção científica nacional e sua divulgação, a pioneira foi Scientific Electronic Library Online – SciELO lançado na internet no ano de 1997 por meio de uma parceria estabelecida entre Abel Packer, mestre em ciências da informação, e Rogério Meneghini, doutor em bioquímica, com incentivo da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

O *SciELO*<sup>120</sup> é o principal portal de indexação de uso acadêmico, além de ser referência em publicação de periódicos científicos do país, ao publicar artigos e periódicos,

---

<sup>120</sup> Não somente a SciELO, mas também outras bibliotecas virtuais se destacam em todo o país, como por exemplo, a Biblioteca Digital da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), tendo sido a primeira na América Latina a digitalizar 100% de todas as teses e dissertações produzidas na universidade. Outra bastante reconhecida é a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), mais conhecida como Biblioteca Regional de Medicina



trabalha com acesso aos periódicos de forma gratuita. Atualmente, a biblioteca indexa 952 periódicos, a maioria nacional e possuem mais 370 mil artigos cadastrados em seu portal.

A criação desses espaços abriu portas para que estudantes e pesquisadores tivessem a oportunidade de contar com um grande acervo virtual sem necessitar se deslocar do lugar onde está. O rápido desenvolvimento da internet promoveu ao mesmo tempo, a necessidade de um repensar da biblioteca tradicional, pois, ela teria que se adequar a uma nova realidade.

Para Steele citado por Marchiori (1997) disse que há pouco menos de dez anos, ninguém poderia prever o importante impacto da interconectividade global que juntamente com os sistemas abertos e dos microcomputadores, modificaria o gerenciamento das bibliotecas. Conforme a autora, pela primeira vez, em cem anos os bibliotecários enfrentam o grande e difícil desafio de rever e redesenhar seus serviços.

Estas tendências vão desde o declínio na posse de materiais locais, aos aumentos significativos nos custos dos periódicos científicos, além do intenso uso do empréstimo Inter bibliotecário, a exploração das redes conectadas mundialmente e a necessidade de mudança nas questões de propriedade intelectual. O crescimento das formas de produção e acesso à informação, em conjunto com o encolhimento dos orçamentos e o impacto das novas tecnologias, tem praticamente uma espécie de pressão sobre as estruturas das bibliotecas. (MARCHIORI, 1997)

Ao tratar do assunto Cunha (2008) ressalta que o Brasil possui uma tradição de serviços bibliotecários que funcionam na maioria das cidades de médio e grande porte, que, geralmente, contam com sistemas de automação de bibliotecas, sendo que na última década, as bibliotecas digitais tiveram um significativo impacto no setor bibliotecário de modo geral<sup>121</sup>.

Segundo Caló citado por Zaiden (2012), a quantidade de periódicos indexados em bases de dados de prestígio como *WoS*, *Medline* e *Scopus* indicam uma melhoria de qualidade das publicações dessa região, pois, tem crescido muito nos últimos anos. Para fundamentar sua argumentação, a autora cita que o número de periódicos da América Latina e Caribe na *WoS* mais que quadruplicou de 2000 a 2012, sendo que esta mesma variação pode ser observada no *Journal Citation Reports* (JCR), base de dados que integra a *Web of Know*

---

(Bireme). Esta última foi criada no ano de 1998 pelo Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde.

<sup>121</sup> Ressalta-se que o Brasil não está sozinho no crescimento de publicação de trabalhos científicos na Internet, uma vez que a América Latina tem crescido junto Lilian Caló coordenadora da Biblioteca Virtual da Saúde, citada por Zaiden (2012) afirma que o desenvolvimento das bibliotecas virtuais em saúde e o avanço do movimento de acesso aberto vem contribuindo para aumentar a visibilidade e disponibilidade dos resultados de pesquisa publicados na América Latina e Caribe.

ledge. Todos as informações inseridos na Rede são responsáveis por um sistema conhecido como “metadados”<sup>122</sup>.

Existe uma íntima relação entre os metadados e a Rede. O termo metadados circula no mundo da ciência da informação há cerca de vinte anos. Contudo, foi somente depois da criação da Rede que se passou de maneira efetiva, a associar a este vocábulo á um sistema de mediação bibliográfica direcionado às informações difundidas pela internet.

De modo geral as definições aceitas do vocábulo metadados trazem consigo conotações generalizantes. Foi no contexto da Rede que a pesquisa e a aplicação destas normas encontraram uma posição mais significativa. Tal fato se dá em razão da Rede ter sido pensada, desde o seu início para tornar público e acessível um patrimônio documental.

Contudo, a disponibilização de toda a massa documental não é sinônima de que suas informações sejam aquelas desejáveis pelo usuário da Rede<sup>123</sup>.

Assim, Tamaro e Salarelli (2008, p. 83) ressaltam que:

O usuário de hipertexto deve enfrentar uma estrutura aberta que possui uma espécie de dinâmica interna potencialmente causal ou pelo menos onde as conexões, cada vez mais numerosas, parecem fugir a um controle imediato, e, portanto, se multiplicar ao infinito. O problema da implementação de um eficaz sistema de metadados para facilitar a recuperação da informação na Rede, é perfeitamente bibliográfico uma vez que subentende a ideia de criação de uma representação dos conteúdos de uma série de documentos, a fim de facilitar a recuperação de informações úteis que potencialmente às contenham. Ideia em que se baseia, desde sempre, a disciplina bibliográfica.

Ao analisar as reflexões dos autores é possível reportar para o imenso potencial espaço da Rede, onde tudo se processa e se interconecta. No universo das informações o usuário deve ser capaz de utilizar somente as pertinentes ao seu interesse. Assim parece que um dos maiores problemas identificados atualmente entre os usuários que utilizam a Rede ao realizar

---

<sup>122</sup> Os metadados são marcos ou pontos de referência que permitem circunscrever a informação sob todas as formas, pode se dizer que são resumos de informações sobre a forma ou conteúdo de uma fonte. O prefixo “Meta” vem do grego e significa “além de”. Assim Metadados são informações que acrescem aos dados e que têm como objetivo informar-nos sobre eles para tornar mais fácil a sua organização. Os metadados têm tradicionalmente sido vistos como separados do núcleo duro da informação, ou seja a que está relacionada com as transações de negócio. O que não quer dizer que não sejam importantes. Definições e regras de negócio, detalhes de segurança, informação de domínios, tags XML são metadados.

(<http://metadados.pt/index.php/oquesaometadados>)

<sup>123</sup> As instituições de ensino que ofertam cursos de educação à distância, ao pensarem nesta dificuldade, geralmente organizam suas bibliotecas virtuais de forma que o usuário possa acessá-la de uma maneira mais rápida, “chegue direto ao assunto” evitando-se assim o acesso a vários textos que ocasionalmente não lhe serão úteis naquele momento. Tal cuidado na organização destas bases de dados se dá porque conforme Waltricket al., (2008) ao pensar na comunidade que pretende atender, é preciso dar especial atenção ao usuário que pertence a aprendizagem virtual, e que pratica o aprender na virtualidade, porque este não terá o contato presencial para esclarecer suas dúvidas em relação ao acesso dos conteúdos e aos serviços disponíveis e acessíveis para atender suas necessidades informacionais.

uma pesquisa é justamente o fato de que, nem sempre estão dispostos, ou mesmo nem sempre possuem habilidades para fazer uma seleção de seu interesse, assim como fariam com um documento impresso.

Tal assertiva pode ser encontrada no trabalho de Miguel Arellano (2001) o qual ressalta que as bibliotecas virtuais estão sendo concebidas como apenas coleções de materiais digitais que podem ser acessados por usuários remotos, mas os novos *softwares*<sup>124</sup> desenhados para criar redes colaborativas de bibliotecas mostram que o conceito pode ser entendido para o acesso a serviços virtuais.

Ao lançar uma visão bastante otimista sobre as bibliotecas virtuais Carvalho e Lucas (2007, p. 2) citam que:

No contexto das universidades federais brasileiras a dupla biblioteca e pesquisa, disseminam-se e alimentam-se de conhecimento gerado pelo meio acadêmico. Esta explosão de conhecimento inédito pode ser conferida através de livros, teses, dissertações e artigos produzidos pelo corpo docente e discente das universidades. Para que a geração do conhecimento seja cíclica, é necessário prover o acesso, dinamizar, sociabilizar e divulgar esta produção, bem como veicular meios de pesquisa que promovam e facilitem o acesso as informações de diversas áreas do conhecimento humano.

É importante mencionar que o termo “dupla biblioteca e pesquisa” soa de maneira bastante positiva no novo cenário de informações que se consolidam no atual século, no momento em que se expandem as formas de disseminação das informações dentro da Rede. Nesse sentido, o acesso e seleção são de fundamental importância para os usuários, pois, trata-se de habilidade ao realizar uma leitura analítica e a partir de tal leitura fazer novas interpretações, formar novos conceitos, fazendo com que haja um diferencial informativo para além do simples “copiar e colar”.

O reconhecimento de que as informações propagadas na Rede devem servir de subsídio à pesquisa, é perceptível entre os autores que discorrem o assunto. Côrte et. al., (1999)<sup>125</sup> concebem bibliotecas e centros de documentação, como unidades organizacionais

---

<sup>124</sup> Um importante serviço das bibliotecas tanto tradicionais, quanto da biblioteca digital e ainda dos serviços de referência, pois, o software é responsável pela disponibilização das referências *online* para a consulta dos usuários. Ainda se tratando de *software* não se pode deixar de mencionar o *winzip* cuja finalidade básica tem a função de reduzir o tamanho original do arquivo e facilitar o seu armazenamento. Atualmente o *winzip* é um dos mais utilizados e seu sucesso se deve em grande parte ao rápido desenvolvimento da Internet. A Rede ainda oferece uma precária infraestrutura de comunicação, causando os congestionamentos e consequentes falhas e lentidão na transmissão de dados. O arquivo compactado oferece uma transmissão mais veloz permitindo o *download* mais eficiente. (Bibliotecas virtuais e bases de dados na Internet: novos acessos a informação digital)

<sup>125</sup> Vale lembrar que já na década de 90, quando do início do *boom* da Internet no mundo todo, os autores já demonstraram a preocupação em tornar as informações na Rede em um instrumento positivo para os usuários e não apenas como uma ferramenta de simples clique para retirar informações muitas vezes nem lidas na íntegra por alguns usuários

vivas, que recebem interferência diária em seus processos de trabalho, o que torna imprescindível a adequação de suas estruturas organizacionais e de prestação de serviços à então propalada sociedade da informação. Marchiori (1998) complementa ao citar que a adequação e a sobrevivência das bibliotecas virtuais também se darão pela tomada de certos riscos calculados, identificando-se na tecnologia uma oportunidade para melhorar a qualidade das operações e produtos da biblioteca, que originalmente não foram planejados visando à eficiência, à qualidade, ao serviço orientado ao cliente e ao retorno de investimentos.

A assertiva dos autores acima citados, parte da ideia que ao serem criadas, muitas das bibliotecas virtuais não possuíam (e muitas ainda não possuem) estrutura para oferecer informações necessárias e nem tampouco diretrizes para que os usuários possam conduzir tais informações. Após sua implantação foi surgindo, paralelamente a necessidade de tornar a ferramenta em potentes e eficientes serviços de referências e fontes de informação<sup>126</sup>.

Ao tratar sobre serviços de referência Saunders<sup>127</sup> (2001) as referências virtuais são parte ativa na evolução dos serviços das bibliotecas na Internet. Segundo o autor acima citado, o início de 2001, teve lugar na *Library of Congress* o primeiro simpósio para discutir os conceitos as implementações dos serviços de referência virtual<sup>128</sup>.

Assim o professor David Lankes, da *Syracuse University's School of Information Studies*, apontou o *status* desses serviços. David Lankes mencionou um estudo no qual 97,3% das bibliotecas universitárias americanas já possuíam algum tipo de serviço de referência digital, definido como mecanismo pelo qual as pessoas podiam enviar perguntas e obteriam respostas através de e-mail, chat ou formato *Web*.

Arellano (2001) complementa a colocação de Saunders (2001) ao mencionar que a demonstração do avanço do interesse na área dos serviços de referência eletrônica aconteceu na última reunião da *American Libraries Association* em 2000, em Chicago. Na época existiam poucas bibliotecas com projetos de referência virtual. Ainda neste mesmo ano, na reunião de janeiro da ALA, havia mais de 65 bibliotecas que estavam utilizando *software LSSI* (<http://www.lssi.com/virtual>) para referência virtual e várias outras usando outros programas dos quais se destacam: *Live Person*, e *Sharee Human Click*.

---

<sup>126</sup> O serviço de referência é o processo de comunicação cujo principal objetivo é satisfazer as necessidades de informação de determinado grupo de usuários em uma unidade de informação (bibliotecas), tornando suas técnicas como principais fontes práticas para que o usuário seja atendido de forma rápida e funcional. Em uma biblioteca todos os serviços desde a seleção, indexação, catalogação dentre outros, devem ser destinados ao usuário visando atender suas necessidades de modo eficiente, ou melhor, todas as atividades prestadas pela biblioteca devem ser totalmente direcionadas para atender as necessidades do usuário. (DIAS, 2005)

<sup>127</sup> Citado por Arellano (2001)

<sup>128</sup> (<http://lcweb.loc.gov/ala/digiref.html>)

O assunto “referência virtual” no atual século está presente em muitos eventos da área nos Estados Unidos sendo também temas de fóruns especializados, dos quais estão: em discussão a *Dig\_Ref List server* ([http://vrd.org/Dig\\_Ref/dig\\_ref.shtml](http://vrd.org/Dig_Ref/dig_ref.shtml)) destinado aos profissionais e organizações interessadas no assunto, mantido pelo *Virtual Reference Desk Project*. Conforme menciona Arellano (2001), a principal preocupação dos pesquisadores é conseguir a institucionalização e a criação de padrões técnicos e de qualidade comuns e, ainda, o desenvolvimento de *softwares* que possam ser usados tanto nos serviços de referência em tempo real como nos de referência assíncronos<sup>129</sup>.

Ao falar sobre produtos e serviços de referência e informação *online* Cunha apud ARELLANO (2001) sugere a criação de um balcão de referência e informação virtual como tendência efetiva para os próximos anos no que diz respeito à disponibilização de produtos e serviços em bibliotecas. Em razão disso, o levantamento dos produtos e serviços de referência e informação tradicionais existentes na literatura, assim como o dos produtos e serviços de referência e informação atualmente disponibilizados na forma virtual pelas bibliotecas é muito proveitoso para a gestão e planejamento dos novos serviços de referência e informação uma vez que direcionam claramente para o horizonte de necessidades das Universidades brasileiras.

Novamente encontramos um autor que demonstra sua preocupação em transformar estas fontes em referências sendo ainda um instrumento de transformação nesse novo cenário de informações que já desponta com este desafio: o de fazer com que seus usuários as concebam como instrumentos de referências para suas pesquisas.

A colocação de Arellano (2001) denota a preocupação de que atualmente muitos dos serviços de referencias estão reduzidos a consultas enviadas por correio eletrônico, telefone ou formulários na *Web*, consumindo tempo e exigindo um trabalho árduo de pesquisa. Segundo o autor, o longo processo resulta muitas vezes no comprometimento da troca efetiva de recursos e informações que permitam a colaboração entre diversos tipos serviços de referência<sup>130</sup>. Em razão disso, destaca-se a importância da organização das informações a fim de que elas possam ser selecionadas e utilizadas de maneira significativa pelos seus usuários.

---

<sup>129</sup> Entre os serviços assíncronos destacam-se os correios eletrônicos (e-mail), formulário na *web*, *Frequently Asked Questions FAQ's*.

<sup>130</sup> Ao clicar em determinado *link* o usuário adentra outro que nem sempre o conduzirá ao alcance de seu objetivo, pois, sabe-se que a Rede é constituída por um número gigantesco de textos que se interconectam formando os hipertextos.

Conforme destacado por vários autores ao longo deste capítulo, existe uma preocupação em se consolidar uma Rede em eficientes serviços de informação. Para ampliar esse assunto e compreender o porquê das afirmações dos autores, procura-se conhecer quem é o usuário da biblioteca digital.

### 3.3.2 Os usuários da biblioteca digital

Ao longo dos últimos anos, o fenômeno da biblioteca digital foi se consolidando e deixando de ser uma “visão profética”. Assim sendo, a principal característica é a centralidade do usuário no acesso a informação. De acordo com Tammaro e Salarelli (2008) o usuário da biblioteca digital é o próprio criador de recursos digitais:

A assertiva dos autores pode ser compreendida da seguinte maneira: Pensemos, por exemplo, no ambiente universitário, nos documentos que resultam das pesquisas e do ensino, como pré-publicações, teses e material didático. Esses materiais, cada vez mais reunidos em repositórios institucionais, têm um conteúdo informativo e científico às vezes extraordinário, desde que sejam organizados como uma biblioteca digital, com acurada seleção qualitativa dos recursos no tempo, com modalidades de acesso garantidas aos usuários destinatários do serviço e a todos os demais, por meio de portais e outras interfaces. Tammaro e Salarelli (2008, p.148).

As experiências publicadas sobre estes repositórios institucionais, como o de Vannevar Bush<sup>131</sup> demonstram que o usuário não é apenas o autor dos conteúdos, permanecendo essencialmente passivo na gestão dos recursos. Pelo contrário, ele possui algumas atribuições, como por exemplo, enriquecer de metadados a coleção, e contribuir para torná-la acessível e compreensível também para outras pessoas que venham consultá-las posteriormente, ainda que não possua estreito vínculo com tais pessoas. Certas comunidades de usuários virtuais conseguem manipular e reutilizar os recursos digitais, criar novos conhecimentos e desse modo adicionar valor às bibliotecas existentes<sup>132</sup>.

Nesse novo e imenso universo de informações no qual está inserida a biblioteca virtual menciona-se que as mesmas representam um relevante investimento financeiro para todas as

---

<sup>131</sup>Citado por Tammaro e Salarelli (2008)

<sup>132</sup>Um bom exemplo é a comunidade de ensino eletrônico (*e-learning*), onde é bastante comum a reutilização dos recursos digitais, para reduzir os custos de produção de material didático e também para distribuir o material de sucesso didático garantindo, adaptando-o à situação de um novo curso. Também há exemplos das comunidades de arqueólogos, geógrafos, músicos, juristas, economicistas e estatísticos, que em geral, todas as que, ao se acercarem do digital, descobrem como podem representar para as disciplinas muito mais do que um simples instrumento tecnológico. (TAMMARO; SALARELLI, 2008)

instituições culturais e de modo particular aquelas que foram criadas voltadas para a conversão maciça de suas coleções analógicas para as digitais.

Apesar de se apresentarem em novo formato, as bibliotecas digitais têm as mesmas funções das bibliotecas tradicionais que é de oferecer o melhor serviço possível aos usuários, organizadas de modo a atender de pronto as necessidades informacionais de cada usuário.

Ferreira (1997, p. 2) aborda que os usuários tendem a buscar:

Serviços: a) interativos, ou seja, que utilizem todos os recursos tecnológicos disponíveis para estimular e promover a participação da clientela, tanto na utilização como na produção e avaliação das informações a serem inseridas nos próprios serviços de informação que lhe estão sendo oferecidos; b) personalizados e contextualizados, o que significa: serviços comprometidos com grupos específicos de comunidades, tratando de identificar suas necessidades intrínsecas, customizando, ou seja, personalizando produtos e serviços em função de pessoas ou grupos, e ainda tratando de contextualizar a informação (fornecer elos de compreensão para o usuário); c) relevantes com valor agregado, isto é, que venham ao encontro das expectativas e conveniências do consumidor, sendo muito questionada a vital importância da manutenção de diálogos constantes entre provedor e consumidor de informações.

Todas as características precisam ser pensadas e consideradas, pois, se tratam de um contexto amplo e ao mesmo tempo complexo de informações, existem muitos usuários que se apropriam das Redes em tempo integral e outros, porém, recorrem a ela apenas para coletar dados de que necessitam pontualmente, e tanto para um, quanto para o outro usuário, as informações precisam estar disponíveis da maneira mais acessível possível.

Os usuários da biblioteca constituem-se em uma ampla comunidade, e usá-la faz com que haja uma influência entre os membros da comunidade mesmo que indiretamente, isso se dá porque a tecnologia sozinha não consegue promover impactos e nem tampouco mudanças, mas se forem combinadas às informações tendem a enriquecer a humanidade, e a partir da interação máquina/homem/informação se tem verdadeiros instrumentos de transformação.

Tammaro e Salarelli (2008) afirmam que o fenômeno da biblioteca digital é considerado um produto da sociedade e sua relevância é conferida à organização do conhecimento cujo significado tem um valor econômico e social para seus usuários. Tal fato sinaliza que a biblioteca tem como finalidade não somente disseminar a informação, mas também melhorar as pessoas, ao torná-las participantes da vida social, numa sociedade inclusiva, num contexto em que todos possam ter acesso as informações de maneira abrangente e compreensível assim como pontuam os autores acima referenciados “As bibliotecas digitais devem ser construídas para estimular uma mudança dos indivíduos quanto aos hábitos de acesso e uso da informação” (TAMMARO; SALARELLI, 2008 p. 146)

Desta feita é possível entender que a biblioteca digital foi construída e se estabeleceu dentro de um contexto social, e cujos usuários possuem cada um seu próprio perfil, mas como estão em sociedade, e se relacionam de maneira geral, produzem instrumentos interativos que podem influenciar a decisão de quem usará e quem não usará as bibliotecas virtuais.

Ao propor discussão sobre o assunto Tammaro e Salarelli (2008, p. 146) citam que:

A começar pela disponibilidade ou não da possibilidade efetiva de que todos tenham acesso às tecnologias e à internet. O contexto social ao qual nos referimos inclui a política nacional, as pressões econômicas, o quadro legislativo, os hábitos culturais, a cultura organizacional, os modos de ver.

O conjunto de características apresentado tem forte influência sobre os usuários da biblioteca digital e tais características estão para além do próprio indivíduo, uma vez que ainda existe um grande número de pessoas que não tem acesso à internet, quer seja por questões econômicas, culturais e sociais, o que sugere também reflexões profundas nesse campo para que o acesso seja universal<sup>133</sup>.

Na visão de Borgman apud (TAMMARO e SALARELLI, 2008) um conjunto de perguntas a serem feitas e que apresentem um forte impacto político, econômico e social: Qual a infraestrutura necessária para os serviços das bibliotecas digitais? Quem deve fornecer essa infraestrutura? Quais as necessidades e por quais comunidades são consideradas prioritárias? Quais serviços e recursos são essenciais e quais são desejáveis para satisfazer a essas necessidades?

Tais questões são amplas e abrem caminhos para profundas reflexões sobre a era digital e seus respectivos recursos, pois, este é um projeto que precisa ser pensado antes de ser efetivado. Infelizmente o Brasil ainda apresenta uma grande lacuna no que diz respeito ao assunto, principalmente nas instituições públicas de ensino, onde muitas vezes, as ferramentas tecnológicas até já foram instaladas, porém, falta infraestrutura necessária, que é capacitação de pessoal para o trato com as referidas ferramentas.

Bishop e Star apud Tammaro e Salarelli (2008) ao levantar a questão de, como podem os bibliotecários e usuários construir as bibliotecas digitais? Denota também, que o universo da biblioteca digital sugere uma reflexão ampla e madura a fim de que possa servir

---

<sup>133</sup> Nesse entendimento, torna-se fundamental a criação de políticas que realmente torne possível a tão discutida inclusão digital, nome dado ao processo de democratização do acesso às tecnologias da Informação, (visto no capítulo 2 deste estudo) de forma a permitir a inserção de todos na sociedade da informação. Inclusão digital é também simplificar a sua rotina diária, maximizar o tempo e as suas potencialidades. Um incluído digitalmente não é aquele que apenas utiliza essa nova linguagem, que é o mundo digital, para trocar e-mails, mas aquele que usufrui desse suporte para melhorar as suas condições de vida a fim de buscar novas oportunidades de emprego, meios de comunicação, formas de obter aprendizado entre outras. Assim, trazer mais benefícios para a vida pessoal e profissional do cidadão. (LOBO, 2009)



de instrumento de mudança, que realmente se efetive e principalmente possa ser acessível a todos os usuários com as devidas exigências tanto em termos de estrutura, quanto de pessoal capacitado para orientar seu uso:

Na realidade, a biblioteca digital surge como fenômeno social sob a influência de alguns fatores no atual tecido social pelo qual é condicionada, mas que, por sua vez, ela condiciona: referimo-nos à sociedade do conhecimento ou da aprendizagem, como foi definida a sociedade onde tudo se atribui um valor primordial à informação. (TAMMARO E SALARELLI 2008, p.147)

A sociedade da informação mencionada trata-se de uma unidade onde todos precisam se apropriar dos mesmos direitos. Quando se avalia esse contexto em países emergentes, nota-se que tal premissa ainda está longe de ser efetivada. Nota-se ainda, que o desenvolvimento das tecnologias da informação e da internet provocou e vem provocando impactos sociais, sendo que uma das principais conseqüências disso é que todas as pessoas hoje podem ter acesso à informação, inclusive as informações podem ser atualizadas com muito mais facilidade do que a tempos atrás. Porém, nem todas as pessoas, que acessam a informação, possuem habilidade para fazer um bom uso delas, dizendo de outro modo, a compreensão da informação nem sempre se dá para toda pessoa que a acessa, muitas vezes o usuário não consegue refletir e reinterpretar a informação<sup>134</sup>.

Por isso, as bibliotecas virtuais devem ser pensadas como instrumentos de mudanças a partir da perspectiva da aprendizagem “A aprendizagem contínua ao longo da vida deverá ajudar a proporcionar a cada um aquele sentido de participação ativa no desenvolvimento coletivo junto com o desenvolvimento individual”. (TAMMARO; SALARELLI 2008, p. 153). Por isso, além do perfil dos usuários, é importante pensar nas formas de organização destes dados.

### **3.3.3 Organização da informação para a biblioteca virtual**

Muito foi ressaltado anteriormente sobre a importância de se organizar a informação para que esta fique acessível ao usuário. A organização da biblioteca virtual inclui também parâmetros técnicos, pois, para existir precisa de instrumentos que se complementam, como por exemplo, a própria biblioteca e a Rede (*World Wide Web* – Rede Mundial de

---

<sup>134</sup> Da mesma maneira que a informação pode causar impactos positivos na vida das pessoas, elas também pode se transformar em instrumento de alienação quando utilizada em perspectivas limitadas na qual o usuário não a confronta com outras concebendo-as como “verdades absolutas”.

Computadores). Tamaro e Salarelli (2008) lembram que podemos construir a biblioteca digital mais avançada do mundo, com as mais recentes tecnologias, com o catálogo mais eficiente, com os documentos mais atraentes, mas, se não se utiliza a Rede, se estará privando do instrumento que torna uma biblioteca digital um sistema centrado no usuário (*usercentered system*).

Como se pode depreender, a centralidade do usuário é um dos elementos que de fato qualificam a biblioteca digital, ou melhor, o elemento que talvez mais caracterize a biblioteca. E não há usuário e nem tampouco a biblioteca digital se antes não forem organizados os dados na Rede.

A Rede possui características próprias que oferecem ao usuário várias vantagens, sendo que a viabilidade de acesso ao um universo de informações pode ser considerada uma das principais. Como sistema de organização de documentos, a Rede goza de uma característica muito particular: a agilidade. O sistema *Web* cria no leitor a ilusão de que está se movendo de verdade, com absoluta liberdade no universo de documentos. Tal liberdade não é ampla e nem sempre possível na biblioteca tradicional.

A possibilidade de encontrar hipertextos deve se tornar o objeto de preocupação na organização dos dados de uma biblioteca digital, pois, quanto mais o usuário tiver à sua disposição possibilidades de chegar mais rápido ao que ele pretende quando acessa a Rede, menos tempo ele gastará para coletar dados sobre o mesmo assunto e, além disso, terá oportunidade de selecionar as informações a partir de uma leitura analítica.

Assim, ao se organizar dados, deve-se considerar que a *Web* não consegue sozinha selecionar os textos. Sendo dessa forma, Tim Berners-Lee apud Tamaro e Salarelli (2008) menciona que:

Índices gerados por computadores permitem ao usuário extrair itens interessantes de uma entrada de material textual. Há, portanto, duas operações que o leitor pode efetuar: o salto hipertextual e a busca textual. Os índices aparecem dentro da Rede exatamente como outros documentos, mas uma tela de busca (ou comando FIND), que os acompanha, permite a inserção de texto. Por trás de cada índice existe um mecanismo de busca, com diferentes características, existem muitos diferentes servidores. No entanto, são todos usados exatamente da mesma maneira simples: digita-se um texto e se recebe de volta uma resposta hipertextual que aponta para coisas que foram encontradas pela busca.

Os mecanismos de busca e metadados são opções que os usuários têm para realizar uma navegação visual, ao digitar o assunto, são oferecidos vários sites referentes ao mesmo assunto que podem ser lidos sinteticamente, uma vez que cada um traz uma frase contida ao longo do texto. Embora sejam extremamente úteis, estes metadados exigem um tratamento,

como por exemplo, quando se digita uma palavra-chave ou frase para se chegar a um determinado assunto, é necessário abrir os sites e fazer a leitura antes de selecionar o material para a pesquisa, pois, nem todos contem as informações necessárias procuradas pelo usuário<sup>135</sup>. Ridi apud por Tamaro e Salarelli (2008) alertam que faz parte do jogo a possibilidade de ainda nos perdermos neste universo.

A relação entre a Rede e a biblioteca digital pode se estruturar em dois modos distintos que geralmente se coexistem. Inicialmente considera-se que a Rede é um instrumento fundamental para a biblioteca virtual como tecnologia de transmissão de dados. A partir dos protocolos<sup>136</sup> *Web* é possível veicular na Rede de maneira simples e eficaz, qualquer modelo de documento digital. Em segundo lugar, a Rede é uma tecnologia que associa a transmissibilidade dos dados com a capacidade de publicar esses mesmos dados sob novas formas caracteristicamente hipertextuais. Desse modo, uma biblioteca virtual tem a oportunidade de produzir ou converter uma parte de seu acervo para o formato hipertextual tendo como suporte os protocolos disponíveis na *Web*.

Ao fazer esta conversão, as bibliotecas se utilizam dos protocolos como se fosse uma nova tecnologia de edição na qual sua principal característica consiste na capacidade de estruturar vínculos entre um ponto e outro do universo de documentos. Assim a organização da biblioteca digital a partir da própria Rede requer a criação de pontos de conexões ou de estruturas remissivas capazes de tornar organizada e consultável uma coleção tanto para nova elaboração editorial, mas conceitual dos dados brutos, ou dos componentes que constituem o documento, como por exemplo, texto em formato ASCII, imagens, gráficos entre outros que resultam de agregados como unidade lógica sem, contudo, estarem formatados para uma finalidade específica.

Destas e das demais características existentes na *Web* é possível notar sua centralidade para atuar como mediador entre o universo de documentos e o leitor “A Rede assume uma

---

<sup>135</sup> Essa leitura do material evita a seleção desnecessária do mesmo.

<sup>136</sup> Um protocolo de Internet é como um idioma falado por um computador, uma regra de comunicação que todos os computadores ligados em rede devem conhecer para poder se comunicar e trocar informações. Não existe uma linguagem universal entre os computadores, mas uma linguagem ou protocolo para cada tipo de informação trocada entre computadores. Existem vários tipos de protocolos na Internet tais como: Protocolo de Internet HTTP: é o protocolo mais conhecido na Internet utilizado para assistir vídeos, baixar arquivos e realizar seguro, evitando fraudes e possibilitando transações financeiras no mundo digital; Protocolo de Internet FTP, destinado a transferência de arquivos; Protocolo de Internet SMTP, usando para trocar e-mails e enviar mensagens eletrônicas entre computadores; Protocolo de Internet POP3, voltado para recebimento de mensagens. inúmeras tarefas diferentes; Protocolo HTTP largamente usado pelos navegadores de Internet para possibilitar a visualização de páginas e sites; Protocolo de Internet HTTPS, uma variação do protocolo HTTP, só que mais seguro, evitando fraudes e possibilitando transações financeiras no mundo digital; Protocolo de Internet FTP, destinado a transferência de arquivos; Protocolo de Internet SMTP, usando para trocar e-mails e enviar mensagens eletrônicas entre computadores; Protocolo de Internet POP3, voltado para recebimento de mensagens.

função de intermediação dinâmica que pode interpretar e gerir as solicitações do usuário, não só do ponto de vista do fornecimento do documento solicitado, mas também das modalidades de formatação desse documento”. (TAMMARO; SALARELLI, 2008 p. 90)

A velocidade com que são processadas as informações, bem como as tecnologias cada vez mais modernas e potentes vem revelando que a tela do computador não é mais a única janela de acesso à Rede. Para esse mesmo fim, as pessoas utilizam atualmente telefones celulares, *palmtops*, televisores entre outros para acessarem as informações do seu interesse.

Nesse cenário, a biblioteca virtual também precisa acompanhar as mudanças. Por isso, a importância de um projeto que consiga atender aos usuários, esse novo usuário com perfil altamente diferenciado no ponto de vista de necessidades informacionais, e tal cuidado tem como ponto de partida a organização do dito espaço virtual.

Tammaro e Salarelli (2008, p. 145) ressaltam que:

O projeto de organização da biblioteca digital deverá, portanto, em primeiro lugar, partir do conhecimento do contexto social predominante, no qual os documentos digitais serão criados, compartilhados e usados, incluindo a cultura organizacional das instituições às quais se reporta a biblioteca digital. Por exemplo, a biblioteca pública deverá decidir qual a função que assumirá, quando a administração pública deverá decidir qual a função que assumirá, e ainda a administração pública migrar para a informação digital.

Uma vez migrando para a informação digital caberá aos responsáveis pelo sistema decidir sobre suas formas de funcionamento, quem terá acesso aos serviços, quais coleções serão escolhidas para serem digitalizadas, enfim, é necessário todo um gerenciamento das informações.

O gerenciamento e organização são imprescindíveis por serem a priori tratamentos das informações, uma vez que a massa documental é constituída por documentos diversos que precisam ser selecionados é de fundamental importância que tal tratamento aconteça já no início do processo de seleção das informações, e as mesmas sejam organizadas de modo que seu acesso seja fácil.

Dias (2006) afirma que as informações no contexto digital tornaram-se hegemônicas e por isso, necessitará de instrumentos de tratamentos, e contexto tradicional terá um papel, se não por tempo indeterminado, pelo menos por um longo tempo ainda.

No que tange a organização de informações para instituições de ensino é pertinente citar o modelo sugerido por Carvalho e Lucas (2007) cujo serviço de referência e informação se estrutura amplamente de modo que o usuário não sentirá dificuldades quando acessar os documentos para uma determinada pesquisa. O mesmo se divide em: provisão de

documentos, provisão de auxílio bibliográfico, serviço de alerta eletrônico e orientação ao usuário. Os mesmos serão descritos de maneira mais detalhada a seguir.

Inicialmente trata-se da provisão de documentos o qual se divide em duas alternativas: a provisão virtual e a provisão física (utilizando meios eletrônicos e/ou virtuais).

No tocante ao primeiro, destacam-se seus recursos como pesquisa *online* do acervo da biblioteca. Trata-se de recursos originários das redes de computadores e das constantes inovações tecnológicas a consulta *online*, que viabiliza ao usuário remoto conectado a internet, ter acesso ao acervo da Biblioteca. Conforme Carvalho e Lucas (2007) no modelo existem cinco programas de instrução de como acessar e ou utilizar o acervo que podem ser feitas na forma de tutoriais e manuais de acesso de forma virtual.

Dentro da provisão virtual ainda existem:

Comutação bibliográfica online [...] a Biblioteca pode disponibilizar um tutorial que auxilia o usuário a fazer sua solicitação diretamente, no site do IBICT com o número de seu CPF, para o caso do COMUT. [...] Criar links de anais, teses, dissertações e periódicos eletrônicos e/ou que disponibilizam versões eletrônicas dos seus originais impressos. Para documentos como normas técnicas, disponibilizar eletronicamente aos usuários que fazem parte do grupo atendido, respeitando sempre os direitos autorais e a liberdade de disseminação do original. A biblioteca pode disponibilizar formulário online para solicitação de empréstimo entre bibliotecas e um tutorial para guiar melhor o usuário nesta solicitação ou também, através de consórcios de bibliotecas, ou redes de cooperação entre bibliotecas. [...] Preparação de traduções - Criar link com tradutores online. (CARVALHO;NASCIMENTO, 2007, p. 5)

Como se pode observar, o modelo provisão de documentos é amplo e ao se constituir por um conjunto de instrumentos que viabilizam aos usuários várias opções de acesso e organização dos dados, auxiliam na potencialização das informações coletadas auxiliando-os a manipular os dados que serão utilizados em suas pesquisas.

O modelo de provisão de auxílio bibliográfico de forma virtual se estrutura por um número menor de recursos, porem, não menos importantes. Ao discorrer sobre esse modelo, Carvalho e Nascimento (2007) afirmam que questões de referência simples e questões de referências complexas são aquelas que oferecem serviço de mensagens, e recentemente de telefonia, pela Internet. Tais recursos estão se expandindo em nível mundial, sobretudo, nas ações que envolvem rapidez no tocante à troca de informações emergenciais.

O bibliotecário de referência, geralmente localiza informações de todas as fontes e suportes, no caso da publicação eletrônica o bibliotecário pode localizar e indicar ou referenciar ao usuário através de e-mail, o material solicitado. Levantamento bibliográfico em assuntos especializados. A oferta de formulários *online* para solicitação de levantamento bibliográfico de assuntos especializados dinamiza o mais antigo dos serviços bibliotecários. (CARVALHO; NASCIMENTO, 2007, p. 6)

O modelo oferece recursos bastante pertinentes ao usuário da Rede como, por exemplo, o levantamento bibliográfico com oferta de formulário *online* para viabilizar o processo de busca das fontes. O instrumento evita que o usuário fique acessando diversos links até chegar ao assunto pretendido.

Em relação ao serviço de alerta eletrônico e/ou serviços informais, Carvalho e Nascimento (2007) dizem da divulgação de novos serviços e produtos fornecidos pela biblioteca, como divulgação de cursos, bem como promoções, através de boletins informativos *online* ou alerta eletrônico no site da biblioteca.

Já os serviços formais referem-se à lista de novas aquisições *online*, listas de duplicatas, formulários *online* para solicitação de novas aquisições, formulários *online* para solicitação de duplicatas. E a orientação ao usuário que vise agilizar a recuperação da informação.

Os recursos são fundamentais para o processo de busca e seleção de informações, pois, trata-se de aspectos técnicos da pesquisa referentes à normalização bibliográfica e vocabulário.

Ao organizar as informações de maneira clara, direta e segura, as bibliotecas virtuais têm a oportunidade de se tornarem pontos de referência e principalmente de motivarem seus usuários a compreenderem que as informações devem servir de apoio para a pesquisa e que devem ser lidas, interpretadas e analisadas.

### **3.3.4 Acesso à biblioteca digital**

O acesso às bibliotecas digitais não é tão fácil quanto o acesso à base de dados, uma vez que possui uma grande quantidade de recursos digitais heterogêneos sob diversos formatos e com linguagens distintas, além de oferecer produtos de inúmeros fornecedores de informação que estão disponíveis na Rede e pesquisados por usuários com necessidades também diferentes.

Tammaro e Salarelli (2008, p. 238) lembram que “O acesso às bibliotecas digitais implica, portanto, um grande número de problemas, como a interoperabilidade de diversos esquemas de metadados, a responsabilidade e a metodologia de arquivamento e a preservação”.

Portanto, o acesso à biblioteca digital se torna muito mais complexo que se possa imaginar porque ela possui seus próprios parâmetros de busca.

Discutiremos alguns dos aspectos específicos da busca na biblioteca digital, como, por exemplo, interface, interoperabilidade e integração de recursos digitais, a fim de se conhecer os caminhos que devemos percorrer para se chegar efetivamente ao sistema de busca que seja mais adequado para a pesquisa, empreendido na biblioteca digital.

### 3.3.5 Interface

A interface é um instrumento que permite ao usuário fazer buscas e visualizar a informação de que precisa. As pesquisas que versam sobre o acesso à biblioteca digital tem focado seu olhar no comportamento do usuário diante de uma informação que está buscando. Tais pesquisas visam melhorar a relação entre o homem e a máquina. Portanto, quem desenvolve interfaces para bibliotecas digitais precisam ser conhecedores também do comportamento do usuário.

Tammaro e Salarelli (2008, p. 239) ressaltam que os modos básicos de acesso à biblioteca digital precisam considerar três tipos de funcionalidades:

A primeira é poder procurar a esmo ou folhear os índices e a organização da coleção, para identificar e localizar algum documento que satisfaça às necessidades do usuário, mas cuja existência é desconhecida; A segunda é pesquisar, inserindo uma dada expressão de busca, para identificar e localizar determinado documento; A terceira é baixar e usar os documentos, localizados por meio dos dois modos precedentes de busca, inclusive formar sua própria biblioteca digital.

Sendo a consulta a esmo ou folheio o método mais utilizado em biblioteca virtual é preciso tornar possível o acesso que pode ser feito por analogia com a organização dos acervos. Este método pressupõe que o bibliotecário ou outro intermediário mediador da informação, procure implementar uma organização que seja capaz de fornecer respostas e soluções a certos pedidos de informação. O serviço prevê um ponto de acesso único no qual o usuário poderá se ligar tanto para fazer a pesquisa, quanto para receber o documento. O ponto de acesso em questão poderá ser o OPAC da biblioteca, um portal, ou qualquer outro serviço *one stop shopping*. O mesmo é considerado um ponto de identificação das informações fundamentais no universo da Rede. (TAMMARO; SALARELLI, 2008, p. 241)

Além dos pontos citados, a pesquisa também é outro modo de acesso que deve oferecer a possibilidade de buscas avançadas ou simplesmente personalizando as interfaces. Nesse sentido os usuários devem ter condições de compreender de maneira adequada sua

necessidade de informação e ter a habilidade para formular a pesquisa na linguagem de busca<sup>137</sup>.

O acesso às informações na realidade é complexo e inclui um conjunto de fases nas quais certas ações são executadas e devemos fazer escolhas precisas. Um modelo de processo de busca proposto por Shneiderman, Byrd e Croff apud Tammaro e Salarelli (2008) inclui: formulação da busca, ação, avaliação dos resultados e refinamento da busca.

A primeira exige que o usuário deixe claro quais são suas reais necessidades, formule a consulta e selecione os recursos como: bibliotecas digitais, bases de dados, periódicos eletrônicos entre outros. Geralmente as bibliotecas são organizadas por coleções e em razão disso, o usuário precisa saber qual coleção, e canal de pesquisa, que deve escolher.

A segunda fase é mais comum do que a primeira, pois com um botão ou com um clique é possível iniciar um mecanismo de busca. A fase de avaliação dos resultados geralmente é auxiliada pela interface, que requer a indicação de referência por alguns tipos de apresentação e diversos critérios de ordenação dos resultados.

O refinamento de busca por meio de filtros algumas vezes é oferecido pela interface, que propõe a primeira solicitação, não sendo possível, deverá proceder-se uma nova busca. De toda forma a realimentação de relevância esta sempre disponível, o que viabiliza repetir a busca com base nos resultados que o usuário considerou importante.

É muito pertinente que os modos de interfaces de busca reflitam os mesmos modos de busca do usuário. Nessa perspectiva Marchionini<sup>138</sup> ao analisar a proposta de Shneiderman, Byrd e Croff acrescenta algumas etapas que se constituem em cinco, sendo: definição da questão de busca, seleção de recurso, formulação da questão, exame de resultados e extração da informação.

O mesmo autor lembra que enquanto as interfaces desenvolveram basicamente a função de suporte à formulação da questão, as funções para as outras fases ainda se mostram insuficientes. Propõe-se como modelo ideal de acesso à biblioteca digital deveria se estruturar com login de identificação do usuário para acessar, a construção do perfil do usuário, com licença de uso de recursos, controles, e acessos, a pesquisa e ou folheio deveriam ser possíveis

---

<sup>137</sup>Nesse processo, o papel do bibliotecário e outros intermediários é passivo, somente ajudando quem faz a busca, mas com uma complicação adicional relativa à função normal do mediador da informação: o usuário da biblioteca digital é cada vez mais um usuário remoto. Enquanto na relação habitual face a face a comunicação humana se dirige a usuários individuais, conta com o auxílio de sinais não verbais e ainda apresenta realimentação imediata, a comunicação mediada pelo computador é, por sua natureza, assíncrona e não personalizada em virtude de se dirigir a múltiplos usuários. (TAMMARO; SALARELLI, 2008, p. 240)

<sup>138</sup> Citado por Tammaro e Salarelli (2008)



e permitirem chaves de busca, deveria ser escolha pessoal o tipo de recurso de acordo com a necessidade informacional, os resultados deveriam ser visualizados por ordem de relevância, rapidez no fornecimento, conveniência, economia, ordem na apresentação dos documentos identificados, gestão dos direitos de acesso, o acesso aos recursos, a manipulação e uso dos recursos. Todas descritas acima se referem a funcionalidades básicas de acesso à informação no acervo da biblioteca digital. Tammaro e Salarelli (2008 p.243-243).

O modelo proposto é centrado no usuário e tem a expectativa de um acesso unificado e rápido ao invés de acessar um amplo conjunto de recursos digitais com uma interface única para as distintas funcionalidades de busca e acesso a um documento. O acesso ideal à biblioteca digital citado integra sistemas de busca que estão separados e unifica varias coleções digitais formadas por diferentes produtores de documentos digitais. Sendo assim estudiosos sempre estão propondo novos métodos de melhoria no trato e acesso a informação em bibliotecas digitais. Discorre-se, pois, sobre a interoperabilidade.

### **3.3.6 Interoperabilidade**

A Interoperabilidade é a capacidade de um sistema (informatizado ou não) de se comunicar de forma transparente (ou o mais próximo disso) com outro sistema (semelhante ou não). Na área da tecnologia de informação a interoperabilidade é a troca de informações e/ou dados através de computadores.

Conforme Tammaro e Salarelli (2008, p.245) a infraestrutura para a interoperabilidade do acesso à biblioteca digital é a estratégia para o futuro. Segundo os autores, o que se pode perceber é a presença de coleções digitais que não se encontram interligadas. São vários recursos com interfaces próprios como, por exemplo: OPACs das bibliotecas, bases de dados em linha, bases de dados em CD ROM em rede, periódicos eletrônicos, livros eletrônicos, diversas bibliotecas digitais, recursos selecionados da Rede entre outros.

Em razão desta individualidade das interfaces alguns recursos digitais necessários para a pesquisa poderão permanecer invisíveis em razão da incapacidade de recuperá-los facilmente. Caso o usuário considere um documento importante, não poderá navegar e acessar diretamente o catálogo para conhecer sua localização, mas deverá repetir a busca no catálogo.

Atualmente é possível encontrar algumas bibliotecas que oferecem serviços de acesso integrados os quais permitam que o usuário possa fazer uma pesquisa unificada utilizando apenas uma interface e desse modo utilizar melhor a coleção da biblioteca local e remota “O acesso à biblioteca digital nesse cenário implica a possibilidade de o usuário passar do

catálogo ou da citação bibliográfica presente numa base de dados para o texto completo dos artigos”. (TAMMARO; SALARELLI 2008, p. 245)

Ao se considerar a importância da integração de dados dentro de uma biblioteca digital nota-se que este é um dos elementos indispensáveis, pois, não somente se constitui em instrumento eficiente de busca de informações, como também economiza tempo e motiva o usuário a analisar melhor o material coletado.

Para Sayão (2007, p. 2) vale complementar que:

O encontro de tecnologias e padrões abertos, além de transformar radicalmente a forma pela qual os disseminadores tradicionais de informações geram e distribuem produtos e serviços de informação para seus clientes, e de mudar profundamente a forma como as organizações de conhecimento interagem mutuamente, guarda ainda em si um potencial de transformações cujas perspectivas são inimagináveis. Apoiados pela tecnologia corrente, os recursos informacionais das bibliotecas digitais, por exemplo, podem ser disseminados através de redes abertas; enquanto na outra ponta, indiferente à tecnologia que gerou esses recursos, o usuário é capaz de recuperar e manipular essas informações sem a necessidade de softwares clientes especiais ou de sistemas proprietários, componentes essenciais por muito tempo.

A colocação do autor é bastante relevante, pois, parte da ideia que o próprio avanço da informação e das novas tecnologias forçará as bibliotecas digitais a mudarem seu sistema de acesso. Sabe-se que esse é um processo gradual, pois, muitas ainda estão sendo implantadas com algumas dificuldades de infraestrutura e de pessoal, mas, é a ampliação das discussões que poderão promover mudanças no contexto das bibliotecas digitais.

Arms<sup>139</sup> contribui também para a discussão e descreve métodos que são utilizados para a manutenção das diferenças entre as diversas coleções digitais. Tais métodos podem ser classificados em três categorias com custos e qualidades crescentes.

1. A maioria dos métodos hoje utilizados oferece pouca funcionalidade, mas são econômicos: merecem ser mencionadas nesta categoria as normas da Rede, como URL<sup>140</sup>, HTML<sup>141</sup> e HTTP<sup>142</sup>; 2. Os sistemas superiores, que oferecem maior funcionalidade, mas com altos custos, o z 39.50 e a SGML; são métodos atualmente populares apenas em comunidades restritas de usuários, como bibliotecas e a comunidade dos historiadores; 3. Muitos dos atuais desenvolvimentos das bibliotecas digitais em operação, estão orientados para normas com boa funcionalidade e custos baixos, com Unicode, Dublin Core, OAI-PMH e XML”. (ARMS, apud (TAMMARO; SALARELLI 2008, p. 246)

---

<sup>139</sup> Citado por Tammaro e Salarelli (2008)

<sup>140</sup>Endereço virtual com um caminho que indica onde está o que o usuário procura, e pode ser tanto um arquivo, como uma máquina, uma página, um site, uma pasta .Url também pode ser o link ou endereço de um site.

<sup>141</sup>Linguagem utilizada para produzir páginas na *Web*. Documentos HTML podem ser interpretados por navegadores.

<sup>142</sup> Protocolo de comunicação utilizado para sistemas de informação de hipermídia, distribuídos e colaborativos.

Ressalta-se que o protocolo z 39.50, cujo objetivo é viabilizar a busca distribuída nos catálogos e bases de dados, é um dos exemplos mais comuns de abordagem complexa da busca na qual o usuário pode acessar com uma única consulta múltiplas coleções digitais.

Em se tratando dos mecanismos de buscas são, portanto os instrumentos que mais são empregados para o acesso das informações na internet, e as bibliotecas digitais procuram permitir uma interação com diversos mecanismos de busca de modo que os usuários possam usar tais recursos livremente na Rede.

Dentre os pontos pertinentes ao acesso a bibliotecas digitais, nos cabe abordar também sobre a integração na Rede.

### 3.3.7 Integração

A integração em Rede abrange todos os modos de acesso à biblioteca digital como: folheio pesquisa e acesso aos documentos. Esta oportunidade é oferecida pelo *net working*, ou melhor, pela colaboração em rede na qual se podem criar novos instrumentos de busca que proporcionem resultados integrados, mesmo deixando separados os sistemas de buscas das diversas bases de dados.

Os serviços mais importantes da descoberta de informações em rede podem ser chamados de infraestrutura no sentido de que se tornarão serviços que serão disponibilizados por meio da agregação de diversos módulos funcionais que hoje são desenvolvidos isoladamente. Outros poderão ser acrescidos, conforme descrito a seguir.

*Controle de acessos:* composto dos processos de autenticação, autorização e auditoria (*accounting*). Nessa perspectiva pode ser entendido como a habilidade de permitir ou negar a utilização de um objeto por um sujeito “Atualmente tende a ser específico do serviço e desse modo à função é fragmentada entre muitos serviços, sendo necessário que o usuário repita a autenticação muitas vezes de diferentes formas”. (TAMMARO; SALARELLI, 2008 p. 248)

*Comércio eletrônico:* bibliotecas e fornecedores de informações deverão fornecer informações que devem ser pagas e adotar abordagens comuns.

*Serviços de localização:* permitem o estabelecimento de identificadores de localização. “As pesquisas atuais procuram identificadores duradouros e esse aperfeiçoamento dependerá das experiências em andamento com soluções técnicas e comerciais” (TAMMARO; SALARELLI, 2008 p. 249)

*Identificação do recurso:* o serviço garante a identificação e a seleção de serviços e recursos.

*Representação do conhecimento:* oferecem segundo o mesmo autor um vocabulário controlado de apoio para a indexação e extensão da busca e que abrangem também serviços de tradução.

*Serviços de organização por relevância:* são esquemas organizativos que atribuem pesos aos recursos. Os dados de relevância podem ser usados para delimitar ou ordenar os resultados de vários modos.

*Perfis do usuário:* podem ser necessários em casos especiais como, por exemplo, na personalização das interfaces de busca, para recuperar dados sobre usuários relativos às autorizações de acesso.

Assim os novos recursos que estão surgindo permitem a integração funcional dos serviços isolados de acesso à biblioteca digital a qual é viabilizada pelo projeto e implementação da infraestrutura tecnológica favorecida pela arquitetura da informação no campo de pesquisa que está emergindo de maneira muito rápida.

Em suma, a biblioteca digital emerge num contexto totalmente inovador no qual a rapidez é um grande bônus, e as informações se processam de modo jamais visto antes. Conhecer as características da biblioteca digital, assim como as ferramentas necessárias para tornar o acesso às informações é ainda um desafio para as instituições que já implantaram ou ainda as que estão implantando novos métodos de acessar documentos digitais.

## CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

O capítulo procurou mostrar que nos últimos anos, os desenvolvimentos que ocorreram das tecnologias da informação alcançaram também o sistema de ensino. A discussão levantada sobre o cenário teórico das fontes de informações *online* abordou-se como o ciberespaço, a internet, estão sendo usados como espaço de busca da informação no que tange a pesquisa e como vem modificando o comportamento dos pesquisadores.

Dentre as inúmeras transformações ocorridas no espaço acadêmico estão à inserção das redes sociais, que despertam novas rotinas de acesso. Nesse sentido a reflexão discorreu-se sobre a contextualização das redes sociais para a pesquisa e aprendizagem, e a importância das especificidades das fontes *Facebook e blog*, como seu usuários os utilizam, e enfatizou-se quanto aos perigos que rondam as redes sociais.

Discorreu-se sobre o novo modelo de biblioteca denominado biblioteca virtual (também conhecido como eletrônica e digital) a qual ressalta suas características e importância no atual século permeado de informações que se processam numa velocidade muito rápida. E por fim debateu-se os conceitos da fonte de informação, que é biblioteca virtual /digital /eletrônica assim bem como se dá a sua organização e formas de acesso pelo usuário da informação *online*.

## **CAPÍTULO 4**

### **OS PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO**

---

## **ESQUEMA DO CAPÍTULO**

### **4. OS PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO**

**ESQUEMA DO CAPITULO**

**OBJETIVO DO CAPITULO**

#### **4.1 OS ESTUDO OFICIAIS: BILIOTECONOMIA E AQUIVLOLOGIA ENSINO NO BRASIAL**

4.1.1 Biblioteconomia

4.1.2 Arquivologia

4.1.3 Perfil do profissional da informação

#### **4.2 ATUAÇÕES REQUERIDAS DOS PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO**

4.2.1 Atuação do profissional da informação na perspectiva da alfabetização e

Letramento informacional

4.2.2 Atuação do profissional informação na perspectiva de ligação com o usuário.

4.2.3 Atuação do profissional da informação na perspectiva da ética comportamental

**CONCLUSÃO DO CAPÍTULO**

### **OBJETIVO DO CAPÍTULO**

A partir de uma nova ordem organizacional e comportamental, que está transformando o cenário mundial, onde a informação é insumo de trabalho de vários profissionais. O presente capítulo tem a finalidade de discutir aspectos conceituais e as principais características da profissão do bibliotecário e do arquivista denominados como profissional da informação, assim bem como explicitar sua importância nas organizações de ensino no que tange ao acesso a informação.



## CAPÍTULO 4

### 4. OS PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO

#### 4.1 OS ESTUDOS OFICIAIS: BIBLIOTECONOMIA E ARQUIVOLOGIA ENSINO NO BRASIL

Tão importante quanto abordar sobre a informação, é apresentar o profissional que nela atua. Nesse sentido, é necessário identificar quem são os profissionais das áreas de Biblioteconomia e de Arquivologia, ou melhor, o profissional da informação como definimos desde o início deste estudo. Para tanto, apresentam-se neste capítulo os históricos dos dois cursos, assim bem como se caracteriza o profissional que atua em cada uma delas, abordamos as principais competências requeridas diante das grandes e contínuas transformações que ocorrem no campo da informação.

##### 4.1.1 Biblioteconomia

O primeiro curso de Biblioteconomia<sup>143</sup> foi ofertado na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, por meio do Decreto 8.835 de 11 de julho de 1911. Tal fato se deu durante a administração de Manoel Cícero Peregrino da Silva, que era filho de uma família pernambucana bastante conhecida. Ele assumiu o cargo em 1900 quando foi convidado por Epiácio Pessoa, tendo permanecido no cargo até o ano de 1924.

Cunha citado por Oliveira et. al. (2009, p. 13) ressaltam que:

A Biblioteca Nacional, na posição de mais importante acervo do país, herdeira de um patrimônio real e imperial, instalada num edifício especialmente construído para seu acervo e dirigida por um dos maiores administradores que já passaram pela instituição, Manoel Cícero, tornou-se credora da confiança dos homens públicos e de cultura que continuaram desta data em diante a prestigiá-la, enriquecendo-a de valiosos tesouros bibliográficos.

---

<sup>143</sup>A primeira biblioteca brasileira surgiu dentro de uma instituição de ensino dos Jesuítas no Brasil Colonial. Naquele período, todo acesso ao conhecimento laico era controlado pela Igreja, situação que favoreceu a criação da primeira biblioteca do país no Colégio da Bahia (1568) e também as atividades de um bibliotecário. No Brasil, o primeiro bibliotecário foi o jesuíta português Antônio Gonçalves em 1604 na biblioteca do Colégio da Bahia. Naquele período e até o início do século XX não havia cursos de formação de bibliotecários no Brasil. (SOUSA, *apud* ALMEIDA e BAPTISTA, 2013, p.1)

Desse modo, Manoel Cícero se torna um dos pioneiros no planejamento da documentação bibliográfica, tendo sido considerado um homem visionário na opinião de Paul Otlet e Henri La Fontaine. Ele também foi responsável pelo processo histórico do ensino biblioteconômico no país. Oliveira et. al. (2009) ressaltam que a dedicação do então diretor para a criação deste curso foi intensa ainda que estivesse ligada ao suprimento das necessidades internas e da consolidação de um projeto da elite dominante, isso porque o curso visava atender as exigências institucionais e as aulas eram ministradas pelos diretores de cada seção, em número de quatro.

O primeiro curso de Biblioteconomia foi organizado pelo modelo de admissão, cujo exame se constituía de prova escrita de português e provas orais de geografia, literatura, história universal e de línguas: francês, inglês e latim. Estes eram pré-requisitos para ser bibliotecário: possuir cultura geral:

O candidato matriculado passaria por um exame de admissão, que consistia numa composição escrita em português e uma prova oral sobre geografia, história universal, história literária e tradução do francês, do inglês e do latim, sendo dispensados de exame os candidatos que já houverem sido admitidos nas escolas superiores ou classificados em concursos de provas para provimento de cargos da biblioteca”. (BIBLIOTECA NACIONAL, apud OLIVEIRA et al. (2009, p.18).

Em termos curriculares o curso oferecia as seguintes disciplinas: Bibliografia, Paleografia e Diplomática, Iconografia e Numismática. Quando comparadas ao currículo atual do curso de Biblioteconomia, estas disciplinas eram insuficientes para atender a demanda deste profissional.

A necessidade de padronização no ensino, contou com o apoio da Federação Brasileira de Associação de Bibliotecário – FEBAB, criada em 1959, que conseguiu, ao lado do Conselho Federal de Educação – CFE, instaurar o currículo mínimo. Este currículo mínimo, aprovado pelo Conselho Federal de Educação em 16 de dezembro de 1962, após algumas alterações na sua proposta inicial, passaria a compor das seguintes disciplinas: História do Livro e das Bibliotecas, História da Literatura, História da Arte, Introdução aos Estudos Históricos e Sociais, Evolução do pensamento Filosófico e científico, Organização e Administração de Bibliotecas, catalogação e Classificação, Bibliografia e Referência, Documentação e Paleografia. Sendo obrigatória sua adoção por todas as escolas, no ano seguinte ao da sua vigência. (OLIVEIRA, et al., 2009 p. 18).

Nesta afirmação é possível perceber uma preocupação em se propor estudos mais abrangentes que pudessem atender às mudanças sócias históricas, uma vez que o país estava em processo de desenvolvimento.

Quando à carga horária, a duração do curso estava prevista para os meses de abril a novembro, sendo que as aulas durariam uma hora por semana para cada matéria, incluindo-se tanto o conteúdo teórico quanto prático.

No ano de 1923 o curso ofertado pela Biblioteca Nacional parou de funcionar em razão das mudanças ocorridas no regulamento do Museu Histórico Nacional o qual visava a criação do curso técnico. Esse curso tinha como objetivo formar profissionais para trabalhar na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional. Contudo, estas mudanças não aconteceram e as atividades do curso de Biblioteconomia foram encerradas, tendo retornado apenas no ano de 1931<sup>144</sup>.

Em 1929 foi criado o segundo curso na cidade de São Paulo com realização das aulas no *Mackenzie College* o qual recebeu influência americana tecnicista da *Columbia University*. Almeida (2013, p. 17) cita que esse segundo curso era denominado “Curso Elementar de Biblioteconomia” e era coordenada pela bibliotecária americana Dorothy Muriel Gedds Gropp. A proposta do mesmo estava voltada para os funcionários da biblioteca, professores e bibliotecários de outras instituições.

Conforme Russo e Castro citados por Almeida e Baptista (2013 p. 3)

Em 1936, com a criação do Curso de Biblioteconomia do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo por Rubens Borba de Moraes o curso do Mackenzie College encerrou suas atividades. No entanto, em 1939 por questões políticas a prefeitura de São Paulo cancelou a subvenção dado ao curso, mas Rubens Borba de Moraes encontrou apoio na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo onde ali reinstalou o curso em maio de 1940. Rubens Borba de Moraes e Adelpha Silva Figueiredo implantaram uma biblioteconomia inovadora, fazendo da Biblioteca Municipal de São Paulo um laboratório onde treinaram muitas gerações de bibliotecários a serviço da coletividade.

Como se pode observar, houve uma verdadeira movimentação em torno da criação e institucionalização do curso de Biblioteconomia em nosso país e todo esse processo de luta demonstra a importância de se formar um profissional para atuar na organização das obras, sendo que a própria Biblioteca Nacional possuía esta demanda.

Assim para que se possa melhor visualizar as ocorrências que permearam a evolução e consolidação do curso de Biblioteconomia no Brasil, insere-se o quadro 4.1 para elucidar os principais acontecimentos.

---

<sup>144</sup>O ensino da Biblioteca Nacional era influenciado pela escola francesa *École de Chartes* com forte característica humanística e voltada para os funcionários daquela biblioteca. (ALMEIDA e BAPTISTA, 2013 p. 2)

QUADRO 4.1: Evolução da criação dos primeiros cursos de Biblioteconomia

DATA DE ORIGEM	INSTITUIÇÃO	PERFIL DO PROFISSIONAL	CONHECIEMNTOS EXIGIDOS	LUGAR DE FORMAÇÃO
1568	Ensino dos Jesuítas	1ª Biblioteca Brasileira	Conhecimento laico	Bahia
1604	Colégio da Bahia	Bibliotecário	Atividades de Bibliotecário	Bahia
1900	Biblioteca Nacional	Bibliotecário	Planejamento da documentação bibliográfica	Rio de Janeiro
1900-1923	Biblioteca Nacional	Bibliotecário	Português geografia, literatura, história universal línguas: francês, inglês e latim	Rio de Janeiro
1923	Biblioteca Nacional	Bibliotecários	Bibliografia, Paleografia e Diplomática, Iconografia e Numismática	Rio de Janeiro
1929	MACKENZIE COLLEGE	Bibliotecários	Influência Americana Tecnista da Columbia University	São Paulo
1931	Biblioteca Nacional	Bibliotecários	Influencia francesa École de Chartes, característica humanística	Rio de Janeiro
1936	Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo	Bibliotecários		São Paulo
1940	Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo	Bibliotecários		São Paulo
1962	Escolas de Biblioteconomia do Brasil	Bibliotecários	História do Livro e das Bibliotecas, História da Literatura, História da Arte, Introdução aos Estudos Históricos e Sociais, Evolução do pensamento Filosófico e científico, Organização e Administração de Bibliotecas, catalogação e Classificação, Bibliografia e Referência, Documentação e Paleografia	Todas as Escolas de Biblioteconomia

Fonte: Elaboração da Autora

Conforme o quadro evolutivo 4.1, a sistematização dos acontecimentos deram sustentação para a construção dos currículos como são atualmente.

No entanto foi a partir de 1980, que houve as regulamentações para mudanças que fizeram com que o curso de Biblioteconomia no Brasil ganhasse status de Ciência.

Na década de 1980 ocorreu uma mudança em relação ao modo de conceber a área de Biblioteconomia e desse modo ela passa a ser discutida como uma ciência. Tais mudanças aconteceram de modo particular a partir da criação dos cursos de pós-graduação na área que fez surgir novas perspectivas e discussões no campo. Nesse sentido, as propostas curriculares

apresentadas por diversos professores, contribuíram para que no ano de 1982, ocorresse a aprovação de um novo currículo multidisciplinar. Este foi publicado pelo Conselho Federal de Educação através da Resolução nº 08/82 que fixa os mínimos de conteúdo e duração do curso de Biblioteconomia.

De acordo com Almeida e Batista (2013, p. 19) essa Resolução modificou no ano de 1984 a duração do curso passou para quatro anos e trouxe também alterações na própria estrutura curricular. As matérias aprovadas pelo Decreto foram divididas ainda em três linhas, sendo:

QUADRO 4.2: CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

ESTRUTURA CURRICULAR DE 1984	
LINHAS	DISCIPLINAS
a) Matérias de Fundamentação Geral	1. Comunicação;
	2. Aspectos sociais, Políticos e econômicos do Brasil Contemporâneo;
	3. História da Cultura;
b) Matérias Instrumentais	1. Lógica;
	2. Língua portuguesa e literatura da língua portuguesa;
	3. Língua estrangeira e moderna;
	4. Métodos e técnicas de pesquisa;
c) Matérias de Formação Profissional	1. Informação aplicada à Biblioteconomia;
	2. Produção dos registros do conhecimento;
	3. Formação e desenvolvimento de coleções;
	4. Controle bibliográfico dos registros do conhecimento;
	5. Disseminação da informação;
	6. Administração de bibliotecas;

Fonte: (OLIVEIRA, et al., 2009 p. 20) Adaptação da autora

Como se pode observar, as mudanças ocorridas no campo dos currículos dos cursos de Biblioteconomia quando comparadas à primeira proposta, trazem um grande número de disciplinas, porém, sob os olhos dos críticos, a formação do bibliotecário ainda estava incipiente em razão deste ensino ser considerado como generalista.

O Quadro 4.3 ilustra as disciplinas trabalhadas no curso de Biblioteconomia do Rio de Janeiro e de São Paulo do ponto de vista evolutivo para que se possam demonstrar com mais clareza as diferenças.

QUADRO 4.3: COMPARATIVO DAS DISCIPLINAS/ RIO DE JANEIRO (BN) E SÃO PAULO

<b>ANO</b>	<b>RIO DE JANEIRO (BN)</b>	<b>ANO</b>	<b>SÃO PAULO</b>
<b>1915</b>	Bibliografia Paleografia e Diplomática Referência	<b>1929</b>	Catálogo Classificação Organização de Bibliotecas
<b>1931</b>	Bibliografia Paleografia e Diplomática História da Literatura Iconografia e Cartografia	<b>1941-1942</b>	Catálogo Classificação Bibliografia História do Livro Organização de Bibliotecas
<b>1944</b>	Organização e Administração de Bibliotecas Catálogo Classificação Bibliografia e Referência História do Livro e das Bibliotecas História da Literatura (aplicada à Bibliografia) Noções de Paleografia	<b>1943-1959</b>	Catálogo Classificação Bibliografia Organização de Bibliotecas História do Livro e Paleografia
<b>1962</b>	Técnica de Referência Bibliografia Geral Catálogo e Classificação Organização e Administração de Bibliotecas História do Livro e das Bibliotecas Organização e técnicas de Documentação Literatura e Bibliografia Literária Introdução à Cultura Histórica e Sociológica Reprodução de Documentos Paleografia Introdução à Cultura Filosófica e Artística	<b>1960-1961</b>	Catálogo Classificação Referência e Bibliografia História do Livro Paleografia Organização e Administração de Bibliotecas Seleção de Livros Introdução à Cultura Artística Introdução à Cultura Filosófica Introdução às Ciências Sociais Documentação

Fonte: CASTRO, *apud* OLIVEIRA, et al., 2009, p. 4

Até que o curso de Biblioteconomia tivesse as disciplinas que contém na grade curricular atualmente, foi preciso que houvesse modificações na medida em que as necessidades foram aparecendo ao longo dos anos, o quadro 4.3 demonstra a evolução dos currículos permitindo as comparações simultâneas entre o que acontecia no curso inserido no Rio de Janeiro e no curso inserido em São Paulo.

Em seus primeiros anos, as duas escolas (Rio de Janeiro e São Paulo) tinham visões diferentes, uma vez que a primeira mantinha uma perspectiva humanística. Já a segunda era basicamente técnica. Dessa maneira os bibliotecários formados por estas duas escolas, ora defendiam a abordagem tecnicista, ora humanística, sempre de acordo com a formação que tiveram<sup>145</sup>.

As informações apresentadas no quadro acima demonstram que até o ano de 1942 não havia disciplinas em comum nas duas escolas de Biblioteconomia sendo que apenas o ensino de bibliografia é que foi trabalhado em ambas a partir do ensino na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo<sup>146</sup>.

De maneira bastante resumida, Oliveira et al., (2009, p. 4) citam que a partir de 1962 a Biblioteconomia foi elevada a *status* de profissão de nível superior. À época já havia outros cursos além destes, como o: Curso de Biblioteconomia da Pontifícia Universidade Católica – Campinas (1945); Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1947); Curso de Biblioteconomia do Departamento de Documentação e Cultura do Recife (1948); Curso de Biblioteconomia em Minas Gerais (1950); Curso de Biblioteconomia em Pernambuco (1950); Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Paraná (1952); Curso de Biblioteconomia em Manaus (1955) e o Curso de Biblioteconomia de São Carlos - SP (1959).

Além de o curso ter sido elevado ao status de profissão de nível superior em 1962 as mudanças continuaram a acontecer, na década de 1980 também houve grandes movimentos que foram importantes para a Biblioteconomia, como, por exemplo, o Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBDD) dentre outros encontros regionais e estaduais que passaram a discutir temas mais específicos. A realização destes eventos foram segundo Oliveira et. al. (2009) tentativas de promover uma boa convivência entre os profissionais, também como a troca de conhecimentos e de discussões referentes aos temas e dilemas da área.

Com relação à quantidade de vagas ofertadas, parece ser sempre insuficiente desde que se tem notícias da criação legal do curso.

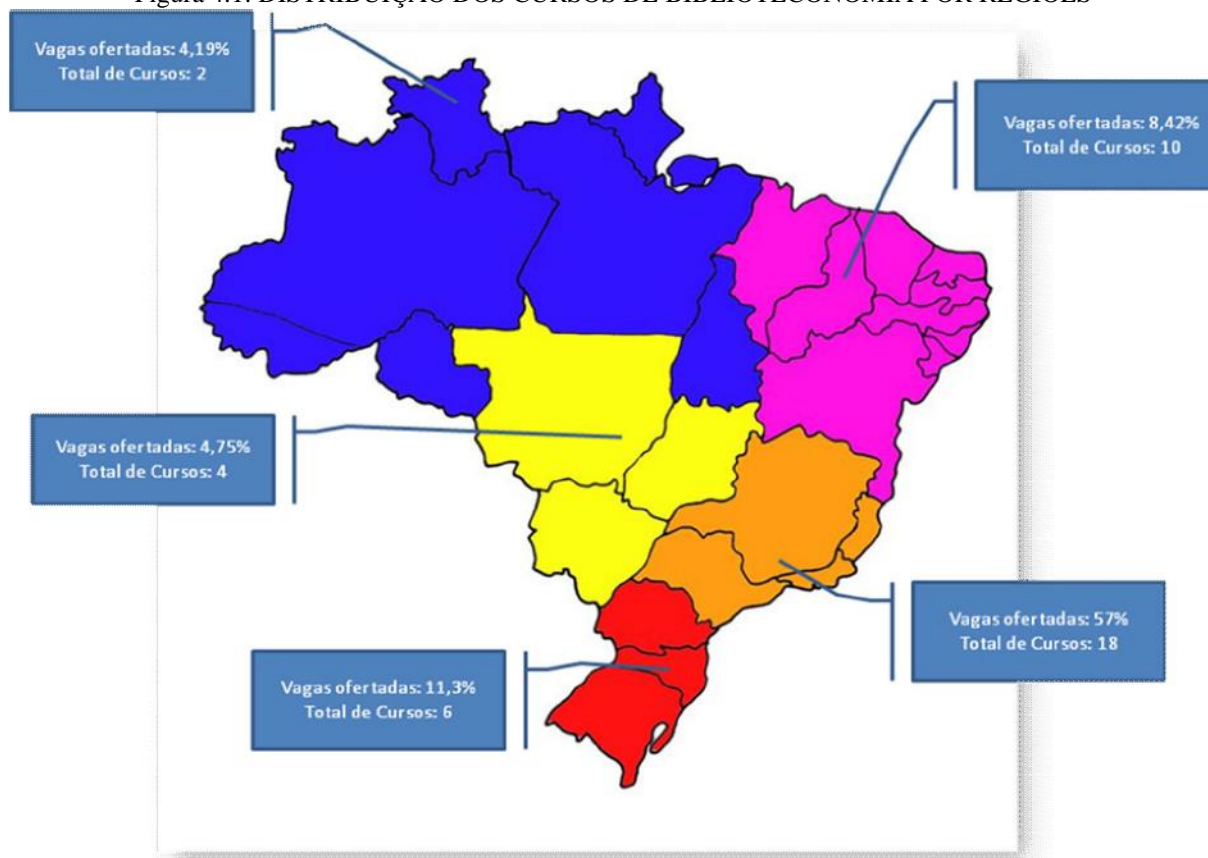
---

<sup>145</sup> A polêmica entre Rio e São Paulo foi marcante quanto às questões técnicas da área. No entanto, com a americanização do país e as exigências do mercado de trabalho a Biblioteca Nacional em 1944 modificou seu currículo com o acréscimo de disciplinas técnicas tais como: Catalogação, Classificação, Bibliografia e Referência. Mas não deixou de lado sua influência humanística. (CASTRO, *apud* OLIVEIRA, et al., 2009, p. 3)

<sup>146</sup> As diferenças significativas deixaram de existir a partir de 1944 entre os saberes ministrados em São Paulo e Rio de Janeiro, no entanto, o autor acredita que supostamente devia haver outras diferenças nas práticas e no modo de ensinar entre os dois estados. (CASTRO, *apud* OLIVEIRA, et al., 2009, p. 4)

Atualmente o número de vagas para a formação de bacharéis em Biblioteconomia ainda é deficiente para atender a demanda do País, principalmente nas Regiões Norte e Centro-Oeste que, em termos geográficos, representam mais de 50% do território nacional, conforme demonstra a Figura 4.1:

Figura 4.1: DISTRIBUIÇÃO DOS CURSOS DE BIBLIOTECONOMIA POR REGIÕES



Fonte: BARBALHO, et al., 2010 p. 5.

A figura do mapa de Barbalho separado o país por regiões dá uma ideia de como estão divididos os cursos de biblioteconomia nas cinco regiões e demonstra a porcentagem das quantidades de vagas ofertadas por ano.

A questão não é simplesmente observar os dados, é preciso ter em mente que no Brasil existe uma má distribuição populacional, há regiões com o Sul e Sudeste que existem mais habitantes em um menor espaço, devido às condições de rendas e empregos as quais obrigam habitantes de regiões menos favorecidas a migrarem para regiões mais favorecidas influenciando no dado final de qualquer que seja o ramo de negócio.

Como se pode observar, as lutas e discussões ocorridas no âmbito da criação e a institucionalização do curso de Biblioteconomia no Brasil, ainda não foram suficientes para atender a grande demanda de profissionais em todo o país.



Para melhor demonstração do supracitado, inserimos o quadro 4.4 que indica a porcentagem de habitante por Biblioteca o que chega a ser surpreendente:

QUADRO 4.4: Estatística de Bibliotecas no Brasil em 2015

BRASIL 2015				
Quantidade de habitantes do país	Quantidade de municípios do país	Quantidade de Bibliotecas públicas	Quantidade de Biblioteca por município	Quantidade de habitantes em média por Biblioteca
204.000.000 <sup>147</sup>	5565	6.033	1,08	<b>33.814</b>

Fonte IBGE, Adaptação da autora.

É evidente que os dados têm algumas especificidades que necessitam ser explicadas, sobretudo considerando as particularidades do Brasil. O país brasileiro possui 5565, municípios, incluído o Distrito Federal, mas apenas 6.033 bibliotecas públicas. Assim, temos uma média de 1,08 bibliotecas públicas por município. E uma média de 33.814 pessoas por biblioteca no país, haja vista que sua população estar estimada, em 2015, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 204.000.000 (duzentos e quatro milhões) de pessoas.

Os dados parecem um tanto controversos, pois é inconcebível que uma biblioteca atenda 33.815 pessoas, obviamente isso não se dá dessa maneira, os dados são fornecidos de forma macro, abrangendo a totalidade do Brasil. Mas o que se dá muda à concepção dos fatos, pois, as referidas bibliotecas são espalhadas nos municípios uns com mais bibliotecas outros com menos, e igualmente se dá com o numero de habitantes, em alguns municípios há mais habitantes que outros como pode ser observado também pelo numero de vagas na figura 4.1.

Contudo estas explicações não mudam o fato de que ainda existem 117<sup>148</sup> municípios brasileiros sem Bibliotecas Públicas.

Assim é necessário também medidas para equiparação dos dados de maneira a atender a demanda existente, sem deixar de observar todas as especificidades. Se pode dizer que há alguma tentativa de sanar a questão como, por exemplo, a:

**A Portaria do Ministério da Cultura número 33 que estabelece, entre outras coisas, como condição para a liberação de recursos financeiros do Ministério da Cultura aos entes federados a existência de biblioteca pública em condições minimamente adequadas de atendimento à população. O novo instrumento normativo revoga Portaria Min C nº 117, de 01 de dezembro de 2010 que tratava do tema de forma mais restrita.**

<sup>147</sup>O numero foi inserido como numero estimado para 2015, pelo ( IBGE), INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTA

<sup>148</sup> Segundo o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, por meio do projeto “Mais Bibliotecas”

As referidas Portarias são o amparo legal para fazer com que as coisas comecem a acontecer de maneira mais efetiva no campo de construção de bibliotecas públicas.

Junto a esse processo de construção de Bibliotecas nos Municípios está a formação centrada no profissional da informação que também sofreu e vem sofrendo mudanças ao longo dos anos.

A Sociedade da Informação modificou sobremaneira as relações de trabalho dos profissionais da informação. No que se refere à denominação “profissional da informação”, existe uma significativa falta de consenso entre os pesquisadores a respeito das profissões que fazem parte deste grupo. Apesar disso, todos são unânimes em apontar aos bibliotecários como parte da categoria. O bibliotecário teve que adaptar-se à nova realidade, realidade esta que se alterou a partir do desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, que modificaram as formas de acesso à informação. Num contexto em que a virtualidade impera e o “instantâneo” predomina, as profissões que trabalham com a informação não poderiam deixar de acompanhar essa tendência. Desta forma, surge a necessidade de desenvolver novas competências para atender aos novos tipos de demanda. (BRESSANE; CUNHA, 2011, p.333)

Conforme Bressane e Cunha, os bibliotecários fazem parte da categoria dos profissionais da informação, que no contexto atual tem sofrido constantes modificações justamente por causa das novas exigências de mercado, recaindo sobre eles a responsabilidade de apropriar-se das novas competências informacionais que deles são exigidas no também novo contexto mundial permeado de tecnologias as quais por sua vez são extremamente voláteis.

Diante disso requerem que se explicitem quais são as novas exigências do mercado<sup>149</sup>, para que se possam identificar tais exigências. Apresentam-se algumas das principais competências e habilidades necessárias para a formação do Bibliotecário são;

- Analisar a informação e a produção do conhecimento;
- Aplicar métodos de análise de informação para apoiar a tomada de decisão;
- Assessorar a avaliação de coleções bibliográfico-documentais;
- Avaliar resultados do uso da informação e investigar as soluções dos problemas relacionadas ao trabalho com a informação;
- Conhecer sistemas de classificação das fontes de informações, acesso, recuperação e análise e proteção da informação;
- Desenvolver ações expositivas, visando à extroversão dos acervos sob sua responsabilidade;
- Dirigir, administrar, organizar e coordenar unidades, sistemas e serviços de informação;
- Dominar a lógica do sistema de indexação;
- Elaborar produtos de informação, com base em conhecimento especializado do conteúdo dos recursos da informação, inclusive habilidade de avalia-los e filtrá-los tecnicamente;
- Formular e gerenciar projetos, produtos, serviços e informação;
- Planejar constituir e utilizar redes de unidades e serviços de informação;

---

<sup>149</sup> Segundo o projeto político pedagógico do curso de bacharelado em Biblioteconomia da Universidade Federal de São Carlos – UFScar (2012/2014)

- Planejar, coordenar e avaliar a preservação e a conservação dos materiais armazenados nas unidades de informação;
- Realizar pesquisas relativas a produtos, processamento, transferência e uso da informação;
- Selecionar, avaliar, representar, organizar e difundir a informação gravada em qualquer meio para os usuários de unidades, serviços e sistemas de informação;
- Trabalhar em equipe;
- Desenvolver de forma eficiente e eficaz o processo de comunicação;
- Utilizar e disseminar fontes, produtos e recursos de informação de qualquer natureza.

Neste contexto a formação do profissional da informação continua sempre num processo ininterrupto de transformação, o que se dá tanto com o bibliotecário quanto com o arquivista como veremos a seguir ao versar sobre o curso de arquivologia.

#### **4.1.2 Arquivologia**

Para uma abordagem mais abrangente sobre a arquivologia é relevante lembrar a origem dos arquivos tão importantes como a própria escrita nas sociedades antigas, onde os grandes impérios precisavam de evidências de documentos para manter seu poder (e a sua memória) e também indivíduos com as destrezas para geri-las e conserva-las. Já na era moderna, na Espanha, na época de Filipe II se cria o Arquivo de Simancas e em 1561 se dispõem instruções de trabalho arquivístico na França, os revolucionários franceses impulsionam o Arquivo como instrumento de controle.

Percebe-se então que a necessidade de criar arquivos organizados é inerente ao homem na sociedade mesmo no contexto da pós-escrita (numérica), e tem suas raízes na utilização das informações que cada documento continha no passado e contém atualmente, como instrumentos de poder, e de controle, de evidencia, e como construção da memória, sempre de modo contínuo, este vai passando as etapas a que se destina até que chegue a ser documento.

O arquivo serve como instrumento de pesquisa e prova, baseando-se nos fatos comprovados no conteúdo e registro nos documentos que o constituem. A origem do documento acontece de forma natural, na sociedade pós-escrita, pois, toda ação é capaz de gerar um documento como instrumento de prova ou dados que serão interpretados como informações, e tais informações cheguem as ser um documento para a época atual.

Sendo assim, segundo o Arquivo Nacional (2005) os arquivos têm por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso ao conjunto de documentos produzidos por uma entidade no desempenho de suas atividades, o que sem duvida provoca a necessidade de utilização das informações armazenadas nesses documentos. A finalidade sempre é a de dispor o serviço aos usuários produtores ou a cidadania em geral.

O arquivo – enquanto órgão receptor de documentos atua como centro de pesquisa uma vez que armazena documentos que resgatam fatos ocorridos, comprovando sua veracidade. (ou a veracidade do produtor dado que o arquivo se constrói mediante capas interpostas de informações e tratamentos). Segundo o Dicionário Internacional de Terminologia Arquivística, publicado pelo Conselho Internacional de Arquivos, arquivo é “o conjunto de documentos, quaisquer que sejam suas datas, suas formas ou seus suportes materiais, produzidos ou recebidos por pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, no desempenho de suas atividades” (1984, p.25)

Esta definição pode ser considerada o eixo basilar do pensamento dos principais fundadores do saber arquivístico a partir de meados do século XX “embora devam ser consideradas algumas nuances, especialmente no que se refere à inclusão explícita da característica de organicidade da acumulação arquivística” (FONSECA, 1999). No entanto, é entre os arquivistas canadenses que vem se consolidando o conceito de informação Arquivística. Para Fonseca (1999), embora recorrente à definição de arquivo, este esforço inaugura um importante espaço de reflexão em torno das questões mais específicas do fenômeno informacional e preconiza maior relação entre a Arquivologia e a Ciência da informação, ou ciências da informação. Couture e Rousseau (1988) constatarem que:

(...) ao final de uma evolução transformadora de sua missão e definição, a Arquivologia aparece, hoje, como uma disciplina cuja razão de ser situa-se no seio da gestão da informação, recurso vital das organizações, sendo que estas informações podem ser verbais ou registradas sobre suportes, como, por exemplo, o papel, a fita magnética, o disco ótico ou o microfilme “Podem ser orgânicas, expedidas ou recebidas no quadro das funções do organismo ou não orgânicas, quer dizer, produzidas fora do quadro das funções do organismo... As informações registradas orgânicas nascem no arquivo do organismo” (Couture & Rousseau, 1988, p. 53-54).

Desta forma, atendendo às necessidades dos usuários de arquivos, a partir do século XX, os arquivos abriram-se à administração, aos cidadãos e aos pesquisadores de diferentes áreas que segundo Calderon e Cornelsen (2004) diante desta realidade, fez-se necessária a presença cada vez mais de profissionais preparados a responder às expectativas e necessidades dos usuários que buscam informações para a elaboração de seus trabalhos. As instituições também ao longo dos anos passaram a reconhecer a importância de um sistema informacional eficiente, bem como os prejuízos que este pode causar como admite os autores:

Ninguém pode negar que decisões baseadas em dados inúteis têm custado bilhões de dólares em produtos encalhados, em aquisições que não acrescentam lucratividade ao conjunto, em processos redefinidos que não funcionam, em investimentos em instalações ou equipamentos que não produzem (Calderon e Cornelsen, 2004 p. 5).

Diante disso, nota-se a importância de um sistema de arquivos pautado no planejamento e na realidade de cada organização a fim de que as informações arquivísticas sejam processadas e repassadas aos seus usuários obedecendo ao fim a que se destinam sem desperdícios de tempo e de dinheiro.

Neste contexto junta-se a história dos arquivos e da disciplina Arquivística que poderia ser analisada antes de 1970, mas é nessa década que se tornou importante o estabelecimento de alguns parâmetros que definem as questões arquivísticas atuais.

Algumas conquistas na área se devem a Associação dos Arquivistas Brasileiros, nas quais podem ser citados os congressos brasileiros promovidos regularmente, o surgimento do primeiro periódico brasileiro especializado na área a revista *Arquivo e administração*, bem como a regulamentação das profissões de arquivista e de técnico em arquivo, obtida em julho de 1978. Podemos citar ainda como conquista, o fortalecimento conjuntural das instituições arquivísticas pública na década de 1980, e a consolidação do Conselho Nacional de Arquivística (Conarq) que hoje exerce um papel de liderança, buscando uma política nacional de arquivos (FONSECA, 2008).

Assim dentre os parâmetros que estabeleceram a história da arquivística no Brasil, e também as importantes conquistas acima citadas, a consolidação no campo Arquivístico encontra uma das suas referências básicas na coexistência de dois conceitos: Arquivologia e Arquivística. Segundo Jardim (1998), o Brasil aceita dois conceitos inter-relacionados cuja estrutura teórica parece única no mundo ou pelo menos na literatura mais conhecida na área em nível internacional, sendo que em nosso país o conceito ganhou maior ênfase nos últimos 30 anos.

A partir de 1991 a promulgação da Lei 8.159, de 8 de janeiro, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e estabelece as suas competências, reforçando a necessidade de um maior envolvimento do arquivista com as questões relacionadas à gestão dos arquivos correntes, tal e como sinala (RODRIGUES, 2008) “a gestão dos documentos públicos correntes é de competência das instituições arquivísticas”.

A dita Lei diz ainda que a gestão de documentos de arquivo é considerada o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente. Assim mesmo especifica que a guarda dos documentos públicos é exclusiva dos órgãos e entidades do Poder Público, visando garantir o acesso e a democratização da informação, sem ônus, para a administração e para o cidadão. Poderão ser

contratados serviços para a execução de atividades técnicas auxiliares, desde que planejados, supervisionados e controlados por agentes públicos pertencentes aos órgãos e entidades produtores e acumuladores dos documentos.

Também, conforme reza a Constituição Federal é dever do Poder público no parágrafo 2º do art. 216, a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumentos de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico como elementos de prova e informação.

Jardim (1998) acrescenta que a situação dos arquivos brasileiros especialmente dos arquivos públicos tem sido objeto de diversos diagnósticos nas últimas décadas. Para o autor, estes diagnósticos, em sua maioria, produzidos pelos arquivos públicos vêm denunciando a situação arquivística, desde os acervos acumulados aos documentos em fase de produção, passando pela precariedade organizacional, tecnológica e humana.

Sob a ótica de Ohira e Martinez (2001), alguns destes diagnósticos apontam de forma mais ou menos evidente a impossibilidade do exercício do direito à informação pelo cidadão, destacando-se como principais problemas, a grande parcela de documentos sem identificação e descrição e a falta de recursos humanos, financeiros e materiais para a eficiente gestão da massa documental.

Dado a isso os estudos objetivam tanto favorecer a organização dos documentos, preservando os dados da massa documental quanto viabilizar o acesso dos usuários ao mesmo de forma mais efetiva apesar de todas as dificuldades apontadas.

Observa-se que no Brasil, conforme a evolução do conceito de Calderon et. al (2004) que a informação Arquivística vem se consolidando aos poucos entre os arquivistas, preconizando maior relação entre a Arquivologia e a ciência da informação o que faz com que a maioria das instituições ultrapassasse a concepção tecnológica para encarar algo mais complexo, que é a preocupação que se deve ter com a informação produzida no âmbito interno e externo das instituições afetando os processos e os produtos das organizações. Acerca desta questão, Fonseca apud Calderon et. al. (2004) informam que:

(...) das concepções de arquivo e de informação, depreende-se que a informação não tem sido considerada apenas objeto privilegiado da arquivística, aparecendo na literatura clássica da área como consequência do documento de arquivo, que, por sua vez, é visto como um elemento do arquivo desta forma, Herrera destaca “Importa muito que não percamos de vista a tríplice dimensão do objeto da arquivologia e sua ordem: arquivos-documentos de arquivo-informação” (apud CALDERON, et. al, 2004).

A literatura clássica da Arquivística se debruça no maior valor secundário dos documentos, enfatizando os arquivos históricos “Em contrapartida, surge a Arquivística

integrada com a proposta de tratar a informação desde o nascimento até o seu destino final” (CALDERON, et. al, 2004 p. 5).

Couture e Rosseau (2000, p. 133) apontam para Arquivística integrada como a "única com capacidade de assegurar a unidade e a continuidade das intervenções no quadro de uma política de organização dos arquivos”.

De acordo com estes autores, essa nova proposta tem como diretrizes a eleição da informação registrada como objeto de pesquisa e trabalho, a busca de parcerias com áreas afins, a ênfase na pesquisa teórica e aplicada e o estímulo à formação de profissionais qualificados para planejar soluções dos problemas arquivísticos.

A informação orgânica e registrada é por natureza uma informação arquivística que apresenta como características os seguintes itens:

1. A natureza das informações arquivísticas é específica; 2.A primeira característica da informação arquivística é a sua natureza orgânica; 3. A segunda característica é a sua originalidade, logo, a sua unicidade; 4.A terceira característica é a sua capacidade de ser avaliada em termos de idade e de utilização; 5. A primeira particularidade da informação arquivística é a natureza limitada dos seus suportes convencionais ou eletrônicos; 6.A segunda particularidade refere-se à noção de acumulação das informações produzidas ou recebidas; 7.A terceira particularidade refere-se às atividades geradoras que podem ser administrativas, técnicas ou científicas; 8.A quarta particularidade refere-se ao fato de a informação arquivística ser a primeira forma tomada por uma informação registrada, quando da sua criação (Lopes, 2000, p.103).

Como se podem observar as características arquivísticas revelam a complexidade deste processo, cabendo ao profissional da área conhecer cada uma visando à qualidade nos serviços prestados em Arquivística.

Dado a mesma complexidade acima citada paradoxalmente tanto no Brasil quanto nos demais países da América Latina, não são difíceis de constatarem que os arquivos, no sentido do conjunto de informações e documentos orgânicos e originais, ainda são vistos, como patrimônio material, próximo aos móveis, máquina e ferramentas de uma organização.

Apesar dos grandes avanços e mudanças que ocorrem tão significativas atualmente, não raro, os arquivos documentais disputam o mesmo espaço dos almoxarifados, garagens, depósitos, porões, salas sem serventia etc. Aliás, os profissionais quase sempre são procurados quando se constata que: Não há mais espaço disponível para a guarda de documentos, e o espaço físico que é ocupado pelos arquivos poderia ter outra destinação rentável, como citado por (LOPES, 2000, p.18).

Não se encontra o que se procura, no meio das massas documentais acumuladas de modo aleatório. Os documentos são vistos somente como peças de um inventário de bens. O conteúdo informacional só adquire alguma importância nas questões de ordem jurídica a que estiverem relacionados.

É possível que haja grandes prejuízos nas organizações em consequência não manterem seus arquivos organizados e é cada vez mais evidente a preocupação dos arquivistas no sentido de tornar o que poderia ser um ponto negativo, melhor dizendo, essa falta de importância dispensada aos arquivos, em algo rentável, aproveitando o surgimento de uma tendência que vem se consolidando que é justamente organizar os acervos para não perder a informação e consequentemente os recursos financeiros.

A preocupação com a organização dos acervos e mantê-los dentro da legalidade não se dá somente com acervos físicos, trata-se de outra tendência que é o surgimento dos arquivos digitais, vive-se permeados de documentos que já nasceram digitais. Demandando do profissional da informação outras expertises no trato destes documentos também.

No contexto da pós-arquivística cita-se ainda os documentos eletrônicos com todas as suas especificidades, como por exemplo, o processo de preservação, que traz duas características tão contraditórias a fragilidade que se interpõe como dificuldade de manuseio e conservação, mas, contudo a agilidade que permite o acesso rápido a informação.

Os arquivos tanto eletrônicos quanto digitais são armazenados em diversos formatos, os quais exigem programas para operá-los e lê-los. Os arquivos, salvo que se indique especificamente o contrário podem ser criados, editados, movidos, reduzidos aumentados copiados, transmitidos, ou apagados dentro de um computador o dispositivo digital<sup>150</sup>. (VOUTSSAS MÁRQUEZ, 2013, p.22). Diante disso o processo impulsiona a evolução dos dispositivos de armazenamento, dado a uma tecnologia cada vez mais efêmera.

Ressalta-se considerando a infinidade de formatos dos documentos, os dispositivos de leitura e armazenamento que permitem tanto o agrupamento de um quanto de vários documentos fazendo com que os mesmos possam ser guardados, desde que sejam identificados para a sua posterior recuperação.

Podem-se citar também outras formas de medir e ler os dados, trata-se dos dispositivos analógicos, como por exemplo, o relógio para medir o tempo, o termômetro para medir a temperatura, ou ainda o velocímetro usado para medir a velocidade dentre outros.

---

<sup>150</sup> Los archivos, salvo que se indique especificamente lo contrários, pueden ser creados, editados, movidos, reducidos, agrandados, copiados, transmitidos o borrados dentro de una computadora o dispositivo digital.( tradução da autora)



O armazenamento dos dados na nuvem também é uma nova tendência que cada vez mais vem se ampliando tornando-se uma alternativa bem atual em meio a todo aparato tecnológico.

Sendo assim são muitas as alternativas de atender as necessidades de trabalho com dados, no entanto a evolução é crescente, não cessam as descobertas no sentido de acessar ler preservar manusear e armazenar a informação arquivística, seja ela em qual suporte, formato, ou dispositivo que for. Dado ao fato é que a profissão de arquivista, o profissional da informação é tão preponderante.

Na Arquivística, o arquivista é tão importante quanto os arquivos e acervos, sendo impossível coloca-los em segundo plano, assim como é impossível existir a medicina sem o médico, os arquivos não seriam organizados cientificamente sem os arquivistas. Parece uma afirmação óbvia, mas não totalmente. Predomina no país a figura do arquivista prático. Esta situação é vivida na maioria dos países do mundo, inclusive naqueles onde a situação dos arquivistas e dos arquivos alcançaram melhor status. Onde, também, o arquivista, com formação universitária específica, costuma ser um pós-graduado. A presença de pós-graduados trabalhando em atividades arquivísticas desenvolvidas no Brasil é ainda diminuta, porém crescente, sobretudo os originários dos cursos de especialização.

Quanto à ideia de gestão assim bem como de administração, podem ser igualmente lidas, isto é, pensou-se em um profissional capaz de administrar os conteúdos informacionais dos documentos e não apenas de modo prático. É importante encarar e resolver os problemas arquivísticos de primeira e segunda idade. Por outro lado, também o arquivista é herdeiro do avanço da utilização dos computadores no centro da criação, gerenciamento e manutenção das informações arquivísticas, através de múltiplos conhecimentos. Cada vez mais os computadores e os meios de comunicação, são os principais produtores de acessar e manter documentos nos países industrializados e semi-industrializados.

Concomitantemente com os avanços, a manutenção das informações pode ser estabelecida utilizando toda legislação, Decreto-Lei, Decretos, Medidas Provisórias e Resoluções que podem ser consultadas no site do CONARQ, que as mantém atualizadas e disponibilizadas, dando um grande respaldo aos profissionais e empresas do segmento arquivístico. Ha que se pensar no que diz Souza, (2010, p.88).

Em 2008 completou-se trinta anos de regulamentação da profissão de arquivista. Durante todo esse tempo, a Lei não sofreu nenhuma modificação. As atribuições previstas na legislação propõem aplicação de metodologia para o tratamento dos arquivos nas três fases mais com uma vertente maior para os arquivos históricos. Hoje com os recursos da tecnologia temos acompanhado todo o trâmite da

informação e seus organismos. Assim, é de fundamental importância identificar quais são as atividades mais presentes nas instituições e nos espaços de trabalho, onde os arquivistas podem atuar, quais as condições de trabalho e o que fazem os arquivistas oriundos dos cursos de Arquivologia no Brasil<sup>151</sup>. (tradução da autora)

Em verdade, é preciso que os profissionais entendam que os desafios do nosso tempo exigem que se tenham respostas para problemas passados e atuais (LOPES, 2000, p.34). Considerando o exposto, faz-se necessário uma abordagem mais contundente de como se deu a trajetória de composição dos cursos de arquivologia no Brasil.

Para tal entendimento deve-se ater a opinião de Tanus e Araújo (2012, p. 83) inicialmente a trajetória das práticas e do saber arquivístico no Brasil datam de 1.838 quando ocorreu a criação do Arquivo Nacional, denominado à época de Arquivo Público do Império<sup>152</sup>, conforme previsto na Constituição de 1824<sup>153</sup>.

Conforme Rodrigues e Marques (2008, p.5);

A formação arquivística no Brasil iniciou-se no ano de 1922 por meio do Decreto no 15.596, de 2 de agosto. À época, o diretor do Arquivo Nacional, Alcides Bezerra, propôs a criação de curso técnico para a habilitação dos funcionários do Arquivo Nacional. Esse curso, a exemplo dos cursos técnicos dos arquivos europeus da época, exigia dos candidatos uma preparação para trabalhar, ao mesmo tempo, em bibliotecas, museus e arquivos.

De acordo com as autoras acima citadas, no ano de 1923, a Biblioteca Nacional (BN) e o Museu Histórico Nacional (MHN) abriram inscrições para o Curso Técnico, criado pelo Decreto n. 15.596, de 2 de agosto de 1922, comum a essas duas instituições e ao Arquivo Nacional (AN).

O ensino das disciplinas era dividido entre os estabelecimentos a que era comum, cabendo ao Arquivo Nacional o de história política e administrativa do Brasil e de cronologia e diplomática. No ano 1930 devido à criação da Universidade do Rio de Janeiro, José Honório

<sup>151</sup> *En 2008 se cumplieron treinta años de regulación de la profesión de archivero. Durante todo ese tiempo, la Ley no sufrió ninguna modificación. Las atribuciones previstas en la legislación proponen aplicación de metodología para el tratamiento de los archivos en las tres fases pero con una vertiente mayor para los archivos históricos. Hoy, con los recursos de la tecnología hemos acompañado todo el trámite de la información en los organismos. Así, es de fundamental importancia identificar cuáles son las actividades más presentes en las instituciones y en los espacios de trabajo, donde los archiveros puedan actuar, las condiciones laborales y lo que hacen los archiveros oriundos de los cursos de Archivística en Brasil.*

<sup>152</sup> Com a chegada da Família Real, parte da corte e de seus pertences: documentos, mapas, moedas, estampas, manuscritos, livros, objetos de arte, entre outros, distribuídos em vários navios, apressou o processo de constituição dos espaços nacionais, como Arquivo, Biblioteca e Museu, os quais seriam responsáveis pela organização, armazenamento e preservação dos documentos oficiais. Devido ao crescimento desses acervos, das atividades e demandas geradas nestas instituições, fez-se necessária a formação de profissionais habilitados para o trabalho, tais necessidades constituíram um ponto comum entre elas. (TANUS; ARAÚJO, 2012 p. 83)

<sup>153</sup> Em relação à origem do Arquivo Nacional, ressalta-se que essa instituição está associada à transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, que aportou, em 1808, em sua colônia devido as guerras napoleônicas.

Rodrigues diretor do Arquivo Nacional, se mostrou sensível em relação à importância da formação do profissional de arquivo e sua vinculação a formação superior, e solicitou a inclusão do curso de arquivo ao novo sistema de organização do ensino superior.

Conforme Rodrigues e Marques (2008, p. 5);

No final da década de 1950, ainda na ausência de um curso específico para a formação dos funcionários da principal instituição pública do País custodiadora de documentos arquivísticos, o então Diretor do AN escreve uma carta à Embaixada da França, solicitando a colaboração de um arquivista francês para conferências sobre a organização dos arquivos franceses, que eram modelo da época.

Além da criação do Curso Permanente de Arquivo, durante a direção de José Honório Rodrigues, responsável por modernizar o Arquivo Nacional, foi convidado o arquivista norte-americano Theodore Roosevelt Schellenberg, que elaborou um texto sobre os problemas arquivísticos do governo brasileiro, demonstrando a importância dos arquivos públicos como lugar de memória nacional.

Conforme Tanus e Araújo (2013, p. 85-86) a vinda de estrangeiros ao Arquivo Nacional além de dinamizar as práticas arquivísticas marca a abertura da instituição a novas influências e conhecimentos teóricos desenvolvidos em outros países. A transferência do curso para o espaço universitário inauguraria a mudança de um local de memória para um local dedicado ao ensino, pesquisa e extensão, ocasionando uma mudança na produção da área, que passou de um empirismo para projetos de pesquisas inseridos inclusive em programas de pós-graduação, com propostas metodológicas e discussões conceituais, e envolvidos em financiamentos de agências de fomento.

Ainda em 1959, o Arquivo Nacional iniciou a oferta de cursos de formação de arquivistas. Os mesmos foram ministrados pelo arquivista Henri Bouiller de Branche que trabalhou nos cursos de aperfeiçoamento e treinamento aos funcionários da instituição e a partir dessa época a Arquivologia passou a receber um tratamento científico ao propiciar a expansão do conhecimento na área. Esta missão veio a se tornar um referencial histórico na formação dos arquivistas brasileiros.

De acordo com Soares citado por Tanus e Araújo (2013, p. 88-89):

No primeiro relatório “Situação do Arquivo Nacional”, de 1959, José Honório Rodrigues relata que o Arquivo encontrava-se em estado deplorável, sem controle de acervos e sem quadro técnico capaz de atender a qualquer propósito de modernização, o que levou a pensar sobre os projetos administrativos e a formação de pessoal capaz de enfrentar os novos desafios que viriam pela frente. Em outras palavras: fundar uma arquivística científica com base científica, em consonância com os avanços tecnológicos já observados em centros internacionais mais evoluídos.

Conforme se pode observar, a situação da guarda de arquivos no período citado acima não atendia às necessidades, pois além de estarem em mal estado de conservação, também não contava com o controle de seus acervos. Tal realidade apontava para a necessidade da criação de um curso de Arquivologia.

Desse modo, em 1960 foi criado o Curso Permanente de Arquivos (CPA). Conforme dados do Arquivo Nacional, citado por Rodrigues (2008, p. 7) neste ano o Arquivo Nacional já possuía um Curso Permanente de Arquivos, de nível universitário, reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), com grande procura de candidatos advindos dos mais diversos lugares do País.

QUADRO 4.5: Avanços para a formação do curso de Arquivologia

Período	Formação do curso de Arquivologia
1838	Criação do Arquivo Nacional, denominado à época de Arquivo Público do Império, conforme previsto na Constituição de 1824.
1911	A primeira iniciativa referente a formação em arquivologia se estabelece com a criação do curso de Diplomática com duração de um ano.
1922	Início da formação arquivística no Brasil, por meio do Decreto no 15.596, de 2 de agosto. Acontece o curso técnico para atender a demanda do Museu Biblioteca e Arquivo nacional.
1923	A Biblioteca Nacional (BN) e o Museu Histórico Nacional (MHN) abriram inscrições para o Curso Técnico, criado pelo Decreto n. 15.596, de 2 de agosto de 1922, comum a essas duas instituições e ao Arquivo Nacional (AN).
1930	Devido à criação da Universidade do Rio de Janeiro, José Honório Rodrigues diretor do Arquivo Nacional solicitou a inclusão do curso de arquivo ao novo sistema de organização do ensino superior.
1932	A Biblioteca Nacional, Museu Histórico Nacional, começaram a promover cursos destinados aos seus profissionais, propuseram um curso técnico que não teve êxito.
1950	Década em que o diretor do AN escreve uma carta à Embaixada da França, solicitando a colaboração de um arquivista francês para conferências sobre a organização dos arquivos franceses, que eram modelo da época. E ainda foi convidado o arquivista norte-americano Theodore Roosevelt Schellenberg, que elaborou um texto sobre os problemas arquivísticos do governo brasileiro.
1959	O Arquivo Nacional iniciou a oferta de cursos de formação de arquivistas. Os mesmos foram ministrados pelo arquivista Henri Bouiller de Branche que trabalhou a Arquivologia de modo que está passou a receber um tratamento científico. Esta missão veio a se tornar um referencial histórico na formação dos arquivistas brasileiros
1960	Foi criado o Curso Permanente de Arquivos (CPA). Conforme dados do Arquivo Nacional, neste ano o Arquivo Nacional já possuía um Curso Permanente de Arquivos, de nível universitário, reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), com grande procura de candidatos advindos dos mais diversos lugares do País.

Fonte: Rodrigues e Marques (2008) adaptação da autora

Para melhor visualização dos principais acontecimentos que nortearam a criação do curso de Arquivologia no país o quadro 4.5 esboça cronologicamente as primeiras iniciativas desde a construção do Arquivo Nacional em 1838 até o reconhecimento do curso pela Instituição máxima da Educação no Brasil em 1960. Da mesma forma o quadro 4.6 representa

os avanços dos anos seguintes a 1960 com o intuito de demonstrar a evolução da Arquivologia com os fatos que antecederam a criação dos cursos existentes atualmente.

QUADRO 4.6: Avanços para a formação do curso de Arquivologia

Período	Avanços
1970	Iniciaram-se importantes estudos na área de arquivologia, A criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) A realização de encontros e os Congressos Brasileiros de Arquivologia, A publicação do primeiro periódico brasileiro especializado na área, a revista Arquivo & Administração
1971	Raul Lima, o então diretor do AN apresenta o pronunciamento do Departamento de Ensino Superior, que cita reconhecer no Curso de Arquivologia as mesmas características dos cursos de Biblioteconomia e de Museologia, ambos provenientes do Decreto n° 15.596, de 2 de agosto de 1922.
1972	O voto da Câmara de Ensino Superior que aprova a criação de um curso de Arquivologia em nível superior.
1978	É promulgada a Lei n.º 6.546, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e ainda no mesmo ano. A criação do Sistema Nacional de Arquivos
1980	Não foram criados cursos de graduação em Arquivologia. No entanto, foram criados cursos de pós-graduação, na modalidade <i>lato sensu</i> , em diversas universidades, entre elas: UNIRIO <sup>154</sup> , UFF <sup>155</sup> , USP <sup>156</sup> , UFSC <sup>157</sup> e UFBA <sup>158</sup> .
1990	A Arquivologia foi se desenvolvendo com a necessidade de atualização das práticas arquivísticas relacionada aos discursos ocorridos ao longo de sua evolução. A informação torna-se elemento central e recurso estratégico para as instituições arquivísticas, potencializando a interface entre a Arquivologia e a Ciência da Informação.
1995	I Reunião Brasileira de Ensino de Arquivologia (Rebrarq).

Fonte: Rodrigues e Marques (2008) adaptação da autora

Conforme descrito no Quadro 4.6 na década de 1970 iniciaram-se outros importantes estudos na área de arquivologia. Também é desta época, a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) que contribuiu para a realização de encontros e congressos, conforme expõe Rodrigues e Marques (2008, p. 9), foram realizados regularmente desde então os Congressos Brasileiros de Arquivologia, a publicação do primeiro periódico brasileiro especializado na área, a revista Arquivo & Administração, cuja publicação manteve periodicidade regular até 1986, a criação dos cursos de Arquivologia em nível superior, sendo de 24 de janeiro de 1972 o voto da Câmara de Ensino Superior que aprova a criação de um curso de Arquivologia em nível superior, a regulamentação das profissões, obtida em julho de 1978, quando é promulgada a Lei n.º 6.546, que dispõe sobre a regulamentação das profissões

<sup>154</sup> Universidade do Estado de Rio de Janeiro

<sup>155</sup> Universidade Federal Fluminense

<sup>156</sup> Universidade de São Paulo

<sup>157</sup> Universidade Federal de Santa Catarina

<sup>158</sup> Universidade Federal da Bahia

de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e ainda no mesmo ano. A criação do Sistema Nacional de Arquivos.

E Acerca do desenvolvimento do ensino de Arquivologia em nosso país Tanus e Araújo (2012, p. 90) cita que:

Tanto a instituição do Arquivo Nacional quanto o ensino da Arquivologia, já com uma maior visibilidade, recebeu, na década de 1970, outros novos impulsos, como o primeiro periódico arquivístico nacional, o Mensário do Arquivo Nacional, de 1970, a autorização para a criação de cursos em nível superior, pelo Conselho Federal da Educação (CFE), e a realização do I Congresso Brasileiro de Arquivologia, ambos em 1972. Neste mesmo ano é publicado pela Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), o periódico *Arquivo & Administração*, que continua sendo um dos importantes veículos de divulgação do pensamento arquivístico do país e do exterior, por meio de publicações de artigos originais e de importantes traduções.

Rodrigues e Marques (2008) ao citarem documentos do Arquivo Nacional mencionam que os mesmos demonstram o reconhecimento do curso na cerimônia de formatura da turma de 1971 do CPA (16 de março de 1971), Raul Lima, o então diretor do AN apresenta o pronunciamento do Departamento de Ensino Superior, que cita reconhecer no Curso de Arquivologia, as mesmas características dos cursos de Biblioteconomia e de Museologia, ambos provenientes do Decreto nº 15.596, de 2 de agosto de 1922.

Nos anos de 1980 não foram criados cursos de graduação em Arquivologia. No entanto, foram criados cursos de pós-graduação, na modalidade *lato sensu*, em diversas universidades, entre elas: UNIRIO, UFF, USP, UFSC e UFBA. Para Jardim (1999), os cursos de pós-graduação sinalizam o interesse das instituições de ensino superior, mas também as dificuldades em estabelecer cursos de graduação, principalmente em função de questões relacionadas com a capacitação do corpo docente. (TANUS; ARAÚJO, 2012 p. 91-92)

Apesar do avanço em se criar um curso de pós-graduação nesta área, a década de 1980<sup>159</sup> não registrou nenhuma inovação no curso de graduação na área de Arquivos no Brasil, tendo vindo apenas na próxima década. Para maior entendimento de quando foram criados os cursos de Arquivologia, o quadro 4.7 demonstra as datas de criação por regiões:

---

<sup>159</sup> Iniciaram-se nos anos de 1980, os debates em torno da temática da Sociedade da Informação, o que trouxe diversas implicações para a Arquivologia, como as preocupações com as tecnologias de informação, acesso e uso dessa informação. Como fruto desse momento, a Constituição Federal de 1988 incluiu, no 2º parágrafo do Artigo nº 216, a prerrogativa de que “cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem”. Além disso, os diversos debates, na década seguinte, marcam a implantação da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e prevê a criação do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), e “não seria exagero afirmar que essa lei marca e tem papel fundamental na formação, chamando a sociedade à reflexão e à discussão sobre o papel dos arquivos. (RODRIGUES e MARQUES, 2008 p. 238)

QUADRO 4.7: Distribuição Geográfica dos cursos de Arquivologia no Brasil

Região	Estado	Universidade/Sigla	Ano de criação
Sudeste	RJ	Universidade Federal Fluminense (UFF)	1978
	RJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)	1977
	ES	Universidade Federal do Espírito Santo	1999
	SP	Universidade Estadual Paulista (UNESP Marília)	2003
	MG	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	2008
Sul	RS	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	1976
	RS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	1999
	RS	Fundação Universidade do Rio Grande do Sul (FURG)	2008
	PR	Universidade Estadual de Londrina (UEL)	1997
	SC	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	2009
Nordeste	BA	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	1997
	PB	Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)	2006
	PB	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	2008
Norte	AM	Universidade Federal da Amazônia (UFAM)	2008
	UFPA	Universidade Federal do Pará (UFPA)	2011
Centro Oeste	UNB	Universidade Nacional de Brasília (UNB)	1990

Fonte: Souza (2010, p. 116) Adaptação da autora.

Atualmente existem dezesseis cursos de Arquivologia distribuídos em todo o país, sendo que em dois Estados existem dois cursos, Rio de Janeiro e Paraíba, conforme quadro 4.7.

Ainda no que se refere ao quadro 4.7 em 1990 que emerge a questão da graduação na Universidade de Brasília (UNB), incentivada pelo antigo Departamento de Biblioteconomia e atual Departamento de Ciências da Informação e Documentação, implantando o Curso de Arquivologia com um total de 10 semestres, 162 créditos e 2.430 horas/aulas. Somando-se aos cursos em funcionamento na UNIRIO e na Universidade Federal Fluminense (UFF)- (RJ), na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)-(RS) e na UNB (DF), temos informação do projeto de implantação de curso de graduação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) e na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Nossos cursos, permeados pela tradição “europeia”, hoje se inclinam para a nova tendência da Gestão de Documentos, tomando como referencial o olhar “norte-americano” (TANUS; ARAÚJO, 2012 p. 93)

A partir da década de 1990 a Arquivologia foi se desenvolvendo ainda mais devido à necessidade de atualização das práticas arquivísticas relacionadas aos discursos ocorridos ao longo de sua evolução. Nesse cenário, a informação torna-se elemento central e recurso

estratégico para as instituições arquivísticas, potencializando a interface entre a Arquivologia e a Ciência da Informação. (SILVA, 2011 p. 36)

A partir do CPA e sua posterior transferência para a UNIRIO, são criados, ao final dos anos 1970 a 2008, mais onze cursos de graduação na área, nas seguintes universidades:

Universidade Federal de Santa Maria/UFSM: criado conforme Parecer n. 179 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), de 10 de agosto de 1976. Inicia-se em março de 1977 e é reconhecido pela Portaria Ministerial n. 076/81, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 20 de janeiro de 1981;

Universidade Federal Fluminense/UFF: criado em 28 de junho de 1978, pela Resolução n. 73/78, do Conselho Universitário; UnB: criado pela Resolução n. 32 do Conselho Universitário, de 25 de setembro de 1990. O Curso começa a funcionar em 1991;

Universidade Estadual de Londrina/UEL: criado em 1997, conforme Decreto 6.646 de 28 de novembro daquele mesmo ano, regimento geral e Resolução n. 112/97 do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. Inicia-se em 26 de fevereiro de 1998.

Universidade Federal da Bahia/UFBA: aprovado, pelo Parecer n. 075/97, de 10 de abril do mesmo ano. O Curso começa a funcionar em 1998, conforme Resolução n. 28, de 13 de maio de 1974, do CFE, Conselho Federal de Educação que determina a organização dos cursos de Arquivologia, conforme currículo mínimo, extinto pela Lei de Diretrizes e Bases de 1996.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS: criado e autorizado em 30 de julho de 1999, pela Resolução n. 112, do Conselho Universitário. Começa a funcionar em 2000 e é reconhecido em 13 de setembro de 2004, pela Portaria 2.881, do MEC;

Universidade Federal do Espírito Santo/UFES: autorizado pela Resolução 24/99 do Conselho Universitário, de 26 de julho de 1999 e inicia-se em 09 de março de 2000. É reconhecido pela Portaria 3.458, de 22 de outubro de 2004.

Universidade Estadual Paulista/Marília UNESP: criado em 2002, conforme processo 1.163/2002. Esse Curso inicia-se em agosto de 2003.

Universidade Estadual da Paraíba UEPB: criado em 29 de março de 2006, entra em funcionamento em 28 de agosto do mesmo ano<sup>160</sup>.

Assim como demonstrado no quadro 4.7 a distribuição geográfica dos cursos de Arquivologia no Brasil com as respectivas datas de criação, também o quadro 4.8 demonstra os mesmos cursos divididos por regiões sombreadas com cores para melhor visualização dos

---

<sup>160</sup> No primeiro semestre de 2008, foram criados mais dois cursos de Arquivologia, na Fundação Universidade do Rio Grande (FURG) e na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)



dados que indicam os números de vagas ofertadas por cada Universidade destinadas ao profissional da informação:

QUADRO 4.8: Instituições de Ensino Superior que ofertam vagas para o curso de **Arquivologia** no Brasil

Regiões	Cidade/Sigla do Estado	Universidade/Sigla	Numero de vagas
Norte	Belém-PA	Universidade Federal do Pará: UFPA	40
	Manaus-AM	Universidade Federal do Amazonas: UFAM	42
Sul	Londrina-PR	Universidade Estadual de Londrina: UEL	40
	Florianópolis-SC	Universidade Federal Santa Catarina: UFSC	60
	Porto Alegre - RS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul: UFRGS	30
	Rio Grande - RS	Universidade Federal do Rio Grande: FURG	40
	Santa Maria - RS	Universidade Federal de Santa Maria: UFMS	30
Centro Oeste	Brasília- DF	Universidade Nacional de Brasília: UNB	84
Nordeste	Campina Grande - PB	Universidade Estadual da Paraíba: UEPB	90
	João Pessoa-PB	Universidade Federal da Paraíba: UFPB	90
	Salvador - BA	Universidade Federal da Bahia: UFBA	90
Sudeste	Belo Horizonte - MG	Universidade Federal de Minas Gerais: UFMG	40
	Marília-SP	Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho: UNESP	30
	Vitória - ES	Universidade Federal do Espírito Santo: UFES	80
	Rio de Janeiro-RJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro: UNIRIO	80
	Niterói- RJ	Universidade Federal Fluminense: UFF	80

Fonte: Elaboração da autora

Nota-se que no quadro 4.8 estão representados os números de Universidades de Arquivologia no país, com os números também de vagas ofertadas por cada Universidade correspondente a região onde esta está estabelecida.

Conforme demonstrado no presente ano conta-se com a disponibilização de 16 cursos de Arquivologia preenchendo todas as regiões brasileiras, o que não significa que seja suficiente conforme demonstrado. Pois a oferta de vagas com relação à demanda do país é considerada muito pequena em todas as regiões, o que indica a necessidade de se criarem mais cursos na área.

A seguir o quadro 4.9 e o quadro 4.10 representam as Universidades que oferecem os cursos de Biblioteconomia com suas respectivas disponibilidades de vagas anuais. Os quadros tanto o 4.8 quanto o quadro 4.9 e o quadro 4.10 proporcionam a possibilidade de visualizar os dados concomitantemente de Arquivologia e Biblioteconomia.

O quadro 4.9 que representa os cursos disponibilizados as vagas ofertadas e as regiões onde estes estão estabelecidos tratam de vários dados não comportados em um só quadro,

assim optou-se por dividi-los em dois quadros tratando do mesmo assunto, o que se segue primeiro é quadro 4.9 que representam as regiões Norte, Sul, Centro Oeste e Nordeste. Sendo estas quatro dentre as cinco regiões do Brasil.

QUADRO 4.9: Instituições de ensino superior que ofertam vagas para o curso de **Biblioteconomia** no Brasil

Regiões	Cidade/Sigla do Estado	Universidade/Sigla	Numero de vagas
Norte	Porto Velho - RO	Fundação Universitária Federal de Rondônia: UNIR	50
	Belém-PA	Universidade Federal do Pará: UFPA	60
	Manaus-AM	Universidade Federal do Amazonas: UFAM	50
Sul	Londrina-PR	Universidade Estadual de Londrina: UEL	50
	Cascavel - PR	Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel: FCSAC	100
	Florianópolis-SC	Universidade Federal Santa Catarina: UFSC	80
	Florianópolis - SC	Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina : UDESC	40
	Caxias do Sul - RS	Universidade de Caxias do Sul: UCS	200
	Porto Alegre - RS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul: UFRGS	75
	Rio Grande - RS	Universidade Federal do Rio Grande : FURG	40
Centro Oeste	Goiânia - GO	Universidade Federal de Goiás: UFG	50
	Brasília- DF	Universidade Nacional de Brasília: UNB	80
	Cuiabá - MT	Centro Universitário Cândido Rondon: UNIRONDON	160
	Cuiabá - MT	Universidade Federal de Mato Grosso: UFMT	43
	Campo Grande- MS	Instituto de Ensino Superior da FUNLEC: IESF	90
Nordeste	Salvador - BA	Universidade Federal da Bahia: UFBA	60
	João Pessoa-PB	Universidade Federal da Paraíba: UFPB	90
	Fortaleza - CE	Universidade Federal do Ceará: UFC	70
	São Luís- MA	Universidade Federal do Maranhão: UFMA	92
	Teresina - PI	Universidade Estadual do Piauí: UESPI	40
	Recife- PE	Universidade Federal de Pernambuco: UFPE	55
	Natal -RN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte: UFRN	70
	Maceió - AL	Universidade Federal de Alagoas: UFAL	50
	São Cristóvão - SE	Universidade Federal de Sergipe: UFS	50

Fonte: Elaboração da autora

Em complemento ao quadro anterior, o quadro 4.10 apresentado os dados da região Sudeste e se insere com a região mais desenvolvida e portanto com mais Universidades e também com muito mais vagas disponibilizadas.

QUADRO 4.10: Instituições de ensino superior que ofertam vagas para o curso de **Biblioteconomia** no Brasil

Regiões	Cidade/Sigla do Estado	Universidade/Sigla	Numero de vagas
Sudeste	Formiga - MG	Centro Universitário de Formiga: UNIFORMIG	45
	Belo Horizonte - MG	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais: PUC-MINAS	60
	Serra - ES	Faculdade Capixaba da Serra: MULTIVIX-SERRA	40
	Vitória - ES	Universidade Federal do Espírito Santo: UFES	80
	Rio de Janeiro - RJ	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro: UNIRIO	280
	Rio de Janeiro - RJ	Universidade Santa Úrsula: USU	120
	São Gonçalo - RJ	Universidade Salgado de Oliveira: UNIVERSO	2000
	Niterói-RJ	Universidade Federal Fluminense: UFF	80
	Rio de Janeiro - RJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro: UFRJ	40
	São Paulo - SP	Centro Universitário Assunção: UNIFAI	120
	São Paulo - SP	Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação : FABCI	300
	Santo André - SP	Faculdades Integradas Coração de Jesus : FAINC	80
	Lorena - SP	Faculdades Integradas Teresa D'Ávila: FATEA	80
	Sorocaba - SP	Instituto Manchester Paulista de Ensino Superior: IMAPES	50
	Campinas - SP	Pontifícia Universidade Católica de Campinas: PUC- CAMPINAS	60
	São Paulo - SP	Universidade de São Paulo : USP	40
	Marília - SP	Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita filho: UNESP	35
São Carlos - SP	Universidade Federal de São Carlos : UFSCR	48	

Fonte: Elaboração da autora

A partir dos dados da tabela acima, nota-se que atualmente no Brasil disponibilizam-se vagas nos cursos de Biblioteconomia em quase todas as regiões, perfazendo um total de 47 cursos, conforme também demonstrado no mapa da figura 4.1. Porém, ao se considerar a demanda que disponibiliza um total de 5.109 (cinco mil e cento e nove) vagas por ano em todo o Brasil no curso de Biblioteconomia, nota-se que esta oferta ainda é considerada pequena, apesar de serem também oferecidas dentre estas, 2000 vagas do curso com a modalidade a distância conforme exposto, o que indica a necessidade de se criarem mais cursos em outras regiões com mais ofertas de vagas na área.

Ao analisarmos os gráficos acima, notamos que as regiões que mais ofertam os cursos de Biblioteconomia são região Sudeste e Nordeste sendo respectivamente 19 e 9. Estes resultados demonstram que as regiões mais periféricas do país são as que mais se dedicam a

formar profissionais na área de Biblioteconomia. Um dos motivos que pode servir como justificativa da região Sudeste formar mais profissionais se refere a gama populacional que suscita vários outros fatores, pois, a região Sudeste do país é a região mais populosa do Brasil embora não seja a maior em extensão. No Sudeste se localiza o Estado de São Paulo que é o maior arrecadador do PIB<sup>161</sup> Nacional. Sendo assim possui mais pessoas, mais escolas e mais trabalho.

De igual maneira o curso de Arquivologia cuja oferta é ainda menor, pois são 16 cursos, com a oferta de 946 (novecentos e quarenta e seis) vagas ofertadas por ano no curso, há Estados, como o de Estado de Goiás, por exemplo, que ainda não conta com um curso de graduação na área de Arquivologia sendo apenas um curso de pós-graduação que vem capacitando profissionais de diversas outras formações para salvaguardar a grande massa documental existente em todo o Estado<sup>162</sup>.

Os cursos de Arquivologia no Brasil estão distribuídos nas cinco regiões, contudo, a diferença do curso de Biblioteconomia é bastante grande. É importante ressaltar que a demanda por profissionais em Arquivologia é semelhante à demanda por profissionais de Biblioteconomia em razão das constantes transformações ocorridas no campo da comunicação requer profissionais habilitados para atuar com as informações que se processam a todo o momento e nos mais diversos suportes, formatos e órgãos Institucionais.

No novo cenário informacional a produção do conhecimento arquivístico passa a ser uma tarefa também das Universidades, relativizando o domínio quase absoluto, ao longo de décadas, das instituições arquivísticas como espaços de produção e legitimação do conhecimento na área. (BONAL-ZAZO, 2012 p. 70). É necessário ressaltar que de fato é precisamente a existência dos cursos formais que asseguram a própria investigação, pois, permite gerar cursos de mestrado e doutorados sobre a disciplina, e não meramente os cursos de bacharelados.

Percebe-se ainda que não somente é importante a produção e legitimação do conhecimento como citado, mas também é preciso lançar um olhar mais apurado e voltado ao profissional e ao seu perfil, enquanto condutor do conhecimento como se apresenta no próximo tópico a seguir.

---

<sup>161</sup>Produto Interno Bruto

<sup>162</sup>Interessa especificar o Estado de Goiás por ser o centro do país, e por ser a região onde esta estabelecido a parte mais abordada do nosso estudo, assim sendo a natureza histórica tanto na capital Goiânia, quanto nas cidades de menor porte em todo o interior possuem diversos arquivos históricos que retratam a história de seus pioneiros, o que as fez se tornarem históricas por guardarem a sagas desses pioneiros. Os arquivos de natureza histórica, econômica e social são de suma importância e marcam a goianidade de seus habitantes. Mas, todavia são geridos em sua maioria por profissionais não graduados em arquivologia ou biblioteconomia.

#### **4.1.3 Perfil do profissional da informação**

No Brasil o profissional da informação que atua tanto como arquivista quanto como bibliotecário, segundo Oliveira (2009) tem o seu perfil, delineado conforme as tendências do mercado de trabalho, e procura fazer ligação entre o tratamento da informação e o seu perfil profissional.

Para o autor supracitado, o perfil de um grupo profissional é determinado pelo conjunto de conhecimentos e competências necessárias para o desempenho da função atribuídas a profissão. Afirma ainda que a área de atuação do profissional da informação, e ou profissional em arquivos, compreende basicamente, responsabilidades com a preservação, tratamento e disseminação da informação.

É uma área em expansão acelerada, motivada por mudanças sociais e avanços tecnológicos, demandando atualização constante e diversidade muito grande de conhecimentos e competências. Nos alicerces da chamada sociedade da informação, está a tecnologia, e seu principal agente é a empresa. As empresas por sua vez, principalmente as de grande porte, compreendem que só se consolidaram se estiverem baseadas em informação. (OLIVEIRA, 2009 p. 22).

Sob a ótica deste autor, há algumas vantagens competitivas para o profissional da informação, dentre elas, a formação totalmente voltada com as práticas e técnicas para o trato com a informação, de maneira intelectual ou formal, em razão do nível de conhecimento e experiência.

Além de vantagens o profissional da informação deve ser possuidor de alguns atributos, melhor dizendo, a soma das características de cada indivíduo ou instituição em que atua, como por exemplo, o comportamento, podendo ser definido como a exteriorização dos valores, das emoções, da aplicação do conhecimento “a habilidade, definida como o conhecimento específico aplicado, que proporciona graduação de flexibilidade do profissional na proposta de otimização de resultados”. Além dos atributos citemos o próprio conhecimento, que pode ter aspectos sujeitos à análise e detalhamento comuns e específicos”. (OLIVEIRA, 2009 p. 35).

Com as características e qualificações mais relevantes definidas, o profissional pode ainda se dedicar à determinação do contorno e extensão de seu trabalho. Nesse caso, há fatores determinantes e primordiais como, os resultados esperados e a duração dos trabalhos, o segmento de mercado, distância, o envolvimento com a solicitação do usuário, local e

formas de trabalho, para que, cada vez mais, o foco se torne definido e percebido principalmente pela demanda.

De um modo geral a missão do profissional da informação que inclui o bibliotecário é se tornar responsável pelo fornecimento de fontes e itens de informação aos seus usuários. Conforme Mueller (1989, p. 66) seu papel é responder indagações, suprir informações, e outras atividades de suporte, sem que esse trabalho envolva intenção de transferir ao usuário responsabilidade ou mesmo capacidade pela busca de informações. De acordo com o autor, até mesmo a demanda pela informação, idealmente, é antecipada pelo bibliotecário. Este é, por excelência, o bibliotecário especializado, que trabalha para usuários também especializados, geralmente envolvidos com projetos técnicos ou de pesquisa.

Como se observa, é função deste profissional disponibilizar informações aos usuários, auxiliando-os no processo de busca na filtragem e organização dos dados a serem coletados. Esta visão durante muitos anos foi praticamente a única, contudo, as mudanças que aconteceram no campo da informação forçaram o bibliotecário a se capacitar para atuar não somente no fornecimento de informações, ao contrário do que se pensa o bibliotecário tem plenas condições de ir mais além, pois é um profissional que pode atuar em qualquer seguimento de mercado, ora toda qualquer área do conhecimento exige-se que tenha alguma informação, e qualquer lugar que haja a informação o bibliotecário é capaz de atuar. Ressaltemos que o papel de educador está cada vez mais latente entre as habilidades do profissional da informação.

Há autores como Gasque (2012 p. 28) que consideram o trabalho do profissional bibliotecário numa perspectiva pedagógica. Assim sendo o bibliotecário assume variadas expertises de acordo com o tipo de intervenção que realiza, destacando o desenvolvimento de programas de letramento informacional nas bibliotecas escolares o que atualmente e bem mais amplamente difundida e trabalhada, pois se trata de um agente ativo e transformador que, segundo Campello (2004, p. 41) é:

[...] Maior envolvimento ocorre quando orienta os alunos na utilização de fontes de informação mostrando possibilidades de acesso e explicando detalhes sobre seu uso; ensinando-lhes, por exemplo, a utilização de índices de enciclopédias e almanaques. Às vezes, orienta também na elaboração do trabalho escrito, no que diz respeito à apresentação e à normalização. Essas são as formas de intervenção do bibliotecário na pesquisa escolar observadas em bibliotecas brasileiras.

Partindo dessa concepção, o bibliotecário pode e deve ser considerado como agente ativo e transformador, dando suporte informacional aos professores e alunos quanto às

necessidades de uso da informação e seu acesso. Professores e bibliotecários necessitam aliar suas práticas de forma articulada, visando enriquecer o ensino e a aprendizagem do aluno. Assim, pode-se dizer que:

[...] bibliotecários e professores, ao trabalharem em conjunto, influenciam o desempenho dos estudantes para o alcance de maior nível de fluidez na leitura e escrita, aprendizagem, resolução de problemas, uso da informação e das tecnologias de comunicação e informação (IFLA/UNESCO, 2000, p. 2).

No contexto de busca por informações, o profissional bibliotecário deve estar preparado para adentrar no espaço complexo que ora se funde pelo desejo do leitor em conhecer obras diversas, ora pelo desinteresse de outros que até chegam a considerar o livro obsoleto diante das inovações tecnológicas que por sua vez também trazem textos dos mais diversos tipos.

Também cabe ao bibliotecário demonstrar seu papel dentro da biblioteca como espaço vivo, dinâmico e transformador e o profissional é o eixo condutor, melhor dizendo possui técnicas apropriadas para chegar ao texto desejado.

O pensamento reflexivo constitui requisito básico para o processo de letramento informacional, supondo-se que ele seja “talvez, a ferramenta mais útil que uma pessoa possa possuir... pois exige uma participação mais ativa em relação ao pensamento convencional, mais imaginação e criatividade” e, como consequência, oferece um número maior de *insights* com poder de generalização e maior habilidade para desenvolver e solucionar problemas (GASQUE, 2011, p. 13).

Essa mudança de paradigma ocorre a partir da percepção das limitações impostas pelo instrumental teórico-metodológico vigente em meados do século XX. A evolução conceitual dos ‘estudos de usuários’ para ‘estudos de comportamento informacional’ reflete a necessidade de compreender os fenômenos em uma perspectiva multidimensional, como processos naturais do ser humano no papel de aprendiz da própria vida. Isso implica o entendimento das relações estabelecidas em determinado espaço temporal, em que ocorrem ações de busca, uso e transferência de informação para satisfazer determinada necessidade de informação. (CAMPELLO, 2004, p. 43)

As competências necessárias ao uso das informações incluem atividades em que o indivíduo se engaja para apreender a informação e transformá-la em conhecimento. Abrangem habilidades intelectuais como decodificação, interpretação, controle e organização do conhecimento. A decodificação e a interpretação, por sua vez, incluem atividades de leitura, estabelecimento de relações entre o conhecimento prévio e as novas informações,

comparação de vários pontos de vista e avaliação. Controle e organização relacionam-se propriamente à organização da informação por meio do uso de instrumentos cognitivos, como resumos, esquemas, mapas conceituais e elaboração de textos.

Nesse sentido, Mostafa (2009, p. 68) destaca que:

[...] Estou vendo as demais áreas do conhecimento às vezes como zonas de desenvolvimento proximal, porque esse é um conceito caro à abordagem histórico-cultural de Vygotsky; outras vezes, como formações discursivas, porque esse é um conceito caro ao pós-estruturalismo foucaultiano. Na verdade, desenvolvemos três eixos no grupo Mídia e Conhecimento: o eixo da aprendizagem, onde as pesquisas se voltam para os ambientes virtuais de aprendizagem e a informática; o eixo da tradição documentalista, onde fazemos pesquisas mais próximas à Ciência da Informação, mas sempre que possível, fazendo a passagem documento-monumento para ser possível fazer a crítica à tradição; e o eixo das mídias, onde desenvolvemos as noções de artefato cultural para as produções midiáticas e seus efeitos na formação de professores.

Essa área de desenvolvimento proximal mencionada pelo autor se refere aos inúmeros tipos de informações que se entrecruzam na sociedade da informação, que acabam aproximando o usuário da grande massa disponível tanto em materiais impressos quanto digitalizados e nesse novo cenário o bibliotecário precisa se adequar para atender as próprias necessidades e principalmente as necessidades dos usuários da informação.

O lugar de que falamos nunca é um lugar apenas epistemológico. É também institucional, é também um lugar cultural, é também um lugar social, é também um lugar regido por certas verdades, por coisas que se pode dizer e outras que não se pode dizer, porque o regime de verdade tem esse papel de autorizar algumas práticas e alguns discursos e desqualificar outras, fazendo-os cair no esquecimento, se um dia eles merecerem alguma circulação. (MOSTAFA, 2009 p. 68)

Em outras palavras, o lugar não apenas epistemológico é aquele que se constitui a qualquer momento principalmente na era digital em que tudo pode se tornar um espaço passível de promover comunicação. Nas bibliotecas de modo particular este lugar precisa ser dinamizado a fim de evitar o desaparecimento do espaço concreto marcado por livros impressos. Nesse sentido, o bibliotecário assume papel indispensável na organização e promoção de materiais para os usuários que frequentam as bibliotecas diariamente.

Ao reconhecer a importância do profissional bibliotecário e das mudanças que se fazem necessárias em sua formação, Mueller (1998, p. 69) ressalta que a preparação profissional para o nível de atuação requerido por usuários especializados é muito mais difícil do que aquela necessária à formação do bibliotecário/professor ou do bibliotecário/curador.

Melhor dizendo, trata-se de uma formação específica que seja capaz de atender as necessidades dos usuários da informação conforme já mencionado, um usuário que requer não



somente aquelas informações dispostas em prateleiras, mas também aquelas que estão disponíveis nas bibliotecas virtuais.

Exige conhecimentos que vão além das técnicas biblioteconômicas, e, em muitos casos, além da área das ciências humanas e sociais. Em outros países, essa preparação se dá em nível de pós-graduação, quando o futuro profissional aprende técnicas profissionais depois de já ter adquirido conhecimentos em uma determinada área do saber. No Brasil, essa preparação geralmente acontece em serviço, como consequência da experiência adquirida pelo bibliotecário ao longo dos anos durante os quais trabalha com usuários especializados. (MUELLER, 1998, p. 69)

É importante mencionar que o bibliotecário que atua no campo do conhecimento contemporâneo precisa desenvolver suas competências para atender às necessidades dos novos usuários.

De acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO (2002) o conceito de competência tem duas dimensões. A primeira diz respeito ao nível de competência no qual se relaciona à função da complexidade das atividades desenvolvidas no emprego ou outro tipo de relação de trabalho. A segunda dimensão está ligada ao domínio (ou especialização) da competência e relaciona-se às características do contexto do trabalho como área de conhecimento que identifica o tipo de profissão ou ocupação.

Ao avaliar as dimensões propostas pela CBO Farias e Cunha (2009, p. 32) citam que as mesmas agregam os empregos por habilidades cognitivas comuns exigidas no exercício de um campo de trabalho composto por um conjunto de empregos similares que vai se constituir em um campo profissional de um domínio específico do conhecimento.

Este conhecimento específico é indispensável, pois, ainda que o espaço cibernético se amplie cada vez mais, as bibliotecas sempre serão procuradas. Como bem lembra a UNESCO (2005, p. 73) desde o bibliobus até o grande complexo arquitetônico contemporâneo [a Biblioteca de Alexandria] – seguirá sendo um pilar da circulação social dos conhecimentos e um fator de vitalidade para as redes de aprendizagem. Nessa perspectiva, funções cognitivas fazem dela uma organização de aprendizagem por excelência.

Como se pode observar, o bibliotecário possui seu papel estabelecido dentro das bibliotecas e cabe a ele buscar os meios disponíveis para se capacitar e atender as demandas que lhe são impostas. Mesmo porque, a própria educação é o principal pilar que sustenta a biblioteca, pois, um sistema depende do outro na construção e sistematização dos conhecimentos dos alunos.

Giraldo, Otálvaro González e Moncada Patiño (2006) citados por Gasque (2011, p. 15) consideram os vínculos entre a Biblioteconomia e a Educação, ao proporem a construção de

uma pedagogia do conhecimento como resposta às exigências de aprender para a vida, em que estão implicadas todas as dimensões para a elaboração e uso da de conteúdos informacionais (acesso, análise, interpretação, avaliação, produção, entre outros). Trata-se de uma pedagogia que visa a redimensionar os encontros entre as duas áreas, promotora de uma aprendizagem integral e que atribua à informação um lugar vital no processo de produção e geração de novo conhecimento, com responsabilidade crítica e reflexão.

A plena participação e aceitação do bibliotecário, como parceiro pedagógico de pesquisas, não podem ser restritas. Pelo contrário, eles próprios que devem buscar esses conhecimentos e de modo a garantir a interação entre a biblioteca e a educação. A figura 4 demonstra o elo que se forma entre educação, pedagogia do conhecimento e Biblioteconomia.

Figura 4.2: Relações que fundam uma pedagogia pela Biblioteconomia e Educação



Fonte: TERSO, 2010 p. 16

Conforme Terso (2010, p. 19) em sua abordagem nos informa que algumas Universidades Federais Brasileiras vêm investindo na reestruturação de cursos antigos e na criação de novos cursos com ênfase no aspecto que promova a oportunidade e interação de modo que tanto o profissional, quanto os usuários possam se tornar parceiros no processo de busca das informações cotidianamente nas bibliotecas. Além disso, as instituições de ensino superior têm demonstrado maior preocupação em formar o bibliotecário para atuar diante dos inúmeros desafios que surgiram na área como se segue.

Froehlich (2009, p. 90) ressalta que:

Com a evolução da sociedade da informação, novos desafios surgiram para os profissionais da informação e para a educação de profissionais da informação. Alguns novos títulos de carreira estão aparecendo no mercado: administrador de conhecimento (*knowledge manager*), chefe de conhecimento (*chief knowledge officer*), administrador de conteúdo (*content manager*), arquiteto da informação (*information architect*), ontologista, web designer, coordenador de metadados (*metadata coordinator*), designer de experiência do usuário e engenheiro da usabilidade (*usability engineer*).

Assim, no novo cenário esses profissionais vão receber a formação tanto nas faculdades de Biblioteconomia quanto em qualquer outra como: informática, computação, faculdades de administração, Desenho de Comunicação visual, Jornalismo, entre outras. É importante que esta formação não somente prepare este novo profissional, como também viabilize sua interação com a educação.

Outra área que requer o mesmo cuidado é a Arquivologia em razão do profissional desta área também lidar com informações e ser responsável pela sua salvaguarda. Quanto à maneira de atuação do profissional, curiosamente alguns fatores determinam seu comportamento, trata-se do profissional que deve focar suas estratégias para apresentar ofertas ao mercado, mantendo sempre muito nítida a análise de fatores que podem influenciar o seu cumprimento e desenvolvimento.

Os estudos sobre o mercado de trabalho apontam para a tendência cada vez maior de uma formação vinculada com as necessidades da sociedade, é essencial planejar a função educacional que esta consista em preparar o profissional para desempenhar o papel que o mercado de trabalho procura. Souza (2010, p.54) em sua investigação revelou entre outras coisas o mercado de trabalho é regulado pela importância do valor salarial entre os critérios para a busca do emprego, o que aponta para a urgência das Universidades oferecerem programas de formação em áreas que beneficiem o profissional da informação de modo geral, porque o ingresso dos profissionais no mercado de trabalho depende da formação e experiências, competências e conhecimentos, que conseqüentemente com o nível de especialidade de conhecimentos dos profissionais em biblioteconomia e Arquivologia é que estes conseguem trabalho.

Esses fatores são variáveis mercadológicas que compõem o ambiente de mercado, determinam sua modelagem, com capacidade de alterar suas intensidades, os costumes e acontecimentos do processo de comercialização.

## 4.2 ATUAÇÕES REQUERIDAS DOS PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO

Os profissionais da informação devem procurar meios para se capacitarem e se tornarem aptos para atender as necessidades referentes à área de arquivos e de documentação e quanto a Biblioteconomia as tendências contemporâneas são competências para alfabetização e o letramento informacional, o cumprimento da ética e demais demandas que por ventura sejam exigidas como capacitação ao profissional uma vez que trata-se de um processo de transformação constante.

### **4.2.1 Atuação do profissional da informação na perspectiva da alfabetização e letramento informacional.**

O “saber” enquanto habilidade tem se modificado com o ritmo cada vez mais acelerado em que ocorre a produção de novos conhecimentos. Atualmente mais do que lembrar e repetir informação, as pessoas devem ser capazes de encontrá-las e usá-las.

De acordo com Gasque e Tescarolo (2010, p. 41) buscar e usar informação parecem ser atividades naturais ao ser humano. Desde os primórdios, as pessoas, diante de conflitos ou desequilíbrios de qualquer natureza, utilizam a informação para resolver problemas e, conseqüentemente, integrar-se e adaptar-se ao ambiente, ou transformá-lo. Durante todo esse processo de desenvolvimento da informação, vários estudiosos investigaram e propuseram diferentes modelos e abordagens para explicar como ocorrem a busca e o uso da informação em vários ambientes.

O que se observa de um modo geral é que muitas pessoas até possuem o conhecimento para chegar a uma determinada informação, porém, nem sempre têm oportunidade de sistematizar o conhecimento necessário para buscar e usar a informação, agindo quase sempre de forma intuitiva.

No entanto, para a resolução de problemas mais complexos, a literatura especializada menciona que a eficácia do processo de aprendizagem depende, em grande parte, da qualidade da informação, considerando-se os critérios de confiabilidade, atualidade e autoridade, bem como da análise das diversas concepções na área de estudo, o que pressupõe o desenvolvimento do letramento informacional. (GASQUE e TESCAROLO, 2010, p. 41)

Como o exposto, a pergunta que se faz é como considerar tais critérios com relação à informação? Para se chegar a esse processo de seleção das informações, uma abordagem

bastante discutida atualmente é o letramento informacional que corresponde ao processo de desenvolvimento das competências para localizar, selecionar, acessar, organizar, usar informação e gerar conhecimento, visando à tomada de decisão e à resolução de problemas.

Nesse sentido, alguém que possua certa competência de letramento informacional certamente terá condições básicas para determinar a extensão das informações necessárias, acessá-las e avaliá-las, relacionar a informação selecionada com os conhecimentos prévios e após, utilizá-la para acompanhar um objetivo específico, bem como entender os aspectos econômicos, legais e sociais do contexto do uso da informação. Esta competência auxiliará o usuário na questão de utilização de tais informações de maneira ética e legal.

O letramento informacional deve criar ao longo da vida, pessoas capazes de encontrarem, avaliarem e usarem informação de maneira eficiente e eficaz, acrescentando habilidades na resolução de problemas e na tomada de decisões. Assim sendo, uma pessoa alfabetizada em informação seria aquela capaz de identificar a necessidade de informação, organizá-la e aplicá-la na prática, integrando-a a um corpo de conhecimentos existentes. (GASQUE; COSTA, 2010 p. 18)

Diante disso, aos bibliotecários é requerida a eficiência na disponibilização de informações e compartilhamento delas, atuando como mediador e comunicador entre a informação e indivíduo. O letramento informacional na escola deve ser iniciado desde a educação infantil, através do trabalho colaborativo entre professores e bibliotecários. A biblioteca, portanto, figura como espaço de expressão do sujeito; o bibliotecário transforma-se em agente educacional, envolvido de maneira ativa com a comunidade escolar, extrapolando a função de mediador da informação (CAMPELLO, 2010, p. 8).

O papel do profissional da informação como educador nunca foi tão debatido como na atualidade, o que reforça a nossa tese de que no Brasil a educação conseguirá um grande avanço na medida em que, as parcerias entre educador profissional da informação e usuário forem verdadeiramente efetivadas com a consistência que lhe é devida.

Ainda Conforme Gasque (2011, p. 19) buscar e usar informação são processos que abrangem também valores pessoais, motivações, crenças, visão crítica e atitudes como responsabilidade e ética. Envolvem também a capacidade do indivíduo de refletir, controlar e monitorar os próprios processos de gestão da informação. A obtenção dessas competências ocorre mediante o processo de letramento informacional (já mencionado anteriormente) o qual permite desenvolver capacidades de selecionar e acessar a informação adequadamente; avaliar criticamente a informação e suas fontes; usar a informação ética e legalmente para

atingir objetivos específicos. O letramento informacional, compreendido como processo de aprendizagem, pode ser mais bem desenvolvido por meio do pensamento reflexivo.

Perante o exposto, pode-se compreender o letramento informacional como sendo o elemento crucial da sociedade da aprendizagem, a qual pode ser caracterizada pela expansão da informação científica e tecnológica, a utilização das tecnologias da informação e comunicação (TIC's) e o intenso processo de aprendizagem.

Nesse processo de informações que se entrecruzam a todo o momento fazendo surgir novos contextos informacionais, o bibliotecário assume papel de extrema importância, cabendo a ele viabilizar meios para que os usuários da biblioteca tenham acesso aos diversos tipos de acervos, quer seja impresso quer seja digitalizado.

Além disso, o bibliotecário também deverá possuir conhecimento sobre a alfabetização informacional<sup>163</sup>. Conforme UNESCO (2014) Alfabetização Midiática e Informacional reconhece o papel fundamental da informação e da mídia em nosso dia a dia. Está no centro da liberdade de expressão e informação, já que os cidadãos poderão compreender as funções da mídia e outros provedores de informação, e a avaliarem criticamente seus conteúdos, sobretudo como usuários e produtores de informação e de conteúdos de mídia, para tomarem decisões com base nas informações disponíveis.

Conforme se pode depreender, a alfabetização informacional permite ao usuário não somente reconhecer os vários tipos de informações espalhadas em vários suportes e utilizá-las em sua vida pessoal ou profissional. Melhor dizendo, uma pessoa “alfabetizada” no campo da informação é capaz de interpretar os diferentes textos assim como fazer uso deles de maneira apropriada, tornando-se sujeito de sua própria história. Na contemporaneidade, por exemplo, uma das principais bandeiras levantadas é a defesa do meio ambiente e da vida. Sobre esta temática existem vários materiais disponíveis tanto impressos, quanto na Rede. Porém, estes textos somente serão agentes de transformação se alcançar a consciência das pessoas em relação ao seu papel no mundo.

O acesso aos conteúdos de mídia e informação de qualidade e a participação em redes de mídia e comunicação são necessários para cumprir o Artigo 19 da

---

<sup>163</sup>A alfabetização informacional possibilita as pessoas a interpretarem e fazerem julgamentos com bases em informações, como usuários de recursos informacionais, além de torná-los produtores de informação em seus próprios direitos. A pessoa letrada em informação é capaz de acessar informações sobre saúde, meio ambiente, educação e trabalho, apoderando-se delas, para tomar decisões importantes sobre sua vida, por exemplo, se responsabilizar por sua própria saúde e educação. No mundo digital, a alfabetização informacional requer que os usuários tenham habilidades para usar tecnologias de informação e comunicação e suas aplicações para acesso e criação de informação. Por exemplo, a habilidade de navegar no ciberespaço e negociar documentos de hipertexto e multimídia requer tanto habilidades técnicas para usar a Internet como habilidades de letramento para interpretar a informação. (UNESCO, 2014 p. 1)

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Este artigo engloba outros direitos. A UNESCO tem vasta experiência em fomentar a alfabetização midiática, como a Declaração de Grünwald, de 1982, a qual reconhece a necessidade de sistemas políticos e educacionais para promover cidadãos com compreensão crítica dos fenômenos da comunicação<sup>164</sup>.

Assim como o letramento, a alfabetização informacional se torna também elemento importante no reconhecimento das informações que surgem a todo o momento na sociedade. Diante do grande aparato que está disponível principalmente nas Redes em razão desta ser um suporte bastante utilizado pelo usuário contemporâneo, é fundamental que tais informações possam ser selecionadas para o uso construtivo e que exerça um papel transformador na medida em que for capaz de promover a reflexão dos materiais acessados.

A alfabetização informacional é uma expertise usada como moeda de troca no mercado de trabalho uma vez que as empresas utilizam ferramentas de recrutamento de pessoal totalmente voltada à busca de profissionais especializados, deve-se considerar que em alguns países da Europa existe a política de requerer a licenciatura em Ciências da informação, logo depois de ter diploma em outra área do conhecimento e vice-versa, segundo (RIVERA, 2009, p. 390) Tal prática visa ter o requisito específico para a oferta do trabalho, pois, a maioria dos bibliotecários e documentalistas são profissionais que não tem outras formações além das Ciências e da documentação refletindo na sociedade mais e mais a necessidade de profissionais especializados, não somente para atender a biblioteca e sim em áreas diversas como a economia, as tecnologias, e as engenharias, forçosamente o mercado de trabalho impulsionam para que a formação profissional considere essas necessidades ao planejar programas de estudos, sobretudo os programas de formação continuada.

Coube-nos, portanto, especificar a abordagem da alfabetização e do letramento informacional nesse tópico exclusivo, por entender que são competências requeridas e bastante debatidas no contexto de acesso a informação da atualidade. Portanto merecedoras de maior destaque, isso posto, abordaremos outras competências requeridas ao profissional da informação como se segue.

---

<sup>164</sup> À luz da globalização e da explosão das TIC, a Declaração de Grünwald foi reforçada no nível internacional por especialistas (em informação, comunicação e mídia), por gestores educacionais, por professores e pesquisadores, representantes de ONGs e profissionais de mídia de todas as regiões do mundo, que se reuniram em Paris em 2007. A discussão desta reunião de dois dias fez nascer a Agenda da UNESCO Paris - Doze Recomendações para Educação em Mídia (*Media and Information Literacy- MIL*). Reconhecendo a ligação estreita entre a alfabetização midiática e a alfabetização informacional, a UNESCO redirecionou sua estratégia para tratar da AMI como um conceito composto. Além disso, deixou de usar o termo “educação em mídia”, nesse contexto para evitar a confusão com estudos de mídia de nível superior. A Organização vem, desde então, apoiando inúmeras iniciativas de engajamento em AMI com um movimento de educação cívica e uma ferramenta de aprendizagem ao longo da vida. Leia mais sobre a estratégia em MIL (UNESCO, 2014 p. 2)

#### 4.2.2 Atuação do profissional da informação na perspectiva de ligação com o usuário

Durante anos a função do profissional da informação era basicamente a de orientar os usuários quanto à busca de documentos no seu espaço de atuação. Pelo menos era como o usuário se comportava diante do profissional. Os estudos voltados para esta área de atuação e a crescente oferta de vagas para os cursos de Biblioteconomia e Arquivologia, assim como as mudanças ocorridas no campo da informação e da tecnologia, fizeram com que outras competências fossem exigidas dos profissionais.

Há a necessidade de agregar as funções administrativas às de gerenciamento integrado nas quais o profissional da informação assume outras funções além de orientar o processo de pesquisa de documentos.

No contexto das organizações e da sociedade da informação existe uma necessidade latente de integrar as funções administrativas atribuídas ao gerenciamento integrado da informação e do conhecimento organizacional. Nesse aspecto, faz-se necessário a construção de novas competências que tornem o profissional da informação-bibliotecário, um profissional cada vez mais competitivo no mercado de trabalho. (LIMA; OLIVEIRA, 2010 p. 1)

Algumas das competências já mencionadas anteriormente abarcam uma série de conhecimentos, desde a própria identificação das fontes requeridas pelos usuários, até a seleção de tais fontes, de maneira crítica.

A partir do surgimento dos computadores e da informação digital houve uma mudança considerável de paradigmas em relação à biblioteca, inclusive na chamada de “biblioteca tradicional”, constituída apenas por fontes impressas<sup>165</sup>. As mudanças sociais que afetaram também o campo da informação no processo de passagem do modelo de tradicional para a biblioteca digital, cuja importância é a possibilidade de acessar a informação disponível onde quer que ela esteja independente do seu formato, fizeram com que os bibliotecários também assumissem outra postura e procurassem capacitação profissional para suprir as novas necessidades.

Essa alteração de modelos não se dá somente na estrutura física, mas também, na transformação do perfil do usuário e do bibliotecário. Baseado, na premissa de que o bom profissional é aquele dotado de competências e habilidades diversificadas, o

---

<sup>165</sup> Esses espaços passaram a ser concebidos como unidade de informação os quais se referem à infraestrutura física do ambiente de trabalho, de atuação profissional.



eixo central desse estudo tem como objetivo verificar as teorias administrativas aliadas ao papel do bibliotecário atuante na gestão da informação e do conhecimento, onde a informação é tida como fator essencial ao bom funcionamento de qualquer organização. (GASQUE; COSTA, 2010 p. 21)

A postura do profissional inclui novas maneiras de conceber o usuário e a própria informação. Desse modo, ele também precisa entender o comportamento informacional do usuário.

Em artigo publicado em 2000, Wilson<sup>166</sup> propõe quatro definições relacionadas ao comportamento informacional: que trata da totalidade do comportamento humano em relação ao uso de fontes e canais de informação, incluindo a busca da informação passiva ou ativa; comportamento de busca da informação o qual se refere à atividade ou ação de buscar informação em consequência da necessidade de atingir um objetivo; comportamento de pesquisa de informação que abarca o nível micro do comportamento, em que o indivíduo interage com sistemas de informação de todos os tipos; e o comportamento do uso da informação que constitui o conjunto dos atos físicos e mentais e envolve a incorporação da nova informação aos conhecimentos prévios do indivíduo.

Como se observa, são muitas as habilidades relacionadas ao comportamento do usuário da informação no novo contexto social. Ao se dotar destas competências, o profissional se torna capaz também de auxiliar e/ou contribuir para a construção de um novo ponto de vista em relação às informações, principalmente no tocante ao uso de fontes digitais, pois, nem sempre os usuários que as utilizam possuem habilidades ou conhecimentos para fazer delas um suporte de pesquisa<sup>167</sup>.

Em consonância à proposta de Wilson Pettigrew, Fidel e Bruce citados por Gasque e Costa (2010, p. 22) concebem o comportamento informacional como as atividades que envolvem as necessidades dos sujeitos e de como buscam, usam e transferem a informação em diferentes contextos. Na literatura recente da ciência da informação, portanto, o conceito de comportamento informacional reflete as noções identificadas nos estudos sobre usuários de informação. Mais que isso, identifica novas questões introduzidas no âmbito do tema.

As competências requeridas para o profissional da informação são bastante relevantes quando se considera que a abordagem informacional deve estar centrada no usuário.

---

<sup>166</sup> Citados no estudo de Gasque Costa (2010, p. 22)

<sup>167</sup> É nesse contexto que o bibliotecário assume papel indispensável na orientação acerca do correto uso das fontes de pesquisas, evitando-se assim atitudes ilícitas como, por exemplo, o plágio, questão muito séria, dado ao ilimitado número de informações disponíveis na Internet.

De acordo com Pereira, (2010 p. 178) a partir da década de 80, uma nova abordagem centrada no usuário começou a se desenvolver no Brasil, denominada perceptiva ou alternativa baseada nas ideias as quais inclui:

1) a necessidade de informação deve ser analisada sob a perspectiva da individualidade do sujeito, sendo subjetiva e única, definida no plano pessoal; 2) a informação necessária e o esforço empreendido na sua busca devem ser contextualizados na situação real de seu surgimento (no tempo e no espaço de ocorrência); 3) o uso da informação deve ser dado e determinado pelo indivíduo que está em constante construção de seus sentidos. Pereira, (2010 p. 178)

Novamente se ressalta a importância do letramento informacional o qual auxiliará o usuário a se apropriar não apenas da informação que lhe será necessária naquele momento. Além disso, auxiliará na contextualização do material lido com suas vivências diárias, uma maneira de construir visão crítica a partir do que foi lido ou discutido, o que sem dúvida facilita a construção da pesquisa, fazendo com que o usuário desenvolva seu trabalho com agilidade e segurança nas fontes selecionadas.

Dessa forma, o indivíduo é colocado como o centro do fenômeno a ser estudado, partindo-se de uma perspectiva cognitiva, buscando interpretar necessidades de informação tanto intelectuais quanto sociológicas. A informação é vista como algo construído pelo indivíduo, a qual dará o formato, a consistência e o sentido que lhe convier, e só tem sentido quando integrada a um contexto. A informação é um dado incompleto, ao qual o usuário atribui um sentido a partir de seus esquemas anteriores de conhecimento, sendo um produto da observação da realidade. Sob a ótica dessa abordagem, o processo de comunicação é perceptivo e o indivíduo é visto como alguém com um repertório cultural de conhecimentos, crenças, valores, necessidades cognitivas, afetivas e fisiológicas próprias, inserida em um ambiente com restrições socioculturais, políticas e econômicas. (PEREIRA, 2010 p. 178-179)

Acerca da receptividade das informações, é importante citar que na abordagem perceptiva dos sistemas de informação devem ser concebidos sob o suporte da flexibilidade, adaptando seu processo de busca da informação às necessidades do usuário (que podem mudar no tempo e serem diferentes entre os indivíduos).

Diante das transformações tanto dos tipos de usuários, quanto das próprias concepções dada à própria informação na atual sociedade, Martucci citado por Pereira (2010 p. 179) menciona que os serviços de informação devem centrar no significado da busca mais do que na localização das fontes, em face ao aumento do acesso à grande quantidade de informação existente na qual o usuário se concentra no contexto em que esta informação está inserida.

A esta noção de contexto se inserem expressões inter-relacionadas, a exemplo de situação, complexidade das tarefas, problemas, contornos, normas, cultura, capital social e

redes sociais, dentre outras, ao ampliar a estrutura teórica da área. Nessa perspectiva Gasque e Costa (2010, p. 23) ressaltam que apesar de se observar, na literatura da ciência da informação, um sistema conceitual básico sobre os estudos de comportamento informacional humano podem existir variações em relação aos conceitos e às proposições, dependendo da abordagem empregada, seja comportamentalista, cognitivista, social ou multifacetada.

Ao se considerar a ampliação da área que inclui principalmente a habilidade para atuar diante da complexidade da informação é importante lembrar que os ativos se virtualizam e com isso perdem sua substância física ao ganharem conotações abstratas. A internet a título de exemplo representa a virtualização do texto pelo hipertexto e da economia pelo *e-commerce* e *e-business*. Para atuar com estes ativos é preciso aprender coletivamente de modo que seja possível utilizar estas informações no processo de tomada de decisão. No campo do trabalho tais ativos podem ser utilizados para avaliar o talento dos colaboradores, a rede de contatos, e ou, tornar mais precisa a avaliação de uma empresa.

Assim as competências requeridas ao profissional da informação, não são apenas para gerenciar informações num espaço físico ou virtual, mas principalmente de auxiliar a transformação do usuário a partir da análise e reflexão destas informações.

O profissional da informação é o protótipo hoje do trabalhador do conhecimento de amanhã. Algumas pessoas têm dificuldades de entender essa mudança, entre outras coisas, porque não há muita analogia com o processo industrial tradicional. Em uma empresa de serviços cujo principal ativo seja o conhecimento coletivo sobre os clientes, os processos de negócios e a concorrência, as informações são a matéria-prima do trabalho de cada indivíduo na organização. (FERREIRA, 2003, p. 43)

Além do processo de desenvolver competências, o profissional da informação (tanto o bibliotecário, quanto o arquivista) precisa enxergar sua função como um meio para se alcançar outros espaços senão o do próprio texto.

Mueller (1989, p. 65) ao abordar sobre o profissional da informação no contexto de mudanças, cita que este deve possuir conhecimentos de outras funções que num momento ou outro podem ser requeridas pelos usuários, tais como, a função de preservação e de educação.

A função da preservação refere-se ao cuidado que se deve ter com a cultura humana sendo uma das mais antigas profissões do mundo seria contraditório não preservar. Na realidade a profissão de bibliotecário, envolve todas as demais atividades profissionais, na medida em que a biblioteca seria o único local da guarda dos registros gravados do conhecimento humano.

Conforme Mueller (1989, p. 66):

A evolução dos meios de comunicação, que aumentaram e continuam aumentando a possibilidade do acesso à distância a informações cada vez mais complexas, juntamente com a democratização do acesso ao conhecimento, forçou a expansão do papel tradicional do bibliotecário/curador para incluir responsabilidades pelo acesso a acervos e a dados remotos.

Neste contexto, é requerido do profissional da informação a garantia do acesso e a responsabilidade pela preservação, o que de certo modo tem forçado as mudanças tanto na bagagem de conhecimentos necessários quanto na atitude do profissional.

A segunda função considera o profissional como um professor informal, responsável pelo uso conjunto de acervo e, sobretudo, pelo aperfeiçoamento da mente dos usuários da biblioteca. Esta concepção está presente nos currículos de formação profissional em razão da maneira como os cursos são ministrados ao longo dos anos e faz com que o profissional seja visto como um “professor” da informação propriamente dita.

Tanto no Brasil quanto em outros países, a questão das competências implementadas nos currículos, vem sendo estudada<sup>168</sup> cada vez com mais profundidade, haja vista que no Brasil, observamos também modelos Europeus<sup>169</sup>. Sendo assim, não poderíamos deixar de menciona-la também em nosso estudo por ser esta a questão basilar para lidar com as grandes e complexas transformações culturais no que tange ao acesso á informação no mundo<sup>170</sup>.

Assim sendo, Oliveira (2011, p. 73) menciona que a técnica e o conhecimento não permanecem estáticos diante das mudanças tecnológicas e político-econômicas que ocorrem no mundo. As demandas do mercado de trabalho também sofrem modificações, e as tarefas, que compõem cada profissão, tendem a se atualizar. Surgem novas tarefas, e outras se transformam ou se tornam obsoletas. Da mesma forma, surgem novas profissões, e outras se

---

<sup>168</sup>Em encontro REPARQ, MORO CABERO, Maria Manuela (2013) salienta que há uma disparidade muito grande nas Universidades, tanto na Espanha quanto no Brasil, a Espanha nesse grupo de estudo compara as iniciativas curriculares da Europa e Estados Unidos, depois trabalharam as propostas curriculares das próprias Universidades e ainda consultaram as associações profissionais para tratar das competências.

<sup>169</sup> Há iniciativas nas Universidades da Espanha que trata da questão das competências, o trabalho é desenvolvido com a indicação de um coordenador por Universidade, e os conteúdos são trabalhados e debatidos em cada uma dessas Universidades, a partir de competências, foram trabalhados primeiro uma base comum de competências e depois perfis diferenciados de cada Universidade, sendo assim cada Universidade aproveita os diferentes perfis como lhe aprouver, o que certamente é um avanço nas necessidades curriculares, e nas quais sempre pode haver mudanças, a proposta foi que as universidades trabalhassem em parcerias, assim há múltiplos perfis que podem ser aproveitados onde houver demanda, foi formado um acordo para trabalhar em parcerias contudo alguém assume a coordenação porque esse é o melhor caminho, o que é uma proposta também do Brasil segundo estudo apresentado. MORO CABERO, Manuela. REPARQ (2013).

<sup>170</sup>Vale lembrar que na Espanha, segundo Moro, há uma única associação que atende tanto a bibliotecários quanto arquivistas. Assim todos os estudos foram considerados, os da Europa, dos Estados unidos da Austrália e também das associações, entraram em consenso, de ensinar as melhores práticas, considerando claro o usuário, dito de outro modo à oferta e demanda, dessa discussão sai o livro branco de trabalho que foi inteiramente feito em cooperação.

modificam ou desaparecem. Formando sempre essa ciranda que é o avanço tecnológico e as transformações exigidas por ele.

Portanto, parece que a questão das competências é uma vertente imprescindível para o profissional da informação, que precisa assumir verdadeiramente o papel de mediador entre fontes e usuários. Cabendo assim, tanto ao bibliotecário, quanto ao arquivista atuarem de maneira ética se colocando sempre a serviço para auxiliar na localização e refinamento das informações.

#### **4.2.3 Atuação do profissional da informação na perspectiva da ética comportamental.**

O comportamento está relativamente ligado à ética, e é por ser a ética um tema bastante abrangente complexo e também deveras importante, tratá-lo-emos em nosso estudo, por entender que é a ética premissa para a profissionalização e formação do cidadão seja ele de qualquer ocupação profissional.

Na égide da discussão do que venha a ser comportamento ético, é necessário que explicitemos primeiramente a definição de ética.

De acordo com Sousa et al (2013, p. 2) a definição de ética surgiu na Grécia, com Sócrates, conhecido como o ‘pai’ da ética. Para os gregos, o indivíduo ético seria aquele que cumprisse com os deveres definidos como corretos na sociedade em que ele vivia, embora seus preceitos fossem praticados entre outros povos desde os primórdios da humanidade, mesclados ao contexto mítico e religioso, tentando pautar regras de comportamento para permitir o convívio entre indivíduos agrupados no conjunto da sociedade.

Ainda conforme os autores acima mencionados, o exercício do pensamento crítico e reflexivo quanto aos valores e costumes vigentes tem início, na cultura ocidental, da Antiguidade Clássica com os primeiros grandes filósofos, a exemplo de Sócrates, Platão e Aristóteles. Estes filósofos eram questionadores e realizavam uma espécie de estudo sobre o que de fato poderia ser compreendido como valores universais a todos os homens, buscando dessa forma ser correto, virtuoso, ético. O pano de fundo ou o contexto histórico nos quais estavam inseridos tais filósofos era o de uma Grécia voltada para a preocupação com a polis, com a política. Portanto, pode se dizer que antigamente se partia do pressuposto que os atos morais tinham seus fundamentos fora do mundo, à modernidade destruiu esse pensamento, atualmente, acredita-se que os valores estão no mundo.

Nesse sentido a ética seria uma reflexão acerca da influência que o código moral estabelecido exerce sobre a subjetividade humana, e acerca de como o homem lida com essas

prescrições de conduta, se aceitar de forma integral ou não esses valores normativos e, dessa forma, até que ponto ele dá a efetiva importância a tais valores. Assim a ética profissional é absolvição das regras, a ética é uma avaliação a partir de uma regra moral, pensar no que deve ser feito a partir das regras totalmente voltada ao fato do agir, o que pressupõe uma preferência, assim mesmo também ligada ao cuidado de si. Comumente há uma confusão entre ética e morais, ambas possuem características próprias, convencionou-se atualmente que a ética é o campo da escolha, onde o indivíduo escolhe a partir de valores.

Mischiati e Valentim (2005, p. 210) ao versarem sobre o assunto citam que ética é uma característica inerente a toda ação humana e, por essa razão, é um elemento vital na produção da realidade social. Agir certo ou agir errado é regra e ética condiciona a sua liberdade de escolhas. As regras da moral só têm efeito dentro de uma comunidade, porque os valores éticos são exercidos dentro do âmbito, está relacionada à opção, ao desejo de realizar-se na vida e de manter com os outros, relações justas e aceitáveis.

Desse modo, é possível dizer que todo homem possui um senso ético, ou dizendo de outro modo, uma consciência moral, uma vez que ele está constantemente avaliando e julgando suas ações para saber se são boas ou más, certas ou erradas, justas ou injustas. *Geralmente esse senso ético está fundamentado nas ideias de bem e virtude, ou em valores perseguidos por todo ser humano e cujo alcance se traduz numa existência plena e feliz.* (MISCHIATI; VALENTIM 2005, p. 210)

Para tratarmos especificamente da ética quanto aos profissionais da informação recorreremos aos autores Fonseca e Garcia (2009, p. 3) que afirmam que a ética está relacionada com a incorporação de padrões morais na conduta de todos os profissionais envolvidos com a disseminação da informação, visando orientar a atuação daqueles que as exercem.

Embora a ética na informação seja apresentada como algo novo na atual sociedade, ela não é recente no campo da informação.

Fernández-Molina (2009, p. 66):

A ética da informação tem uma longa e antiga história, cuja origem é mais remota, na Grécia antiga, no paresia, um elemento-chave da democracia ateniense e cujo significado é falar sobre qualquer coisa, ou o que é, além disso, a liberdade de expressão. No entanto, foi nos últimos anos do século XX, que o termo adquiriu um novo e relevante significado, devido ao enorme impacto das tecnologias de informação e comunicação que permitem a produção, armazenamento, processamento e divulgação de informações de modo amplo, global, democrático e interativo, afetando tanto os profissionais de informação e comunicação quanto o público em geral.

Conforme Mischiati e Valentim (2005 p. 210) os bibliotecários e outros profissionais da informação respeitam a privacidade pessoal e a proteção de dados pessoais, necessariamente compartilhadas entre indivíduos e instituições. A relação entre a biblioteca e o usuário é de confidencialidade. Estes e outros profissionais da informação tomarão medidas que assegurem que os dados do usuário não sejam compartilhados além da transação original.

Conforme mencionado anteriormente o profissional da informação encontra-se diante do desafio de conduzir e mediar o acesso à informação de maneira neutra e imparcial uma vez que são vários os usuários atendidos que pesquisam os mais diferentes tipos de fontes.

Com o advento destas inúmeras fontes, aumentou a necessidade de inculcar, e desenvolver a conscientização sobre as dimensões éticas de trabalho dos bibliotecários e outros profissionais da informação.

Froehlich (1997) citado por Fernández-Molina (2009) identificou várias razões que permanecem válidas até os dias atuais para harmonizar e dar coerência aos princípios que regem a atuação dos profissionais de informação sendo eles como se segue:

- a) a tendência mundial de diminuição de acesso gratuito à informação em bibliotecas e centros de informação;
- b) suporte limitado para a utilização das informações para fins educativos, culturais ou de investigações;
- c) incremento das leis de direito ao pagamento de indenizações aos proprietários por empréstimos feitos nas bibliotecas, que podem criar barreiras financeiras para os usuários que têm acesso a materiais informativos;
- d) a ausência ou diminuição da aplicação de limites para o uso justo, cópia ou privilégios particulares de bibliotecas e instituições similares;
- e) os ataques sobre as bibliotecas e centros de informação e suas coleções por aqueles que censuram, controlam ou manipulam materiais que podem ser acessados.

Tais motivos acima mencionados pelo autor dão suporte e ressalta-se que no tocante às fontes virtuais, o profissional da informação deve lançar um olhar ainda mais cauteloso, pois, com a disseminação destes materiais em toda a Rede, muitas vezes o usuário não quer ter o trabalho de ler e interpretar, mas apenas copiar. Diante disso, ele deverá utilizar sua postura ética e respeitosa para orientar quanto ao correto uso destas fontes.

As decisões de seleção de fontes são de grande importância. No nível mais básico, existe uma obrigação ética de usar critérios de seleção adequados. Uma vez que a missão da biblioteca é atender às necessidades dos usuários, as decisões de seleção devem ser destinadas a esse objetivo. Tudo isso parece muito simples, mas há situações que surgem problemas,

como por exemplo, quando os responsáveis por adquirir as informações para a instituição levam em conta apenas seus interesses pessoais.

É também papel do profissional da informação auxiliar na seleção das fontes que estarão disponíveis na instituição. O interesse maior deve ser o do usuário e desse modo deve-se adquirir coleções que possam ser úteis e atendam seus interesses.

Vale notar que a ética é tão somente escolha de como se comportar atendendo as regras específicas e o interesse que se tem por cada profissão. Porém pode-se dizer ainda que, a ação comportamental se dá por vários fatores, o estado motivacional, por exemplo, é fator de ação, é interessante observar que a motivação induz a realizar seus propósitos profissionais ou não.

De maneira geral a motivação é a mola propulsora que eleva os atos cotidianos. A motivação parece ser um estado de espírito, “eu vou ter motivação e eu me decido a ser motivado”, mas o que me motiva? Apesar de quase todas as questões girarem em torno dos bens e consumo, percebe-se que o humanismo cada vez mais se desponta como valor agregado a motivação, precisamos de mais humanismo, a vida acadêmica é apenas um dos pilares para o sucesso profissional, nunca houve tanta preocupação como nessa época quanto à valorização das humanidades, parece ser o comportamento ético, o recurso humano mais valorizado do profissional na modernidade.

Quanto mais humano mais seu trabalho será valorizado. A questão do humor também é uma atitude comportamental valorizada no ser humano, é preciso saber se você não se auto sabota, o mau humor é muito pesado ainda mais associado à preguiça de valorizar o outro, preguiça de se doar, o mau humor também torna as coisas difíceis, o mau humor transborda no ambiente um peso, e todos são contaminados, o que reflete no profissional, a busca da motivação é cotidiana e individual, uma vez alcançada ela de igual maneira ao mau humor, se transborda para o ambiente até contaminar a todos, essa deve ser uma busca incansável, o comportamento reflete-se em motivação ou não, percebe-se que todo comportamento é baseado na postura que se quer tomar diante dos acontecimentos, tudo depende da sua decisão de como se portar.

O comportamento é base dos relacionamentos interpessoais, uma vez que a sociedade exige que se viva em cooperação, sobretudo do ponto de vista profissional, não há como alcançar êxito sem um comportamento que permita que todos se respeitem. Parece não haver mais lugar para falta de informação comportamental na sociedade moderna, algo que muitas vezes deve ser apreendido.



A sociedade moderna está cada vez mais marcada pela globalização e pelas tecnologias da informação. Nesse sentido, o profissional da informação não poderia ficar alheio a esse processo de mudança, uma vez que é agente disseminador das informações e por isso deve buscar sua qualificação constante para manter-se atualizado. De acordo com Fonseca e Garcia (2009, p. 3) a atual realidade também demonstra que o profissional da informação não é mais rotulado como um guardião de livros ou organizador de documentos ou ainda dotado apenas de habilidades técnicas. Agora, ele assume uma responsabilidade mais complexa no tocante à sua formação profissional, passando a exercer seu papel de disseminador da informação de modo mais rápido com o uso das tecnologias da informação, internet e com outros suportes de informação.

Dentre tantas habilidades requeridas, cabe ao profissional da informação manter uma postura ética diante das informações disponibilizadas. O termo, ética tem sido muito utilizado na sociedade atual, no âmbito das mais diferentes áreas do conhecimento. Inclusive na Arquivologia e na Biblioteconomia o tema abre a discussão sobre como os seus profissionais vêm exercendo a profissão, bem como de que forma agem em relação à responsabilidade social.

Sob outro aspecto, é bom frisar que tanto o profissional da informação quanto qualquer outro profissional ao exercer a profissão está incumbido de obedecer a regras de conduta de alto nível, pois as instituições empregadoras e os serviços de arquivos são encorajados a adotar políticas e práticas que permitam a aplicação do código de ética<sup>171</sup> que, usa de procedimentos, sugere orientações, esclarece dúvidas, examinam condutas, e se for necessário, aplica sanções.

Encontramo-nos em uma época de densidade ética devido às normas éticas que estão se convertendo em referência social avançada. O caráter assim como a maneira de ser vão se moldando com a ajuda da ética e ainda ajuda a tomar boas e prudentes decisões baseadas na liberdade e na responsabilidade, decisões acertadas por todos como grupo que reconhece sua originalidade frente a sociedade e oferece a está um conjunto de boas práticas com objetivo de fazer bem qualquer atividade que se queira. Pérez- Pulido (2007, p.15) diz que o discurso de qualidade tão presente na atualidade e em nosso âmbito pertence igualmente ao terreno ético e quando se faz referência a atitude com que se efetuam as funções encomendadas pela sociedade a uma profissão, cabe exigir determinados comportamentos, a nível organizacional,

---

<sup>171</sup>Para conhecimento, no Brasil existem associações designadas como conselhos para todas as profissões regulamentadas, e tais conselhos são responsáveis por elaborarem seus respectivos códigos de ética de acordo com as atribuições de cada profissão, e ainda é delegado aos conselhos a observação e cumprimento das normas explicitadas nos códigos de ética sob pena de punições.

comportamento que vai definir a eficácia a efetividade sobre o caráter e a integridade que por sua vez é derivada do trabalho comunicacional como meio para obter o bem comum.

Em suma, exercer a ética perpassa por todas as atitudes, e a ética é representada pela ação, melhor dizendo quando não se utiliza de subterfúgios para agredir moralmente alguém, é quando o que se faz pode ser universalizado, a ética pode ser entendida como o que se fazer a luz dos olhos das pessoas ou não, ética não deve ser concebida somente quando se está em público.

A ética também esta inserida no contexto da infoesfera como se demonstra no próximo tópico.

#### **4.2.4 Atuação do profissional da informação na perspectiva da administração da infoesfera**

No mundo contemporâneo as tecnologias da informação e comunicação (TIC) fazem parte da cultura em rápida expansão, sobretudo na esfera da informação. Tal processo ao se enquadrar na nova configuração social é chamado de “sociedade da informação”, onde tudo se encontra em tempos e espaços delimitados pela virtualidade.

Ao crescente ritmo desta teia de informações Floridi (2002) conceituou a emergência o *Infosphere*, um termo criado a partir do ambiente da Biosfera, o ambiente semântico em que as pessoas dedicam seu tempo, e que representa o domínio existente na memória e conhecimento de línguas organizadas.

*Infosphere* de acordo com Vlahos (2013, p. 26):

É uma abreviatura para a fusão das redes de comunicações, bancos de dados e fontes de informação no mundo em uma vasta tapeçaria, troca entrelaçado e heterogêneo. A fusão da rede global muda o caráter de cada rede individual. As Redes nessa perspectiva servem como um meio pelo qual pessoas de diferentes lugares podem se comunicar, intensificando suas atividades *in situ*. Nesse sentido, a rede global cria uma ecologia de fusão literalmente de redes, um lugar em que as pessoas podem se unir para fazer negócios. A ecologia das redes globais os *Infosphere* tem a capacidade de reunir todas as pessoas e todo o conhecimento juntos em um lugar. Isto é o que faz com que seja tão absorvente a *Infosphere*. O lugar em si não é real. Isso significa que não faz parte do nosso mundo físico normal.

O conceito de infoesfera é comparado à “ecologia” da informação conceito apresentado por Rafael Capurro<sup>172</sup> ao se referir à natureza das informações. Tal conceito

---

<sup>172</sup> Pesquisador uruguaio associado com os principais significados *Cast of mind* ou comunicar algo a alguém, isto é, com *eidos* conceitos e *morphé*, que por sua vez é conceito sustentado por *Informatio* durante a Idade Média (Capurro 2008).

conforme Floridi (2002) ao versar sobre a pluralidade de ontologias que pode ser compreendido no contexto da tradição metafísica ocidental.

A *Infosphere* conforme Vlahos (2013, p. 2) é um ambiente essencialmente intangível e imaterial, sem deixar de ser real ou vital. Desse espaço surgem os problemas éticos melhor entendidos como problemas ambientais. Estes abarcam a educação como capacitação, preservação, divulgação, acompanhamento qualidade, confiabilidade, liberdade de circulação e segurança da informação, alargamento do acesso universal, apoio técnico para a criação de novos espaços digitais, de compartilhamento de conteúdo e intercâmbio, proporciona o respeito a diversidade, o pluralismo, a propriedade privada, o uso ético da TIC, e a integração dos conhecimentos tradicionais, entre outros.

A superação destes problemas sugere uma abordagem num ambiente que possa proporcionar uma orientação coerente, assim como o desenvolvimento equitativo deste novo espaço para a vida intelectual. Ou melhor, é necessário que se pense e se coloque em prática uma ética no contexto da informação.

O ponto de vista levantado por Floridi (2002, p. 42) acerca da associação entre infoesfera e ética é que:

A estrutura social contemporânea tornou possível principalmente pelas TIC, o que levanta questões éticas fundamentais cuja complexidade e dimensões globais estão evoluindo rapidamente. A tarefa é formular uma ética de informação que seja capaz de tratar o mundo de dados, informação, conhecimento e comunicação como um novo ambiente. Esta informação deve ser capaz de resolver novos problemas éticos que surgem no novo ambiente com base nos princípios fundamentais de respeito as informações, conservação e revalorização.

Assim não se pode deixar de mencionar que a falta da ética no meio informacional muitas vezes leva à exclusão digital em razão das desigualdades no acesso à tecnologia da informação que afasta muitos usuários da possibilidade de adquirirem as informações e também compreenderem como se portar no universo virtual, respeitando seu próprio espaço e também o espaço dos demais. A ética perpassa por todos os âmbitos do trato com a informação e nesse sentido a ética na infoesfera está ligada à gestão de conteúdos. Assunto do tópico a seguir.

#### **4.2.5 Atuação do profissional da informação na perspectiva da gestão de conteúdos**

De acordo com Pereira e Bax (2002, p. 3) até bem pouco tempo os únicos tipos de páginas que existiam nas intranets das empresas de um modo geral eram páginas HTML

estáticas, gerenciadas por um *webmaster* que realizava alterações manuais sempre que necessário. A realidade hoje se difere, pois, são os usuários é que ditam quais serão os conteúdos e a qualidade tipológica destes que será disponibilizado fato que evidentemente pode variar muito. Os conteúdos passaram a se originar de fontes diversas, de tipos diversos, e a serem destinados a múltiplos dispositivos. Esta gama de conteúdos precisa de um gestor que saiba organizá-los e disponibilizá-los de maneira ética e equitativa.

A Gestão de conteúdo tem como objetivo buscar soluções para simplificar de maneira significativa os processos de criação, gestão, publicação, distribuição e arquivamento de conteúdos. Ao fazê-lo, o profissional deverá aumentar e otimizar a produtividade dos usuários, reduzindo custos e melhorando a qualidade de serviços, bem como contribuir para uma maior satisfação dos utilizadores da solução.

Segundo Content Management (2001) conteúdo é qualquer tipo ou unidade de informação digital utilizada nas páginas dos *websites*. Tal conteúdo pode se apresentar em forma de texto, imagem, gráficos, vídeo, som ou, em qualquer suporte que é possível ser publicada em uma *intra*, *inter* ou *extranet*. A Gestão de Conteúdos, ou *Content Management* apoia as organizações na captação, organização e distribuição de conteúdos originários de várias fontes e destinados a diversos tipos de dispositivos de saída.

Atualmente um sistema bastante utilizado no processo é os CMS (Sistema de Gestão de Conhecimento) que dispõe de duas áreas distintas: uma pública para consulta de conteúdos (*Frontend*); uma restrita aos gestores da informação para inserção/gestão de conteúdos e gestão da própria estrutura (*Backend*). Além disso, inclui um vasto conjunto de ferramentas que possibilitam, de uma forma estruturada e célebre, a inserção de diversos tipos de conteúdos. Isso porque o crescente aumento das informações aponta para a necessidade de criar diversas ferramentas, *user friendly*, que facilitem o acesso aos conteúdos e à sua gestão e ainda torne a atualização da informação em um processo mais eficiente. (SANTOS, 2012 p. 2)

Tão importante quanto os conteúdos são as unidades que abrigam as informações, sugerindo ao profissional também as competências para geri-las.

#### **4.2.6 Atuação do profissional da informação na perspectiva da gestão das unidades de informação**

Conforme Duarte e Silva (2007) a gestão da informação é central no contexto das unidades de informação e visa atender bem aos seus usuários cumprir com o seu papel social de disseminadora da informação e compete também administrar bem o seu acervo

informacional. Assim, a unidade se torna um espaço de comunicação da informação, onde os usuários encontram as informações relevantes e pertinentes às suas necessidades informacionais.

Mas para gerir de forma satisfatória compete ao profissional da informação possuir expertises que atendam aos requisitos de gerir e comandar, que por sua vez são características que vem carregada de grandes responsabilidades, alguém que terá que fazer funcionar a unidade, identificando os problemas e propondo melhorias. (RAMOS, 1996)

Enquanto profissionais da informação é preciso sempre reivindicar os papéis e funções que cabem e fazem parte do processo de administração e tomada de decisões dentro de unidades de informação. Estas demandas requerem um profissional multidisciplinar e que seja capaz de se adaptar as novas realidades que são exigências da profissão e requer que o profissional tome frente às situações propondo melhorias, argumentando e tornando-se ativo dentro do seu local de trabalho. (VIEIRA, 2000).

Conforme Duarte e Silva (2007, p. 2) a gestão das unidades de informação é essencial uma vez que a Ciência da Informação continua tendo como eixo de seu campo de atuação a organização da informação para posterior recuperação e disseminação. Tais informações estão armazenadas em unidades de informação que possuem uma grande responsabilidade social a cumprir, melhor dizendo, disponibilizar informação para a sociedade. No meio desta sociedade o processo se torna vital, haja vista que a informação passou a ser percebida como primordial insumo para o desenvolvimento de todas as atividades da sociedade. Em seus mais variados tipos, as unidades de informação se destacam por serem os espaços de comunicação e sociabilização e por isso necessitam ser administrados com eficiência e eficácia para melhor atender aos seus usuários, assim como para cumprir o seu papel social.

No intuito de fazer uma administração eficaz e eficiente nas unidades de informação, o gestor se submete a uma infinidade de situações por lidar com informações versos indivíduos que evidentemente leva as inesperadas vicissitudes. Denotando a este gerir riscos como se segue.

#### **4.2.7 Atuação do profissional da informação na perspectiva da gestão de riscos.**

A compreensão do que vem a ser risco no contexto da informação requer refletir o conceito sobre várias perspectivas. Fernandez (2011, p. 17) menciona que não há uma definição única para risco. Desse modo ele pode ser definido, de forma abrangente, como o

potencial de eventos ou tendências continuadas que causam perdas ou flutuações em receitas futuras.

A Resolução CNS196/96 conceitua risco como sendo a possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer fase de uma pesquisa e dela decorrente.

No tocante aos sistemas de informação a Gestão de Riscos, se torna fundamental para garantir o perfeito funcionamento de toda a estrutura tecnológica da empresa, que engloba a Segurança da Informação, uma vez que a quantidade de vulnerabilidades e riscos que podem comprometer as informações das organizações é cada vez maior. (FREITAS, 2009)

De acordo com Souza Filho (2004) ao englobar a Gestão da Segurança da Informação, a gestão de riscos tem como principais desafios proteger um dos principais ativos da organização a informação assim como a reputação e a marca da empresa, programar e gerir controles que tenham como foco principal os objetivos do negócio, ao promover ações corretivas e preventivas de forma eficiente, garanta o cumprimento de regulamentações e definiram os processos de gestão da Segurança da Informação.

Gerenciar os riscos conforme Oliveira et al (2009, p. 13) é um dos principais processos da gestão da segurança da informação, pois visa identificar, analisar, avaliar e controlar os riscos inerentes à segurança da informação. Gerenciar os riscos pode ser um processo complexo e oneroso, contribuindo para que as empresas não priorizem esse processo em projetos de segurança da informação.

A definição do contexto em gerir riscos envolve o escopo e os limites que serão levados em consideração na gestão de riscos. Devem ser descritos os processos que fazem parte do escopo, ao garantir a identificação dos ativos relevantes para a gestão dos riscos. Também inclui determinar os critérios gerais de aceitação dos riscos para a organização e as responsabilidades para a gestão de riscos.

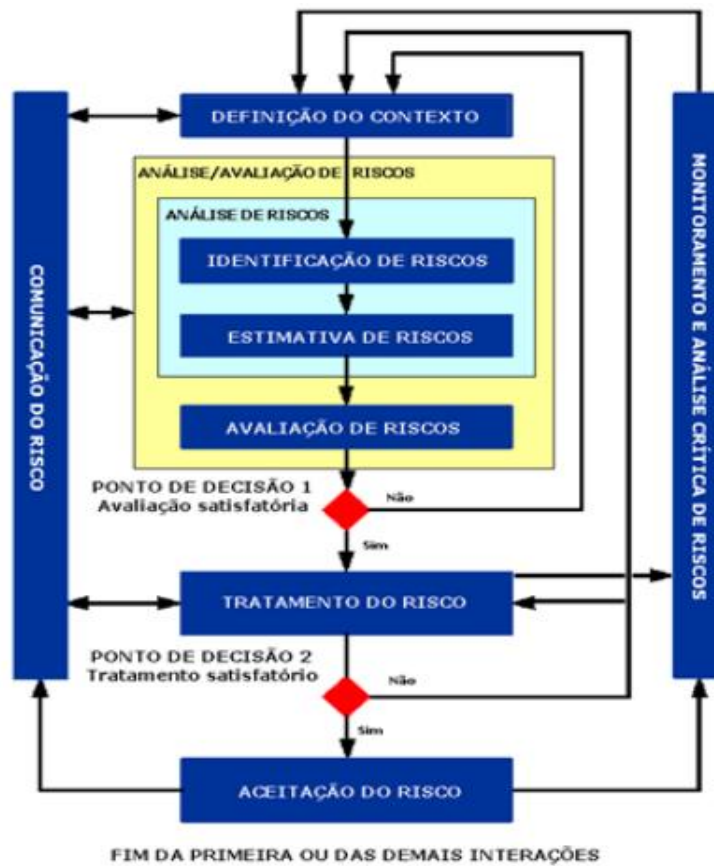
A identificação de riscos inclui a inserção de eventos que possam ter impacto negativo nos negócios da organização. Estes devem identificar os ativos, suas vulnerabilidades e as ameaças que podem causar danos aos ativos.

A estimativa de riscos atribui valor ao impacto que um risco pode ter e a probabilidade de sua ocorrência, de forma qualitativa ou quantitativa. Estimar o risco através da combinação entre a probabilidade de um cenário incidente e suas consequências.

Atualmente existem normas e metodologias que auxiliam a orientação e desenvolvimento de uma gestão de riscos, na qual cada uma oferece um conjunto de diretrizes distintas para o gerenciamento dos riscos. Dentre os modelos considerados de referência para

gestão dos riscos está a ISO/IEC 27005. Konzen, Fontoura; Nunes (2012, p. 3) citam que a referida norma define o processo de gestão de risco a partir de oito diretrizes como demonstra a figura 4.3.

Figura 4.3: Processo de gestão de riscos de segurança da informação (ABNT NBR ISO/IEC 27005, 2008).



Fonte: KONZEN, FONTOURA; NUNES (2012)

Conforme a figura elaborada por Konzen e Fontoura se pode monitorar os riscos através dos pontos de prevenção, o que minimiza e ou reduz os riscos de maneira considerável.

A avaliação de riscos assim como as demais características é descrita por Konzen, Fontoura; Nunes (2012, p. 5) como a prioridade de cada risco através de comparação entre o nível estimado do risco e o nível aceitável estabelecido pela organização.

No tratamento do risco conforme os mesmos autores está à implementação de controles para reduzir, reter, evitar ou transferir os riscos. Se o tratamento do risco não for satisfatório, ou seja, não resultar em um nível de risco residual que seja aceitável, deve-se iniciar novamente a atividade ou o processo até que os riscos residuais sejam explicitamente

aceitos pelos gestores da organização. Esta iteração se dá no ponto de decisão. (KONZEN, FONTOURA; NUNES, 2012 p. 4).

A aceitação do risco envolve o registro formal e a aprovação dos planos de tratamento do risco e os riscos residuais resultantes, juntamente com a responsabilidade pela decisão. A comunicação do risco visa desenvolver planos de comunicação dos riscos para assegurar que todos tenham consciência sobre os riscos e controles a serem adotados. Segundo o mesmo autor o monitoramento e análise crítica de riscos envolvem a análise contínua dos riscos e seus fatores a fim de identificar eventuais mudanças no contexto.

Ainda no contexto da atuação profissional também é requisito o trato com material digital como se segue.

#### **4.2.8 Atuação do profissional da informação na perspectiva de gerenciamento da continuidade digital.**

A continuidade digital como o próprio nome diz é a continuidade das informações digitais. A preocupação com esta continuação existe paralelamente ao avanço do mundo digital.

Conforme Spinak (2009, p. 2):

Um dos primeiros sinais que advertiu sobre o desafio e o problema da preservação digital foi lançado em 1996 em um relatório elaborado pela *Research Libraries Group*, um consórcio de bibliotecas com base nos Estados Unidos, que, em 2006, juntou-se ao *Online Computer Library Center (OCLC)* integrando *World Cat*. Estes relatórios iniciais e análise dos problemas da preservação digital estavam focados em garantir que os materiais poderiam sobreviver à obsolescência técnica e perdas por erros de gestão, ou seja, que os materiais foram geridos durante todo seu ciclo de vida de modo que permaneçam acessíveis para aqueles que os necessitem.

Segundo ainda o mesmo autor esta foi à tarefa à qual se dedicaram ao longo de décadas e séculos as bibliotecas e arquivos, motivo pelo qual era natural que os primeiros informes de meados dos anos 90 eram uma simples transposição de sua tradição profissional aos suportes de informação que foram surgindo, particularmente na Internet.

Atualmente as discussões envolvendo a questão da continuidade digital apontam para um processo que envolve tanto os gestores da informação, quanto os próprios sistemas que as abrigam.

Ainda de acordo com Spinak (2009) o conceito de preservação digital foi sendo desenvolvido e se sofisticando e mudando para a perspectiva dinâmica e abrangente



denominada continuidade digital, o que, de acordo com o *The National Archives* (EUA) é a capacidade de usar a sua informação na forma que se deseja, por tanto tempo quanto se precise.

Na mesma esteira do desenvolvimento tecnológico e informacional, os tipos de materiais também irão expandir o seu alcance, uma vez que além das cópias digitais dos conteúdos analógicos e textuais, se agregam dados da pesquisa científica, registros de processos de gerenciamento de registros do governo, recursos educacionais em repositórios digitais, portais de periódicos digitais em acesso aberto, *data-sets* institucionais, séries econômicas, meteorológicas, etc. Recursos que abrangem, em especial, todos os conteúdos produzidos e publicados na Internet (*born-digital*) que precisa ser preservado. (SPINAK, 2009 p. 4).

#### **4.2.9 Atuação do profissional da informação na perspectiva de gerenciamento de proteção dos dados**

Tão importante quanto gerir informações é preciso saber protegê-las. A segurança da informação compreende um conjunto de medidas que têm com objetivo preservar informações e sistemas de informações, assegurando-lhes integridade, disponibilidade, não repúdio, autenticidade e confidencialidade.

Tais elementos conforme Silva Filho (2004, p. 2)

Constituem os cinco pilares da segurança da informação e, portanto, são essenciais para assegurar a integridade e confiabilidade em sistemas de informações. Nesse sentido, esses pilares, juntamente com mecanismos de proteção têm por objetivo prover suporte à restauração de sistemas informações, adicionando-lhes capacidades detecção, reação e proteção. Os componentes criptográficos da segurança da informação tratam da confidencialidade, integridade, não repúdio e autenticidade. O desses pilares é feito em conformidade com as necessidades específicas de cada organização. Assim, o uso desses pilares pode ser determinado pela suscetibilidade das informações ou sistemas de informações, pelo nível de ameaças ou por quaisquer outras decisões de gestão de riscos.

Nota-se do exposto que esses pilares são fundamentais na atual sociedade da informação, onde se tem ambientes de natureza pública e privada conectados a nível global.

Atualmente, numa era onde o conhecimento e informação são fatores de suma importância para qualquer organização ou nação, segurança da informação é um pré-requisito para todo e qualquer sistema de informações. Nesse sentido, há uma relação de dependência entre a segurança da informação e seus pilares. (BIHOP, 2000)

Dentro desse contexto, a confidencialidade oferece suporte à prevenção de revelação não autorizada de informações, além de manter dados e recursos ocultos a usuários sem privilégio de acesso. Já a integridade previne a modificação não autorizada de informações. Por outro lado, a disponibilidade para prover suporte a um acesso confiável e prontamente disponível a informações. Isto implica em dados e sistemas prontamente disponíveis e confiáveis. Adicionalmente, o não repúdio e autenticidade compreendem o que poderia ser denominado de responsabilidade final e, dessa forma, busca-se fazer a verificação da identidade e autenticidade de uma pessoa ou agente externo de um sistema a fim de assegurar a integridade de origem. (FREITAS, 2009).

#### **4.2.10 Atuação do profissional da informação na perspectiva da interoperabilidade**

A interoperabilidade pode ser entendida como uma característica que se refere à capacidade de diversos sistemas e organizações trabalharem em conjunto (interoperar) de modo a garantir que usuários, organizações e sistemas computacionais interajam para trocar informações de maneira eficaz e eficiente. (BRASIL, 2014)

De acordo com Marcondes e Sayão (2001, p. 3) a convergência e o uso integrado das tecnologias de comunicação, de computação e de conteúdos em formato digital, cujo paradigma é a Internet, tem contribuído nos anos recentes para criar um novo ambiente de acesso, disseminação, cooperação e promoção do conhecimento em uma escala global. Estamos em meio a este processo, cujas consequências ainda não podemos avaliar completamente. Novos suportes de conhecimento, que não guardam similares com os materiais impressos em papel, estão sendo inventados a cada dia.

Conforme os mesmos autores do ponto de vista da informação como subsídio às atividades acadêmicas e em C&T, a Internet vem proporcionar facilidades que extrapolam o conceito tradicional de informação bibliográfica baseada em documentos, como artigos de periódico, trabalhos em congressos, teses etc. Novos recursos informacionais estão à disposição da comunidade de pesquisa além desses tradicionais, agora em versão eletrônica, como documentos multimídia, listas de discussão, fóruns eletrônicos, conferências em linha, imagens (de satélites, de microscópios, em tempo real), modelos animados, bancos de *preprints* eletrônicos, os *e-prints* etc. Estes recursos tanto servem de subsídio à pesquisa quanto de canais de comunicação e publicação dos resultados e de garantia de primado e originalidade intelectuais dos mesmos. (MARCONDES e SAYÃO, 2001 p. 4)

Tais mudanças têm exercido profunda influência sobre a concepção e funcionamento dos sistemas de informação automatizados, sobretudo, aqueles voltados para as atividades de pesquisa. (CASANOVA e BRAUNER, 2009)

O rompimento das barreiras tecnológicas experimentadas na última década permitiu o surgimento de um novo patamar para os sistemas: antes orientados basicamente para recuperação de referências bibliográficas em bases de dados isoladas e textos em papel, voltam-se hoje para a recuperação distribuída de objetos digitais de textos completos, imagens em movimento, som etc, ao se estabelecerem como palavras de ordem a publicação na Internet e a interoperabilidade entre fontes de informação heterogêneas e globalmente distribuídas. (MARCONDES e SAYÃO, 2001 p. 4).

O advento da internet veio mudar o trato com a informação, há muito tempo era requerido ao profissional da informação empréstimos e manuseios dos materiais informacionais não que isso se constitua tarefa fácil. Sempre houve a necessidade de conhecimentos diversos para o trato com a informação. Mas atualmente são requeridas mais habilidades ao profissional conforme descritas no quadro 4.11.

QUADRO 4.11: COMPETENCIAS

<b>COMPETENCIAS REQUERIDAS DOS PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO</b>
Alfabetização e letramento informacional
Manter ligação direta com o usuário
Ética comportamental.
Gerir aspectos na infoesfera
Gerir de conteúdos informacionais
Gerir das unidades de informação
Gerir de riscos
Gerir políticas de continuidade digital
Gerir políticas de proteção dos dados

Fonte: Elaboração da autora

Conforme o quadro estas são as principais competencias requeridas dos profissionais. Levando-se a seguinte reflexao, ao se propor discutir sobre virtualidade teve-se a intenção de oportunizar ampliação do tema, uma vez que o acelerado processo de desenvolvimento da sociedade associado às novas tecnologias trouxe a necessidade de mudança nas instituições de ensino sendo que as inovações na busca de informação para a construção de pesquisa e trabalhos acadêmicos, contribuíram para o surgimento de espaço tradicional marcado por paredes e livros dispostos em prateleira, mas por outro agora sem paredes e sem livros impressos.

Essa nova realidade provocou mudanças no cotidiano dos profissionais da informação, que antes acostumados com a rotina de dispor e guardar livros, agora exige dele um conhecimento voltado para as tecnologias e principalmente para o manuseio com as fontes digitais, sabendo, no entanto, que elas não substituirão as fontes impressas. Pelo contrário, uma complementará a outra.

Na organização de seus acervos digitais, as bibliotecas devem organizar as informações que viabilizem o acesso do usuário sendo esta também uma maneira de tornar fácil e ágil os processos de busca. A discussão proposta revela que os disseminadores da informação precisam saber lidar com essa mudança, com a velocidade e capacidade necessárias ao ritmo imposto pelas novas tecnologias, sempre embasados em princípios éticos. Nessa perspectiva, o profissional da informação deve gerenciar esse espaço físico e virtual para que os usuários compartilhem conhecimento e tenham acesso à informação e a fontes confiáveis.

## CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

No presente capítulo se estruturou os conteúdos em duas partes, tratou-se de um relato sobre os objetivos pelos quais foram criados os arquivos e as bibliotecas no Brasil, depois procedeu à abordagem sobre a formação dos arquivistas e bibliotecários como profissionais da informação e suas expertises para tomadas de decisões e para realização das atividades dentro de uma instituição. Na segunda parte abordou sobre o perfil do profissional da informação e suas diversas atuações, como na questão das competências requeridas no campo da alfabetização e letramento informacional, atuação como mediador entre a informação e o usuário, e ainda suas atitudes comportamentais, melhor dizendo, ética diante das grandes e diversificadas competências que lhe são requeridas atualmente tais como gestão dos aspectos na infoesfera, gestão de conteúdos, gestão de unidades de informação, gestão de riscos, gestão de continuidade digital proteção de dados e gestão de interoperabilidade no que tange ao acesso a informação online.

## **CAPÍTULO 5**

### **METODOLOGIA PARA A PESQUISA**

---

## **ESQUEMA DO CAPÍTULO**

ESQUEMA DO CAPÍTULO

METODOLOGIA PARA A PESQUISA

OBJETIVO DO CAPÍTULO

5 METODOLIGIA

5.1 DELIMITAÇÕES DO OBJETO DA INVESTIGAÇÃO

5.2 ELABORAÇÕES DO INSTRUMENTO DE INVESTIGAÇÃO

5.3 PROCEDIMENTOS PARA ELABORAÇÃO DO QUESTIONÁRIO.

5.4 PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DE DADOS

CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

### **OBJETIVO DO CAPÍTULO**

O capítulo tem como objetivo descrever todos os procedimentos adotados para formar a pesquisa de campo, dando ênfase aos aspectos metodológicos, e salientando o objeto da investigação, demonstrando o processo de construção dos instrumentos de coleta de dados desde a versão teste para verificação e compreensão das perguntas até a versão final para efetivamente colher os dados. Esclarecendo todos os procedimentos adotados para obtenção dos resultados.



## CAPÍTULO 5

### 5. METODOLOGIA

Considerando que para fazer uma pesquisa vamos construir a partir do objeto de estudo, e que a construção significa por se só, e, apesar de seguir parâmetros de uma construção inédita e também apesar de seguirmos normas de conduta para obter dados, certamente os resultados são inéditos, pois prevemos, mas, contudo é uma incógnita o que esta da outra ponta do acibergue, visando maximizar as previsões é que delimitamos o tema.

#### 5.1 DELIMITAÇÕES DO OBJETO DA INVESTIGAÇÃO

No tange à metodologia <sup>173</sup>, trata-se essencialmente de parte do estudo, que explicita de forma detalhada como foi feita a pesquisa<sup>174</sup>. Trata-se de seguir o que foi planejado no projeto de tese, para que se estabeleçam os resultados esperados. Mas a execução de um planejamento de pesquisa não esta livre de se descobrir fatos inesperados, fazendo com que prevaleça o verdadeiro sentido de se fazer uma investigação, que é justamente descobrir.

Entretanto “O sujeito não chega vazio em um trabalho de investigação sobre um dado fenômeno uma vez que o pesquisador vai construindo seu olhar a partir de sua história” (BRANDÃO, 1985, p. 87). Pensa-se que para se chegar ao trabalho de investigação se faz necessário haver uma inquietação preestabelecida de um fenômeno, uma situação que existe e surge uma curiosidade de investigar e comprovar. A inquietação surge das hipóteses que se forma, e estas já existiam na mente do investigador, as mesmas não teriam sido construídas sem um prévio conhecimento. Dado a isso é que o projeto tem como requisito fazer investigação com graduandos, graduados, ou pós-graduados, profissionais e futuros profissionais da informação. A necessidade de abranger um olhar vem de uma história construída de antemão. Assim a investigação é justamente essa inquietação do fazer científico que move o pesquisador em busca da cooperação com o conhecimento<sup>175</sup>.

---

<sup>173</sup> A metodologia é o instrumento de pesquisa usado pelo pesquisador para definir o caminho pelo qual vai ser definida a investigação, são os caminhos que seram adotados para definir como, onde, com quem, como que, quando e de que maneira se pretende captar a realidade e seus fenômenos.

<sup>174</sup> Pesquisa é um conjunto de procedimentos intelectuais que visam descobrir novos conhecimentos, e refere-se a investigação cuidadosa, metodica, sistemáticas e em profundidade, busca conhecer dados para confirmar informações existentes.

<sup>175</sup> Conhecimento Científico, é o conhecimento racional, sistemático, exato e verificável da realidade, sua origem está nos procedimentos de verificação baseados na metodologia científica.

É importante dizer que os dados foram analisados de maneira pluridimensional. Uma vez que devido à abrangência temática foram necessários alguns cuidados para que a pesquisa não tomasse vieses dimensionais inviáveis à investigação.

Também é importante ressaltar que a investigação é pautada no, **Acesso a informação online, tendências e impactos sociais no comportamento dos profissionais da informação no Brasil.**

Assim temos como objeto de estudo a contemplação de seis variáveis, dentre elas o **profissional da informação** como grupo de controle da pesquisa, que é formado pelos **profissionais Arquivistas, profissionais Bibliotecários** como foi denominado e acordado em projeto de pesquisa. Já os **profissionais de outras áreas**, a saber, profissionais de Direito, profissionais de História, profissionais de Medicina e Profissionais de Engenharia da computação<sup>176</sup>, foram reunidos em um só grupo que se denominou profissionais de outras áreas.

Os demais são os **graduandos<sup>177</sup> em arquivologia**, os **graduandos em biblioteconomia**, os **graduandos em outras áreas** como os mesmos descritos como profissionais de outras áreas<sup>178</sup>, que inserimos no contexto da pesquisa para explorar visões de quem ainda não esta efetivamente no mercado de trabalho mais está praticamente pronto para exercer suas habilidades profissionais, pois frequentam o último semestre<sup>179</sup> do curso onde estão inseridos.

Informamos que por se tratar de grupos diferentes em teorias, não foram separados na coleta de dados e nem na observação dos resultados, todos receberam o mesmo questionário, pois como dissemos o intuito da investigação é analisar as respostas e tendências de modo geral, observando a partir do profissional da informação sem excluir outras profissões. O questionário citado encontra-se na íntegra ao final deste capítulo.

Para abranger requisitos propostos na pesquisa investigativa, elaboramos **um questionário com vinte e sete perguntas, divididas em três blocos distintos** que foram

---

<sup>176</sup> A escolha dos cursos de Direito de História e Medicina e Engenharia da Computação foi meramente aleatória, com o intuito de observar opiniões de quem não tem como profissão acessar a informação online, mas mesmo assim tem que fazê-lo para se aprimorar dentro da sua própria profissão.

<sup>177</sup> Graduando é o estudante que ainda esta cursando a graduação, ainda não é profissional, pois ainda não se formou como tal.

<sup>178</sup> Todos os graduandos citados são alunos que estão cursando o último ano dos seus respectivos cursos de ensino superior.

<sup>179</sup> A proposta inicial era entrevistar os graduandos dos últimos semestres da graduação, mas ao termos acesso a lista de formandos detectamos que na maioria das escolas pesquisadas havia o problema de um fato que não foi previsto no projeto, o aluno estar matriculado em um semestre e dever matérias do semestre anterior, assim sendo abandonamos a proposta original e extendemos a pesquisa para os alunos do antepenúltimo semestre e do último para termos uma margem maior de respondentes. (o aluno que falta um ano para se formar)

expostos em um único questionário, cada bloco pretendeu abordar um aspecto do acesso à informação *online*.

O **Bloco I**, primeiro bloco de perguntas contou com sete perguntas que indicaram como se dá o uso da pesquisa na internet, locais de acesso, quais as mídias mais utilizadas, os veículos mais acessados, o tempo de conexão diário, a abrangência e o interesse do uso da internet para pesquisa acadêmica e científica, e ao final do bloco foram perguntadas, quais as opiniões dos usuários sobre como eles consideram o acesso *online*.

No segundo, o **Bloco II**, contou com 12 perguntas que trataram de saber sobre os hábitos de leitura e também do uso dos recursos das bibliotecas, perguntamos da quantidade de livros que são lidos por ano, do gosto pela leitura em mídia, sobre a idade de alfabetização, e sobre a frequência à biblioteca, inquiremos sobre o conhecimento dos produtos oferecidos pelas bibliotecas, sobre a utilização das bibliotecas virtuais e digitais, e quais as necessidades de empréstimos do usuário, foi perguntado se o usuário é informado do dia a dia do que acontece em sua profissão, e quais os meios que ele utiliza para se manter informado, e para finalizar o bloco II, foi utilizada uma pergunta aberta para que o entrevistado respondesse quais e são as sugestões de melhoria do acesso a informação *online*, e por que.

Já o terceiro e último bloco de perguntas, o **Bloco III**, questionamos sobre o perfil do entrevistado, para conhecer um como são os profissionais da informação hoje no Brasil, as perguntas foram sobre qual o sexo do entrevistado, a sua faixa etária, a população na qual ele está inserido, se é graduando ou se já é um profissional formado, se possui pós-graduação, se estudou ou estuda em escola pública, qual a região de graduação do entrevistado e quanto tempo que atua na área de formação, e na última pergunta que foi também uma pergunta denominada aberta, inquiremos aos entrevistados se os mesmos gostariam de acrescentar suas próprias opiniões ou sugestões a respeito dos assuntos abordados na pesquisa.

Após a definição do questionário, partimos para a definição do universo a ser entrevistado. Assim a escolha do universo de estudo, foi delimitada dentre as **Universidades Brasileiras que ministram os cursos de biblioteconomia e arquivologia**. Ficando assim estabelecidas, o Brasil conta com 42 Universidades que ministram o curso de Biblioteconomia e 16 Universidades que ministram o curso de Arquivologia, formando um total de **58 Universidades**, divididas entre 27 Estados e suas respectivas capitais, separadas entre cinco regiões, sendo elas Norte, Sul, Centro Oeste, Nordeste e Sudeste. Devido a nossa extensão territorial é difícil contemplar Estado por Estado, por causa dos distanciamentos.

Figura 5.1 Europa dentro do Brasil



Fonte: <http://lusotopia.no.sapo.pt/indexBRTerritorio.html>

O mapa que hora se apresenta como Figura 5.1 foi inserida ao texto para melhor exemplificarmos a extensão territorial brasileira em termos de tamanho, provando assim que é possível comparar o Brasil com todos os países da Europa. Enfatizado que essa comparação é apenas em termos de tamanhos.

A figura acima, apenas a título de ilustração para demonstrar á quem não conhece o Brasil quão grande é a sua extensão com relação aos países Europeus.

Conforme exposto o país é bastante grande<sup>180</sup>, e conta com 58 Universidades que ministram os cursos de Arquivologia e Biblioteconomia e segundo o MEC<sup>181</sup>, as Universidades que ministram o curso de **Arquivologia totalizam 16** em todo o país, e disponibilizam **946 vagas**, assim adotamos o critério de eleger três regiões das cinco regiões Brasileiras para o estudo, e das três regiões, elegemos duas Universidades de cada região totalizando **6 Universidades de Arquivologia**, como amostra.

Quanto ao que tange a Biblioteconomia adotamos os mesmos critérios elencamos as Universidades que ministram os cursos de Biblioteconomia no Brasil que contam com 42 Universidades, disponibilizando **5309 vagas** por ano, assim tomamos por parâmetro as Universidades de **três regiões** que totalizam **25 Universidades**, das 25 elegemos duas de cada região, conforme fizemos com a área de Arquivologia, e obtivemos o total de **6 Universidades**, como amostra a serem pesquisadas também em **Biblioteconomia**. Já para alunos adotamos alguns critérios mais específicos, o total de alunos da Arquivologia somam 946 vagas disponibilizadas, e a Biblioteconomia somam de 5.309 vagas disponibilizadas por ano em todos os cursos, e para formar o universo dos graduandos e dos profissionais da informação utilizamos as mesmas Universidades das três regiões brasileiras, escolhidas acima, já para formarmos o universo das pessoas que compuseram os profissionais de outras áreas elegemos somente a UFG onde contempla as quatro faculdades dos cursos de História, Direito, Medicina e Engenharia da Computação.

Evidentemente que visando reduzir a complexidade de atingir informações de composição de outros cursos em outras cidades, e o acesso por se tratar de áreas distintas, elegemos Goiás que se fica na região centro oeste, e onde se localiza a UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS que também foi eleita para seleção, tanto os profissionais da informação, quanto os estudantes de outras áreas, isso se deu como dito antes, por questões de acessibilidade comodidade e abrangência. E também e principalmente por ser Goiás, local onde está sendo realizada a pesquisa e onde há maior receptividade representatividade e cooperação dos parceiros de profissão. Ainda podemos citar como justificativa o fato de que Goiás é o maior interessado nas aplicações dos resultados que serão apresentados na pesquisa.

Para melhor entendimento de como se dividiu as representações é necessário que demonstremos através de quadros como foi construído o projeto a partir da Tabela 5.1.

---

<sup>180</sup> Área Territorial Brasileira é de 8.515.767,049 km<sup>2</sup>, publicado no DOU nº 16 de 23/01/2013, conforme Resolução Nº 01, de 15 de janeiro de 2013. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default\\_territ\\_area.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_territ_area.shtm)

<sup>181</sup> MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, órgão brasileiro que dá autorização e reconhecimento aos cursos superiores Brasileiros assim como outros assuntos referentes a educação e cultura.

TABELA 5.1: Total de dados das variáveis da investigação

VARIÁVEIS	TOTALIZAÇÃO
1-Todas as Universidades de Arquivologia e Biblioteconomia	58 Universidades Brasileiras
2-Todas as Universidades de Arquivologia do Brasil	16 Universidades Brasileiras
3-Todas as Universidades de Biblioteconomia do Brasil	42 Universidades Brasileiras
4-Todas as Regiões do Brasil	5 Regiões Brasileiras
5-Todas as vagas ofertadas por ano em Universidades de Arquivologia e Biblioteconomia	6225 Vagas
6- Todas as vagas ofertadas por ano em Arquivologia	946 Vagas
7- Todas as vagas ofertadas por ano em Biblioteconomia	5.309 Vagas
8- Números de vagas ofertadas para os cursos de outras áreas na UFG <sup>182</sup>	365 Vagas

Fonte: Elaboração da autora

Detalhado Tabela 5.1 temos, a apresentação da panorâmica geral de todas as variáveis que nortearam a investigação, o número de Universidades Brasileiras que ministram os cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, e outros cursos eleitos para a investigação, temos as quantidades de regiões brasileiras, e tanto a Universidade de Arquivologia quando de Biblioteconomia e outras áreas, com o total de vagas ofertadas por ano e por curso, para se estabelecer a quantidade de alunos que se precisa tomar para a investigação.

A seguir na Tabela 5.2 demonstramos separadamente os dados do curso de Arquivologia de onde se estabeleceram os dados de composição da pesquisa.

TABELA 5.2: Representação das Escolas de Arquivologia no Brasil

	Regiões Brasileiras	Universidades de Arquivologia	Quantidades de Vagas ofertadas por ano
TOTAL	NORTE	2	82
	SUL	5	200
	CENTRO OESTE	1	84
	SUDESTE	5	310
	NORDESTE	3	270
	5	16	946

Fonte: Elaboração da Autora

<sup>182</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS estabelecida em Goiânia Goiás, região Centro Oeste

Antes comentar as descrições da tabela 5.2 é importante ressaltar que a UFG, foi único palco da pesquisa quando se tratou de pesquisar a variável de observação, melhor dizendo os cursos e profissionais de outras áreas conforme ficou estabelecido no projeto de pesquisa.

As Universidades de arquivologia na Tabela 5.2 são descritas de modo a perceber que no Brasil conta-se com cinco regiões respectivamente, Norte, Sul, Centro Oeste, Sudeste e Nordeste, assim, distribuiu-se as quantidades de Universidades de arquivologia concomitantemente com o numero de vagas por regiões ao ano letivo. Na região Norte têm duas Universidades ofertando oitenta e duas vagas. Na região Sul têm cinco Universidades ofertando duzentas vagas, na região Centro Oeste, temos apenas uma Universidade que contempla o curso e oferta oitenta e quatro vagas, na região Nordeste tem a ultima região que conta com três universidades que ofertam juntas duzentos e setenta vagas totalizando novecentas e quarenta e seis vagas no Curso de Arquivologia por ano.

A próxima Tabela 5.3 descreve as Universidades de Biblioteconomia do Brasil.

TABELA 5.3: Representação das Universidades de Biblioteconomia no Brasil

	Regiões Brasileiras	Universidades de Arquivologia	Quantidades de Vagas ofertadas por ano
TOTAL	SUL	7	585
	CENTRO OESTE	5	423
	NORDESTE	9	577
	SUDESTE	17	1558
	Todas EAD <sup>183</sup>	1	2000
	5	42	5309

Fonte: Elaboração da autora

As Universidades de Biblioteconomia divergem das Universidades de Arquivologia, no numero de Universidades e no numero de vagas ofertadas, principiando com a região Norte, se pode notar que há tres Universidades e cento e sessenta e seis vagas, na região Sul conta-se com sete Universidades e quinhentos e sessenta e cinco vagas ofertadas ao ano, na região Centro Oeste, temos cinco Universidades ofertando quatrocentos e vinte e tres vagas ao ano, a região Nordeste conta com nove Universidades e quinhentas e setenta e sete vagas ao ano, a região sudeste é a região que conta com o maior numero de Universidades, são dezessete ofertando o hum mil quinhentas cinquenta e oito vagas, ainda na região Sudeste, tem um curso de Biblioteconomia em uma Univesidade que oferece o Ensino a Distância,

<sup>183</sup> Educação a Distância (Sigla de EAD no Brasil)

assim consegue obter estudantes de todo o Brasil e conta com duas mil vagas. Abrangendo todas as regiões brasileiras, ao somar-se todas as Universidades e todas as vagas tem o montante de quarenta e duas Universidades, disponibilizando cinco mil e trezentas e nove vagas ao ano.

Descritas as Universidades de Arquivologia, e de Biblioteconomia, demonstra-se de onde se retirou as variáveis dos graduandos e dos profissionais de outras áreas conforme se segue na Tabela 5.4.

TABELA 5.4: Representação da UFG para Outros Cursos

	Regiões Brasileiras	Universidade UFG	Quantidades de Vagas oferecidas por ano
TOTAL		Direito	120
		Historia	55
	CENTRO OESTE	Medicina	110
		Engenharia da computação	80
		4	365

Fonte: Elaboração da autora

As variáveis de onde se tirou os dados para compor o estudo sobre os graduandos de outras áreas foram conforme acordado em projeto, decidiu-se que juntaria os estudantes dos últimos semestres dos cursos de Direito de História de Medicina e de Engenharia para observar outras opiniões, e por considerar que todas as profissões acessam a informação *online*.

A Universidade Federal de Goiás conta com as quatro faculdades que ministram o curso, e foi o palco dessa amostragem, dentre os cursos escolhidos somam-se trezentas e sessenta e cinco vagas disponibilizadas por anos juntando os quatro cursos, que denominamos outras áreas.

Dado uma primeira panorâmica das variáveis em todo o Brasil, exceto aos profissionais de outras áreas, a esses se deu um tratamento mais específico para não se deter em detalhes irrelevantes, assim interessa-nos conhecermos as variáveis escolhidas para representar a pesquisa dentro de cada contexto em que elas estão inseridas, ficando assim estabelecidas conforme Tabela 5.5.



TABELA 5.5: Representação das variáveis para graduandos.

DADOS DA INVESTIGAÇÃO PARA <sup>184</sup> GRADUANDOS							
CURSOS E VAGAS		ARQUIVO	VAGAS DE ARQUIVO	BIBLIOTECONOMIA	VAGAS DE BIBLIO.	OUTROS CURSOS	VAGAS DE OUTROS CURSOS
R E G I Õ E S	NORTE	UFPA <sup>185</sup>	40	UFPA	56	---	---
		UFAM <sup>186</sup>	42	UFAM	60	---	---
	CENTRO OESTE	UNB <sup>187</sup>	84	UNB	80	---	---
		---	---	UFG <sup>188</sup>	50	UFG	365
	SUDESTE	UNESP <sup>189</sup>	30	---	---	---	---
		UFES <sup>190</sup>	80	UFES	80		
UNIRIO <sup>191</sup>		80	UNIRIO	280			
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>356</b>	<b>6</b>	<b>606</b>	<b>1</b>	<b>365</b>

Fonte: Elaboração da autora

Apresentadas a panorâmica geral de dados, retiraram-se os que foram trabalhados e expôs-se na tabela 5.5 para graduandos, e tabela 5.6 para graduados no que tange a regiões e Universidades. A questão do numero de entrevistados exporemos mais adiante.

Utiliza-se três regiões eleitas para o estudo, à região Norte, região Centro Oeste e região Sudeste, das tres regiões elegeu-se para pesquisar os dados de seis Universidades descritas no rodapé desta pagina, das seis elencou-se o total de vagas oferecidas por cada uma delas, e trabalhamos seus números para envio dos questionários.

Deve-se notificar aqui que das regiões eleitas uma a região Centro Oeste, conta apenas com Uma Universidade de Arquivologia, assim sendo elegeu-se tres Universidades da região sudeste. Ficando descritas para Estudo, duas Universidades da região Norte, uma da região Centro Oeste, e escolheu-se tres da região Sudeste para ficar com o mesmo numero de Universidades estudadas tanto na arquivologia quanto na Biblioteconomia.

Dito isso, elenca-se os dados utilizados, somando-se as vagas ofertadas em Arquivologia das seis Universidades eleitas e obteve-se o total de trezentos e cinquenta e seis vagas ofertadas para Arquivologia, para Biblioteconomia a soma das seis Universidades

<sup>184</sup> Graduando é o alunos que ainda não terminou de cursar a graduação.

<sup>185</sup> Universidade Federal do Pará : Sigla : UFPA situada na Região Norte cidade de Belém

<sup>186</sup> Universidade Federal do Amazonas Sigla : UFAM situada na Região Norte cidade de Manaus.

<sup>187</sup> Universidade Nacional de Brasília Sigla UNB situada na Capital Federal do Brasil Região Centro Oeste

<sup>188</sup> Universidade Federal de Goiás Sigla UFG situada na Região Centro Oeste cidade de Goiânia.

<sup>189</sup> Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho Sigla UNESP situada na Região Sudeste na cidade de Marília- São Paulo.

<sup>190</sup> Universidade Federal do Espírito Santo Sigla UFES situada na Região Sudeste na cidade de Vitória.

<sup>191</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro Sigla UNIRIO situada na Região Sudeste na cidade do Rio de Janeiro

totalizou seiscentos e seis vagas, e outros cursos somando as vagas de cada um deles que são os quatro cursos totalizaram trezentos e sessenta e cinco vagas. Para tratar os dados no que tange aos profissionais, melhor dizendo os graduados, obtivemos os números descritos na Tabela 5.6.

TABELA 5.6: Representação das variáveis para graduados.

DADOS DA INVESTIGAÇÃO PARA GRADUADOS <sup>192</sup>							
CURSOS PROF <sup>193</sup>		ARQUIVO	PROF. ARQU.	BIBLIOTECONOMIA	PROF. BIBLIO.	OUTROS CURSOS	PROF DE OUTROS CURSOS
REGIÕES	NORTE	UFPA	10	UFPA	36		
		UFAM	10	UFAM	30		
	CENTRO OESTE	UNB	44	UNB	49		
				UFG	35	UFG	32
							18
							9
							52
	SUDESTE	UNESP	24				
		UFES	17	UFES	35		
		UNIRIO	13	UNIRIO	52		
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>118</b>	<b>6</b>	<b>237</b>	<b>1</b>	<b>111</b>

Fonte: Elaboração da Autora

Usou-se os mesmos princípios de escolhas para os dados que compuseram a investigação dos profissionais da informação e dos profissionais de outras áreas, melhor dizendo, as regiões foram as mesmas tres regiões utilizadas, e foi possível também a escolha de duas Universidades por região uma vez que o curso de Biblioteconomia conta com mais que o dobro de Universidades que a Arquivologia no Brasil.

Teve-se acesso aos números de profissionais descritos na tabela 5.6 através dos sites, das Universidades, que por sua vez disponibilizam o endereço do currículo Lattes de cada professor da academia e neste consta não só os feitos acadêmicos de cada mestre, assim bem como o endereço de e-mail para contato.

Data feita a tabela 5.6 conta com todos os profissionais atuantes no corrente ano, em suas respectivas áreas de atuação, somando tais números obtivemos como profissionais do curso de arquivologia nas tres Universidades, cento e dezoito arquivistas, e a soma de bibliotecários é um pouco maior por ter agregado também os bibliotecários que atuam nas

<sup>192</sup> Graduado é o profissional que já se formou.

<sup>193</sup> Profissionais

bibliotecas centrais de cada Universidade, totalizando duzentos e trinta e sete profissionais. E por último utilizou-se os mesmos quesitos para encontrar os professores das outras áreas que somados chegou-se ao numero de cento e onze profissionais, como descritos.

Delimitar é justamente para que se possa por amostragem ter ideia do todo, dinâmica, bastante utilizada em pesquisa, a amostragem é utilizada como forma de medir por porcentagem diante da impossibilidade de abrangência geral dos dados.

Assim, Delimitadas as quantidades de Universidades a serem utilizadas por amostragem, seis Universidades com os cursos de arquivologia, biblioteconomia e outros cursos, e delimitadas as quantidades de regiões, sendo estas três, resta agora, explicar como foram delimitados os números de questionários enviados para cada seguimento escolhido.

TABELA 5.7: Delimitação de todos os dados da pesquisa

		REGIÕES ELEITAS	UNIVERS. ELEITAS	CURSOS DE ARQUIVOLOGIA	CURSOS DE BIBLIOTECONOMIA	UNIVERS. ELEITA	CURSOS OUTRAS AREAS	
G R A D U A N D O S	P V R A R I M E Á I V R E A L	3	6	366	606	1	365	
	QUEST. ENVIADOS			<b>92</b>	<b>152</b>		<b>91</b>	
G R A D U A D O S	S V E R G I U Á N V D E A L	3	6	118	237		111	
	QUEST ENVIADOS			<b>118</b>	<b>237</b>		<b>111</b>	
<b>TOTAL GERAL DE QUESTIONARIOS ENVIADOS DA INVESTIGAÇÃO</b>								<b>801</b>

Fonte: Elaboração da autora

A TABELA 5.7 é uma tabela muito importante na delimitação, pois, ela demonstra a totalidade dos dados facilitando a compreensão e delimitação dos números utilizados, explica-se a seguir como foi feita amostragem escolhida.

A tabela ainda demonstra que, a variável denominada primeira é formada pelos graduandos profissionais da informação, separados em arquivistas e bibliotecários, foram usadas as mesmas quantidades de Universidades para os dois cursos, seis Universidades com o total de trezentas e sessenta e seis vagas em arquivologia das quais se tomou como amostra um terço das vagas ofertadas, ou seja, noventa e dois graduandos em arquivologia receberam os questionários da investigação.

As Universidades de biblioteconomia também foram seis, nas mesmas regiões escolhidas dos cursos de Arquivologia, sendo que na biblioteconomia as vagas ofertadas são de seiscentas e seis vagas nas três regiões escolhidas, e tomou-se como amostra também um terço do total das vagas que se estabeleceram em cento e cinquenta e dois graduandos em Biblioteconomia que receberam os questionários da investigação. E os graduandos de outras áreas conforme já foram mencionadas anteriormente, inclusive explicitadas as razões pelas quais se escolheu uma única Universidade da região Centro Oeste, a UFG, onde se contemplam os cursos escolhidos denominados outras áreas e de onde se conta com trezentas e sessenta e cinco vagas ofertadas, das quais foram escolhidas como amostra, um terço desse numero, a quantidade noventa e um questionários foram enviados da investigação aos graduandos de outras áreas.

Quanto aos profissionais, não se reduziu os números dos profissionais, uma vez que foi possível encontrar todos os endereços de e-mails de todos os escolhidos, contemplou-se todo o universo encontrado a fim de dar mais consistência ao grupo de controle da pesquisa que é justamente os profissionais da informação, e seus adjuntos profissionais de outras áreas. Mas é bom deixar claro que as mesmas Universidades foram contempladas com o que chamamos de primeira variável que se trata do grupo de graduandos, e os graduados aos quais chamamos de segunda variável.

Assim obteve-se conforme a tabela de número 5.7, um total de oitocentos e um questionários enviados aos entrevistados.

Definidos os números a serem trabalhados passou-se para a elaboração dos instrumentos da investigação.

## 5.2 ELABORAÇÃO DO INSTRUMENTO DE INVESTIGAÇÃO

O presente tópico tem por característica descrever como foram escolhidos as técnicas instrumentos e métodos que nortearam a pesquisa. Usamos uma metodologia combinada em pesquisa qualitativa e quantitativa, na investigação adotamos a abordagem bibliográfica de

teor qualitativo no qual nos apoiamos em obras de autores que discorrem sobre informação online, competências informacionais, arquivística, biblioteconomia, estudos de usuários, acesso online, sociologia, e psicologia comportamental conforme pode ser comprovado em referências bibliográficas ao final da tese. Mediante as fontes bibliográficas dispomos do estado da arte que permitiu detalhar conceitualmente o problema, e para sua abordagem determinamos critérios básicos para estabelecer a investigação de campo.

As fontes bibliográficas foram selecionadas buscando a contribuição a partir dos aspectos que norteiam a investigação utilizando como principais autores, Burke (2012) com a sua abordagem sobre a história social do conhecimento, Lévy (2010) sobre o processo de comunicação, e as tecnologias da inteligência e o ciberespaço, Tammaro e Salarelli (2006) Biblioteca digital, Valentim (2010) sobre a formação do profissional da informação e inteligência organizacional, Naves e Kuramoto (2006) organização da informação, Tomáel (2008) fontes de informação na internet, Gasque (2012) estudos de usuários e competências informacionais, Arellano (2001) informações virtuais, Jardim (2014) acesso a informação, Flores (2012) preservação dos documentos eletrônicos, Rodrigues e Marques (2008) formação Arquivística no Brasil, Campello (2010) gestão escolar, Calderon (2004) informação Arquivística.

E ainda sobre as fontes bibliográficas e para facilitar o entendimento e a compreensão dos conteúdos que integram a investigação reportou-se também a Fourez (1995) que versa sobre ciência ética e tecnologia, Castells (2003) sociedades de redes, Foucault (1970) com a ordem do discurso, Davenport (1998) gestão da informação, Ohira (2000) Biblioteca virtual, Deleuze (1997) conversações, Moro Cabero (2013) documentos eletrônicos, Moreira González (2011) linguagens documentarias, Drucker (2000) gestão da informação.

Após seleção e estudo das obras dos autores descritos dentre outras conforme referências bibliográficas é que se pode dar sustentação teórica consistente à investigação, assim bem como as obras referenciadas foi o arcabouço<sup>194</sup> da metodologia desenvolvida em toda a tese.

Realizou-se em primeiro lugar, uma análise das profissões para identificar quais os parâmetros que poderiam ser considerados na existência da competência informacional de outras profissões, que utilizassem fortes elementos na construção da pesquisa. Em segundo lugar, fez-se uma pesquisa de campo na qual o estudo foi formado por amostragem dos alunos do último semestre de graduação em seis Universidades de Arquivologia, e Biblioteconomia

---

<sup>194</sup> Traçado inicial de algo

que são cursos de competências informacionais consolidadas, e ainda investigaram-se alunos de outras graduações para observação, uma vez, que o tema pesquisado abrange não só as profissões de bibliotecários e arquivistas, mas também toda e qualquer profissão que lida com informação, esses alunos de outras profissões também pesquisados por amostragem.

Procurou-se fazer uma pesquisa ampla, que consistiu na coleta de dados os quais puderam embasar a formulação das perguntas aos profissionais e graduandos pesquisados. Após a finalização das perguntas, as mesmas foram enviadas por meio de questionários testes, para um pequeno grupo formado por cinco pessoas selecionadas para dar opinião de como se apresentou o questionário e aprova-lo no quesito de compreensão e entendimento das perguntas. Sendo que a aprovação final do questionário foi dada pela diretora de tese. Dada a definição e aprovação do questionário o mesmo teve como quesito vinte e sete perguntas, das quais vinte e tres eram perguntas denominadas fechadas, quatro foram denominadas fechadas e com complementação aberta ao mesmo tempo e uma somente aberta.

As perguntas tiveram como norteadores, o conjunto de processos para verificar as hipóteses estabelecidas na pesquisa através do projeto de tese. A observação técnica consistiu em coletar os dados que representassem a realidade do objeto pesquisado.

Segundo Godoy (1995, p. 20), “[...] a pesquisa qualitativa ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes”. A pesquisa qualitativa possibilitou a partir de todo o contexto do estudo retirar os pontos de vista relevantes, dado a isso escolhemos em princípio a pesquisa documental que além de fixar um embasamento teórico consistente, permitiu maior compreensão dos fenômenos estudados. A pesquisa qualitativa sob o aspecto do documento apesar de ampla e complexa, e dos rígidos rigores que se exige em pesquisa, ainda assim nos deixa livres para explorar novos enfoques.

A análise documental foi o eixo basilar que deu apoio á construção do documento para a pesquisa, trata-se aqui dos suportes midiáticos, eletrônicos e textuais, na pesquisa documental se utilizou do exame de varias fontes dentre elas, foram examinados, jornais, livros, dicionários, revistas, diários, obras literárias, científicas e técnicas, tanto em meio impresso como em meio eletrônico, e ainda repositórios, e-mails, sites, portais, blogs, redes sociais, e-books conforme se pode também comprovar nas bibliografias consultadas.

A pesquisa documental ainda como diz Godoy (1995, p. 22), “possui vantagens, Uma das vantagens básicas desse tipo de pesquisa é que permite o estudo de pessoas às quais não

temos acesso físico, porque não estão mais vivas ou por problemas de distância”, outra vantagem é que o documento constitui-se de uma fonte não reativa.

Pensou-se também na pesquisa documental porque em si tratando de comportamento do profissional da informação não se podia deixar de considerar o que dizem os outros autores sobre o assunto e ainda foi apropriado no momento de proceder as considerações e apresentar as tendências.

O estudo de caso não poderia deixar de ser explorado, pois visando detalhar uma situação particular, é que elegemos a UFG, como o principal objeto de estudo, pois a mesma foi palco de todas as variáveis, a de profissionais da informação, a de não profissionais da informação e estudantes da profissão de Arquivologia e Biblioteconomia e estudantes de outras áreas.

Ao analisar intensivamente esta unidade com o objetivo de descrever o quanto e quais são os profissionais e estudantes a serem entrevistados, se pode encontrar situações diversas, e para tanto foi crucial a estratégia do estudo de caso para resolvê-las, se pode ainda descrever que ao encontrar com a variável dos graduandos, em principio tomou-se por base o número de vagas ofertadas pelas Universidades anualmente, sem que tivesse a certeza de contar com o graduando ao final do curso uma vez que todos estão sujeitos a uma infinidade de acontecimentos alheios as nossas vontades, e que tais acontecimentos interpõem contra o objetivo que resulta entrar em uma graduação que é sem duvida conclui-la.

Ao discutir a amostragem baseados nas vagas estabelecidas decidiu-se por enviar e-mail solicitando respostas para o questionário à um terço do total de vagas, pensando que esses números de alunos listados ultrapasse essa margem, seria razoável esperar que pelo menos um terço da população, de vagas ofertadas seriam garantia de formação do total de vagas. Um fenômeno que se tentou controlar, mas sem garantias de que seria assim, ao ter acesso as listas de alunos das universidades eleitas na investigação, listas estas conseguidas através das coordenações de cursos após inúmeros contatos, por e-mails, por telefone e em alguns casos em contatos agendados por reuniões pessoalmente, se pode constatar que, ao final não teve-se nenhum caso que o total de formandos fosse inferior a um terço das vagas ofertadas, de acordo com os e-mails dos alunos que se teve acesso para o envio dos questionários de cada Universidade respectivamente.

Outro controle que tentou-se contornar foi dentro da variável estudada a dos profissionais da informação, o universo estabelecido foi de enviar questionário a toda a população encontrada, dentro das regiões eleitas, decidiu-se por essa alternativa uma vez que precisava-se de uma quantidade maior de dados pois estes constituíram como parâmetro

fundamental da pesquisa, por ser o grupo de controle determinante nos resultados, e por não possuir a certeza de adesão a pesquisa da maioria da população levantada.

Apesar dos profissionais da informação arquivistas e bibliotecários serem escolhidos para representar o caso típico por se tratar da informação online, uma expertise agregada a nossa área de atuação, foi interessante dar enfoque com menor ênfase nos graduandos e nos profissionais de outras áreas a fim de complementar e enriquecer os dados comparativos e os resultados finais.

Para a obtenção dos dados teve-se que anteriormente negociar a aquisição dos e-mails e ou endereço eletrônicos das respectivas representações acordadas em projeto.

Iniciou-se com a pesquisa geral, da qual se obteve o numero de Universidades e vagas disponibilizadas por elas, o que foi relativamente simples através do portal do MEC, após dados em mãos escolhemos as Universidades representativas ai partiu-se para as negociações, por e-mail junto ás coordenadoras de cursos solicitou-se os e-mails dos graduandos e dos professores que atuavam como ministrantes das aulas dos cursos em questão, foram diversos contatos até que se obtivessem respostas, em alguns casos tivemos que mudar a Universidade da região escolhida por não termos obtido resposta com os e-mails dos graduandos em tempo hábil para a pesquisa.

A segunda etapa de contatos se deu com as diretoras das bibliotecas para receber a relação de contatos dos bibliotecários que atuam como mediadores entre os graduandos e a informação, esse já foi um contato que tivemos maior êxito até porque é nossa área de formação e temos participação em varias listas de profissionais que contam com algumas das diretoras das bibliotecas inseridas nas Universidades por nos pesquisadas.

As listas de e-mails dos professores dos profissionais da informação e professores de outras áreas definidos, foi levantado também através dos sites das Universidades que disponibilizam o currículo em plataforma Lattes onde consta o endereço de e-mails.

Alguns telefonemas foram também necessários a esses contatos, o que foi surpresa para o pesquisador, pois a receptividade por telefone é bem maior.

Elaboraram-se e-mails diferenciados para cada uma das variáveis, pois, a abordagem seria direcionada por categoria, tais e-mails foram com o questionário anexado e uma copia eletrônica da matricula em tese da Universidad de Salamanca do pesquisador, para a devida comprovação da legitimidade da pesquisa.

Quanto aos questionários obedeceram a um tom informal com perguntas simples e objetivas, seguiram uma ordem de assuntos como dita acima em três blocos distintos, mas, completadores e integradores entre si. E foram perguntas fundamentadas para comprovação



das hipóteses do estudo qualitativo geral, obtivemos dados precisos com as perguntas abertas onde o entrevistado teve a oportunidade de contribuir enormemente com sugestões que foram incorporadas nas análises dos dados mais adiante.

Para melhor contextualizar tem comumente que o número de profissionais atuantes em cada Universidade é diferenciando dependendo da Universidade, e dependendo da região em que esta está inserida, optamos por tomar por amostragem a lista de servidores bibliotecários da biblioteca das universidades representadas e dos professores do curso de biblioteconomia das Universidades também representadas na amostra, se obteve uma lista de e-mail através do site das Universidades onde se pode entrar em contato através do e-mail e novamente por telefone. Ainda nos utilizamos de sites de conselhos de profissionais e listas de grupos de profissionais, além da participação das diferentes listas de trabalho, foi possível um contato mais aproximado o que fez com que a pesquisa tivesse mais êxito na região centro oeste, por ser esta a região de ocupação profissional da autora.

Quanto à escolha das regiões e das Universidades, se deram conforme estabelecidos também por amostragem e sugestões acordadas em projeto de tese aprovado. E os parâmetros levados em consideração foram o tamanho do Brasil, já salientado anteriormente, e as regiões foram escolhidas por padrões aceitos de desenvolvimento que explicaremos mais detalhadamente a seguir.

A escolha do universo se deu com estudantes graduandos e profissionais graduados, de três Universidades Brasileiras, estabelecidas por região, como no Brasil há Universidades de Biblioteconomia e Arquivologia na maioria dos estados, elencou-se três Universidades, a primeira Universidade da região que os brasileiros consideram mais desenvolvida do país, por razões de investimentos políticos maiores populações e maiores quantidades de Universidades e conseqüentemente as mais procuradas e as que mais oferecem vagas, refere-se á região Sudeste do Brasil, a segunda região escolhida é uma região tida como media pelos mesmos motivos da região mais desenvolvida, os investimentos políticos medianos, menos Universidades e menos vagas ofertadas, aqui trata-se da Região Centro Oeste, e por fim, a ultima Região escolhida, a Região Norte do país, uma região com menor índice de desenvolvimento que as demais, a terceira Região escolhida, o desenvolvimento também envolve investimentos políticos e menores números de Universidades e menos vagas oferecidas ainda, que as demais. Tanto a eleição das três regiões quanto a escolha da amostragem de duas Universidades por região, foram estabelecidas e decididas por avaliação em projeto de tese.

### 5.3 PROCEDIMENTOS PARA ELABORAÇÃO DO QUESTIONÁRIO.

A pesquisa foi realizada através de questionários com perguntas elaboradas de modo a identificar com presteza o objeto de estudo, os quais foram remetidos por e-mail depois de elaboradas e previamente testadas e aprovadas.

A **construção** do questionário supracitado foi surgindo á medida em que se foi estudando as fontes consultadas após ter elegido o tema proposto e movidos pela inquietação de conhecer respostas através das quais se pudesse contemplar as hipóteses e problemas da investigação.

Dividiram-se as questões em blocos, e em cada bloco elencaram-se questões distintas de modo que no bloco I, fez-se perguntas sobre o uso e pesquisa na internet, no bloco II as perguntas foram elaboradas sobre os hábitos de leituras e o uso da biblioteca, e no ultimo bloco III, as perguntas foram elaboradas com questionamentos sobre o perfil do entrevistado, todos os blocos detalhar-se-á a seguir mais amiúde:

Bloco I é composto com sete perguntas, sobre o uso da internet, no qual procurou-se na primeira pergunta se o entrevistado tem acesso a internet em ambientes não públicos, acesso em sua própria residência ou na casa de amigos ou parentes, lugares que não sejam públicos.

Conjuminando com as respostas da pergunta de número um, a pergunta de numero dois foi direcionada para saber se esse acesso se dá por qual das ferramentas, foi dado aos respondentes quatro opções de escolhas, a saber, computador de mesa, laptop, Tablets ou celular sendo que uma resposta não seria excludente da outra.

A pergunta de número três quis saber o que o entrevistado acha importante quando faz o acesso, foram dadas as opções de escolhas por ordem de preferências em listas, sendo as redes sociais, vídeos, jogos, jornais, blogs, e-mails, pesquisas acadêmicas, executar seu trabalho e outros, as respostas dessa pergunta também não eram excludentes.

Na elaboração da pergunta de número quatro, inquiriu-se sobre quanto ao tempo gasto na internet e estabeleceu-se um parâmetro de horas, em pergunta fechada para delimitar o tempo deixando escolhas que pudessem ser contempladas, e abrangesse toda a população pesquisada. As opções de escolhas foram de menos de uma hora, de uma a três horas, de três a cinco horas, de cinco a oito horas, mais de oito horas ou as vinte quatro horas do dia, nesse caso, as perguntas são excludentes, escolhendo uma não há a opção de mais escolhas.

A quinta questão pretendeu saber se o entrevistado utiliza ou não sites da internet como apoio aos estudos, as respostas foram impostas se sim, se não, ou parcialmente.

Já a questão de número seis foi denominada fechada e foi solicitado ao entrevistado quanto da facilidade de encontrar conteúdos dos quais necessita abordar nos sites da internet, as respostas foram se sim, ou se não, e de forma aberta, por que, onde os entrevistados tiveram a oportunidade de imprimir sua própria resposta, se sim e por que e se não e por que.

Na última pergunta do bloco I, a pergunta de número sete denominada fechada, e aberta em dois momentos, e na qual foi solicitado ao entrevistado para escolher como ele classifica o acesso em sites de pesquisa, foi dada as opções resposta, ágil, atual, confuso, acessível, confiável, lento, desatualizado, claro, difícil acesso, duvidoso, não sei informar, e não utilizo internet para fazer pesquisas. E ao final foi dada a oportunidade do entrevistado responder por que. Fechamos esse bloco e seguimos com o próximo.

O Bloco II, que tratou de saber sobre os hábitos de leituras e a frequência e uso das bibliotecas distribuídas em doze perguntas integrando-as umas as outras.

A primeira foi feita de modo a solicitar ao entrevistado que apontasse a quantidade de livros que habitualmente ele lê por ano, as opções foram fechadas em apenas um livro, de dois a cinco livros, de seis a dez livros, de onze a vinte livros, mais de vinte livros ou nenhum livro.

Na pergunta dois foi inquirido se o entrevistado gosta de ler livros em mídia, as opções de respostas, foram se sim, ou se não, e depois por que. O que possibilitou que entrevistado ficasse livre para expor seus comentários.

Importa saber também a idade em que o entrevistado foi alfabetizado, o que foi perguntado na questão três onde as opções de respostas foram, com cinco anos ou menos, com seis anos, com sete anos ou mais.

A quarta questão do bloco dois inseriu-se o acesso a biblioteca e foi perguntado se há acesso ou não, em alguma biblioteca, qualquer uma, foi dada a opção de sim e não, e elencou-se a questão quatro com a cinco e a seis dependendo da resposta.

Na pergunta de número cinco, se fosse a quatro afirmativa, o entrevistado deveria responder se conhece os serviços de comutação bibliográfica e se sim deveria sinalizar nas seguintes opções de respostas, conheço e uso de vez em quando, conheço e não uso, e não conheço.

A pergunta de numero seis também elencadas com o número quatro foi perguntada sobre as bibliotecas universitárias e especializadas que normalmente oferecem um programa de capacitação aos seus usuários, a indagação se manteve se conhece ou não o programa.

Já a questão de número sete teria que responder afirmativamente a questão de numero seis, com as opções somente para quem conhece os programas de capacitação, nas opções de

respostas foram descritas assim, capacitação no uso dos ambientes da biblioteca, orientação para normalização de trabalhos acadêmicos, fontes de Informação *online*, treinamentos no Portal de Periódicos CAPES, ou nenhuma das alternativas.

A pergunta de número oito questionou-se, se o entrevistado conhece alguma biblioteca digital ou virtual, e como opções de respostas teve-se as seguintes, conheço e acesso com regularidade conheço e acessa de vez em quando, conheço e não acesso, e não conheço.

A questão de número nove inquiriu sobre a vontade do entrevistado, se ele gostaria que as bibliotecas colocassem ao dispor do usuário empréstimos dos itens de Tablets, Leitores de e-book, Laptops, ou simplesmente não gostaria.

Na pergunta de número dez, desejou-se saber como o entrevistado se sente quanto às informações do que acontece em sua profissão, e como opções de respostas disponibilizou-se, as alternativas sim, parcialmente e não.

Na questão de número onze, foi elencada com a questão de número dez, porque se o entrevistado se sente informado quais são os meios que este utiliza para se informar, sobre o que acontece na sua profissão. As opções de respostas foram boletim eletrônico, redes sociais, conversa informal, blogs da área, e-mail, periódicos eletrônicos, sites da área, e não uso.

A última questão do bloco II, pergunta de número doze foi solicitada ao entrevistado para dizer quais os serviços que a biblioteca poderia oferecer aos usuários para facilitar o seu acesso à informação. Fechamos o bloco II com uma pergunta aberta para dar a possibilidade dos entrevistados contribuírem com a investigação.

Para finalizar os blocos, complementamos com o bloco III, para saber sobre o perfil do entrevistado e assim conhece-lo melhor.

Em primeira pergunta sobre o perfil começou-se por saber o sexo do entrevistado. Onde o mesmo teve as opções de respostas de masculino, feminino, e ou prefiro não responder.

Foi solicitado na questão de número dois qual a faixa de idade do entrevistado, nas quais foram oferecidas as opções de respostas, de dezoito a vinte e dois anos, entre vinte e três e trinta anos, e entre trinta e um e quarenta anos, entre quarenta e um e cinquenta anos, entre cinquenta e um e sessenta anos, e mais de sessenta anos.

Na questão de número três foi solicitado que o entrevistado indicasse a sua formação, as opções foram de, graduando em arquivística, graduando em biblioteconomia, graduando em outras áreas, ensino superior completo em arquivística, ensino superior completo em biblioteconomia, ensino superior completo em outras áreas.

A questão de número quatro indaga em complemento a pergunta de número três, ainda sobre a formação. As opções foram se o entrevistado possui especialização, mestrado, doutorado, pós-doutorado ou não possui.

A pergunta de número cinco quis saber sobre a Universidade que o entrevistado frequentou ou frequenta. Com as opções de respostas, de pública, privada, e parcialmente pública e privada.

Na pergunta de número seis, foi solicitada qual das regiões esta estabelecida a Universidade de sua formação. Norte, Sul, Centro-Oeste, Sudeste, Nordeste.

A pergunta de número sete quis saber quanto tempo o profissional atua na área de formação, e as opções foram menos de um ano, entre um ano e cinco anos, entre seis e dez anos, entre onze e quinze anos, entre dezesseis e vinte anos, entre vinte um e vinte e cinco anos, entre vinte seis e trinta anos, mais de trinta anos, ou não atua na área.

A última pergunta do bloco III, e também a oitava pergunta, denominada aberta, foi solicitado aos entrevistados que dessem sugestões sobre a pesquisa de acesso a informação *online*.

Findo a abordagem de como foram elaboradas as questões do questionário, informamos que o mesmo se encontra na íntegra ao final da tese no APENDICE A.

Se segue como foram construídos os procedimentos de coleta de dados da investigação.

#### 5.4 PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DE DADOS

Após a elaboração dos questionários os mesmos foram enviados por e-mails, acompanhados com os seguintes procedimentos, retirou-se os nomes das listas recebidas de cada Universidade escolhida como amostra quando da solicitação às coordenadorias, a partir do recebimento da lista, formamos outra com os nomes dos graduandos aleatoriamente, os números de entrevistados foram definidos com um terço de cada lista, conforme explicamos no início deste capítulo, quando representou-se os dados na tabela de número 5.7.

Os dados coletados foram obtidos por meio do aplicativo Google Drive Formulários, que é interligado ao provedor de e-mail Gmail. Trata-se de uma ferramenta *online* e gratuita que permite a criação e o envio de questionários via internet para qualquer número de destinatários. A coleta e a organização dos dados acontecem automaticamente, à medida que os entrevistados acessam o link do formulário e respondem ao questionário. A ferramenta disponibiliza os dados, após o encerramento do questionário na web. E gera relatório com os

dados gráficos, cálculos prontos com os percentuais já devidamente calculados, o que facilita enormemente a tabulação e organização dos apontamentos também é disponibilizado em PDF, e podem ser impressos ou enviados por e-mail caso seja necessário.

Visando ter um bom aproveitamento de respondentes e tendo em vista que os profissionais de modo geral no Brasil não são muito solícitos quanto a responder questionários de pesquisa, motivo que depois veio a ser comprovado nesta pesquisa a julgar pelo numero de resultados coletados. É que nossa amostragem se constituiu de oitocentos e um questionários enviados, sendo que trezentos e quinze retornaram respondidos, totalizando 100% da amostra inicialmente esperada. Após o envio, o questionário ficou aberto para receber respostas durante o período de treze de março de dois mil e quinze a vinte de julho de dois mil e quinze, perfazendo um total de quatro meses e meio, o que corresponde a cento e trinta dias que a pesquisa permaneceu disponível para acesso na internet.

Entretanto teve-se que proceder ao reenvio do link de acesso ao questionário de pesquisa após o primeiro mês, após o segundo e após o terceiro mês, por mais de três tentativas, no intuito de obter o máximo de respostas possíveis das categorias eleitas em amostra.

Não obtendo muito êxito, readequamos a nossa margem de 100% para fazer as análises, ficando assim com o numero de trezentos e quinze questionários respondidos.

A ferramenta utilizada a saber o Google Drive Formulários reúne os resultados no formato de número e também de percentual, também apresenta em formato do gráfico. Assim, não foi preciso fazer os cálculos dos percentuais, com exceção da pergunta aberta de numero oito do bloco III, cuja ferramenta disponibiliza somente um gráfico, necessitando, portanto fazer os cálculos dos percentuais de respostas consideradas válidas. Também optou-se por recriar os gráficos conforme o modelo e a necessidade da pesquisa para depois fazer as respectivas análises.

A questão seis e sete do bloco I eram denominadas abertas e fechadas, e no quesito aberta se determinava por complementar as respostas fechadas. Em tais perguntas foram solicitados opiniões e sugestões relativas ao bloco de perguntas correspondente a questão abertas, nesses casso optamos por introduzir no texto cem por cento das respostas válidas, o que deu bastante enriquecimento ao texto. O mesmo se deu com as questões dois e doze do bloco II, e com a pergunta de número oito do bloco III. Encerramos aqui as descrições dos procedimentos de coleta de dados.

Ao explorarmos todos os procedimentos administrados neste capítulo de metodologia, seguimos para a conclusão do capítulo e início do capítulo seis de análise dos dados.

### **CONCLUSÃO DO CAPÍTULO**

O presente capítulo teve como propósito explicar o estabelecimento metodológico usado na investigação, explicitar como foram escolhidos as técnicas instrumentos e métodos que nortearam a pesquisa. Descreveu a metodologia a partir do objeto de estudo, escolha do tema e suas delimitações, tanto do objeto quanto da população pesquisada, explicou sobre o planejamento da pesquisa e da reunião de fontes, descreveu sobre o uso da combinação de pesquisa qualitativa e quantitativa, na investigação, e descreveu ainda sobre a adoção e a abordagem bibliográfica o uso dos procedimentos de formulação do questionário, explanação de como se deu a coleta de dados e o envio dos questionários após a elaboração.

## **CAPÍTULO 6**

### **ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS**

---



## **ESQUEMA DO CAPITULO**

ESQUEMA DO CAPITULO

OBJETIVO DO CAPITULO

6. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

6.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

6.2 DADOS E ANÁLISES DA PESQUISA DO PRIMEIRO BLOCO (BLOCO I)

6.3 DADOS E ANÁLISES DA PESQUISA DO BLOCO II

6.4 DADOS E ANÁLISES DA PESQUISA DO BLOCO III

CONCLUSÃO DO CAPITULO

### **OBJETIVO DO CAPÍTULO**

O presente capítulo tem como objetivo apresentar todos os dados coletados por meio da aplicação do instrumento: questionário (Elaborado com três Blocos distintos, mas interligados entre si, com perguntas abertas e fechadas), objetivou-se também proceder a análise dos dados e apresentação dos gráficos naturalmente acompanhados dos percentuais obtidos, e comentários analíticos após apresentação, e ainda ao final de cada gráfico inseriu-se análise individual, após análise geral elaborou-se uma análise conclusiva da investigação.

## CAPÍTULO 6

### 6. ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Cabe-nos nesse capítulo apresentar os resultados dos dados coletados em formato de percentuais e as respectivas análises de acordo com as perguntas selecionadas para a pesquisa empírica. Ressalta-se que os números em percentuais foram considerados tais quais apresentados pelos questionários. Entendemos que não arredondar os percentuais, não seria relevante para o resultado dos dados coletados, ficaram fidedignos conjuminando com as análises apresentadas.

Optou-se por separar as perguntas da pesquisa em três blocos como apresentamos no capítulo cinco. No bloco I as perguntas são tratadas com o objetivo de saber como é o uso e acesso da internet. No bloco II as perguntas são tratadas com o objetivo de saber sobre os hábitos de leitura, e uso das bibliotecas e o último bloco III as perguntas são tratadas com o objetivo de saber sobre o perfil do entrevistado. Assim é possível visualizar os dados de forma clara e contextualizada.

#### 6.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Embora a pesquisa tenha se estabelecido em três blocos respectivamente não dividimos os graduandos, os profissionais da informação e tão pouco os profissionais e graduandos de outras áreas, afim de que colhêssemos os dados sem discriminar a profissão, e com a finalidade de observação das outras profissões e principalmente por entender que o acesso online é geral, irrestrito, indiscriminado e efetuado por todo e qualquer profissional independente da área de atuação embora o nosso maior interesse seja entre os profissionais de biblioteconomia e arquivologia denominados na investigação por profissionais da informação, para contextualizarmos as dificuldades mais explícitas no intuito dar contribuição de melhorias a partir dos dados apresentados.

O termo “Bibliotecário” o termo “Arquivista” e o termo “profissional da informação” estão sendo utilizados com o mesmo sentido na investigação, designam o objeto da pesquisa. Já o termo graduando de outras áreas se aplica as outras profissões que não biblioteconomia e arquivologia, como dito anteriormente, História, Direito, Medicina e Engenharia da Computação, e conforme convencionado, e mencionado na metodologia no capítulo anterior

refere-se ao capítulo de número cinco (5) deste estudo. Cada termo é usado conforme o contexto da questão e/ou da análise, como se verá adiante.

Optou-se por fazer os gráficos avulsos, pois, essa opção permite gráficos mais modernos como a pizza em 3D.

Conforme explicado no capítulo da metodologia, embora se tenha enviado os questionários por mais de três vezes para os que não haviam respondido. Consideraram-se todos os questionários recebidos aptos para serem analisados na pesquisa. `

Para ilustrar como se estabeleceram os dados inserimos, a Tabela 6.1 de dados obtidos para melhor compreensão e entendimento.

TABELA 6.1: Dados obtidos

VARIÁVEIS DA INVESTIGAÇÃO	Nº de Questionários enviados	Nº de Questionários respondidos	Questionários respondidos em percentuais
Graduando em Arquivística	92	10	10.8%
Graduando em Biblioteconomia	152	26	17.1%
Graduando em Outras áreas	91	23	25.2%
Graduados em Arquivologia	118	31	26.2%
Graduados em Biblioteconomia	237	177	74.6%
Graduados em Outras Áreas	111	48	43.2%
Total de questionários enviados	<b>801</b>	----	
Total de questionários respondidos	----	<b>315</b>	39.3%

Fonte: Elaboração da autora

Na tabela 6.1 conforme exposto foram aplicados oitocentos e um questionários e trezentos e quinze foram respondidos. Logo, os trezentos e quinze questionários totalizam os 100% da amostra, composta pelos arquivistas, bibliotecários denominados profissionais da informação, os profissionais de outras áreas e os graduandos de arquivologia, biblioteconomia e graduandos de outras áreas de formação que não, os profissionais da informação.

Entretanto infelizmente apesar de ter que considerar os resultados obtidos uma vez que as adesões de respostas não foram às esperadas conforme demonstra-se na última coluna da tabela 6.1, é preciso notar que a região norte foi à região com menor adesão de respostas. Assim apesar dos métodos de aplicação ser bastante incisivos não houve número considerável

de respostas denotando que é preciso muito mais incentivo as respostas de questionários de pesquisas na área do profissional da informação no Brasil.

Inserem-se também os dados das quantidades de questionários enviados as instituições por regiões conforme tabela 6.2:

TABELA 6.2: Dados obtidos por regiões

QUESTIONARIOS ENVIADOS POR REGIÃO					
	Região Norte	Região Centro Oeste	Região Sudeste		
Arquivologia	27	28	54		TOTAL GERAL
Biblioteconomia	38	43	74		
Profissional Arquivista	20	44	44		
Profissional Bibliotecário	66	84	77		
Outros Graduandos				91	
Outros Graduados				111	
<b>TOTAL PARCIAL</b>	151	199	249	202	801

Fonte: Elaboração da autora

Em complemento com os resultados da tabela 6.1, a tabela 6.2 traz os números de questionários enviados por regiões e obedecendo aos parâmetros de determinação estabelecidos no projeto de teses que é um terço do numero de vagas ofertadas por ano em cada curso pesquisado individualmente.

TABELA 6.3: Cruzamento dos números de respostas por regiões e os gêneros e as porcentagens

Gêneros por regiões						
Gêneros/ Regiões	Região Norte		Região Centro Oeste		Região Sudeste	
	Quantidades de questionários respondidos	Porcentagens	Quantidades de questionários respondidos	Porcentagens	Quantidades de questionários respondidos	Porcentagens
Masculino	16	5%	74	23%	31	10%
Feminino	24	8%	125	40%	43	14%
Prefere não dizer			2	0.6%		

Fonte: Elaboração da autora

Nota-se que efetuando o cruzamento dos dados de número de respostas recebidas por região com os números divididos pelos gêneros masculinos femininos e respostas prefiro não dizer percebe-se claramente que a maioria das respostas veio dos profissionais do sexo feminino totalizando 192 entre graduandos e graduados das três regiões pesquisadas no país, somando 62% de mulheres aderiram aos questionários respondidos. Quanto ao sexo

masculino o total de 121 homens formando o percentual de 38% respondeu ao questionário. E apenas dois profissionais não quiseram responder a qual sexo pertencia.

Os dados comprovam uma tendência que existe desde a criação dos cursos dos profissionais da informação no Brasil, trata-se do fato de que a formação se constitui com o maior número de vagas ofertadas nas universidades são preenchidas por mulheres embora os profissionais do sexo masculino venham cada vez mais se aproximando conforme os dados da tabela 6.3. Quanto às regiões, praticamente o Norte do país tende a ser a menor quantidade de profissionais do sexo masculino atuando no mercado de trabalho.

Para melhor compreender os resultados que se apresentaram na investigação, passamos as análises do primeiro bloco de perguntas.

## 6.2 DADOS E ANÁLISES DA PESQUISA DO PRIMEIRO BLOCO (BLOCO I)

Como foram detalhados minimamente no capítulo cinco da metodologia, os dados foram colhidos através de pesquisa por questionários e estes foram enviados aos grupos determinados e as perguntas dos questionários estão divididas em blocos. Os gráficos foram inseridos como representação das quantidades e porcentagens apresentadas na investigação.

O primeiro bloco foi criado com o intuito de identificar como se dá o acesso à informação *online*, e com intuito de analisar como se dá o uso da internet pelo entrevistado. O referido bloco foi composto por sete perguntas dentre as quais duas foram abertas e fechadas respectivamente o que possibilitou a abrangência de dados para a junção dos resultados, optamos por inserir ao texto, as sugestões dadas pelo entrevistado nas perguntas seis e sete abertas, sobre forma de quadros, promovendo assim, que todas as respostas consideradas válidas sejam utilizadas para enriquecimento das análises.

Assim apresenta-se a seguir as perguntas dos referidos blocos acompanhados dos gráficos e as análises pertinentes aos mesmos.

### **PERGUNTAS/GRÁFICOS/ANÁLISES:**

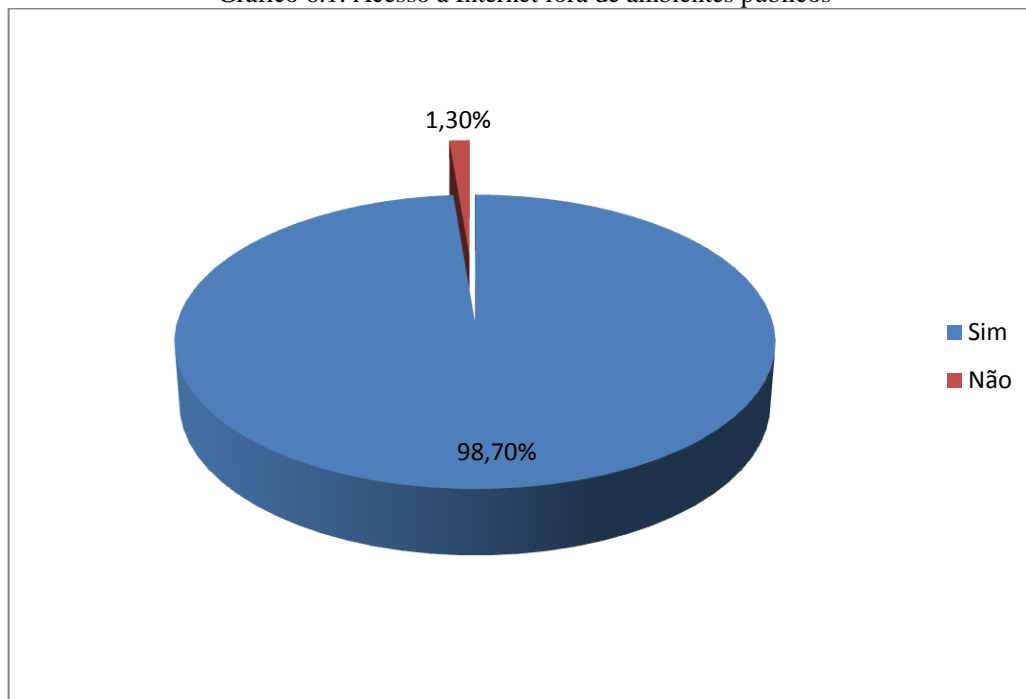
#### **Bloco I - Uso e pesquisa na Internet**

##### **1- Você tem acesso à Internet fora de ambientes públicos?**

**Sim**

**Não**

Gráfico 6.1: Acesso à Internet fora de ambientes públicos



Fonte: Dados da pesquisa

Dos 315 entrevistados, 311 responderam que têm acesso à Internet em ambientes que não sejam públicos, sendo que esta amostra representa 98,7%. Uma pequena parcela referente a quatro pessoas representadas em 1,3% responderam não, ou seja, só utilizam Internet em lugares públicos. Dado aos resultados da primeira pergunta do bloco I, sobre como é feito o acesso, podemos perceber que quase a totalidade dos entrevistados tem acesso a qualquer hora quando assim o desejar, o que é muito importante, pois denota que a capacidade de acesso não se prende ao fato de não ter como acessar, disponibilizam de Internet própria, já partimos daí com um grande otimismo, pois pelo menos entre os profissionais e os graduandos e profissionais de outras áreas o acesso é pode ser considerado livre.

Ao afirmar que o acesso de acordo com a pesquisa se dá por meio de Internet própria, se quer saber qual o suporte mais utilizado para tal acesso como o descrito no gráfico 6.2 antecedido da pergunta que complementa o gráfico.

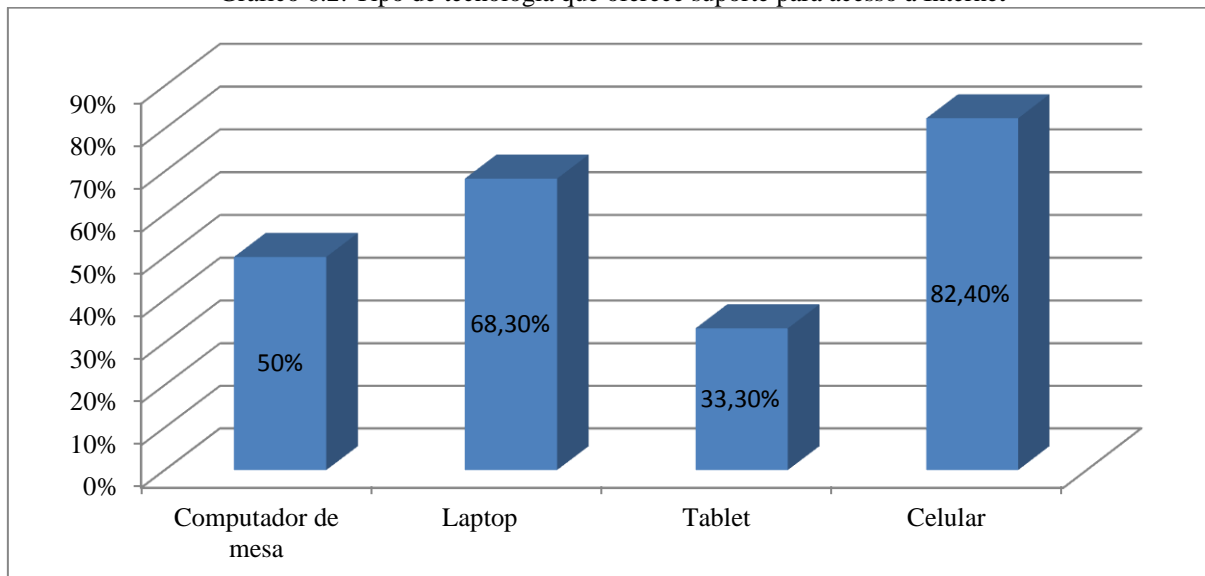
**2 – Caso sua resposta da pergunta anterior seja afirmativa, seu acesso se dá por:**

**Marque até três alternativas de acordo com sua preferência.**

Computador de mesa       Laptop

Tablet                       Celular

Gráfico 6.2: Tipo de tecnologia que oferece suporte para acesso à Internet



Fonte: Dados da pesquisa

Acerca do tipo de tecnologia que oferece suporte para acesso à Internet, os índices mostram resultados distintos. Dentre os entrevistados 257 pessoas correspondentes a 82,4% da amostra responderam que utilizam o celular. 213 pessoas que correspondem a 68,3% afirmaram que utilizam o laptop; 156 relativos a 50% disseram que usam o computador de mesa e 104 que corresponde a 33,3% da amostra afirmaram que utilizam o Tablet para acessar a Internet. As quatro opções apresentadas aos entrevistados, e retiradas das teorias descritas no capítulo três sobre suporte tecnológico, constata-se que são empiricamente os suportes mais utilizados para o acesso, se pode considerar baseado nos dados que em ordem de quantidade de respostas representadas no gráfico, a maior parte do acesso se dá mesmo preferencia do celular, evidentemente que não é nenhuma surpresa esses dados entre os entrevistados da pesquisa uma vez que esse fato é uma tendência mundial. O laptop ficou como segundo colocado em nível de preferência e em seguida vieram os computadores de mesa e os Tablets em terceiro e quarto lugares.

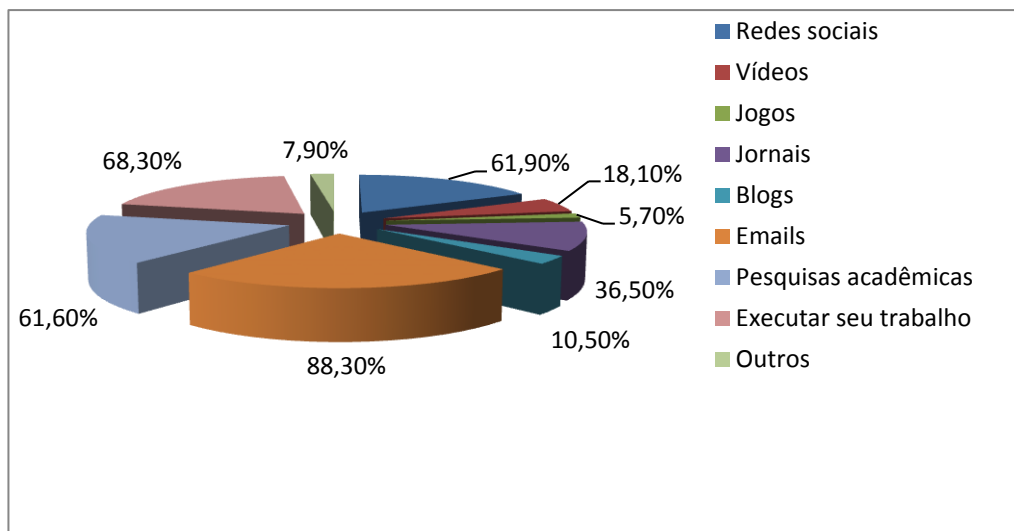
Já na pergunta sobre a ferramenta que é mais acessada entre os entrevistados, o gráfico 6.3, demonstra que:

**3 – Indiquem três alternativas, que você considera importantes quando acessa a Internet:**

- ( ) Redes sociais ( ) Vídeos ( ) Jogos ( ) Jornais ( ) Blogs ( ) E-mails  
 ( ) Pesquisas acadêmicas ( ) Executar seu trabalho ( ) Outros



Gráfico 6.3: As ferramentas relevantes na Internet



Fonte: Dados da pesquisa

Os aspectos mais relevantes na Internet, são apresentados de modos distintos, como na pergunta foram solicitados que os entrevistados respondessem listando as ferramentas mais utilizadas por ordem de preferência, os índices apontaram para o e-mail como a opção mais escolhida, sendo que após os e-mails se seguem, execução de trabalhos, redes sociais, pesquisas acadêmicas e jornais. A importância dada aos e-mails foi verificada nas respostas de 278 entrevistados, o que correspondem a 88,3%. A utilização da Internet para a realização de trabalhos foi constatada nas respostas de 215 pessoas, quantidade esta que corresponde a 68,3% do universo pesquisado. Verificou-se que 195 pessoas que representam 61,9% são adeptos das redes sociais quando está diante da Internet quase que empatando com as pesquisas acadêmicas representadas por 194 pessoas, referentes a 61,6% da amostra. E como quinta preferência tem os jornais, pois, 115 entrevistados que representam 36,5% afirmaram que a leitura de notícias e reportagens os motivam a acessar a Internet.

As demais ferramentas tiveram percentuais menores, mas igualmente consideráveis sendo que 57 pessoas que representam 18,1% responderam que se interessa por vídeos; 33 pessoas entrevistadas que correspondem a 10,5% disseram que se interessa por blogs, e 25 entrevistados que representam 7,9% apontaram outros motivos. E finalizando temos os jogos como sendo a última preferência entre os entrevistados contando com 18 pessoas da amostra o que corresponde a 5,7%.

É deveras interessante que as redes sociais tenho ficado como terceira opção, isso mostra que os e-mails pessoais ou profissionais são o que mais interessa ao grupo pesquisado, e em segundo lugar a força profissional também é evidente, ficando as redes sociais em

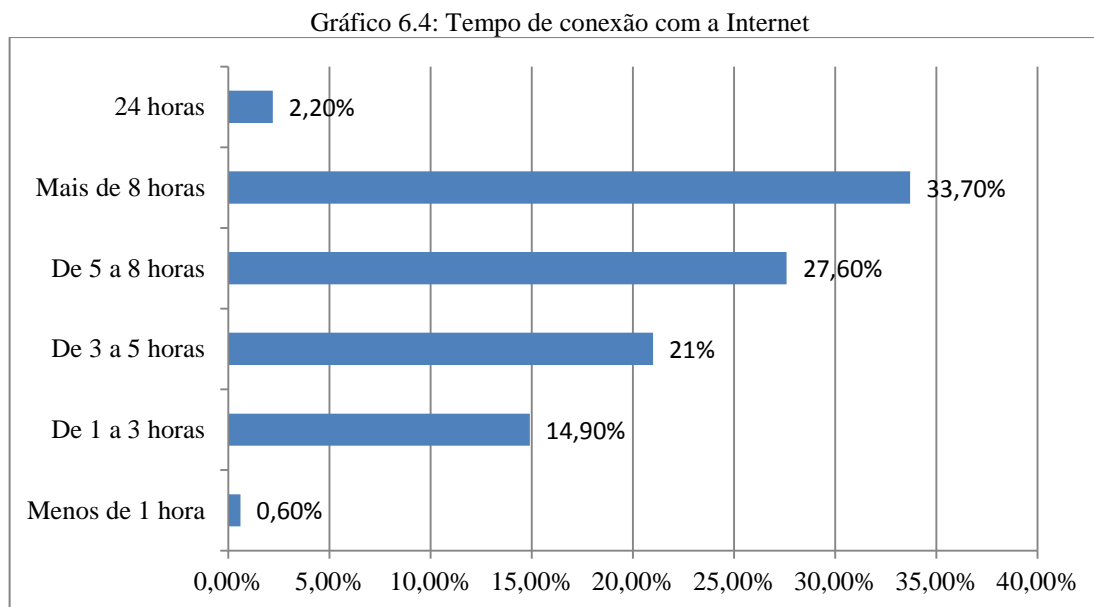
terceiro lugar, o que corrobora com a teoria amplamente debatida no capítulo três sobre a adesão de uma quantidade significativa de pessoas às redes sociais. O acesso à pesquisa acadêmica fica muito próximo da preferência às redes sociais, mas apresenta-se como a primeira opção após as redes o que nos surpreende, pois a esperança do educador é que o interesse pela pesquisa leitura e aprimoramento estudantil venha antes das distrações, o que não significa que as redes sociais sejam somente utilizadas para lazer, há a possibilidade de estudantes e profissionais utilizarem as redes para fins profissionais e acadêmicos.

Devemos ainda comentar o resultado o quinto lugar da preferência que são para os jornais, o que é bastante agradável, nos leva a crer independente da qualidade dos jornais eles estão entre as cinco primeiras preferências do nosso grupo de entrevistados, no que tange a informação adquirida através do acesso *online*.

Encontradas as ferramentas mais preferidas para o acesso a informação online, partimos para a quantidade de tempo que os entrevistados dispõem ao acesso diário a Internet, representados no gráfico 6.4, a seguir.

#### 4 – Quanto tempo aproximadamente você se mantém conectado à Internet por dia?

- ( ) Menos de 1 hora ( ) De 1 a 3 horas ( ) De 3 a 5 horas ( ) De 5 a 8 horas  
( ) Mais de 8 horas ( ) 24 horas



Fonte: Dados da pesquisa

Os resultados demonstrados no gráfico 6.4 são graduais, e evidenciam que um terço dos entrevistados ficam mais de 8 horas conectados a Internet, do total da amostra dos 315 entrevistados cerca de 106 pessoas que representam 33,7% do universo pesquisado, ficam conectados com as ferramentas disponíveis na Rede. Em seguida, estão 87 dos entrevistados que ficam *online* entre 5 e 8 horas diárias, representando 27,6%. O terceiro número também expressivo equivale a 66 pessoas que correspondem a 21% dos entrevistados que ficam entre 3 á 5 horas conectados à Internet. Os menores índices vão de um extremo ao outro o que retrata o mais interessante desse questionamento, apenas 7 pessoas que corresponde a 2,2% dos entrevistados ficam conectados 24 horas por dia, e apenas 2 pessoas que representam menos 1% , ficam conectados menos de uma hora diária.

Dentre os entrevistados percebe-se que a conexão é maciça, tanto profissional quanto estudantes então conectados e acessando a informação independente da qualidade e do tempo, mas verifica-se nessa questão que o acesso acontece, em quase cem por cento dos casos como se espera.

Constatado que acesso efetivamente existe, analisemos na próxima questão em que contexto ele acontece e qual é a representação no gráfico 6.5.

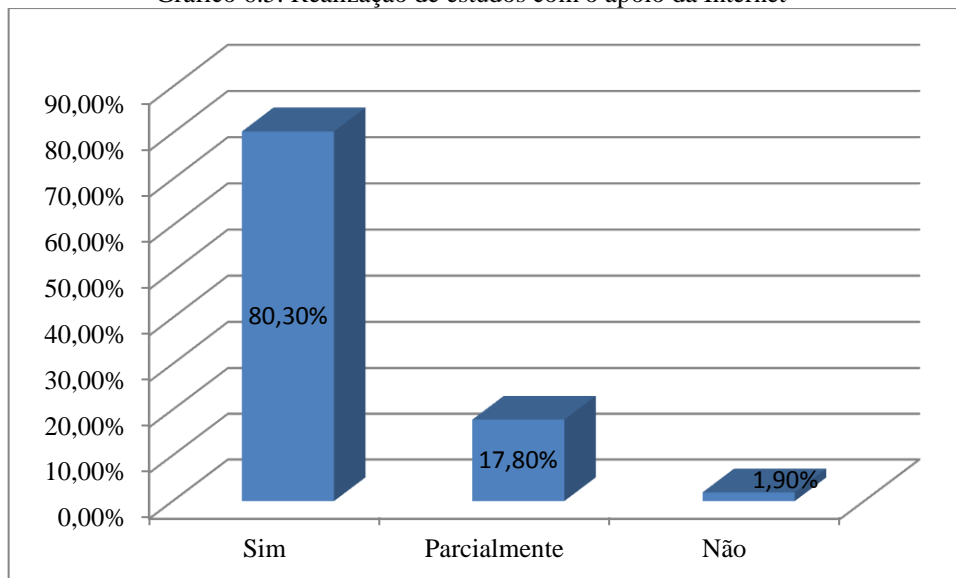
#### 05 – Estudou ou estuda com o apoio de sites na internet?

Sim

Parcialmente

Não

Gráfico 6.5: Realização de estudos com o apoio da Internet



Fonte: Dados da pesquisa

O gráfico é muito claro, pois, demonstra que a utilização da Internet como apoio para estudos, é de 253 pessoas representando 80,3%, a maioria, e 56 pessoas que representam

17,8% responderam que utilizam como apoio de estudos apenas parcialmente e somente seis entrevistados que correspondem a 1,9% admitiram que não utilizam a Internet como apoio de pesquisa.

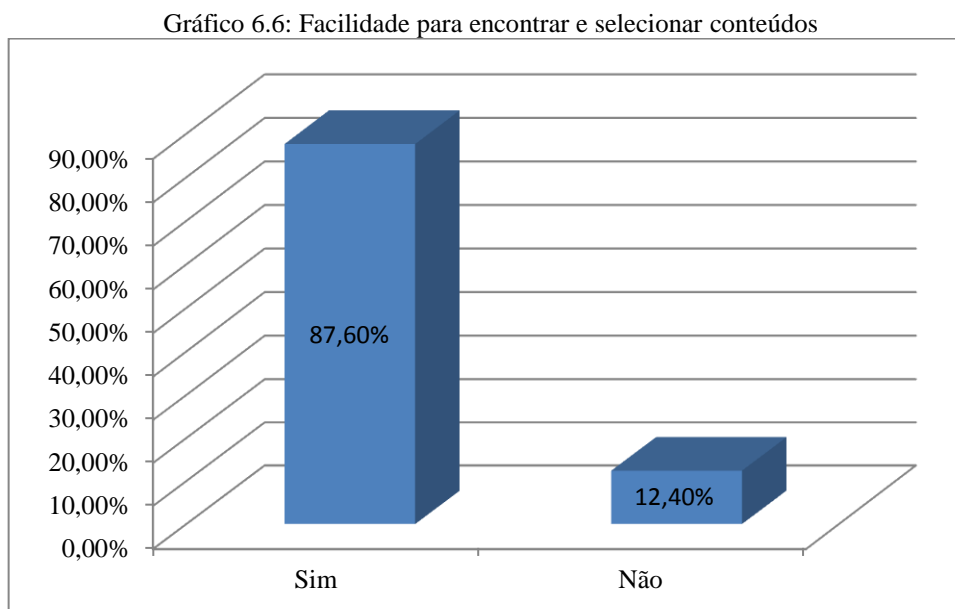
Resultado comemorado para nos bibliotecários pesquisadores, pois o intuito do nosso trabalho de incentivo a leitura e ao estudo dentro da academia seja de pleno aproveitamento.

A pergunta de número seis que é apresentada pelo gráfico de número 6.6, tem por objetivo inquirir a respeito do trato com os conteúdos.

**06 – Quando você é solicitado a fazer um trabalho científico tem facilidade de encontrar e selecionar os conteúdos dos assuntos os quais pretende abordar?**

( ) Sim ( ) Não

Por quê? \_\_\_\_\_



Fonte: Dados da pesquisa

Os dados demonstram que 276 pessoas que representam 87,6% da amostra, têm facilidade para encontrar e selecionar conteúdos de seu interesse na Internet. Os outros 12,4% representados por 39 pessoas disseram que não.

Quis-se analisar os dados de forma mais ampla, fato é que a esta questão após saber se os entrevistados têm facilidades ou não, inquiriu-se um por quê? Com a inserção da pergunta por quê? Construíram-se três quadros para melhor visualizar as respostas validas os quadros foram formados com as respostas dos que evidentemente quiseram se manifestar. Para melhor compreendermos porque sim e ou porque não da facilidade.

Os pesquisados quando perguntados quanto da facilidade de encontrar e selecionar os conteúdos dos assuntos os quais pretendiam abordar ao executarem uma pesquisa, as respostas foram variadas, elencamos aqui as mais enfatizadas, a grande maioria respondeu que sim, que têm facilidade de encontrar os assuntos que pesquisam com a representação de 87.6% das respostas um total de 276 pessoas, conforme representado no gráfico 6.6.

Já no quadro 6.1, expõem os motivos pelos quais há a facilidade de encontrar os conteúdos na hora de efetuar a pesquisa. Nem todos comentaram a sua afirmação, por isso estão expostos os comentários afirmativos considerados válidos.

Quadro 6.1: Os motivos afirmativos

- A utilização de bibliotecas online como Google livros é uma grande fonte de apoio.
- As práticas biblioteconômicas são de grande valia para proceder às buscas avançadas, como por exemplo, a experiência acumulada no decorrer do desempenho profissional em uso de fontes de informação.
- Acredita-se que conhecer os periódicos Capes, e outro site de busca na própria área de conhecimento, além de livros da biblioteca já são subsídios que facilitam muito para a reunião de conteúdos para a pesquisa.
- É de grande ajuda fazer pesquisas diretamente em sites de artigos acadêmicos.
- O acesso a grupos de pesquisa relacionados ao tema do trabalho é um grande facilitador para realizar buscas, uma vez que se buscam os artigos em grupo.
- Ser bibliotecário de referencia e ter experiência em sites de busca, em repositórios de áreas distintas, ser habituado a fazer pesquisas acadêmicas.
- Conhecer as fontes onde estão as publicações dentro do assunto que se pesquisa.
- Ter facilidade de acesso á sites acadêmicos, Portais de pesquisa em teses e dissertações, e portais de periódicos científicos.
- Devido à necessidade de conhecer e acessar as novas tecnologias que ditam o mercado da atualidade.
-Ter experiência em acesso aos Sumários de Revistas eletrônicas.
-A facilidade se da, por ter estudado disciplinas que ensinam a selecionar palavras chaves diretas e precisas, para encontrar conteúdos desejados.
- Conhecer e acessar bases de dados científicas com frequência.
- Fazer busca de fontes seguras.
- Possuir curso de busca em portais científicos.
- Pela disponibilidade de diversos sites.
- Pela abrangência e pela multiplicidade de caminhos e possibilidades de busca encontradas na Internet
- O uso de estratégias de refinamento de busca e técnicas e ferramentas de recuperação da informação online.
- Por causa do conhecimento adquiridos nos itens indexados das bibliotecas virtuais.
- Devido à diversidade dos assuntos científicos
- Pela proficiência em pesquisa do profissional da informação.
- Pela atuação como pesquisadora e estar constantemente em manejo com os buscadores e meta buscadores tanto para uso próprio quanto para o auxílio ao usuário de pesquisa.
- Pelo acesso livre.
- Por possuir expertise em letramento informacional.
- Por entender que as mídias são bastante atualizadas, e os mecanismos de buscas são amplos e eficientes.
- Pela credibilidade dos repositórios disponíveis na rede.
- Pelo uso das competências informacionais na graduação.
- A disponibilidade de banco de dados especializados em ambiente de trabalho.
- Pela agilidade que é o acesso online.
- Pelo amplo domínio nos mecanismos de busca.

Fonte: Dados da pesquisa

Estes são os motivos mais elencados como dito anteriormente, pelos quais os entrevistados responderam sim. Percebe-se que a abrangência de conteúdos exerce um grande

fascínio nos usuários, fica evidente também necessidade e importância das competências informacionais do profissional da informação para o auxílio na busca da imensidão de informações disponibilizadas. Quando o entrevistado diz que é necessário que o profissional da informação esteja presente ele reflete a confiança na expertise do profissional e acredita que ele seja parte do processo de busca para sanar suas reais necessidades. Já as respostas de modo negativo, representam 12.4% dos entrevistados com número de 39 pessoas, e os motivos para as respostas quanto à facilidade de acessar a informação *online*, fossem negativas são apresentadas no quadro 6.2.

Quadro 6.2: Motivos das respostas negativas

- Grande dificuldade em selecionar o que de fato é confiável no que tange aos sites e blogs como referência científica.
- Dificuldade por inexperiência em trabalhos acadêmicos.
- Pela multiplicidade de fontes disponíveis
- Pela grande diversidade de publicações.
- Por não conhecer bases de dados bibliográficas específicas.
- Por inexistência de semântica ainda mais avançada em buscas de conteúdos acadêmicos.
- A grande quantidade de informação disponibilizada nem sempre atende especificamente ao que se pretende na pesquisa.
- A dificuldade é grande porque os temas científicos em sua maioria são pouco abordados.
- O acesso às publicações tanto em papel de editoras conceituadas, quanto às publicações eletrônicas são de acesso restrito, normalmente em poucos ambientes e ou ambientes pagos.
- A inexistência ou escassez de publicações sobre os assuntos, principalmente os muito específicos.
- A falta de informação confiável.
- Excesso de informação
- Fontes inconsistentes.
- Fontes bastante desatualizadas.
- Não possuir domínio do idioma inglês.
- Desorganização dos conteúdos.
- Devido à complexidade dos assuntos científicos.
- A busca da informação vem misturada com conteúdos indesejáveis.
- O grande tempo gasto na recuperação da informação pesquisada, por haver multiplicidade de informação.
- Há grande dificuldade porque normalmente no Brasil o acesso aos sites e portais acadêmicos só são possíveis no próprio ambiente da biblioteca.
- Não tenho facilidade para fazer as buscas, prefiro solicitar ao profissional da informação habilitado para o manejo do acesso a informação científica online.

Fonte: Dados da pesquisa

Quanto às respostas negativas prevalece à desinformação o desânimo e o desconhecimento das ferramentas o que pode ser determinado por diversos fatores como os descritos, por exemplo, os sites pagos, a falta de domínio da língua inglesa e a própria explosão informacional.

Além de a pesquisa apresentar nos dados o que foi perguntado se sim ou se não, ainda se pode constatar intrinsecamente outra vertente que não foi contemplada como pergunta, mas que são as respostas dos entrevistados que responderam sim e não respectivamente,

denotando que há além de respostas sim, não as respostas que são descritas como depende embora seja poucas as respostas que depende achou-se relevante considera-las separadamente por achar que há um grau também de complexidade ao contextualizar a análise:

Quadro 6.3: Motivos dos entrevistados que responderam sim e não.

- Tudo depende se o usuário sabe onde procurar.
- Por haver padronização de busca é possível ter fracasso em algumas buscas e sucessos em outras.
- Se os conteúdos são encontrados em português, é possível proceder às buscas, mas determinadas áreas só são encontrados conteúdos em outros idiomas.
- Depende do tema abordado, pois nem sempre é possível dominar os caminhos para se chegar à base de dados de todo e qualquer assunto.

Fonte: Dados da pesquisa

Considerando as respostas positivas acredita-se partir dos profissionais da informação, pois são técnicas e demonstram conhecimento dos processos do saber biblioteconômico, típico dos profissionais da informação.

Acredita-se que as respostas que são negativas todas partiram dos profissionais que não são bibliotecários e ou arquivistas, os profissionais da informação que se convencionou chamar no estudo, o que se apresenta como uma tendência porque nas respostas afirmativas os respondentes demonstraram convicção no aprendizado da sua graduação e na prática profissional adquirida ao longo da experiência da profissão.

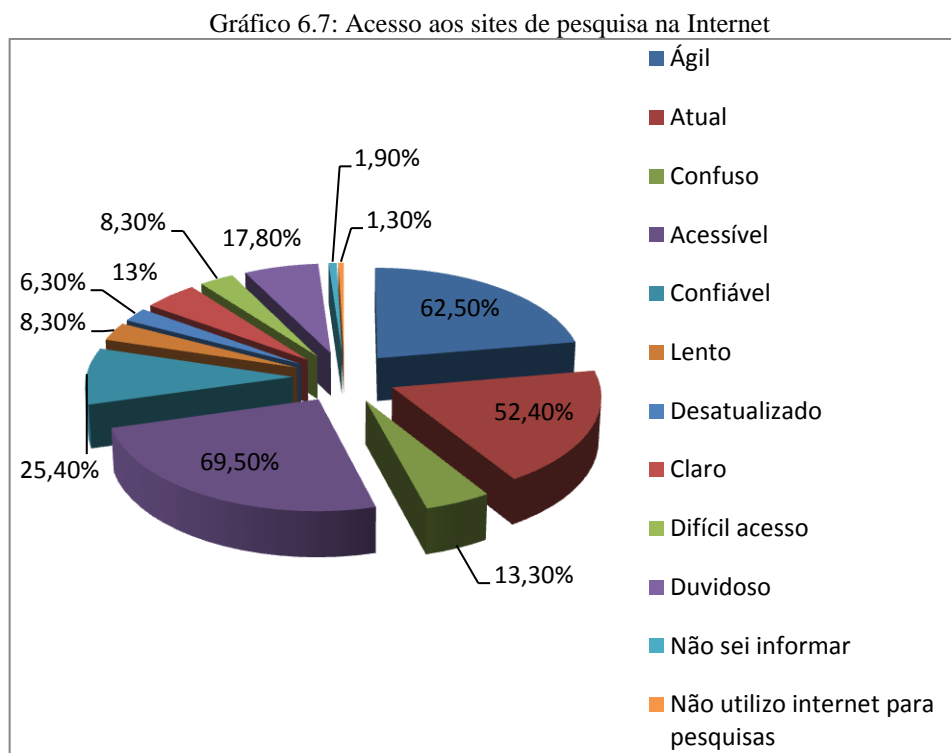
As respostas negativas demonstram que são profissionais de outras áreas que responderam negativamente, pelo fato de não praticar de lidar com conteúdos, e as respostas de modo geral evidenciam o desconhecimento de ferramentas usadas pelos profissionais da informação, no traquejo com o acesso, que vai de um simples filtro de busca ao repositório acadêmico.

Pode-se sim haver estudantes de biblioteconomia e ou arquivística que não possuam a expertise para o trato com a informação ainda, e o contrário também pode ter ocorrido, melhor dizendo profissionais de outras áreas também terem domínio na busca de conteúdos informacionais, pois a própria Internet, ou informação online, disponibiliza instruções de como fazer filtros, mas claro que se fala de uma pequena minoria de profissionais interessados em aprendizados auto didáticos, as respostas evidenciaram que a grande maioria indica a tendência que podemos confirmar nossa hipótese a de que há a grande necessidade cada vez mais veemente de profissionais da informação no apoio a pesquisa científica no Brasil.

O próximo gráfico 6.7 finaliza o Bloco I de perguntas, e questiona como os entrevistados consideram o acesso a informação *online*.

**07 - Marquem a (as) alternativa(s) que considerar pertinente(s):****O acesso aos sites de pesquisa na Internet é:**

- ( ) **Ágil** ( ) **Lento** ( ) **Atual** ( ) **Desatualizado** ( ) **Confuso** ( ) **Claro**  
 ( ) **Acessível** ( ) **Difícil acesso** ( ) **Confiável** ( ) **Duvidoso** ( ) **Não sei informar**  
 ( ) **Não utilizo Internet para pesquisas**



Fonte: Dados da pesquisa

Sobre como é considerado o acesso aos sites de pesquisa na internet os índices mostram que 219 pessoas que representam 69,5% consideram acessíveis; 197 que correspondem a 62,5% disseram que são ágeis; 165 pessoas representando 52,4% disseram que são atuais; 80 entrevistados que representam 25,4% afirmaram que são confiáveis; 56 pessoas que correspondem a 17,8% consideram as informações acessadas duvidosas; 42 entrevistados correspondentes a 13,3% avaliaram como confusos e 41 pessoas representando 13% da amostra responderam que são claros.

Os demais resultados apresentaram índices entre 1,3% e 8,3% sendo que 26 pessoas que representam 8,3% avaliaram os sites como lentos e de difícil acesso. Já 20 pessoas que correspondem a 6,3% os consideram desatualizados e outras 6 não souberam informar, enquanto que 4 pessoas não utilizam a internet sendo respectivamente 1,9% e 1,3%.



Quadro 6.4: Respostas que indicam que o acesso é ágil.

- Ao mesmo tempo em que os sites de pesquisa permitem que as informações sejam fornecidas rapidamente, o conteúdo dessas informações nem sempre é verídico ou até mesmo há omissão da fonte por parte da pessoa que publicou o texto.
- Acho ágil porque uso uma banda larga, muito rápida e tenho experiência em buscas na web.
- O grande volume de informação torna os sites de pesquisas confuso e duvidoso ao mesmo tempo em que podemos adquirir informações confiáveis, atuais acessíveis e ágeis.
- Acho ágil e fácil de usar.
- Porque permite a construção (e acesso) de informação e de conhecimento mais contextualizadas e aprofundadas
- Com sites confiáveis a pesquisa é mais prática. Apesar de haver facilidade e velocidade para acessar informações atuais e históricas, embora por se tratar de uma mídia quase que totalmente livre, podemos ser alvo de inverdades disseminadas inconsequentemente.
- Com a Internet, é fácil e rápido achar uma informação.
- Dispomos de base de dados certificadas
- O acesso pode variar de acordo com os locais onde se realiza a pesquisa. Existem sites super ágeis confiáveis e de interface moderna, mais existem alguns que por excesso de imagens são lentos, outros são confusos, outros apresentam conteúdos desatualizados ou duvidosos. E o que mais se nota é a falta de acessibilidade nos mesmos.
- Tenho acesso às informações mais recentes de forma rápida
- É relativo...
- A pesquisa é muito rápida e geralmente as informações são novas.
- Pertencço à área de Computação e não vejo problemas com os sites de busca, que melhoraram muito nos últimos anos.
- Procuo usar sites confiáveis e científicos
- No geral as bases de dados estão mais consistentes e há várias formas de refinar a pesquisa de forma ágil.
- A informação é rápida, o difícil é seleciona-la.
- A facilidade que a rede proporciona em disseminar a informação é considerada por mim uma forma bastante promissora de acesso a uma informação precisa, rápida e dependendo do caso, de fácil compreensão podendo em alguns casos manter contato direto ao autor. Claro que se deve sempre ter certeza sobre a idoneidade do site consultado.
- Porque sempre que pesquiso levo em consideração atualidade, autoridade, conteúdo, confiabilidade.
- Tenho facilidade em realizar a busca do assunto desejado
- Considero ágil o acesso, entretanto é necessário que saibamos pesquisar: bases de dados, e utilizar as palavras-chaves corretas.
- Considero ágeis as ferramentas de órgãos ligados ao estudo/pesquisa, como IBICT, Capes.
- As informações estão dispersas, sem o conhecimento dos mecanismos de buscas e/ou sites seguros o usuário pode se perder. Ademais, muitas fontes na internet devem ser questionadas suas fontes antes de serem utilizadas.
- Acredito serem os sítios eletrônicos e bases de dados com conteúdo acadêmico-científico muito ágeis.
- Os sites de pesquisa de instituições consagradas, exemplo; portal capes
- Quando se faz uma pesquisa é ágil o tempo de resposta, é acessível porque se consulta em qualquer lugar e duvidoso porque qualquer pessoa pode colocar um conteúdo na Internet
- Na Internet só faço pesquisa no Google acadêmico. Ele recupera a informação de forma rápida.
- Temos velocidade no recebimento das informações, são atualizadas sobre diversos assuntos e há a facilidade no acesso; porém a confiabilidade das informações disponibilizadas fica a desejar.
- Porque apresenta facilidade e rapidez no acesso à informação.
- Permite o acesso rápido de dados importantes sobre aspectos econômicos, sociais e ambientais aos pesquisadores.
- Porque se você souber filtrar o que procura, facilmente encontrará as respostas necessárias muito rapidamente.
- Pois atualmente revistas renomadas dentro das áreas do conhecimento disponibilizam muitos de seus artigos online rapidamente
- A Internet possibilita uma grande velocidade na busca de informações. Hoje com um celular você consegue ter acesso a vários conteúdos.
- A confiabilidade de atualização dos dados não depende da Internet, mas sim de quem está pesquisando. Existem tanto informações erradas, como corretas na rede, cabe ao pesquisador saber identifica-las.
- Considero a Internet acessível e ágil, mas não confio em tudo que recupero na Rede.

Fonte: Dados da pesquisa

A pergunta de número sete também do Bloco I, considerada pergunta aberta, que questiona, sobre as alternativas que consideram pertinentes quando perguntados o que acham dos sites de pesquisa na Internet. Conforme estão representadas no gráfico 6.7 Em que demonstra que, dos 100% dos entrevistados 62.5% responderam que acham o acesso **ágil**, a quantia de 197 pessoas, e quando perguntados por quê? Apresentaram as respostas consideradas válidas, que estão listadas no quadro 6.4.

As respostas que consideram o acesso a informação ágil foi de mais de 60% dos entrevistados e a agilidade esta vincula ao fato da potencia da rede Internet apesar das milhões de informações disponibilizadas na Web, o acesso é ágil. Há respostas que convém ser retiradas do quadro e serem incorporadas ao texto como se da com a seguinte resposta “ as-pesquisas pela Internet ajudam muito, mas não confio plenamente nas mesmas. Entretanto a praticidade é imensa, pois indica um caminho, uma lei, um artigo, etc. E sempre, sem exceção, confirmo as informações obtidas na Internet com os códigos, leis e doutrinas que adquiero anualmente para me manter atualizada com exatidão quanto às normas jurídicas.

Ainda na questão sete do Bloco I, também conforme estão representadas no gráfico 6.7. Em que demonstra que, dos 100% dos entrevistados 52.4% responderam que acham o acesso **Atual**, formando um total de 165 pessoas, e quando perguntados por quê? Os mesmos responderam como se segue no quadro 6.5. Respostas consideradas válidas.

Quadro 6.5: Respostas que indicam que o acesso é atual.

- São atuais embora muitas não sejam de livre acesso.
- Frequentemente atualizados.
- Se tratando de Portal da Capes é confiável atual.
- Muito variável dependendo do site.
- Se dispomos de base de dados certificadas esses sites nos informam o que estamos pesquisando com bastante atualidade.
É relativo...
- Geralmente as informações são novas.
- As ferramentas de órgãos ligados ao estudo/pesquisa, como IBICT, Capes são sempre atualizados.
- O site que todos utilizam é o Google, porém outros sites de pesquisa como o Portal Capes é difícil de utilizar todos os recursos e acabamos por realizar pesquisas simples e que pode resultar em um fracasso na busca do conteúdo que necessitamos mais são atuais.
- Acredito que é somente selecionar por data que teremos o material atual.
- São atualizadas sobre diversos assuntos e há sim facilidade no acesso; porém a confiabilidade das informações disponibilizadas fica a desejar.
-E atual sobre tudo porque a quantidade de pessoas que tem acessos a Internet é quase incalculável, e a Internet na maioria das vezes é de livre acesso precisa ser atual para atrair publico.
-Pesquisa em fontes científicas que por natureza atualizam suas informações constantemente e que são de fácil acesso.
- Atualmente revistas renomadas dentro das áreas do conhecimento disponibilizam muitos de seus artigos online, portanto o periódico precisa ser atual.
- De antemão só acesso bases confiáveis e atualizadas por principio.

Fonte: Dados da pesquisa

A alternativa de resposta que foi disponibilizada na pergunta se trata da opção do acesso confuso, conforme estão representadas no gráfico 6.7. Em que demonstra que, dos 100% dos entrevistados 13.3% responderam que acham que o acesso a Internet é **confuso**, formando a quantia de 42 pessoas que optaram por incluir em suas respostas que o acesso a Internet é confuso. Na dita pergunta também foi inserida o porquê das escolhas? As respostas consideradas validas estão listadas no quadro abaixo 6.6.

Quadro 6.6: Respostas que indicam que o acesso é confuso.

- Há muito conteúdo disponibilizado que não passam por nenhum filtro.
- Limitações tecnológicas deixam o acesso confuso.
- O grande volume de informação torna os sites de pesquisas confuso e duvidoso.
- É relativo..
- Confuso porque no acesso não há um padrão
- Confuso Porque são muitas informações e é preciso periciá-las para separar o que é relevante do que não é.
- As informações estão dispersas, sem o conhecimento dos mecanismos de buscas e/ou sites seguros o usuário pode se perder. Ademais, muitas fontes na internet devem ser questionadas se suas fontes são ou não confiáveis antes de serem utilizadas.
- Confuso porque apesar de haverem muitas possibilidades informações, estas não costumam ser bem organizadas.
- Confuso porque, o site que todos utilizam é o Google, porém outros sites de pesquisas como por exemplo, o Portal Capes é de difícil manuseio, e por não saber utilizar todos os recursos e acabamos por realizar pesquisas simples e que pode resultar em um fracasso na busca do conteúdo que necessitamos.
- O próprio site por se só é confuso.
- Confuso, Os buscadores fazem a localização das informações sem critérios, e nem sempre os sites são claros, objetivos e inclusivos.
- Não há padronização das bases ou periódicos

Fonte: Dados da pesquisa

Agora a alternativa de resposta é conforme estão representadas no gráfico 6.7. Em que demonstra que, dos 100% dos entrevistados 25.4 % responderam que acham o acesso **confiável**, formando a quantia de 80 pessoas, e quando perguntados porque? As respostas consideradas validas estão listadas no quadro abaixo.

Quadro 6.7: Respostas que indicam que o acesso é confiável.

- Depende muito dos sites, alguns não são tão confiáveis e outros sim.
- O acesso pode variar de confiável ou não de acordo com os locais onde se realiza a pesquisa. - Existem sites confiáveis e de interface muito moderna.
- É relativo...
- É necessário que se procure usar sites confiáveis e científicos
- Os periódicos da CAPES são confiáveis
- Pesquisa levando em consideração atualidade, autoridade, conteúdo, confiabilidade.
-As bases de dados disponibilizadas pelas Universidades são sempre confiáveis.
- Depende muito dos sites, alguns não são tão confiáveis e outros sim.
- Geralmente as instituições só disponibilizam sites confiáveis.
- É confiável depois de uma avaliação das fontes que irá usar.

Fonte: Dados da pesquisa

Passando a alternativa de resposta temos e conforme estão representadas no gráfico 6.7. Em que demonstra que, dos 100% dos entrevistados 8.3% responderam que acham o acesso **Lento**, formando a quantia de 26 pessoas, e quando perguntados porque. As respostas consideradas válidas foram sucintas, e estão listadas como se segue.

Quadro 6.8: Respostas que indicam que o acesso é Lento.

- O acesso se torna lento por causa também das limitações tecnológicas.
- Há vários motivos pelos quais o acesso é lento fazendo com que a resposta seja relativa.
- Quando se faz um acesso geralmente encontramos muita informação o que torna o acesso lento.
- O acesso se torna lento porque você busca um assunto que te leva para outro que leva á outro e assim sucessivamente.
- Muitos sites são carregados demais, deixando-os lentos.
- As buscas são demasiadamente demoradas
- A Utilização de uma internet lenta acaba tornando ao acesso ruim e seu dia pior ainda.

Fonte: Dados da pesquisa

Os que acham que o acesso á informação online é **desatualizado** somam apenas 6.3% dos entrevistados, conforme estão representadas no gráfico 6.7, formando a quantia de 20 pessoas, e quando perguntados por quê? Somente duas pessoas comentaram suas respostas como se segue:

Quadro 6.9: Respostas que indicam que o acesso é Desatualizado.

- Quando pesquiso na internet procuro a fonte para confirmar a autenticidade e atualidade do conteúdo o que nem sempre encontro, e quando encontro estão desatualizadas, penso que se dá pouca importancia para atualização das referencias científicas.
- Somente temos acesso a conteúdos gratuitamente quando estes já estão desatualizados, percebe-se que a maioria dos artigos recentes não tem acesso gratuito, podendo ser acessados somente de computadores de bibliotecas especializadas e pagas.

Fonte: Dados da pesquisa

Os que acham que o acesso á informação online é **claro** somam 13% dos entrevistados, conforme estão representadas no gráfico 6.7, formando a quantia de 41 pessoas, e quando perguntados porque? As respostas consideradas válidas estão descritas como se segue:

Quadro 6.10: Respostas que indicam que o acesso é Claro.

- Com a internet, é fácil e rápido achar uma informação que se apresenta de forma clara. Se souber avaliar as fontes, também pode ser considerada confiável.
- A Clareza da informação varia muito, pois depende do site que se acessa.
- É claro somente em base de dados que tem as revistas e Jornais científicos.
- É relativo...
- Para mim é claro porque só procuro usar sites confiáveis e científicos
- A Internet na maioria das vezes é de livre acesso e para despertar interesse o site precisa ser claro para ter acesso, uma vez que o objetivo de um site é o numero de acessos que ele disponibiliza.
- Os sites sobre tudo de pesquisas em sua maioria são fáceis de usar e muito claros.
- Acho claro por acredito ter experiência que me serve para filtrar conteúdos e otimizar a pesquisa
- Há varias opções de pesquisas em linguagens fáceis de entender e que indicam as fontes e autores também fáceis de serem encontrados.
- A ferramenta tem que dar respostas rápidas , precisas e clara para que atenda seu objetivo.

Fonte: Dados da pesquisa

A opção marcada com a resposta de **difícil acesso**, foi escolhida por 8.3% dos 100%, que perfaz um total de 26 pessoas entrevistadas, e apenas três pessoas comentaram os motivos apresentados para optarem por dizer que o acesso a informação na rede é difícil, são as seguintes respostas consideradas válidas:

Quadro 6.11: Respostas que indicam que é de difícil o acesso.

- Muitas bases bibliográficas não são de livre acesso, melhor dizendo são pagas.
- E as bases de dados científicas em sua maioria não possuem documentos no idioma português, há uma dificuldade de acesso por não ter domínio de outros idiomas.
- Às vezes não consigo concluir a pesquisa, porque linguagem mesmo no idioma de origem é de difícil acesso

Fonte: Dados da pesquisa

A opção de resposta que os conteúdos acessados são **duvidosos** foi escolhida por 17.8% dos entrevistados perfazendo um total de cinquenta e seis (56) pessoas, conforme o gráfico de número 6.7. E os principais motivos apontados foram que:

Quadro 6.12: Respostas que indicam que o acesso é de duvidoso.

- Noto ausência de filtro para os acessos com isso buscamos informações de toda sorte de fontes.
- O grande volume de informação, torna os sites de pesquisas duvidosos.
- A facilidade com que se encontra a informação é duvidosa por ausência de fontes.
- Há conteúdos duvidosos e mesmo assim nota-se a grande acessibilidade dos mesmos pelos acadêmicos.
- É relativo...
- Muitas informações estão dispersas, sem o conhecimento dos mecanismos de buscas e/ou sites seguros para o usuário o mesmo tende a acessar coisas duvidosas.
- Muitas vezes as informações não são atualizadas periodicamente, o que pode também gerar dúvida quanto a confiabilidade dos conteúdos.
- Considero a Internet acessível e ágil, mas não confio em tudo que recupero na Rede.
- A ausência ou incompletude de fontes leva a considerar um site duvidoso.
- Há casos em que foram constatadas a existência de pesquisas equivocadas, portanto todo cuidado é pouco no que tange a confiabilidade de um site.

Fonte: Dados da pesquisa

Cerca de 1.9% entrevistados disseram que não **sabem informar**, um total de seis (6) pessoas, conforme representado no gráfico de número 6.7, temos como única justificativa apresentada como se segue no quadro abaixo:

Quadro 6.13: Resposta que indica o percentual de quem não soube informar.

- O pouco ou não uso de sites de pesquisa
---

Fonte: Dados da pesquisa

E vamos a última alternativa da pergunta do item sete, que demonstra que cerca 1.3% respondentes disseram que não utilizam a Internet para fazer pesquisas, 4 pessoas das pesquisadas, conforme representado no gráfico de número 6.7 de todas as alternativas

contatou-se que uma única pessoa respondeu que **não utiliza a Internet para fazer pesquisas**, e o principal motivo quanto questionado o por que? Esta descrita como se segue.

Quadro 6.14 : Representa resposta de quem não utiliza a Internet para fazer pesquisas.

O pesquisado acha que as referências apresentadas pela rede não são claras, por esta razão não utiliza a internet para fazer pesquisa científica e utiliza somente material impresso.

Fonte: Dados da pesquisa

Análise que se faz da resposta de número sete do Bloco I de perguntas, é que embora as pessoas tenham escolhido até mais de uma alternativa, para descrever como avalia o acesso online, se pode perceber que fica evidente a complexidade em que é tratado o acesso a informação, tanto por parte do profissional da informação quanto por parte de um profissional de outra área, porque em todas as alternativas há respostas em que os entrevistados, responderam que depende do contexto em que se faz o acesso, e ou a pesquisa, e em outros casos disseram que depende de quem faz o acesso. Insere-se a matização dos dados para uma análise geral e melhor visualização:

TABELA 6.4: MATIZAÇÃO DOS DADOS DO BLOCO I

DADOS	PORCENTAGENS
O acesso online da informação é por:	<b>98,7%</b> <b>Dos entrevistados</b>
Os suportes mais utilizados para o acesso,	<b>82%</b> <b>Celular</b>
	<b>68%</b> <b>Laptop</b>
	<b>50%</b> <b>Computador de mesa</b>
	<b>33%</b> <b>Tablets</b>
As ferramentas mais acessadas na Internet	<b>88,3%</b> <b>E-mail</b>
	<b>68,3%</b> <b>Realização de trabalhos</b>
	<b>61,9%</b> <b>Redes sociais</b>
	<b>61%</b> <b>Pesquisas acadêmicas</b>
Porcentagens do tempo em que os entrevistados ficam mais conectados a Internet	<b>33,7%</b> <b>8 horas conectados a internet</b>
	<b>27,6%</b> <b>Entre 5 e 8 horas diárias</b>
	<b>21%</b> <b>3 á 5 horas conectados à Internet</b>
Utilização da internet como apoio para estudos	<b>80,3%</b> <b>Sim utilizam a Internet</b>
	<b>17,8%</b> <b>Utilizam parcialmente 17,8%</b>
	<b>1,9%</b> <b>Não utilizam 1,9%</b>
Têm facilidade para encontrar e selecionar conteúdos	<b>87,6%</b> <b>Tem facilidade</b>
	<b>12,4%</b> <b>Não tem facilidade</b>
Acesso aos sites de pesquisas científica são considerados	<b>69,6%</b> <b>Acessíveis</b>
	<b>26%</b> <b>Ágeis</b>
	<b>52%</b> <b>Atuais</b>
	<b>17,8%</b> <b>Acessos duvidosos</b>

Fonte: Elaboração da autora

De acordo com a tabela acima os dados do bloco I podem ser interpretados de modo geral. Assim cabe-se observar que o acesso *online* é real e as maiorias dos entrevistados acessam a Internet usando como principal suporte de acesso o aparelho de celular que por sua vez é utilizado como meio para se inteirar do que acontece no dia a dia do trabalho através do e-mail a ferramenta mais utilizada do momento acesso, não só os e-mails tem acesso diário, há o grande numero que aponta para a utilização das redes sociais.

Outra associação que se deve considerar é que um terço dos entrevistados passa mais de oito horas por dia conectado o que equivale a um dia de produção, oitenta por cento estuda com apoio da Internet, a maioria tem facilidade de encontrar o que procura em suas buscas e ainda consideram o acesso ágil e confiável e atual. Ao considerarmos que a população pesquisada é em sua maioria formada por profissionais da informação pode se dizer que estes possuem habilidades informacionais e competências para desempenharem as suas funções no mercado de trabalho. Apesar dos resultados positivos não se pode descuidar do caminho de transformações tão efêmeras quanto são, no trato com a informação e também não se deve descuidar da capacitação do usuário mediante as suas constantes e novas necessidades.

Os motivos apresentados evidenciam também que, há uma necessidade maior de acesso à informação gratuita de qualidade, e acesso livre, o que não dispensa a ajuda do profissional da informação. E ainda sinalizou para a falta de políticas públicas que incentivem e subsidiem o aprendizado em outros idiomas, assim bem como, maior produção científica.

Findo as análises do bloco I, parte-se para análise do o bloco II a seguir.

### 6.3 DADOS E ANÁLISES DA PESQUISA DO BLOCO II.

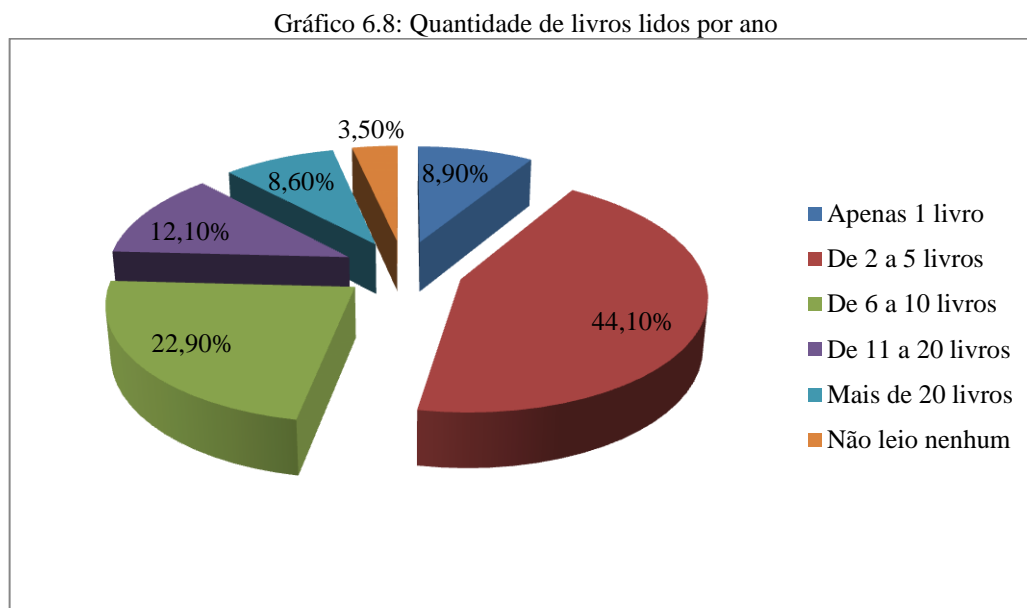
O Bloco II de perguntas abordam questões sobre a leitura e o uso de bibliotecas no Brasil. Foi criado para identificar através das perguntas como o entrevistado construiu o seu saber. O referido bloco foi composto por doze perguntas dentre as quais duas foram abertas e fechadas respectivamente, o que possibilitou a abrangência de dados para a junção dos resultados, no caso do bloco II também optamos por inserir ao texto, as sugestões dadas pelo entrevistado como respostas das perguntas de número dois e doze, que foram contextualizadas sob a forma de quadros, promovendo assim, que todas as respostas consideradas válidas sejam utilizadas para enriquecimento das análises ao final da respectiva pergunta.

**BLOCO II – de perguntas.****Bloco II. Hábitos de leitura e uso dos recursos da biblioteca****1 - Quantos livros você lê por ano?**

( ) **Apenas 1 livro** ( ) **De 2 a 5 livros** ( ) **De 6 a 10 livros** ( ) **De 11 a 20 livros**

( ) **Mais de 20 livros** ( ) **Não leio nenhum**

Inicia-se com a representação do primeiro gráfico do bloco dois após a exposição da pergunta como se segue:



Fonte: Dados da pesquisa

Em relação a esta questão, 44,1% correspondente a 139 pessoas afirmaram que leem que de 2 a 5 livros anualmente. Em seguida, estão 72 pessoas que representam 22,9% da amostra disseram que leem de 6 a 10 livros por ano; 38 entrevistados correspondentes a 12,1% responderam que leem entre 10 a 20 livros anualmente; 28 pessoas que representam 8,9% afirmaram que realizam a leitura de apenas um livro por ano. Outras 27 pessoas representando 8,6% responderam que leem mais de 20 livros anualmente. Já outras 11 pessoas que representam 3,5% disseram que não leem nenhum livro.

Ao analisar os dados, inferimos que a maioria dos entrevistados leem no máximo cinco livros no ano, um número ínfimo de leitura comparado aos países Europeus onde há maiores investimentos em educação e mais políticas de incentivo a leitura. É surpreendente que ainda haja quem não leia nenhum livro por ano, apesar de ser um número pequeno de entrevistados, não se pode ignorá-lo, sem deixar de acharmos preocupante o fato de haver escolha para essa resposta.



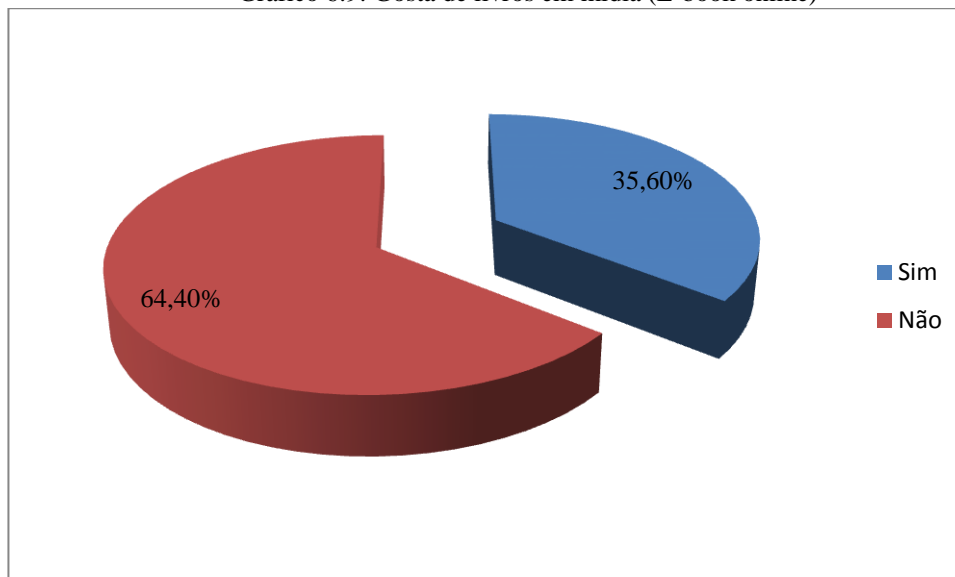
Segue a pergunta de numero dois que complementa a de numero e a representação no gráfico.

**2- Gostam de ler livros em mídia (E-Book online)?**

Sim                       Não

**Por quê?** \_\_\_\_\_

Gráfico 6.9: Gosta de livros em mídia (E-book online)



Fonte: Dados da pesquisa

Do universo pesquisado, 203 pessoas representando 64,4% do universo pesquisado responderam que não gostam de livros em mídia. Já as outras 112 pessoas que correspondem a 35,6% afirmaram que sim.

A pergunta de numero dois do bloco II é a nossa terceira pergunta denominada aberta, e trata-se de questionar ao entrevistado sobre a preferência do seu modo de leitura, ou melhor, foi perguntado se ele gosta de ler em mídia? E conforme representado no gráfico de número 6.9, 35.6% dos entrevistados responderam que gostam de ler em mídia, perfazendo um total de 112 pessoas, que teceram os seguintes comentários quando perguntados porque?

As respostas foram bem variadas tais como “Não que seja minha forma preferida de leitura, mas esta disponível eu utilizo às vezes”. Interessante notar que cada entrevistado valoriza um aspecto em especial da leitura em mídia e até mesmo o simples fato de esta disponível, também o comentário seguinte é interessante: “ Estou sempre com meus dispositivos móveis o que torna possível a leitura em todo lugar sem o acréscimo de volumes’. Os demais comentários estão inserido no quadro abaixo de numero 6.15 como se segue.

Quadro 6.15: Representa respostas positivas quanto á leitura em mídia.

- E prático e de fácil acesso nos smartphones
- Salvo e-books no meu tablet e sempre que estou com ele posso facilmente ler um livro e até mesmo escolher entre vários livros, uma opção de possibilidades que não teria com os livros impressos.
- Pela facilidade do manuseio, principalmente em leitura de trabalho.
- Pela praticidade e por ser agradável
- Facilidade de acesso.
- Mas depende do assunto que se esta lendo.
- Maior agilidade no transporte.
- Os dispositivos de leitura estão cada vez melhores. São leves, fáceis de carregar e a Bateria dura semanas, além de poder aumentar a letra, o que dispensa óculos.
- Pela facilidade de acesso e locomoção
- No kindle, e-reader, não ocupam espaço e tem uma interface apropriada para ler no escuro sem precisar de lâmpada e sem cansar a vista.
- É mais "leve" do que o livro convencional podendo ser facilmente manuseado.
- Devido a acessibilidade que a mídia oferece
- Livros online não ocupam espaço físico e não necessitam ser transportados.
- Por proporcionar maior agilidade e por reduzir volumes de papéis e de espaço físico
- Porque podemos ter mais de um livro no meu tablet. fácil de ler em lugares de baixa luminosidade, mais prático carregar um tablet do que um livro.
- Já é uma prática do meu dia a dia.
- Proporciona acesso a acervo não encontrado na biblioteca.
- o livro digital é mais prático e facilmente encontrados de forma gratuita.
- É uma ótima solução para quem não tem acesso a bibliotecas físicas ou livrarias
- Leio em E-book somente quando não consigo encontrar a versão física.
- É mais fácil, rápido e fácil de encontrar os pontos mais interessantes da leitura.
- Porque um pen-drive é mais leve que um livro e pode ser transportado a qualquer lugar uma vez que há cada vez mais computadores disponíveis em todos os ambientes públicos.
- Acho o e-book interativo.
- Os e-books são versáteis e têm custos acessíveis ou gratuitos

Fonte: Dados da pesquisa

A grande maioria dos entrevistados quase que o dobro respondeu negativamente, conforme representado no gráfico de número 6.9, 64.4%. Onde as respostas foram que não gostam de ler em mídia, perfazendo um total de 203 pessoas, que ao serem perguntadas por quê? Teceram os seguintes comentários.

“ Quando leio em mídia me disperso e perco tempo, e acabo não lendo o e-book” .  
 “Outras “respostas também se inserem no texto porque são simples mais surpreendentes ao mesmo tempo tais como” Ler em livro impresso torna a leitura mais fácil.” Ou “As vistas ficam cansadas rapidamente” Ou também “Não adquiri o hábito” e “Acho a leitura online cansativa. Além disso, gosto de levar o livro para onde vou, para poder ler sempre que tenho tempo e a mídia depende sempre de ter bateria e ficar recarregando’. E outra ainda outra não menos interessante. “Não gosto de ler em mídia por questões físicas, sou desastrado e é necessário haver um cuidado maior com a mídia que com o livro, por exemplo para levar o livro a praia,

As demais respostas válidas se inserem no quadro de numero 6.16 a seguir:

Quadro 6.16: Representa as respostas negativas quanto á leitura em mídia.

- Gosto do papel para ler deitado (lazer)
- Gosto de fazer anotações nos espaços em branco do livro enquanto leio.
- Ainda não tenho leitor de mídia.
- Prefiro o material impresso.
- Prefiro o livro em papel, mas não excludo os livros em meio eletrônico.
- Gosto de folhear as páginas e fazer marcações pessoais.
- Acho desconfortável
- Acho que para ler em mídia há um excesso de exposição visual.
- Prefiro material impresso pela facilidade de ir e voltar ao texto.
- Tenho muitos livros impressos que ainda não li, quando lê-los todos, talvez comece a gostar de livros em mídia.
- Fato de não ver as paginas lidas e as que ainda faltam ler, me incomoda profundamente.
- Porque ainda não tenho o hábito de fazer leituras longas em formato digital
- Gosto do cheiro de livros novos, o cheiro tem importância psicológica, e me remete a novas histórias.
- Leitura para mim é prazer puro não gosto de depender de conexões.
- O meu prazer está em folhear as páginas de um livro impresso.
- A Internet distrai minha leitura e acabo por acessar muitas outras coisas e o livro fica sem ler, para que eu conclua um livro ele precisa ser impresso.
- Em se tratando de livros prefiro que sejam livros impressos, deixo a mídia para artigos e leituras mais rápidas.

Fonte: Dados da pesquisa

As respostas foram deveras surpreendentes, nós já empiricamente sabíamos que a maior preferéncia são por livros impressos, o que nos surpreende são que quase o dobro dos entrevistados ainda resiste á leitura em mídia, o que evidencia uma tendência importante, a de que pelo menos, nos próximos anos o livro impresso ainda esta longe do fim, e também pelo menos entre os profissionais da informação no Brasil. E o que tange aos comentários, ou melhor, os motivos pelos quais as pessoas gostam de ler em mídia, alguns se mostraram bastante inusitados. Além dos já mencionados, chamou-se a atenção para outros que se seguem.

Alguns dos entrevistados responderam que na verdade tanto faz ler em mídia ou em livro impresso, outro declarou que não conhece livro e-book, e gostaria muito de ver suas vantagens e desvantagens, outra resposta do entrevistado o mesmo declara que dependendo do livro ele faz a leitura em mídia ou impresso, diz que leituras mais rápidas são feitas em mídia, e leituras mais técnicas da preferéncia a leitura impressa, outro diz não ler livros e-book, mas declara que acha a possibilidade interessante, e o ultimo que declarou que sim na sua resposta e justificou que lê e-book apenas parcialmente, selecionando os pontos interessantes da leitura e a leitura na integra é feita em livro impresso.

As respostas de forma negativa, melhor dizendo, os entrevistados que responderam que não gostam de ler em mídia, apesar de se tratar da maioria das respostas os motivos se assemelham muito, o principal motivo seria o cansaço visual, a falta de habito da leitura em

mídia, também se apresentou como desvantagem a facilidade de levar o livro impresso para todo e qualquer lugar sem comprometer a leitura, por falta de bateria ou energia elétrica etc.

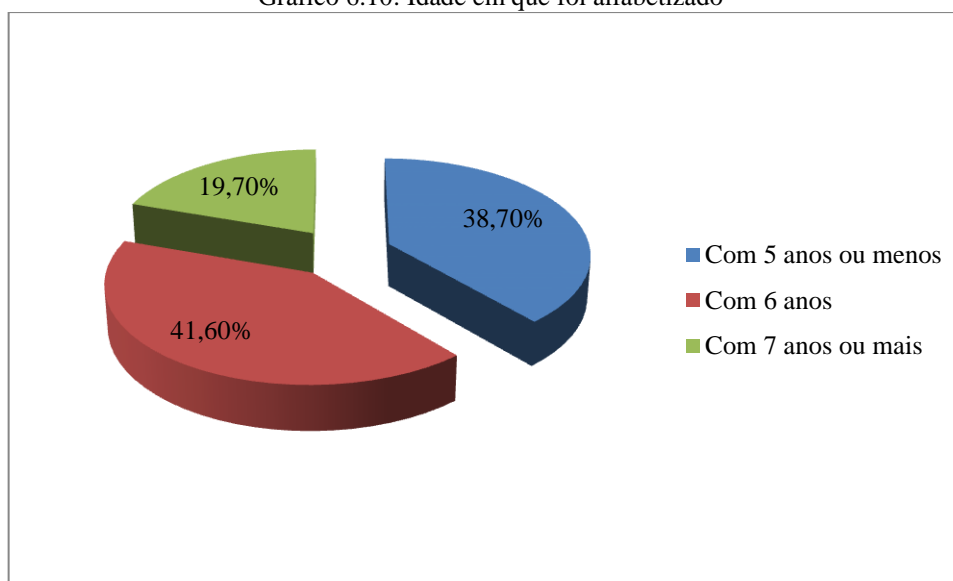
Evidenciou-se que a quase totalidade das respostas negativas tinha como motivo, gostar simplesmente do material impresso. As respostas mais interessantes e foram inúmeras foram às declaradas que gostam de ler em material impresso porque o prazer é mais intenso.

Quanto à idade em que o entrevistado foi alfabetizado apresentou os seguintes índices conforme gráfico após a exposição da pergunta.

### 3- Com quantos anos você foi alfabetizado?

( ) Com 5 anos ou menos ( ) Com 6 anos ( ) Com 7 anos ou mais

Gráfico 6.10: Idade em que foi alfabetizado



Fonte: Dados da pesquisa

Quanto a questão que indaga qual a idade em que o entrevistado foi alfabetizado, os índices do gráfico 6.10 mostram para a maioria deles 131 pessoas representadas por 41,6% da amostra foram alfabetizados com 6 anos de idade. O número de 122 pessoas que correspondem a 38,7% disseram que foram alfabetizados com 5 anos. Enquanto que 19,7% representando 62 pessoas disseram que foram alfabetizados com 7 anos.

Juntando os entrevistados que foram alfabetizados com cinco anos ou menos, e os que foram alfabetizados com seis anos, temos o total de duzentos e cinquenta e três, pessoas que podem ser representadas por 80% dos entrevistados, e que foram alfabetizados abaixo dos seis anos reforçam nossa suspeita que as políticas de educação devem reduzir a idade das crianças adquirirem o direito ao ensino público de qualidade com menos idade conforme debatido no

capítulo dois sobre a política educacional no Brasil. E ainda apontam para a tendência de que alfabetizando o aluno com menos idade há maiores chances de êxito na formação.

A problematização da educação brasileira mudou sua legislação nos últimos cinco anos, mas ainda está longe do ideal. Principalmente no que tange a alfabetização e inserção de mais políticas de incentivo a leitura nas escolas, o que contribuiria enormemente com o acesso a informação online.

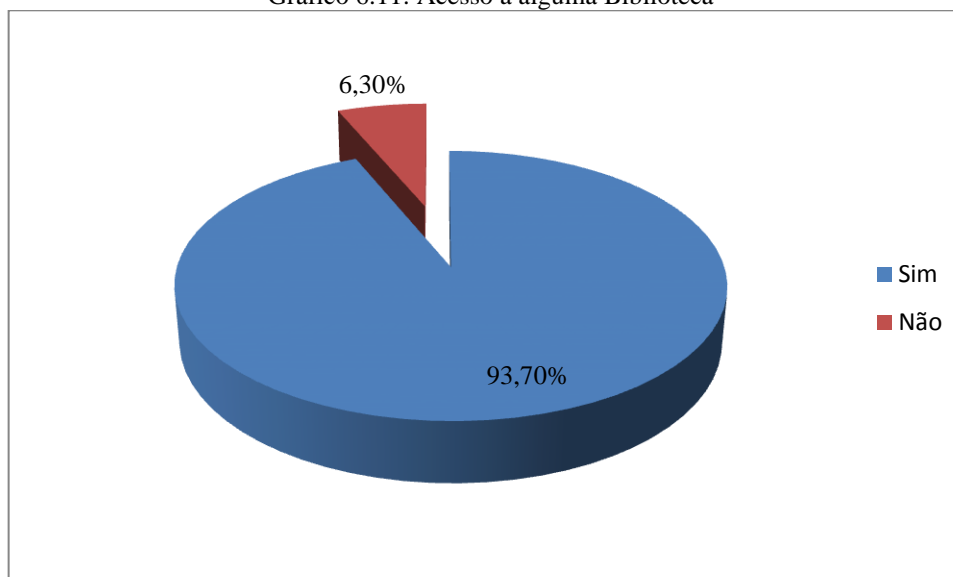
A próxima questão indaga sobre o acesso a biblioteca, segue a demonstração dos resultados no gráfico de 6.11.

#### 4 - Você tem acesso a alguma Biblioteca?

Sim

Não

Gráfico 6.11: Acesso a alguma Biblioteca



Fonte: Dados da pesquisa

Esse é um bom resultado para o profissional da informação, haja vista que quase a totalidade dos entrevistados respondeu que tem acesso a alguma biblioteca dos quais 295 entrevistados, cerca 93,7% disseram que sim, que têm acesso a biblioteca, enquanto que 20 pessoas que correspondem a 6,3% responderam que não têm acesso a biblioteca.

Os dados apontam para um resultado satisfatório para os profissionais da informação, mais de 90%, a grande maioria da população pesquisada tem acesso a alguma biblioteca, quase que a totalidade dos dados o que consideramos um índice bastante representativo e muito interessante.

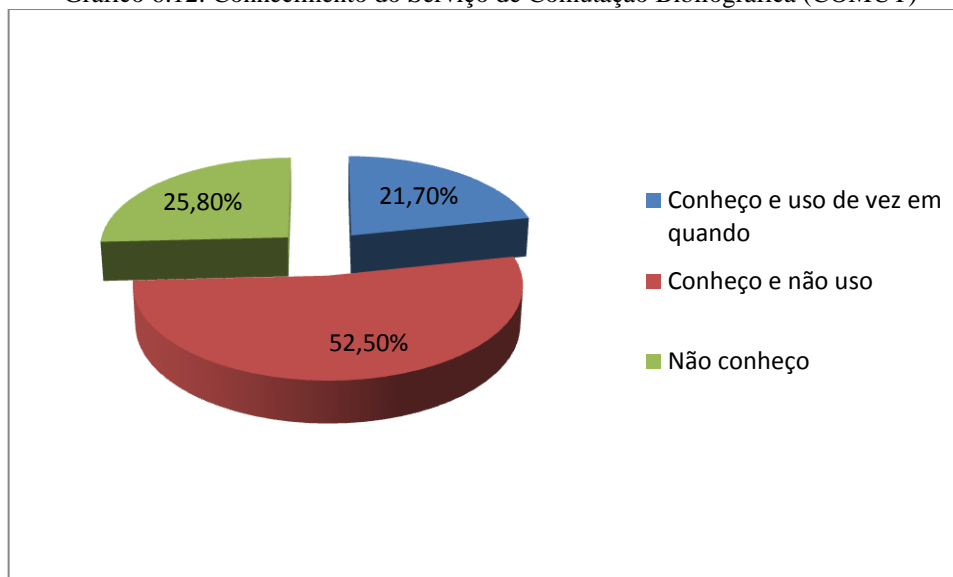
A próxima pergunta do bloco II se refere a pergunta de número cinco como se segue:

**05- As bibliotecas que tem como usuários professores pesquisadores estudantes,**

**oferecem o serviço de comutação bibliográfica (COMUT). O pedido é feito via *online* é pago, o valor é estabelecido pela rede Comut. Você conhece esse serviço?**

**( ) Conheço e uso de vez em quando ( ) Conheço e não uso ( ) Não conheço**

Gráfico 6.12: Conhecimento do Serviço de Comutação Bibliográfica (COMUT)



Fonte: Dados da pesquisa

No tocante aos serviços do COMUT, a maioria dos entrevistados disse que conhecem, mas não os utiliza. Os índices mostram que 164 pessoas representando 52,5% da amostra apesar de conhecerem o COMUT não faz uso dele; 82 pessoas correspondendo 25,8% dos entrevistados disseram que não conhecem enquanto que 69 entrevistados que representam 21,7% afirmaram que conhecem, mas, só os utilizam de vez em quando.

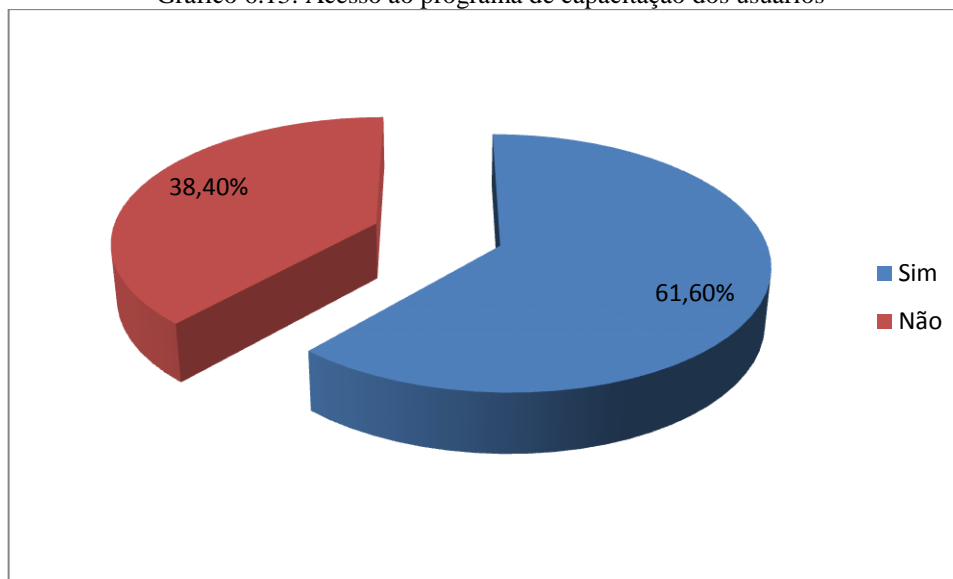
Os dados evidenciam que o programa COMUT, está subutilizado, seria preciso uma investigação mais incisiva para saber qual a real razão do índice de mais da metade dos entrevistados afirmarem conhecer e não utilizar o serviço Comut, os índices também apontam para uma divulgação não muito efetiva do referido programa, pois, vinte e cinco por cento dos entrevistados afirmaram não conhecerem programa.

Na sequencia a ainda no bloco II apresenta-se a pergunta de numero seis e o gráfico com a representação em percentuais:

**06 - Bibliotecas Universitárias e especializadas, normalmente oferecem um programa de capacitação aos seus usuários, você já teve acesso há esse programa?**

**( ) Sim ( ) Não**

Gráfico 6.13: Acesso ao programa de capacitação dos usuários



Fonte: Dados da pesquisa

Em relação ao acesso do programa de capacitação de profissionais, a maioria dos entrevistados, 195 representando 61,6% disseram que já tiveram acesso ao programa. Outros 120 entrevistados correspondentes a 38,4% afirmaram que não têm acesso ao referido programa.

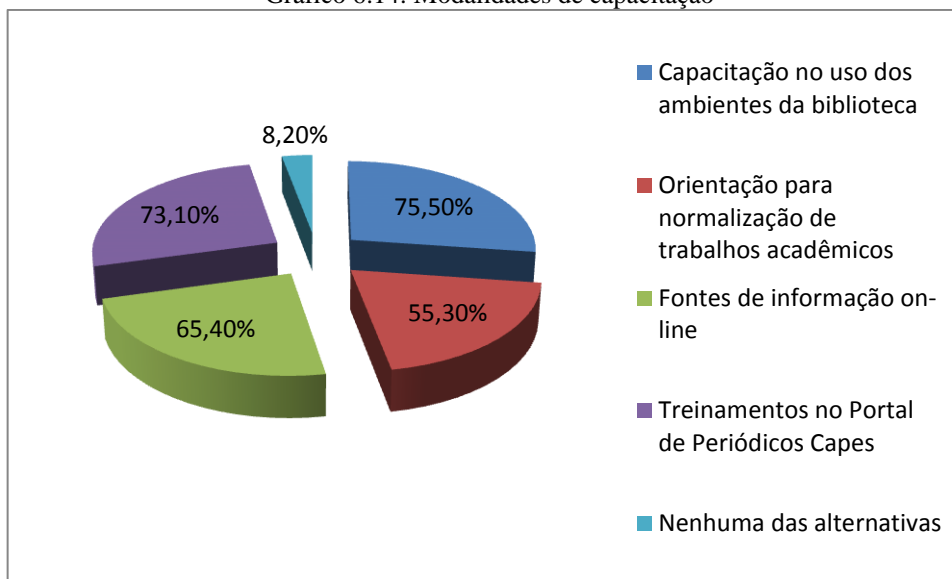
Já o programa de capacitação dos usuários diferentemente do COMUT, está a pleno vapor, evidentemente que pode ser melhorado, mas a tendência é que segundo os dados da pesquisa está funcionando a contento, e é utilizado pela maioria dos entrevistados, trata-se de uma ferramenta que na medida em que as tecnologias vão avançando, necessitam ser reelaboradas a fim de suprir as diferentes necessidades de informação do usuário.

A pergunta de número sete do bloco II é formulada em complemento a pergunta de número seis:

**07- Em caso afirmativo, marque a (as) alternativa(s) que considerar pertinente(s):**

- Capacitação no uso dos ambientes da biblioteca
- Orientação para normalização de trabalhos acadêmicos
- Fontes de Informação online
- Treinamentos no Portal de Periódicos CAPES
- Nenhuma das alternativas

Gráfico 6.14: Modalidades de capacitação



Fonte: Dados da pesquisa

Os dados do gráfico 6.14 demonstram que 157 pessoas que representam 75,5% da amostra são adeptas à capacitação no uso dos ambientes da biblioteca, 152 correspondentes a 73,10% disseram que consideram importantes os Treinamentos no Portal de Periódicos Capes; 136 entrevistados representando 65,4% disseram que as fontes de informação *online* são muito relevantes, 115 correspondendo a 55,3% apontaram a orientação para normalização de trabalhos acadêmicos e outros 17 entrevistados representando 8,2% não marcaram nenhuma das alternativas.

Uma vez que as respostas não eram excludentes, o entrevistado pode escolher várias alternativas, sendo assim os dados ficaram meio que equilibrados dando a indicação de que as quatro modalidades de capacitação apresentadas, são bem aceitas pelos entrevistados, todas tiveram índices bastante consideráveis. O que evidencia a necessidade do profissional da informação para dar suporte informacional ao usuário que busca a informação, e ainda com relação ao próprio profissional da informação os dados podem produzir fortalecimento das expectativas desses quanto ao êxito da profissão.

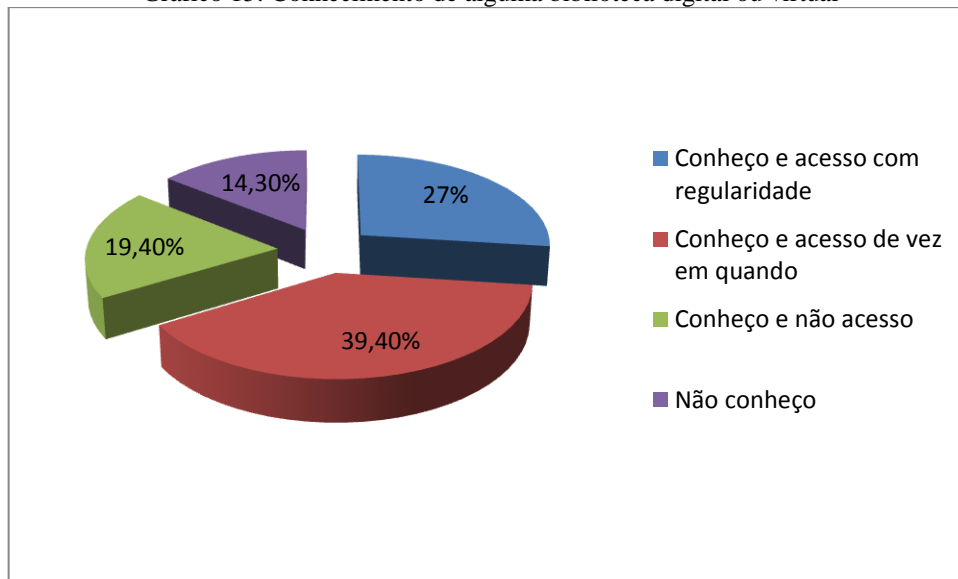
A pergunta de número oito do bloco II representa-se a seguir com o respectivo gráfico de representação.

**08 - Você conhece a biblioteca digital ou virtual?**

- ( ) Conheço e acesso com regularidade
- ( ) Conheço e acesso de vez em quando
- ( ) Conheço e não acesso
- ( ) Não conheço



Gráfico 15: Conhecimento de alguma biblioteca digital ou virtual



Fonte: Dados da pesquisa

Sobre bibliotecas digitais e virtuais, 124 pessoas correspondentes a 39,4% responderam que conhecem e acessam de vez em quando, 85 entrevistados representando 27% afirmaram que conhecem e acessam com regularidade, 61 pessoas que correspondem a 19,4% afirmaram que conhecem, mas não acessam e outras 45 pessoas, representando 14,3% disseram não conhecer.

Os dados apontam para a tendência crescente da tecnologia, o fato das pessoas conhecerem, é muito significativo, o uso será progressivamente crescente com o tempo, trata-se de inserção no mundo tecnológico, tema debatido em capítulo quatro deste estudo, o qual insere as bibliotecas digitais e virtuais, pode-se afirmar que as mesmas são uma constante nos dias atuais e vieram para ficar, ficar até que outra nova tecnologia seja inventada e esta seja substituída.

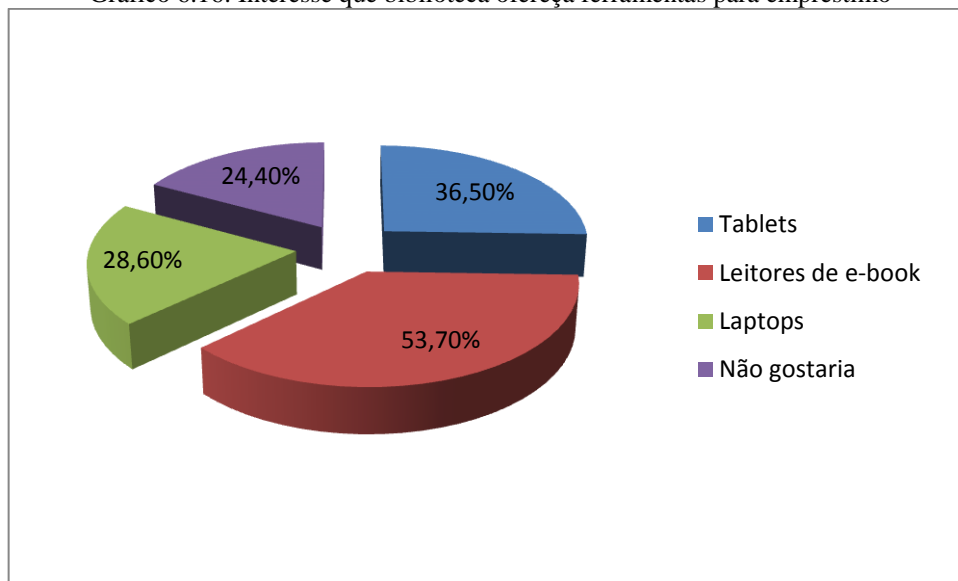
A nona pergunta do bloco II complementa as demais e também é demonstrada pelo gráfico correspondente:

**09 – Gostaria que a biblioteca colocasse ao dispor dos usuários para empréstimos.**

**Marque as alternativas da sua preferência.**

- ( ) Tablets
- ( ) Leitores de e-book
- ( ) Laptops
- ( ) não gostaria

Gráfico 6.16: Interesse que biblioteca ofereça ferramentas para empréstimo



Fonte: Dados da pesquisa

No que tange ao interesse de que a biblioteca disponibilize ferramentas de acesso à informação para o usuário, 169 entrevistados representando 53,7% do universo pesquisados responderam que teria interesse em leitores de e-book, 115 pessoas correspondentes a 36,5% responderam se interessariam por tablets, 60 participantes representando 28,6% apontaram laptops e outros 24,4% correspondentes a 77 pessoas disseram que não gostariam.

Estranhamente não se explica os dados, causando uma enorme surpresa, porque não querer obter ferramentas emprestadas pela biblioteca? Uma questão que necessita ser investigada em uma próxima pesquisa mais amíúde pra entender as razões pelas quais um número considerável de entrevistados disse não ter interesse em que as bibliotecas disponibilizem ferramentas para empréstimos. Mas, contudo, metade da amostra pesquisada tem interesse, algo que ainda não é usual no Brasil. Temos aí outra grande tendência de empréstimos das ferramentas para usuário.

Dando continuidade as perguntas segue-se a de numero dez do bloco II:

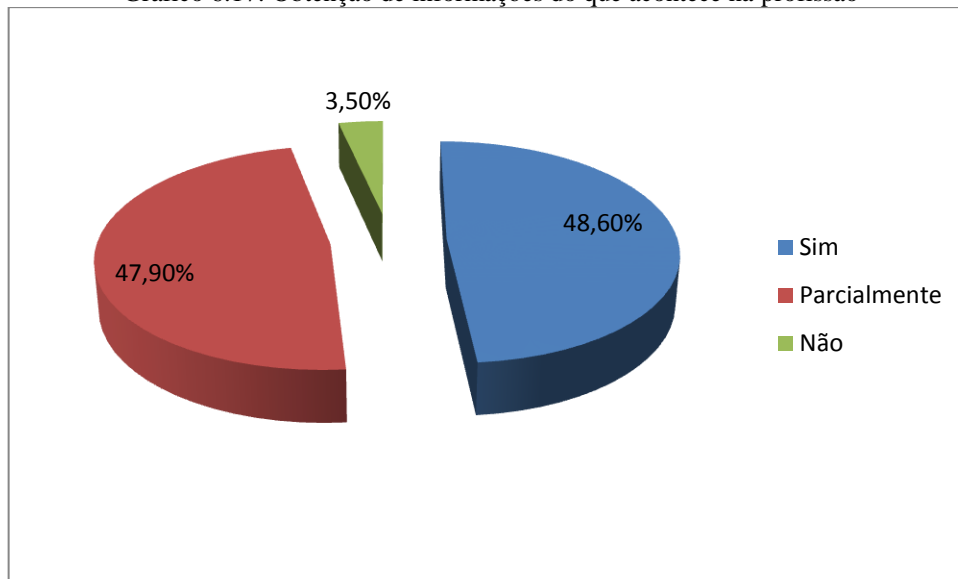
**10 - Você se sente uma pessoa informada sobre o que acontece no dia-a-dia da sua profissão?**

**Sim**

**parcialmente**

**Não**

Gráfico 6.17: Obtenção de informações do que acontece na profissão



Fonte: Dados da pesquisa

Sobre o fato de se sentir uma pessoa informada a acerca dos acontecimentos diários da sua profissão, 153 pessoas representando 48,6% disseram que sim, que se sentem informadas, 151 correspondentes a 47,9% afirmaram que se sentem informadas parcialmente, e outras 11 pessoas que representam 3.5% do universo pesquisados disseram que não se sentem informadas.

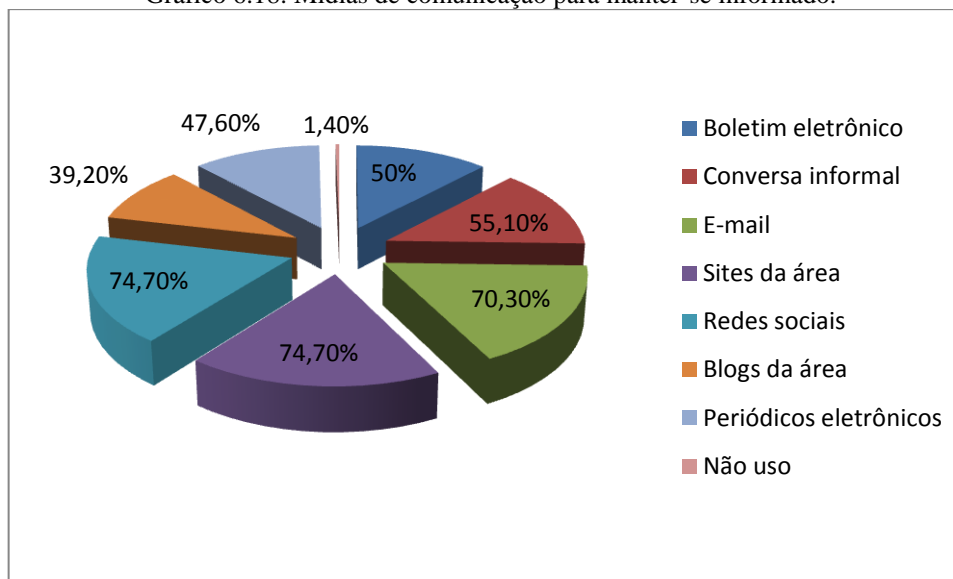
Ao analisar os dados se remete ao grupo de controle deste estudo que são os profissionais da informação, exatamente quem auxilia no uso da informação, assim temos que, juntando os informados e os parcialmente informados os resultados parecem bem positivos. O que pode indicar que a classe de profissionais e os demais do grupo estudado estão atentos com respeito ao que acontece no dia a dia de suas profissões.

Posto que estejam tecnicamente informados do que acontece em suas profissões quais seriam as mídias que os entrevistados se utilizam para manter-se informados. O questionamento é abordado no próximo gráfico a seguir na pergunta de número onze do bloco II.

**11 – Em caso afirmativo marque o(s) meio(s) de comunicação o(s) qual (ais) você utiliza para se atualizar sobre o que acontece na sua profissão.**

- ( ) Boletim eletrônico ( ) Redes sociais
- ( ) Conversa informal ( ) Blogs da área
- ( ) E-mail ( ) Periódicos eletrônicos
- ( ) Sites da área ( ) Não uso

Gráfico 6.18: Mídias de comunicação para manter-se informado.



Fonte: Dados da pesquisa

Quando solicitados para indicarem quais os meios que se utilizam para se manterem informados todas as opções tiveram aceitações variadas e equilibradas ao mesmo tempo, 221 pessoas correspondentes a 74,7% responderam que são informadas utilizando, sites da área, e redes sociais. 208 entrevistados representando 70,3% disseram que são informados através de e-mails, 163 correspondendo a 55,1% apontaram que se informam através de conversa informal, 148 correspondendo a 50% apontaram como meio de informação o boletim eletrônico, 141 representando 47,6% afirmaram que são periódicos eletrônicos e outros 1,4% correspondendo a 4 pessoas disseram que não usam meios para se informar.

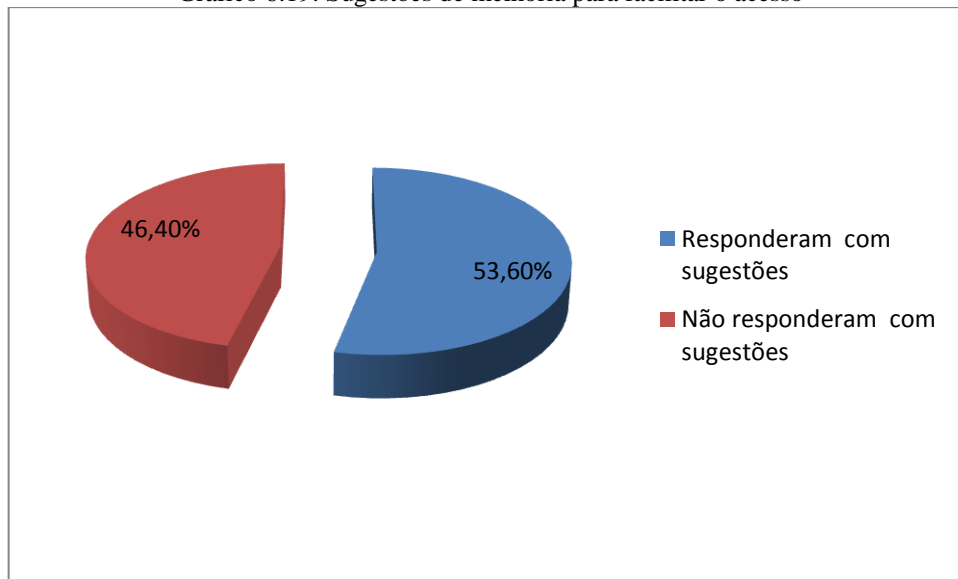
Embora haja um empate entre duas primeiras preferências de respostas, os resultados se equiparam, e apontam para a rede social que conforme debatido em capítulo três, no tópico três ponto dois ponto dois sobre redes sociais no contexto do ensino e aprendizagem (p.142) fica claro porque esta virou a preferência nacional. Porque é uma ferramenta repleta de vantagens e obviamente desvantagens, mas que é efetivamente funcional e rápida como deve ser o acesso e a absorção da informação.

Para fechar o bloco II inseriu-se a pergunta 12 última pergunta do bloco.

**12 – Qual (ais) o(s) serviço(s) que a biblioteca poderia oferecer para facilitar seu acesso à informação?**

**Dê sugestões:** \_\_\_\_\_

Gráfico 6.19: Sugestões de melhoria para facilitar o acesso



Fonte: Dados da Pesquisa

Em relação aos serviços que a biblioteca poderia oferecer para facilitar o acesso à informação, 55,6% referentes a 169 pessoas responderam e dando sugestões. Os 46,4% que correspondem a 146 pessoas não responderam com sugestões.

A pergunta de número doze (12) do bloco II e a quarta pergunta do questionário denominada pergunta aberta, onde foi solicitado ao entrevistado que desse sugestões de quais os serviços que a biblioteca deveria oferecer ao usuário para facilitar o acesso a informações *online*, como se trata de uma pergunta livre, ainda assim apresentamos o gráfico de número 6.19 demonstrando que, dos 100% dos entrevistados 53.6% comentaram a resposta, a quantia de 169 pessoas opinaram com valiosas sugestões, e 46.4% , totalizando 146 pessoas não opinaram, das respostas consideradas válidas retirou-se as mais enfatizadas eliminando-se as em repetição e algumas se trouxe como citação direta ao texto para comentar-se. São as seguintes:

Em sugestão o entrevistado disse que “gostaria que as Bibliotecas oferecem resumos *online* dos títulos ofertados”. Esse é um serviço oferecido pela maioria das Bibliotecas Universitárias do país certamente que o entrevistado é frequentador de uma Biblioteca que não oferece esse serviço.

Outra sugestão que se comenta é a do entrevistado que diz “Frequento uma biblioteca que precisa adequar o seu tamanho com o numero de usuários, falta de espaço físico, assim bem como instrumentos para atender a demanda.” Infelizmente a falta de espaço físico é ainda um problema nas Bibliotecas Brasileiras. A demais respostas estão do quadro 6.17, a seguir:

Quadro 6.17: Sugestões sobre produtos que as bibliotecas devem ou deveriam oferecer.

- Serviço de referência online
- Disponibilização de rede Wifi aberta (20 mega)
- DSI. (Disseminação seletiva da informação)
- Resposta técnica, informações com valor agregado.
- Boletim informativo
- Ter serviço de internet potente
- Boletim de novas aquisições da área de pesquisa
- Treinamento para realizar pesquisas dentro e fora de bases de dados especializadas
- Empréstimo entre bibliotecas
- Existem bibliotecas disponibilizando o "personal librarium" gostaria de ver isso no Brasil
- Normalização de documentos ABNT, APA, ISO.
- Treinamento em no uso de softwares.
- E-books em português
- Maior acervo digital.
-Treinamentos agendados para uso da biblioteca.
- Sistema de gerenciamento de bibliotecas
- Serviços online de empréstimos.
- O serviço de telefonia e internet ainda é rudimentar em algumas bibliotecas.
- Estudo do usuário
- Ter profissional especializado em Desenvolvimento da Informação.
- Um serviço de DSI eficiente
- Automação do acervo bibliográfico
- Disponibiliza serviço de ajuda eletrônico.
- Assinatura de sites de pesquisa científicos com acesso conteúdo completo.
- Acesso a bibliotecas digitais.
- Disponibilizar gratuitamente as bases de dados a todos os usuários e não somente para usuários com vínculos institucionais.
- Bibliotecas digitais e virtuais gratuitas.
- Empréstimos de eletrônicos: leitores de e-books e tablets.
- Viabilizar mais sites de pesquisa on-line no seu portal de acesso ao acervo
- Disponibilizar aplicativos de acesso ao acervo digital.
- Pessoal especializado para busca de informações online.
- Pontos de acesso para dispositivos eletrônicos
- Catálogo virtual completo do acervo no próprio site da instituição
- Obras de outras línguas traduzidas para o português
- Duração de tempo de empréstimo baseado no volume do suporte informacional.
- Horário de funcionamento normal aos sábados e feriados;
- Só o aumento de bibliotecas já seria uma grande ajuda.
- Disponibilizar um ambiente atrativo e de conforto para o usuários
- Atualização de livros, no Brasil há uma tendência a não renovar o acervo.
- Mais recursos tecnológicos
- Empréstimo de material em suporte digital
- A biblioteca poderia ter horário mais flexível
- Biblioteca aberta vinte e quatro horas por dia.
- Esclarecimentos sobre fontes de informação, minicursos e oficinas.
- Ter nas bibliotecas brasileiras o atendimento somente feito por bibliotecárias.
- Criação de MEDIATECA - juntar todos recursos tecnológicos em um só ambiente
- Projetos culturais de incentivo a leitura
- Bibliotecas abertas em locais alternativos, e em horários alternativos...leia-se sábados, domingos, feriados...nas praças...parques, universidades...por meio de bibliotecas mistas tais como escolares e comunitárias...ter acervo...fluxo de ações acadêmicas...culturais, ter diversidade de temas, ações, mídias, acessos...tem que ser inevitável, acessível, desejável e não excludente, não tecnicista....
- Políticas de capacitação mais concretas, que efetivamente capacitem, e ofereça instrumentos para que o usuário saiba recuperar o conteúdo que ele demanda.

Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com as respostas analisadas percebe-se que os entrevistados responderam refletindo a realidade de seus cotidianos, o que não necessariamente indica que todas as bibliotecas frequentadas faltem esses serviços.

Percebe-se que as sugestões foram em maior número que a não sugestões entre os entrevistados, denotando um interesse em grande parte deles no sentido de sugerir melhorias para o acesso as bibliotecas brasileira.

Como as respostas foram as mais diversificadas possíveis se elencou todas eliminando somente as duplicações, pois considerou-se que é de grande valia a contribuição dos entrevistados.

Em análise das respostas se evidencia as limitações que se dão de acordo com a realidade de cada um dos pesquisado.

Algumas respostas foram surpreendentes como, por exemplo, a sugestão do personal librarian. “A tendência mundial que queremos ver no Brasil”.

Findo o bloco II de perguntas passamos ao terceiro e último bloco.

#### 6.4 DADOS E ANÁLISES DA PESQUISA DO BLOCO III.

O Bloco III de perguntas aborda questões sobre o perfil do entrevistado. Sua elaboração pretendeu identificar através do questionário como é o comportamento do entrevistado quais suas principais características e como ele se inseriu na profissão. O referido bloco foi composto por oito perguntas dentre as quais somente a oitava é totalmente aberta, e no bloco III também optamos por inserir ao texto, as sugestões dadas pelo entrevistado como respostas da pergunta de número oito, que foi contextualizada sob a forma de quadro, como os demais blocos.

Também como os demais blocos se trouxeram as perguntas do questionário aliando-as aos gráficos correspondentes para procederem-se melhor visualização e análise como se segue:

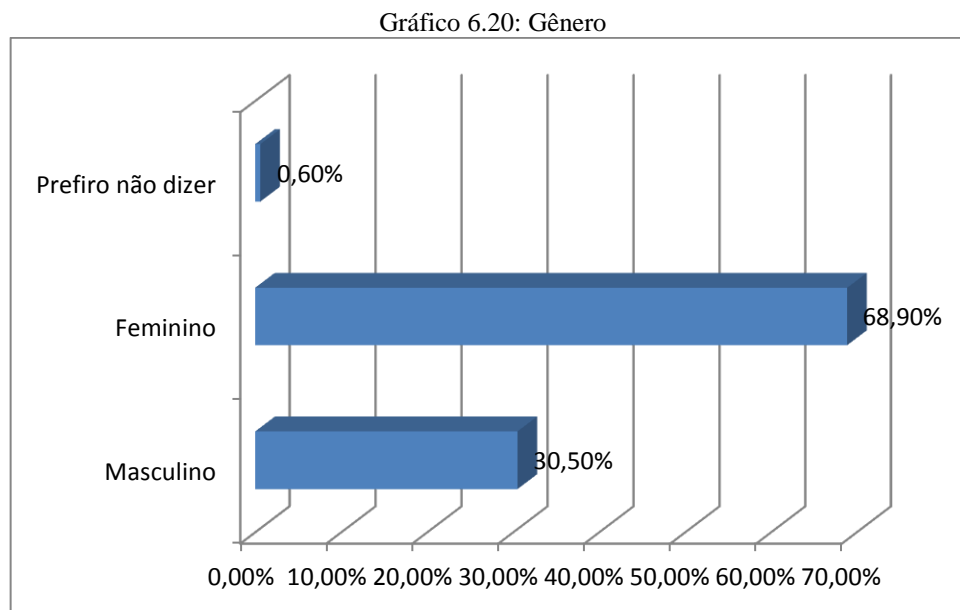
##### **Bloco III Perfil do entrevistado:**

##### **01– Você é do sexo:**

**Masculino**

**Feminino**

**Prefiro não di**



Fonte: Dados da pesquisa

Para detalhar-se o perfil dos entrevistados, verificou-se que 217 pessoas, que correspondem a 68,9% do universo pesquisado são do sexo feminino, 96 participantes representando 30,5% são do sexo masculino enquanto que 2 pessoas que correspondem a 0.6% preferiam não dizer.

Há uma tendência que os números vieram confirmar, o de que a maioria dos profissionais da informação é do sexo feminino, uma quantidade duas vezes maior de mulheres ocupa o mercado de trabalho no grupo de entrevistados que hora se apresenta, mas como as transformações são constante também esse aspecto vem se modificando percebe que o numero de pessoas do sexo masculino vem cada vez mais abarcando o mercado de trabalho.

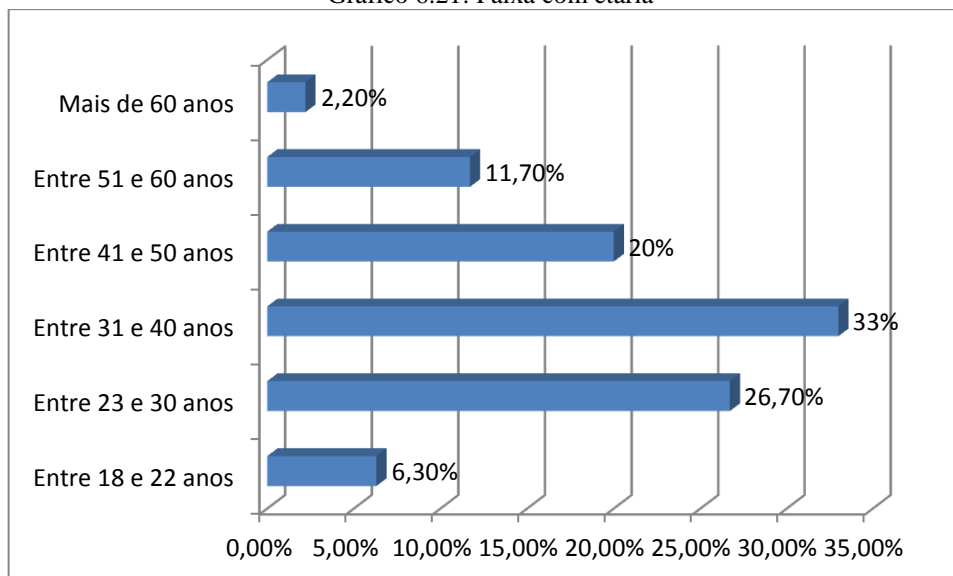
A pergunta de numero dois do bloco III é apresentada em consonância com o gráfico que lhe é correspondente em seguida procede-se a análise do referido gráfico.

**02- Em qual faixa etária você está inserido (a)?**

- Entre 18 e 22 anos
- Entre 23 e 30 anos
- Entre 31 e 40 anos
- Entre 41 e 50 anos
- Entre 51 e 60 anos
- Mais de 60 anos



Gráfico 6.21: Faixa com etária



Fonte: Dados da pesquisa

Os índices do gráfico 6.21 demonstram que 104 pessoas que representam 33% estão entre 31 e 40 anos de idade. 84 correspondentes a 26,7% se encontram na faixa etária entre 23 e 30 anos, 63 entrevistados que representam 20% do universo pesquisado estão com a idade entre 41 e 50 anos, 37 pessoas correspondendo a 11,7% tem entre 51 e 60 anos, 20 pessoas representando 6,3% estão com a idade entre 18 e 22 anos e outros 2,2% que correspondem a 7 pessoas estão com mais de 60 anos.

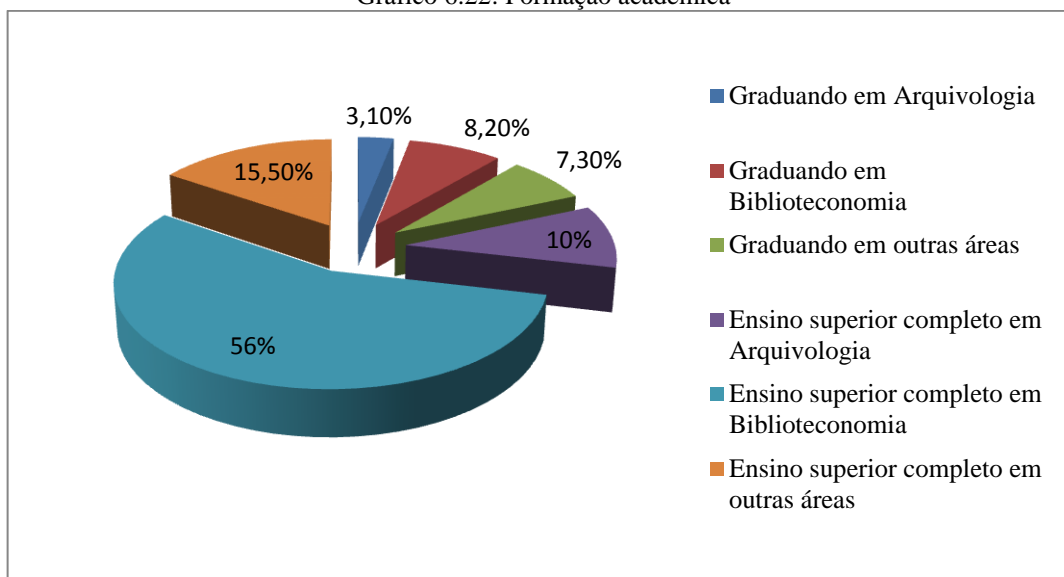
Os dados da faixa etária vêm para ajudar a desenhar o perfil do nosso grupo de entrevistados, que são a maioria de mulheres, entre os trinta e um e quarenta anos, idade relativamente jovem, mas possivelmente com características de maturidade para engajar em projetos seguros de melhorias para profissão escolhida.

Em consonância com a pergunta de numero 2, pergunta de numero 3 complementa as características a saber dos grupos entrevistados como se segue:

**03– Marque a(s) alternativa(s) em que você se enquadra?**

- Graduação Arquivística**
- Graduação Biblioteconomia**
- Graduação Outros**
- Ensino Superior Completo Arquivística**
- Ensino Superior Completo Biblioteconomia**
- Ensino Superior Completo em Outras áreas**

Gráfico 6.22: Formação acadêmica



Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com o gráfico 6.22, 56% correspondem a 177 pessoas, têm ensino superior em Biblioteconomia, 15,5% que representa 48 pessoas possuem graduação em outras áreas, 31 entrevistados correspondem a 10% da amostra tem curso superior em Arquivologia, 8,2% que representam 26 pessoas são graduandos em Biblioteconomia, 7,3% correspondentes a 23 pessoas são graduando em outras áreas e 10 pessoas correspondentes a 3,1% são graduando em Arquivologia.

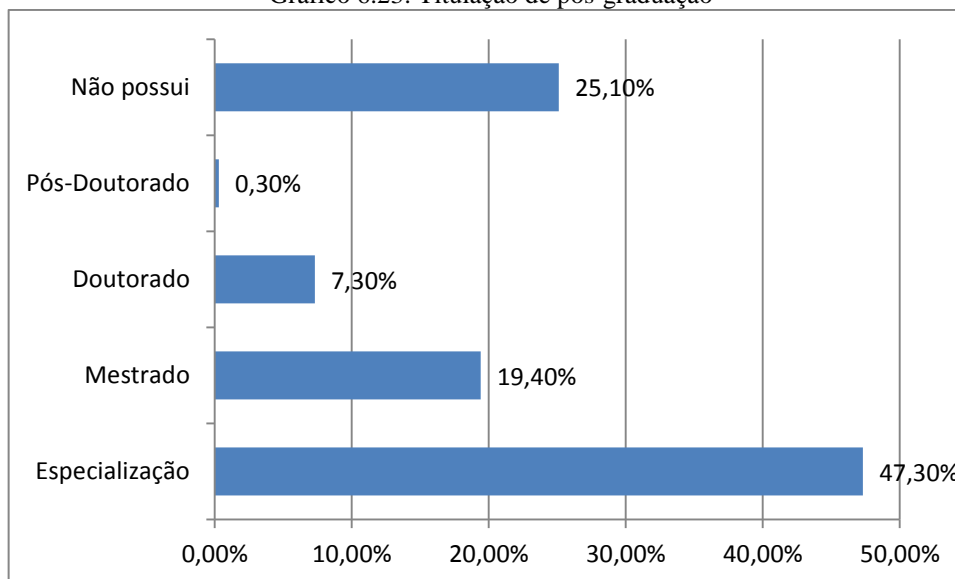
Dos entrevistados, os trezentos e quinze estabelecidos na amostra, mais de cinquenta por cento têm formação em biblioteconomia, isso pode indicar que este grupo é o maior interessado nos resultados da pesquisa, e, portanto teve mais adesões de respostas.

A quarta questão do bloco III se apresenta a seguir conforme as demais:

**04- Você possui Pós-graduação?**

- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Pós-doutorado
- Não possui

Gráfico 6.23: Titulação de pós-graduação



Fonte: Dados da pesquisa

Quanto à titulação de pós-graduação, 149 pessoas representadas por 47,3% possuem especialização, 80 pessoas correspondentes a 25,1% não possuem pós-graduação, 62 entrevistados que representam 19,4% possuem mestrado; 23 correspondendo a 7,3% são doutores e apenas uma pessoa que representa 3% da amostra tem pós-doutorado. Ainda há muito que se trilharem nos caminhos para melhorar a formação do grupo pesquisado.

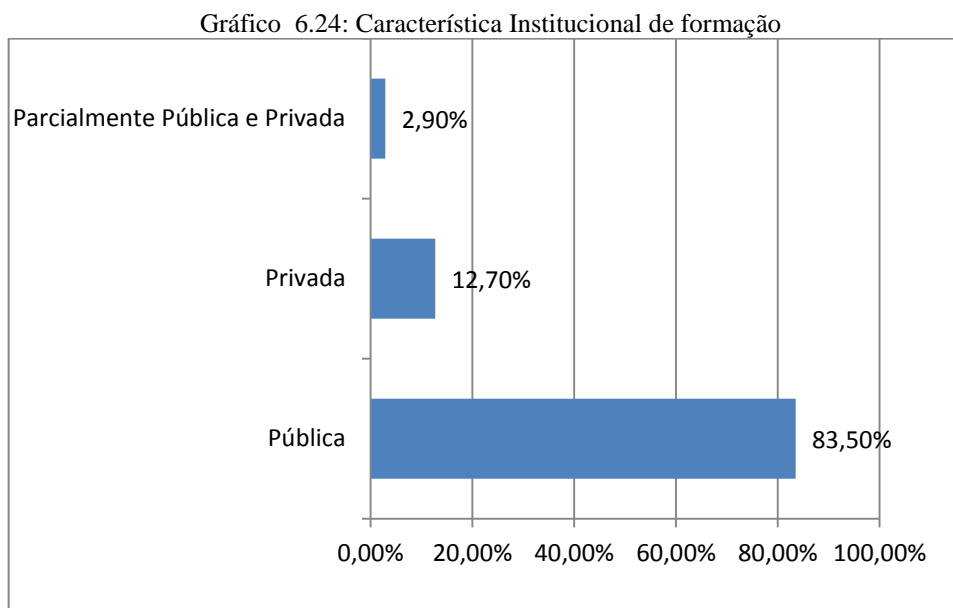
A pós-graduação no Brasil ainda é incipiente com relação aos outros países Europeus, entretanto o próprio mercado de trabalho incita a necessidade de qualificação fazendo com que se force para a tendência de aumentar o número de pós-graduados para atender ao mercado que é quem dita as regras. Ademais a pós-graduação garante mais oportunidades de escolhas.

Outro fator que se deve mencionar é o fato das graduações não serem suficientes para garantir boas propostas salariais.

Em continuação com o delineamento do perfil a pergunta de número cinco do bloco III é exposta para identificação do tipo de Universidade que frequentou o grupo pesquisado como a seguir:

**05 – Você estudou ou estuda em Universidade:**

- Pública**
- Privada**
- Parcialmente Pública e Privada**



Fonte: Dados da pesquisa

Quanto a referida questão identificou-se que a Universidade pública é a preferida no número de adesões ao ensino superior no Brasil. Os dados apontam que 264 pessoas representadas por 83,5% estudaram ou estudam em Universidade pública; 41 correspondentes a 12,7% estudaram em instituição privada enquanto que 10 pessoas representando 2,9% realizaram ou realizam seus estudos parcialmente pública ou privada.

Com todas as mazelas que a educação brasileira apresenta, ainda assim as Universidades públicas segundo os dados estão formando mais profissionais, mais de oitenta por cento do grupo pesquisado formou ou formara em Universidade pública no Brasil.

A adesão quase que maciça do grupo entrevistado pode ser explicada pelo fato dos cursos de formação dos profissionais da informação que genuinamente são Bibliotecários e ou graduandos em Biblioteconomia e também Arquivistas e ou graduandos em Arquivologia, serem cursos oferecidos pela iniciativa pública salvo umas poucas exceções de Universidades Privadas oferecem esses cursos no Brasil.

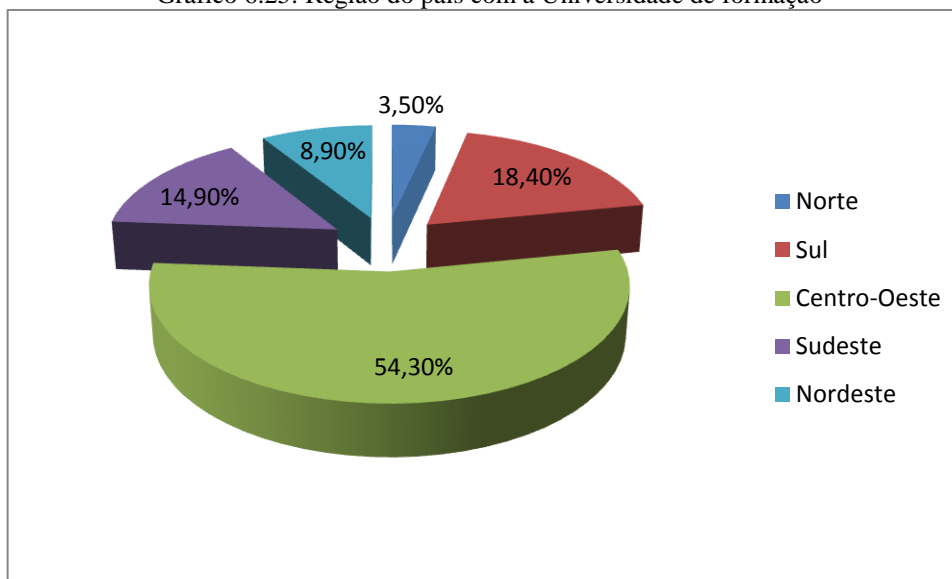
Segue-se a pergunta de número seis do bloco III acompanhada do gráfico e análise correspondentes:

**06 - Em qual região do país esta estabelecida a Universidade que você se formou.**

**Ou se formará:**

( ) Norte ( ) Sul ( ) Centro-Oeste ( ) Sudeste ( ) Nordeste

Gráfico 6.25: Região do país com a Universidade de formação



Fonte: Dados da pesquisa

Os índices do gráfico 6.25 demonstram que a maioria dos entrevistados sendo o número de 171 representados por 54,3% do universo pesquisado estudam em Universidade localizadas na região Centro-Oeste, 58 pessoas correspondentes a 18,4% se estudaram ou estudam na Região Sul do país, 47 pessoas demonstrados por 14,9% dos entrevistados estudam ou estudaram em Universidades da Região Sudeste, 28 entrevistados representados por 8,9% estudaram ou estudam em instituições na região Nordeste e outras 11 pessoas correspondentes a 3,5% estudam ou estudaram em Universidades no Norte do país.

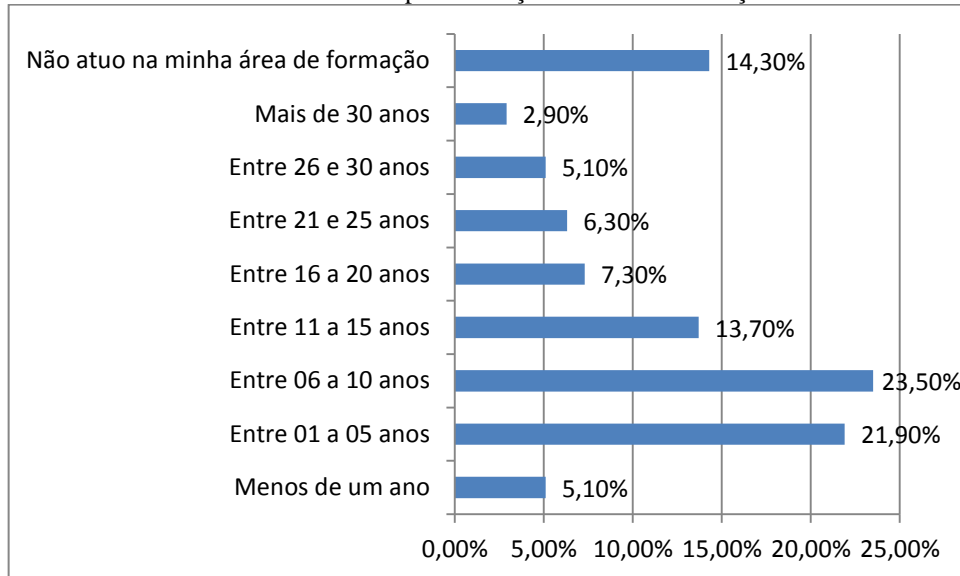
Já foi mencionado que o Brasil é um país imenso, fato que se reflete muito nesses dados, o profissional se forma em seu Estado de origem e migra para exercer a função em outro Estado, um fato muito corriqueiro porque uma das maiores demandas de trabalho é a inserção no mercado de trabalho através dos concursos públicos, pois, estes oferecem estabilidade no trabalho e salários mais atrativos.

A próxima pergunta segue os mesmos parâmetros das demais perguntas acompanhada de gráfico e análise como a seguir:.

**07 - Há quanto tempo você atua na sua área de formação?**

- |   |   |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Menos de um ano    | <input type="checkbox"/> Entre 21 e 25 anos |
| <input type="checkbox"/> Entre 01 e 05 anos | <input type="checkbox"/> Entre 26 e 30 anos |
| <input type="checkbox"/> Entre 06 e 10 anos | <input type="checkbox"/> Mais de 30 anos    |
| <input type="checkbox"/> Entre 11 e 15 anos | <input type="checkbox"/> Não atuo na área   |
| <input type="checkbox"/> Entre 16 e 20 anos |   |

Gráfico 6.26: Tempo de atuação na área de formação



Fonte: Dados da pesquisa

No tocante ao tempo de atuação na área de formação, os resultados demonstram índices distintos. Nesse sentido, 74 pessoas representando 23,5% atuam entre 6 e 10 anos; 69 correspondentes a 21,9% atuam entre 1 e 5 anos; 43 entrevistados que representam 13,7% do universo pesquisado estão atuando entre 0 e 5 anos na área de formação; 23 deles que correspondem a 7,3% estão no cargo entre 16 e 20 anos, 20 referentes ao mesmo universo de 16 pessoas correspondentes a 5,1% estão atuando respectivamente entre menos de 1 ano e entre 26 e 30 anos; 9 pessoas referentes a 2,9% atuam em sua área de formação a mais de 30 anos e outros 14,3% correspondentes a 45 pessoas não atuam na sua área de formação.

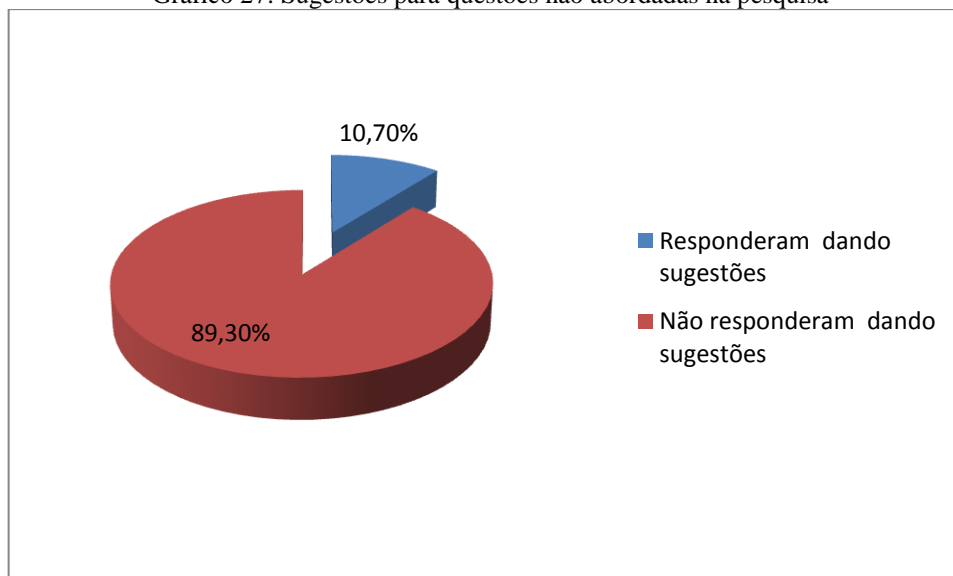
No que tange ao tempo de atuação na profissão este pode significar larga experiência haja vista que o maior índice se refere à resposta que representa o tempo de seis a dez anos.

Chama-se a atenção também para o fato de uma grande numero de entrevistados não exercerem a sua profissão de formação pois informaram que atuam em profissões diferentes das quais se formaram.

E finalizando o bloco III se expõe a ultima pergunta do questionário de entrevista da investigação, a pergunta de numero oito se expõe acompanhada do gráfico e análises finais dos dados.

**08 - Caso queira abordar alguma questão que não foi apresentada na pesquisa, por gentileza, registre sua opinião no espaço abaixo.**

Gráfico 27: Sugestões para questões não abordadas na pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa

Nesta pergunta os entrevistados tiveram a oportunidade de abordar alguma questão que não foi apresentada na pesquisa sobre aquisição de informação online. Do total de entrevistados 281 pessoas correspondentes a 89,3% não responderam dando sua opinião. Os demais 34 entrevistados que representam 10,7% responderam dando uma opinião. A última questão apresentada foi à única que não teve tantas sugestões como nas demais questões abertas. Ainda assim foi possível trazer os comentários inserindo-os ao texto em forma de quadro 6.18, para fechar as análises da pesquisa como se segue:

Quadro 6.18: Sugestões para abordagens de novos estudos

- Uma Investigação que abordasse sobre as empresas privadas prestadoras de serviço online e custos de acesso.
- Investigação em Ciência da informação.
- Modelos de negócios de materiais informacionais eletrônicos.
- No Brasil as bibliotecas têm dificuldades em adquirir e disponibilizar material eletrônico, além de alto custo vem em forma de pacotes, o que deixa inviável a negociação, estudo de métodos de aquisição mais consistentes.
- Estudo sobre capacitações nas bibliotecas acerca das bases de dados.
- Estudo aprofundado sobre o acesso livre ao qualquer tipo de periódico científico
- Fiquei muito satisfeita com seu trabalho, pois trata-se de um tema atual e que interessa a todos os profissionais que lidamos com a informação.
- Achei a pesquisa bem completa.
- Gostaria de ter acesso ao resultado da pesquisa.
- Estudos que apontem para a necessidade de abertura de cursos e especializações na área de biblioteconomia, que não fossem especificamente presenciais ou somente nos grandes centros.
- Estudo aprofundado em recursos financeiros para as bibliotecas desenvolverem seus projetos
- Planejamento do ensino para o novo usuário que emerge frente as novas tecnologias.
- Estudar a democratização do acesso à informação não só no ambiente acadêmicos mais também à toda a população.

Fonte: Dados da pesquisa

O quadro de número 6.18, foi inserido ao texto para expor as sugestões das respostas consideradas válidas, e seguiram-se os mesmos parâmetros das demais questões abertas, eliminaram-se as respostas duplicadas e elencaram-se as pertinentes, e que de fato possam contribuir com a pesquisa como se segue:

Ao analisar as respostas da questão de número oito do terceiro bloco, se pode usar os dados para sugestões de próximos estudos, como por exemplo, a inserção de redes sociais especificamente profissionais, ou a promoção de uma abordagem que contemple não somente empresas públicas como foi o estudo de caso, mas também as empresas privadas que veiculam acesso online da informação.

Estudos que promovam políticas para a abertura de mais cursos no país, especificamente em áreas que atendam bibliotecários e arquivistas e que não fossem especificamente presenciais ou somente nos grandes centros.

Após análise individual das questões que foram à base do referido estudo, houve a necessidade de perfilar o comportamento do profissional da informação fazendo um cruzamento dos dados para alcançar um desenho mais aprofundado desse profissional como se segue em Tabela 6.5.

TABELA 6.5: Perfil para a Leitura

CRUZAMENTO DE DADOS PARA LEITURA			
Quantidade de livros lidos por ano	Tem Acesso a alguma Biblioteca?	Porcentagens de entrevistados Profissionais da informação	Porcentagens de entrevistados de outras Áreas de formação.
20 ou mais livros	Sim	<b>6%</b>	<b>2%</b>
11 a 20 livros	Sim	<b>7%</b>	<b>4%</b>
10 livros ou menos	Sim	<b>49%</b>	<b>25%</b>
20 ou mais livros	Não	<b>0%</b>	<b>0%</b>
11 a 20 livros	Não	<b>0%</b>	<b>0%</b>
10 livros ou menos	Não	<b>1%</b>	<b>6%</b>

Fonte: Elaboração da autora

A fim de saber quais os parâmetros de comportamento no que tange a leitura do grupo pesquisado, interessa-se conhecer quem mais lê? Para identificar a resposta a tal questão juntou-se as respostas das perguntas do Bloco II da pergunta de número um, que pretende saber quantos livros o entrevistado lê por ano, e para efetuar um perfil com mais dados, inseriu-se a pergunta de número quatro também do bloco II, a qual inquiriu se o entrevistado tem acesso a alguma biblioteca.



Conforme descrito em porcentagens para melhor visualização, os dados se inserem a partir do todo, ou melhor, considerou-se 315 respondentes para a análise e fechamento com 100% dos entrevistados. Os referidos dados demonstram que os números de entrevistados que leem mais de vinte livros por ano é pequeno, de igual modo o numero de quem lê mais de dez livros por ano é relativamente o mesmo, este também tem acesso Biblioteca.

O maior dado fica com quem lê menos de dez livros ao ano, é sabido que o Brasil é um país de poucos leitores, mas, a tendência é melhorar esse quadro a partir das novas gerações com incentivo á leitura para formar um país de bons leitores.

Entretanto, apesar do baixo índice, dentro do grupo de entrevistados os profissionais da informação tem mais acesso as Bibliotecas e também leem mais que os profissionais de outras áreas.

A segunda vertente de análise busca na união dos dados conhecerem outros comportamentos também de leitura em mídia e na detenção de outros conhecimentos como na se segue na Tabela de numero 6.6:

TABELA 6.6: União dos dados de leitura em mídia verso interesse por capacitações

CRUZAMENTO DE DADOS			
Gosta da leitura em mídia?	Conhece os programas de capacitação de usuários oferecidos pela Biblioteca	Já frequentou algum dos cursos de capacitação de usuários oferecidos pela Biblioteca	Porcentagens do total dos entrevistados
Sim	Sim	Sim	21%
Não	Sim	Sim	40%
Não	Não	Não	20%
Não	Não	Sim	3%
Não	Sim	Não	2%
Sim	Não	Não	14%

Fonte: Elaboração da autora

A Tabela acima foi formada a partir da junção das perguntas do Bloco II, a questão de numero dois sobre o gosto ou não pela leitura em mídia, e o conhecimento e acesso aos cursos de capacitação de usuários oferecidos pelas Bibliotecas, nas perguntas seis e sete respectivamente.

O cruzamento identificou que o gosto pela leitura em mídia não interfere necessariamente no interesse de conhecer e frequentar as capacitações ofertadas pela Biblioteca.

Os dados apontam para o maior índice que é de 40% dos entrevistados que apesar de não gostarem de leitura em mídia conhecem e frequentam os cursos de capacitação de

usuários oferecidos pelas Bibliotecas demonstrando que grande parte dos entrevistados se interessa pelas ferramentas que os capacitam para o melhor acesso a informação.

A terceira análise de cruzamento de dados se insere entre as junções de gênero idade acesso a Internet e quantidades de livros lidos por ano, como representa a tabela 6.7 a seguir:

TABELA 6.7: União de gênero idade leitura e acesso

CRUZAMENTO DE DADOS GENERO ACESSO IDADE E LEITURA						
Gênero	Tem acesso a Internet?	Faixa etária	Quantidade de livros lidos por ano	Porcentagens do total de entrevistados		
Feminino	Sim	18 a 20 Anos	Mais de 10	<b>2%</b>		
			Menos de 10	<b>1%</b>		
		23 a 30 Anos	Mais de 10	<b>9%</b>		
			Menos de 10	<b>6%</b>		
		31 a 40 Anos	Mais de 10	<b>9%</b>		
			Menos de 10	<b>15%</b>		
		41 a 50 Anos	Mais de 10	<b>7%</b>		
			Menos de 10	<b>8%</b>		
		50 Anos ou mais	Mais de 10	<b>8%</b>		
			Menos de 10	<b>4%</b>		
		Masculino	Sim	18 a 20 Anos	Mais de 10	<b>1%</b>
					Menos de 10	<b>1%</b>
23 a 30 Anos	Mais de 10			<b>2%</b>		
	Menos de 10			<b>9%</b>		
31 a 40 Anos	Mais de 10			<b>4%</b>		
	Menos de 10			<b>4%</b>		
41 a 50 Anos	Mais de 10			<b>1%</b>		
	Menos de 10			<b>3%</b>		
50 Anos ou mais	Mais de 10			<b>3%</b>		
	Menos de 10			<b>2%</b>		
Prefere não dizer	Sim			31 a 40 Anos	Mais de 10	<b>1%</b>

Fonte: Elaboração da autora

Ao traçar o cruzamento dos dados do perfil, uniu-se a identificação de gênero, a faixa etária a qual se insere, a oportunidade de acesso a Internet, e por fim a quantidade de livros lidos por ano.

Utilizou-se da pergunta de numero um do bloco I sobre o acesso, da pergunta de numero dois sobre a quantidade de livros que se lê por ano, e das perguntas um e dois do bloco III sobre o gênero e a idade.

Objetivou-se com a junção identificar o comportamento por idade e gênero.

A referida tabela apresenta como principal informação os dados dantes apresentados sendo ele confirmado que o maior perfil é de mulheres com a idade de trinta e um a quarenta anos e com acesso a Internet, é relevante notar que todas as pessoas do grupo de entrevistados têm acesso internet, no gráfico aparece à porcentagem de 1,3% que diz não ter acesso a Internet fora do ambiente do trabalho isto é tem acesso a internet a partir de qualquer outro lugar. Os índices de leituras são baixos, ficando os maiores números para a leitura de menos de dez livros por ano.

Outro dado que a tabela apresenta diz respeito ao equilíbrio aparente entre as mulheres e as idades relacionadas com as quantidades de livros que leem, uma vez que o acesso a Internet é igual para todos.

Quanto aos homens os dados apontam para uma alta no perfil do sexo masculino que tem acesso a Internet obviamente e se inserem na idade de vinte e tres a trinta anos que leem menos de dez livros ao anos.

Não se pode dizer que as mulheres leem mais que os homens porque o universo é formado da maioria de mulheres. Apresenta-se a tabela 6.8 a seguir;

TABELA 6.8: JUNÇÃO DE DADOS

CRUZAMENTO DE DADOS LEITURA IDADE UNIVERSIDADE QUE FREQUENTOU			
Gosta da leitura em mídia?	Idade em que foi alfabetizado	Universidade de frequência	Porcentagens do total de entrevistados
Sim	Menos de 6 anos	Pública	<b>24%</b>
Sim	Mais de 6 anos	Pública	<b>5%</b>
Não	Menos de 6 anos	Pública	<b>44%</b>
Não	Mais de 6 anos	Pública	<b>10%</b>
Sim	Menos de 6 anos	Privada	<b>3%</b>
Sim	Mais de 6 anos	Privada	<b>2%</b>
Não	Menos de 6 anos	Privada	<b>5%</b>
Não	Mais de 6 anos	Privada	<b>3%</b>
Sim	Menos de 6 anos	Parcialmente pública e privada	<b>1%</b>
Sim	Mais de 6 anos	Parcialmente pública e privada	<b>0%</b>
Não	Menos de 6 anos	Parcialmente pública e privada	<b>3%</b>
Não	Mais de 6 anos	Parcialmente pública e privada	<b>0%</b>

Fonte: Elaboração da autora

E como ultimo cruzamento de dados inseriu-se leitura idade de alfabetização e modalidade de ensino utilizado. A tabela inseriu-se a partir das perguntas do Bloco II, pergunta de numero dois sobre os hábitos de leitura e a pergunta de numero tres sobre a idade

com a qual foi alfabetizado. No Bloco III retirou-se a pergunta de numero cinco que indaga qual o tipo de Universidade que o entrevistado frequentou ou frequenta.

A união dos dados objetivou conhecer se há influencia entre a idade que se insere na carreira escolar e o habito de leitura concomitantemente com a modalidade escolhida de Universidade.

Os dados mais relevantes apontam para os entrevistados que foram alfabetizados com menos de seis anos e são o dobro dos entrevistados que foram alfabetizados com mais de seis anos, vindos de Universidades públicas.

Busca-se no Brasil abaixar a idade de alfabetização dos brasileiros buscando equivalência com países Europeus em que as crianças são alfabetizadas antes dos seis anos.

Assim sendo encerramos as análises e descrições de perguntas tabelas e gráficos apresentados.

E importante dizer que as considerações finais da pesquisa serão descritas em detalhes no capitulo a parte, o próximo e ultimo capítulo desta investigação nominado de considerações finais.

### **CONCLUSÃO DO CAPÍTULO**

O capítulo de apresentação dos resultados da pesquisa demonstrou através de gráficos dados e percentuais tabulados, especificamente para se chegar aos resultados alcançados. Em principio contextualizou-se a obtenção dos dados e explicou-se como se deu a divisão do questionário em três blocos de perguntas os quais pretendiam saber sobre como se dá o acesso a informação e o uso da internet. Pretendeu ainda abordar sobre os hábitos dos entrevistados em leitura e acesso a bibliotecas. E no último bloco de perguntas inquiriu-se sobre como é o perfil do grupo e como foi construída a sua formação. Expuseram-se os dados e análise de cada um dos gráficos com um breve comentário informativo e em seguida com comentários conclusivos. Os sujeitos analisados contribuíram com as respostas das perguntas abertas que enriqueceram o texto de apresentação. E ao final de cada exposição de sugestões do grupo pesquisado, imprimiu-se a análise individualizada. Ao final do capítulo a fim de perfilar o comportamento do profissional da informação com mais profundidade, efetuou-se tabelas com o cruzamento dos dados.



CONSIDERAÇÕES FINAIS



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao encerrar-se essa pesquisa investigativa, é interessante dar ênfase em alguns pontos que nortearam a longa caminhada de textos, contextos, livros, artigos, teorias, empirismo, analogias e pesquisas, até que se chegasse a uma tese que envolveu principalmente o profissional da informação, as tendências e impactos sociais que permeiam o acesso à informação *online*.

Partiu-se da conceituação e fundamentos do acesso à informação *online*, procurando levantar aspectos importantes de um tema tão abrangente, discutiu-se gestão da informação e seus paradigmas, a legislação que assegura o uso da informação, documentos digitais e eletrônicos, e abarcou-se o cenário teórico sobre as fontes de informação *online*.

Fez-se apontamentos sobre o ciberespaço, redes sociais e sua influência no mundo da pesquisa e aprendizagem. E a aprendizagem não pode ser concebida sem informação e por isso inseriu-se o tópico das bibliotecas sejam elas digitais ou virtuais, e ainda fez-se colocações sobre o perfil do profissional que tem a informação e o letramento informacional como instrumentos de trabalho.

Quanto a Metodologia, delimitou-se o objeto de investigação, elaborou-se o instrumento da pesquisa, e aplicação dos questionários, tabularam-se os dados, e por fim apresentaram-se os resultados.

Retomando ao início, deparou-se com a problematização da investigação, as hipóteses levantadas e os objetivos a serem alcançados, e nesse momento é que se pode confirmar tal hipótese refutar as que não foram possíveis de avaliação, observar os objetivos que foram alcançados, e apresentar as considerações de finais.

Principiou-se com a revisão das hipóteses como se segue.

Hipótese 01 – O empirismo nos leva a crer que fazemos juízo de valor sob a luz dos próprios conhecimentos, se for assim à explosão informacional aumentam as dificuldades de interpretação da informação e determinam o comportamento do profissional e do usuário da informação; Está foi Confirmada em parte, considerando que até bem pouco tempo não se usava a Internet como apoio a pesquisa<sup>195</sup>, conforme a questão 05, do bloco I, onde os dados comprovam que 80,3% dos entrevistados afirmaram que o comportamento tanto dos

---

<sup>195</sup> Questão de número 05 do BLOCO I - Estudou ou estuda com o apoio de sites na Internet?



profissionais da informação quanto dos usuários, foram completamente modificados, entretanto os dados não confirmam que aumentaram as dificuldades de compreensão da informação por causa da explosão da informação. Neste sentido pode-se dizer que foi refutada, pois, os resultados apresentaram que os mesmos, (os grupos entrevistados) têm facilidade e não dificuldades em fazer pesquisas.

Hipótese 02 – A atuação mediadora do profissional da informação é provocadora de mudanças motivacionais em pesquisadores no Brasil; Esta foi Confirmada, inclusive porque na questão 06<sup>196</sup>, as respostas de 87.6 % dos entrevistados confirmaram que têm facilidade em fazer pesquisa, e nas respostas abertas pudemos selecionar três respostas que levam a confirmação, como se segue:

As práticas biblioteconômicas são de grande valia para proceder às buscas avançadas, como por exemplo, a experiência acumulada no decorrer do desempenho profissional em uso de fontes de informação, isso é primordial para ajudar na pesquisa.

- Acredita-se que conhecer os periódicos Capes, e outro site de busca na própria área de conhecimento, além de livros da biblioteca já são subsídios que facilitam muito para a reunião de conteúdos para a pesquisa uma expertise do profissional bibliotecário.

- Contar com um profissional de referencia que tenha experiência em sites de busca, em repositórios de áreas distintas, que seja habituado a fazer pesquisas acadêmicas é de essencial ao pesquisador.

Hipótese 03 – Quais são os comportamentos informacionais dos estudantes de outras profissões universitárias. Foi Confirmada conforme citado no comentário da hipótese 01, em que os entrevistados na sua maioria usam a internet como apoio a pesquisa, também foi constatado que os profissionais de outras áreas utilizam a internet como apoio a pesquisa, portanto possuem a habilidade no trato com a informação, também conforme citado na hipótese 02, há a facilidade de 87.6 % dos entrevistados encontrarem o que procuram quando estão fazendo pesquisa acadêmica, o que prova também que têm capacidade de escolher em quais sites pesquisar, e na questão 07<sup>197</sup>, nas alternativas de respostas dentre as três primeiras que apresentaram maior índices estão em primeiro Acessível, segundo Ágil, e em terceiro atual, o que demonstra a facilidade da maioria de avaliação dos dados coletados. Somando a

---

<sup>196</sup> Questão 06 BLOCO I - Quando você é solicitado a fazer um trabalho científico tem facilidade de encontrar e selecionar os conteúdos dos assuntos os quais pretende abordar?

<sup>197</sup> Questão 07 BLOCO I - Marque a(as) alternativa(s) que considerar pertinente(s): O acesso aos sites de pesquisa na Internet é:

isso podemos inserir como citações três respostas contundentes, retiradas da questão 07, quando foram perguntados o “porque” das respostas.

- Considero acessível por ser uma ótima solução para quem não tem acesso a bibliotecas físicas ou livrarias, uma grande redução de tempo é facilidade de encontrar informações confiáveis.
- A facilidade que a rede proporciona em disseminar a informação é considerada por mim uma forma bastante promissora de acesso a uma informação precisa, rápida e dependendo do caso, de fácil compreensão podendo em alguns casos se manterem contato com os autores. Claro que se deve sempre ter certeza sobre a idoneidade do site consultado.
- As ferramentas de órgãos ligados ao estudo/pesquisa, como IBICT, Capes são sempre atualizados.

Hipótese 04 – Os comportamentos dos estudantes procedentes de outras profissões que não se potenciam a gestão da competência informacional é divergente dos alunos de Biblioteconomia e documentação: REFUTADA, pois, embora as respostas da hipótese 03 evidenciem que a maioria dos entrevistados possuem habilidades informacionais, percebe-se que nas respostas das perguntas abertas 06 e 07 do bloco I, há notificações por parte dos entrevistados, que deixam transparecer que embora as pessoas tenham escolhido até mais de uma alternativa, para descrever como avaliam o acesso online, vigora a complexidade em que é tratado o acesso a informação, tanto por parte dos graduandos da informação, quanto por parte dos graduandos de outra área, porque afirmaram que ‘depende do contexto em que se faz o acesso, e ou pesquisa’, e em outros casos disseram que ‘depende de quem faz o acesso’. O que comprova que ainda há muito que trilhar no que tange à seleção da informação e também na capacitação do usuário mediante ao acesso online. Os comportamentos de ambos os perfis são relativamente os mesmos.

Hipótese 05 – Como se dá a gestão da informação na perspectiva do futuro profissional como usuário dessa informação: Esta foi Confirmada, conforme se pode provar com as considerações das hipóteses 01, 02, e 03, anteriormente comentadas, e ainda com o Bloco II de perguntas sobre os hábitos de leituras e o uso dos recursos da Biblioteca, como nos exemplos das questões 01, 02, 03, 04, 06, 08, e 10. Na questão 01<sup>198</sup>, em que 44,1% dos entrevistados lê de dois a cinco livros por ano, na questão 02<sup>199</sup>, 64,4% não gostam de ler livros em mídia, na questão 03<sup>200</sup>, a alfabetização de 41,6% dos entrevistados foram aos seis

<sup>198</sup> Questão 01 BLOCO II - Quantos livros você lê por ano?

<sup>199</sup> Questão 02 BLOCO II - Gosta de ler livros em mídia (E-book online)?

<sup>200</sup> Questão 03 BLOCO II - Com quantos anos você foi alfabetizado?

anos de idade ou menos, na questão 04<sup>201</sup>, 93,7 % têm acesso a Biblioteca, na questão 06<sup>202</sup>, 61,6% afirmaram conhecer o programa de capacitação de usuários, na questão 8<sup>203</sup>, 39,4% responderam que conhecem e acessam de vez em quando, 27% afirmaram que conhecem e acessam com regularidade, 19,4% afirmaram que conhecem, mas não acessam e apenas 14,3% não conhecem e na última questão, deste contexto a questão 10<sup>204</sup>, onde, 48,6% dos entrevistados disseram que se sentem informadas quanto ao que acontece em suas profissões. Denotando que há grande interesse por dos entrevistados pelo que acontece em suas profissões.

Hipótese 6 – Qual é o impacto comportamental para a formação profissional do usuário acadêmico diante da explosão de informações: Esta também foi Confirmada, em consonância com o BLOCO I, na forma das questões 01, 02, 04, 05, 06, e 07, apresentadas nas hipóteses anteriores e reforçadas aqui para comprovarem que na questão 01<sup>205</sup>, onde 98,7% dos entrevistados tem a oportunidade de acessar a internet em qualquer ambiente, na questão 02<sup>206</sup> complementando a questão 01, os dados mostram que 82,4% dos entrevistados fazem a conexão por celular, a qualquer hora e em qualquer lugar, já na questão 04<sup>207</sup>, 83,7% afirmou ficarem mais de oito horas por dia, conectados á internet. Confirmado assim que há um impacto comportamental diante da explosão de informação na rede Web.

Após as considerações referentes ás hipóteses, é relevante voltarmos ao problema que foi o eixo basilar da pesquisa: Surgiu da necessidade de investigar **quais os caminhos que se deve seguir como profissional da informação a fim de amenizar e prevenir o desconforto de quem pretende produzir e conduzir quem produz pesquisa científica. Parece ainda que o profissional da informação exerce a função também de educador, o que efetivamente indica caminhos de como produzir pesquisa, e auxiliar o acesso online. Portanto pretende-se saber qual a importância da competência informacional no acesso a informação online, qual é a sua relevância para os profissionais da informação na**

---

<sup>201</sup> Questão 04 BLOCO II - Você tem acesso à alguma Biblioteca?

<sup>202</sup> Questão 06 BLOCO II - Bibliotecas Universitárias e especializadas, normalmente oferecem um programa de capacitação aos seus usuários, você já teve acesso á esse programa?

<sup>203</sup> Questão 08 BLOCO II - Você conhece alguma biblioteca digital ou virtual?

<sup>204</sup> Questão 10 BLOCO II - Você se sente uma pessoa informada sobre o que acontece no dia-a-dia da sua profissão?

<sup>205</sup> Questão 01 BLOCO I - Você tem acesso a Internet fora de ambientes públicos?

<sup>206</sup> Questão 02 BLOCO I - Caso sua resposta da pergunta anterior seja afirmativa, seu acesso se dá por: Marque até três alternativas de acordo com sua preferência.

<sup>207</sup> Questão 04 BLOCO I - Quanto tempo aproximadamente você se mantém conectado à Internet por dia?

**perspectiva de conscientização, para ação de formação de usuários, e para facilitar a atuação profissional quanto ao acesso.**

Após confirmar-se e ou refutar-se as hipóteses, apresentar-se o problema, chegou o momento de expor os objetivos, com o intuito de resolver o problema levantado.

De acordo com o projeto de pesquisa, dividiu-se a investigação em dois objetivos gerais, sendo que o primeiro objetivo geral se vincula á cinco objetivos específicos e o segundo objetivo geral se vincula á seis objetivos específicos elencados a seguir

### **Objetivos Gerais**

OG1: (Objetivo Geral 1) O primeiro objetivo geral trata-se de conhecer quais Aspectos sociais, acadêmicos (carências de competência informacional) que interferem no comportamento dos investigadores, no que se refere ao acesso da informação online.

Para alcançar o primeiro objetivo geral, dedicou-se o capítulo 1 e 4 respectivamente, fez-se uma contextualização teórica, onde se tratou dos conceitos da informação, dos impactos sociais que permeiam os comportamentos dos profissionais e usuários da informação, e aspectos da leitura e percepção da mensagem, a recuperação informação, assim bem como as tendências e paradigmas do acesso a informação *online*. O referencial teórico foi pautado no aspecto sociológico, para realização de busca e entendimento da informação. Explanaram-se definições, e fundamentos. E abordou-se ainda sobre a gestão da informação como facilitadora no processo de elaboração de estratégias organizacionais.

O desenvolvimento do capítulo quatro também é pertinente para fundamentar o primeiro objetivo geral, no qual apresenta o perfil do profissional da informação no que se refere às atuações requeridas dos profissionais na perspectiva do letramento informacional, e as tendências comportamentais que estão transformando o cenário mundial, onde a informação é insumo de trabalho de vários profissionais. Discutiram-se os aspectos conceituais e as principais características da profissão do bibliotecário e do arquivista denominados como profissional da informação.

Deu-se ênfase á questão das competências tanto para tomadas de decisões quanto para realização das atividades dentro de uma instituição. Enfocou-se sobre as suas diversas atuações, no campo da alfabetização informacional, atuação como mediador entre a informação e o usuário, e ainda suas atitudes comportamentais, ou melhor, sobre a ética diante das grandes e diversificadas competências que lhe são requeridas atualmente no que tange ao acesso á informação *online*.

OG2: (Objetivo Geral 2) O segundo objetivo geral trata-se de identificar e comparar os comportamentos informacionais diante do acesso da informação online em alunos que estão desenvolvendo as competências em suas formações acadêmicas e os alunos que não estão desenvolvendo as mesmas competências.

Procurou-se estabelecer relações entre os capítulos com o tema abordado, no entanto é no capítulo 3 que se dedicou completamente ao desenvolvimento do acesso a informação, e no qual se pode comparar o comportamento do usuário. Abordou-se os aspectos sociais as influências e as especificidades das redes no contexto do ensino e aprendizagem, tratou-se da conceituação de bibliotecas digitais e virtuais, da organização da informação e acesso a biblioteca digital, o capítulo consistiu-se de abordagem analítica sobre o ciberespaço e internet, como fontes de informações para a pesquisa, assim bem como análise sobre a formação do pesquisador, desenvolvimento das tecnologias da informação e de como essas tecnologias alcançaram o sistema de ensino.

A discussão levantada é sobre o cenário teórico das fontes de informações online, que coloca o ciberespaço, como espaço de busca da informação no que tange a pesquisa e o pesquisador. Propõe-se discussão do novo modelo de biblioteca denominado biblioteca virtual (também conhecido como eletrônica e digital) o qual ressalta suas características e importância no atual século, determinado por informações que se processam em velocidade muito rápida. Neste contexto foi possível identificar os comportamentos informacionais, e compara-los através dos resultados do questionário e tabulação dos dados. Para cada um dos objetivos gerais foram estabelecidos objetivos específicos conforme exposto a seguir:

### **Objetivos Específicos**

Como objetivos específicos vinculados ao primeiro objetivo geral temos cinco objetivos específicos:

Objetivo geral 1: O primeiro objetivo geral trata-se de conhecer quais Aspectos sociais, acadêmicos (carências de competência informacional) que interferem no comportamento dos investigadores, no que se refere ao acesso da informação online.

Objetivos Específicos do Objetivo Geral 1:

OE1. Mostrar a importância de conhecer como é feita a pesquisa, o que é o acesso online, quando e onde ele é feito, quais os conteúdos mais acessados e quais as características da pesquisa online.

OE2. Identificar quais os equipamentos mais utilizados no acesso da informação online.

OE3. Identificar a natureza das interfaces e os aspectos que contribuem para o melhoramento dos resultados pesquisados.

OE4. Identificar qual o tempo diário, empregado em média na pesquisa de acesso a informação online.

OE5. Determinar como a investigação sobre o acesso a informação online pode apresentar melhorias em geral.

Com relação ao Objetivo Geral um e seus cinco respectivos objetivos específicos foram atingidos considerando que se identificaram as melhorias que se pode apresentar com a investigação a qual se dedicou o capítulo um e o quatro, e também os resultados dos dados da pesquisa de campo onde foram apresentados como é feita a conexão, basicamente em sites acadêmicos como a base de dados SCIELO, Portal de periódicos CAPES E GOOGLE ACADEMICO, tal conexão se estabelece a qualquer lugar e há quaisquer horas, as três opções de conteúdos mais acessados são os e-mails, executar o próprio trabalho, e as redes sociais. A maioria dos entrevistados afirmou conhecer a biblioteca digital. Quanto aos equipamentos utilizados para fazer o acesso os três mais escolhidos foram o celular, o laptop e o tablet. E que o tempo gasto no acesso diário é de oito horas. No item 3.3.5 do capítulo três, teve-se a oportunidade de identificar a natureza das interfaces utilizadas no acesso á informação *online*.

Como objetivos específicos vinculados ao segundo objetivo geral colocou-se seis objetivos específicos:

O Objetivo Geral 2: O segundo objetivo geral trata-se de identificar e comparar os comportamentos informacionais diante do acesso da informação online em alunos que estão desenvolvendo as competências em suas formações acadêmicas e os alunos que não estão desenvolvendo as mesmas competências.

## Objetivos Específicos do Objetivo Geral 2:

OE1. Identificar quais os cursos que apresentam em seus currículos a disciplina que abrange a competência informacional e como ela é usada.

OE2. Identificar o comportamento dos alunos pesquisados que não possuem competência informacional.

OE3. Identificar o comportamento dos alunos pesquisados que possuem competência informacional adquiridas em disciplinas ministradas nos cursos de Biblioteconomia e Documentação.

OE4. Comparar elementos de comportamento.

OE5. Determinar aspectos que contribuem para a melhora do comportamento.

OE6. Determinar quais as características da competência informacional que devem ser incorporadas aos currículos para melhor atender as demandas em pesquisa da informação online.

No que tange ao objetivo geral dois, e seus seis objetivos específicos, também foram alcançados, na medida em que a investigação apresentam disciplinas cujos currículos abrangem a competência informacional são a Biblioteconomia e Arquivologia, e requer que sejam ministradas juntamente com o estudo de usuário. Os cursos de História, Direito, Medicina e Engenharia da Computação conforme consta na pesquisa, não revelou em seus currículos a disciplina que abrange a competência informacional. No capítulo seis, elencaram-se respostas pertinentes aos comportamentos dos entrevistados sob a forma dos quadros 6.1, 6.2, e 6.3. E o capítulo dois abordou-se a exposição de políticas e leis de acesso à informação com especificações e seus meandros, e tanto no capítulo quatro, quanto nos blocos I, e II de perguntas foi possível identificar como se comporta o profissional da informação quanto ao letramento informacional.

Descobre-se de acordo com os dados dos questionários que o profissional da informação exerce efetivamente a função também de educador, e ao indicar os caminhos de como produzir pesquisa, e auxiliar o acesso *online* ele se torna preponderante. Assim sabe-se da sua importância, da sua competência informacional no acesso a informação *online*, e como é grande sua relevância na perspectiva de conscientização, para ação de programas de capacitação dos usuários, e ainda para facilitar quaisquer atuações profissionais quanto ao acesso à informação.

Reconhece-se que a informação por sua própria natureza, compartilha interesses e objetivos com as diferentes ciências. Assim como a História, a Filosofia, a Literatura a Arte, todas as disciplinas são fontes de riqueza intelectuais as orientações epistemológicas e as

técnicas aplicadas em outros campos do saber são suscetíveis e extrapola-se a nossa própria área. Os estudos relacionados com o mundo do livro, da leitura, da aprendizagem, da organização da informação e da pesquisa, se caracterizam por sua variedade de planejamento, os principais vieses de investigação e de cursos.

O acesso e o uso da informação perpassam por questões sócias culturais bastante abrangentes, e inclusive levanta questões também de cunho psicológico, como o comportamento, na medida em que os interesses são influenciados por modismos, ou incentivados através dos sistemas de educação nacional, ou ainda no desenvolvimento de um princípio especulativo produzido e ampliado no campo da observação tradicional ou por qualquer outro objetivo.

O acesso e o uso da informação envolvem um conjunto de atividades humanas, atividades que são estruturadas e conceituadas de diversas maneiras, antropologicamente falando. Pois a informação pode influenciar a mente, e conduzir a um conjunto de reflexões que ditam o comportamento e afetam a sensibilidade de uma coletividade.

O processo de produção e recepção da informação são modos tradicionais que incorporam a ação de uso do computador que funciona com filtro que condiciona níveis conceituais da atividade de emissor e destinatário respectivamente.

Mas para efetivação desse processo que dita o comportamento dependem as ações profissionais, que no caso da investigação que hora conclui-se, é necessário que levante algumas reflexões de acordo com os dados coletados.

Os caminhos que deve seguir como profissional da informação para amenizar ou mesmo prevenir o desconforto de quem pretende produzir e conduzir quem produz pesquisa científica foram identificados como sendo de primordial importância, uma vez que mediar o processo de investigação, exigem-se experiências em vários contextos informacionais, habilidades requeridas na formação e desenvolvimento da profissão.

Partindo da perspectiva que o profissional da informação também exerce a função de educador, quando incentiva programas de leituras, quando ajuda na identificação das necessidades de informação dos usuários, e auxilia na pesquisa dos temas, apresenta filtros e sites fidedignos, ou melhor, que efetivamente indica caminhos de como produzir pesquisa e auxilia o acesso online, este realmente é imprescindível, porque antes de todo esse processo de encontrar a informação, é de grande necessidade que esta esteja ordenada de forma agregada para o resultado final, função que também é atribuída ao profissional da informação.

A experiência profissional nas estratégias de busca, a expertise da competência informacional no acesso a informação *online* podem ser fatores tão preponderantes junto ao



usuário que definem o sucesso da pesquisa, mas o interessante segundo os dados não é apenas de auxílio, a tendência é que a capacitação seja mais abrangente fazendo com que o usuário fique confortável ao fazer pesquisa científica.

A relevância dos profissionais da informação na perspectiva de conscientização é essencial não só para ação de formação de um conjunto de usuários satisfeitos, mas também para facilitar a atuação ao fazer o acesso que envolve o letramento informacional o que corresponde ao processo de desenvolvimento de competências para localizar, selecionar, acessar, organizar, usar informação e gerar conhecimento visando à tomada de decisão e à resolução de problemas com maior presteza possível. (GASQUE; COSTA, 2010 p. 18).

As melhorias mais significativas que o profissional da informação pode e deve gerenciar é o desenvolvimento de competências informacionais também para o usuário, que deve ser capacitado afim de que tenha condições de compreender de maneira adequada a sua real necessidade de informação, adquirir habilidades para formar a pesquisa fazer escolhas precisas e formular a busca de maneira consistente, proceder à avaliação dos resultados e o refinamento da busca.

Tanto a ação do profissional da informação no desenvolvimento das competências quanto à apreensão da informação são inteiramente dependentes de motivação. De onde parece vir nossa motivação, se seguirmos o raciocínio do início do texto podemos observar que comportamento organizacional deriva das relações individuais, a saber, a organização é um grupo que depende do indivíduo, e claro que dentro desses níveis de organização sempre parte do menor para o maior. Nas organizações a relações são formadas pelas pessoas, e essas pessoas é que montam a estrutura de uma organização, devendo lembrar que o indivíduo tem características próprias e assim sendo traz consigo traços de sua personalidade com todas as características sejam elas bons hábitos ou não, no bojo da personalidade esta entranhada todas as suas qualidades e seus defeitos, os seus anseios, suas motivações, seus interesses, e tudo mais que possa ser agregado na formação da personalidade.

E o indivíduo quando vem para o grupo da organização, interage considerando todas as suas características de personalidade, nesse momento há a necessidade de adaptação, pois o comportamento é orientado pelas necessidades pessoais, e a organização exige que se tenha um comportamento de acordo com as praticas da organização, fazendo com que tenha que se ajustar ao ambiente organizacional.

Em consonância com tudo isso o indivíduo necessita de ter relações com a sociedade, o que amplia o campo de equilíbrio entre a organização, as características pessoais e o comportamento social que por sua vez é ditado pelos costumes da sociedade, o dito equilíbrio

quer dizer que se procura o bem estar físico e psicológico, é interessante notar que o comportamento é individualizado e cada pessoa tem a sua formação de caráter individual, cada um traz consigo de acordo com sua criação seus princípios adquiridos do ambiente em que vive.

Dado a tantas diferenças é aceitável que seus anseios e necessidades também sejam diferentes uns dos outros, e o comportamento também depende dos acontecimentos, pode ser que o que se motiva no momento não motive no futuro<sup>208</sup>. De acordo com os acontecimentos o individuo faz avaliações e escolhas, esse trabalho é tudo em prol do seu bem estar pessoal, através da sua cognição ele age e reage aos acontecimentos.

Estudar o comportamento e por tabela as motivações nunca se constituiu tarefa fácil, pois, tudo que envolve a mente humana é paradoxalmente complexo, como complexas são as ações e reações dependendo do momento que se vive.

Assim sendo a grande tendência apresentada no estudo se refere às humanidades, envolta pelo paradigma da complexidade.

Outra grande tendência talvez a maior delas sejam as transformações tecnológicas que conduzem os comportamentos que por sua vez estão condicionados as intempestivas ações dos indivíduos.

As transformações são de fato constantes, acredita-se que são necessárias e benéficas para o enriquecimento da ciência, portanto sugere-se que a partir dos resultados obtidos neste estudo e considerando a originalidade da investigação, a mesma possa servir de referência para estudos futuros uma vez que o acesso à informação e os aspectos comportamentais são temas abrangentes recorrentes e requer atualização constate devido as constantes mudanças de cenários todos os dias e também devido às necessárias transformações.

Recomenda-se outros estudos de maior alcance e sagacidade para os temas que se seguem, e que estes possam ser aprofundados com argúcia que lhes são merecidos.

Espera-se que a investigação possa servir como elemento de base para despertar o interesse tanto dos usuários quanto dos profissionais da informação para novos estudos que envolvam as humanidades.

---

<sup>208</sup> Estudos mais recentes têm mostrado que a teoria da mente também está associada à ação pró-social. Considerando-se que comportamentos pró-sociais são orientados para o futuro, a hipótese é que algumas habilidades cognitivas básicas são necessárias para a elaboração desses comportamentos. Moore, Barresi e Thompson (1998), por exemplo, propõem que ações orientadas para o futuro requerem a habilidade de representar um estado mental apropriado ao futuro, que é um componente importante da teoria da mente.

Que possam despertar o interesse e o investimento em programas de educação nacional onde o incentivo a leitura e a inclusão social e midiática seja urgentemente a sustentação do ensino no Brasil

No contexto do profissional da informação tanto os arquivistas como os bibliotecários que esse estudo possa instigar os profissionais para mudanças na base curricular pautada no capital humano com todas as características e similitudes apresentadas.

Sugerem-se discussões e investigações que resultem em propostas que enfatizem a necessidade do aumento da quantidade tanto de cursos quanto de vagas disponibilizadas para o profissional da informação nas regiões brasileiras, haja vista que são incipientes.

Todas as questões levantadas para um contexto de mudanças requer planejamento, pretende-se que esse estudo apresente subsídios para novos planejamentos e estes possam ser implementados no que tange ao trato com os usuários.

A investigação pode despertar um olhar mais atento ao profissional da informação quanto ao comportamento informacional habilidade que pode transformar e formar novas ideias para estudos do usuário.

Espera-se que o estudo possa dar visibilidade e subsídios aos futuros cenários, positivando a relação com os desafios de desempenhar a função de profissional da informação.

Ao concluir se pode dizer que a evolução do uso da informação, e a aquisição de competências, desempenham na sociedade influências que ditam um universo de representações e proporcionam mudanças e permanências nos comportamentos culturais. A informação através da internet ou do papel impresso, independente do formato em que ela esteja apresentada, favorece e estabelece uma equação da realidade no imaginário mundial. O uso da informação é efetivo, e traz tanto poder que é capaz de produzir uma compreensão totalizadora, vertical e horizontal do que é o mundo atualmente, e faz-nos compreender qual é o papel do profissional da informação nesse contexto mundial.

## REFERÊNCIAS

- \_\_\_\_\_. *NBR 15287: informação e documentação: projeto de pesquisa: apresentação*. Rio de Janeiro, 2005.
- ADAMS, A. L. Planning search strategies for maximum retrieval from bibliographic databases. *Online Review*, v. 3, n. 4, p. 373-379, Dec. 1979.
- ALCARA, Adriana Rosecler et al. Fatores que influenciam o compartilhamento da informação e do conhecimento. *Perspect. ciênc. inf.* [online]. 2009, vol.14, n.1 [citado 2013-11-13], pp. 170-191. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-99362009000100012&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362009000100012&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 1413-9936. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-99362009000100012>
- \_\_\_\_\_, Adriana Rosecler; CURTY, Renata Gonçalves – Blogs: dos diários egocentristas aos espaços de comunicação científica. In <<*Fontes de informação na internet* >> Londrina: EDUEL, 2008. ISBN 978-85-7216-493-1 p. 81- 96.
- ALEGRETTI, Sonia Maria Macedo; HESSEL, Ana Maria Di Grado; HARDAGH, Cláudia Coelho; SILVA, José Ericleidson da. Aprendizagem nas redes sociais virtuais: o potencial da conectividade em dois cenários. *Revista Cet*, vol. 01, nº 02, abril. 2012
- ALMEIDA, Neília Barros Ferreira de; BAPTISTA, Sofia Galvão. Breve histórico da Biblioteconomia brasileira: formação do profissional. In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documento e Ciência da Informação [online]. XXV, Florianópolis, 27-10 Jul. 2013. Florianópolis: UFPB [citado 2013-04-05], Disponível em: <<portal.febab.org.br/anais/article/download/1508/1509>>.
- ALVARENGA, Lúcia – Organização da informação nas bibliotecas digitais. In NAVES, Madalena Martins Lopes. KURAMOTO, Hélio - *Organização da informação: princípios e tendências*. Brasília: Brinquet de Lemos, 2006. ISBN 85-85637-30-7. P. 76 - 98.
- ALVES, Alessandra e BARBOSA, Ricardo Rodrigues. Influências e barreiras ao compartilhamento da informação: uma perspectiva teórica. *Ci. Inf.* [online]. 2010, vol.39, n.2 [citado 2013-11-13], pp. 115-128. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19652010000200010&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652010000200010&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 0100-1965. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652010000200010>.
- ALVES, Magda. *Como escrever teses e monografias: um roteiro passo a passo*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. 114 p. ISBN: 85-352-2212-X
- AMARAL, S. A. do. Análise do consumidor brasileiro do setor de informação: aspectos culturais, sociais, psicológicos e políticos. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.1, n.2, p. 207-224, jul./dez.,1996.
- ANDRADE, Maria , Eugênia Albino - Um olhar sobre representação no universo do conhecimento: o caso das micros e pequenas empresas. In NAVES, Madalena Martins Lopes. KURAMOTO, Hélio - *Organização da informação: princípios e tendências*. Brasília: Brinquet de Lemos, 2006. ISBN 85-85637-30-7. P. 46 - 61.
- ANXIETY, Status – *Desejo de status*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2013. 304 p. ISBN-13 978-85-254-2880-6
- ARAÚJO, P. Monografia sem segredo. *Nova Escola*, São Paulo, ano XIX, n. 171, p. 28-29, abril, 2004.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Pequena bibliografia sobre documentos arquivísticos digitais. [em linha]. [s.l.]: [Citado em 20 de Janeiro de 2014]. Disponível em URL:[http://www.arquivonacional.gov.br/conarq/cam\\_tec\\_doc\\_ele/faq.asp](http://www.arquivonacional.gov.br/conarq/cam_tec_doc_ele/faq.asp)
- ARQUIVO NACIONAL. Resoluções do Conarq [em linha]. Brasil: (revisto em 10 de Outubro de 2009) [citado em 19 de Junho de 2010 -14:56]. Disponível em URL:<<http://www.arquivonacional.gov.br/Conarq>>
- \_\_\_\_\_. CONARQ.SINAR. Arquivo Nacional, os serviços oferecidos, notícias, eventos, publicação e legislação arquivística, exposições virtuais e destaques. [em linha]. Brasil: (revisto em 17 de Dezembro de 2009) [citado em 19 de Junho de 2010 -10:26]. Disponível em URL:<<http://www.arquivonacional.gov.br/>>

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração*. Rio de Janeiro, 2002.
- ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. Núcleo Regional de São Paulo, *Dicionário de Terminologia Arquivística*. São Paulo: Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria Estadual de Cultura, 1996.
- AULETE, Caldas. *Novíssimo dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Organizador (Paulo Geiger). Rio de Janeiro: Lexikon, 2011, 1488p. ISBN 978-85-86368-75-2
- BACALHAU, Ana. História do microfilme. [em linha]. Brasil: Ministério das finanças, 2007 (revisto em Dezembro 2013) [Citado em 14 de Janeiro de 2014]. Disponível em URL: [http://www.arquivar.com.br/espaco\\_profissional/sala\\_leitura/artigos/microfilmagem-historia-do-microfilme](http://www.arquivar.com.br/espaco_profissional/sala_leitura/artigos/microfilmagem-historia-do-microfilme)
- BARBALHO, Célia Regina Simonetti; ROZADOS, Helen Beatriz Frota; GOMES, Henriette Ferreira. Brasília. Graduação em Biblioteconomia na modalidade à distância: projeto pedagógico. Ministério da Educação. [online]. 2010, [citado 2013-09-07], 54 p. Disponível em: < <http://www.cfb.org.br/EAD.pdf> >.
- BENTO, A. Como fazer uma revisão da literatura: Considerações teóricas e práticas. Revista JA Associação Acadêmica da Universidade da Madeira [em linha]. Nº 65. Maio de 2012 ano VII [citado em 10 de julho de 2013] pp. 42-44 Disponível URL: <http://www3.uma.pt/bento/Repositorio/Revisaodaliteratura.pdf> ISSN: 1647-8975
- BERNARDES, Ieda P.; DELATORRE, Hilda. *Gestão Documental Aplicada / Ieda Pimenta Bernardes, Hilda Delatorre*. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008. 54 p.
- BEUREN, Ilse Maria. *Gestão da informação: um recurso estratégico no processo de gestão empresarial*. 2.ed. São Paulo : Atlas, 2000. 104p.
- Bishop, Computer Security: Art and Science, Addison Wesley, 2000.
- BLATTMANN, Úrsula, FACHIN, Gleisy R. B, RADOS, Gregório J.V. *Bibliotecário na posição do arquiteto da informação em ambiente Web*. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 21, 2000, Florianópolis. *Anais eletrônicos...* [online] Florianópolis: UFSC, 2000. [citado 2013-09-13] Disponível em: < Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias 2000 > e <<http://www.oocities.com/ublattmann/papers/arquinfo.html>>
- BONAL-ZAZO, José Luís. Paradigmas de Investigación Archivística. In: Estudos avançados em Arquivologia [online]. Oficina Universitária. Marília: Cultura Acadêmica, 2012. [citado 2013-07-29]. pp.69-90. Disponível em: < [http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/estudos\\_avancados\\_arquivologia.pdf](http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/estudos_avancados_arquivologia.pdf)> ISBN ISBN 978-85-7983-266-6
- BRAGA, Denise Bértoli. Tecnologia e participação social no processo de produção e consumo de bens culturais: novas possibilidades trazidas pelas práticas letradas digitais mediadas pela Internet. Trab. linguist. apl. [online]. 2010, vol.49, n.2 [citado 2013-11-13], pp. 373-391 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-18132010000200005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132010000200005&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 0103-1813. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-18132010000200005>
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Que é educação. In: Coleção primeiros passos. São Paulo: Brasiliense, 1985, vol. 20. ISBN 8511000445
- BRANDT, M. B. *Etiquetagem e folksonomia: uma análise sob a óptica dos processos de organização e recuperação da informação na web*. 142 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) - Universidade de Brasília, Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação, 2009.
- Brasil. *Interoperabilidade*. Disponível em < <http://www.governoeletronico.gov.br/acoes-e-projetos/e-ping-padroes-de-interoperabilidade/o-que-e-interoperabilidade>> Acesso em 23 ago. 2015.
- BRASIL. Arquivo Nacional. Conselho Nacional de Arquivos. Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo; relativos as atividades-meio da administração pública / Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.
- BRASIL. Comitê Gestor da Internet. Resolução 2009-003. . [em linha]. [s.l.]: [Citado em 20 de Janeiro de 2014]. Disponível em URL: <<http://www.cgi.br/regulamentacao/resolucao2009-003.htm>>
- BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. *Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos do Conselho Nacional de Arquivos* Junho 2012 [em linha]. [Citado em: 21 março 2014]. Disponível em: <http://www.documentoseletronicos.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua>
- BRASIL. Decreto nº 7.175, de 12 de maio de 2010. Institui o Programa Nacional de Banda Larga - PNBL com o objetivo de fomentar e difundir o uso e o fornecimento de bens e serviços de tecnologias de informação e

comunicação. Diário Oficial [em linha]. República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 31 Jan. 1996. [Citada em 15 de Novembro de 2013]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7175.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7175.htm)

BRASIL. Decreto nº. 1.799, de 30 de janeiro de 1996. Regulamenta a Lei nº. 5.433 de 8 de maio de 1968, que regula a microfilmagem de documentos oficiais, e dá outras providências. Diário Oficial [em linha]. República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 31 Jan. 1996. [Citada em 15 de Novembro de 2013]. Disponível em URL: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D1799.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D1799.htm)

BRASIL. Lei Complementar Nº 131/2009. *Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.* Diário Oficial [em linha]. República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 28 de maio de 2009 [Citada em 15 de fevereiro de 2014] Disponível em URL: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp131.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm) >

BRASIL. Lei nº. 10.753, de 30 de Outubro de 2003. *Instituiu a Política nacional do livro* [em linha]. República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 31 de outubro de 2003. (revisto em Novembro 2013) [Citada em 09 de Janeiro de 2014] Disponível em URL: < [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.753.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.753.htm) >

BRASIL. Lei nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011. *Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.* Diário Oficial [em linha]. República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 18 de novembro de 2011. (revisto em Novembro 2013) [Citada em 15 de Janeiro de 2014] Disponível em URL: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm) >

BRASIL. Lei nº. 12.737, de 30 de novembro de 2012. *Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro 1940 - Código Penal e dá outras providências.*>

BRASIL. Lei nº. 12.796, de 04 de Abril de 2013. Altera a Lei nº. 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e da outra providências. Diário Oficial [em linha]. República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 05 de abril de 2013. (revisto em Novembro 2013) [Citada em 15 de Janeiro de 2014] Disponível em URL: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm)>

BRASIL. Lei nº. 12.965, de 23 de abril de 2014. *Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil e determina as diretrizes para atuação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em relação à matéria.* Diário Oficial [em linha]. República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 24 de abril de 2014. (revisto em junho 2014) [Citada em 15 de junho de 2014] Disponível em URL: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm) >

BRASIL. Lei nº. 5.433, de 8 de maio de 1968. Regula a microfilmagem de documentos oficiais e dá outras providências. Diário Oficial [em linha]. República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 10 de maio de 1968. (revisto em Novembro 2013) [Citada em 15 de Novembro de 2013] Disponível em URL: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L5433.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5433.htm)

BRASIL. Lei nº. 6.015 de 31 Dezembro de 1973. Dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências. Diário Oficial [em linha]. República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 31 de dez. de 1973. [Citada em 10 de Janeiro 2011]. Disponível em URL: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/QUADRO/1960-1980.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/QUADRO/1960-1980.htm)

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.* Diário Oficial [em linha]. República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996. (revisto em Novembro 2013) [Citada em 15 de Janeiro de 2014] Disponível em URL: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm) >

BRASIL. Medida Provisória nº. 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. Institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil, e dá outras providências. Diário Oficial [em linha]. República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 jul. 2001. [Citado em 12 de Dezembro 2010]. Disponível em URL: [http://www.iti.gov.br/twiki/pub/Certificacao/MedidaProvisoria/MEDIDA\\_PROVISORIA\\_2\\_200\\_2\\_D.PDF](http://www.iti.gov.br/twiki/pub/Certificacao/MedidaProvisoria/MEDIDA_PROVISORIA_2_200_2_D.PDF)

BRASIL. MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Instituições de educação superior e cursos cadastrados. E-MEC. [online]. 2015. [citado 2014-05-17]. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>

BRASIL. MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais. INEP. Sinopse do censo de ensino superior 2011 [citado em 16 de outubro de 2013] Disponível URL: <http://portal.inep.gov.br/home>

- BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Justiça. Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação. Coordenação de Justiça, Títulos e Qualificação. Coordenação de Entidades Sociais. Parecer nº 736/2006 Microfilmagem híbrida. Abgi. [em linha] Brasília, DF, 2006 [Citada em 15 de Novembro de 2013]. Disponível em URL: <[http://www.abgi.org.br/parecer\\_736.htm](http://www.abgi.org.br/parecer_736.htm)>
- BRASIL. Receita da Fazenda. Classificação Brasileira de Ocupações [online]. 2000. [citado 2014-05-17], Disponível em <[www.receita.fazenda.gov.br/publico/Previdencia/.../Tabela\\_CBO](http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/Previdencia/.../Tabela_CBO)>.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. [em linha]. [ Citado em: 15 dezembro 2012] Disponível em: <[www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/](http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/)>
- BRITTES, Juçara Gorski and PEREIRA, Joanicy Leandra. Tecnologias da informação e da comunicação e a polêmica sobre direito autoral: o caso Google Search. *Ci. Inf.* [online]. 2007, vol.36, n.1 [cited 2014-06-20], pp. 167-174 . Available from: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19652007000100013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652007000100013&lng=en&nrm=iso)>. ISSN 0100-1965. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652007000100013>.
- BRUM, Marco Antônio Carvalho e BARBOS, Ricardo Rodrigues. Comportamento de busca e uso da informação: um estudo com alunos participantes de empresas juniores. *Perspect. ciênc. inf.* [online]. 2009, vol.14, n.2 [citado 2013-11-13], pp. 52-75 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-99362009000200005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362009000200005&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 1413-9936. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-99362009000200005>.
- BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento – I: De Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. 241p. ISBN 978-85-7110-711-3
- BURKE, Peter - *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. ISBN 8571108382
- CALDERON, Wilmara Rodrigues; CORNELSEN, Julce Mary; PAVEZI, Neiva and LOPES, Maria Aparecida. O processo de gestão documental e da informação arquivística no ambiente universitário. *Ci. Inf.* [online]. 2004, vol.33, n.3 [citado 2014-06-14], pp. 97-104 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19652004000300011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652004000300011&lng=en&nrm=iso)>. ISSN 1518-8353. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652004000300011>
- CAMPELLO, Bernadete Santos. Biblioteca escolar como espaço de produção de conhecimento: parâmetros para bibliotecas escolares. *Autêntica*. [online]. 2010, [citado 2013-01-02], pp. 08-45 . Disponível em: <<http://www.cfb.org.br/UserFiles/File/projetos/MIOLO.pdf>>.
- \_\_\_\_ Bernadete Santos; CALDEIRA, Paulo T. (Orgs). *Internet*. In: \_\_\_\_\_. Introdução às fontes de informação. Belo Horizonte: Autêntica. 2005, 184 p. ISBN:8575261657
- \_\_\_\_ Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite *A Internet*. In: *Fontes de informação para pesquisadores e profissionais*. Belo Horizonte: UFMG, 2000. ISBN: 85-7041-209-6 p.35-48
- CANDAUI, Vera Maria – A pesquisa na didática e na prática de ensino. In <<*Rumo a uma nova didática*>> Rio de Janeiro: Vozes, 2008. ISBN 978-85-326-0434-7 p. 193- 205.
- CANDELA, Leonardo. et al. *Definição da fundação das bibliotecas digitais* in D-Lib Magazine [online] v. 13, n. 3/4, Mar.-Apr./2007 [citado 23 -11-13], . Disponível em: <<http://www.dlib.org/dlib/march07/castelli/03castelli.html>> ISSN 1082-9873
- CAPURRO, Rafael. Intercultural information ethics. The handbook information and computer ethics. Eds. Herman T. Tavani y Kenneth Einar Himma. Nueva Jersey: Wiley, 2008. p. 339-666.
- CARVALHO, Lidiane dos Santos ;LUCAS, Elaine R. de Oliveira. *Serviço de referência e informação: do tradicional ao on-line*. 2007 [online]. [Citado 28 -01-2014] Disponível em <[http://www.cinform-antiores.ufba.br/vi\\_anais/docs/LidianeElaineServicoReferencia.pdf](http://www.cinform-antiores.ufba.br/vi_anais/docs/LidianeElaineServicoReferencia.pdf)> ISSN 1981-6766
- CASCAIS, Fernando - *Dicionário de Jornalismo: as palavras dos media*. São Paulo: Verba, 2001. ISBN 9722220888
- CASANOVA, Marco Antonio; BRAUNER, Daniela Francisco; CÂMARA, Gilberto; LIMA, Junior, Paulo de Oliveira. *Integração e interoperabilidade entre fontes de dados geográficos*. 2009. Disponível em <<http://www.dpi.inpe.br/livros/bdados/cap9.pdf>> Acesso em 23 ago. 2015.

- CASTELLS, Manuel - *A galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2003, 247 p. ISBN 978-85-7110-740-3
- CENADEM. Gestão de Documentos Ged gestão eletrônica de documentos. [em linha]. [s.l.]: (revisto em Dezembro 2010) [Citado em: 18 de Janeiro de 2011]. Disponível em URL: <http://www.ged.net.br/>
- CGU-CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. Portal de transparência . [em linha]. (revisto em Novembro 2013) [Citada em 30 de Janeiro de 2014] Disponível em URL: <<http://www.cgu.gov.br/Legislacao/Leis.asp>>
- CHOO, Chun Wei, *A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões*. 2ª ed. São Paulo : Senac, 2006. 425p. ISBN 8573593415
- COELHO, Franklin Dias. A cidade digital e a apropriação social da inovação tecnológica. In SILVEIRA, Sergio Amadeu. A Cidadania e redes digitais. Citizenship and digital networks. [online]. São Paulo: Comitê Gestor da internet no Brasil: 2010 [citado em 27-12-2014] Maracá - Educação e tecnologias. pp.185 -208 Disponível em: <<http://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/1/livro-cidadania-e-redes-digitais.pdf>> ISBN 978-85-63127-01-3.
- Comercial POWERBRASIL . Aspectos Legais: Documentação em Mídias Eletrônicas e Ópticas [em linha]. [s.l.]: [Citado em 19 de Dezembro de 2010]. Disponível em URL: [http://www.powerbrasil.com.br/pdf/Leis\\_digi\\_Legais.pdf](http://www.powerbrasil.com.br/pdf/Leis_digi_Legais.pdf)
- Comercial POWERBRASIL . Pequena bibliografia sobre documentos arquivísticos digitais. [em linha]. [s.l.]: [Citado em 20 de Janeiro de 2011]. Disponível em URL: [http://www.arquivonacional.gov.br/conarq/cam\\_tec\\_doc\\_ele/faq.asp](http://www.arquivonacional.gov.br/conarq/cam_tec_doc_ele/faq.asp)
- \_\_\_\_\_. Fluxo de trabalho. [em linha]. [s.l.]: [Citado em 19 de Janeiro de 2011]. Disponível em URL: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Fluxo\\_de\\_trabalho](http://pt.wikipedia.org/wiki/Fluxo_de_trabalho) <http://www.powerbrasil.com.br/> [em linha]. [Citado em 18 de Janeiro de 2011]. Disponível em URL: <http://www.iti.br/>
- \_\_\_\_\_. criação de chave de Registro. Revista eletrônica mesas. [em linha]. [s.l.]: [citado em 13 de Janeiro de 2011]. Disponível em URL: <http://www.activedelphi.com.br/forum/viewtopic.php?t=27741&sid=3b10bf41fc5edb0754a70308dbfad92b>
- CONARQ. Arquivo Nacional. Recomendações para a construção de arquivos. [em linha]. Brasil: (revisto em 17 de Dezembro de 2009) [citado em 19 de Junho de 2010 -22:33]. Disponível em URL: <<http://www.arquivonacional.gov.br/portalan/media/recomenda.pdf>>
- CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. Relatório anual. Brasília: CBF, 2012 [citado em 16 de outubro de 2013] Disponível URL: <http://www.cfb.org.br/>
- CONTENT MANAGEMENT. 2001. Disponível em <<http://www.contentmanager.eu.com>> Acesso em: 18 ago. 2015.
- CORREA, Elisa Cristina Delfini. A apropriação social da Internet pelo bibliotecário catarinense: o retrato de uma década. Transinformação [online]. 2012, vol.24, n.1 [citado 2013-11-13], pp. 27-37 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-37862012000100003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862012000100003&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 0103-3786. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-37862012000100003>.
- CORTE, Adelaide Ramos e et al. Automação de bibliotecas e centros de documentação: o processo de avaliação e seleção de softwares. *Ci. Inf.* [online]. 1999, vol.28, n.3 [citado 2013-03-09], pp. 241-256 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19651999000300002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651999000300002&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 0100-1965. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19651999000300002>.
- COSTA, Vanessa et.al. Confiança na tempestividade dos documentos eletrônicos: auditoria na protocolarão digital. [em linha]. [s.l.]: [Citado em 14 de Janeiro de 2011]. Disponível em URL: <http://www.iti.gov.br/twiki/pub/OLD/.../g02-costa-custodio-dias-rolt.rtf>
- COUTURE Carol C. ROUSSEAU, Jean Yves. Les archives au XX siècle. Montreal: Université de Montreal. 1982. 491 p. ISBN 2891 1902 62.
- CULTIZ, Rodolfo Bispo. Digitalização de Documentos. Funcionamento dos sistemas de biometria: estudo geral da biometria de impressão digital. Scribd. [em linha]. 11 de agosto de 2009. [s.l.]: [Citado em: 18 d Janeiro de 2011]. Disponível em URL: <http://www.scribd.com/doc/38544747/Artigo-Faculdade>
- CUNHA, Miriam Vieira da. A profissão de bibliotecário: competências demandadas por um mercado em transformação. In: Julia Miranda Bressane Rev. Interam. Bibliot. Medellín (Colômbia) Vol. 34 n° 3 2011 pp. 329-333 Disponível em: <<<http://eprints.rclis.org/17062/1/10848.pdf>>> ISSN 0120-0976



- CUNHA, M. B.; MCCARTHY, C. -Estado Atual das Bibliotecas Digitais no Brasil, In: C. H. Marcondes et al. (Orgs.). *Bibliotecas Digitais: Saberes e Práticas*. 2a ed. Salvador/Brasília, EDUFBA/IBICT, 2006, pp. 25-54.
- CUNHA, Murilo Bastos da. Das bibliotecas convencionais às digitais: diferenças e convergências. *Perspect. ciênc. inf.* [online]. 2008, vol.13, n.1 [citado 2014-03-09], pp. 2-17 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-99362008000100002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362008000100002&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 1413-9936. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-99362008000100002>.
- \_\_\_\_\_. Murilo Bastos da. Desafios na construção de uma biblioteca digital. *Ci. Inf.*[online]. 1999, vol.28, n.3 [citado 2014-03-09], pp. 257-268 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19651999000300003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651999000300003&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 0100-1965. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19651999000300003>.
- DAVENPORT, T. H., PRUSAK, L. *Conhecimento Empresarial: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual*. Rio de Janeiro : Campus, 1998. 237 p. ISBN 8535203524
- DAVIDOFF, L.L. *Introdução a psicologia*. São Paulo: Pearson Makron Books, 2005.
- DAY, Robert A. *How to write & publish a scientific paper*. 3ª ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1993, ISBN 0-521-36760-3.
- DEDOMENICO, Roberto. *Agentes para auxílios e recomendações em bibliotecas digitais*. Canoas: Unilasalle.2010[online].[citado 2014-09-22] Disponível em: <[http://biblioteca.unilasalle.edu.br/docs\\_online/tcc/graduacao/ciencia\\_da\\_computacao/2010/rdedomenico.pdf](http://biblioteca.unilasalle.edu.br/docs_online/tcc/graduacao/ciencia_da_computacao/2010/rdedomenico.pdf)>
- DEGASPARI, S. D.; VANALLI, T. R.; MOREIRA, M. R. G. Apostila de normalização documentária: com base nas normas da ABNT. Presidente Prudente: Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação. 2006. 31 p. [citado em 10 de agosto de 2013] Disponível URL:<<http://www2.prudente.unesp.br/biblioteca>
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 2013. ISBN9788585490041
- \_\_\_\_\_. Gilles; GUATTARI, Félix - *A assinatura do mundo: O que é a Filosofia*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997ª ISBN 8585470500
- DHOLAKIA, Nikhilesh. MUNDORF, Norbert. DHOLAKIA, R. R. Novos serviços de informação e comunicação: um quadro de referência estratégico. *Ciência da Informação* [online] v. 26, p. 235-242, Nº 3. Setembro /Dezembro de 1997 [citado 2013-06-30]...Disponível em URL: <http://www.eletronbras.com/.../FileDownload.ThrSvc.asp?..>
- DIAS, Cristiane e COUTO, Olivia Ferreira do. As redes sociais na divulgação e formação do sujeito do conhecimento: compartilhamento e produção através da circulação de ideias. *Ling. (dis)curso* [online]. 2011, vol.11, n.3 [citado 2013-11-13], pp. 631-648 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-76322011000300009&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-76322011000300009&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 1518-7632. <http://dx.doi.org/10.1590/S1518-76322011000300009>
- DIAS, Eduardo Wense. NAVES, Madalena Martins Lopes. *Análise de assunto: teoria e prática* . 2ª ed. Brasília: Brinquet de Lemos, 2013. 115 p. ISBN: 978-85-85637-51-4
- DIAS, Maria Matilde Kronka; PIRES, Daniela - *Fontes de informação: um manual para cursos de graduação em biblioteconomia e ciência da informação*. São Carlos: EDUFSCar.2005.105 p. ISBN85-7600037-7.
- Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/nuance> [consultado em 07-09-2015].
- DRUCKER, Peter. Além da revolução informação. *Revista Exame Digital*. Facensa, pdf [em linha]. Nº 6 v.710 p, março de 2000.[citado em: 18 de janeiro de 2014]. Disponível em URL:<[http://www.facensa.com.br/.../alem\\_da\\_revolucao\\_da\\_informacao.pdf](http://www.facensa.com.br/.../alem_da_revolucao_da_informacao.pdf)>
- DUARTE, Emeide Nóbrega; SILVA, Alzira Karla Araújo da (Orgs.) 2007. *Gestão de unidades de informação: teoria e prática*. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB.
- DUMONT, Lígia Maria Moreira – Os sentidos da leitura e a subjetividade. In NAVES, Madalena Martins Lopes. KURAMOTO, Hélio - *Organização da informação: princípios e tendências*. Brasília: Brinquet de Lemos, 2006. ISBN 85-85637-30-7. P. 5-21.
- ECO, Umberto. *Cómo se hace una tesis: técnicas y procedimientos de estudio, investigación y escritura*. 11ª ed. Barcelona: Gedisa, 1992. 122 p.

- EXPICATORIUM.[online].[citado em 2014-03-05] Disponível em:<[http://www.explicatorium.com/biografias/Biografia\\_Leonhard\\_Paul\\_Euler.php](http://www.explicatorium.com/biografias/Biografia_Leonhard_Paul_Euler.php)>
- FADEL, Bárbara. ALMEIDA, Carlos Cândido de. CASARIN, Helen de Castro Silva. Et.al. - Gestão ,mediação e uso da informação. In VALENTIM, Marta Lígia.<< Gestão, mediação e uso da informação >> São Paulo: Cultura acadêmica, 2010 ISBN 978-85-7983-117-1 p.13-32.
- FARIAS, Christianne Martins; CUNHA, Miriam Vieira da. O bibliotecário escolar e suas competências. Inf. &Soc: Est., [online]. 2009, João Pessoa, vol.19, n.1, [citado 2013-05-05], pp. 29-35. Disponível em: < <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/1787>> ISSN: 1809-4783
- FERNADEZ, Mariana Fiorin *Sistema de informação para gestão de risco operacional*. 2011. Disponível em < <http://pro.poli.usp.br/wp-content/uploads/2012/pubs/sistema-de-informacao-para-gestao-de-risco-operacional.pdf>> Acesso em 21 ago. 2015.
- FERNÁNDEZ-MOLINA, Juan Carlos La información em el entorno digital: principales áreas con implicaciones éticas. . In: Gomes, H.F., Bottentuit, A.M. y Oliveira, M.O.E. A ética na sociedade, na área da informação e da atuação profissional: o olhar da Filosofia, da Sociologia, da Ciência da Informação e da formação e do exercício profissional do bibliotecário no Brasil. Brasília: Conselho Federal de Biblioteconomia. [online] 2009 [citado 2015-03-17] pp; 65-93. Disponível em < [http://www.cfb.org.br/pop-up/a\\_etica.pdf](http://www.cfb.org.br/pop-up/a_etica.pdf)>
- FERNÁNDEZ- ABALLI Isidro. In: La información como patrimonio imaterial. FONSECA, MARIA Cecilia Londres. Ciência da informação múltiplos diálogos. p. 23-30.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 5 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010. ISBN9788538541981
- FERREIRA, Danielle Thiago. Profissional da informação: perfil de habilidades demandadas pelo mercado de trabalho. Ci. Inf. [online]. 2003, vol.32, n.1 [citado 2013-06-06], pp. 42-49 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19652003000100005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652003000100005&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 1518-8353. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652003000100005>
- FERREIRA, Sueli Mara S. P.. Design de biblioteca virtual centrado no usuário: a abordagem do Sense-Making para estudos de necessidades e procedimentos de busca e uso da informação. *Ci. Inf.* [online]. 1997, vol.26, n.2 [cited 2014-03-09] . Available from: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19651997000200014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651997000200014&lng=en&nrm=iso)>. ISSN 0100-1965. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19651997000200014>.
- FLORES, Daniel - <<*O armazenamento de documentos arquivísticos digitais na nuvem: Cloud Computing*, Salvador, 2012: Anais do congresso Nacional de arquivologia 5 Salvador- BA, 01 a 05 de outubro de 2012, CNA, 2012>>. Salvador 2012.
- FLORIDI, Luciano. *Information ethics: An environmental approach to the digital divide*. Philosophy in the Contemporary World. 9.2002.
- FONSECA, Juliana Soares da ; GARCIA, Joana Coeli Ribeiro. O bibliotecário e as competências administrativas: uma revisão de literatura sobre a construção de um novo perfil. Biblionline. [online]. 2009. [citado 2014-06-14] pp.01- 14,vol. 5, n. 1/2. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/biblio/article/view/3952>> ISSN1809-4775
- FONSECA, Maria Odila. Informação e direitos humanos: acesso às informações arquivísticas. Ciência da Informação [online]. v. 28, Nº 2. 1999 [citado em 19 de Junho de 2009 -08:12].Disponível em URL: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br>> ISSN 0100-1965
- FOUCAULT, Miguel. *A ordem do discurso*: aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola. 1999. 79 p. ISBN 85-15-01359-2
- FOUREZ, Gérard. - A construção das ciências: introdução à ética da ciências. São Paulo: Universidade Estadual Paulista. 1995. ISBN 85-7139-083-5
- \_\_\_\_\_. Gérard. – Introdução. In<<*A construção das ciências*>>: introdução à ética da ciências. São Paulo: Universidade Estadual Paulista. 1995. ISBN 85-7139-083-5 pt.1
- \_\_\_\_\_. Gérard. – O método científico: adoção e rejeição de modelos. In<<*A construção das ciências*>>: *introdução à ética da ciências* >>São Paulo: Universidade Estadual Paulista. 1995. ISBN 85-7139-083-5 p.63-90
- \_\_\_\_\_. Gérard. *A construção das ciências. Introdução à Filosofia e à Ética das Ciências*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.319 p.

- FRANCO, R. S. de O. *Organização, sistemas e métodos e sua interface com a Gestão Documental*. Marília: UNESP, 2007. 62f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Departamento de Ciência da Informação, Unesp, Marília – SP.
- FREIRE, P. A. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 32 ed. São Paulo: Cortez, 1996 ISBN 85-24-90308-2
- FREITAS, Eduardo Antônio Mello. *Gestão de riscos aplicada aos sistemas de informação: segurança estratégica da informação*. 2009. Disponível em <[professor.unisinus.br/llemes/Aula03/Aula03.pdf](http://professor.unisinus.br/llemes/Aula03/Aula03.pdf)> Acesso em 18 ago. 2015.
- FREUD, S. (1996). O Mal-Estar na Civilização. (J. Salomão, Trad.). Edição Standard brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. (Vol. XXI, pp.73- 148). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1930). [online] [citado -11-13], Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&ref=000108&pid=S1413-7372201000030001600004&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000108&pid=S1413-7372201000030001600004&lng=pt)
- FROELICH, Thomas. Velhos princípios novas aplicações: a evolução das profissões da informação. In: Ciência da Informação: múltiplos diálogos. [online] Marília: Oficina Universitária UNESP, 2009. [citado 2014-03-17] pp.89-108. Disponível em:< [https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/helen\\_e%20book.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/helen_e%20book.pdf) > ISBN: 978-85-60810-16-1
- GALINDO CACERES, Jesús. Las nuevas tecnologías de información y comunicación y las políticas culturales en México : Ingeniería en Comunicación Social del servicio de redes sociales Facebook. Intercom, Rev. Bras. Ciênc. Comun. [online]. 2011, vol.34, n.2 [citado 2013-11-13], pp. 175-196 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-58442011000200010&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-58442011000200010&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 1809-5844. <http://dx.doi.org/10.1590/S1809-58442011000200010>
- GALINDO CACERES, Jesús. Las nuevas tecnologías de información y comunicación y las políticas culturales en México : Ingeniería en Comunicación Social del servicio de redes sociales Facebook. Intercom, Rev. Bras. Ciênc. Comun. [online]. 2011, vol.34, n.2 [citado 2013-11-13], pp. 175-196 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-58442011000200010&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-58442011000200010&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 1809-5844. <http://dx.doi.org/10.1590/S1809-58442011000200010>.
- GALLOWAY, Alexander R. Qual o potencial de uma rede? In SILVEIRA, Sergio Amadeu. A Cidadania e redes digitais. Citizenship and digital networks. [online]. São Paulo: Comitê Gestor da internet no Brasil: 2010 [citado em 27-12-2014] Maracá - Educação e tecnologias. pp.87 -100,. Disponível em:< <http://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/1/livro-cidadania-e-redes-digitais.pdf>> ISBN 978-85-63127-01-3.
- GANDINI, João Agnaldo Donizeti, SALOMÃO, Paola Diana da Silva, JACOB, Cristiana. A validade jurídica de documentos digitais. *Âmbito Jurídico* [em linha] [s.l.]: 12 de dezembro 2013. [Citado em 10 de Abril de 2014]. Disponível em:<[http://ambitojuridico.com.br/site/index.php?artigo\\_id=3397&n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura](http://ambitojuridico.com.br/site/index.php?artigo_id=3397&n_link=revista_artigos_leitura) >
- \_\_\_\_\_, João Agnaldo Donizeti; SALOMÃO, Paola Diana da Silva, JACOB, Cristiana. A validade jurídica de documentos digitais. *Revista Jus Navigand*. [em linha] [s.l.]: 21 de dezembro d e 2009. [Citado em: 20 de Outubro de 2010]. Disponível em URL: <http://jus.uol.com.br/revista/autor/joao-agnaldo-donizeti-gandini>
- \_\_\_\_\_, João Agnaldo Donizeti; SALOMÃO, Paola Diana da Silva; JACOB, Cristiana. Certificação digital: a segurança dos Documentos Eletrônicos. *Revista Jus Navigand*. [em linha] [s.l.]: 13 de fevereiro 2010. [Citado em 07 de Abril de 2011]. Disponível em URL: <http://conjur.estadao.com.br/static/text/12892,1>
- GARCÍA MARCO, Francisco Javier, Psicología y sociología de La información: un necesidad pratica y teórica . El profesional de La información, 2001, enero – febrero. v.20, n.1, pp.5-9 [citado em 01 de setembro de 2013] Disponível em: <http://www.elprofesionaldelainformacion.com/index.html> ISSN 13866710
- GARTON, Laura; HARTHORNTHWAITE, Caroline; WELLMAN, Barry. Studying Online Social Networks. *Journal of Computer Mediated Communication*. [online]. 1997, vol. 3, issue 1 [citado 2014-07-09] Disponível em <<http://www.ascusc.org/jcmc/vol3/issue1/garton.html>>
- GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias e COSTA, Sely Maria de Souza. Evolução teórico-metodológica dos estudos de comportamento informacional de usuários. *Ci. Inf*. [Em linha]. 2010, vol.39, n.1 [citado 2013-05-30], pp. 21-32 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19652010000100002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652010000100002&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 0100-1965. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652010000100002>

- \_\_\_\_\_, Kelley Cristine Gonçalves Dias e TESCAROLO, Ricardo. Desafios para implementar o letramento informacional na educação básica. *Educ. rev.* [Em linha]. 2010, vol.26, n.1 [citado 2013-01-20], pp. 41-56 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-46982010000100003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982010000100003&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 0102-4698. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-46982010000100003>
- \_\_\_\_\_, Kelley Cristine Gonçalves Dias. Letramento informacional: pesquisa, reflexão e aprendizagem. [Em linha]. *LE UNB*. Brasília: Faculdade de Ciência da informação, 2012 [citado 2014-06-14], 183 p . Disponível em: <[http://leunb.bce.unb.br/bitstream/handle/123456789/22/Letramento\\_Informacional.pdf?sequence=3](http://leunb.bce.unb.br/bitstream/handle/123456789/22/Letramento_Informacional.pdf?sequence=3)>. ISBN 978-85-88130-09-8
- \_\_\_\_\_, Kelley Cristine Gonçalves Dias. Pesquisas na pós-graduação: o uso do pensamento reflexivo no letramento informacional. *Ci. Inf.* [online]. 2011, vol.40, n.1 [citado 2013-09-19], pp. 22-37 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19652011000100002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652011000100002&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 0100-1965. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652011000100002>.
- GATES, Bill. *A estrada do futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 347 p. ISBN 85-716-4509-4
- Gestão Arquivística de Documentos Eletrônicos*. Conarq. [em linha] [s.l.]: [Citado em: 18 de Dezembro de 2013]. Disponível em URL: <http://www.documentoseletronicos.arquivonacional.gov.br/>
- GERALDI, João Wanderley – Apresentação: o ensino livresco mas sem livros. In<<*Elementos de pedagogia da leitura*>> São Paulo: Martins Fontes, 1988. ISBN 85-336-0859-4.
- GIBSON, Willian - *Neuromancer*. São Paulo: Aleph, 2003. 301 p. ISBN 9788576570493
- GIDDENS, Anthony – Introdução . In<<*As conseqüências da modernidade*>> São Paulo: UNESP, 1991. ISBN 85-7139-022-3 p. 12- 60.
- GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Rev. adm. empres.* [em linha]. 1995, vol.35, n.2 [citado 2014-08-10], pp. 57-63 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-75901995000200008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901995000200008&lng=en&nrm=iso)>. ISSN 0034-7590. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75901995000200008>.
- \_\_\_\_\_, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Rev. adm. empres.* [em linha]. 1995, vol.35, n.3 [citado 2014-08-10], pp. 20-29 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-75901995000300004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901995000300004&lng=en&nrm=iso)>. ISSN 0034-7590. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75901995000300004>.
- GOMES, Fernanda de Oliveira. Internet, câmera, improvisação: a exposição de si no cenário das tecnologias digitais. Intexto PPGCOM. Porto Alegre: UFRGS [online].2014, n.30 [citado 2014-11-14], pp.125-141 Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/viewFile/41381/30391>> E-ISSN 1807-8583
- GOULART, Elias Estevão: PROGLHOF JR. Franz Everardo Passos – Lápides virtuais: análise das narrativas sobre a morte na rede social Orkut. *Data Grama Zero – Rev. de Informação* [online].Vol.14, n.3 2013, p.1-21. [citado 2014-11-13].Disponível em:< [http://www.datagramazero.org.br/jun13/Art\\_05.htm](http://www.datagramazero.org.br/jun13/Art_05.htm)> ISSN 1517-3801.
- GRÁCIO, José Carlos Abbud. Fadel, Bárbara - Estratégias de preservação digital. In VALENTIM, Marta Lígia.<< Gestão, mediação e uso da informação >> São Paulo: Cultura acadêmica, 2010 ISBN 978-85-7983-117-1 p.59-84.
- GROGAN, D. A. *A prática do serviço de referência*. Brasília: Brinquet de Lemos, 2001. 185 p. ISBN 85-85-6371-88
- HOLANDA Aurélio Buarque de. *Dicionário Aurélio Escolar da Língua Portuguesa*. 1 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- HOLLÓS, Adriana Cox; SILVA, Rubens R. G. in<<Parâmetros de atuação do conservador na área da preservação documental. >>Cultura, representação e informações digitais organizadores, Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva ... [et al.].Trabalhos desenvolvidos em estudos e pesquisas pelos membros do CRIDI-ICI-UFBA. - Salvador : EDUFBA, 2010. ISBN - 978-85-232-0713-7 p. 17-22
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro : Objetiva, 2009. 1986 p.
- IBICT. Manifesto Brasileiro De Apoio Ao Acesso Livre À Informação Científica.[online]. Brasília: Ibict, 2005,[citado 2013-11-13] Disponível em: <<http://www.ibict.br/openaccess/arquivos/manifesto.htm>>

- IBOPE- Número de pessoas com acesso a internet no Brasil [online]. [citado 2014-10-18]. Disponível em:<<http://www.ibope.com.br/pt-br/relacionamento/imprensa/releases/Paginas/Numero-de-pessoas-com-acesso-a-internet-no-Brasil-chega-a-105-milhoes.aspx>>
- IFLA. Federação internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias. *Manifesto sobre transparência, bom governo e combate à corrupção*. [online]. [citado em 25 de abril de 2014] Disponível URL: <<http://www.ifla.org/files/assets/faife/publications/policy-documents/transparency-manifesto-pt.pdf>>
- \_\_\_\_\_. UNESCO. Manifesto IFLA/UNESCO para biblioteca escolar. Trad.de Neusa Dias de Macedo [online] 2000, [citado 2017-02-11]. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brasil.pdf>>.
- \_\_\_\_\_/FAIFE. Federação internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias. Manifesto sobre internet . [online].Aprovado 23 de Agosto de 2002, Glasgow, Escócia. [citado 2014-01-25] Disponível URL: <http://www.ifla.org/files/assets/faife/publications/policy-documents/internet-manifesto-pt.pdf>
- INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Manifesto brasileiro de apoio ao acesso livre à informação científica. [em linha]: 14 de setembro de 2005 [Citado em 12 de fevereiro de 2014]. Disponível em:< <http://livroaberto.ibict.br/docs/Manifesto.pdf>>
- ISO 690: 2010 Información y Documentación - *Directrices para las referencias bibliográficas* y citas a recursos de información. [em linha]. [Citado em: 21 janeiro 2014]Disponível em: [http://www.iso.org/iso/catalogue\\_detail.htm?csnumber=43320](http://www.iso.org/iso/catalogue_detail.htm?csnumber=43320)
- \_\_\_\_\_. 30300.Asociación Espanola de Documentación e información. Disponível em <<http://www.sedic.es/DT-n2-SEDIC-ISO30300.pdf>> Acesso em 23 ago. 2015
- \_\_\_\_\_. 690-2:1997. Documentation - *Bibliographic references* : content, form and structure. 2nd ed. 1997.
- JACOB Cristina; SALOMÃO Diana Paula Silva; GANDINI João Agnaldo Donizeti. Certificação digital: a segurança dos documentos eletrônicos. Revista Consultor Jurídico, maio 2002. [em linha] [s.l.]: 13 de fevereiro 2014. [Citado em 07 de Abril de 2014]. Disponível em URL: <http://conjur.estadao.com.br/static/text/12892,1>.
- JARDIM, José Maria. A pesquisa em arquivologia: um cenário em construção. In: Estudos avançados em Arquivologia [online]. Oficina Universitária. Marília: Cultura Acadêmica, 2012. [citado 2013-07-15]. pp.134-153. Disponível em:< [http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/estudos\\_avancados\\_arquivologia.pdf](http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/estudos_avancados_arquivologia.pdf)> ISBN ISBN 978-85-7983-266-6
- \_\_\_\_\_, José Maria. A produção de conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro. Ciência da Informação [online] 1998, n. 27 [citado 2010 -03-20]. n.27 Disponível em URL: <<http://www.revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewArticle/306>> ISSN0100-1965
- \_\_\_\_\_, Jose Maria. O acesso à informação arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação. [em linha] [s.l.]: [Citado em 10 de janeiro de 2014]. Disponível em: <[http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/ mesa/o\\_acesso\\_\\_informao\\_arquivstica\\_no\\_brasil.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/ mesa/o_acesso__informao_arquivstica_no_brasil.pdf)>.
- KELLNER, Douglas – Como mapear o presente a partir do futuro: de Baudrillard ao cyberpunk . In<<A cultura da mídia >> : EDUSC, 2001. ISBN 8574600733 p. 377- 419.
- KNOX, D. R.; HLAVA, M. K. Effective search strategies. *Online Review*, v. 3, n. 2, p.148-152, 1979.
- KOMESU, Fabiana. Espaços e fronteiras da "liberdade de expressão" em blogs na internet. Trab. linguist. apl. [online]. 2010, vol.49, n.2 [citado 2013-11-13], pp. 343-357 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-18132010000200003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132010000200003&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 0103-1813. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-18132010000200003>
- KONZEN, Marcos Paulo; FONTOURA, Lisandra Manzoni; NUNES, Raul Ceretta *Gestão de riscos de segurança da informação baseada na norma ISO/IEC 27005 usando padrões de segurança*. 2012.Disponível em < <http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/57616827.pdf>> Acesso em 18 ago. 2015.
- KOTLER, Philip. *Administração de marketing*: a edição do novo milênio. São Paulo: Prentice Hall, 2003.
- KREMER, J. M. Estratégia de busca. *Revista Escola Biblioteconomia UFMG*, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 187-220, set. 1985.
- KUBIÇA, Estefano. Tempestividade digital. [em linha]. [s.l.]: 31 outubro de 2007 [Citado em: 11 de Novembro de 2010]. Disponível em URL: [http://viaforum.com.br/DNN/Portals/4/CertForum\\_GED\\_com\\_](http://viaforum.com.br/DNN/Portals/4/CertForum_GED_com_)

- \_\_\_\_\_, Stefano. O casamento do GED/interprese content management com a certificação digital: uma união de mutualismo para gerar documentos eletrônicos e com eficácia probatória. In: GED RIO, 1., 2006, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Centro Nacional de Gerenciamento da Informação, 2006.
- KURAMOTO, Hélio – Sintagmas nominais: uma nova abordagem no processo de indexação. In NAVES, Madalena Martins Lopes. KURAMOTO, Hélio - *Organização da informação: princípios e tendências*. Brasília: Brinquet de Lemos, 2006. ISBN 85-85637-30-7. p. 117- 137.
- \_\_\_\_\_, Hélio. Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. *Ci. Inf.* [online]. 2006, vol.35, n.2, pp. 91-102 [citado 2013-11-13] . Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652006000200010>. ISSN 0100-1965.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. [S.l.]: Atlas, 2010. ISBN 9788522457588, p. 28)Noções de Pesquisa e Amostragem, André C. R. Martins, USP. Disponível em: <http://www.each.usp.br/amartins/Pesquisa%20e%20Amostragem.pdf>, citado em 02/05/2015, 35 p.
- LANTYER, Ângela Moisés Faria. O E-processo judicial e o documento eletrônico.2006 [em linha] [s.l.]: 13 de fevereiro 2014. [Citado em 07 de Abril de 2014]. Disponível em: [www.unifacs.br/revistajuridica/edicao\\_janeiro2007/discente/dis9.doc](http://www.unifacs.br/revistajuridica/edicao_janeiro2007/discente/dis9.doc).acesso
- LEMOS, André; CUNHA, Paulo (orgs). Alguns pontos para compreender a nossa época. In: Olhares sobre a Cibercultura. Sulina, Porto Alegre, 2003 pp. 11-23
- LEMOS, Paulo. *Conteúdo: quem faz, como faz*. Junho. Brasil Investment Link.2000 Disponível em <<http://www.revista.unicamp.br/navegacao/index8.html>> Acesso em: 18 ago. 2015
- LEVACOV, Marília. Bibliotecas virtuais: (r)evolução?. *Ci. Inf.* [online]. 1997, vol.26, n.2 [citado 2015-03-09] . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19651997000200003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651997000200003&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 0100-1965. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19651997000200003>.
- LEVINE, S. Joseph. Como escribir y presentar su tesis o disertación . RESTAINO Ernesto (trad.) Colonia: Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria – INIA [citado em 16 de outubro de 2013] Disponível URL:<http://www.learnerossociates.net/dissthes/dissgdsp.pdf>
- LÉVY, Pierre – Conclusão . In<<As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática >> Rio de Janeiro: Editora 34, 2010. ISBN 978-85-490-15-7 p. 187- 199.
- \_\_\_\_\_, Pierre – Introdução: face técnica. In<<As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática >> Rio de Janeiro: Editora 34, 2010. ISBN 978-85-490-15-7 p. 7- 20.
- \_\_\_\_\_, Pierre - Os três tempos do espírito. In<<As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática >> Rio de Janeiro: Editora 34, 2010. ISBN 978-85-490-15-7 p. 75- 132.
- LIMA, Ediene Souza de; OLIVEIRA, Irma Gracielle dos Santos Carvalho de. O bibliotecário e as competências administrativas: uma revisão de literatura sobre a construção de um novo perfil. *Biblionline*. [online]. 2010, [citado 2014-06-14], pp.168-176 . Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/biblio/article/view/9638>>. ISSN1809-4775.
- LIMA, Gercina Ângela Borém. – Organização da informação para sistemas de hipertextos . In NAVES, Madalena Martins Lopes. KURAMOTO, Hélio - *Organização da informação: princípios e tendências*. Brasília: Brinquet de Lemos, 2006. ISBN 85-85637-30-7. p. 96- 116.
- LOBO, Ana Paula. Telecentros: Ação perde apelo público e uso cai pela metade Convergência Digital. [online] Núcleo de informação e coordenação do ponto BR.(revisto em março 2009) [citado e 2013-12 03]. Disponível em:< <http://www.nic.br/imprensa/clipping/2009/midia102.htm>>.
- LOPES, Ilza Leite. Estratégia de busca na recuperação da informação: revisão da literatura. *Ci. Inf.* [online]. 2002, vol.31, n.2 [citado 2015-09-09], pp. 60-71 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19652002000200007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652002000200007&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 1518-8353. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652002000200007>.
- LOPES, I. L. Uso das linguagens controlada e natural em bases de dados: revisão da literatura. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 31, n. 1, p. 41-52, jan./abr. 2002
- LOPES, Luís Carlos. A gestão da informação: as organizações, os arquivos e a informática aplicada. Rio de Janeiro: EDUFF, 2000, 143 p. ISBN 85-228-0198-6

- MACHADO, Joicemegue Ribeiro; TIJIBOY, Ana Vilma . Redes Sociais Virtuais: um espaço para efetivação da aprendizagem cooperativa. *Novas tecnologias na educação*. [online] . Porto Alegre: *CINTED-UFRGS* 2005, Vol.3 n. 1.[citado e 2013-12 03]. Disponível em:< <http://www.seer.ufrgs.br/renote/article/view/13798/7994>>. E-ISSN 1807-8583
- MALDONATO, M. *Não sabemos que não sabemos*. *Scientific American Brasil*, São Paulo, n. 21, p. 32-37, fev. 2004.
- MARCACINI, Augusto Tavares Rosa. *O documento eletrônico como meio de prova*.2006 [em linha] [s.l.]: [Citado em: 14 de Dezembro de 2013]. Disponível em URL:<<http://advogado.com/internet/zip/tavares.htm> >
- MARCHIORI, Patrícia Zeni. "Ciberteca" ou biblioteca virtual: uma perspectiva de gerenciamento de recursos de informação. *Ci. Inf.* [online]. 1997, vol.26, n.2 [citado 2014-03-10] . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19651997000200002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651997000200002&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 0100-1965. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19651997000200002>.
- MARCONDES, Carlos Henrique; SAYÃO, Luís Fernando Sayão Integração e interoperabilidade no acesso a recursos informacionais eletrônicos em C&T: a proposta da Biblioteca Digital Brasileira. *Ci. Inf.* [Em linha]. vol. 30, n.3. 2001.
- MARDERO ARELLANO, Miguel Angel. Serviços de referência virtual. *Ci. Inf.* [online]. 2001, vol.30, n.2 [citado 2014-03-08], pp. 7-15 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19652001000200002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652001000200002&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 0100-1965. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652001000200002>.
- MARQUES, Eliana de Azevedo. A nova biblioteca: o papel e o digital ( revisto 12-2008-2009) São Paulo:USP n.80 [online] [citado 2014-09-11], pp.18-27. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13711/15529>>.
- MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. Democracia on-line e o problema da exclusão digital Intexto. [Em linha].Porto Alegre: UFRGS, n. 30, p. 93-113, jul. 2014. Disponível em: <[seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/.../30388](http://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/.../30388)>> ISSN 1807-8583
- MARTINEZ-SILVEIRA, Martha e ODDONE, Nanci. Necessidades e comportamento informacional: conceituação e modelos. *Ci. Inf.* [online]. 2007, vol.36, n.2 [citado 2013-11-13], pp. 118-127 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19652007000200012&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652007000200012&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 0100-1965. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652007000200012>.
- MATTA, Rodrigo Octávio Beton - Modelo de comportamento informacional de usuários: uma abordagem teórica. In VALENTIM, Marta Lígia.<< Gestão, mediação e uso da informação >> São Paulo: Cultura acadêmica, 2010 ISBN 978-85-7983-117-1 p.127-142.
- MEDEIROS, Jackson da Silva. Considerações sobre a esfera pública: redes sociais na internet e participação política. *Transinformação* [online]. 2013, vol.25, n.1 [citado 2013-11-13], pp. 27-33 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-37862013000100003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862013000100003&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 0103-3786. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-37862013000100003>
- MENDES, Cristiano – *Jornal do SBT*: Sistema Brasileiro de televisão [entrevista]. São Paulo: Jornal de notícias, 2014. Televisão. (20 min).
- MICHEL, Jean. Direito de autor, direito de cópia e direito à informação: o ponto de vista e a ação das associações de profissionais da informação e da documentação. *Ci. Inf.*[online]. 1997, vol.26, n.2 [cited 2014-06-20] . Available from: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19651997000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651997000200005&lng=en&nrm=iso)>. ISSN 0100-1965. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19651997000200005>.
- MISCHIATI, Ana Cristina e VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Reflexões sobre a ética e a atuação profissional do Bibliotecário. *Transinformação* [online]. 2005, vol.17, n.3 [citado 2013-09-11], pp. 209-220 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-37862005000300001&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862005000300001&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 0103-3786. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-37862005000300001>.
- MIZRUCHI, Mark S.. Análise de redes sociais: avanços recentes e controvérsias atuais. *Rev. adm. empres.* [online]. 2006, vol.46, n.3 [citado 2013-11-14], pp. 72-86 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-75902006000300013&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902006000300013&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 0034-7590. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902006000300013>.

MONTEIRO, Silvana Drumond – O ciberespaço: o termo, a definição e o conceito DataGramaZero – Revista de ciência da informação [online]. Vol.08,n.3,2007, p.1-18. [citado 2014-09-13]. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000004482&dd1=6ee37>> ISSN 1517-3801

\_\_\_\_\_, Silvana Drumond – Os mecanismos de busca: à guisa de uma tipologia das múltiplas sintaxes . In TOMAÉL, Maria Inês << Fontes de informação na internet >> Londrina: EDUEL, 2008. ISBN 978-85-2716-493-1 p. 97- 122.

MORAIS, João Francisco Regis – A realidade tecnológica. In << *Filosofia da ciência e da tecnologia introdução metodológica e crítica* >> São Paulo: Papirus, 1988. p.105-160. ISBN 85-308-0490-2.

MOREIRO GONZÁLEZ, José Antônio – Bases epistemológicas da representação da informação. In << *Linguagens documentárias e vocabulários semânticos para web: elementos conceituais* >> Salvador: EDUFBA, 2011. ISBN 978-85-7216-232-0824-0 p.13- 28.

\_\_\_\_\_, GONZÁLEZ, José Antonio – Requerimentos fundamentais da nova web. In << *Linguagens documentárias e vocabulários semânticos para web: elementos conceituais* >> Salvador: EDUFBA, 2011. ISBN 978-85-7216-232-0824-0 p.33-38.

\_\_\_\_\_, GONZÁLEZ, José Antonio – Taxonomia. In << *Linguagens documentárias e vocabulários semânticos para web: elementos conceituais* >> Salvador: EDUFBA, 2011. ISBN 978-85-7216-232-0824-0 p.51-63.

\_\_\_\_\_, GONZÁLEZ, José Antonio – Web 2.0 Folksonomias. In << *Linguagens documentárias e vocabulários semânticos para web: elementos conceituais* >> Salvador: EDUFBA, 2011. ISBN 978-85-7216-232-0824-0 p.46-50.

\_\_\_\_\_, GONZÁLEZ, José Antonio – Ontologias, o predomínio dos conceitos. In << *Linguagens documentárias e vocabulários semânticos para web: elementos conceituais* >> Salvador: EDUFBA, 2011. ISBN 978-85-7216-232-0824-0 p.74-100.

MORO CABERO, Manuela. “Los nuevos paradigmas de la Archivística y sus implicaciones en la formación y en la investigación.” Em: *Reunião Brasileira de Ensino em Arquivologia*, 3. Bahia (Brasil), 23 a 27 de outubro de 2013. Texto

\_\_\_\_\_, CABERO, Manuela. “Los nuevos paradigmas de la Archivística y sus implicaciones em la formación y en la investigación.” Em: *Reunião Brasileira de Ensino em Arquivologia*, 3. Bahia (Brasil), 23 a 27 de outubro de 2013. PALESTRA.

MOSTAFA, Solange Puntel. Ciência da Informação e as “outras” áreas. In: *Ciência da Informação: múltiplos diálogos*. [online] 2009. Marília: Oficina Universitária UNESP. [citado 2014-03-17] pp.67-76. Disponível em: <<https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/CEDHUM/texto03.pdf>> ISBN: 978-85-60810-16-1

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Perfil do bibliotecário, serviços e responsabilidades na área de informação e formação profissional Revista de Biblioteconomia de Brasília. Vol.17, n.1 [Em linha] 1989, Brasília: Universidade de Brasília [citado 2014-03-17] pp.63-70 Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000002584&dd1=a43f3>> ISSB 0100-7157

MÜLLER, M. S.; CORNELSEN, J. M. *Normas e padrões para teses e monografias*. 6. ed. rev. e atual. Londrina: Eduel, 2007. 155 p.

NAZÁRIO, Débora Cabral; SILVA, Paulo Fernando; ROVER, Aires José – Avaliação da qualidade da informação disponibilizada no portal de transparência do governo federal. *Revista Democracia Digital e Governo Eletrônico* [em linha]. n° 6(2012), p. 180-199. [Citado em 20 de Janeiro de 2014] Disponível em URL:<<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/artigo-avalia%20da-qualidade-da-informa%20disponibilizada-no-portal-da-transpar%20Ancia-do-g>>ISSN 2175-9391>

NÚCLEO MINERVA DA UNIVERSIDADE DE ÉVORA; Referenciar Documentos Digitais; Informação e documentação referências bibliográficas. Parte2 : Documentos Eletrônicos . Norma internacional ISO 690-2 Comitê técnico ISO/TC 46 [em linha]. Évora: Universidade de Évora, (revisto em Junho 200) [citado em 10 julho de 2013]. Disponível em URL:<<http://www.minerva.uevora.pt/internet-direitos/docdigitais.htm>>

NORRIS, P. *Digital divide: civic engagement, information: poverty and the internet in democratic societies*. New York: Cambridge University, 2001.

OHIRA, Maria Lourdes Blatt e PRADO, Noêmia Schoffen. Bibliotecas virtuais e digitais: análise de artigos de periódicos brasileiros (1995/2000). *Ci. Inf.* [online]. 2002, vol.31, n.1 [citado 2014-03-10], pp. 61-74 .



- Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19652002000100007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652002000100007&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 0100-1965. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652002000100007>.
- \_\_\_\_\_, Maria Lourdes. MARTINEZ, Priscila Amorim Martinez. Arquivos públicos municipais catarinenses: instrumentos de exercício da cidadania. Relatório Final, Projeto de pesquisa. Programa de Iniciação Científica Florianópolis: PIBIC/UFSC/CNPq. 2001.
- OLDROYD, B. K; CITROEN, C. L. Study of strategies used in online searching. *Online Review*, v. 1, n. 4, p. 295-310, 1977.
- OLIVA, Alberto. *Teoria do conhecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. 90 p. ISBN 978-85-378-0490-2
- OLIVEIRA, Flávia Helena de. A Formação do arquivista na universidade de Brasília e sua inserção no mercado de trabalho da capital federal. RICI Brasília. [online]. 2011, vol.3, n.1 [citado 2014-06-14], pp. 72-92. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/6162>>. ISSN 1983-5213.
- OLIVEIRA, Marlene; CARVALHO, Gabrielle Francinne; SOUZA, Gustavo Tanus. Trajetória histórica do ensino da biblioteconomia no Brasil. *Inf. & Soc: Est.* [online]. 2009, João Pessoa, vol.19, n.3, [citado 2013-04-05], pp. 13-24. Disponível em:< <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/3754/3167> >ISSN: 1809-4783
- Organização da informação: princípios e tendências*. NAVES, Madalena Martins Lopes. KURAMOTO, Hélio. (org). Brasília: Brinquad de Lemos, 2006 142p. ISBN: 85-85637-30-7
- PAES, Marilena Leite. Arquivo: teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- PEDRAZZI, Fernanda Kieling – O discurso sobre a Lei 12.525 em materialidades: a lei e o jornal: Anais Congresso de Arquivologia e Internet: conexões para o futuro, Salvador, 2012.5. Salvador: enara, 2012. [em linha]. [Citado em 20 de maio de 2014]. Disponível em URL:<http://www.enara.org.br/cna2012/anais/AnaisVCNA2012.pdf> ISBN 978-85-66466-00-3
- PEREIRA, Frederico Cesar Mafra. Necessidades e usos da informação: a influência dos fatores cognitivos, emocionais e situacionais no comportamento informacional de gerentes. *Perspect. ciênc. inf.* [online]. 2010, vol.15, n.3 [citado 2013-11-13], pp. 176-194. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-99362010000300010&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362010000300010&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 1413-9936. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-99362010000300010>
- PEREIRA, Júlio C. I.; BAX, Marcello P. Introdução à gestão de conteúdos. *Revista Gestão & Tecnologia*, Pedro Leopoldo, v. 1, n. 1, p. , jan./jul. 2002.
- PÉREZ- PULIDO. Margarita. Ética y deontología para profesionales de la Biblioteconomía y Documentación. *ITEM Revista de biblioteconomía i documentación*, 2007, vol. 2007, n. 45. [Journal article (Print/Paginated)] p.1-20 Disponível em < <http://www.eprints.rclis.org/19144/>> Acesso em 18 ago. 2015.
- PICKLER, Maria Elisa Valentim. Web Semântica: ontologias como ferramentas de representação do conhecimento. *Perspect. ciênc. inf.* [online]. 2007, vol.12, n.1 [citado 2014-03-10], pp. 65-83. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-99362007000100006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362007000100006&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 1413-9936. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-99362007000100006>.
- PRIBERAM DICIONÁRIO .[online] [citado em 25 de janeiro de 2014] Disponível URL: <http://www.priberam.pt/dlpo/>
- QUEIRÓS, Bartolomeu Campos de. Movimento do Brasil literário. Manifesto.2009. [em linha]. [s.l.]: [Citado em 20 de Janeiro de 2013]. Disponível em URL:< <http://www2.brasilliterario.org.br/pt/manifesto/o-manifesto>>
- RAMOS, Paulo Baltazar. *A gestão na organização de unidades de informação*. Ciência da Informação - Vol. 25, número 1. 1996.
- RECUERO, Raquel da Cunha. Teoria das redes e redes sociais na Internet: considerações o Orkut, os Weblogs e os Fotologs. INTERCOM [ em linha]. 2004[citado em 12 de Dezembro de 2014] Disponível em URL: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/121985795651418859729998795470196200751.pdf>
- ROBREDO, Jaime. *A revolução Internet*. Documentação de hoje e de amanhã: uma abordagem revista e contemporânea da Ciência da Informação e de suas aplicações biblioteconômicas, documentárias, arquivísticas e museológicas. 4 ed. Brasília: Edição do autor, 2005. 400 p. ISBN 85 90592014

- RODRIGUES, Ana Márcia Lutterbach. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. *Ciência da informação*. vol.11, n.1. 2006.
- RODRIGUES, Georgete Medleg; MARQUES, Angélica Alves da Cunha. A construção do “campo científico” da Arquivística no Brasil: debates iniciais e marcos temporais. *Revista Ibero-americana de Ciência da Informação* [online]. 2008, vol.1, n.1 [citado 2013-06-06], pp. 101-117 . Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/RICI/article/view/1622>>. ISSN 1983-5213.
- RODRIGUES, Marcelo Abelha. *Elementos de direito processual civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000. v.2.
- SANTOS, Vanderlei Batista dos. *Gestão de documentos eletrônicos: uma visão arquivística*. 2 ed. Brasília: ABRQ, 2005. 140 p. ISBN 85-888-6603-X
- ROSSINI, Carolina. Aprendizagem digital, recursos educacionais abertos e cidadania. In SILVEIRA, Sergio Amadeu. A Cidadania e redes digitais. *Citizenship and digital networks*. [online]. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil: 2010 [citado em 2014-02-12-] Maracá - Educação e tecnologias. pp.209 -234 Disponível em:< <http://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/1/livro-cidadania-e-redes-digitais.pdf>> ISBN 978-85-63127-01-3
- RUDIGER, Francisco. O ciberativismo sem bússola Intexto, [online] [citado em 12 de Dezembro de 2014] Porto Alegre: UFRGS, 2014, n. 30, p. 255-262.. Disponível em:<<<http://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/download/45798/30397>>> ISSN 1807-8583
- SALARELLI, Alberto - Informação digital. In TAMMARO, Anna Maria; SALARELLI, Alberto - *A biblioteca digital*. Brasília: Brinquet de Lemos, 2008. ISBN 978-85-85637-34-7 p.03-110.
- SANTOS, Hercules Pimenta. Etiquetagem e folksonomia: o usuário e sua motivação para organizar e compartilhar informação na Web 2.0. *Perspect. ciênc. inf.* [online]. 2013, vol.18, n.2 [citado 2015-03-10], pp. 91-104 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-99362013000200007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362013000200007&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 1413-9936. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-99362013000200007>.
- SANTOS, José Paulo. *CMS – Sistemas de Gestão de Conteúdos.2012* Disponível em < [http://www.cfaematosinhos.eu/CMS\\_SGConteudos.pdf](http://www.cfaematosinhos.eu/CMS_SGConteudos.pdf)> Acesso em 10 ago. 2015.
- SANTOS, Thais Helen do Nascimento. MEDEIROS, José Washington de Moraes. -<< Acesso e uso da informação em arquivos sob a perspectiva dos serviços de difusão cultural e ações educativas: Anais do V Congresso Nacional de Arquivologia , Salvador , 2012>>. Salvador: CNA, 2012.
- SANTOS, Valéria Lemos. *Gestão do conhecimento e estrutura organizacional: um estudo de caso*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP 2001, 210p.
- SAYAO, Luís Fernando. Interoperabilidade das bibliotecas digitais: o papel dos sistemas de identificadores persistentes - URN, PURL, DOI, Handle System, Cross Ref. e Open URL. *Transinformação* [online]. 2007, vol.19, n.1 [citado 2015-03-10], pp. 65-82 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-37862007000100006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862007000100006&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 0103-3786. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-37862007000100006>.
- SANZ CASADO, Elías - Mercado laboral y formación profesional: Programas de educación continua y necesidad de formación especializada en Ciencias de la Información y documentación. In; A ciência da informação criadora de conhecimento ATENAS RIVERA- Javiera. Coimbra: Universidade de Coimbra vol. I ,p.387- 394 ISBN 978-989-26-0014-7
- SILVA, A. M.; PINHEIRO, M. S. F. *Guia para normalização de trabalhos técnico-científicos: projetos de pesquisa, trabalhos acadêmicos, dissertações e teses*. 5. ed. rev. e ampl. Uberlândia: UFU, 2006. 144 p.
- SILVA, Carlos Alberto F. da; SILVA, Michele Tancman Cândido da. A dimensão sócio espacial do ciberespaço: uma nota. *Educação pública*. [online] Rio de Janeiro: CECIERJ [citado em 2014-12-12] Disponível em: <<http://www.educaçãopublica.rj.gov.br/geografia/0007.html>>. ISSN 19846290.
- SILVA, Eliezer Pires da. A trajetória da Arquivologia: três visões sobre os arquivos. *Revista eletrônica Documento Monumento* [online] 2011. Mato Grosso, vol. 5, n. 1, [citado 2014-03-17]. Disponível em: < <http://pt.scribd.com/doc/81374141/>> ISBN 2176 5804
- SILVA, Ezequiel Theodoro da – A presença e o lugar da leitura na escola. In<<*Elementos de pedagogia da leitura* >> 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. ISBN 85-336-0859-4. p. 1 – 12.
- \_\_\_\_\_, Ezequiel Theodoro da – da teoria para a prática em sala de aula. In<<*Elementos de pedagogia da leitura* >> 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. ISBN 85-336-0859-4. p.93 – 122 .

- \_\_\_\_\_, Ezequiel Theodoro da – Leitura escolar: a questão de suas finalidades. In<<Elementos de pedagogia da leitura >> 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. ISBN 85-336-0859-4. p.79 – 92 .
- \_\_\_\_\_, Ezequiel Theodoro da – Leitura na escola: um objeto de conquista. In<<Elementos de pedagogia da leitura >> 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. ISBN 85-336-0859-4. p. 13 – 28.
- \_\_\_\_\_, Ezequiel Theodoro da – Leitura no ensino da língua portuguesa . In<<Elementos de pedagogia da leitura >> 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. ISBN 85-336-0859-4. p. 69 -78.
- \_\_\_\_\_, Ezequiel Theodoro da – Por mais leitura: o desmantelamento da censura nas escolas. In<<Elementos de pedagogia da leitura >> 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. ISBN 85-336-0859-4. p. 29 – 44.
- \_\_\_\_\_, Ezequiel Theodoro da – Por melhor leitura: o combate à redundância e à superficialidade teórica . In<<Elementos de pedagogia da leitura >> 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. ISBN 85-336-0859-4. p.45–68.
- SILVA FILHO, Antônio Mendes da. Segurança da informação: sobre a necessidade de proteção de sistemas de informações. *Revista Espaço Acadêmico*. n. 42. 2004.
- SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da. Informação, ciberespaço e consciência. *Transinformação* [online]. 2006, vol.18, n.3 [citado 2015-02-11], pp. 191-201 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-37862006000300003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862006000300003&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 0103-3786. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-37862006000300003>. ISBN 978-85-63127-01-3.
- SILVEIRA, Amélia. Marketing em sistemas de informação; uma visão geral. *Ciência da Informação*, vol.15, n.1, p.45-52, jan./jun. 1986.
- SILVEIRA, Sergio Amadeu. Ambivalências, liberdade e controle dos ciberviventes. In SILVEIRA, Sergio Amadeu. A Cidadania e redes digitais. Citizenship and digital networks. [online]. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil: 2010 [citado em 27-12-2014] Maracá - Educação e tecnologias. pp.63 -86,. Disponível em: <<http://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/1/livro-cidadania-e-redes-digitais.pdf>>
- SIQUEIRA, Jéssica Câmara. Repensando o serviço de referência: a possibilidade virtual. Ponto de Acesso. [online] Salvador: UFBA Vol. 4, n. 2, pp. 116-130. [citado em 2014-03-09] Disponível em: [www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/4238](http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/4238) ISSN 1981-6766
- SNBP: Segundo o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, por meio do projeto “Mais Bibliotecas”, atualmente 117 municípios brasileiros não possuem biblioteca pública. (texto meu). Disponível em: <http://snbp.culturadigital.br/maisbibliotecas/> Acesso: 05 -08- 2015
- SOUSA, Flordiniz; SOUSA, Janailton Lopes; FERREIRA, Synara de Azevedo; FERREIRA, Maria Mary. Ética e informação: um olhar sobre a prática do bibliotecário. [online] 2013, [citado 2015-03-17] Disponível em <<http://www.erebdfortaleza2014.ufc.br/gt>>.
- SOUZA, Katia Isabelli de Bethânia Melo de. El mundo del trabajo y la visibilidad del profesional de archivos analises y evolución del panorama laboral del Archivero en Brasil: el Poder Legislativo Federal en escena. Tese Doutoral, Universidad Carlos III de Madrid. 2010. P. 51-72
- SPINAK, Ernesto. *Preservação: a construção da continuidade digital*. 2009 Disponível em <<http://blog.scielo.org/blog/2014/01/02/preservacao-a-construcao-da-continuidade-digital>> Acesso em 23 ago. 2015.
- SUAIDEN, Emir José. In: Políticas públicas nacionais e internacionais para informação e cultura. FONSECA, MARIA Cecília Londres. Ciência da informação múltiplos diálogos. p. 45 -56.
- TAKAHASHI, T. (Org.). Livro Verde: sociedade da informação no Brasil. Brasília: MCT, 2000.
- TAMMARO, Anna Maria – A Biblioteca digital. In TAMMARO, Anna Maria; SALARELLI, Alberto - *A biblioteca digital* . Brasília: Brinquet de Lemos, 2008. ISBN 978-85-85637-34-7. p.111-371
- TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O ensino da arquivologia no Brasil: fases e influências. *Revista eletrônica de biblioteconomia e ciências da informação*. [online]. 2012, vol.18, n.37 [citado 2014-06-14], pp. 83-102 . Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2013v18n37p83>>. ISSN 1518-2924. <http://dx.doi.org/10.5007/1518-2924.2013v18n37p83>.

- TARGINO, Maria das Graças. Redes sociais em aeroportos e rodoviárias: por que não? *Revestres*, Teresina, 2014, Vol. 3, n. 13, p. 24-25. ISSN: 2238-8478.
- TEIXEIRA, Adriano Canabarro; PEREIRA, Ana Maria de Oliveira; TRENTIN, Marco Antônio Sandini *Inclusão digital: tecnologias e metodologias*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo: Salvador: EDUFBA, 2013, 281 p. ISBN 9788575154823.
- TEIXEIRA, Vanessa Leite e COUTO, Luís Flávio Silva. A cultura do consumo: uma leitura psicanalítica lacaniana. *Psicol. estud.* [online]. 2010, vol.15, n.3 [citado 2014-09-13], pp. 583-591 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-73722010000300016&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722010000300016&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 1413-7372. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722010000300016>
- TENOPIR, C. Are you a super searcher? *Library Journal*, v. 125, n. 4, p. 36-38, 2000.
- TERSO, Iole Costa. Alfabetização informacional: consciência e tecnologia na prática bibliotecária. In: *Cultura, representação e informação digitais* [online]. Universidade Federal da Bahia. Salvador: EDUFBA, 2010. [citado 2013-01-22]. pp.99-118. Disponível em:< <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7335/1/cultura-representacao-informacao-digitais-RI.pdf>> ISBN 978-85-232-0713-7
- TOBEGUARANY: Dados, estatísticos e projeções sobre a Internet no Brasil [online]. [citado 2014-10-18]. Disponível em:< <http://tobeguarany.com/internet-no-brasil/>>
- TOFFLER, Alvin. *A terceira onda*. 30 ed. Rio de Janeiro: Record, 2007. 490 p. ISBN 85010117973
- TOMAEEL, Maria Inês e MARTELETO, Regina Maria. Redes sociais de dois modos: aspectos conceituais. *Transinformação* [online]. 2013, vol.25, n.3 [citado 2013-11-13], pp. 245-253 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-37862013000300007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862013000300007&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 0103-3786. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-37862013000300007>
- \_\_\_\_\_, Maria Inês; ALCARA, Adriana Rosecler e DI CHIARA, Ivone Guerreiro. Das redes sociais à inovação. *Ci. Inf.* [online]. 2005, vol.34, n.2 [citado 2013-11-13], pp. 93-104 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19652005000200010&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652005000200010&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 0100-1965. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652005000200010>
- UNCITRAL: United Nations Commission on International Trade Law. [em linha]. [s.l.]: [Citado em: 18 de Janeiro de 2011]. Disponível em URL: <http://www.uncitral.org/uncitral/en/index.html>
- UNESCO. Alfabetização midiática e informacional. [online] 2014. [citado 2015-03-17]. Disponível em <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/communication-and-information/access-to-knowledge/media-and-information-literacy>>.
- UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura. [em linha]. [s.l.]: [Consulta em 20 de Janeiro de 2014]. Disponível em [www.unesco.org.br/unesconet](http://www.unesco.org.br/unesconet)
- VALENTIM, Maria. *Informação, conhecimento e inteligência organizacional*. Marília: FUNDEPE. 2005.
- \_\_\_\_\_, Marta Lúcia, *Formação do Profissional da Informação*. São Paulo: Editora Polis, 2002 p 8- 115.
- VIEIRA Bruna Marques . *A gestão de unidades de informação: visão dos bibliotecários da Universidade Federal do Rio Grande - FURG*. 2000. Disponível em < [www.contentmind.com.br/cursos/gestao](http://www.contentmind.com.br/cursos/gestao)> Acesso em 18 ago. 2015.
- VIEIRA, David Vernon; BAPTISTA, Sofia Galvão e CUEVAS CERVERO, Aurora. Adoção da Web 2.0 em bibliotecas de universidades públicas espanholas: perspectivas de interação do bibliotecário com as redes sociais - relato de pesquisa. *Perspect. ciênc. inf.* [online]. 2013, vol.18, n.2 [citado 2013-11-13], pp. 167-181 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-99362013000200011&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362013000200011&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 1413-9936. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-99362013000200011>.
- VLAHOS, Michael. *El surgimiento de la infoesfera y su impacto en las operaciones militares*. 2013 Disponível em < <http://argentina.afceachapters.org/wp-content/uploads/2013/11/EL-SURGIMIENTO.pdf>> Acesso em 18 ago. 2015.
- Voutssas- Márquez, Juan. *Cómo preservar mi patrimonio digital personal* . Bibliotecológicas y de la Información, México: UNAM, Instituto de Investigaciones 2013.viii, 280 p. - (Tecnologías de la información)ISBN: 978-607-02-4122-2

- WALTRICK, Soraya Arruda; MACHADO, Cristiane Salvan; BLATTMANN, Úrsula. Estruturação dos serviços on-line na biblioteca virtual da UNISUL para atender sua comunidade virtual de aprendizagem.[online]2008 [citado em 2014-10-10]Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/snbu2008/anais/site/pdfs/3523.pdf>> ISSN 1678-765X
- WATTS, Duncan J. Six Degrees. The Science of a Connected Age. New York: W. W. Norton &Company, 2003.
- WEBER, Lílian; GRISCI, Carmem Ligia Iochins e PAULON, Simone Mainieri. Cartografia: aproximação metodológica para produção do conhecimento em gestão de pessoas. *Cad. EBAPE.BR* [online]. 2012, vol.10, n.4 [citado 2013-11-13], pp. 841-857 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-39512012000400005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512012000400005&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 1679-3951. <http://dx.doi.org/10.1590/S1679-39512012000400005>.
- WELLMAN, Barry. Structural Analysis: From Method and Metaphor to Theory and Substance. Publicado em: WELLMAN, Barry e BERKOWITZ, S. D. editores. Social Structures: A Network Approach. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- WINNER, Langdon. Sujeitos e cidadãos no mundo digital . In SILVEIRA, Sergio Amadeu. *A Cidadania e redes digitais. Citizenship and digital networks*. [online]. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil: 2010 [citado em 2014-12-12] Maracá - Educação e tecnologias. pp.37-62. Disponível em: <<http://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/1/livro-cidadania-e-redes-digitais.pdf>> ISBN 978-85-63127-01-3.
- WOLTON, Dominique. *Informar não é comunicar*. Silva, Juremir Machado da (trad.). Porto Alegre: Sulina, 2010. 96 p. ISBN: 978-85-205-0558-8
- XXVII INTERCOM. Núcleo de pesquisa de Tecnologias da Comunicação e Informação do do IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da XXVII INTERCOM, [online] 2004, Porto Alegre: INTERCOM [citado em 2014-04-04] Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/121985795651418859729998795470196200751.pdf>
- ZAIDEN, Francisco. (2012) As bibliotecas virtuais democratizam o acesso ao conteúdo científico? Revista eletrônica de jornalismo científico .[online]2008 [citado em 2014-10-10] Disponível em <http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=79&id=975> ISSN 2316-638X

## **LISTA DE APÊNDICE**

APÊNDICE 5.A – Questionários enviados aos entrevistados .....	363
---	-----

## **LISTA DE ANEXOS**

ANEXO A – Lei nº 9.610 19/02/1998 Direitos dos autores.....	366
---	-----

## APÊNDICE

## APÊNDICE – A

## QUESTIONÁRIO

O questionário visa avaliar e identificar quais os aspectos sociais, acadêmicos que interferem no comportamento dos investigadores e graduandos, no que se refere ao acesso da informação online. Solicitamos sua participação de 03 a 05 minutos para responder três blocos de questões refletindo o que de fato acontece na sua experiência em acesso a Internet. A sua contribuição é de fundamental importância porque orientará ao profissional da informação no auxílio de trabalhos acadêmicos e ou pesquisas científicas e contribuirá efetivamente para a Tese de Doutorado da Universidad de Salamanca na Espanha. Serão garantidos o sigilo e privacidade, na apresentação dos resultados. Em caso de dúvida, você poderá contatar a pesquisadora – Silvânia Amorim pelo e-mail: [sil.batistadeamorim@gmail.com](mailto:sil.batistadeamorim@gmail.com) Agradecemos sua colaboração.

**Bloco I - Uso e pesquisa na Internet**

1– Você tem acesso à Internet fora de ambientes públicos?

Sim  Não

2 – Caso sua resposta da pergunta anterior seja afirmativa, seu acesso se dá por: Marque até três alternativas de acordo com sua preferência.

Computador de mesa  Laptop  Tablet  Celular

3 – Indique três alternativas, que você considera importantes quando acessa a Internet:

Redes sociais

Vídeos

Jogos

Jornais

Blogs

E-mails

Pesquisas acadêmicas

Executar seu trabalho

Outros

4 – Quanto tempo aproximadamente você se mantém conectado à Internet por dia?

Menos de 1 hora

De 1 a 3 horas

De 3 a 5 horas



- De 5 a 8 horas
- Mais de 8 horas
- 24 horas

05 – Estudou ou estuda com o apoio de sites na Internet?

- Sim
- Parcialmente
- Não

06 – Quando você é solicitado a fazer um trabalho científico tem facilidade de encontrar e selecionar os conteúdos dos assuntos os quais pretende abordar?

- Sim
- Não

Por quê? \_\_\_\_\_

07 - Marquem a (as) alternativa(s) que considerar pertinente(s):

O acesso aos sites de pesquisa na Internet é:

- Ágil
- Lento
- Atual
- Desatualizado
- Confuso
- Claro
- Acessível
- Difícil acesso
- Confiável
- Duvidoso
- Não sei informar
- Não utilizo Internet para pesquisas

Por quê? \_\_\_\_\_

## **Bloco II. Hábitos de leitura e uso dos recursos da biblioteca**

1 - Quantos livros você lê por ano?

- Apenas 1 livro
- De 2 a 5 livros
- De 6 a 10 livros
- De 11 a 20 livros
- Mais de 20 livros
- Não leio nenhum

2- Gostam de ler livros em mídia (E-Book online)?

- Sim
- Não

Por quê? \_\_\_\_\_

3- Com quantos anos você foi alfabetizado?

Com 5 anos ou menos

Com 6 anos

Com 7 anos ou mais

4 - Você tem acesso a alguma Biblioteca?

Sim

Não

\*Caso sua resposta à pergunta anterior seja afirmativa, responda as questões de número 05 e 06.

05- As bibliotecas que tem como usuários professores pesquisadores estudantes, oferecem o serviço de comutação bibliográfica (COMUT). O pedido é feito via online, é pago, o valor é estabelecido pela rede Comut. Você conhece esse serviço?

Conheço e uso de vez em quando

Conheço e não uso

Não conheço

06 - Bibliotecas Universitárias e especializadas, normalmente oferecem um programa de capacitação aos seus usuários, você já teve acesso há esse programa?

Sim  Não

07- Em caso afirmativo, marque a (as) alternativa(s) que considerar pertinente(s):

Capacitação no uso dos ambientes da biblioteca

Orientação para normalização de trabalhos acadêmicos

Fontes de Informação online

Treinamentos no Portal de Periódicos CAPES

Nenhuma das alternativas

08 - Você conhece a biblioteca digital ou virtual?

Conheço e acesso com regularidade

Conheço e acesso de vez em quando

Conheço e não acesso

Não conheço

09 – Gostaria que a biblioteca colocasse ao dispor dos usuários para empréstimos. Marque as alternativas da sua preferência.

Tablets

Leitores de e-book

Laptops

não gostaria

10 - Você se sente uma pessoa informada sobre o que acontece no dia-a-dia da sua profissão?

Sim

parcialmente

Não

11 – Em caso afirmativo marque o(s) meio(s) de comunicação o(s) qual (ais) você utiliza para se atualizar sobre o que acontece na sua profissão.

Boletim eletrônico

Redes sociais

Conversa informal

Blogs da área

E-mail

Periódicos eletrônicos

Sites da área

Não uso

12 – Qual (ais) o(s) serviço(s) que a biblioteca poderia oferecer para facilitar seu acesso à informação?

Dê sugestões: \_\_\_\_\_

### **Bloco III Perfil do entrevistado**

01– Você é do sexo:

Masculino

Feminino

Prefiro não dizer

02- Em qual faixa etária você está inserido (a)?

Entre 18 e 22 anos

Entre 23 e 30 anos

Entre 31 e 40 anos

Entre 41 e 50 anos

Entre 51 e 60 anos

Mais de 60 anos

03– Marque a(s) alternativa(s) em que você se enquadra?

- Graduação Arquivística  
 Graduação Biblioteconomia  
 Graduação Outros  
 Ensino Superior Completo Arquivística  
 Ensino Superior Completo Biblioteconomia  
 Ensino Superior Completo em Outras áreas

04- Você possui Pós-graduação .?

- Especialização  
 Mestrado  
 Doutorado  
 Pós-doutorado  
 Não possui

05 – Você estudou ou estuda em Universidade:

- Pública  Privada  Parcialmente Pública e Privada

06 - Em qual região do país esta estabelecida a Universidade que você se formou. Ou se formará:

- Norte  Sul  Centro-Oeste  Sudeste  Nordeste

07 - Há quanto tempo você atua na sua área de formação?

- Menos de um ano  Entre 21 e 25 anos  
 Entre 01 e 05 anos  Entre 26 e 30 anos  
 Entre 06 e 10 anos  Mais de 30 anos  
 Entre 11 e 15 anos  Não atuo na área  
 Entre 16 e 20 anos

08 - Caso queira abordar alguma questão que não foi apresentada na pesquisa, por gentileza, registre sua opinião no espaço abaixo.

-----

## ANEXOS

## ANEXO – A

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faz saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: **LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998.**

## Título I

## Disposições Preliminares

Art. 1º Esta Lei regula os direitos autorais, entendendo-se sob esta denominação os direitos de autor e os que lhes são conexos.

Art. 2º Os estrangeiros domiciliados no exterior gozarão da proteção assegurada nos acordos, convenções e tratados em vigor no Brasil.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto nesta Lei aos nacionais ou pessoas domiciliadas em país que assegure aos brasileiros ou pessoas domiciliadas no Brasil a reciprocidade na proteção aos direitos autorais ou equivalentes.

Art. 3º Os direitos autorais reputam-se, para os efeitos legais, bens móveis.

Art. 4º Interpretam-se restritivamente os negócios jurídicos sobre os direitos autorais.

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - publicação - o oferecimento de obra literária, artística ou científica ao conhecimento do público, com o consentimento do autor, ou de qualquer outro titular de direito de autor, por qualquer forma ou processo;

II - transmissão ou emissão - a difusão de sons ou de sons e imagens, por meio de ondas radioelétricas; sinais de satélite; fio, cabo ou outro condutor; meios óticos ou qualquer outro processo eletromagnético;

III - retransmissão - a emissão simultânea da transmissão de uma empresa por outra;

IV - distribuição - a colocação à disposição do público do original ou cópia de obras literárias, artísticas ou científicas, interpretações ou execuções fixadas e fonogramas, mediante a venda, locação ou qualquer outra forma de transferência de propriedade ou posse;

V - comunicação ao público - ato mediante o qual a obra é colocada ao alcance do público, por qualquer meio ou procedimento e que não consista na distribuição de exemplares;

VI - reprodução - a cópia de um ou vários exemplares de uma obra literária, artística ou científica ou de um fonograma, de qualquer forma tangível, incluindo qualquer armazenamento permanente ou temporário por meios eletrônicos ou qualquer outro meio de fixação que venha a ser desenvolvido;

VII - contrafação - a reprodução não autorizada;

VIII - obra:

a) em co-autoria - quando é criada em comum, por dois ou mais autores;

b) anônima - quando não se indica o nome do autor, por sua vontade ou por ser desconhecido;

c) pseudônima - quando o autor se oculta sob nome suposto;

d) inédita - a que não haja sido objeto de publicação;

e) póstuma - a que se publique após a morte do autor;

f) originária - a criação primígena;

g) derivada - a que, constituindo criação intelectual nova, resulta da transformação de obra originária;

h) coletiva - a criada por iniciativa, organização e responsabilidade de uma pessoa física ou jurídica, que a publica sob seu nome ou marca e que é constituída pela participação de diferentes autores, cujas contribuições se fundem numa criação autônoma;

i) audiovisual - a que resulta da fixação de imagens com ou sem som, que tenha a finalidade de criar, por meio de sua reprodução, a impressão de movimento, independentemente dos processos de sua captação, do suporte usado inicial ou posteriormente para fixá-lo, bem como dos meios utilizados para sua veiculação;

IX - fonograma - toda fixação de sons de uma execução ou interpretação ou de outros sons, ou de uma representação de sons que não seja uma fixação incluída em uma obra audiovisual;

X - editor - a pessoa física ou jurídica à qual se atribui o direito exclusivo de reprodução da obra e o dever de divulgá-la, nos limites previstos no contrato de edição;

XI - produtor - a pessoa física ou jurídica que toma a iniciativa e tem a responsabilidade econômica da primeira fixação do fonograma ou da obra audiovisual, qualquer que seja a natureza do suporte utilizado;

XII - radiodifusão - a transmissão sem fio, inclusive por satélites, de sons ou imagens e sons ou das representações desses, para recepção ao público e a transmissão de sinais codificados, quando os meios de decodificação sejam oferecidos ao público pelo organismo de radiodifusão ou com seu consentimento;

XIII - artistas intérpretes ou executantes - todos os atores, cantores, músicos, bailarinos ou outras pessoas que representem um papel, cantem, recitem, declamem, interpretem ou executem em qualquer forma obras literárias ou artísticas ou expressões do folclore.

XIV - titular originário - o autor de obra intelectual, o intérprete, o executante, o produtor fonográfico e as empresas de radiodifusão. ([Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013](#))

Art. 6º Não serão de domínio da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios as obras por eles simplesmente subvencionadas.

## Título II

### Das Obras Intelectuais

#### Capítulo I

##### Das Obras Protegidas

Art. 7º São obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro, tais como:

I - os textos de obras literárias, artísticas ou científicas;

II - as conferências, alocuções, sermões e outras obras da mesma natureza;

III - as obras dramáticas e dramático-musicais;

IV - as obras coreográficas e pantomímicas, cuja execução cênica se fixe por escrito ou por outra qualquer forma;

V - as composições musicais, tenham ou não letra;

VI - as obras audiovisuais, sonorizadas ou não, inclusive as cinematográficas;

VII - as obras fotográficas e as produzidas por qualquer processo análogo ao da fotografia;

VIII - as obras de desenho, pintura, gravura, escultura, litografia e arte cinética;

IX - as ilustrações, cartas geográficas e outras obras da mesma natureza;

X - os projetos, esboços e obras plásticas concernentes à geografia, engenharia, topografia, arquitetura, paisagismo, cenografia e ciência;

XI - as adaptações, traduções e outras transformações de obras originais, apresentadas como criação intelectual nova;

XII - os programas de computador;

XIII - as coletâneas ou compilações, antologias, enciclopédias, dicionários, bases de dados e outras obras, que, por sua seleção, organização ou disposição de seu conteúdo, constituam uma criação intelectual.

§ 1º Os programas de computador são objeto de legislação específica, observadas as disposições desta Lei que lhes sejam aplicáveis.

§ 2º A proteção concedida no inciso XIII não abarca os dados ou materiais em si mesmos e se entende sem prejuízo de quaisquer direitos autorais que subsistam a respeito dos dados ou materiais contidos nas obras.

§ 3º No domínio das ciências, a proteção recairá sobre a forma literária ou artística, não abrangendo o seu conteúdo científico ou técnico, sem prejuízo dos direitos que protegem os demais campos da propriedade imaterial.

Art. 8º Não são objeto de proteção como direitos autorais de que trata esta Lei:

I - as idéias, procedimentos normativos, sistemas, métodos, projetos ou conceitos matemáticos como tais;

II - os esquemas, planos ou regras para realizar atos mentais, jogos ou negócios;

III - os formulários em branco para serem preenchidos por qualquer tipo de informação, científica ou não, e suas instruções;

IV - os textos de tratados ou convenções, leis, decretos, regulamentos, decisões judiciais e demais atos oficiais;

V - as informações de uso comum tais como calendários, agendas, cadastros ou legendas;

VI - os nomes e títulos isolados;

VII - o aproveitamento industrial ou comercial das idéias contidas nas obras.

Art. 9º À cópia de obra de arte plástica feita pelo próprio autor é assegurada a mesma proteção de que goza o original.

Art. 10. A proteção à obra intelectual abrange o seu título, se original e inconfundível com o de obra do mesmo gênero, divulgada anteriormente por outro autor.

Parágrafo único. O título de publicações periódicas, inclusive jornais, é protegido até um ano após a saída do seu último número, salvo se forem anuais, caso em que esse prazo se elevará a dois anos.

#### Capítulo II

##### Da Autoria das Obras Intelectuais

Art. 11. Autor é a pessoa física criadora de obra literária, artística ou científica.

Parágrafo único. A proteção concedida ao autor poderá aplicar-se às pessoas jurídicas nos casos previstos nesta Lei.

Art. 12. Para se identificar como autor, poderá o criador da obra literária, artística ou científica usar de seu nome civil, completo ou abreviado até por suas iniciais, de pseudônimo ou qualquer outro sinal convencional.

Art. 13. Considera-se autor da obra intelectual, não havendo prova em contrário, aquele que, por uma das modalidades de identificação referidas no artigo anterior, tiver, em conformidade com o uso, indicada ou anunciada essa qualidade na sua utilização.

Art. 14. É titular de direitos de autor quem adapta, traduz, arranja ou orquestra obra caída no domínio público, não podendo opor-se a outra adaptação, arranjo, orquestração ou tradução, salvo se for cópia da sua.

Art. 15. A co-autoria da obra é atribuída àqueles em cujo nome, pseudônimo ou sinal convencional for utilizada.

§ 1º Não se considera co-autor quem simplesmente auxiliou o autor na produção da obra literária, artística ou científica, revendo-a, atualizando-a, bem como fiscalizando ou dirigindo sua edição ou apresentação por qualquer meio.

§ 2º Ao co-autor, cuja contribuição possa ser utilizada separadamente, são asseguradas todas as faculdades inerentes à sua criação como obra individual, vedada, porém, a utilização que possa acarretar prejuízo à exploração da obra comum.

Art. 16. São co-autores da obra audiovisual o autor do assunto ou argumento literário, musical ou lítero-musical e o diretor.

Parágrafo único. Consideram-se co-autores de desenhos animados os que criam os desenhos utilizados na obra audiovisual.

Art. 17. É assegurada a proteção às participações individuais em obras coletivas.

§ 1º Qualquer dos participantes, no exercício de seus direitos morais, poderá proibir que se indique ou anuncie seu nome na obra coletiva, sem prejuízo do direito de haver a remuneração contratada.

§ 2º Cabe ao organizador a titularidade dos direitos patrimoniais sobre o conjunto da obra coletiva.

§ 3º O contrato com o organizador especificará a contribuição do participante, o prazo para entrega ou realização, a remuneração e demais condições para sua execução.

### Capítulo III

#### Do Registro das Obras Intelectuais

Art. 18. A proteção aos direitos de que trata esta Lei independe de registro.

Art. 19. É facultado ao autor registrar a sua obra no órgão público definido no *caput* e no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973](#).

Art. 20. Para os serviços de registro previstos nesta Lei será cobrada retribuição, cujo valor e processo de recolhimento serão estabelecidos por ato do titular do órgão da administração pública federal a que estiver vinculado o registro das obras intelectuais.

Art. 21. Os serviços de registro de que trata esta Lei serão organizados conforme preceitua o [§ 2º do art. 17 da Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973](#).

### Título III

#### Dos Direitos do Autor

##### Capítulo I

##### Disposições Preliminares

Art. 22. Pertencem ao autor os direitos morais e patrimoniais sobre a obra que criou.

Art. 23. Os co-autores da obra intelectual exercerão, de comum acordo, os seus direitos, salvo convenção em contrário.

##### Capítulo II

#### Dos Direitos Morais do Autor

Art. 24. São direitos morais do autor:

I - o de reivindicar, a qualquer tempo, a autoria da obra;

II - o de ter seu nome, pseudônimo ou sinal convencional indicado ou anunciado, como sendo o do autor, na utilização de sua obra;

III - o de conservar a obra inédita;

IV - o de assegurar a integridade da obra, opondo-se a quaisquer modificações ou à prática de atos que, de qualquer forma, possam prejudicá-la ou atingi-la, como autor, em sua reputação ou honra;

V - o de modificar a obra, antes ou depois de utilizada;

VI - o de retirar de circulação a obra ou de suspender qualquer forma de utilização já autorizada, quando a circulação ou utilização implicarem afronta à sua reputação e imagem;

VII - o de ter acesso a exemplar único e raro da obra, quando se encontre legitimamente em poder de outrem, para o fim de, por meio de processo fotográfico ou assemelhado, ou audiovisual, preservar sua memória, de forma que cause o menor inconveniente possível a seu detentor, que, em todo caso, será indenizado de qualquer dano ou prejuízo que lhe seja causado.

§ 1º Por morte do autor, transmitem-se a seus sucessores os direitos a que se referem os incisos I a IV.

§ 2º Compete ao Estado a defesa da integridade e autoria da obra caída em domínio público.

§ 3º Nos casos dos incisos V e VI, ressalvam-se as prévias indenizações a terceiros, quando couberem.

Art. 25. Cabe exclusivamente ao diretor o exercício dos direitos morais sobre a obra audiovisual.

Art. 26. O autor poderá repudiar a autoria de projeto arquitetônico alterado sem o seu consentimento durante a execução ou após a conclusão da construção.

Parágrafo único. O proprietário da construção responde pelos danos que causar ao autor sempre que, após o repúdio, der como sendo daquele a autoria do projeto repudiado.

Art. 27. Os direitos morais do autor são inalienáveis e irrenunciáveis.

### Capítulo III

#### Dos Direitos Patrimoniais do Autor e de sua Duração

Art. 28. Cabe ao autor o direito exclusivo de utilizar, fruir e dispor da obra literária, artística ou científica.

Art. 29. Depende de autorização prévia e expressa do autor a utilização da obra, por quaisquer modalidades, tais como:

I - a reprodução parcial ou integral;

II - a edição;

III - a adaptação, o arranjo musical e quaisquer outras transformações;

IV - a tradução para qualquer idioma;

V - a inclusão em fonograma ou produção audiovisual;

VI - a distribuição, quando não intrínseca ao contrato firmado pelo autor com terceiros para uso ou exploração da obra;

VII - a distribuição para oferta de obras ou produções mediante cabo, fibra ótica, satélite, ondas ou qualquer outro sistema que permita ao usuário realizar a seleção da obra ou produção para percebê-la em um tempo e lugar previamente determinados por quem formula a demanda, e nos casos em que o acesso às obras ou produções se faça por qualquer sistema que importe em pagamento pelo usuário;

VIII - a utilização, direta ou indireta, da obra literária, artística ou científica, mediante:

a) representação, recitação ou declamação;

b) execução musical;

c) emprego de alto-falante ou de sistemas análogos;

d) radiodifusão sonora ou televisiva;

e) captação de transmissão de radiodifusão em locais de frequência coletiva;

f) sonorização ambiental;

g) a exibição audiovisual, cinematográfica ou por processo assemelhado;

h) emprego de satélites artificiais;

i) emprego de sistemas óticos, fios telefônicos ou não, cabos de qualquer tipo e meios de comunicação similares que venham a ser adotados;

j) exposição de obras de artes plásticas e figurativas;

IX - a inclusão em base de dados, o armazenamento em computador, a microfilmagem e as demais formas de arquivamento do gênero;

X - quaisquer outras modalidades de utilização existentes ou que venham a ser inventadas.

Art. 30. No exercício do direito de reprodução, o titular dos direitos autorais poderá colocar à disposição do público a obra, na forma, local e pelo tempo que desejar, a título oneroso ou gratuito.

§ 1º O direito de exclusividade de reprodução não será aplicável quando ela for temporária e apenas tiver o propósito de tornar a obra, fonograma ou interpretação perceptível em meio eletrônico ou quando for de natureza transitória e incidental, desde que ocorra no curso do uso devidamente autorizado da obra, pelo titular.

§ 2º Em qualquer modalidade de reprodução, a quantidade de exemplares será informada e controlada, cabendo a quem reproduzir a obra a responsabilidade de manter os registros que permitam, ao autor, a fiscalização do aproveitamento econômico da exploração.

Art. 31. As diversas modalidades de utilização de obras literárias, artísticas ou científicas ou de fonogramas são independentes entre si, e a autorização concedida pelo autor, ou pelo produtor, respectivamente, não se estende a quaisquer das demais.

Art. 32. Quando uma obra feita em regime de co-autoria não for divisível, nenhum dos co-autores, sob pena de responder por perdas e danos, poderá, sem consentimento dos demais, publicá-la ou autorizar-lhe a publicação, salvo na coleção de suas obras completas.

§ 1º Havendo divergência, os co-autores decidirão por maioria.

§ 2º Ao co-autor dissidente é assegurado o direito de não contribuir para as despesas de publicação, renunciando a sua parte nos lucros, e o de vedar que se inscreva seu nome na obra.

§ 3º Cada co-autor pode, individualmente, sem aquiescência dos outros, registrar a obra e defender os próprios direitos contra terceiros.

Art. 33. Ninguém pode reproduzir obra que não pertença ao domínio público, a pretexto de anotá-la, comentá-la ou melhorá-la, sem permissão do autor.

Parágrafo único. Os comentários ou anotações poderão ser publicados separadamente.

Art. 34. As cartas missivas, cuja publicação está condicionada à permissão do autor, poderão ser juntadas como documento de prova em processos administrativos e judiciais.



Art. 35. Quando o autor, em virtude de revisão, tiver dado à obra versão definitiva, não poderão seus sucessores reproduzir versões anteriores.

Art. 36. O direito de utilização econômica dos escritos publicados pela imprensa, diária ou periódica, com exceção dos assinados ou que apresentem sinal de reserva, pertence ao editor, salvo convenção em contrário.

Parágrafo único. A autorização para utilização econômica de artigos assinados, para publicação em diários e periódicos, não produz efeito além do prazo da periodicidade acrescido de vinte dias, a contar de sua publicação, findo o qual recobra o autor o seu direito.

Art. 37. A aquisição do original de uma obra, ou de exemplar, não confere ao adquirente qualquer dos direitos patrimoniais do autor, salvo convenção em contrário entre as partes e os casos previstos nesta Lei.

Art. 38. O autor tem o direito, irrenunciável e inalienável, de perceber, no mínimo, cinco por cento sobre o aumento do preço eventualmente verificável em cada revenda de obra de arte ou manuscrito, sendo originais, que houver alienado.

Parágrafo único. Caso o autor não perceba o seu direito de seqüência no ato da revenda, o vendedor é considerado depositário da quantia a ele devida, salvo se a operação for realizada por leiloeiro, quando será este o depositário.

Art. 39. Os direitos patrimoniais do autor, excetuados os rendimentos resultantes de sua exploração, não se comunicam, salvo pacto antenupcial em contrário.

Art. 40. Tratando-se de obra anônima ou pseudônima, caberá a quem publicá-la o exercício dos direitos patrimoniais do autor.

Parágrafo único. O autor que se der a conhecer assumirá o exercício dos direitos patrimoniais, ressalvados os direitos adquiridos por terceiros.

Art. 41. Os direitos patrimoniais do autor perduram por setenta anos contados de 1º de janeiro do ano subsequente ao de seu falecimento, obedecida a ordem sucessória da lei civil.

Parágrafo único. Aplica-se às obras póstumas o prazo de proteção a que alude o *caput* deste artigo.

Art. 42. Quando a obra literária, artística ou científica realizada em co-autoria for indivisível, o prazo previsto no artigo anterior será contado da morte do último dos co-autores sobreviventes.

Parágrafo único. Acrescer-se-ão aos dos sobreviventes os direitos do co-autor que falecer sem sucessores.

Art. 43. Será de setenta anos o prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre as obras anônimas ou pseudônimas, contado de 1º de janeiro do ano imediatamente posterior ao da primeira publicação.

Parágrafo único. Aplicar-se-á o disposto no art. 41 e seu parágrafo único, sempre que o autor se der a conhecer antes do termo do prazo previsto no *caput* deste artigo.

Art. 44. O prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre obras audiovisuais e fotográficas será de setenta anos, a contar de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua divulgação.

Art. 45. Além das obras em relação às quais decorreu o prazo de proteção aos direitos patrimoniais, pertencem ao domínio público:

I - as de autores falecidos que não tenham deixado sucessores;

II - as de autor desconhecido, ressalvada a proteção legal aos conhecimentos étnicos e tradicionais.

#### Capítulo IV

##### Das Limitações aos Direitos Autorais

Art. 46. Não constitui ofensa aos direitos autorais:

I - a reprodução:

a) na imprensa diária ou periódica, de notícia ou de artigo informativo, publicado em diários ou periódicos, com a menção do nome do autor, se assinados, e da publicação de onde foram transcritos;

b) em diários ou periódicos, de discursos pronunciados em reuniões públicas de qualquer natureza;

c) de retratos, ou de outra forma de representação da imagem, feitos sob encomenda, quando realizada pelo proprietário do objeto encomendado, não havendo a oposição da pessoa neles representada ou de seus herdeiros;

d) de obras literárias, artísticas ou científicas, para uso exclusivo de deficientes visuais, sempre que a reprodução, sem fins comerciais, seja feita mediante o sistema Braille ou outro procedimento em qualquer suporte para esses destinatários;

II - a reprodução, em um só exemplar de pequenos trechos, para uso privado do copista, desde que feita por este, sem intuito de lucro;

III - a citação em livros, jornais, revistas ou qualquer outro meio de comunicação, de passagens de qualquer obra, para fins de estudo, crítica ou polêmica, na medida justificada para o fim a atingir, indicando-se o nome do autor e a origem da obra;

IV - o apanhado de lições em estabelecimentos de ensino por aqueles a quem elas se dirigem, vedada sua publicação, integral ou parcial, sem autorização prévia e expressa de quem as ministrou;

V - a utilização de obras literárias, artísticas ou científicas, fonogramas e transmissão de rádio e televisão em estabelecimentos comerciais, exclusivamente para demonstração à clientela, desde que esses estabelecimentos comercializem os suportes ou equipamentos que permitam a sua utilização;

VI - a representação teatral e a execução musical, quando realizadas no recesso familiar ou, para fins exclusivamente didáticos, nos estabelecimentos de ensino, não havendo em qualquer caso intuito de lucro;

VII - a utilização de obras literárias, artísticas ou científicas para produzir prova judiciária ou administrativa;

VIII - a reprodução, em quaisquer obras, de pequenos trechos de obras preexistentes, de qualquer natureza, ou de obra integral, quando de artes plásticas, sempre que a reprodução em si não seja o objetivo principal da obra nova e que não prejudique a exploração normal da obra reproduzida nem cause um prejuízo injustificado aos legítimos interesses dos autores.

Art. 47. São livres as paráfrases e paródias que não forem verdadeiras reproduções da obra originária nem lhe implicarem descrédito.

Art. 48. As obras situadas permanentemente em logradouros públicos podem ser representadas livremente, por meio de pinturas, desenhos, fotografias e procedimentos audiovisuais.

#### Capítulo V

##### Da Transferência dos Direitos de Autor

Art. 49. Os direitos de autor poderão ser total ou parcialmente transferidos a terceiros, por ele ou por seus sucessores, a título universal ou singular, pessoalmente ou por meio de representantes com poderes especiais, por meio de licenciamento, concessão, cessão ou por outros meios admitidos em Direito, obedecidas as seguintes limitações:

I - a transmissão total compreende todos os direitos de autor, salvo os de natureza moral e os expressamente excluídos por lei;

II - somente se admitirá transmissão total e definitiva dos direitos mediante estipulação contratual escrita;

III - na hipótese de não haver estipulação contratual escrita, o prazo máximo será de cinco anos;

IV - a cessão será válida unicamente para o país em que se firmou o contrato, salvo estipulação em contrário;

V - a cessão só se operará para modalidades de utilização já existentes à data do contrato;

VI - não havendo especificações quanto à modalidade de utilização, o contrato será interpretado restritivamente, entendendo-se como limitada apenas a uma que seja aquela indispensável ao cumprimento da finalidade do contrato.

Art. 50. A cessão total ou parcial dos direitos de autor, que se fará sempre por escrito, presume-se onerosa.

§ 1º Poderá a cessão ser averbada à margem do registro a que se refere o art. 19 desta Lei, ou, não estando a obra registrada, poderá o instrumento ser registrado em Cartório de Títulos e Documentos.

§ 2º Constarão do instrumento de cessão como elementos essenciais seu objeto e as condições de exercício do direito quanto a tempo, lugar e preço.

Art. 51. A cessão dos direitos de autor sobre obras futuras abrangerá, no máximo, o período de cinco anos.

Parágrafo único. O prazo será reduzido a cinco anos sempre que indeterminado ou superior, diminuindo-se, na devida proporção, o preço estipulado.

Art. 52. A omissão do nome do autor, ou de co-autor, na divulgação da obra não presume o anonimato ou a cessão de seus direitos.

#### Título IV

##### Da Utilização de Obras Intelectuais e dos Fonogramas

#### Capítulo I

##### Da Edição

Art. 53. Mediante contrato de edição, o editor, obrigando-se a reproduzir e a divulgar a obra literária, artística ou científica, fica autorizado, em caráter de exclusividade, a publicá-la e a explorá-la pelo prazo e nas condições pactuadas com o autor.

Parágrafo único. Em cada exemplar da obra o editor mencionará:

I - o título da obra e seu autor;

II - no caso de tradução, o título original e o nome do tradutor;

III - o ano de publicação;

IV - o seu nome ou marca que o identifique.

Art. 54. Pelo mesmo contrato pode o autor obrigar-se à feitura de obra literária, artística ou científica em cuja publicação e divulgação se empenha o editor.

Art. 55. Em caso de falecimento ou de impedimento do autor para concluir a obra, o editor poderá:

I - considerar resolvido o contrato, mesmo que tenha sido entregue parte considerável da obra;

II - editar a obra, sendo autônoma, mediante pagamento proporcional do preço;

III - mandar que outro a termine, desde que consintam os sucessores e seja o fato indicado na edição.

Parágrafo único. É vedada a publicação parcial, se o autor manifestou a vontade de só publicá-la por inteiro ou se assim o decidirem seus sucessores.

Art. 56. Entende-se que o contrato versa apenas sobre uma edição, se não houver cláusula expressa em contrário.

Parágrafo único. No silêncio do contrato, considera-se que cada edição se constitui de três mil exemplares.

Art. 57. O preço da retribuição será arbitrado, com base nos usos e costumes, sempre que no contrato não a tiver estipulado expressamente o autor.

Art. 58. Se os originais forem entregues em desacordo com o ajustado e o editor não os recusar nos trinta dias seguintes ao do recebimento, ter-se-ão por aceitas as alterações introduzidas pelo autor.

Art. 59. Quaisquer que sejam as condições do contrato, o editor é obrigado a facultar ao autor o exame da escrituração na parte que lhe corresponde, bem como a informá-lo sobre o estado da edição.

Art. 60. Ao editor compete fixar o preço da venda, sem, todavia, poder elevá-lo a ponto de embaraçar a circulação da obra.

Art. 61. O editor será obrigado a prestar contas mensais ao autor sempre que a retribuição deste estiver condicionada à venda da obra, salvo se prazo diferente houver sido convencionado.

Art. 62. A obra deverá ser editada em dois anos da celebração do contrato, salvo prazo diverso estipulado em convenção.

Parágrafo único. Não havendo edição da obra no prazo legal ou contratual, poderá ser rescindido o contrato, respondendo o editor por danos causados.

Art. 63. Enquanto não se esgotarem as edições a que tiver direito o editor, não poderá o autor dispor de sua obra, cabendo ao editor o ônus da prova.

§ 1º Na vigência do contrato de edição, assiste ao editor o direito de exigir que se retire de circulação edição da mesma obra feita por outrem.

§ 2º Considera-se esgotada a edição quando restarem em estoque, em poder do editor, exemplares em número inferior a dez por cento do total da edição.

Art. 64. Somente decorrido um ano de lançamento da edição, o editor poderá vender, como saldo, os exemplares restantes, desde que o autor seja notificado de que, no prazo de trinta dias, terá prioridade na aquisição dos referidos exemplares pelo preço de saldo.

Art. 65. Esgotada a edição, e o editor, com direito a outra, não a publicar, poderá o autor notificá-lo a que o faça em certo prazo, sob pena de perder aquele direito, além de responder por danos.

Art. 66. O autor tem o direito de fazer, nas edições sucessivas de suas obras, as emendas e alterações que bem lhe aprouver.

Parágrafo único. O editor poderá opor-se às alterações que lhe prejudiquem os interesses, ofendam sua reputação ou aumentem sua responsabilidade.

Art. 67. Se, em virtude de sua natureza, for imprescindível a atualização da obra em novas edições, o editor, negando-se o autor a fazê-la, dela poderá encarregar outrem, mencionando o fato na edição.

## Capítulo II

### Da Comunicação ao Público

Art. 68. Sem prévia e expressa autorização do autor ou titular, não poderão ser utilizadas obras teatrais, composições musicais ou lítero-musicais e fonogramas, em representações e execuções públicas.

§ 1º Considera-se representação pública a utilização de obras teatrais no gênero drama, tragédia, comédia, ópera, opereta, balé, pantomimas e assemelhadas, musicadas ou não, mediante a participação de artistas, remunerados ou não, em locais de frequência coletiva ou pela radiodifusão, transmissão e exibição cinematográfica.

§ 2º Considera-se execução pública a utilização de composições musicais ou lítero-musicais, mediante a participação de artistas, remunerados ou não, ou a utilização de fonogramas e obras audiovisuais, em locais de frequência coletiva, por quaisquer processos, inclusive a radiodifusão ou transmissão por qualquer modalidade, e a exibição cinematográfica.

§ 3º Consideram-se locais de frequência coletiva os teatros, cinemas, salões de baile ou concertos, boates, bares, clubes ou associações de qualquer natureza, lojas, estabelecimentos comerciais e industriais, estádios, circos, feiras, restaurantes, hotéis, motéis, clínicas, hospitais, órgãos públicos da administração direta ou indireta, fundacionais e estatais, meios de transporte de passageiros terrestre, marítimo, fluvial ou aéreo, ou onde quer que se representem, executem ou transmitam obras literárias, artísticas ou científicas.

§ 4º Previamente à realização da execução pública, o empresário deverá apresentar ao escritório central, previsto no art. 99, a comprovação dos recolhimentos relativos aos direitos autorais.

§ 5º Quando a remuneração depender da frequência do público, poderá o empresário, por convênio com o escritório central, pagar o preço após a realização da execução pública.

~~§ 6º O empresário entregará ao escritório central, imediatamente após a execução pública ou transmissão, relação completa das obras e fonogramas utilizados, indicando os nomes dos respectivos autores, artistas e produtores.~~

§ 6º O usuário entregará à entidade responsável pela arrecadação dos direitos relativos à execução ou exibição pública, imediatamente após o ato de comunicação ao público, relação completa das obras e fonogramas utilizados, e a tornará pública e de livre acesso, juntamente com os valores pagos, em seu sítio

eletrônico ou, em não havendo este, no local da comunicação e em sua sede. (Redação dada pela Lei nº 12.853, de 2013)

§ 7º As empresas cinematográficas e de radiodifusão manterão à imediata disposição dos interessados, cópia autêntica dos contratos, ajustes ou acordos, individuais ou coletivos, autorizando e disciplinando a remuneração por execução pública das obras musicais e fonogramas contidas em seus programas ou obras audiovisuais.

§ 8º Para as empresas mencionadas no § 7º, o prazo para cumprimento do disposto no § 6º será até o décimo dia útil de cada mês, relativamente à relação completa das obras e fonogramas utilizados no mês anterior. (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

Art. 69. O autor, observados os usos locais, notificará o empresário do prazo para a representação ou execução, salvo prévia estipulação convencional.

Art. 70. Ao autor assiste o direito de opor-se à representação ou execução que não seja suficientemente ensaiada, bem como fiscalizá-la, tendo, para isso, livre acesso durante as representações ou execuções, no local onde se realizam.

Art. 71. O autor da obra não pode alterar-lhe a substância, sem acordo com o empresário que a faz representar.

Art. 72. O empresário, sem licença do autor, não pode entregar a obra a pessoa estranha à representação ou à execução.

Art. 73. Os principais intérpretes e os diretores de orquestras ou coro, escolhidos de comum acordo pelo autor e pelo produtor, não podem ser substituídos por ordem deste, sem que aquele consinta.

Art. 74. O autor de obra teatral, ao autorizar a sua tradução ou adaptação, poderá fixar prazo para utilização dela em representações públicas.

Parágrafo único. Após o decurso do prazo a que se refere este artigo, não poderá opor-se o tradutor ou adaptador à utilização de outra tradução ou adaptação autorizada, salvo se for cópia da sua.

Art. 75. Autorizada a representação de obra teatral feita em co-autoria, não poderá qualquer dos co-autores revogar a autorização dada, provocando a suspensão da temporada contratualmente ajustada.

Art. 76. É impenhorável a parte do produto dos espetáculos reservada ao autor e aos artistas.

### Capítulo III

#### Da Utilização da Obra de Arte Plástica

Art. 77. Salvo convenção em contrário, o autor de obra de arte plástica, ao alienar o objeto em que ela se materializa, transmite o direito de expô-la, mas não transmite ao adquirente o direito de reproduzi-la.

Art. 78. A autorização para reproduzir obra de arte plástica, por qualquer processo, deve se fazer por escrito e se presume onerosa.

### Capítulo IV

#### Da Utilização da Obra Fotográfica

Art. 79. O autor de obra fotográfica tem direito a reproduzi-la e colocá-la à venda, observadas as restrições à exposição, reprodução e venda de retratos, e sem prejuízo dos direitos de autor sobre a obra fotografada, se de artes plásticas protegidas.

§ 1º A fotografia, quando utilizada por terceiros, indicará de forma legível o nome do seu autor.

§ 2º É vedada a reprodução de obra fotográfica que não esteja em absoluta consonância com o original, salvo prévia autorização do autor.

### Capítulo V

#### Da Utilização de Fonograma

Art. 80. Ao publicar o fonograma, o produtor mencionará em cada exemplar:

- I - o título da obra incluída e seu autor;
- II - o nome ou pseudônimo do intérprete;
- III - o ano de publicação;
- IV - o seu nome ou marca que o identifique.

### Capítulo VI

#### Da Utilização da Obra Audiovisual

Art. 81. A autorização do autor e do intérprete de obra literária, artística ou científica para produção audiovisual implica, salvo disposição em contrário, consentimento para sua utilização econômica.

§ 1º A exclusividade da autorização depende de cláusula expressa e cessa dez anos após a celebração do contrato.

§ 2º Em cada cópia da obra audiovisual, mencionará o produtor:

- I - o título da obra audiovisual;
- II - os nomes ou pseudônimos do diretor e dos demais co-autores;
- III - o título da obra adaptada e seu autor, se for o caso;
- IV - os artistas intérpretes;
- V - o ano de publicação;

VI - o seu nome ou marca que o identifique.

VII - o nome dos dubladores. (Incluído pela Lei nº 12.091, de 2009)

Art. 82. O contrato de produção audiovisual deve estabelecer:

I - a remuneração devida pelo produtor aos co-autores da obra e aos artistas intérpretes e executantes, bem como o tempo, lugar e forma de pagamento;

II - o prazo de conclusão da obra;

III - a responsabilidade do produtor para com os co-autores, artistas intérpretes ou executantes, no caso de co-produção.

Art. 83. O participante da produção da obra audiovisual que interromper, temporária ou definitivamente, sua atuação, não poderá opor-se a que esta seja utilizada na obra nem a que terceiro a substitua, resguardados os direitos que adquiriu quanto à parte já executada.

Art. 84. Caso a remuneração dos co-autores da obra audiovisual dependa dos rendimentos de sua utilização econômica, o produtor lhes prestará contas semestralmente, se outro prazo não houver sido pactuado.

Art. 85. Não havendo disposição em contrário, poderão os co-autores da obra audiovisual utilizar-se, em gênero diverso, da parte que constitua sua contribuição pessoal.

Parágrafo único. Se o produtor não concluir a obra audiovisual no prazo ajustado ou não iniciar sua exploração dentro de dois anos, a contar de sua conclusão, a utilização a que se refere este artigo será livre.

Art. 86. Os direitos autorais de execução musical relativos a obras musicais, lítero-musicais e fonogramas incluídos em obras audiovisuais serão devidos aos seus titulares pelos responsáveis dos locais ou estabelecimentos a que alude o § 3º do art. 68 desta Lei, que as exibirem, ou pelas emissoras de televisão que as transmitirem.

## Capítulo VII

### Da Utilização de Bases de Dados

Art. 87. O titular do direito patrimonial sobre uma base de dados terá o direito exclusivo, a respeito da forma de expressão da estrutura da referida base, de autorizar ou proibir:

I - sua reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo;

II - sua tradução, adaptação, reordenação ou qualquer outra modificação;

III - a distribuição do original ou cópias da base de dados ou a sua comunicação ao público;

IV - a reprodução, distribuição ou comunicação ao público dos resultados das operações mencionadas no inciso II deste artigo.

## Capítulo VIII

### Da Utilização da Obra Coletiva

Art. 88. Ao publicar a obra coletiva, o organizador mencionará em cada exemplar:

I - o título da obra;

II - a relação de todos os participantes, em ordem alfabética, se outra não houver sido convencionada;

III - o ano de publicação;

IV - o seu nome ou marca que o identifique.

Parágrafo único. Para valer-se do disposto no § 1º do art. 17, deverá o participante notificar o organizador, por escrito, até a entrega de sua participação.

## Título V

### Dos Direitos Conexos

#### Capítulo I

##### Disposições Preliminares

Art. 89. As normas relativas aos direitos de autor aplicam-se, no que couber, aos direitos dos artistas intérpretes ou executantes, dos produtores fonográficos e das empresas de radiodifusão.

Parágrafo único. A proteção desta Lei aos direitos previstos neste artigo deixa intactas e não afeta as garantias asseguradas aos autores das obras literárias, artísticas ou científicas.

#### Capítulo II

##### Dos Direitos dos Artistas Intérpretes ou Executantes

Art. 90. Tem o artista intérprete ou executante o direito exclusivo de, a título oneroso ou gratuito, autorizar ou proibir:

I - a fixação de suas interpretações ou execuções;

II - a reprodução, a execução pública e a locação das suas interpretações ou execuções fixadas;

III - a radiodifusão das suas interpretações ou execuções, fixadas ou não;

IV - a colocação à disposição do público de suas interpretações ou execuções, de maneira que qualquer pessoa a elas possa ter acesso, no tempo e no lugar que individualmente escolherem;

V - qualquer outra modalidade de utilização de suas interpretações ou execuções.

§ 1º Quando na interpretação ou na execução participarem vários artistas, seus direitos serão exercidos pelo diretor do conjunto.

§ 2º A proteção aos artistas intérpretes ou executantes estende-se à reprodução da voz e imagem, quando associadas às suas atuações.

Art. 91. As empresas de radiodifusão poderão realizar fixações de interpretação ou execução de artistas que as tenham permitido para utilização em determinado número de emissões, facultada sua conservação em arquivo público.

Parágrafo único. A reutilização subsequente da fixação, no País ou no exterior, somente será lícita mediante autorização escrita dos titulares de bens intelectuais incluídos no programa, devida uma remuneração adicional aos titulares para cada nova utilização.

Art. 92. Aos intérpretes cabem os direitos morais de integridade e paternidade de suas interpretações, inclusive depois da cessação dos direitos patrimoniais, sem prejuízo da redução, compactação, edição ou dublagem da obra de que tenham participado, sob a responsabilidade do produtor, que não poderá desfigurar a interpretação do artista.

Parágrafo único. O falecimento de qualquer participante de obra audiovisual, concluída ou não, não obsta sua exibição e aproveitamento econômico, nem exige autorização adicional, sendo a remuneração prevista para o falecido, nos termos do contrato e da lei, efetuada a favor do espólio ou dos sucessores.

### Capítulo III

#### Dos Direitos dos Produtores Fonográficos

Art. 93. O produtor de fonogramas tem o direito exclusivo de, a título oneroso ou gratuito, autorizar-lhes ou proibir-lhes:

I - a reprodução direta ou indireta, total ou parcial;

II - a distribuição por meio da venda ou locação de exemplares da reprodução;

III - a comunicação ao público por meio da execução pública, inclusive pela radiodifusão;

IV - (VETADO)

V - quaisquer outras modalidades de utilização, existentes ou que venham a ser inventadas.

~~Art. 94. Cabe ao produtor fonográfico perceber dos usuários a que se refere o art. 68, e parágrafos, desta Lei os proventos pecuniários resultantes da execução pública dos fonogramas e reparti-los com os artistas, na forma convencionada entre eles ou suas associações. (Revogado pela Lei nº 12.853, de 2013)~~

### Capítulo IV

#### Dos Direitos das Empresas de Radiodifusão

Art. 95. Cabe às empresas de radiodifusão o direito exclusivo de autorizar ou proibir a retransmissão, fixação e reprodução de suas emissões, bem como a comunicação ao público, pela televisão, em locais de frequência coletiva, sem prejuízo dos direitos dos titulares de bens intelectuais incluídos na programação.

### Capítulo V

#### Da Duração dos Direitos Conexos

Art. 96. É de setenta anos o prazo de proteção aos direitos conexos, contados a partir de 1º de janeiro do ano subsequente à fixação, para os fonogramas; à transmissão, para as emissões das empresas de radiodifusão; e à execução e representação pública, para os demais casos.

### Título VI

#### Das Associações de Titulares de Direitos de Autor e dos que lhes são Conexos

Art. 97. Para o exercício e defesa de seus direitos, podem os autores e os titulares de direitos conexos associar-se sem intuito de lucro.

~~§ 1º É vedado pertencer a mais de uma associação para a gestão coletiva de direitos da mesma natureza.~~

~~§ 2º Pode o titular transferir-se, a qualquer momento, para outra associação, devendo comunicar o fato, por escrito, à associação de origem.~~

~~§ 3º As associações com sede no exterior far-se-ão representar, no País, por associações nacionais constituídas na forma prevista nesta Lei.~~

§ 1º As associações reguladas por este artigo exercem atividade de interesse público, por determinação desta Lei, devendo atender a sua função social. (Redação dada pela Lei nº 12.853, de 2013)

§ 2º É vedado pertencer, simultaneamente, a mais de uma associação para a gestão coletiva de direitos da mesma natureza. (Redação dada pela Lei nº 12.853, de 2013)

§ 3º Pode o titular transferir-se, a qualquer momento, para outra associação, devendo comunicar o fato, por escrito, à associação de origem. (Redação dada pela Lei nº 12.853, de 2013)

§ 4º As associações com sede no exterior far-se-ão representar, no País, por associações nacionais constituídas na forma prevista nesta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

§ 5º Apenas os titulares originários de direitos de autor ou de direitos conexos filiados diretamente às associações nacionais poderão votar ou ser votados nas associações reguladas por este artigo. (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

§ 6º Apenas os titulares originários de direitos de autor ou de direitos conexos, nacionais ou estrangeiros domiciliados no Brasil, filiados diretamente às associações nacionais poderão assumir cargos de direção nas associações reguladas por este artigo. (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

~~Art. 98. Com o ato de filiação, as associações tornam-se mandatárias de seus associados para a prática de todos os atos necessários à defesa judicial ou extrajudicial de seus direitos autorais, bem como para sua cobrança.~~

~~Parágrafo único. Os titulares de direitos autorais poderão praticar, pessoalmente, os atos referidos neste artigo, mediante comunicação prévia à associação a que estiverem filiados.~~

Art. 98. Com o ato de filiação, as associações de que trata o art. 97 tornam-se mandatárias de seus associados para a prática de todos os atos necessários à defesa judicial ou extrajudicial de seus direitos autorais, bem como para o exercício da atividade de cobrança desses direitos. (Redação dada pela Lei nº 12.853, de 2013)

§ 1º O exercício da atividade de cobrança citada no caput somente será lícito para as associações que obtiverem habilitação em órgão da Administração Pública Federal, nos termos do art. 98-A. (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

§ 2º As associações deverão adotar os princípios da isonomia, eficiência e transparência na cobrança pela utilização de qualquer obra ou fonograma. (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

§ 3º Caberá às associações, no interesse dos seus associados, estabelecer os preços pela utilização de seus repertórios, considerando a razoabilidade, a boa-fé e os usos do local de utilização das obras. (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

§ 4º A cobrança será sempre proporcional ao grau de utilização das obras e fonogramas pelos usuários, considerando a importância da execução pública no exercício de suas atividades, e as particularidades de cada segmento, conforme disposto no regulamento desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

§ 5º As associações deverão tratar seus associados de forma equitativa, sendo vedado o tratamento desigual. (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

§ 6º As associações deverão manter um cadastro centralizado de todos os contratos, declarações ou documentos de qualquer natureza que comprovem a autoria e a titularidade das obras e dos fonogramas, bem como as participações individuais em cada obra e em cada fonograma, prevenindo o falseamento de dados e fraudes e promovendo a desambiguação de títulos similares de obras. (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

§ 7º As informações mencionadas no § 6º são de interesse público e o acesso a elas deverá ser disponibilizado por meio eletrônico a qualquer interessado, de forma gratuita, permitindo-se ainda ao Ministério da Cultura o acesso contínuo e integral a tais informações. (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

§ 8º Mediante comunicação do interessado e preservada a ampla defesa e o direito ao contraditório, o Ministério da Cultura poderá, no caso de inconsistência nas informações mencionadas no § 6º deste artigo, determinar sua retificação e demais medidas necessárias à sua regularização, conforme disposto em regulamento. (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

§ 9º As associações deverão disponibilizar sistema de informação para comunicação periódica, pelo usuário, da totalidade das obras e fonogramas utilizados, bem como para acompanhamento, pelos titulares de direitos, dos valores arrecadados e distribuídos. (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

§ 10. Os créditos e valores não identificados deverão permanecer retidos e à disposição dos titulares pelo período de 5 (cinco) anos, devendo ser distribuídos à medida da sua identificação. (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

§ 11. Findo o período de 5 (cinco) anos previsto no § 10 sem que tenha ocorrido a identificação dos créditos e valores retidos, estes serão distribuídos aos titulares de direitos de autor e de direitos conexos dentro da mesma rubrica em que foram arrecadados e na proporção de suas respectivas arrecadações durante o período da retenção daqueles créditos e valores, sendo vedada a sua destinação para outro fim. (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

§ 12. A taxa de administração praticada pelas associações no exercício da cobrança e distribuição de direitos autorais deverá ser proporcional ao custo efetivo de suas operações, considerando as peculiaridades de cada uma delas. (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

§ 13. Os dirigentes das associações serão eleitos para mandato de 3 (três) anos, permitida uma única recondução precedida de nova eleição. (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

§ 14. Os dirigentes das associações atuarão diretamente em sua gestão, por meio de voto pessoal, sendo vedado que atuem representados por terceiros. (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

§ 15. Os titulares de direitos autorais poderão praticar pessoalmente os atos referidos no caput e no § 3o deste artigo, mediante comunicação à associação a que estiverem filiados, com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da sua prática. (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

§ 16. As associações, por decisão do seu órgão máximo de deliberação e conforme previsto em seus estatutos, poderão destinar até 20% (vinte por cento) da totalidade ou de parte dos recursos oriundos de suas atividades para ações de natureza cultural e social que beneficiem seus associados de forma coletiva. (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

Art. 98-A. O exercício da atividade de cobrança de que trata o art. 98 dependerá de habilitação prévia em órgão da Administração Pública Federal, conforme disposto em regulamento, cujo processo administrativo observará: (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

I - o cumprimento, pelos estatutos da entidade solicitante, dos requisitos estabelecidos na legislação para sua constituição; (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

II - a demonstração de que a entidade solicitante reúne as condições necessárias para assegurar uma administração eficaz e transparente dos direitos a ela confiados e significativa representatividade de obras e titulares cadastrados, mediante comprovação dos seguintes documentos e informações: (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

a) cadastros das obras e titulares que representam; (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

b) contratos e convênios mantidos com usuários de obras de seus repertórios, quando aplicável; (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

c) estatutos e respectivas alterações; (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

d) atas das assembleias ordinárias ou extraordinárias; (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

e) acordos de representação recíproca com entidades congêneres estrangeiras, quando existentes; (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

f) relatório anual de suas atividades, quando aplicável; (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

g) demonstrações contábeis anuais, quando aplicável; (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

h) demonstração de que as taxas de administração são proporcionais aos custos de cobrança e distribuição para cada tipo de utilização, quando aplicável; (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

i) relatório anual de auditoria externa de suas contas, desde que a entidade funcione há mais de 1 (um) ano e que a auditoria seja demandada pela maioria de seus associados ou por sindicato ou associação profissional, nos termos do art. 100; (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

j) detalhamento do modelo de governança da associação, incluindo estrutura de representação isonômica dos associados; (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

k) plano de cargos e salários, incluindo valor das remunerações dos dirigentes, gratificações, bonificações e outras modalidades de remuneração e premiação, com valores atualizados; (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

III - outras informações estipuladas em regulamento por órgão da Administração Pública Federal, como as que demonstrem o cumprimento das obrigações internacionais contratuais da entidade solicitante que possam ensejar questionamento ao Estado Brasileiro no âmbito dos acordos internacionais dos quais é parte. (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

§ 1º Os documentos e informações a que se referem os incisos II e III do caput deste artigo deverão ser apresentados anualmente ao Ministério da Cultura. (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

§ 2º A habilitação de que trata o § 1º do art. 98 é um ato de qualificação vinculado ao cumprimento dos requisitos instituídos por esta Lei e por seu regulamento e não precisará ser renovada periodicamente, mas poderá ser anulada mediante decisão proferida em processo administrativo ou judicial, quando verificado que a associação não atende ao disposto nesta Lei, assegurados sempre o contraditório e ampla defesa, bem como a comunicação do fato ao Ministério Público. (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

§ 3º A anulação da habilitação a que se refere o § 1º do art. 98 levará em consideração a gravidade e a relevância das irregularidades identificadas, a boa-fé do infrator e a reincidência nas irregularidades, conforme disposto em regulamento, e somente se efetivará após a aplicação de advertência, quando se concederá prazo razoável para atendimento das exigências apontadas pela autoridade competente. (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

§ 4º A ausência de uma associação que seja mandatária de determinada categoria de titulares em função da aplicação do § 2º deste artigo não isenta os usuários das obrigações previstas no art. 68, que deverão ser quitadas em relação ao período compreendido entre o indeferimento do pedido de habilitação, a anulação ou o cancelamento da habilitação e a obtenção de nova habilitação ou constituição de entidade sucessora nos termos deste artigo, ficando a entidade sucessora responsável pela fixação dos valores dos direitos autorais ou conexos em relação ao período compreendido entre o indeferimento do pedido de habilitação ou sua anulação e a obtenção de nova habilitação pela entidade sucessora. (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

§ 5º A associação cuja habilitação, nos termos deste artigo, seja anulada, inexistente ou pendente de apreciação pela autoridade competente, ou apresente qualquer outra forma de irregularidade, não poderá utilizar tais fatos como impedimento para distribuição de eventuais valores já arrecadados, sob pena de responsabilização direta de seus dirigentes nos termos do art. 100-A, sem prejuízo das sanções penais cabíveis. (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

§ 6º As associações de gestão coletiva de direitos autorais deverão manter atualizados e disponíveis aos associados os documentos e as informações previstos nos incisos II e III deste artigo. (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

Art. 98-B. As associações de gestão coletiva de direitos autorais, no desempenho de suas funções, deverão: (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

I - dar publicidade e transparência, por meio de sítios eletrônicos próprios, às formas de cálculo e critérios de cobrança, discriminando, dentre outras informações, o tipo de usuário, tempo e lugar de utilização, bem como



os critérios de distribuição dos valores dos direitos autorais arrecadados, incluídas as planilhas e demais registros de utilização das obras e fonogramas fornecidas pelos usuários, excetuando os valores distribuídos aos titulares individualmente; (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

II - dar publicidade e transparência, por meio de sítios eletrônicos próprios, aos estatutos, aos regulamentos de arrecadação e distribuição, às atas de suas reuniões deliberativas e aos cadastros das obras e titulares que representam, bem como ao montante arrecadado e distribuído e aos créditos eventualmente arrecadados e não distribuídos, sua origem e o motivo da sua retenção; (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

III - buscar eficiência operacional, dentre outros meios, pela redução de seus custos administrativos e dos prazos de distribuição dos valores aos titulares de direitos; (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

IV - oferecer aos titulares de direitos os meios técnicos para que possam acessar o balanço dos seus créditos da forma mais eficiente dentro do estado da técnica; (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

V - aperfeiçoar seus sistemas para apuração cada vez mais acurada das execuções públicas realizadas e publicar anualmente seus métodos de verificação, amostragem e aferição; (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

VI - garantir aos associados o acesso às informações referentes às obras sobre as quais sejam titulares de direitos e às execuções aferidas para cada uma delas, abstendo-se de firmar contratos, convênios ou pactos com cláusula de confidencialidade; (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

VII - garantir ao usuário o acesso às informações referentes às utilizações por ele realizadas. (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

Parágrafo único. As informações contidas nos incisos I e II devem ser atualizadas periodicamente, em intervalo nunca superior a 6 (seis) meses. (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

Art. 98-C. As associações de gestão coletiva de direitos autorais deverão prestar contas dos valores devidos, em caráter regular e de modo direto, aos seus associados. (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

§ 1º O direito à prestação de contas poderá ser exercido diretamente pelo associado. (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

§ 2º Se as contas não forem prestadas na forma do § 1º, o pedido do associado poderá ser encaminhado ao Ministério da Cultura que, após sua apreciação, poderá determinar a prestação de contas pela associação, na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

~~Art. 99. As associações manterão um único escritório central para a arrecadação e distribuição, em comum, dos direitos relativos à execução pública das obras musicais e lítero musicais e de fonogramas, inclusive por meio da radiodifusão e transmissão por qualquer modalidade, e da exibição de obras audiovisuais.~~

~~§ 1º O escritório central organizado na forma prevista neste artigo não terá finalidade de lucro e será dirigido e administrado pelas associações que o integrem.~~

~~§ 2º O escritório central e as associações a que se refere este Título atuarão em juízo e fora dele em seus próprios nomes como substitutos processuais dos titulares a eles vinculados.~~

~~§ 3º O recolhimento de quaisquer valores pelo escritório central somente se fará por depósito bancário.~~

~~§ 4º O escritório central poderá manter fiscais, aos quais é vedado receber do empresário numerário a qualquer título.~~

~~§ 5º A inobservância da norma do parágrafo anterior tornará o faltoso inabilitado à função de fiscal, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.~~

Art. 99. A arrecadação e distribuição dos direitos relativos à execução pública de obras musicais e literomusicais e de fonogramas será feita por meio das associações de gestão coletiva criadas para este fim por seus titulares, as quais deverão unificar a cobrança em um único escritório central para arrecadação e distribuição, que funcionará como ente arrecadador com personalidade jurídica própria e observará os §§ 1º a 12 do art. 98 e os arts. 98-A, 98-B, 98-C, 99-B, 100, 100-A e 100-B. (Redação dada pela Lei nº 12.853, de 2013)

§ 1º O ente arrecadador organizado na forma prevista no caput não terá finalidade de lucro e será dirigido e administrado por meio do voto unitário de cada associação que o integra. (Redação dada pela Lei nº 12.853, de 2013)

§ 2º O ente arrecadador e as associações a que se refere este Título atuarão em juízo e fora dele em seus próprios nomes como substitutos processuais dos titulares a eles vinculados. (Redação dada pela Lei nº 12.853, de 2013)

§ 3º O recolhimento de quaisquer valores pelo ente arrecadador somente se fará por depósito bancário. (Redação dada pela Lei nº 12.853, de 2013)

§ 4º A parcela destinada à distribuição aos autores e demais titulares de direitos não poderá, em um ano da data de publicação desta Lei, ser inferior a 77,5% (setenta e sete inteiros e cinco décimos por cento) dos valores arrecadados, aumentando-se tal parcela à razão de 2,5% a.a. (dois inteiros e cinco décimos por cento ao ano), até que, em 4 (quatro) anos da data de publicação desta Lei, ela não seja inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) dos valores arrecadados. (Redação dada pela Lei nº 12.853, de 2013)

§ 5º O ente arrecadador poderá manter fiscais, aos quais é vedado receber do usuário numerário a qualquer título. (Redação dada pela Lei nº 12.853, de 2013)

§ 6º A inobservância da norma do § 5º tornará o faltoso inabilitado à função de fiscal, sem prejuízo da comunicação do fato ao Ministério Público e da aplicação das sanções civis e penais cabíveis. (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

§ 7º Cabe ao ente arrecadador e às associações de gestão coletiva zelar pela continuidade da arrecadação e, no caso de perda da habilitação por alguma associação, cabe a ela cooperar para que a transição entre associações seja realizada sem qualquer prejuízo aos titulares, transferindo-se todas as informações necessárias ao processo de arrecadação e distribuição de direitos. (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

§ 8º Sem prejuízo do disposto no § 3º do art. 98, as associações devem estabelecer e unificar o preço de seus repertórios junto ao ente arrecadador para a sua cobrança, atuando este como mandatário das associações que o integram. (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

§ 9º O ente arrecadador cobrará do usuário de forma unificada, e se encarregará da devida distribuição da arrecadação às associações, observado o disposto nesta Lei, especialmente os critérios estabelecidos nos §§ 3º e 4º do art. 98. (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

Art. 99-A. O ente arrecadador de que trata o caput do art. 99 deverá admitir em seus quadros, além das associações que o constituíram, as associações de titulares de direitos autorais que tenham pertinência com sua área de atuação e estejam habilitadas em órgão da Administração Pública Federal na forma do art. 98-A. (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

Parágrafo único. As deliberações quanto aos critérios de distribuição dos recursos arrecadados serão tomadas por meio do voto unitário de cada associação que integre o ente arrecadador. (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

Art. 99-B. As associações referidas neste Título estão sujeitas às regras concorrenciais definidas em legislação específica que trate da prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica. (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

~~Art. 100. O sindicato ou associação profissional que congregue não menos de um terço dos filiados de uma associação autoral poderá, uma vez por ano, após notificação, com oito dias de antecedência, fiscalizar, por intermédio de auditor, a exatidão das contas prestadas a seus representados.~~

Art. 100. O sindicato ou associação profissional que congregue filiados de uma associação de gestão coletiva de direitos autorais poderá, 1 (uma) vez por ano, às suas expensas, após notificação, com 8 (oito) dias de antecedência, fiscalizar, por intermédio de auditor independente, a exatidão das contas prestadas por essa associação autoral a seus representados. (Redação dada pela Lei nº 12.853, de 2013)

Art. 100-A. Os dirigentes das associações de gestão coletiva de direitos autorais respondem solidariamente, com seus bens particulares, por desvio de finalidade ou quanto ao inadimplemento das obrigações para com os associados, por dolo ou culpa. (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

Art. 100-B. Os litígios entre usuários e titulares de direitos autorais ou seus mandatários, em relação à falta de pagamento, aos critérios de cobrança, às formas de oferecimento de repertório e aos valores de arrecadação, e entre titulares e suas associações, em relação aos valores e critérios de distribuição, poderão ser objeto da atuação de órgão da Administração Pública Federal para a resolução de conflitos por meio de mediação ou arbitragem, na forma do regulamento, sem prejuízo da apreciação pelo Poder Judiciário e pelos órgãos do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, quando cabível. (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

## Título VII

### Das Sanções às Violações dos Direitos Autorais

#### Capítulo I

##### Disposição Preliminar

Art. 101. As sanções civis de que trata este Capítulo aplicam-se sem prejuízo das penas cabíveis.

#### Capítulo II

##### Das Sanções Civis

Art. 102. O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada, poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível.

Art. 103. Quem editar obra literária, artística ou científica, sem autorização do titular, perderá para este os exemplares que se apreenderem e pagar-lhe-á o preço dos que tiver vendido.

Parágrafo único. Não se conhecendo o número de exemplares que constituem a edição fraudulenta, pagará o transgressor o valor de três mil exemplares, além dos apreendidos.

Art. 104. Quem vender, expuser a venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior.

Art. 105. A transmissão e a retransmissão, por qualquer meio ou processo, e a comunicação ao público de obras artísticas, literárias e científicas, de interpretações e de fonogramas, realizadas mediante violação aos direitos de seus titulares, deverão ser imediatamente suspensas ou interrompidas pela autoridade judicial

competente, sem prejuízo da multa diária pelo descumprimento e das demais indenizações cabíveis, independentemente das sanções penais aplicáveis; caso se comprove que o infrator é reincidente na violação aos direitos dos titulares de direitos de autor e conexos, o valor da multa poderá ser aumentado até o dobro.

Art. 106. A sentença condenatória poderá determinar a destruição de todos os exemplares ilícitos, bem como as matrizes, moldes, negativos e demais elementos utilizados para praticar o ilícito civil, assim como a perda de máquinas, equipamentos e insumos destinados a tal fim ou, servindo eles unicamente para o fim ilícito, sua destruição.

Art. 107. Independentemente da perda dos equipamentos utilizados, responderá por perdas e danos, nunca inferiores ao valor que resultaria da aplicação do disposto no art. 103 e seu parágrafo único, quem:

I - alterar, suprimir, modificar ou inutilizar, de qualquer maneira, dispositivos técnicos introduzidos nos exemplares das obras e produções protegidas para evitar ou restringir sua cópia;

II - alterar, suprimir ou inutilizar, de qualquer maneira, os sinais codificados destinados a restringir a comunicação ao público de obras, produções ou emissões protegidas ou a evitar a sua cópia;

III - suprimir ou alterar, sem autorização, qualquer informação sobre a gestão de direitos;

IV - distribuir, importar para distribuição, emitir, comunicar ou puser à disposição do público, sem autorização, obras, interpretações ou execuções, exemplares de interpretações fixadas em fonogramas e emissões, sabendo que a informação sobre a gestão de direitos, sinais codificados e dispositivos técnicos foram suprimidos ou alterados sem autorização.

Art. 108. Quem, na utilização, por qualquer modalidade, de obra intelectual, deixar de indicar ou de anunciar, como tal, o nome, pseudônimo ou sinal convencional do autor e do intérprete, além de responder por danos morais, está obrigado a divulgar-lhes a identidade da seguinte forma:

I - tratando-se de empresa de radiodifusão, no mesmo horário em que tiver ocorrido a infração, por três dias consecutivos;

II - tratando-se de publicação gráfica ou fonográfica, mediante inclusão de errata nos exemplares ainda não distribuídos, sem prejuízo de comunicação, com destaque, por três vezes consecutivas em jornal de grande circulação, dos domicílios do autor, do intérprete e do editor ou produtor;

III - tratando-se de outra forma de utilização, por intermédio da imprensa, na forma a que se refere o inciso anterior.

Art. 109. A execução pública feita em desacordo com os arts. 68, 97, 98 e 99 desta Lei sujeitará os responsáveis a multa de vinte vezes o valor que deveria ser originariamente pago.

Art. 109-A. A falta de prestação ou a prestação de informações falsas no cumprimento do disposto no § 6º do art. 68 e no § 9º do art. 98 sujeitará os responsáveis, por determinação da autoridade competente e nos termos do regulamento desta Lei, a multa de 10 (dez) a 30% (trinta por cento) do valor que deveria ser originariamente pago, sem prejuízo das perdas e danos. (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

Parágrafo único. Aplicam-se as regras da legislação civil quanto ao inadimplemento das obrigações no caso de descumprimento, pelos usuários, dos seus deveres legais e contratuais junto às associações referidas neste Título. (Incluído pela Lei nº 12.853, de 2013)

Art. 110. Pela violação de direitos autorais nos espetáculos e audições públicas, realizados nos locais ou estabelecimentos a que alude o art. 68, seus proprietários, diretores, gerentes, empresários e arrendatários respondem solidariamente com os organizadores dos espetáculos.

### Capítulo III

#### Da Prescrição da Ação

Art. 111. (VETADO)

### Título VIII

#### Disposições Finais e Transitórias

Art. 112. Se uma obra, em consequência de ter expirado o prazo de proteção que lhe era anteriormente reconhecido pelo § 2º do art. 42 da Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973, caiu no domínio público, não terá o prazo de proteção dos direitos patrimoniais ampliado por força do art. 41 desta Lei.

Art. 113. Os fonogramas, os livros e as obras audiovisuais sujeitar-se-ão a selos ou sinais de identificação sob a responsabilidade do produtor, distribuidor ou importador, sem ônus para o consumidor, com o fim de atestar o cumprimento das normas legais vigentes, conforme dispuser o regulamento. ~~(Regulamento)~~ (Regulamento)

Art. 114. Esta Lei entra em vigor cento e vinte dias após sua publicação.

Art. 115. Ficam revogados os arts. 649 a 673 e 1.346 a 1.362 do Código Civil e as Leis nºs 4.944, de 6 de abril de 1966; 5.988, de 14 de dezembro de 1973, excetuando-se o art. 17 e seus §§ 1º e 2º; 6.800, de 25 de junho de 1980; 7.123, de 12 de setembro de 1983; 9.045, de 18 de maio de 1995, e demais disposições em contrário, mantidos em vigor as Leis nºs 6.533, de 24 de maio de 1978 e 6.615, de 16 de dezembro de 1978.

Brasília, 19 de fevereiro de 1998; 177º da Independência e 110º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO